

Universidade Federal do Ceará (UFC)
Comissão Própria de Avaliação (CPA)

**AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)
2005-2006.**

RELATÓRIO FINAL

Fortaleza, agosto de 2006.

Administração Superior da Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. René Teixeira Barreira (Reitor).

Prof. Ícaro de Sousa Moreira (Vice-Reitor).

Profa. Ana Maria Iório Dias (Pró-Reitora de Graduação).

Prof. Manoel Odorico de Moraes Filho (Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação).

Prof. Luiz Antonio Maciel de Paula (Pró-Reitor de Extensão).

Prof. João Batista Arruda Pontes (Pró-Reitor de Assuntos Estudantis).

Profa. Angela Maria Rossas de Gutierrez (Diretora do Instituto de Cultura e Arte).

Prof. Luis Carlos Uchoa Saunders (Pró-Reitor de Administração).

Prof. Ciro Nogueira Filho (Pró-Reitor de Planejamento).

Prof. Marcos A. E. Araripe (Superintendente de Planejamento Físico e Operações).

Sr. Fernando Henrique Monteiro Carvalho (Superintendente de Recursos Humanos).

Prof. Marcos de Holanda (Procurador Geral).

Comissão Própria de Avaliação (CPA/UFC)

Prof. Wagner Bandeira Andriola (Presidente).

Profa. Maria de Lourdes Peixoto Brandão (Representante da Graduação).

Profa. Lorita Marlina Freitag Pagliuca (Representante da Pós-Graduação).

Prof. Fernando José Pires de Sousa (Representante da Extensão).

Profa. Mirtes Miriam Amorim Maciel (Representante dos Docentes).

Sra. Vera Maria Gomes de Almeida (Representante dos Técnico-Administrativos).

Sr. Felipe Lima Gomes (Representante dos Discentes).

Sr. Prisco Rodrigues Bezerra (Representante da Sociedade Civil - FIEC).

Sr. Fernando de Assis Diniz (Representante da Sociedade Civil - CUT).

APRESENTAÇÃO

Após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, o Sistema de Educação Superior brasileiro sofreu forte expansão, contando, atualmente, com mais de 2.300 Instituições de Ensino Superior (IES), 90% de natureza privada. Tal fato trouxe consigo a dificuldade do Estado em assegurar padrões de qualidade educacional mínimos para as IES. Como resposta ao novo desafio, o Ministério da Educação tem proposto sistemáticas avaliativas visando a conhecer o mérito e o valor das IES.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado através da Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, constitui-se na mais recente sistemática valorativa implementada pelo Estado brasileiro, sendo, para muitos teóricos da área, a mais ambiciosa, completa e lúcida iniciativa de intentar aliar avaliação e regulação. Na mencionada lei, há quatro macro procedimentos avaliativos que objetivam proporcionar informações relevantes acerca da totalidade das IES componentes do nosso Sistema de Educação Superior. A auto-avaliação institucional é um desses procedimentos, cuja característica mais marcante é o incentivo à participação dos agentes internos da IES na execução de todo o processo.

No âmbito interno da Universidade Federal do Ceará (UFC), a auto-avaliação institucional buscou consolidar-se como relevante estratégia impulsionadora da reflexão coletiva e do planejamento estratégico, através da participação responsável de seus agentes. Com a nomeação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e, posteriormente, com a criação de CPAs setoriais, representativas das nove unidades acadêmicas, testemunhamos o envolvimento de parcela significativa da comunidade interna da UFC nas atividades e auto-avaliação institucional. Para ilustrar o recordaremos três ações: a organização do plano de *marketing* interno, por docentes e discentes do Departamento de Comunicação Social; a informatização dos formulários eletrônicos destinados aos docentes, discentes e servidores técnico-administrativos, levado a cabo por estudante do curso de graduação em Computação; a aplicação de questionários, efetivada por docentes, discentes e servidores técnico-administrativos, membros das CPAs setoriais.

Nessa primeira experiência auto-avaliativa a luz do SINAES, a UFC contou com a participação de cerca de 3.300 discentes de graduação (15% do total), com 320 docentes efetivos (25% do total) e 325 servidores técnico-administrativos (aproximadamente 10%). Os dados e informações brindadas por esses agentes internos possibilitarão à UFC conhecer-se melhor, através da mirada ao âmagu. Para concluir, destacarei que a avaliação interna fomentou maior e melhor auto-conhecimento, o que nos conduz a perseguir, coletivamente, o aprimoramento institucional.

Fortaleza, 8 de agosto de 2006.

**Prof. René Teixeira Barreira
Reitor da UFC**

PALAVRAS INICIAIS

Embora setores mais esclarecidos da comunidade acadêmica e da sociedade terem plena consciência acerca da relevância da avaliação institucional como atividade racional, sistemática e indutora, que proporciona relevantes informações para a efetivação do planejamento estratégico e para a tomada de decisões, há outros que têm por ela total indiferença ou mesmo ojeriza. Tal se dá por conta dos modelos teóricos que fundamentaram as avaliações no passado recente, nos quais se privilegiavam os produtos educacionais, em detrimento dos processos empregados em sua consecução; as medidas, em detrimento do conhecimento dos aspectos qualitativos; o pontual, em contra do global; o fazer mecanicista e burocratizado, em detrimento da participação e da reflexão coletiva; a extremada objetividade, negando a existência e a importância da subjetividade humana, etc.

A nova conjuntura nacional ressalta o relevante papel da avaliação institucional como *mecanismo gerador de novos conhecimentos e modo de regular as ações institucionais*. No primeiro caso, aplica-se o conhecido princípio socrático do *conhece-te a ti mesmo*, ação salutar que permite o debruçar-se sobre a realidade avaliada para conhecê-la, refletir acerca da mesma e aprimorá-la, no que for possível. O segundo aspecto, o da regulação, tem por base a busca pelo alcance da responsabilidade social da instituição. Portanto, caso a instituição educacional não esteja cumprindo a contento, através de suas ações de ensino, investigação e extensão, dentre outras, com esse imprescindível objetivo social e acadêmico, é preciso re-planejar e re-pensar tais atividades, reguladoras da sua atuação e facilitadoras da consecução do mencionado objetivo. Ambos os papéis da auto-avaliação institucional se constituem em atividades inerentes e imprescindíveis, diriam muitos, à adequada gestão da coisa pública.

Nesse contexto, cabe destacar o avanço conceitual que alicerça a avaliação educacional, através dos marcos reguladores estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 20 de dezembro de 1996, e mais recentemente pela criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), através da Lei 10.861 de 14 de abril de 2004. Estas foram tentativas significativas de adequar a atividade avaliativa à gestão da educação, dada a compreensão dos benefícios que podem ser gerados a partir da mencionada díade (avaliação e gestão).

Portanto, constituir a avaliação institucional em prática rotineira, sistêmica, participativa, holística, cíclica e ética é, pelo menos para os membros da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Federal do Ceará (UFC), um hercúleo desafio. A ação da CPA busca constituir-se num ponto de inflexão institucional, que visa avançar rumo à construção coletiva e ao compartilhamento do auto-conhecimento acerca da realidade institucional, buscando aprimorá-la, para benefício das comunidades interna e externa. Sobretudo, em prol de uma sociedade civil menos heterogênea, injusta e pobre, que, ainda assim, seja ávida por educação gratuita e de qualidade, relevante para o desenvolvimento equitativo de uma nação efetivamente independente.

Ao iniciarmos em junho de 2006 a sistemática de auto-avaliação institucional da Universidade Federal do Ceará (UFC) que tem como base os princípios e suposto teóricos presentes na supra mencionada lei criadora do SINAES, sabíamos dos imensos desafios com os quais nos depararíamos. Não obstante, nunca desanimamos, pois conseguimos construir identidade de grupo e, coletivamente, vislumbrávamos as conquistas que estavam por vir.

Assim, é com muita alegria que apresentamos à comunidade interna da UFC, mas também à sociedade na qual está inserida, bem como aos órgãos diretamente responsáveis pela Educação Superior brasileira, a síntese de dados, de indicadores e de atividades institucionais decorrentes da sistemática da auto-avaliação institucional da UFC. Porém, cabe destacar que se trata tão-somente de uma amostra das atividades realizadas no âmbito interno da UFC, pois para revelar algo mais próximo de sua totalidade, relatório de maior densidade seria necessário.

Não obstante, estamos orgulhosos do que conseguimos nesses pouco mais de 24 meses à frente da CPA da UFC. Obtivemos o apoio formal da administração central da UFC, na figura do Magnífico Reitor, Prof. René Teixeira Barreira, do Vice-Reitor, Prof. Ícaro de Sousa Moreira e dos Pró-Reitores, dos Diretores das Unidades Acadêmicas, dos Chefes de Departamentos, dos Coordenadores de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação, dos Tutores dos PETs, dos Diretores de Bibliotecas, bem como de parcela significativa de docentes, de discentes da graduação e da pós-graduação, de servidores técnico-administrativos, além do Diretório Central dos Estudantes (DCE), do Sindicato de Trabalhadores da UFC (SINTUFCE) e dos Presidentes de Fundações de Apoio à UFC. No entanto, também temos que dar ênfase ao importante, árduo e às vezes subvalorizado trabalho dos colegas das CPAs Setoriais dos Centros e Faculdades, pois sem eles, a execução de parte substancial das atividades de auto-avaliação institucional não teria ocorrido. Com o exposto desejamos agradecer, de modo sincero, a todos esses parceiros citados, já que sem o apoio dos mesmos, não teríamos conseguido a participação, através do preenchimento dos formulários eletrônicos, de quase 3.300 discentes da graduação (quase 17% do total), 332 docentes (quase 26% do total) e 320 servidores técnico-administrativos (pouco mais de 9% do total).

O relatório que a seguir é apresentado está composto por 13 capítulos, nos quais são apresentados dados relativos às 10 dimensões institucionais exigidas pelo SINAES. Em tais seções há ênfase às informações institucionais de maior relevância, que foram obtidos através do uso de questionários, de formulários eletrônicos, de documentos de conhecimento público e de bases de dados da UFC. Tem-se, dessa forma, rico arsenal de dados institucionais analisados qualitativa e quantitativamente, que proporcionará valiosa descrição da realidade institucional da referida IFES.

Ademais, é bom que diga: *através das nossas ações buscamos incansavelmente incentivar a participação da comunidade interna porque acreditamos nesse ideal.* Talvez estejamos construindo coletivamente as bases para se pensar a auto-avaliação institucional participativa como atividade impulsionadora do planejamento institucional participativo, no âmbito da UFC. Quiçá estejamos contribuindo para tornar realidade um ideal ainda utópico. Assim, concluiremos citando sábias palavras proferidas pelo célebre Geraldo Vandré, na inesquecível canção *Pra não dizer que não falei de flores*:

A certeza na frente, a história na mão.

Caminhando e cantando e seguindo a canção.

Aprendendo e ensinando uma nova lição.

Vem, vamos embora que esperar não é saber.

Quem sabe faz a hora, não espera acontecer.

Fortaleza, 8 de agosto de 2006.

**Prof. Wagner Bandeira Andriola
Presidente da CPA Central/UFC**

SUMÁRIO

Dimensão Zero: Contexto no qual está inserido a UFC	01
0. Contexto social	02
0.1. Aspectos históricos	02
0.2. Aspectos econômicos	02
0.3. Aspectos educacionais	03
0.4. Indicadores sociais do município de Fortaleza e do Estado do Ceará	03
0.5. Indicadores educacionais do município de Fortaleza e do Estado do Ceará	04
1. Caracterização da Universidade Federal do Ceará (UFC)	05
1.1. Missão	06
1.2. Organização administrativa e acadêmica	06
1.2.1. Administração superior	06
1.2.2. Administração acadêmica	07
1.3. Natureza das atividades desenvolvidas no interior da UFC	08
1.4. Dados e indicadores institucionais da UFC	10
1.4.1. Perfil dos candidatos aos cursos de graduação da UFC	12
1.4.1.1. Perfil dos candidatos inscritos e dos aprovados no vestibular de 2006	14
2. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)	18
2.1. Dimensões Institucionais a serem avaliadas	19
2.2. Supostos teóricos que fundamentam a auto-avaliação da UFC	21
2.2.1. Princípios que justificam a avaliação institucional	22
2.2.2. Características desejáveis à auto-avaliação institucional	23
3. Constituição da Comissão Própria de Avaliação (CPA Central) da UFC	25
3.1. Constituição das Comissões Setoriais de Avaliação (CPAs Setoriais).....	26
3.2. Funções das Comissões Próprias de Avaliação (CPAs)	31
3.3. Andanças da CPA Central da UFC	31
4. Conjuntura na qual se iniciou a auto-avaliação institucional da UFC	33
4.1. Algumas idéias acerca do uso de indicadores educacionais	34
4.2. Auto-avaliação institucional da UFC após a criação do SINAES	34
4.3. Análise da conjuntura nacional	35
4.4. Análise da conjuntura interna	36
4.4.1. Realização do I Fórum das CPAs de IES cearenses	38
4.4.2. Lançamento da campanha de <i>marketing</i> interno	40
4.4.3. Desenvolvimento do instrumental utilizado na coleta de dados	43
4.4.4. Coleta de dados primários através de formulários <i>On line</i>	43
4.4.5. Emprego de fontes secundárias de dados institucionais	45
4.4.6. O olhar do sindicatos e órgãos de representação de classe	46
Dimensão Um: Missão e plano de desenvolvimento Institucional (PDI) da UFC	49
1.1. Objetivos	50
1.2. Audiências utilizadas	50
1.3. Procedimentos para obtenção de dados	50
1.4. Tratamento das informações	50
1.5. Principais resultados obtidos	51
1.5.1. Finalidades, objetivos e compromissos da UFC	51
1.5.2. Organização e Práticas Administrativas	52
1.5.3. Organização e praticas pedagógicas	55
1.5.4. Informações Oriundas dos formulários <i>on line</i>	59

Dimensão Dois: Política Institucional para o Ensino à Pesquisa, à Pós-Graduação e a Extensão	61
Dimensão 2.1 – Política Institucional para o Ensino de Graduação	62
2.0. Objetivos	62
2.1. Audiências Utilizadas	62
2.2. Instrumentos	62
2.3. Procedimentos para obtenção dos dados	62
3. Tratamentos das informações	62
4. Principais Resultados Obtidos	63
Informações Oriundas de Pesquisa de Campo	63
Grupo 1: Informações relacionadas à matriz curricular	63
Grupo 2: Informações relacionadas às praticas institucionais	65
Grupo 3: Mecanismo de revisão curricular	70
Grupo 4: Políticas voltadas ao Acompanhamento Discente, à Avaliação Docente e à Gestão e Manutenção de Equipamentos.	71
5. Programas de Apoio Estudantil	73
5.1 Apoio Psico-Pedagógico e Tutorial	73
5.2. Programa de Educação Tutorial (PET)	74
5.3. Projeto Recém-Ingresso	74
6. Empresas Juniores	75
7. Medicina e Farmácia da UFC entre melhores no ENADE	76
8. Curso de Direito entre os 8% melhores do país	77
9. Programa Nacional de Reorientação da formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde): O caso do curso de Enfermagem	77
10. Expansão dos cursos de Graduação	78
Informações Oriundas do Sistema <i>On line</i> de dados e Indicadores Institucionais	79
Dimensão 2.2 – Política Institucional para Pesquisa e Pós-Graduação	84
2.2.1 Objetivos	84
2.2.2. Audiências Utilizadas	84
2.2.3. Instrumento	84
2.2.4. Procedimento para Obtenção dos Dados	84
2.3. Tratamento das Informações	84
2.4. Principais Resultados Obtidos	85
Informações Oriundas de Pesquisa de Campo	85
Informações Oriundas dos formulários <i>On line</i>	87
Informações Oriundas de Fontes Secundárias de Pesquisa	89
2.1 Expansão da Pós-Graduação (Stricto Sensu)	89
2.2. Criação do Primeiro Doutorado do País em Engenharia de Pesca	90
2.3. Criação do Centro de Pesquisa em Biodiesel	91
2.4. Pesquisas Premiadas	92
2.4.1. Pesquisa sobre Anfíbios e Répteis	92
2.4.2. Pesquisa sobre o Câncer	92
2.4.3. Pesquisa sobre Tratamento Contra Veneno de Escorpião	93
2.4.4. Pesquisa sobre Idosos	93
2.4.5. Pesquisa sobre Infarto no Miocárdio	94
2.4.6. Pesquisa sobre o Fogão Solar	94
2.4.7. Pesquisa sobre Refino e Petroquímica	95
2.4.8. Pesquisa sobre Asfalto de maior Durabilidade	95
2.5. Pesquisa sobre Procedimentos de Coleta de Lixo	96
2.6. Projeto para Aumentar a Eficiência Energética do Segmento Industrial	96
2.7. Investimentos na Investigação Científica	97
2.8. Criação do Centro de Pesquisa em Medicamentos	98
2.9. Parceria da UFC com a Petrobras	99

2.10. Investigação em Nanociência	102
2.11. Pesquisa para o desenvolvimento de design de aparelhos celulares	103
2.12. Cooperação Internacional	104
2.13. Convenio com o Instituto Politécnico de Bragança	105
2.14. Intercâmbio com Cabo-Verde	105
2.15. Parceria com Moçambique em Programa de Prevenção à AIDS	106
2.16. Criação do Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais (NUPER)	107
Informações Oriundas do Sistema <i>On line</i> de Dados e Indicadores Institucionais	109
3.1. Series numéricas relacionadas às Atividades de Investigação Científica no Âmbito da Pós-Graduação (<i>Stricto Sensu</i>)	109
3.2. Avaliação das CAPES para os Cursos de Pós-Graduação (<i>Stricto Sensu</i>)	111
3.3. Dados Básicos de Produção Intelectual	113
Dimensão 2.3 – Política Institucional para a Extensão	114
2.3.1. Objetivos	114
2.3.2. Audiências Utilizadas	114
2.3.3. Universo	114
2.3.3.1. Amostra	114
2.3.4. Instrumento	114
2.3.5. Procedimento para Obtenção dos Dados	114
2.3.6. Tratamento das Informações	114
2.3.7. Principais Resultados Obtidos	115
Informações Oriundas de Pesquisa de Campo	115
Informações Oriundas dos Formulários <i>On line</i>	116
Informações Oriundas de Análise Documental	118
Informações Oriundas do Sistema <i>On line</i> de dados e indicadores Institucionais da UFC ...	120
Dimensão Três: Responsabilidade Social da UFC	124
3.1. Objetivos	125
3.2. Audiências Utilizadas	125
3.2.1. Universo	125
3.2.1.1. Taxa de Retorno	125
3.2.2. Instrumento	125
3.2.3. Procedimento para Obtenção dos Dados	125
3.3. Tratamento das Informações	125
3.4. Principais Resultados Obtidos	126
Dados Resultantes de Pesquisa de Campo	126
Informações Oriundas dos Formulários <i>On line</i>	133
Informações oriundas do sistema <i>On line</i> de dados e Indicadores Institucionais	136
3.11. Series históricas de dados e indicadores quantitativos	136
Dados resultantes de pesquisa documental	140
3.12. Ações Institucionais de Apoio à Educação Ambiental	140
3.12.1. Revitalização da fazenda Raposo	142
3.12.2. Ações institucionais de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável	143
3.12.3. Revitalização do Estuário do Rio Cocó	144
3.12.4. Urbanização da Lagoa do Campos do Pici	146
3.13. Ações institucionais de apoio ao planejamento Urbano da Cidade	146
3.14. Ações institucionais de apoio à Inclusão Social	148
3.14.1 Projeto UFC Inclui à Universidade	150
3.14.2. Projetos Pré-Vestibular	150
3.14.3. Projeto Monitoria de pacientes com doença de Chagas	151
3.14.4. Projeto semente	152
3.14.5. Orientação para utilização correta de medicamentos	153
3.14.6. Clínica de Psicologia	154

3.15. Ações de Assistência aos Discentes	156
3.15.1. Residência Universitária	157
3.15.2. Restaurante Universitário	157
3.15.3. Assistência à Saúde	157
3.15.4. Participação Política	158
3.15.5. Bolsas para Estudantes	158
3.15.6. Graduação	158
3.15.7. Política institucional para preservação de livros	158
3.15.8. Pesquisa	159
3.15.9. Extensão	160
3.15.10. Assistência	160
3.15.11. Cultura e Arte	160
3.16. Isenção de pagamento da taxa de inscrição do Vestibular da UFC	160
3.17. Atividades Artísticas e Culturais	161
3.17.1. Casa de José de Alencar	163
3.17.2. Museu de arte da UFC (MAUC)	163
3.17.2.1. Exposições realizadas pelo MAUC	164
3.17.2.2. Programa Bolsa Arte	164
3.17.2.3. Atividades da reserva técnica do MAUC	164
3.17.3. Teatro Universitário Paschoal Carlos Magno e Curso de Arte Dramática (CAD)	165
3.17.4 Casa Amarela Eusébio Oliveira	165
3.17.5. Curso de Extensão em Musica, ao Coral da UFC, à Camerata de Violões e ao Grupo de Flautas	165
3.18. Estudos sobre Fluxos Migratórios no Ceará	166
3.19. Impactos dos assentamentos Rurais	168
3.20. Projeto Jenipapo-Kanindé	169
3.21. Programa para reciclar lixo	169
3.22. Ações do núcleo de psicologia do trabalho	170
3.23. Especialização em Agricultura Familiar	171
3.24. Inserção Econômica e Social através da Incubadora de Cooperativas	171
3.25. Estágios Acadêmicos nos Municípios do Interior do Ceará	173
Dimensão Quatro: Comunicação Interna e Externa da UFC	174
4.1. Objetivo	175
4.2. Audiências Utilizadas	175
4.2.1. Universo	175
4.2.2. Instrumento	175
4.2.3. Procedimento para obtenção dos dados	175
4.3. Tratamento das informações	175
4.4. Principais resultados obtidos	176
4.4.1. Ações e dados da Ouvidoria Interna	176
4.4.2. Principais meios de Comunicação Interna e Externa	177
4.4.3. Valoração das Informações veiculadas acerca da UFC	178
4.4.4. Valoração dos mecanismos de comunicação	178
4.4.5. Funcionamento da Ouvidoria e Relação com a Coordenadoria de Comunicação Social	179
4.4.6. Imagem Pública da UFC	179
4.4.7. Formas de Avaliação da Qualidade da Comunicação Interna	179
4.4.8. Formas de Recepção de sugestões do público	180
4.4.9. Formas Internas para responder as sugestões do público	180
Informações oriundas dos formulários <i>On line</i>	180

Dimensão Cinco: Políticas Internas de Gestão de Pessoal	183
5.1. Objetivos	184
5.2. Audiências utilizadas	184
5.3. Instrumento	184
5.4. Procedimento para obtenção dos dados	184
5.3. Tratamento das informações	184
5.4. Principais resultados obtidos	184
5.5. Programas institucionais voltados à qualificação de R.H.	185
5.6. Programas institucionais voltados à melhoria da qualidade de vida dos servidores da UFC	186
5.7. Instâncias responsáveis pelo incentivo à qualificação e formação dos R.H.	186
5.8. Dados regulares acerca do clima institucional e do grau de satisfação pessoal e profissional dos R.H. da UFC	186
5.9. Estudos acerca das relações interpessoais entre chefes e subordinados	186
5.10. Integração entre os agentes institucionais	186
5.11. Adequação dos quantitativos de R.H. às demandas da UFC	187
5.12. Adequação do uso dos resultados oriundos da avaliação de R.H.	187
5.13. Existência e adequação dos critérios de admissão e progressão funcional	187
5.14. Adequação do regime de 40 horas semanais	188
5.15. Qualificação de recursos humanos	188
5.16. SINTUFCE realiza seminário para debater aposentadoria e carreira dos servidores técnico-administrativos	188
Informações oriundas do Sistema <i>On line</i> de Dados e Indicadores Institucionais	190
Dimensão Seis: Gestão Administrativa e Organização da UFC	194
6.1. Objetivo	195
6.2. Audiências utilizadas	195
6.2.2. Instrumento	195
6.2.3. Procedimentos para obtenção dos dados	195
6.3. Tratamento das informações	195
6.4. Principais resultados obtidos	196
Dados Resultantes de Pesquisa de Campo	197
Informações Oriundas dos Formulários <i>On line</i>	200
Dados Resultantes de Análise Documental	208
2.1. Gestão de informações acadêmicas	208
2.2. Gestão de dados básicos e de indicadores institucionais	209
2.3. Gestão de informações financeiras	210
2.4. Organização da administração superior	211
2.5. Indicadores de gestão exigidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU)	218
2.5.1. Síntese valorativa dos indicadores de gestão do TCU	219
2.6. Vinculação dos dados e dos indicadores da UFC com o PPA 2004-2007	220
2.6.1. Análise do programa “Desenvolvimento do Ensino SUPERIOR”	220
2.6.1.1. Atividades ligadas ao Ensino de Graduação	221
2.6.1.2. Atividades ligadas à Investigação Científica	221
2.6.1.3. Atividades ligadas à Extensão Universitária	222
2.7. Adoção de critérios para definição de distribuição de vagas docentes	223
2.8. Implantação da Auto-Avaliação Institucional	225
2.9. Auto-Avaliação da Atual Gestão Superior da UFC	225
Dimensão Sete: Adequação da Infra-Estrutura Física, dos Equipamentos e das Bibliotecas da UFC ao Ensino	227
7.1.1. Objetivo	228
7.1.2. Audiências utilizadas	228

7.1.3. Universo	228
7.1.3.1. Amostra	228
7.1.3.2. Instrumento	228
7.1.3.3. Procedimentos para obtenção dos dados	228
7.1.4. Tratamento das informações	229
7.1.5. Principais resultados obtidos	229
7.1.5.0. Informações básicas acerca do sistema de bibliotecas da UFC	229
7.1.5.0.1. Dados quantitativos do acervo bibliográfico da UFC	230
Informações Oriundas de Pesquisa de Campo: Grupo 1	231
Informações Oriundas de Pesquisa de Campo: Grupo 2	237
Informações Oriundas de Pesquisa de Campo: Grupo 3	244
Informações Oriundas dos Formulários <i>On line</i>	245
Dimensão Oito: Avaliação e Planejamento Institucional	247
8.1. Objetivos	248
8.2. Audiências utilizadas	248
8.3. Instrumento	248
8.4. Procedimento para obtenção dos dados	248
8.5. Tratamento das informações	248
8.6. Principais resultados obtidos	249
8.6.1. Importância do planejamento estratégico: diagnóstico da UFC	249
Informações oriundas dos formulários <i>on line</i>	252
Informações oriundas de fontes secundárias	254
Dimensão Nove: Política Institucional de Atendimento aos Discentes e de Acompanhamento de Egressos	255
9.1. Objetivos	256
9.2. Audiências utilizadas	256
9.2.1. Populações e amostras	256
9.2.1.1. Candidatos aos Cursos de Graduação	256
9.2.1.2. Aprovados nos Cursos de Graduação	256
9.2.1.3. Egressos	256
9.2.2. Instrumentos	256
9.2.2.1. Questionários dos candidatos e dos aprovados da Graduação	256
9.2.2.2. Questionário dos egressos	257
9.2.3. Procedimento para obtenção dos dados dos candidatos e dos aprovados nos Cursos de Graduação	257
9.2.4. Procedimento para obtenção dos dados dos egressos	257
9.3. Tratamento das informações	257
9.4. Principais resultados obtidos	258
9.5. Perfil dos discentes da Graduação em 2004	258
9.6. Caracterização dos aprovados para os Cursos de Graduação da UFC	262
9.7. Caracterização dos egressos dos Cursos de Graduação da UFC	266
9.7.1. Caracterização dos egressos inseridos no Mercado Laboral	266
9.7.2. Caracterização dos egressos não-inseridos no Mercado Laboral	268
9.8. Políticas institucionais de atendimento estudantil	268
9.8.1. Bolsas de Assistência Estudantil	268
9.8.2. Restaurante Universitário	269
9.8.3. Residência Universitária	270
9.8.4. Atendimento Psico-Pedagógico	271
9.8.5. Ações de combate à evasão discente	271
9.9. Estudos com os evadidos dos Cursos de Graduação	272
9.10. Estudos efetivados por W. B. Andriola e colaboradores	272

9.10.1. Causas da evasão discente, segundo os próprios evadidos	272
9.10.2. Testagem de modelo causal	274
9.10.3. Opinião de docentes e de coordenadores acerca da evasão discente	278
9.10.3.1. Opinião dos coordenadores	279
9.10.3.2. Opinião dos docentes	281
9.11. Referências bibliográficas	284
Dimensão Dez: Sustentabilidade Financeira	286
10.1. Objetivo	287
10.2. Audiências utilizadas	287
10.2.1. Instrumento	287
10.2.2. Procedimento para obtenção dos dados	287
10.3. Tratamento das informações	287
10.4. Principais resultados obtidos	288
10.5. Política Interna de Saneamento das Finanças	288
10.6. Ações visando o aumento do orçamento advindo do Tesouro Nacional	288
10.7. Política Interna de Capacitação de Recursos	289
10.8. Atuação da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura	290
10.9. Política de Expansão	290
10.10. Crescimento da receita orçamentária advinda do Tesouro Nacional	291
Dimensão Onze: Complexo Hospitalar da UFC	293
11.0. Objetivos	294
11.1. Procedimento para obtenção dos dados	294
11.2. Descrição do Complexo Hospitalar	294
11.3. Recursos Humanos do Complexo Hospitalar	295
11.4. Ênfase à Humanização das atividades do Complexo Hospitalar	295
11.5. Transplante de Fígado	296
11.6. Orientação Nutricional de Mulheres Mastectomizadas	297
11.7. Projeto de Monitoria aos Pacientes com Doença de Chagas	298
11.8. Reforma de Ambulatórios	299
11.9. Convênios com o Sistema Único de Saúde (SUS)	299
11.10. Indicadores de Desempenho do Hospital Universitário Walter Cantídio	300
11.10.1. Desempenho Assistencial (dados básicos)	300
11.11. Indicadores dos Serviços Administrativos – Ano 2005	302
11.12. Serviço de Nutrição e Dietética	303
11.13. Atividades de Aperfeiçoamento, Treinamento Educação Continuada e Eventos Educativos	303
11.14. Ensino e Pesquisa	303
11.15. Indicadores de Desempenho da Maternidade Escola Assis Chateaubriand (MEAC)	305
11.16. UFC Integra a Rede Universitária de Telemedicina	306
11.17. Doação de consultórios ao Complexo Hospitalar	307
11.18. Perspectivas para o Complexo Hospitalar da UFC	308
11.18.1. Opinião da direção do SINTUFCE acerca das propostas do Governo Federal para os Hospitais Universitários	311
11.18.2. SINTUFCE promove seminários para debater as propostas do Governo Federal para os Hospitais Universitários	311
Dimensão Doze: Meta-Avaliação e Propostas para a Operacionalização de Ações Institucionais Futuras	313
12.1. Objetivos	314
12.2. Audiências	314
12.3. Procedimento para a coleta dos dados	314

12.4. Relatório das CPAs	314
12.5. Análise crítica da atuação das CPAs	314
12.6. Propostas para a operacionalização de ações institucionais futuras	316



Relatório Final

Dimensão Zero: Contexto no qual está inserido a UFC

DIMENSÃO ZERO:

CONTEXTO NO QUAL ESTÁ INSERIDO A UFC

0. CONTEXTO SOCIAL

Partimos da premissa de que é relevante conhecermos o contexto social no qual está inserida a Universidade Federal do Ceará (UFC) para que, desse modo, possamos ter idéia mais clara acerca das repercussões sociais de suas atividades. Sendo assim, segue breve descrição de aspectos históricos, sociais e educacionais do Estado do Ceará e do município de Fortaleza, sede da UFC.

0.1. ASPECTOS HISTÓRICOS

Conhecida como *Terra da Abolição*, pois foi a primeira província do Império a abolir a escravidão, em 1884, cinco anos antes do restante do País. Ao longo da história brasileira, o Ceará esteve na vanguarda em muitos momentos. Quando ainda era capitania, José Martiniano de Alencar a proclamou república, o que provocou a ira da Coroa portuguesa, que puniu o líder político. Os cearenses rechaçaram duas vezes os invasores holandeses (1644 e 1654), responsáveis pela fundação de Fortaleza. Colonizada por portugueses a partir de meados do século XVII, a população local participou ativamente das lutas pela independência do Brasil, em 1822, e, dois anos depois, aderiu à Confederação do Equador, uma revolta com ideais republicanos. Ainda no reinado de D. Pedro II, a província alcançou grande progresso com a chegada da navegação a vapor, da estrada de ferro, da iluminação a gás e do telefone.

Terra de caboclos, descendentes da miscigenação do índio, do negro e do português, o Ceará é um dos maiores pólos culturais do Brasil, marcado pela religiosidade popular e pela presença de seus intelectuais nas letras e nas artes nacionais. São do Ceará os escritores José de Alencar, um dos maiores romancistas brasileiros do chamado indianismo da literatura brasileira, e Rachel de Queiroz, nome expressivo do romance regionalista. O Estado do Ceará conta, atualmente, com 7,9 milhões de habitantes.

0.2. ASPECTOS ECONÔMICOS

O Estado do Ceará possui a 14ª maior economia do Brasil, e a terceira maior da região Nordeste, contribuindo, no entanto, com pouco mais de 2,0% para o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. O PIB do Ceará, em 2004, foi de US\$ 9,1 bilhões, tendo experimentado crescimento de 4,4% em relação a 2003. O principal setor da economia cearense é o de Serviços, responsável por 53,3% do PIB estadual. Em seguida, está a Indústria, com 41,1. A agropecuária, por sua vez, representa algo em torno de 6% do PIB. Tendo como base o ano de 1985, o PIB do Ceará cresceu anualmente em ritmo acima da média nacional e regional, tendo tido incremento de aproximadamente 80%, no período 1985-2004.

Quarenta por cento da população economicamente ativa (PEA) do Ceará vive da agricultura. Esse contingente de trabalhadores, estimado em 1,2 milhão de pessoas, responde por apenas 6% do PIB do Estado. O setor de serviços emprega 46% da população cearense (cerca de 1,5 milhão de pessoas) e detém 56% do PIB, seguido de

perto pelo setor industrial, que gera 14% dos postos de trabalho e participa com 38% do PIB.

A renda média mensal dos trabalhadores rurais representa menos de um terço da renda média das pessoas que trabalham na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). A renda média no interior do Estado é de tão-somente R\$ 115,00, esse valor cai para R\$ 74,00 no meio rural. Os trabalhadores do campo recebem apenas 37% do valor atual do salário mínimo do País, hoje de R\$ 300,00.

0.3. ASPECTOS EDUCACIONAIS

Nos últimos anos, o Governo do Ceará vem adotando política seletiva de estímulo à inovação tecnológica, criando 40 centros vocacionais de tecnologia (CVT's) e três centros tecnológicos, distribuídos pela capital e interior. O Estado conta com várias universidades que garantem a formação e qualificação da mão-de-obra de nível superior. Com efeito, o Estado do Ceará tem melhorado seus índices de educação de forma surpreendente, dobrando a taxa de escolarização do ensino fundamental de sua população, entre 1985 e 2004, alcançando mais de 93%, e quase quintuplicando a taxa de escolarização do ensino médio. Destarte, os gastos com saúde cresceram 50%, entre 2000 e 2004, enquanto os gastos com educação atingiram uma média de 30% da receita líquida da arrecadação dos impostos estaduais.

0.4. INDICADORES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA E DO ESTADO DO CEARÁ

A UFC está inserida no município de Fortaleza, cuja população ronda a casa dos 2,3 milhões de habitantes. Para termos idéia da realidade do município, em comparação com a do Estado do Ceará, da Região do Nordeste e da República Federativa do Brasil, apresentamos abaixo alguns indicadores sociais dessas distintas realidades.

Quadro 1. Indicadores Sociais.

Indicadores Sociais	Brasil	Nordeste	Ceará	Fortaleza
Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)**	25,06	37,65	25,1	24,5
Expectativa de vida ao nascer (em anos)***	69,27	66,66	67,29	67,21
Domicílios com abastecimento de água (%)**	82,00	70,60	63,65	96,19
Domicílios com eletricidade (%)**	96,70	90,90	93,40	98,97
Taxa de desemprego (%)***	9,70	8,70	8,10	13,60
Renda <i>per capita</i> (R\$)***	6.491,00	2.671,00	2.794,00	5.625,00
Índice de desenvolvimento humano (IDH)*	0,764	0,685	0,699	0,786

* Dados referentes ao ano 2000.

** Dados referentes ao ano 2002.

*** Dados referentes ao ano 2003.

Faremos, a partir de agora, algumas interpretações dos dados do Quadro 1, considerando como dimensão focal a cidade de Fortaleza, já que se trata do município sede da Universidade Federal do Ceará (UFC). O mencionado município apresenta *taxa de mortalidade infantil* inferior aos valores verificados no Ceará, no Nordeste e no Brasil, o que pode indicar certa eficácia das políticas públicas locais, direcionadas à saúde pública. Não obstante, a *expectativa de vida* dos fortalezenses é inferior às médias do Ceará e do Brasil, sendo superior tão-somente ao valor verificado no Nordeste. Esse último dado é, em certo sentido, paradoxal ao indicador anterior (taxa de mortalidade infantil), bem como aos dados que revelam a *porcentagem de domicílios com abastecimento de água e com eletricidade*, que no município de Fortaleza estão ao redor de 96% e 98%, respectivamente, valores superiores aos verificados no Estado do Ceará,

na Região Nordeste e no Brasil. Por fim, cabe destacar que Fortaleza apresenta IDH superior aos valores observados no âmbito estadual, regional e nacional.

Em suma: *Fortaleza é uma cidade com IDH superior aos valores verificados nos âmbitos estadual, regional e nacional; possui baixa taxa de mortalidade infantil, elevado percentual de domicílios com abastecimento de água e com eletricidade, porém seus habitantes têm expectativa de vida abaixo da média do próprio Estado do Ceará, bem como do Brasil.*

Para concluir, cabe destacar, ainda, que, no tocante ao aspecto econômico, o município apresenta taxa de desemprego muito superior aos valores verificados no Estado do Ceará, na Região Nordeste e no Brasil. Não obstante, a renda per capita do fortalezense é inferior à média nacional. Esses indicadores podem estar revelando elevada concentração de renda dentro do subconjunto dos habitantes fortalezenses empregados formalmente.

0.5. INDICADORES EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA E DO CEARÁ

Igualmente como procedemos com os indicadores sociais de Fortaleza, em comparação com os do Estado do Ceará, da Região Nordeste e da República Federativa do Brasil, apresentamos abaixo alguns indicadores educacionais dessas distintas realidades.

Quadro 2. Indicadores Educacionais.

Indicadores Educacionais	Brasil	Nordeste	Ceará	Fortaleza
Analfabetismo entre jovens com mais de 15 anos (%)**	11,8	24,4	22,6	11,4
Escolarização no Ensino Fundamental (%)**	93,9	91,7	92,7	93,5
Escolarização no Ensino Médio (%)**	40,6	23,1	28,5	43,1
Jovens de 18 a 24 anos no Ensino Superior (%)**	11,2	5,6	7,3	---
Maiores de 25 anos no Ensino Superior (%)**	10,8	6,1	7,2	11,9
Docentes do Ensino Fundamental com Nível Superior (%)**	75,1	75,0	49,2	74,1
Docentes do Ensino Médio com Nível Superior (%)**	89,3	89,0	88,1	91,7
Índice de desenvolvimento humano (IDH – Dimensão Educação)*	0,85	0,76	0,77	0,88

* Dados referentes ao ano 2000.

** Dados referentes ao ano 2002.

Uma vez mais interpretaremos os dados do Quadro 2 considerando como dimensão focal o município de Fortaleza, sede da Universidade Federal do Ceará (UFC). Com respeito ao analfabetismo entre jovens com idade superior aos 15 anos, a cidade apresenta a menor taxa, comparativamente ao Estado, ao Nordeste e ao Brasil. Tal tendência positiva também pode ser vislumbrada no que diz respeito à escolarização da população no âmbito do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, cujos percentuais se sobrepõem aos valores observados no Estado, no Nordeste e no Brasil (excetuando-se a taxa de escolarização no Ensino Fundamental, que é ligeiramente inferior à média nacional).

Entre os jovens com idade entre 18 e 24 anos que, teoricamente, deveriam estar no Ensino Superior, o Ceará está acima da média nordestina, porém abaixo do valor nacional para este indicador. Não obstante, entre os jovens com idade superior aos 25 anos, o percentual de inserção no Ensino Superior do município de Fortaleza é superior aos valores estadual, regional e nacional.

No que tange à escolarização dos docentes do Ensino Médio, observamos que a taxa municipal para os que possuem nível superior é bastante maior que os valores observados nos âmbitos estadual, regional e nacional. Desafortunadamente a mesma tendência não se repete entre os docentes que atuam no Ensino Fundamental, cuja proporção dos que têm nível superior é tão-somente mais elevada que o valor estadual. Finalmente, vale destacar que Fortaleza apresenta IDH – Dimensão Educação superior aos valores observados no âmbito estadual, regional e nacional.

Podemos asseverar, em síntese, que *Fortaleza é uma cidade com elevados percentuais de docentes com Diploma Superior atuando no Ensino Médio e no Ensino Fundamental, bem como elevados índices de escolarização nos níveis fundamental, médio e superior. Como efeito desses aspectos, possui IDH – Dimensão Educação superior aos valores verificados nos âmbitos estadual, regional e nacional.*

1. CARACTERIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

A Universidade Federal do Ceará (UFC) é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação, que foi criada pela Lei 2.373, de dezembro de 1954, tendo sido instalada no dia 25 de junho de 1955. Originalmente foi constituída pela união da Escola de Agronomia, Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina e Faculdade de Farmácia e Odontologia. A UFC conta hoje com praticamente todas as áreas do conhecimento representadas em três *campi*, formados por quatro centros (Ciências, Ciências Agrárias, Humanidades e Tecnologia) e cinco faculdades (Direito; Educação; Economia Administração, Atuária e Contabilidade; Farmácia, Odontologia e Enfermagem; e Medicina). Sediada em Fortaleza, Capital do Estado, a UFC é um braço do sistema do Ensino Superior do Ceará cujo objetivo perseguido é atender às diferentes escalas de exigências dessa sociedade.

A UFC ocupa uma área urbana de 269 hectares, assim distribuídos:

- **Campus do Benfica (13 hectares):** Reitoria; Pró-Reitorias de Planejamento, Administração e Assuntos Estudantis; Centro de Humanidades; Faculdades de Direito, Educação, e Economia, Administração, Atuária e Contabilidade; Curso de Arquitetura e equipamentos culturais.
- **Campus do Pici (212 hectares):** Centros de Ciências, Ciências Agrárias e Tecnologia; Pró-Reitorias de Graduação e de Pesquisa e Pós-Graduação; Biblioteca Universitária, núcleos e laboratórios diversos, além de área para a prática de esportes.
- **Campus do Porangabussu (8 hectares):** Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem; Faculdade de Medicina; complexo hospitalar (Hospital Universitário Walter Cantídio, Maternidade-Escola Assis Chateaubriand e Farmácia-Escola), laboratórios e clínicas.
- **Campus Avançado da UFC no Cariri (16 hectares):** será implantado em terreno localizado em área urbana, doado pela Prefeitura Municipal de Juazeiro no Norte, e contará, inicialmente, com os cursos de Administração, Biblioteconomia, Filosofia, Agronomia e Engenharia Civil.

- **Campus Avançado da UFC em Sobral (20 hectares):** será implantado em terreno doado pela prefeitura e contará, inicialmente, com os cursos de Ciências Econômicas, Engenharia da Computação, Engenharia Elétrica, Psicologia e Odontologia.

Existem ainda, fora dos cinco *campi*, o Instituto de Ciências do Mar (bairro do Meireles), a Casa de José de Alencar (bairro de Messejana) e as fazendas experimentais (municípios de Quixadá, Pentecoste e Maracanaú). Ademais, o curso de Medicina possui duas extensões em municípios do interior do estado (Sobral e Barbalha).

Cabe ressaltar que a UF possui os seguintes equipamentos de apoio às atividades de ensino, cultura e artes:

- Sistema de Bibliotecas, com 14 unidades (sendo 12 em Fortaleza, uma em Barbalha e uma em Sobral).
- Casa de José de Alencar (museu, pinacoteca, centro de treinamento, ruínas do primeiro engenho a vapor do Ceará e a casa onde nasceu o autor de Iracema).
- Museu de Arte (com obras dos mais representativos artistas plásticos cearenses).
- Casa Amarela Eusélio Oliveira (centro de ensino e criação nas áreas de cinema e vídeo).
- Teatro Universitário (sede do Curso de Arte Dramática).
- Seara da Ciência.
- Rádio Universitária FM.
- Concha Acústica.
- Imprensa Universitária.
- Editora da UFC.

1.1. MISSÃO

A UFC tem por missão formar profissionais de alta qualificação, gerar e difundir conhecimentos, preservar e divulgar os valores artísticos e culturais, constituindo-se em instituição estratégica para o desenvolvimento do Ceará e do Nordeste. Possui como lema “o universal pelo regional”.

1.2. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA

A UFC é regida administrativa e juridicamente de acordo com seu Estatuto, Regimento Geral e Regimento Interno de suas diversas unidades. A administração e coordenação das atividades universitárias são exercidas em dois níveis:

- a) Administração Superior.
- b) Administração Acadêmica.

1.2.1. ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

A Administração Superior é exercida através dos seguintes órgãos:

- Conselho Universitário (CONSUNI).
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE).
- Conselho de Curadores.

- Reitoria.

Reitoria: Órgão Superior executivo que tem por finalidade planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar as atividades de administração em geral, de planejamento, de assuntos estudantis, de graduação, de pós-graduação, de pesquisa e de extensão no âmbito da Universidade.

Estrutura Orgânica da Reitoria:

I - Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Reitor.

- Gabinete.
- Procuradoria Geral.
- Comissão Permanente de Pessoal Docente.
- Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo (CPPTA).

II - Órgãos de Assessoramento ao Reitor.

- Coordenadoria de Comunicação Social.
- Coordenadoria de Marketing Institucional.
- Coordenadoria de Assuntos Internacionais.
- Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores.
- Ouvidoria Geral.
- Auditoria Interna.
- Coordenadoria de Concursos.

III - Órgãos de Planejamento e Administração.

- Pró-Reitoria de Planejamento.
- Pró-Reitoria de Administração.
- Superintendência de Recursos Humanos.
- Superintendência de Planejamento Físico e Operações.

IV - Órgãos de Atividades Específicas.

- Pró-Reitoria de Graduação.
- Pró-Reitoria de Extensão.
- Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.
- Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

V - Órgãos Suplementares.

- Instituto de Ciências do Mar.
- Imprensa Universitária.
- Biblioteca Universitária.
- Núcleo de Processamento de Dados.
- Seara da Ciência.
- Instituto Universidade Virtual.
- Instituto de Cultura e Arte.

1.2.2. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

Os departamentos são coordenados por unidades acadêmicas, com a denominação de Centros ou Faculdades.

Unidades de Pesquisa e Ensino Básico:

- Centro de Ciências.
- Centro de Humanidades.

Unidades de Ensino Profissional e Pesquisa Aplicada:

- Centro de Tecnologia.
- Centro de Ciências Agrárias.
- Faculdade de Medicina.
- Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem.
- Faculdade de Direito.
- Faculdade de Educação.
- Faculdade de Economia, Administração, Atuariais e Contabilidade.

A administração dos centros ou faculdades é exercida pelos seguintes órgãos:

- Conselho de Centro ou Conselho Departamental.
- Diretoria.
- Departamentos.
- Coordenação de Cursos de Graduação.
- Coordenação de Cursos de Pós-Graduação.

Conhecidas essas informações de caráter genérico acerca da UFC, relevante faz-se, agora, descrever as atividades desenvolvidas no seu interior.

1.3. NATUREZA DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO INTERIOR DA UFC

A Figura 1, apresentada a seguir, reveste-se em tentativa de abstrair e de representar graficamente as atividades que são desenvolvidas no âmbito interno de uma Instituição de Educação Superior (IES), destacando suas interações e suas repercussões sobre o contexto social no qual está inserida a mencionada instituição educacional.

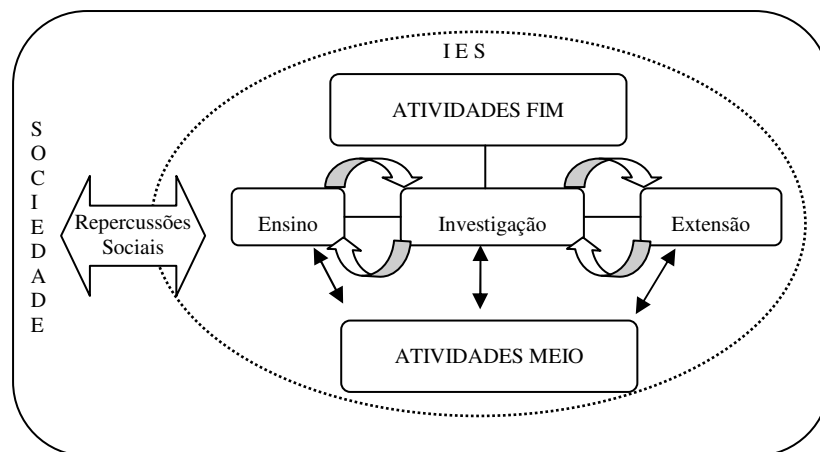


Figura 1: Atividades desenvolvidas no seio de uma IES e suas repercussões na sociedade.

A Figura 1 baseia-se na idéia de que uma IES (representada pela elipse) é um sistema semi-aberto, conforme destacado por Dias Sobrinho (2000) e por Cavaliere, Macedo-Soares e Thiollent (2004). O mencionado sistema educacional está em sistemática e *dinâmica interação* com o contexto social no qual está imerso (o

retângulo), isto é: suas atividades e seus produtos têm relevantes repercussões sobre a sociedade na qual está inserida, ao mesmo tempo em que também sofre a influência da mesma (representada pela seta de duplo sentido que interliga a IES com a sociedade). Sendo assim, nada é mais relevante do que a investigação das *repercussões sociais das atividades de uma IES*, através, por exemplo, do acompanhamento sistemático dos seus egressos; mapeando opiniões, atitudes e crenças acerca da universidade e da sociedade; identificando e avaliando o valor agregado pela IES; verificando a opinião (i) dos empregadores e (ii) de setores da sociedade civil organizada, acerca da adequação e da pertinência da formação profissional e cidadã dos recursos humanos formados.

Voltemos a discutir a Figura 1. Nela, há ênfase sobre dois conjuntos relevantes de atividades institucionais, distintas entre si, porém complementares. O primeiro grupo pode ser chamado de *atividades fim*, pois elas conformam o célebre e conhecido tripé de toda e qualquer IES com porte de Universidade: *o ensino* (de graduação e de pós-graduação -stricto e *lato sensu*), *a investigação científica* (no âmbito da graduação e da pós-graduação) e *a extensão* (atividades de características artísticas e culturais, de saúde pública, de formação para o exercício da cidadania etc).

Mencionado tripé de atividades representativas de toda e qualquer universidade está em constante interação entre si. Em suma: o ensino exerce influência sobre a investigação e sobre a extensão, ao mesmo tempo em que também sofre seus efeitos (na Figura 1 a interação é representada por setas de duplo sentido que interligam essas três dimensões institucionais). Conforme destacam Gell-Mann (2003), Popper (1972), Puente Viedma (1993), Serres (1998) e Wilson (1999): *toda e qualquer atividade científica tem como principal objetivo buscar identificar relações válidas entre variáveis, não descartando as interações válidas e significativas que podem ser estabelecidas entre as mesmas*. Sendo assim, um dos mais relevantes objetivos da avaliação de IES é tentar identificar a qualidade e a natureza das interações entre o ensino, a investigação científica e a extensão.

Agora bem, para que as atividades finalísticas (o ensino, a investigação científica e a extensão) venham a ser executadas a contento, haverá que existir outro conjunto de processos, potencializador do alcance das primeiras. Esse segundo conjunto é formado pelas *atividades meio*, que pode ser exemplificado através da adequação (i) da gestão administrativa e de pessoal; (ii) do planejamento estratégico institucional; (iii) da sustentabilidade financeira; (iv) das políticas internas voltadas a combater a evasão discente; (v) da adequação das bibliotecas, dos laboratórios e das salas de aula, dentre ampla diversidade de outros aspectos institucionais.

Conforme destaca a Figura 1, *as atividades fim e as meio interagem entre si*, isto é, uma influencia a outra ao mesmo tempo em que sofre sua ação. Por exemplo: as atividades de ensino, de investigação científica e de extensão serão influenciadas pela qualidade física das salas de aula, da adequação da iluminação, da ventilação e mesmo da segurança proporcionada aos seus usuários; também sofrerão com a qualidade do acervo disponibilizado pelas bibliotecas. Esses dois aspectos destacados dependerão, por seu turno, da sustentabilidade financeira da IES. Com essa exemplificação desejamos ressaltar a estreita relação que há entre as finalidades da IES (atividades fim) e as dimensões que lhes dão suporte (atividades meio). Portanto, *uma vincula-se a outra e tal ligação deve ser objeto da avaliação institucional*.

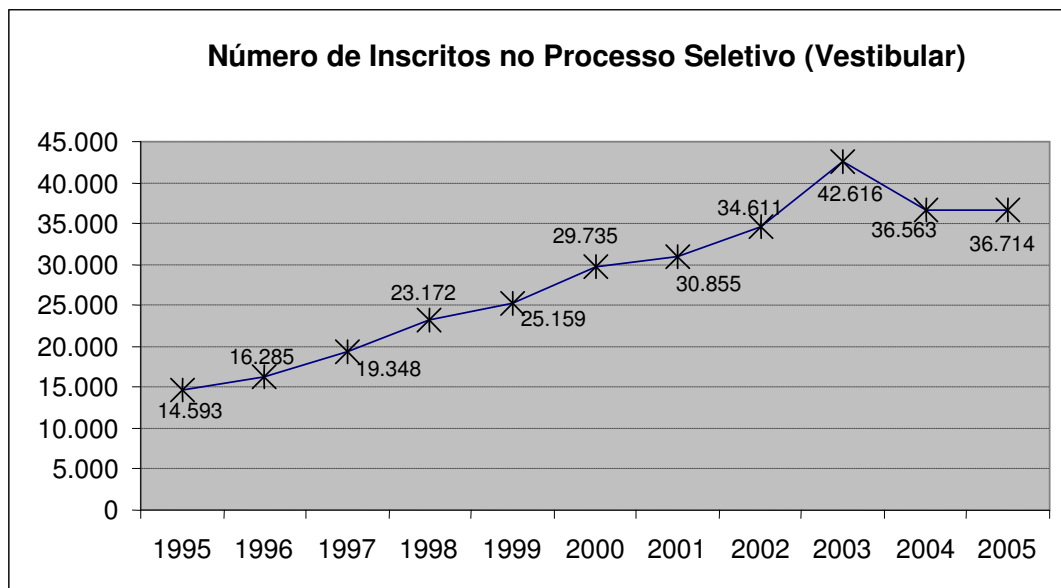
Apresentadas as atividades desenvolvidas no interior da UFC, faz-se relevante caracterizar mencionada IES através de alguns dados e indicadores institucionais.

1.4. DADOS E INDICADORES INSTITUCIONAIS DA UFC

Para que se possa ter idéia superficial acerca da magnitude da UFC, das atividades executadas no seu interior e da importância dos recursos humanos para o desenvolvimento das mesmas, apresentam-se, a seguir, algumas informações institucionais. A UFC oferece, atualmente, 54 cursos de graduação, 129 cursos de pós-graduação, sendo 64 *lato sensu* e 65 *stricto sensu* (47 de mestrado e 18 de doutorado). Para tal, conta com 1.277 docentes, sendo 780 doutores e 354 mestres, além de 3.461 servidores técnico-administrativos (1.406 com nível médio e 1.367 com nível superior). A população atendida pode ser caracterizada através dos seguintes números relativos ao ano 2005:

- Discentes de graduação: \approx 21.000.
- Egressos da graduação: 3.071.
- Discentes de pós-graduação (*stricto sensu*): \approx 1.700.
- Egressos da pós-graduação (mestres e doutores): 357.
- Grupos de pesquisa cadastrados no CNPq: 258.
- Publicações (periódicos e livros): 1.162.
- Discentes das Casas de Cultura e Línguas Estrangeiras: \approx 6.000.
- Usuários das atividades de extensão: \approx 70.000.
- Usuários das atividades médico-hospitalares: \approx 350.000.
- Exames laboratoriais: \approx 750.000.

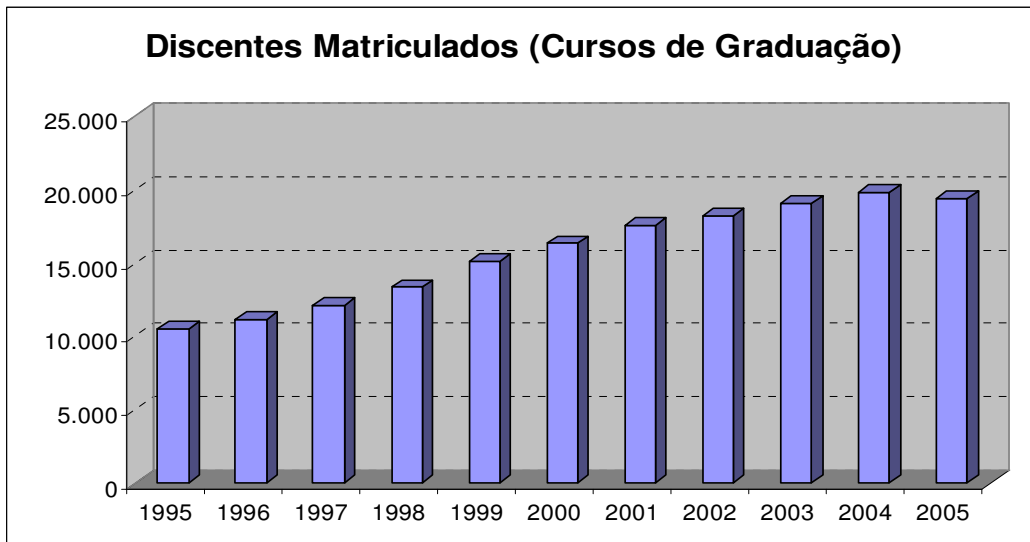
Para que se possa ter idéia da relevância, por exemplo, dos cursos de graduação para a sociedade cearense, apresentamos, a seguir, um indicador da demanda social por referidos cursos: o número de inscritos no processo seletivo para os cursos de graduação da UFC (vestibular), entre os anos 1995 e 2005.



Conforme se pode constatar, a demanda por ensino superior, especificamente

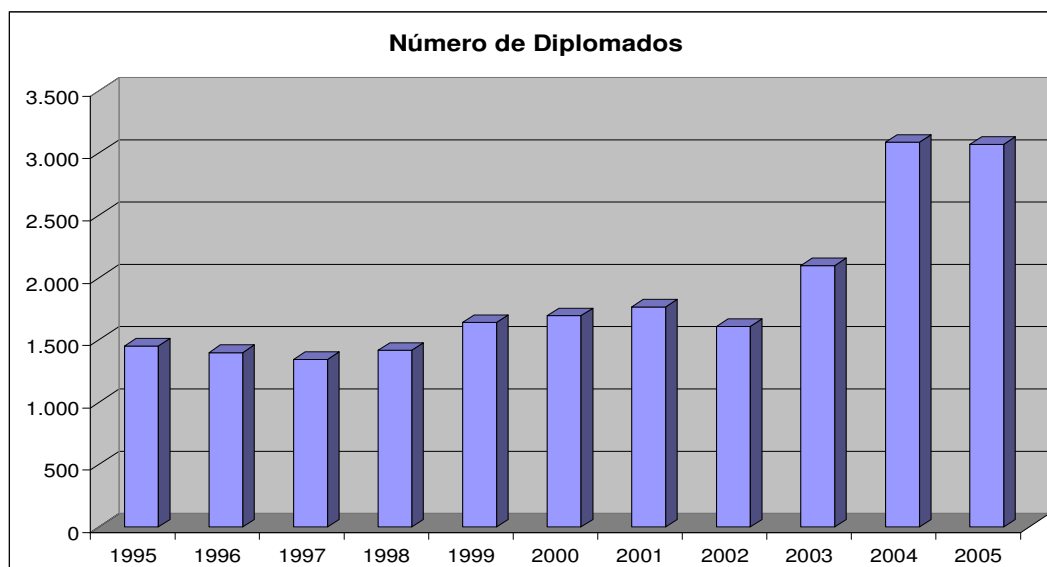
pelos cursos de graduação da UFC, vem crescendo de forma alarmante no âmbito cearense. Entre 1995 e 2002 houve incremento da ordem de 137% na demanda discente, não havendo, nesse mesmo período, significativo aporte de recursos humanos, financeiros nem tampouco acréscimo do número de vagas destinadas aos cursos de graduação. Entretanto, comparativamente ao ano 2003, observou-se significativa redução no número de inscritos nos vestibulares de 2004 e 2005, da ordem de 14%. Assim, percebe-se certa tendência à estabilização do número de inscritos no vestibular da UFC, em torno de 37.000 ao ano, para concorrerem às cerca de 3.650 vagas oferecidas à graduação.

O gráfico apresentado em seguida contém séries numéricas que expressam a variação dos matriculados em cursos de graduação da UFC, entre 1995 e 2005.



Observa-se clara tendência de ascensão do número de discentes oficialmente matriculados em pelo menos uma disciplina dos cursos de graduação da UFC. Entre 1995 e 2005 constatou-se incremento da ordem de aproximadamente 100%, significando, desse modo, que a instituição obteve aproximadamente 10.000 novos graduandos no período referido. Constata-se, assim, que a instituição empreendeu significativos esforços para atender a forte demanda por ensino superior, verificada no âmbito cearense, conforme demonstrado nos dados do gráfico anterior.

Em seguida apresenta-se gráfico que expressa a variação no número de diplomados em cursos de graduação da UFC, entre 1995 e 2005.



Constatamos que houve pequeno decréscimo (7,4%) no número de diplomados entre os anos 1995 e 1997. Porém, entre 1997 e 2001 houve tendência à elevação no número de diplomados, da ordem de 31,3%. Entre 2001 e 2002 observou-se redução no número de alunos diplomados em 8,8%. Não obstante, houve importante incremento entre os anos de 2003 e 2005, da ordem de 90% quando se compara 2005 com 2002. Verificamos que a partir de 2004 ultrapassamos a marca de 3.000 novos graduados formados pela UFC no referido ano, fato que se repetiu em 2005.

Através dessa rápida panorâmica da UFC, passemos, agora, a conhecer um pouco melhor os candidatos inscritos e os aprovados no último processo seletivo para os cursos de graduação (vestibular) da UFC.

1.4.1. PERFIL DOS CANDIDATOS AOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFC

Acreditamos ser salutar realizar comentários acerca da demanda dos egressos do Ensino Médio pelos cursos de graduação oferecidos pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Para tal, apresentaremos dados ilustrativos da procura desse contingente discente pelos cursos de graduação da UFC, nos últimos cinco anos.

QUADRO 1. DADOS ACERCA DOS CINCO ÚLTIMOS VESTIBULARES DA UFC.

	2002	2003	2004	2005	2006
Candidatos inscritos	35.433	37.000	42.616	36.719	37.299
Candidatos isentos do pagamento da taxa de inscrição	6.555	12.511	18.312	14.068	14.312
Vagas ofertadas	3.585	3.585	3.625	3.605	3.645
Relação candidato/vaga	9,9	10,3	11,8	10,2	10,2
Total de Matriculados nos cursos de Graduação	18.259	19.372	20.210	20.886	21.584

Fonte: Coordenadoria de Análise Institucional e Avaliação (CAIA/PRPL, 2006).

Como se pode observar, o número de candidatos inscritos no vestibular sofreu aumento superior a 20%, entre os anos 2002 e 2004. Não obstante, nos dois últimos anos percebe-se estabilização no número de candidatos, que ficou em torno de 37.000 inscritos. No tocante à relação candidato/vaga, observa-se estabilização desse indicador que, desde 2002, tem-se mantido em torno de dez candidatos inscritos para cada vaga oferecida. Quanto ao número de matriculados, houve acentuado acréscimo verificado desde 2002, com taxa média anual variando entre 3,5% a 5%. Esse é um dado revelador do atendimento parcial da demanda por vagas nos cursos de graduação da UFC que revela preocupação da gestão da instituição em buscar atender tal demanda.

Por fim, merece destaque a concessão de isenção do pagamento da taxa de inscrição. Conforme as informações presentes no quadro 1, em 2002 foram concedidas 6.555 isenções (18,5% dos candidatos inscritos), elevando-se, em 2006, para 14.312 (38,4% dos inscritos).

É importante destacar a relação entre o número de inscritos e o número de vagas oferecidas, no âmbito de cada um dos cursos de graduação da UFC, conforme o Quadro 2.

QUADRO 2. CONCORRÊNCIA AOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFC, EM 2006.

Cursos	Inscritos	Vagas	Concorrência
Administração (Diurno)	714	80	8,9
Administração (Noturno)	926	80	11,6
Agronomia	640	140	4,6
Arquitetura e Urbanismo	323	40	8,1
Bacharelado em Educação Física	367	25	14,7
Bacharelado em Física	175	40	4,4
Bacharelado em Matemática	103	40	2,6
Bacharelado em Química	254	50	5,1
Biblioteconomia	332	50	6,6
Ciências Atuariais (Noturno)	122	25	4,9
Ciências Biológicas	890	60	14,8
Ciências Contábeis (Diurno)	542	80	6,8
Ciências Contábeis (Noturno)	592	80	7,4
Ciências Econômicas (Diurno)	600	80	7,5
Ciências Econômicas (Noturno)	503	80	6,3
Ciências Sociais	611	50	12,2
Computação	826	60	13,8
Comunicação Social (Jornalismo)	1069	50	21,4
Comunicação Social (Publicidade e Propaganda)	957	50	19,1
Direito (Diurno)	1753	90	19,5
Direito (Noturno)	1877	90	20,9
Economia Doméstica	517	80	6,5
Enfermagem	1383	80	17,3
Engenharia Civil	764	120	6,4
Engenharia de Alimentos	697	100	7,0
Engenharia de Pesca	676	100	6,8
Engenharia de Produção Mecânica	205	40	5,1
Engenharia de Teleinformática	379	50	7,6
Engenharia Elétrica	732	100	7,3
Engenharia Mecânica	528	60	8,8
Engenharia Metalúrgica	177	40	4,4
Engenharia Química	479	70	6,8
Estatística	310	60	5,2
Estilismo e Moda	641	40	16,0
Farmácia	1247	100	12,5
Filosofia (Noturno)	409	50	8,2
Geografia	563	60	9,4
Geologia	144	40	3,6
História	916	80	11,4
Letras (Português)	503	70	7,2
Letras (Português-Alemão)	50	20	2,5
Letras (Português-Espanhol)	545	50	10,9
Letras (Português-Francês)	221	30	7,4

Letras (Português-Inglês)	333	50	6,7
Letras (Português-Italiano)	47	20	2,4
Licenciatura em Educação Física	511	25	20,4
Licenciatura em Educação Musical	205	30	6,8
Licenciatura em Física (Noturno)	186	40	4,7
Licenciatura em Matemática (Noturno)	304	50	6,1
Licenciatura Em Química (Noturno)	170	50	3,4
Medicina	3251	150	21,7
Medicina (Barbalha)	890	40	22,3
Medicina (Sobral)	615	40	15,4
Odontologia	978	80	12,2
Pedagogia (Diurno)	430	70	6,1
Pedagogia (Noturno)	631	70	9,0
Psicologia	1470	60	24,5
Secretariado (Noturno)	567	40	14,2
Zootecnia	449	50	9,0
Total	37.299	3645	10,2

Fonte: Coordenadoria de Concursos (CCV).

Segundo os dados presentes no Quadro 2, há 21 cursos com concorrência superior a dez, o que corresponde a 39% do total de cursos de graduação ofertados pela UFC em 2006 (n = 54). Destaque-se, ainda, que, dentre esses, em seis a relação candidato/vaga foi superior a vinte: Educação Física, Direito (Noturno), Comunicação Social, Medicina (Fortaleza e Barbalha) e Psicologia, que obteve a maior concorrência (24,5 candidato/vaga). Tais informações reforçam, uma vez mais, a constatação da elevada demanda social pelos cursos de graduação da UFC que se tem verificado nos últimos anos.

1.4.1.1. PERFIL DOS CANDIDATOS INSCRITOS E DOS APROVADOS NO VESTIBULAR DE 2006

Nos quadros apresentados a seguir apresentam-se dados acerca de algumas características demográficas dos 37.299 candidatos inscritos ao vestibular 2006 e dos 3.645 aprovados no mencionado certame seletivo da UFC. Sendo assim, iniciamos essa análise apresentando informações acerca da concessão de isenção do pagamento da taxa de inscrição.

Quadro 3. Informações acerca da isenção do pagamento da taxa de inscrição.

	CANDIDATOS INSCRITOS	CANDIDATOS APROVADOS
ISENTOS	13.073 (35%)	707 (19,4%)
NÃO ISENTOS	24.226 (65%)	2.938 (80,6%)
TOTAL	37.299 (100%)	3.645 (100%)

Como se vê no quadro 3, a maioria dos candidatos inscritos foi formada por não isentos (65%). Dentre os aprovados a proporção de não isentos é significativamente maior que a de isentos: 80,6%.

Quadro 4. Informações acerca do gênero dos candidatos.

	CANDIDATOS INSCRITOS	CANDIDATOS APROVADOS
FEMININO	20.705 (55,5%)	1.664 (45,7%)
MASCULINO	16.594 (44,5%)	1.981 (54,3%)
TOTAL	37.299 (100%)	3.645 (100%)

Conforme demonstram os dados do quadro 5, apesar de a maioria dos inscritos ser do gênero feminino (55,5%), dentre os aprovados, os homens constituem o grupo majoritário (54,3%).

Quadro 5. Informações acerca da faixa etária dos candidatos.

	CANDIDATOS INSCRITOS	CANDIDATOS APROVADOS
MENOR DE 17 ANOS	1.119 (3,0%)	99 (2,7%)
17 A 18 ANOS	17.281 (46,3%)	1.799 (49,3%)
19 A 24 ANOS	14.657 (39,3%)	1.448 (39,7%)
ACIMA DE 24 ANOS	4.242 (11,4%)	299 (8,3%)
TOTAL	37.299 (100%)	3.645 (100%)

De acordo com as informações constantes do quadro 6, a maior parte dentre inscritos e aprovados é formada por aprendizes na faixa etária de dezessete a dezoito anos: 46,3% e 49,3%, respectivamente.

Quadro 6. Informações acerca da etnia dos candidatos.

	CANDIDATOS INSCRITOS	CANDIDATOS APROVADOS
ASIÁTICA	279 (0,7%)	25 (0,7%)
BRANCA	15.158 (40,6%)	1.566 (43,0%)
INDÍGENA	887 (2,4%)	70 (1,9%)
NEGRA	3.126 (8,4%)	242 (6,6%)
PARDA	17.435 (46,7%)	1.719 (47,2%)
NÃO INFORMADA	414 (1,2%)	23 (0,6%)
TOTAL	37.299 (100%)	3.645 (100%)

Segundo os dados, a maioria, dentre inscritos e aprovados, é formada por pessoas que se declararam pertencer às etnias branca (40,6% e 43%, respectivamente) e parda (46,7% e 47,2%, respectivamente). Não obstante, dentre os indígenas e os negros, verificou-se pequena redução entre as proporções de inscritos (2,4% e 8,4%, respectivamente) e de aprovados (1,9% e 6,6%, respectivamente).

Quadro 7. Informações acerca de candidatos portadores de deficiência.

	CANDIDATOS INSCRITOS	CANDIDATOS APROVADOS
NÃO POSSUI	36.116 (96,8%)	3.548 (97,5%)
DEFICIÊNCIA AUDITIVA	101 (0,3%)	10 (0,2%)
DEFICIÊNCIA VISUAL	530 (1,4%)	51 (1,4%)
DEFICIÊNCIA MOTORA	73 (0,2%)	7 (0,1%)
OUTRO TIPO	91 (0,2%)	9 (0,2%)
NÃO INFORMADO	388 (1,1%)	20 (0,6%)
TOTAL	37.299 (100%)	3.645 (100%)

De acordo com as informações, a maioria dos candidatos inscritos e aprovados foi formada por aprendizes que não possuíam deficiência (96,8% e 97,5%, respectivamente). Dentre aqueles que possuem algum tipo de deficiência, destacam-se os que têm limitações visuais, cuja proporção dentre inscritos e aprovados foi 1,4%. Dentre os que se declararam portadores de deficiência visual, apenas 18 (3,45) solicitaram atendimento especial (apoio de leitor/prova em Braile/prova ampliada e/ou uso do Programa DOS VOX). E, dentre aqueles que se declaram portadores de deficiência auditiva, 22 (21,8%) solicitaram o apoio de tradutor em Libras.

Quadro 8. Tipo de escola em que os candidatos cursaram o Ensino Fundamental.

	CANDIDATOS INSCRITOS	CANDIDATOS APROVADOS
TODO NA ESCOLA PÚBLICA	10.608 (28,4%)	578 (15,8%)
TODO NA ESCOLA PARTICULAR	19.475 (52,2%)	2.479 (68,1%)
MAIOR PARTE NA ESCOLA PÚBLICA	3.143 (8,4%)	270 (7,4%)
MAIOR PARTE NA ESCOLA PARTICULAR	3.029 (8,2%)	299 (8,2%)
NÃO INFORMADO	1.044 (2,8%)	19 (0,5%)
TOTAL	37.299 (100%)	3.645 (100%)

Enquanto o contingente de aprovados que cursou todo o Ensino Fundamental na escola pública passou de 28,4% inscritos para 15,8% aprovados, o dos que o fizeram na escola particular passou de 52,2% para 68,1%.

Quadro 9. Tipo de escola em que os candidatos cursaram o Ensino Médio.

	CANDIDATOS INSCRITOS	CANDIDATOS APROVADOS
TODO NA ESCOLA PÚBLICA	13.872 (37,2%)	851 (23,4%)
TODO NA ESCOLA PARTICULAR	20.222 (54,2%)	2.501 (68,7%)
MAIOR PARTE NA ESCOLA PÚBLICA	1.366 (3,7%)	117 (3,2%)
MAIOR PARTE NA ESCOLA PARTICULAR	1.405 (3,8%)	153 (4,1%)
NÃO INFORMADO	434 (1,1%)	23 (0,6%)
TOTAL	37.299 (100%)	3.645 (100%)

Constatamos que a tendência observada no âmbito do Ensino Fundamental repete-se no Ensino Médio. A maioria dos candidatos inscritos (53,3%) e aprovados (68,7%) cursou integralmente o Ensino Médio em escolas da rede particular de ensino. Por outro lado, entre aqueles que estudaram todo o Ensino Médio em escolas da rede pública, houve significativa redução na proporção de inscritos (36,5%) e aprovados (23,4%).

Quadro 10. Informações acerca da modalidade de curso no Ensino Médio.

	CANDIDATOS INSCRITOS	CANDIDATOS APROVADOS
ENSINO MÉDIO REGULAR	34.438 (92,3%)	3.438 (94,4%)
ENSINO PROFISSIONALIZANTE/TÉCNICO	1.214 (3,3%)	122 (3,3%)
SUPLETIVO	1.248 (3,3%)	63 (1,7%)
NÃO INFORMADO	399 (1,1%)	22 (0,6%)
TOTAL	37.299 (100%)	3.645 (100%)

De acordo com as informações, a maior parte dos inscritos (92,3%) e aprovados (94,4%) é formada por aprendizes que concluíram o Ensino Médio regular. Com relação àqueles que concluíram o supletivo, observa-se decréscimo no percentual estabelecido entre inscritos (3,3%) e aprovados (1,7%).

Quadro 11. Motivos alegados para a escolha do curso.

	CANDIDATOS INSCRITOS	CANDIDATOS APROVADOS
MERCADO DE TRABALHO	8.293 (22,2%)	526 (14,4%)
ADEQUAÇÃO ÀS APTIDÕES PESSOAIS	23.595 (63,3%)	2.606 (71,5%)
BAIXA CONCORRÊNCIA ÀS VAGAS	743 (2,0%)	79 (2,2%)
INFLUÊNCIA FAMILIAR	776 (2,1%)	52 (1,4%)
OUTROS MOTIVOS	3.507 (9,4%)	363 (10,0%)
NÃO INFORMADO	385 (1%)	19 (0,5%)
TOTAL	37.299 (100%)	3.645 (100%)

Conforme se lê no quadro 11, a maioria dentre inscritos (63,3%) e aprovados (71,5%) é formada por aprendizes que alegaram ter escolhido o curso por considerá-lo adequado às suas aptidões pessoais. Quanto aos que escolheram o curso tomando como base a demanda do mercado de trabalho, houve redução entre a proporção de inscritos (22,2%) e aprovados (14,4%).

Quadro 12. Fonte de informações acerca do curso escolhido.

	CANDIDATOS INSCRITOS	CANDIDATOS APROVADOS
AMIGOS/FAMILIARES	12.365 (33,2%)	1.186 (32,5%)
PROFESSORES	6.121 (16,4%)	598 (16,4%)
ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL	6.921 (18,6%)	596 (16,4%)
OUTRAS FONTES	11.480 (30,7%)	1.239 (34,0%)
NÃO INFORMADO	412 (1,1%)	26 (0,7%)
TOTAL	37.299 (100%)	3.645 (100%)

Como se observa aproximadamente a terça parte dos inscritos e dos aprovados alegou ter como principais fontes de informação acerca do curso escolhido os amigos e/ou familiares (33,2%). Dentre os inscritos, 30,7% indicaram ter tido acesso a informações sobre o curso em “*outras fontes*”, enquanto dentre os aprovados este valor foi 34%.

Quadro 13. Situação dos candidatos na vida econômica da família.

	CANDIDATOS INSCRITOS	CANDIDATOS APROVADOS
NÃO TRABALHA	29.637 (79,5%)	3.057 (83,9%)
TRABALHA, MAS RECEBE AJUDA FINANCEIRA DA FAMÍLIA	2.753 (7,4%)	244 (6,7%)
TRABALHA, MAS NÃO RECEBE AJUDA FINANCEIRA DA FAMÍLIA	1.302 (3,5%)	102 (2,8%)
TRABALHA E CONTRIBUI PARA O SUSTENTO DA FAMÍLIA	2.640 (7,1%)	201 (5,5%)
NÃO INFORMADO	967 (2,5%)	41 (1,1%)
TOTAL	37.299 (100%)	3.645 (100%)

Observa-se que a maioria de inscritos (79,5%) e de aprovados (83,9%) não exerce atividades laborais. Não obstante, 18% dentre os inscritos e 15% dentre os aprovados desenvolvem algum tipo de atividade laboral.

Quadro 14. Nível de instrução do pai ou responsável.

	CANDIDATOS INSCRITOS	CANDIDATOS APROVADOS
SEM ESCOLARIDADE	3.781 (10,4%)	205 (5,6%)
ENSINO FUNDAMENTAL	10.739 (28,8%)	830 (22,8%)
ENSINO MÉDIO	12.958 (34,6%)	1.348 (37%)
CURSO SUPERIOR	9.238 (24,7%)	1.258 (34,5%)
NÃO INFORMADO	583 (1,5%)	04 (0,1%)
TOTAL	37.299 (100%)	3.645 (100%)

Analisando o nível de instrução dos pais ou responsáveis pelos candidatos inscritos e aprovados, verifica-se que a maior parte possui Ensino Médio, respectivamente 34,6% e 37%. Observa-se, no entanto, que, dentre os candidatos inscritos e aprovados cujos pais têm curso superior, houve significativo aumento no índice de aprovação: 24,7% para 34,5%, respectivamente.

Quadro 15. Nível de instrução da mãe ou responsável.

	CANDIDATOS INSCRITOS	CANDIDATOS APROVADOS
SEM ESCOLARIDADE	2.885 (7,7%)	146 (4,1%)
ENSINO FUNDAMENTAL	10.313 (27,7%)	838 (22,9%)
ENSINO MÉDIO	13.067 (35%)	1.273 (34,9%)
CURSO SUPERIOR	10.544 (28,3%)	1.277 (35,1%)
NÃO INFORMADO	490 (1,3%)	111 (3,0%)
TOTAL	37.299 (100%)	3.645 (100%)

Quanto ao nível de escolaridade das mães, ou responsáveis pelos candidatos inscritos (34,4%), a maior parcela possui Ensino Médio. Porém, dentre os aprovados, a maior parcela é composta por mães que têm curso superior (35,1%).

Apresentadas informações e indicadores acerca do contexto social no qual está inserida a UFC, bem como dados institucionais e o perfil dos candidatos e dos aprovados aos cursos de graduação da mencionada instituição educacional, é o momento de mencionarmos aspectos relacionados ao amparo legal das atividades de auto-avaliação institucional, à luz do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

2. SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES)

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado pela Lei nº 10.861 de 14 de fevereiro de 2004 e posteriormente regulamentado pela Portaria Ministerial nº 2.051 de 9 de julho de 2004, tem como principal objetivo valorar as Instituições de Educação Superior (IES), sejam de natureza pública ou particular, para, desse modo, inferir acerca do mérito e da excelência do próprio Sistema de Educação Superior brasileiro.

Com essa sistemática busca-se aliar *avaliação* e *regulação*, pois, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9.394 de 20 de dezembro de 1996), verificou-se exacerbado crescimento do mencionado sistema de educação, sem, no entanto, haver garantia acerca da excelência das novas instituições educacionais criadas. Portanto, verificar o mérito e a excelência dessas IES é tarefa da *avaliação*, enquanto a *regulação* tem como função a proposição de critérios que denotem a excelência e o mérito acadêmicos, idealizados para as referidas instituições educacionais brasileiras.

Nesse âmbito, o SINAES adota três macro-procedimentos visando a valorar o mérito e a excelência das IES que conformam o Sistema de Educação Superior brasileiro, a saber:

I. Avaliação Institucional: tem como objetivo primordial identificar o perfil e o significado da atuação da IES, através das suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais. Para alcançar o objetivo supra-referido a Avaliação Institucional será composta por dois momentos distintos, porém complementares. O primeiro deles denominado *auto-avaliação institucional* ou *avaliação interna*, na qual os principais agentes responsáveis pela sua consecução são pertencentes à própria comunidade interna da IES. O segundo momento, rotulado de *avaliação externa*, será conduzido por agentes externos à IES. As duas sistemáticas visam a complementar-se e a produzir novos conhecimentos acerca de uma mesma realidade institucional.

II. Avaliação das Condições dos Cursos de Graduação: possui como objetivo principal identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes universitários, em especial às relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica.

III. Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE): tem como objetivo central aferir o desempenho dos estudantes universitários em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento, bem como suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico da profissão que estejam ligados à realidade brasileira e mundial.

Como o foco do nosso texto é pormenorizar a base legal da sistemática de auto-avaliação institucional, é conveniente descrever as dimensões que serão, obrigatoriamente, alvo da sistemática avaliativa.

2.1. DIMENSÕES INSTITUCIONAIS A SEREM AVALIADAS

Conforme mencionado anteriormente, a Lei nº 10.861 de 14 de fevereiro de 2004 que criou o SINAES estabeleceu dez aspectos mínimos, aos quais lhes rotulou de *dimensões institucionais*, que deverão ser alvo da auto-avaliação. São elas:

I. A missão e o plano de desenvolvimento institucional: deverá proporcionar informações acerca (i) das finalidades, objetivos e compromissos da IES, (ii) das práticas pedagógicas e administrativas, (iii) do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), sobretudo no que concerne às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão e avaliação institucional.

II. A política institucional voltada ao ensino, à pós-graduação, à pesquisa e à extensão: deverá permitir analisar (i) a concepção de currículo e a organização didático-pedagógica de acordo com os fins da instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área; (ii) as práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e utilização de processos participativos de construção do conhecimento; (iii) a pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais etc.) e as necessidades individuais; (iv) as práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino; identificar a relevância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais; identificar as práticas institucionais voltadas à formação de pesquisadores; identificar a articulação da pesquisa científica com as demais atividades acadêmicas; identificar os principais indicadores quantitativos relacionados à publicação científica; detectar a concepção de extensão universitária e de intervenção social, bem como a articulação de ambas com as atividades de ensino e da pesquisa; identificar o grau de participação dos estudantes nas ações de extensão e de intervenção social; valorar o impacto da extensão na formação dos discentes partícipes dessas atividades; apresentar dados e indicadores quantitativos das atividades e dos projetos de extensão.

III. A responsabilidade social da instituição: deverá possibilitar verificar a contribuição regional da UFC no que tange à inclusão social; ao desenvolvimento econômico e social; à defesa do meio ambiente; ao incentivo da memória cultural e da produção artística; à defesa do patrimônio histórico e cultural.

IV. A comunicação com a sociedade: deverá permitir identificar (i) as estratégias, os recursos e a qualidade da comunicação interna e externa da IES, (ii) a imagem pública da IES nos meios de comunicação social.

V. A política institucional de gestão de pessoal: deverá potencializar analisar aspectos relacionados às políticas internas destinadas aos recursos humanos; apresentar dados referentes aos recursos humanos da UFC; identificar ações institucionais que visem a aperfeiçoar os recursos humanos.

VI. A organização e a gestão da instituição: deverá permitir analisar a gestão da UFC, especialmente no que tange ao funcionamento e representatividade dos colegiados, bem como à participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios; identificar os procedimentos de gestão de informações institucionais.

VII. A adequação da infra-estrutura física à missão da instituição: deverá possibilitar verificar as condições da infra-estrutura física da UFC e dos equipamentos das bibliotecas, especialmente no que tange ao seu uso como apoio às atividades de ensino e de investigação científica; identificar o mérito das ações institucionais de combate ao desperdício; valorar a atuação de alguns dos principais órgãos de apoio à gestão.

VIII. O planejamento e a avaliação institucional: deverá tornar possível identificar a adequação e a efetividade (i) do planejamento geral da instituição e sua relação com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), (ii) dos procedimentos de avaliação e de acompanhamento do planejamento institucional.

IX. A política interna de atendimento aos estudantes universitários: deverá permitir analisar aspectos relacionados ao atendimento aos discentes e aos egressos dos cursos de graduação da UFC; identificar as ações internas propostas para atendimento aos dois segmentos citados; apresentar dados da evasão discente na graduação; mapear ações internas de combate à evasão discente; apresentar dados relevantes da participação estudantil em atividades acadêmicas; apresentar o perfil dos candidatos aos cursos de graduação da UFC.

X. A sustentabilidade financeira institucional: deverá potencializar analisar a sustentabilidade financeira da UFC, especialmente no que tange ao uso dos recursos em programas de ensino, investigação científica e extensão.

Além das dez dimensões institucionais referidas, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFC resolveu adotar três outras, a saber:

- € **Contextualização da instituição (Dimensão Zero):** deverá permitir inserir a UFC num contexto sócio-histórico-educacional maior, partindo da compreensão da macro-realidade (o Estado do Ceará), passando pela realidade mais próxima à instituição (o município de Fortaleza), até a chegada ao aspecto micro (a realidade institucional ou o contexto interno da UFC), a partir do uso de indicadores e de informações pertinentes à sua descrição.
- € **Atividades do Complexo Hospitalar (Dimensão XI):** deverá possibilitar identificar a adequação das atividades desenvolvidas no âmbito do Hospital Universitário Walter Cantídio e da Maternidade Escola Assis Chateaubriand às finalidades do Complexo Hospitalar.
- € **Meta-Avaliação e propostas de ações institucionais de aprimoramento (Dimensão XII):** possibilitará a valoração da atividade de auto-avaliação institucional da UFC, sobretudo no que tange à atuação das CPAs; a identificação das dificuldades, carências e potencialidades da referida sistemática; a auto-crítica dos membros das CPAs; a apresentação aos gestores da UFC de algumas propostas para a operacionalização de ações futuras visando ao aprimoramento institucional.

Apresentadas as dimensões institucionais adotadas pela UFC e que serão auto-avaliadas, é chegado o momento de descrevermos os principais supostos teóricos e os princípios epistemológicos que fundamentarão referida atividade, além das características que intencionalmente desejamos imprimir à auto-avaliação institucional da UFC.

2.2. SUPPOSTOS TEÓRICOS QUE FUNDAMENTAM A AUTO-AVALIAÇÃO DA UFC

Acreditamos ser positivo o fato de que, através da avaliação institucional, possa romper-se a exclusividade do aprendiz como seu único objeto. Sabemos que o produto educacional — a aprendizagem discente — é o último degrau na hierarquia educacional sendo, por isso mesmo, o mais importante. Não obstante, há diversos fatores que o influenciam, e que dependem da instituição, dos docentes, dos gestores, dos recursos, das estruturas organizacionais, das estruturas físicas e políticas, etc. Queremos, com isso, tentar demonstrar que quando se avalia exclusivamente a aprendizagem discente pede-se unicamente ao discente que aprimore ou melhore suas deficiências para que, assim, possa ter melhor rendimento em futuras avaliações. Essa é uma idéia equivocada

que, conforme opinam muito estudiosos da área, pautou ou ainda pauta alguns dos nossos sistemas de avaliação.

Compreendemos a avaliação institucional como processo que permite a reflexão acerca da realidade estudada e que nos exige aos atores implicados, compromisso e responsabilidade com o conhecimento e com o conseqüente aprimoramento dessa mesma realidade. Nesse contexto, para que a Universidade seja uma instituição que aprenda consigo mesma deverá, obrigatoriamente, abrir-se às indagações resultantes da avaliação, isto é, empregar sistematicamente conjunto de informações institucionais, válidas e rigorosas, o que possibilitará o nascimento e a consolidação de uma consciência institucional voltada ao compromisso com o aprimoramento constante, função de todo e qualquer ato ou ação avaliativa.

2.2.1. PRINCÍPIOS QUE JUSTIFICAM A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Há, sem sombra de dúvidas, inúmeras razões ou princípios que justificam a avaliação institucional das IES brasileiras. Não obstante, apresentaremos tão somente seis deles, pois acreditamos que sejam os mais relevantes.

a) Racionalidade: entendendo a avaliação como processo para gerar conhecimento de uma dada realidade, não se pode aceitar que as instituições educacionais sigam funcionando sem que saibamos, ao certo, o que lhes está ocorrendo em termos de pretensões educacionais, de atuação docente e de repercussão social das suas atividades. Resulta irracional pretender algo e não saber nunca se o desejado foi, realmente, alcançado. É de extremada relevância respondermos a indagações do tipo: *está sendo alcançado o que com muito esforço, tempo e dinheiro se pretende? É razoável o custo para alcançarem-se tais finalidades? Estão sendo alcançadas outras finalidades que não se pretendiam? Como se podem melhorar os processos e, por conseguinte, os produtos educativos?*

b) Responsabilidade: o que se faz no interior das universidades não é intranscendente, banal ou irrelevante. De tudo o que sucede nas instituições educacionais, há sempre quem se beneficia e quem se prejudica. As questões sobre a responsabilidade institucional se afrontam desde a avaliação, porque está nos oferece um diagnóstico do que está ocorrendo no interior da universidade e, ademais, nos lança luzes acerca da forma de como se poderá aprimorá-la.

Seria inimaginável e inadmissível que os profissionais de um hospital falhassem reiteradamente em seus diagnósticos, errassem nos tratamentos propostos, fracassassem nas cirurgias, sem que ninguém os indagasse sobre o que está acontecendo no interior da instituição de saúde. Nesse caso, parece que aí sim, existem repercussões visíveis e importantes. Por outro lado, as que se dão nas instituições educacionais, por serem de outra natureza, não são consideradas tão importantes, não são tão visíveis ou parecem ser de responsabilidade exclusiva dos seus “pacientes”.

c) Gestão colegiada: há nas universidades excessiva fragmentação curricular, de espaço e de tempo. Nós, docentes, preocupamo-nos, muitas vezes, tão somente em que os nossos alunos dominem o conteúdo curricular. No entanto, a quem caberá responder a pergunta: *como acabam formados os universitários da instituição? Que funções estarão os discentes aptos a desempenhar na sociedade? Como funciona e o que há de melhorar na instituição? Que tipo de cidadão requer de nós a sociedade?* Cabe à avaliação institucional afrontar estas questões de forma direta. Desse modo, se

deduz que a avaliação institucional é tarefa e é responsabilidade de todos os atores da universidade. Nasce de todos e a todos se dirige.

d) Reflexão: há uma infinidade de caminhos para melhorar a prática profissional na universidade. No entanto, há uns mais fáceis de trilhar que outros. Uma dessas vias deriva-se do conhecimento produzido pela avaliação institucional que possibilita, desse modo, a reflexão rigorosa e sistemática sobre a prática profissional. Os profissionais responsáveis são aqueles que se avaliam com respeito a normas críticas; investigam os efeitos relativos ao ensino e aos resultados; respondem eficazmente às transformações de contexto; experimentam e inovam para resolver os problemas que se lhe apresentam. A formação psicopedagógica do professorado tem vinculações fortes com este reflexão, que deve focalizar sua atenção aos processos de ensino e aprendizagem. Cabe destacar, por fim, que o conhecimento derivado da avaliação deverá destinar-se não tanto à produção de informação, mas à compreensão que aprimore os profissionais e as práticas pedagógicas.

e) Aprimoramento: as instituições educacionais podem melhorar. No entanto, essa possibilidade dependerá da vontade, inteligência e esforço dos gestores; do compromisso dos profissionais, dos docentes e dos discentes. Um sistema de avaliação devidamente planejado, delineado e aplicado é o recurso mais eficaz que pode dispor uma instituição educacional, sempre que tenha como objetivo apreciar a qualidade de seus serviços e processos e, assim, decidir as ações e para a sua melhora e aprimoramento. Parece ser uma idéia aceita por amplos setores do campo educacional que a melhora da aprendizagem discente dar-se-á a partir do aprimoramento da atuação docente. Não obstante, devemos destacar a necessidade de atuar sobre outros aspectos, tais como, a estrutura física, os processos de seleção, a organização do tempo acadêmico, a formação docente e técnico-administrativa, etc. O processo avaliativo supõe, pois, uma interpelação à dimensão organizacional e estrutural da instituição educacional.

f) Referência: a universidade pública brasileira pode e deve constituir-se num espaço de referência às exigências intelectuais, éticas e profissionais. Ao escutar críticas sobre uma instituição que deveria ser modelo para a sociedade não posso, como membro da mesma, silenciar-me. Não porque as formulem, mas porque muitas delas têm bases sólidas. Ao empreender processos avaliativos que lhe permitam afrontar as críticas, fundadas e infundadas, refletir sobre si mesma e, sobretudo, empenhar-se no aprimoramento próprio, estará prestando duplo serviço à sociedade. Primeiramente: estará demonstrado compromisso com a busca da melhora institucional, fato que deverá ser reconhecido e elogiado ante a opinião pública. Segundo: estará servindo de modelo e referência para instituições de menor porte, pois não há melhor forma de autoridade que o exemplo.

2.2.2. CARACTERÍSTICAS DESEJÁVEIS À AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Em conformidade com a opinião de teóricos da área, há inúmeras características desejáveis à auto-avaliação institucional participativa. Resumidamente, apontamos, a seguir, 10 delas.

a) Democrática: a avaliação deve proporcionar aos protagonistas conhecer os objetivos, procedimentos e aspectos que serão valorados, para que, assim, possam participar de modo ativo, na busca de soluções aos problemas e/ou dificuldades identificadas no âmbito institucional.

b) Contextualizada: a avaliação deve possibilitar que a instituição educacional conheça a demanda por ensino superior no ambiente social onde está inserida; deve respeitar a identidade, história e cultura institucionais, empregando, para isso, séries históricas de indicadores.

c) Holística: a avaliação deve considerar a totalidade dos elementos da realidade educacional, já que tudo se relaciona. Assim, cabe-lhe enfatizar as estruturas administrativas e acadêmicas, os recursos materiais e humanos, as relações humanas, os processos e os produtos educacionais, o clima institucional, etc.

d) Flexível: a avaliação não deve ater-se a fases e procedimentos rígidos, pois do processo avaliativo vão emergindo situações, condicionantes e exigências que modificam o planejamento inicial. No entanto, para evitar decisões espúrias, é necessário justificar as modificações e deixar constância delas.

e) Estimuladora: a avaliação deve caracterizar-se como uma atividade estimuladora à participação de toda a comunidade institucional, e não como um processo punitivo ou elitista. A constante busca pelo aprimoramento e pela auto-superação são aspectos que devem ser sempre enfatizados aos partícipes.

f) Educativa: a avaliação deve preocupar-se por implementar e respeitar valores morais, que devem ser institucionalizados, tais como, o respeito à liberdade de expressão e participação, o cumprimento das atividades, a discussão democrática acerca dos resultados obtidos, a busca colegiada pelo aprimoramento institucional, etc.

g) Sistemática: a avaliação é uma atividade que não poderá ter um fim em si mesmo. Assim, deverá ser alvo de processo contínuo, regular e sistemático de conhecimento e aprimoramento da realidade educacional avaliada e do próprio processo avaliativo - meta-avaliação.

h) Enfatiza os processos: a avaliação é uma atividade cuja preocupação centra-se em compreender os processos organizacionais, administrativos e pedagógicos, que levam a instituição a obter uns determinados resultados ou produtos educacionais. Compreendendo a sistemática de funcionamento desses processos poder-se-á atuar sobre os aspectos mais deficitários no intuito de melhorá-los. Vê-se, portanto, que a ênfase não está no produto, mas nos processos educacionais que proporcionam determinados resultados ou produtos.

i) Usa procedimentos variados: considerando a complexidade da realidade institucional, caberá aos responsáveis pelo planejamento e execução do processo avaliativo utilizar múltiplos procedimentos para apreender os aspectos desejados. Assim, é legítimo utilizar questionários, roteiros de entrevistas, provas de rendimento; realizar observações sobre a estrutura física, sobre a atuação docente; organizar seminários e reuniões para debater aspectos organizacionais e políticos da gestão universitária, etc.

j) Usa linguagem compreensível: deverá evitar-se, na medida do possível, a utilização de termos técnicos que possam dificultar a compreensão da comunicação dos resultados por aqueles setores menos familiarizados com a área. Uma avaliação que converte o conhecimento da realidade em um conjunto de símbolos criptografados está ferindo um sagrado direito dos atores envolvidos na atividade: *conhecer e compreender o que está ocorrendo no âmbito institucional*. Caso isso fosse verificado, estaríamos roubando-lhes um conhecimento que também lhes pertence.

Apresentada a base legal na qual se ampara a auto-avaliação institucional da UFC, as dimensões que deverão ser avaliadas, bem como os princípios teóricos e epistemológicos que fundamentam a atividade auto-avaliativa da UFC, são oportunas menções aos aspectos relacionados à composição e a atuação da Comissão Própria de Avaliação (CPA/UFC).

3. CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA CENTRAL) DA UFC

A Comissão Própria de Avaliação (CPA Central) da UFC foi constituída através de ato do Reitor, formalizada e tornada pública pela portaria nº 922 de 11 de junho de 2004, em conformidade com o estabelecido no artigo 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES¹). Posteriormente, essa mesma comissão foi homologada pelo CONSUNI, em reunião celebrada em 22 de setembro de 2004. Sua composição, em conformidade com o estabelecido pela portaria supramencionada, é a seguinte:

- Prof. Wagner Bandeira Andriola – Presidente;
- Profa. Maria de Lourdes Peixoto Brandão – Representante da Pró-Reitoria de Graduação;
- Profa. Lorita Marlena Freitag Pagliuca – Representante da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;
- Prof. Fernando José Pires de Sousa – Representante da Pró-Reitoria de Extensão;
- Profa. Mirtes Miriam Amorim Maciel – Representante dos Docentes (Presidenta do Sindicato dos Docentes da UFC – ADUFC);
- Sra. Vera Maria Gomes de Almeida – Representante dos Servidores Técnico-Administrativos (Presidenta do Sindicato dos Servidores Técnico-Administrativos – SINTUFCE);
- Sr. Felipe Lima Gomes² – Representante dos Discentes (Presidente do Diretório Central dos Estudantes – DCE);
- Sr. Prisco Rodrigues Bezerra – Representante da sociedade civil (Federação das Indústrias do Estado do Ceará - FIEC);
- Sr. Fernando de Assis Diniz - Representante da sociedade civil (Central única dos Trabalhadores - CUT).

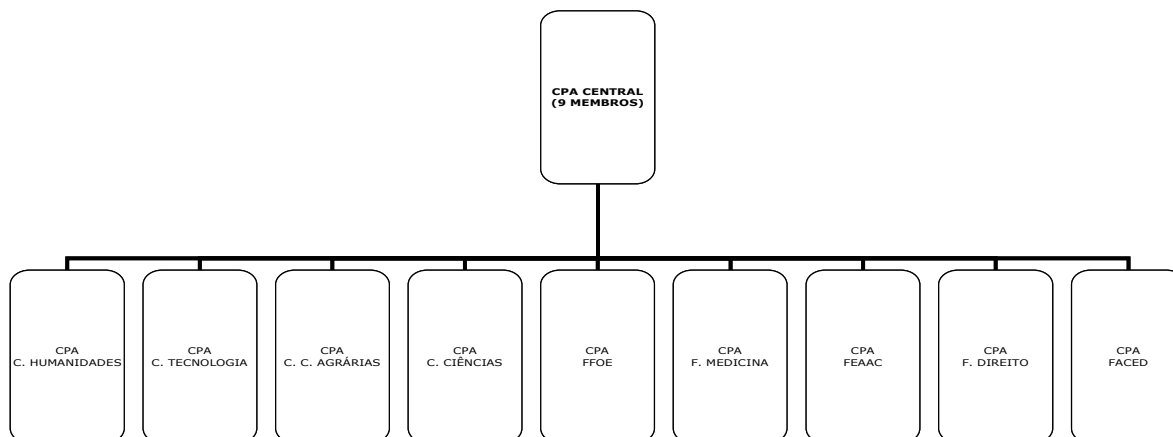
Com o intuito de descentralizar as atividades de coleta, tratamento e interpretação dos dados basilares ao processo de avaliação institucional, bem como de facilitar a divulgação e a proliferação de informações junto aos diversos setores da comunidade interna da UFC, foi proposta a criação de CPAs Setoriais representantes das nove Unidades Acadêmicas (Centros e/ou Faculdades), conforme se expõe a seguir.

¹ De acordo com o artigo 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, “Cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação (CPA), no prazo de 60 dias a contar da publicação desta Lei (...)”.

² O Sr. Paulus Igor Lima Xavier foi substituído como representante do Diretório Central dos Estudantes (DCE) pelo Sr. Felipe Lima Gomes.

3.1. CONSTITUIÇÃO DAS COMISSÕES SETORIAIS DE AVALIAÇÃO (CPAS SETORIAIS)

As CPAs Setoriais das nove Unidades Acadêmicas (Centros e/ou Faculdades) foram compostas por representantes dos docentes, dos servidores técnico-administrativos e dos discentes. A seguir se encontra a representação gráfica das CPAs Setoriais e sua relação com a CPA Central.



As CPAs Setoriais foram criadas em momentos distintos do processo auto-avaliativo da UFC, algumas muito precocemente, outras praticamente ao finalizar referida atividade. A seguir são apresentadas as respectivas comissões com os seus componentes, bem como a data de criação das mesmas.

CPA Setorial do Centro de Ciências Agrárias (constituída em 16/VI/2005):

Prof. Boanerges Freire de Aquino.
 Prof. José Newton Pires Reis.
 Sr. Henrique José Mascarenhas dos Santos Costa (Técnico-Administrativo).
 Sr. José Augusto de Almeida Neto (Técnico-Administrativo).
 Sra. Virgínia Carvalho da Silveira (Discente).
 Sr. Maxsuel Meaurio de Carvalho (Discente).

CPA Setorial do Centro de Humanidades (constituída em 30/VI/2005):

Prof. Cássio Adriano Braz de Aquino.
 Profa. Mirtes Mirian Amorim Maciel.
 Sr. José Lima Teixeira (Técnico-Administrativo).
 Sra. Aurilena Pereira Norberto (Técnico-Administrativo).
 Sr. Evilásio Barbosa de Oliveira (Discente).
 Sra. Antonia Ieda de Souza Prado (Discente).

CPA Setorial da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade (constituída em 22/VII/2005):

Prof. Augusto César de Aquino Cabral.
Prof. Serafim Firmo de Souza Ferraz.
Sr. Emilson Albuquerque Aguiar (Técnico-Administrativo).
Sra. Sandra Helena do Areal Barra Diógenes (Técnico-Administrativo).
Sr. Aclécio Carneiro Martins Oliveira (Discente).
Sra. Suzete Suzana Rocha Pitombeira (Discente).

CPA Setorial da Faculdade de Direito (constituída em 03/VIII/2005):

Prof. Idevaldo Barbosa da Silva.
Prof. José Flávio Moreira.
Sra. Raimunda Heveline Ribeiro Quirino (Técnico-Administrativo).
Sr. José Aliatar Diógenes (Técnico-Administrativo).
Sr. José Tarcísio Nogueira de Paiva (Discente).
Sr. Roberto Nogueira Feijó (Discente).

CPA Setorial do Centro de Ciências (constituída em 08/VIII/2005):

Prof. João Welliandre Carneiro Alexandre.
Prof. Afrânio de Araújo Coelho.
Sr. Elias Andrade de Freitas (Técnico-Administrativo).
Sr. Eugênio José Esmeraldo Ramos (Técnico-Administrativo).
Sra. Elizabeth Chagas Gomes (Discente).
Sr. Paulo Ítalo Rodrigues Pimentel (Discente).

CPA Setorial da Faculdade de Medicina (constituída em 09/VIII/2005):

Profa. Lília Maria Carneiro Câmara.
Prof. Armênio Aguiar dos Santos.
Sra. Maria de Oliveira Unias (Técnico-Administrativo).
Sra. Francisca Daniele Ferreira (Técnico-Administrativo).
Sra. Maria Andréa Bezerra Pinho (Discente).
Sra. Carine Mourão Melo (Discente).

CPA Setorial da Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem (constituída em 10/VIII/2005):

Prof. Paulo Sérgio Dourado Arraes.
Prof. Emmanuel Arraes de Alencar Júnior.
Prof. Sócrates Santos Gondim.

CPA Setorial do Centro de Tecnologia (constituída em 20/XII/2005):

Prof. João Alencar Oliveira Júnior.
Prof. Henrique Antunes Cunha Júnior.
Sr. Alexandre Cunha Costa (discente).
Sr. Davi Gadelha (discente).

CPA Setorial da Faculdade de Educação (constituída em 07/VI/2006):

Profa. Tânia Maria Batista de Lima.
Profa. Maria de Fátima Azevedo Ferreira Lima.
Sr. José Bueno Pontes (Técnico-Administrativo).
Sr. Antonio Gérson Bezerra de Moraes (Técnico-Administrativo).
Sr. Felipe Augusto Suggeto (Discente).
Sra. Débora Cândida Pinto Marques (Discente).

Como se pode observar, o processo de constituição das CPAs Setoriais, que reflete, na nossa opinião, o apoio do gestor da Unidade Acadêmica às atividades de auto-avaliação institucional, foi bastante diferenciado. Assim, por exemplo, observamos que as CPAs do Centro de Ciências Agrárias, do Centro de Humanidades e da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade (FEAAC) têm quase um ano de atuação e de apoio às atividades da CPA Central. Outras quatro CPAs Setoriais (da Faculdade de Direito, do Centro de Ciências, da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem) vêm atuando há cerca de dez meses. A CPA do Centro de Tecnologia está em ação há seis meses e, por fim, a CPA da Faculdade de Educação, que iniciou sua atuação em junho de 2006, praticamente ao finalizar as atividades de auto-avaliação institucional da UFC.

Veremos que a antiguidade da CPA é um aspecto que tem associação direta com a qualidade da atuação da referida comissão e, portanto, com o nível de participação da comunidade interna da respectiva Unidade Acadêmica nas atividades de auto-avaliação institucional da UFC. Para corroborarmos tal assertiva, ainda hipótese, empregaremos na nossa análise séries históricas que contêm as taxas de participação da comunidade.

As séries históricas que são apresentadas a seguir refletem a participação estudantil dos graduandos na sistemática da auto-avaliação institucional da UFC, através do preenchimento do respectivo formulário *on-line*, entre os meses de março e junho de 2006. No Gráfico 1 encontra-se a quantidade de alunos (números absolutos)

que preencheu o mencionado formulário, no âmbito de cada uma das nove Unidades Acadêmicas. Destaque para o Centro de Ciências, para a Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade (FEAAC), para o Centro de Humanidades, para o Centro de Ciências Agrárias e para o Centro de Tecnologia que, juntos, totalizam 2.328 respondentes ou 79% do universo de alunos a acessarem e a preencherem o formulário eletrônico destinado aos graduandos da UFC (N = 2.938).

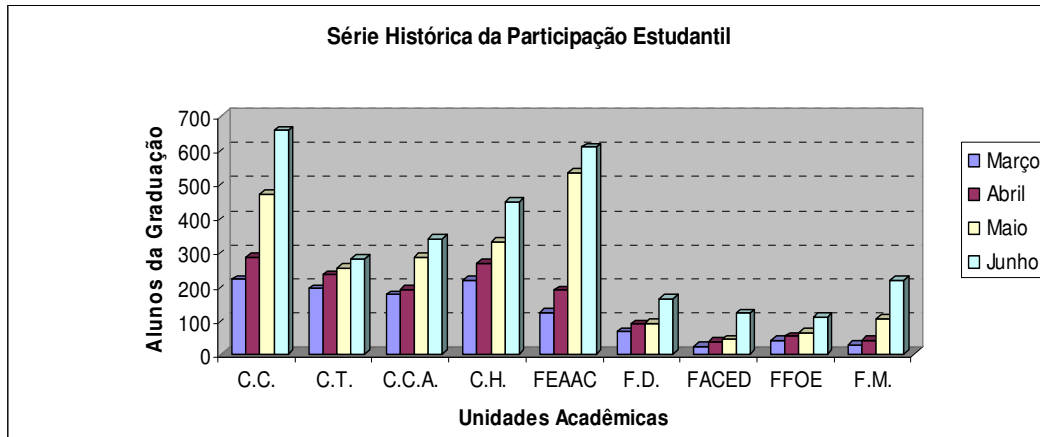


Gráfico 1. Número de participantes da graduação, segundo a Unidade Acadêmica.

Conforme constatamos, das cinco Unidades Acadêmicas com maiores taxas de participação, três delas (60% do total) contam com CPAs Setoriais atuando e apoiando a CPA Central há quase um ano: Centro de Ciências Agrárias, Centro de Humanidades e FEAAC. Uma quarta CPA, a do Centro de Ciências, vêm atuando há cerca de dez meses e a do Centro de Tecnologia há seis meses.

No Gráfico 2, apresentado a seguir, encontra-se a quantidade de docentes (números absolutos) que preencheu o formulário *on-line* entre março e junho de 2006, no âmbito de cada uma das nove Unidades Acadêmicas da UFC. Destaque para o Centro de Ciências, para o Centro de Tecnologia, para a FEAAC e para o Centro de Humanidades, que, juntos, totalizaram 224 respondentes ou 74% do universo de docentes efetivos da UFC a acessarem e preencherem o formulário eletrônico (N = 302) destinado a esse segmento universitário.

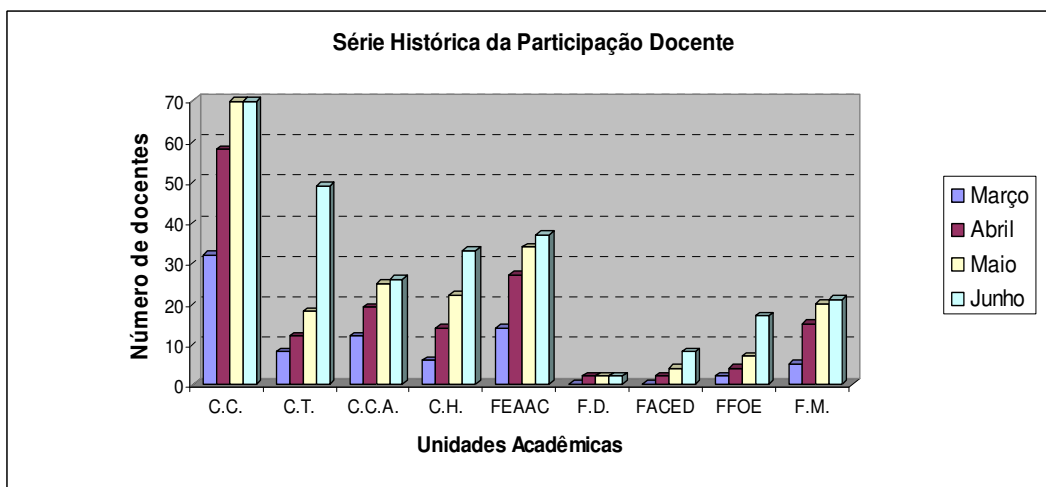


Gráfico 2. Número de partícipes docentes, segundo a Unidade Acadêmica.

Igualmente como ocorreu com os discentes de graduação, também aqui, destacam-se as Unidades Acadêmicas cujas CPAs Setoriais vêm atuando há quase um ano: FEAAC, Centro de Ciências Agrárias e Centro de Humanidades. Outras duas CPAs (da Faculdade de Medicina e do Centro de Ciências) vêm atuando há quase dez meses, sendo que a CPA do Centro de Tecnologia é uma das mais novas.

No Gráfico 3 encontra-se o número de servidores técnico-administrativos (números absolutos) que preencheu o formulário *on-line* entre março e junho de 2006, no âmbito de cada uma das nove Unidades Acadêmicas. Destaque para o Centro de Ciências, para o Centro de Ciências Agrárias, para o Centro de Humanidades e para a FEAAC, que, juntos, totalizaram 156 respondentes (ou 51%) do universo de servidores técnico-administrativos a acessarem e preencherem o formulário eletrônico (N = 307) destinado ao referido segmento universitário.

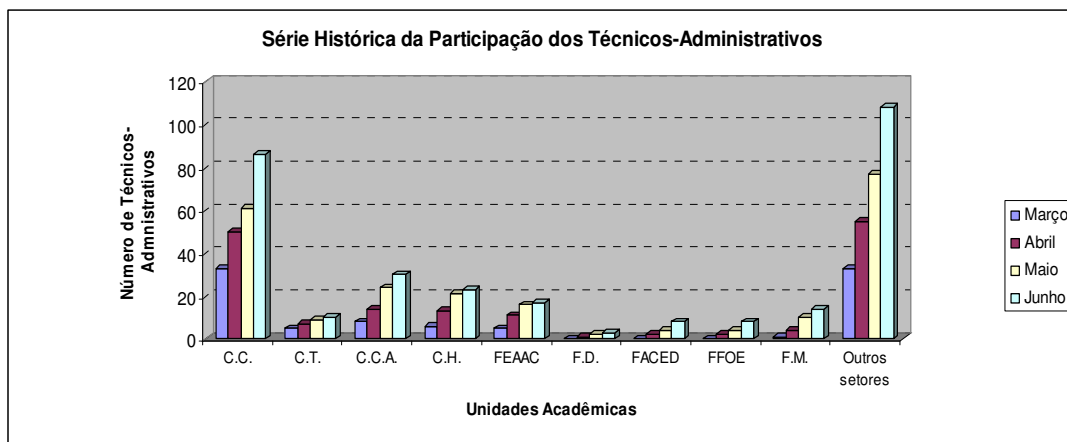


Gráfico 3. Número de partícipes técnico-administrativos, segundo a Unidade Acadêmica.

Igualmente como ocorreu com os discentes de graduação e com os docentes, aqui também se destacam as Unidades Acadêmicas cujas CPAs Setoriais vêm atuando há quase um ano: Centro de Ciências, Centro de Ciências Agrárias e Centro de Humanidades. A CPA da Faculdade de Medicina vem atuando há quase dez meses.

Portanto, conforme a nossa hipótese inicial, há uma estreita e forte relação entre o tempo de maturação e de atuação das CPAs Setoriais e as taxas de participação da comunidade interna. Além desse fator, claro está, há inúmeros outros que afetam referidas taxas. Por exemplo: as estratégias de atuação das CPAs Setoriais e o apoio do Gestor da Unidade Acadêmica à ação das CPAs Setoriais, são dois desses fatores.

As condições de atuação é outro aspecto a ser considerado quando se está a analisar a atuação das CPAs. De posse dos recursos originários do INEP/MEC para apoiar a ação das CPAs na empreitada de implementação da auto-avaliação institucionais nas IFES, a CPA Central da UFC resolveu adquirir computadores, estabilizadores, mesas e cadeiras para que as CPAs Setoriais pudessem exercer suas atividades adequadamente. Em contrapartida, solicitamos aos Senhores Diretores das Unidades Acadêmicas espaço físico destinado às atividades das CPAs Setoriais. Portanto, conseguimos espaço físico e equipamento de informática para as nove CPAs Setoriais atuarem no âmbito interno da UFC. No entanto, é importante destacar e aclarar quais são as funções das CPAs.

3.2. FUNÇÕES DAS COMISSÕES PRÓPRIAS DE AVALIAÇÃO (CPAs)

De acordo com o documento da Comissão de Avaliação da Educação Superior (CONAES) intitulado *Diretrizes para a avaliação das Instituições de Ensino Superior*, que foi publicado em 26/VIII/2004, as Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) **integram** o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Estabelecem as CPAs um elo com este último, ou seja, *permitem associar seu projeto específico de avaliação institucional ao conjunto do sistema de educação superior do país*.

Aclara, ainda, o mencionado documento, que as CPAs serão responsáveis pela “*condução dos processos de avaliação internos, da sistematização e da prestação das informações, que venham a ser solicitadas pelo INEP*”.³ Emerge, então, papel crucial das CPAs na elaboração e desenvolvimento de proposta de auto-avaliação, em consonância com os interesses da coletividade acadêmica. Ressalte-se, nesse momento, que a CPA é *órgão de representação acadêmica e não da administração da instituição*. Sendo assim, para assegurar sua legitimidade junto à comunidade acadêmica, é recomendável que os partícipes ou atores institucionais sejam consultados durante o processo de escolha dos seus membros. Tal se faz necessário, pois, sem o envolvimento da comunidade, a avaliação deixará de caracterizar-se como atividade democrática e participativa.

Ainda no tocante à sua composição, deverá a CPA contar com a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica, bem como de representantes da sociedade civil organizada. Aclare-se que os órgãos colegiados superiores da instituição definirão o modo de organização, a quantidade de membros e a dinâmica de funcionamento. Após haver sido constituída a CPA, o seu funcionamento deverá prever estratégias que levem em consideração as características intrínsecas da instituição, seu porte e as experiências anteriores no campo da avaliação institucional.

Não obstante, devemos ter clareza: *o caminho das CPAs será bastante difícil, com obstáculos, dificuldades e desafios inerentes à larga caminhada que se vislumbra até a consecução da auto-avaliação institucional*.

3.3. ANDANÇAS DA CPA CENTRAL DA UFC

Passamos a relatar, a seguir, os vários eventos, internos e externos, nos quais a totalidade ou parte substancial da CPA da UFC envolveu-se, a partir de novembro de 2003 até o mês de março de 2005, data de envio do Projeto de Auto-Avaliação Institucional à Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES):

a) Reunião com os Coordenadores de Cursos de Graduação e Diretores de Centros e Faculdades para discutir a proposta de criação do Sistema Nacional de Avaliação a Educação Superior (SINAES), realizada no auditório do Centro de Tecnologia da UFC em novembro de 2003.

b) Participação no *I Encontro Interno da Universidade Federal do Piauí (UFPI) sobre Avaliação Institucional*, no qual esteve presente o Prof. José Dias Sobrinho conferindo palestra sobre o SINAES (dezembro de 2003).

c) Organização do *I Congresso Internacional em Avaliação Educacional*, no qual esteve presente o Prof. José Dias Sobrinho conferindo palestra sobre o recém

³ Art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

criado SINAES (maio de 2004).

d) Composição da CPA/UFC e homologação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), em junho de 2004.

e) Reunião de Pró-Reitores e Diretores de Centros e Faculdades com o diretor da SESU e ex-reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Prof. Carlos Roberto Antunes dos Santos, versando sobre financiamento das IFES e operacionalização do SINAES (julho de 2004; Gabinete do Reitor da UFC).

f) Palestra do Prof. Héliog Trindade, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e atual Presidente da CONAES, versando sobre o SINAES (setembro de 2004; Gabinete do Reitor da UFC).

g) Participação do Prof. Wagner Bandeira Andriola (UFC), presidente da CPA/UFC, em reunião realizada no Conselho Nacional de Educação (CNE), versando sobre a importância e o papel dos pesquisadores institucionais (P.I.) no processo de avaliação institucional (setembro de 2004).

h) Participação do Prof. Wagner Bandeira Andriola e Ciro Nogueira Filho (UFC) em reunião dos Pró-Reitores de Planejamento das IFES realizada no CNE, que versou sobre avaliação institucional (outubro de 2004).

i) Organização do *I Evento Interno em Avaliação Institucional da UFC* em parceria com a Superintendência de Recursos Humanos (SRH), cuja palestra de abertura foi proferida pelo Prof. Dilvo Ivo Ristoff (DEAS/INEP/MEC), versando sobre o Censo da Educação Superior de 2003 e sobre o SINAES (novembro de 2004, auditório Castelo Branco).

i) Palestra proferida pelo Prof. José Dias Sobrinho (UNICAMP), versando sobre o a ética no âmbito da avaliação institucional como atividade integrante do *I Evento Interno em Avaliação Institucional da UFC* (novembro de 2004, auditório Castelo Branco).

j) Palestra proferida pelo Prof. Wagner Bandeira Andriola (UFC), presidente da CPA/UFC, versando sobre a importância de um sistema de indicadores para a avaliação institucional, atividade integrante do *I Evento Interno em Avaliação Institucional da UFC* (novembro de 2004, auditório Castelo Branco).

k) Participação em reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) para discutir a proposta de avaliação institucional, contida na Lei 10.861 de 14 de abril de 2004 que criou o SINAES (novembro de 2004).

l) Participação em reunião do *Fórum de Coordenadores dos Cursos de Graduação da UFC* para debater a proposta de avaliação institucional (novembro de 2004).

m) Participação no *Fórum de Pró-Reitores de Graduação das IES do Norte e Nordeste* para debater os desafios e as conseqüências da atuação das CPAs (novembro de 2004).

n) Participação do Prof. Wagner Bandeira Andriola (UFC), presidente da CPA/UFC, em mesa redonda realizada no DAES/INEP/MEC versando sobre a avaliação institucional participativa (dezembro de 2004).

o) Reunião da CPA para refletir sobre a elaboração do projeto de avaliação

institucional e envio à CONAES em março de 2005 (dezembro de 2004).

p) Reunião da CPA para refletir sobre a elaboração do projeto de avaliação institucional e a operacionalização do mesmo (fevereiro de 2005).

q) Reunião da CPA para elaborar o projeto de avaliação institucional e discutir sua operacionalização (março de 2005).

s) Reunião da CPA para aprovar o envio do projeto de avaliação institucional da UFC à CONAES (março de 2005).

As atividades posteriores ao mês de março de 2005 serão descritas e detalhadas nos próximos tópicos componentes do presente relatório.

4. CONJUNTURA NA QUAL SE INICIOU A AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UFC

No âmbito da Universidade Federal do Ceará (UFC) iniciamos, em julho de 2003, na Coordenação de Análise e Avaliação Institucional (CAIA), setor ligado à Pró-Reitoria de Planejamento (PRPL), a organização de um Sistema “on-line” de Dados e Indicadores da Qualidade Institucional da UFC para possibilitar o auto-conhecimento da referida IES. Nessa fase de trabalho, a atividade de garimpagem tornou-se necessária, pois o objetivo era proceder à coleta de dados e de informações relevantes, que nos permitissem traçar um primeiro retrato institucional holístico. Não obstante, esse retrato deveria ser dinâmico, isto é, deveria refletir a realidade institucional em certo período de sua história — nossos indicadores dão conta de relevantes dados institucionais do período de 1995 a 2005 — para que, desse modo, pudéssemos identificar tendências. Trata-se, portanto, de uma etapa diagnóstica, na qual o objetivo é comparar o estado atual da instituição educacional com o seu passado, permitindo-a, assim, ter idéia mais ou menos precisa de onde poderá chegar.

Esse princípio de *comparar o estado atual da instituição com o seu passado* é um suposto presente na teoria do russo Lev Semenovich Vigotsky (1896-1934), que utiliza os conceitos de Zona de Desenvolvimento Atual (ZDA) e Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) para tentar explicar o *vir-a-ser* do aprendiz. A ZDP institucional norteará o planejamento de ações administrativas e educacionais, que deverão estar pautadas nas seqüências históricas das informações e/ou indicadores institucionais. Adotando essa práxis, perceberemos o quão relevante torna-se a avaliação institucional, enquanto atividade que proporciona sólido suporte ao planejamento estratégico.

Agora bem, é preciso mencionar que um sistema de indicadores implica na unificação de dados de quantitativos e qualitativos, como único modo de compreender, globalmente, a complexidade da realidade institucional. O sistema de indicadores da UFC utiliza, nesse momento, tão somente dados quantitativos. Não obstante, dados de natureza qualitativa serão adotados num momento posterior para que, como afirmamos anteriormente, possamos compreender mais eficazmente a realidade avaliada.

Fundamenta-se, o Sistema de Dados e Indicadores Institucional da UFC, no modelo europeu desenvolvido pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que adota quatro grupos de indicadores: *de contexto, de recursos, de processos, de produtos*. Nós adicionamos um quinto grupo,

composto por *indicadores de gestão*, já que o cálculo dos mencionados indicadores é exigência legal, feita pelo do Tribunal de Contas da União (TCU).

4.1. ALGUMAS IDÉIAS ACERCA DO USO DE INDICADORES EDUCACIONAIS

No campo educacional, um indicador é um artifício que proporciona informação relevante acerca de aspectos significativos da realidade. Habitualmente, esse artifício consiste no uso de algum tipo de dado quantitativo. Não obstante, um indicador nem sempre resulta de uma medida. Em muitos sistemas de indicadores, se incluem alguns de natureza não quantitativa, recorrendo-se a gráficos e descrições qualitativas da realidade educacional.

Os indicadores são instrumentos que servem para explicar uma parcela ou aspecto da realidade considerada — no nosso caso, a educacional. Sem embargo, não devemos atribuir o seu êxito ou aceitação somente à sua capacidade explicativa. Os especialistas e cientistas sociais utilizam muitos outros recursos para conhecer e interpretar a realidade que abordam. Nesse contexto, os indicadores devem ser encarados como o que na realidade são: *instrumentos de alcance limitado, ou seja, de eficácia relativa*. Por que, então, sua relevância e acentuada difusão, verificadas atualmente? Sem dúvida alguma, o motivo principal se encontra em duas características intrínsecas aos indicadores: *caráter sintético* e *capacidade para orientar a tomada de decisões*. Por um lado, a seleção de um conjunto limitado, mas significativo, de indicadores, permite que se possa ter uma idéia sumária do funcionamento de uma dada realidade contribuindo, assim, para iluminá-la. Por outra parte, essas características de *síntese* e de *princípio iluminador* têm revelado seu valor, especialmente para as pessoas que necessitam contar com informações confiáveis para a tomada de decisões.

Os administradores públicos, os diretores e os políticos mostram-se interessados por um instrumento que lhes permita destacar, de modo sintético, o mais relevante de seu campo de atuação e oriente-os, assim, na tomada de decisões. Essa necessidade possibilitou que alguns teóricos afirmarem que a construção de sistemas de indicadores é uma atividade extremamente complexa, resultante da interação das dimensões cognitivas e políticas.

A natureza política dos indicadores tem sido objeto de muitas discussões. Não são poucos os que os consideram instrumentos vinculados a uma concepção tecnocrática de educação, pouco úteis à melhoria ou aperfeiçoamento da realidade educacional. Essas opiniões têm razão, em parte. Como ressaltado anteriormente, a explicação e interpretação da realidade são tarefas complexas, que exigem diversos enfoques teóricos, uso de procedimentos técnicos variados e necessidade de participação e contribuição de distintos protagonistas ou atores da realidade avaliada. Os indicadores são ferramentas às quais não se deve pedir além do que podem oferecer. A essa particular situação nos ocorre citar Horácio, que afirmou: *est modus in rebus* (tudo tem limites).

4.2. AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UFC APÓS A CRIAÇÃO DO SINAES

O atual processo de avaliação institucional que se fundamenta na Lei Federal nº 10.861, de 14 de fevereiro de 2004, que criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), iniciou a sua marcha com a escolha da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFC. Como relatado, tal se deu através da portaria nº 922, de 11 de junho de 2004, do Magnífico Reitor da UFC, Prof. René Teixeira Barreira, tendo

sido homologada pelo Conselho Universitário (CONSUNI), em reunião celebrada em 22 de setembro de 2004. A partir dessa última data iniciaram-se, de fato, as atividades de auto-avaliação institucional da UFC. Sendo assim, as valorações acerca das atividades desenvolvidas no seio da UFC, decorrentes da realização da auto-avaliação institucional, terão como base dados relativos aos anos 2004 a 2006, período posterior à criação do SINAES.

Faz-se necessário, nesse momento, discorrer um pouco acerca dos nomes propostos para comporem a CPA Central da UFC. O presidente da mencionada comissão, bem como os representantes das três atividades fim da UFC (ensino, investigação e extensão) são, todos eles, partícipes da administração central. Tais pessoas atuam como docentes na graduação e em alguns casos também na pós-graduação, como investigadores e como coordenadores de suas respectivas Pró-Reitorias. Com essas informações desejamos destacar o que parece mostrar-se óbvio aos olhares dos que têm bom senso: *trata-se de profissionais sobrecarregados em suas respectivas funções de docentes, de pesquisadores e de administradores*. Os representantes dos docentes, dos técnico-administrativos e dos discentes eram oriundos das respectivas entidades de classe (os dois sindicatos classistas e o DCE). Os dois representantes da sociedade civil eram oriundos da classe operária (sindicalista da Central Única dos Trabalhadores - CUT) e do empresariado (Federação das Indústrias do Estado do Ceará - FIEC).

A participação desses profissionais no planejamento das atividades antecedentes à avaliação, bem como na elaboração e na execução do projeto de auto-avaliação institucional remetido à CONAES foi, sempre, bastante instável. Houve momentos de intensa participação, intercalados por baixíssima frequência às atividades e às reuniões. Esse é um dado que deverá ser levado em conta quando da meta-avaliação e quando da discussão acerca da composição das futuras CPAs.

Outro ponto de vital importância à regularidade e a qualidade das reuniões entre os membros das CPAs: *ausência de espaço físico destinado, especificamente, às atividades avaliativas*. Tal espaço serviria como ponto de apoio aos serviços mais básicos, tais como: contatos telefônicos, arquivamento de documentos, realização de pequenas reuniões etc. Esse empecilho deverá ser solucionado a contento pela Administração Central da UFC para que as próximas atividades da auto-avaliação institucional ocorram sem tantas atribulações.

A análise da conjuntura nacional e da conjuntura interna será realizada a partir de abril de 2005, mês no qual se iniciaram as atividades e as reuniões da CPA da UFC.

4.3. ANÁLISE DA CONJUNTURA NACIONAL

No âmbito da política nacional já se vislumbravam os primeiros indícios de potencial crise, por conta das ondas de denúncias contra o governo do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, consumada com as reportagens e as informações veiculadas pela Revista Veja à sociedade. Esse quadro gris da política nacional afetou muito diretamente as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), cujas lutas históricas em prol de educação superior de qualidade vêm de longa data. O debate em torno ao modelo de financiamento e a luta pelo resgate da importância social dos servidores públicos federais, dentre os quais se encontram os docentes, são, por citar dois aspectos, compromissos históricos assumidos pelos agentes componentes das IFES.

Em maio de 2005, a crise política atingiu em cheio a credibilidade do governo federal, os seus principais representantes e líderes, bem como as suas propostas e ações governamentais, dentre as quais às direcionadas à educação superior. Nesse sentido, a comunidade interna das IFES, naturalmente cética aos projetos napoleônicos para a área educacional, reage com certo descrédito ao SINAES. Tratava-se de outro modismo governamental passageiro, amparado em modelos educacionais oriundos de outras partes do globo? Ou, por outro lado, tratava-se de um projeto que possibilitaria a ação enérgica do Estado, visando a regular o frágil e mega-privatizado sistema de educação superior brasileira? Nós, da CPA da UFC, acreditamos, ainda, na segunda hipótese.

Não obstante, no que concerne à avaliação educacional, temos consciência de que se trata de atividade impregnada por elementos e sentimentos contraditórios: *ojeriza ou rejeição* por parte substancial de acadêmicos e de alguns setores da sociedade e, por outro lado, *simpatia e fé* nas possibilidades de reflexão e aprimoramento institucional, que são, ambas, derivadas da ação responsável dos seus agentes e do compromisso com uma sistemática avaliativa que dê vozes aos protagonistas institucionais. Nesse panorama, nos encontramos entre os céticos (geralmente colegas docentes com mais idade e experiência que a nossa) e os simpatizantes ingênuos (geralmente colegas docentes com muito menos idade e experiência que a nossa). Em suma: acreditamos na proposta de avaliação educacional implantada pelo Governo Federal através do SINAES, ao mesmo tempo em que estamos à espera de ações concretas, que revelem o compromisso desse mesmo governo no tocante ao aprimoramento das condições de funcionamento das IFES e da recuperação do respeito, do orgulho e do papel social dos servidores públicos federais.

Paralelamente a esse panorama social engendrava-se, no âmbito interno das IFES, mais um período de paralisação dos seus quadros, por conta de reivindicações históricas não atendidas pelo governo do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, tais como: melhoria das precárias condições de trabalho; revisão do modelo de financiamento das IFES, praticamente “congelado” entre 1995 e 2003; recuperação salarial para os servidores públicos federais que tiveram seus honorários praticamente estabilizados entre 1995 e 2004; etc. A interação entre esses complexos fatores feriu, quase mortalmente, o início do processo de auto-avaliação institucional, conforme descreveremos a seguir.

4.4. ANÁLISE DA CONJUNTURA INTERNA

No âmbito interno da UFC, após o envio do Projeto de Auto-Avaliação institucional à Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) em março de 2005 e posterior recebimento do parecer do DEAES/INEP/MEC acerca do referido projeto, continuou a ocorrência de reuniões internas da CPA Central até o mês de junho de 2005, quando houve a criação das Comissões Próprias de Avaliação representativas das nove unidades acadêmicas (Centros e Faculdades) da UFC, que foram rotuladas “CPAs Setoriais”. Cada uma das CPAs Setoriais representa sua respectiva unidade acadêmica, tendo como atribuições principais:

- € Auxiliar a CPA Central na sensibilização da comunidade interna;
- € Auxiliar a CPA Central na sistemática de coleta de dados;
- € Obter informações institucionais que reflitam as atividades desenvolvidas no seio da unidade acadêmica;

- € Impulsionar a participação responsável da comunidade interna na atividade de auto-avaliação institucional;
- € Auxiliar a CPA Central na interpretação dos dados institucionais e na elaboração do relatório final de auto-avaliação.

Para sensibilizar os Diretores das nove Unidades Acadêmicas da UFC, a CPA Central, na pessoa do Prof. Wagner Bandeira Andriola, Presidente da CPA Central, iniciou verdadeira peregrinação às referidas unidades para apresentar, discutir e sensibilizar os gestores locais acerca da relevância da criação das CPAs Setoriais. Sendo assim, em maio de 2005 ocorreu a primeira reunião entre a CPA Central e o colegiado do Centro de Tecnologia, havendo, posteriormente, reunião com o colegiado do Centro de Humanidades. Em junho de 2005 estivemos reunidos com os colegiados da Faculdade de Medicina e, posteriormente, da Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem. Portanto, em 2005, quatro Unidades Acadêmicas (44% do total) haviam recebido a CPA Central para discutir o projeto de auto-avaliação institucional da UFC e, assim, conhecido as pretensões da referida comissão. Entre março e maio de 2006, a CPA Central foi convidada a apresentar tal projeto no âmbito dos colegiados do Centro de Ciências Agrárias, do Centro de Ciências e, finalmente, da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade. Desse modo, constatamos a presença da CPA Central em sete das nove Unidades Acadêmicas, o que significa quase 78% de apoio dos Senhores Diretores, pelo menos no que tange à cessão de espaço nos respectivos colegiados para a apresentação e a discussão do Projeto de Auto-Avaliação Institucional da UFC.

A partir de junho de 2005, com base na ação das CPAs Setoriais então constituídas, buscou-se coletar dados juntos aos Diretores de Centros e Faculdades, Chefes de Departamento, Coordenadores de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação (*stricto sensu*), Coordenadores de Projetos de Extensão, bem como junto aos Diretores das Bibliotecas. Ademais desses dados coletados *in situ*, formulários eletrônicos foram desenvolvidos para obter opiniões de discentes da graduação e da pós-graduação, de docentes e de servidores técnico-administrativos, acerca de relevantes aspectos institucionais.

Nesse contexto, segundo a nossa percepção, a sistemática da *auto-avaliação institucional participativa* começava, de fato, com a atuação das CPAs Setoriais. No dia 11 de agosto deu-se a primeira reunião entre a CPA Central e as CPAs Setoriais, que contou com a significativa presença de 75% dos 42 membros das mencionadas comissões de auto-avaliação institucional.

Desafortunadamente, o “clima” interno já antevia a inevitável paralisação das atividades acadêmicas, o que efetivamente ocorreu no dia cinco de setembro de 2005 com a suspensão das atividades docentes. Aclare-se, no entanto, que desde o dia 18 de agosto desse mesmo ano já se iniciara a greve dos servidores técnico-administrativos. Portanto, podemos asseverar com certo grau de certeza que, pelo menos no que diz respeito à UFC, a atividade de *auto-avaliação institucional participativa* nascera enferma.

Na reunião entre a CPA Central e as CPAs Setoriais, ocorrida em 12 de setembro de 2005, foi decidida a paralisação das atividades de avaliação institucional por dois motivos, a seguir apresentados:

a) Respeito às decisões dos órgãos representativos de classes (Sindicato dos docentes e Sindicato dos servidores técnico-administrativos);

b) Coerência ao princípio de *participação* e de *engajamento* dos agentes internos, como base e fundamento para o sucesso da auto-avaliação institucional.

Finalmente, transcorridos quase oitenta dias desde a paralisação dos membros das CPA Central e das CPAs Setoriais da UFC, as atividades das mencionadas comissões foram retomadas no início de dezembro de 2005. Conforme podem atestar as atas oriundas das reuniões das CPAs da UFC, a participação dos representantes das CPAs, após esse largo período de paralisação, foi diminuta.

Não obstante, os trabalhos objetivando a coleta de dados e de informações institucionais, relevantes ao processo de auto-avaliação institucional da UFC, bem como de sensibilização da comunidade interna, foi sempre levado a cabo pelos componentes da CPA Central. Aliás, a desmotivação de substancial parcela dos representantes das CPAs da UFC, que pode refletir certa despolitização, é algo bastante sintomático na atual conjuntura interna da mencionada Instituição Federal de Educação Superior (IFES).

4.4.1. REALIZAÇÃO DO I FÓRUM DAS CPAS DE IES CEARENSES

Em novembro de 2005, às vésperas do II Congresso Internacional em Avaliação Educacional, promovido pelo Núcleo de Avaliação Educacional (NAVE) do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da UFC, foi realizado no auditório do Centro de Tecnologia da UFC o *I Fórum das Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) de IES cearenses*.

Nessa ocasião, estiveram presentes, além da CPA anfitriã, a da UFC, as seguintes CPAs: da Universidade Estadual do Ceará (UECE), da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), da Faculdade Christus e das Faculdades Integradas do Ceará (FIC), perfazendo o total de seis CPAs, sendo três de IES públicas e três de IES particulares. Havia, ainda, dois representantes do DEAS/INEP/MEC: as Sras. Lena Cavalcante Falcão e Eleuda Coelho de Oliveira, além do Sr. Guilherme Marback Neto, representante da Comissão Técnica de Avaliação (CTA) do INEP/MEC. O objetivo principal do referido evento foi proporcionar a interação e o intercâmbio de idéias e de experiências entre tais comissões, responsáveis pela condução da sistemática de auto-avaliação institucional no âmbito de suas respectivas IES. Outro objetivo, não menos importante que o primeiro, foi almejado: *a elaboração de um pacto de cooperação entre as CPAs de IES públicas do Estado do Ceará*. Para tal, a Presidenta do Conselho Estadual de Educação (CEE), Profa. Guaraciara Barros Leal, e a Presidenta da Câmara de Educação do referido conselho, Profa. Meireceli Calíope Leitinho, estiveram, ambas, apresentando uma proposta preliminar.

Ao final dos dois dias de apresentações, de debates e de interações entre as CPAs, os seguintes diagnósticos foram feitos:

a) Processo de composição das CPAs é muito distinto entre as IES de natureza pública e particular, o que poderá repercutir na atuação das mencionadas comissões, bem como na adesão da comunidade interna ao processo de auto-avaliação institucional;

b) Culturas institucionais distintas entre as IES de natureza pública e particular, o que conduzirá a haver preocupações pelo aspecto político da avaliação institucional, no caso das primeiras, ou pelo aspecto técnico da avaliação institucional (eficiência do processo avaliativo), no caso das segundas IES;

c) Necessidade de financiamento para a execução das atividades avaliativas que, na ocasião (novembro de 2005), as IES públicas ainda não haviam recebido, enquanto as IES particulares já a possuíam;

d) Dedicção exclusiva dos membros da CPA à avaliação institucional, aspecto garantido no âmbito de algumas IES particulares, enquanto no seio das IES públicas tal não se dá;

e) Necessidade de garantir a participação da comunidade interna, característica que as IES públicas buscam como estratégia de conscientização e politização, enquanto as IES particulares consideram-na como estratégia de *marketing* interno e externo;

f) Clima institucional propício à implantação da sistemática de avaliação interna, aspecto comprometido na conjuntura atual das IES públicas, enquanto nas IES particulares tal deve ser criado pelo gestor;

g) Necessidade de poderoso *marketing* interno, aspecto comprometido nas IES públicas pela ausência de financiamento para tal, enquanto as IES particulares contam com tal;

h) Meta-avaliação do processo de auto-avaliação institucional, aspecto comprometido nas IES particulares, enquanto as IES públicas acham-no relevante e imprescindível;

i) Necessidade de aprofundar a formação dos membros das CPAs através do oferecimento de cursos por parte do DEAES/INEP/MEC. Aspecto imprescindível à adequada atuação das CPAs, na opinião unânime dos avaliadores presentes;

j) Necessidade de o DEAES/INEP/MEC disseminar textos acerca da avaliação institucional na *web site* do referido órgão. Assim, enquanto não ocorre a idealizada formação dos avaliadores institucionais, haverá, pelo menos, material sistematizado e disponibilizado aos interessados;

k) Necessidade de construção de um pacto de cooperação entre as IES cearenses, tendo o aval da CONAES e do DEAES/INEP/MEC, que deverá ser intermediado pelo CEE.

Após o mencionado evento ficou decidido a tentativa de organizar uma reunião mais ampla, desta feita envolvendo as CPAs das regiões Norte e Nordeste do Brasil, desde que houvesse apoio formal do DEAES/INEP/MEC e da CONAES. Em julho de 2006, ao ser realizado o *II Fórum das CPAs de IES cearenses*, foi entregue à Sra. Iara Xavier de Moraes, Coordenadora de Avaliação Institucional e dos Cursos de Graduação do MEC/INEP/DEAES, relatório sintético com a descrição das atividades realizadas no I Fórum, bem como encaminhamentos de proposições.

Não obstante, oportuno se faz destacar que a CPA Central da UFC, apesar das dificuldades, efetivou forte intercâmbio com CPAs de IES públicas. Por exemplo, no âmbito estadual houve a interação com as CPAs da Universidade Regional do Cariri (URCA) e da Universidade Estadual do Ceará (UECE), além das CPAs da Faculdade

Christus e da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Dentre as Instituições Federais de Educação Superior (IFES), destacam-se as visitas feitas à UFC pelas CPAs da Universidade Federal do Piauí (UFPI), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), da Universidade Federal de Goiás (UFGO), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), com as quais foram discutidas as potencialidades e os empecilhos à execução da auto-avaliação institucional com base as propostas e os princípios presentes no SINAES.

4.4.2. LANÇAMENTO DA CAMPANHA DE *MARKETING* INTERNO

Um passo importante no intento de sensibilizar a participação da comunidade interna na auto-avaliação deu-se com a posta em marcha da campanha de *marketing* interno. Para tal, buscamos engajar os docentes, os servidores técnico-administrativos e os discentes do Curso de Comunicação Social da UFC nessa empreitada. Em câmbio, garantimos a doação de um computador ao referido curso, fato que foi, posteriormente, efetivado. Lançamos um edital para que tais pessoas pudessem apresentar suas propostas e, assim, caracterizar a participação e o engajamento da comunidade interna. Assim, no último dia proposto para o edital para as inscrições apareceram duas docentes substitutas: a Profa. Ana Elisa Galvão Sidrim e a Profa. Janice Leal de Carvalho. Com o apoio e a relevante assessoria de ambas, conseguimos dar forma às nossas idéias. Criamos um lema, uma logomarca e diversos produtos para divulgar a atividade de auto-avaliação institucional no âmbito interno da UFC.

O lema da campanha de auto-avaliação institucional da UFC centrou-se em três idéias fundamentais ao sucesso da referida atividade. A primeira delas revela o **caráter iluminador** que tem a avaliação institucional, já que propicia **novos conhecimentos** acerca da realidade avaliada. A busca pela **melhoria ou pelo aperfeiçoamento institucional** é decorrência lógica das novas informações geradas pela atividade avaliativa, sendo, portanto o segundo aspecto a ser ressaltado. Por fim, exalta-se a idéia de que a avaliação institucional é **construção coletiva**, que só terá êxito com a **participação voluntária, responsável e constante da comunidade interna**. Em suma, o lema da campanha de auto-avaliação institucional da UFC foi plasmado na frase apresentada a seguir:



**conhecer e aprimorar:
construindo a UFC**

No que se refere à logomarca, desejávamos que a mesma representasse as três atividades finalísticas da UFC: o **ensino** (de graduação e de pós-graduação), a **investigação científica** (no âmbito da graduação e da pós-graduação) e a **extensão universitária**. Deveria, ainda, representar os três segmentos de recursos humanos da UFC: **discentes, docentes e técnico-administrativos**. Pos bem, com esses princípios básicos as referidas colegas docentes propuseram três logomarcas, sendo a escolhida pelos membros das CPAs Central e Setoriais a que segue:



Na referida figura, as três helicoidais triangulares unem-se e formam uma quarta helicoidal triangular, que está no centro. Esse movimento que origina o centro representa, assim, a **unidade das finalidades institucionais**, a partir da ação dos **recursos humanos**. A **helicoidal triangular central caracteriza, desse modo, a própria UFC**.

Criados o lema e a logomarca era a vez de divulgar tais idéias, através de produtos acessíveis à comunidade interna da UFC. Com esse objetivo foram, então, criadas as seguintes formas de divulgação:

a) Através de adesivos para veículos automotivos.



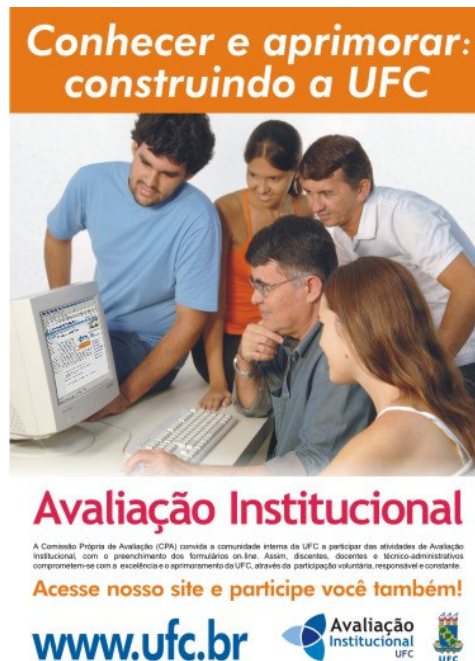
b) Através do site oficial da UFC.



c) Através de camisetas.



d) Através de cartazes e folders explicativos.



Além dessas vias de divulgação, vários programas de debates e de informação à comunidade interna da UFC foram transmitidos, através da Rádio Universitária. Concomitante com essa atividade ocorreu a coleta de dados institucionais, da atuação das CPAs Setoriais e do uso de formulários eletrônicos disponibilizados à comunidade interna da UFC no *site* oficial da referida IES.

Cabe destacar, nesse momento, a salutar parceria que se consolidou da CPA Central com algumas fundações de apoio à UFC, com três Pró-Reitorias e com um sindicato. Para tal, convém nomeá-los: Associação Técnico-Científica Engenheiro Paulo de Frontin (ASTEF), Centro de Treinamento e Desenvolvimento (CETREDE), da

Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC), da Associação Científica de Estudos Agrários (ACEG), do Instituto de Pesquisas Marinhas (LABOMAR), das Pró-Reitorias de Graduação, de Planejamento e de Administração da UFC, além do Sindicato de Trabalhadores da Universidade Federal do Ceará (SINTUFCE). Através destas parcerias a CPA Central conseguiu:

a) Distribuir 4.000 camisetas entre discentes da graduação, entre docentes e entre servidores técnico-administrativos;

b) Dar publicidade à auto-avaliação institucional através da confecção de 1.000 cartazes, 3.000 *folders*, 1.000 adesivos para veículos auto-motores e 200 plaquetas em acrílico que foram distribuídas para lideranças da comunidade interna, dentre os quais: Reitor e Vice-Reitor; Pró-Reitores; Diretores de Unidades Acadêmicas; Chefes de Departamentos; Coordenadores de Cursos de Graduação e de Cursos de Pós-Graduação (*stricto sensu*); além de outras autoridades.

c) Organizar evento interno para lançar a campanha de *marketing* interno da auto-avaliação e homenagear personalidades que estiveram auxiliando-nos nas principais atividades da referida sistemática institucional.

4.4.3. DESENVOLVIMENTO DO INSTRUMENTAL UTILIZADO NA COLETA DE DADOS

Após a constituição da CPA Central da UFC em junho de 2004 iniciou-se, dentre outras atividades, a tarefa de elaboração do instrumental destinado a ser utilizado no processo de coleta de dados úteis à auto-avaliação institucional. Tais instrumentos deveriam respeitar as dimensões institucionais a serem avaliadas, conforme dispunha a Lei nº 10.861 que criou o SINAES. Sendo assim, questionários semi-abertos foram elaborados para que os atributos qualitativos das várias dimensões institucionais objetos da auto-avaliação pudessem ser captados.

Em seguida, definiu-se em quais audiências deveriam ser utilizados mencionados instrumentos. Desse modo, iniciou-se o procedimento de coleta de dados, através da aplicação dos questionários semi-abertos, feita pelos membros das CPAs Setoriais, às seguintes fontes de informação: Diretores de Unidades Acadêmicas, Chefes de Departamento, Coordenadores de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação, Coordenadores de Projetos de Extensão, Diretores de Bibliotecas, Superintendente de Recursos Humanos, calouros de graduação e egressos dos cursos de graduação.

No caso dos docentes, dos discentes da graduação e da pós-graduação, além dos servidores técnico-administrativos utilizou-se estratégia diferenciada da anteriormente descrita. Ao invés da aplicação dos questionários *in situ*, isto é, como atividade componente de pesquisa de campo, resolveu-se utilizar formulários eletrônicos, disponibilizados na *web page* da UFC. Mencionados formulários foram, então, elaborados e pré-testados, antes de serem informatizados por um discente da graduação, aprendiz do curso de Computação da UFC. Após tais etapas tais instrumentos foram, então, disponibilizados na *web page* oficial da instituição.

4.4.4. COLETA DE DADOS PRIMÁRIOS ATRAVÉS DE FORMULÁRIOS ON LINE

Em 30 de junho de 2006 encerrou-se o prazo estipulado pelos membros da CPA Central para a sistemática de coleta de informações oriundas da utilização dos questionários semi-abertos, bem como os decorrentes do emprego dos formulários eletrônicos. Foi possível, a partir de então, termo idéia acerca da participação dos três

segmentos universitários, protagonistas da sistemática de auto-avaliação institucional da UFC, quais sejam: os discentes, os docentes e os servidores técnico-administrativos. Para efetivarmos tal análise empregaremos séries históricas que denotam as taxas de participação da referida comunidade. Começamos apresentando a taxa de participação (em percentagem) dos discentes dos cursos de graduação da UFC na atividade de preenchimento do seu respectivo formulário eletrônico, entre os meses de março e junho de 2006.

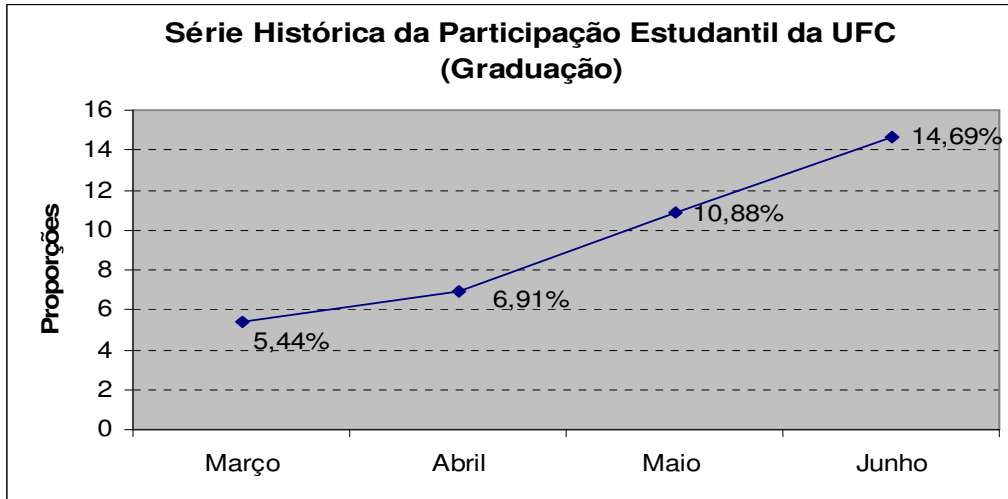


Gráfico 4. Taxa de participação dos discentes dos cursos de graduação da UFC.

Constatamos, a partir do Gráfico 4, que a participação dos discentes dos cursos de graduação da UFC atingiu o seu ápice no final de junho, quando cerca de 15% da população matriculada em pelo menos uma disciplina de graduação deixou constância das suas opiniões acerca dos vários aspectos institucionais da UFC.

Em seguida apresentamos a taxa de participação (em percentagem) dos docentes efetivos da UFC na atividade de preenchimento do seu respectivo formulário eletrônico, entre os meses de março e junho de 2006.

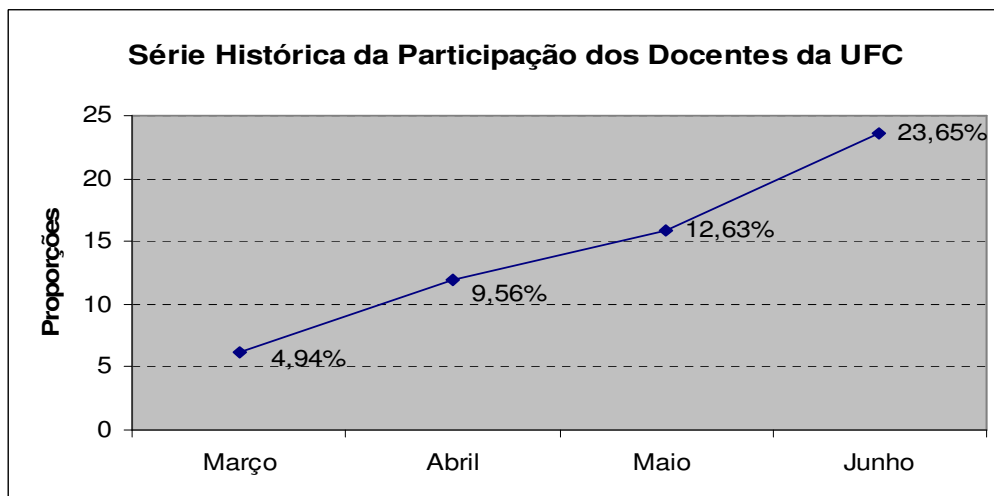


Gráfico 5. Taxa de participação dos docentes efetivos da UFC.

Com base no Gráfico 5 observamos que a participação dos docentes efetivos da UFC atingiu o seu ápice no final de junho, quando cerca de 24% dessa população deixou constância das suas opiniões acerca de relevantes aspectos institucionais da UFC.

Por fim, apresentamos a taxa de participação (em percentagem) dos servidores técnico-administrativos da UFC na atividade de preenchimento do seu respectivo formulário eletrônico, entre os meses de março e junho de 2006.

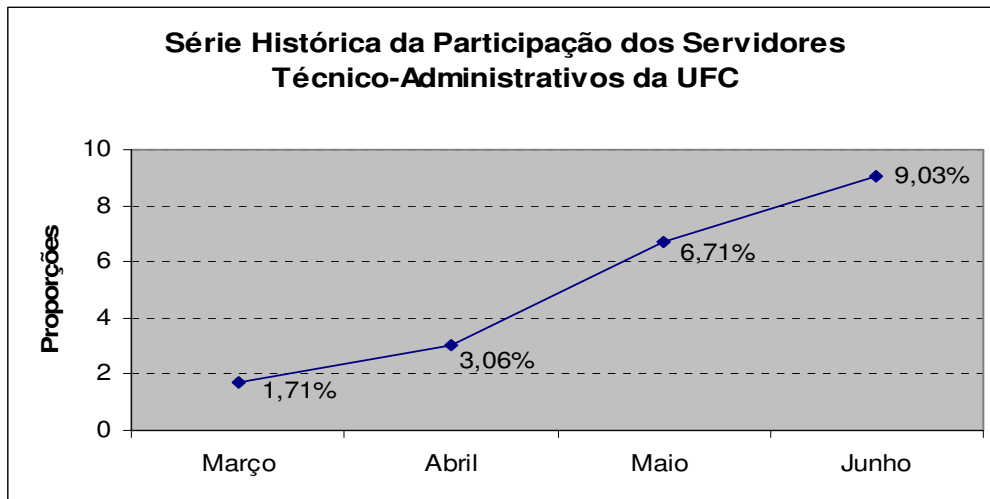


Gráfico 5. Taxa de participação dos servidores técnico-administrativos da UFC.

Igualmente como verificado entre os discentes dos cursos de graduação e entre os docentes efetivos, verificamos que a participação dos servidores técnico-administrativos da UFC atingiu o seu ápice no final de junho, quando cerca de 9% dessa população deixou registro formal das suas opiniões acerca da UFC.

Para finalizar esse tópico do relatório, cabe destacar que, tanto entre os discentes dos cursos de graduação como entre os docentes efetivos da UFC, a meta planejada *a priori* de atingir-se 10% dos componentes desses dois segmentos universitários foi plenamente alcançada. Tão-somente entre os servidores técnico-administrativos não se conseguiu alcançar a contento a referida meta de participação, cuja taxa ficou ao redor de 9%, conforme demonstram os dados presentes no Gráfico 6.

4.4.5. EMPREGO DE FONTES SECUNDÁRIAS DE DADOS INSTITUCIONAIS

Ademais dos dados primários, obtidos através dos procedimentos descritos no tópico anterior, a CPA Central utilizar-se de fontes secundárias, porém fidedignas, de informações institucionais. Com esse objetivo, foram, então, utilizados a *Revista Universidade Pública*, o *UFC Fax* e o *Jornal da UFC*, ademais de dados extraídos do “Sistema *On-line* de Dados e Indicadores da Qualidade Institucional da UFC”, desenvolvido pela Coordenadoria de Análise Institucional e Avaliação (CAIA/PRPL), bem como do “Sistema do Censo da Educação Superior” (SIEDSUP - MEC/INEP). Igualmente importante foi o emprego de informações institucionais apresentadas nos Relatórios Anuais de Atividades e de Gestão da UFC.

4.4.6. O OLHAR DOS SINDICATOS E ÓRGÃOS DE REPRESENTAÇÃO DE CLASSE

Com o objetivo de iniciarmos diálogo com as representações de classe, pois supomos a avaliação institucional como atividade politizante, questionários contendo nove perguntas abertas foram enviados aos três órgãos de classe da UFC: o sindicato dos docentes (ADUFC), o sindicato dos servidores técnico-administrativos (SINTUFCE) e o Diretório Central dos Estudantes (DCE). Destaque-se, nesta ocasião: tão-somente a Presidenta do SINTUFCE encaminhou-nos suas reflexões, conforme descrito abaixo.

Inicialmente, perguntamos aos representantes dessas três entidades o que pensavam acerca da influência da atual crise política e ética sobre a educação superior do nosso país. Conforme destacou a Sra. Vera Maria Gomes de Almeida (Presidenta do SINTUFCE): “a atual crise política e ética pela qual atravessa o país interfere negativamente em todo o processo de organização da sociedade, sobretudo naqueles setores comprometidos com as questões sociais. As universidades são entidades que desempenham um papel relevante para a sociedade como formadoras de opinião e de valores éticos que estão, hoje, sendo questionados devido à prática que se implementou em determinados setores políticos no país. Ao mesmo tempo, diante da crise, ela tem a responsabilidade de avaliar e apontar caminhos e diretrizes para o resgate da confiança da população no futuro do país através da valorização da educação e de políticas públicas voltadas à inclusão de setores marginalizados da sociedade”. Continua sua reflexão acrescentando que “fazer essa avaliação valorativa no momento em que estão sendo apuradas as denúncias nos parece prematuro. Consideramos relevante a identificação daqueles que agiram incorretamente, para que sejam exemplarmente punidos, estejam ligados à organização dos trabalhadores ou não”.

No que tange ao papel estratégico das IFES para o desenvolvimento nacional e para o alcance de maior justiça social, a Sra. Vera Maria Gomes de Almeida (Presidenta do SINTUFCE) crê que as IFES “sempre desempenharam papel estratégico para o desenvolvimento do país, pois (...) sabemos que nas universidades são desenvolvidas a quase totalidade das pesquisas no país e encontradas soluções para muitos desafios, no que diz respeito à pesquisa, ensino e serviços. Poucas instituições representam o papel que as IFES têm desempenhado no desenvolvimento do país. Várias regiões têm recebido contribuições das universidades nas questões relativas ao desenvolvimento econômico e social, promoção da justiça, pesquisa para a sociedade civil entre os quais se destaca o de saúde pública. O papel estratégico das IFES aponta sempre para os desafios que a sociedade necessita, conforme está explicitado no projeto Universidade Cidadã, da Fasubra, no seu Art. 4 *A universidade pública, autônoma, através do ensino, da pesquisa e da extensão, buscando contribuir para superar a alienação individual e coletiva e romper com o racismo e todas as formas de desigualdade social, rege-se a partir dos seguintes princípios: I – garantia de autonomia institucional; II – Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão; III – Efetividade no cumprimento da função social de ensinar, pesquisar e praticar a extensão universitária necessária ao desenvolvimento sustentável do país; IV – Interação permanente núcleo-trabalho; XII – pluralismo de idéias de concepção pedagógicas; XVIII – Gratuidade de todas as atividades acadêmicas: ensino de Graduação, Pós-Graduação e Extensão*”.

Acerca do financiamento das IFES pelo Governo Federal, a Sra. Vera Maria Gomes de Almeida (Presidenta do SINTUFCE) opina que “(...) o processo de inserção do Brasil no mundo globalizado se faz através da implementação de políticas neoliberais.

A política econômica de juros e superávit elevados, atrelada ao encolhimento dos gastos sociais tem levado a população brasileira a um sacrifício permanente. Com a crise política que envolve o governo atual, este deverá manter a economia com superávit cada vez maior, sacrificando as instituições que necessitam de recursos para recompor o quadro de pessoal e implementar políticas de recursos humanos satisfatórios, como é o caso das IFES”. Mais adiante esclarece que “há 25 anos, os sindicatos dos servidores técnico-administrativos das IFES, através da FASUBRA, vem buscando um modelo que atenda às necessidades dos servidores e da universidade se contrapondo à política cruel, de desmantelamento do serviço público, utilizando mecanismos de desqualificação dos servidores públicos perante a sociedade e ausência de política salarial. A organização dos servidores das IFES tem garantido, através da luta, vitórias importantes como a paridade entre ativos e aposentados e atualmente o plano de carreira criado através da Lei 11.091 de 12/01/2005, criando uma identidade para os servidores das IFES e algumas inovações importantes como o estímulo para a capacitação e qualificação dos servidores”. Por fim, quanto à relação entre o Governo Federal e os Sindicatos, esclarece que “o atual governo tem inovado na relação com os sindicatos, através da abertura de mesas de negociação permanentes e específicas, bem como da negociação diferenciada por categoria. Se por um lado o diálogo foi ampliado, por outro fragmentou a mobilização dos servidores. O resultado dessa política tem sido a deflagração de greves constantes e fragmentadas, quase sempre mais favoráveis ao governo do que ao trabalhador. Contudo, é importante a mobilização permanente e um estudo de novas formas de enfrentamento dos trabalhadores com o governo. A ilusão de que a relação com o atual governo seria facilitada por sua origem sindical foi transformada numa armadilha. O padrão sindical tem sido mais duro do que os governos anteriores”, conforme assevera a Sra. Vera Maria Gomes de Almeida (Presidenta do SINTUFCE).

Quanto à proposta de Reforma da Educação Superior, que tem sido amplamente discutida, a Sra. Vera Maria Gomes de Almeida (Presidenta do SINTUFCE) acredita em sua relevância. No entanto, destaca que “uma reestruturação profunda só é possível se for acompanhada de amplo processo de modernização da máquina estatal. Algumas questões são colocadas, mas, infelizmente, não são respondidas satisfatoriamente no projeto de reforma, tais como: a democratização da universidade, incluindo aí as eleições para Reitor, o controle do mandato dos dirigentes eleitos e uma definição clara da relação e representação da comunidade nos órgãos do poder da universidade. Por outro lado, algumas questões que deveriam constar no texto do projeto de reforma, como o PROUNI e maior clareza na definição implementação dos sistemas de cotas, são tratadas isoladamente com viés extremamente populista por parte do governo. Em nosso entendimento, não se faz educação de qualidade em palanque. Educação deve ser tratada com a seriedade de quem faz e entende de educação”, complementa.

Continua suas idéias destacando que “o movimento dos servidores historicamente tem defendido a consolidação de uma universidade comprometida com a sociedade onde toda a população tenha acesso a uma formação de nível superior, rompendo, dessa forma, com a alienação individual e coletiva. Nesse contexto consideramos da maior importância o projeto universidade para todos (PROUNI), mas pelo compromisso que o governo deveria realmente ter com a população, esse projeto deveria ser mais bem trabalhado inclusive investindo recursos nas universidades para que elas se preparassem para essa nova realidade”. Complementa asseverando que “(...) educação é investimento e ela não começa e nem termina na universidade, daí esse

investimento deve se iniciar desde a educação básica para que não se crie uma anomalia no interior da universidade de formação de profissionais de segunda categoria”.

Mais adiante, dá ênfase a distribuição das cotas. Segundo a Sra. Vera Almeida: “esse é um tema da maior importância para a população. Contudo, com a responsabilidade social que a universidade possui, tão importante quanto o acesso, é a permanência, com qualidade no que diz respeito à estrutura, pessoal, equipamentos (laboratórios e bibliotecas com acervo de qualidade) para atender à nova demanda, sem discriminação de qualquer natureza inclusive de cursos. O que se percebe hoje, são vagas insuficientes e em cursos classificados como insatisfatórios pela avaliação do MEC”, finaliza a Presidenta do SINTUFCE. Nos próximos capítulos do relatório serão apresentados resultados referentes a cada uma das dimensões institucionais utilizadas no processo de auto-avaliação da UFC.

Para finalizar esse capítulo introdutório, desejamos destacar que o objetivo de iniciar diálogo com os órgãos de representação docente, discente e técnico-administrativo, não foi alcançado em sua totalidade. Ilustra essa peculiar situação um inteligente adágio chinês, que assevera: *“há três coisas que jamais voltam: a flecha lançada, a palavra dita e a oportunidade perdida”*.



Relatório Final

**Dimensão Um: Missão e Plano de Desenvolvimento
Institucional (PDI) da UFC**

DIMENSÃO UM:

MISSÃO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) DA UFC

1.1. OBJETIVOS

Proporcionar informações acerca (i) das finalidades, objetivos e compromissos da IES, (ii) das práticas pedagógicas e administrativas, (iii) do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), sobretudo no que concerne às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão e avaliação institucional.

1.2. AUDIÊNCIAS UTILIZADAS

Pró-Reitor de Planejamento; Pró-Reitora de Graduação; Chefes de Departamento; Docentes; Servidores Técnico-Administrativos.

1.3. PROCEDIMENTO PARA OBTENÇÃO DOS DADOS

Através da ação da CPA Central, que foi responsável pela execução de entrevistas junto às audiências referidas. Ademais, foram utilizadas informações extraídas de dos formulários *on line* disponibilizados à comunidade interna, bem como dados oriundos de fontes secundárias, tais como, a *Revista Universidade Pública*, o *UFC Fax* e o *Jornal da UFC*, bem como as decorrentes da aplicação dos formulários eletrônicos disponibilizados para os docentes e os servidores técnico-administrativos.

1.4. TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES

As informações obtidas junto às audiências foram tratadas qualitativamente, através do emprego da análise de conteúdo, conforme propõe Bardin (1977)⁴. A referida técnica de tratamento de dados *consiste em identificar as categorias de respostas mais relevantes, presentes nas informações brindadas pelas audiências utilizadas na sua obtenção.*

Após essa fase, foram *calculadas as frequências de aparição dessas categorias qualitativas, em termos absolutos e relativos.* Posteriormente, tais cálculos foram organizados em quadros e, visando melhor compreensão pela comunidade que fará uso dos mesmos, os dados foram representados graficamente, conforme se pode constatar na seção seguinte, na qual se discutem os principais resultados.

⁴ BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

1.5. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS

Os resultados a seguir apresentados e comentados referem-se aos aspectos utilizados na avaliação da dimensão 1, rotulada de *Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFC*.

1.5.1. FINALIDADES, OBJETIVOS E COMPROMISSOS DA UFC

O Estatuto da Universidade Federal do Ceará (UFC) foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, conforme Parecer nº 62/99, da Câmara de Educação Superior (Processo nº 23.000.012916/98-59), e pelo Sr. Ministro da Educação, através da Portaria nº 592, de 23 de março de 1999, publicado no Diário Oficial da União de 26/03/99. Foi revisto e atualizado, adequando-se à Constituição Federal, à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e, por fim, à Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995 (que regulamenta o processo de escolha dos dirigentes universitários). Referido Estatuto foi aprovado pelo Conselho Universitário (CONSUNI) em sessões realizadas nos dias 18, 21 e 22 de dezembro de 1998.

O Estatuto da Universidade Federal do Ceará (UFC), em seu Título I, apresenta o que segue:

Art. 1º. - A Universidade Federal do Ceará, sediada na cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, criada pela Lei nº. 2.373, de 16 de dezembro de 1954, é uma instituição federal de ensino superior, constituída como autarquia educacional de regime especial e vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto.

Art. 2º. - A Universidade goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerá ao princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Parágrafo único - A autonomia da Universidade será exercida na forma do presente Estatuto e da legislação em vigor.

Art. 3º. - A organização e o funcionamento da Universidade reger-se-ão pelas disposições constantes dos seguintes documentos legais:

- a) o presente Estatuto, que encerra as definições e formulações básicas;
- b) o Regimento Geral, que regulará, a partir do Estatuto, todos os aspectos comuns da vida universitária;
- c) regimentos específicos, que complementarão o Regimento Geral nos aspectos relativos ao funcionamento dos colegiados superiores, à definição e objetivos dos órgãos administrativos que integram a Reitoria e às características próprias dos vários Centros e Faculdades.

Parágrafo Único - Os documentos previstos neste artigo poderão desdobrar-se em normas e manuais administrativos de setores ou atividades especiais, a serem aprovados por ato do Reitor.

Com respeito aos seus objetivos e funções, menciona o que segue:

Art. 4º. - A Universidade tem por objetivo preservar, elaborar, desenvolver e transmitir o Saber em suas várias formas de conhecimento, puro e aplicado, propondo-se para tanto:

- a) ministrar o ensino para formação de quadros destinados às atividades técnicas e aos trabalhos da cultura;
- b) realizar pesquisas e estimular criações que enriqueçam o acervo de conhecimentos e técnicas nos setores abrangidos;
- c) estender à comunidade o exercício das atividades de ensino e pesquisa.

1.5.2. ORGANIZAÇÃO E PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS

O Regimento Geral da UFC no Sub-Título II, que trata dos Órgãos Executivos e que os divide em seu artigo 23 em Órgãos de Administração Escolar (Unidades Acadêmicas) e da Administração Superior (Reitoria), preceitua o que segue:

Art. 24 - Os Centros e Faculdades, em número de 09 (nove), constantes do Estatuto, são coordenações de departamentos situados em determinada área de estudos.

Art. 25 - O Diretor de Centro ou Faculdade, escolhido e nomeado na forma do Estatuto e deste Regimento Geral, terá as seguintes atribuições, além de outras funções decorrentes dessa condição: (Prov. 02/96).

- a) administrar e representar o Centro ou Faculdade;
- b) convocar e presidir as reuniões do respectivo Conselho de Centro ou Conselho Departamental;
- c) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Centro ou Conselho Departamental e dos órgãos da administração superior da Universidade, assim como as instruções e determinações do Reitor;
- d) cumprir e fazer cumprir as disposições do Estatuto da Universidade, deste Regimento Geral e do Regimento do Centro ou Faculdade;
- e) assinar diplomas e certificados, na forma deste Regimento Geral;
- f) exercer atividades de supervisão, coordenação e fiscalização;
- g) constituir comissões para estudo de assuntos específicos;
- h) manter a disciplina, aplicar as penalidades de sua competência e representar ao Reitor nos casos em que as penalidades devam ser por ele aplicadas;
- i) adotar, em casos de urgência, medidas que se imponham em matéria de competência do Conselho de Centro ou do Conselho Departamental, submetendo o seu ato à ratificação deste ou daquele órgão, na primeira reunião subsequente;
- j) integrar o Conselho Universitário e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

k) apresentar ao Reitor, na primeira quinzena do mês de janeiro, relatório circunstanciado de sua administração no ano anterior, propondo as providências necessárias à maior eficiência das atividades escolares;

l) decidir, ouvida a coordenação de curso interessada, sobre jubilação de alunos.

Art. 26 - Ao Vice-Diretor, escolhido e nomeado na forma do Estatuto e deste Regimento Geral, caberá substituir o Diretor em suas faltas e impedimentos e encarregar-se de parte da direção do Centro ou da Faculdade, por delegação expressa do Diretor.

Parágrafo Único - Nas faltas e impedimentos simultâneos do Diretor e do Vice-Diretor, a Diretoria será exercida pelo mais antigo no magistério da Universidade, dentre os chefes de Departamento.

Art. 27 - O chefe de cada Departamento, eleito na forma do Estatuto e deste Regimento Geral, terá as seguintes atribuições, além de outras funções decorrentes dessa condição:

- a) convocar e presidir as reuniões do Departamento;
- b) administrar e representar o Departamento;
- c) submeter, na época devida, à consideração do Departamento, plano das atividades a serem desenvolvidas em cada período letivo;
- d) designar professores-orientadores, por solicitação dos coordenadores de curso;
- e) coordenar, no plano executivo, os cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão, bem como os projetos de pesquisa de responsabilidade do Departamento;
- f) assinar, na forma dos artigos 135 e 136 deste Regimento Geral, os certificados dos cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão, bem como os de disciplinas isoladas, de responsabilidade do Departamento;
- g) fiscalizar a observância do regime escolar, no âmbito do Departamento, o cumprimento dos programas das disciplinas e a execução dos demais planos de trabalho;
- h) fiscalizar a frequência dos docentes e do pessoal técnico-administrativo lotado no Departamento, comunicando-a, em tempo hábil, ao Diretor do Centro ou Faculdade;
- i) velar pela ordem no âmbito do Departamento, adotando as medidas necessárias e representando ao Diretor do Centro ou Faculdade, quando se imponha a aplicação de sanções disciplinares;
- j) apresentar ao Diretor do Centro ou Faculdade, no fim de cada período letivo, o relatório das atividades departamentais, sugerindo as providências cabíveis para maior eficiência do ensino, da pesquisa e da extensão;

k) cumprir e fazer cumprir as disposições do Regimento do Centro ou Faculdade, deste Regimento Geral e do Estatuto, assim como as deliberações do Departamento e dos órgãos da administração escolar e superior da Universidade;

l) adotar, em casos de urgência, medidas que se imponham em matéria de competência do Departamento como colegiado, submetendo o seu ato à ratificação deste, na primeira reunião subsequente.

§ 1º. - Ao Subchefe do Departamento caberá substituir o Chefe nas suas faltas e impedimentos e, quando for o caso, encarregar-se de parte das atribuições do Chefe, por delegação deste.

§ 2º. - O Chefe de Departamento poderá designar docentes para exercer as atribuições referidas na letra e deste artigo.

Art. 28 - O coordenador de cada Curso terá as seguintes atribuições, além de outras funções decorrentes dessa condição:

- a) convocar e presidir as reuniões da Coordenação de Curso;

- b) administrar e representar a Coordenação de Curso;
- c) submeter à Coordenação de Curso, na época devida, o plano das atividades didáticas a serem desenvolvidas em cada período letivo, incluindo a proposta da lista de ofertas e o plano de ensino das disciplinas;
- d) indicar, para designação pelo Chefe de Departamento, professores-orientadores para os alunos do Curso;
- e) autorizar, na forma do art. 101 deste Regimento Geral, trancamento de matrícula nas disciplinas do Curso;
- f) manter-se em entendimento permanente com o Supervisor do Setor de Controle Acadêmico do Centro ou Faculdade, para as providências de ordem administrativa necessárias às atividades de integração do ensino;
- g) velar pela disciplina e o pleno funcionamento das atividades letivas e administrativas no âmbito da Coordenação, adotando as medidas necessárias e representando ao Diretor do Centro ou Faculdade, quando se imponha aplicação disciplinar, e ao Chefe do Departamento, nos demais casos;
- h) apresentar ao Diretor do Centro ou Faculdade, no fim de cada período letivo, o relatório das atividades da Coordenação, sugerindo as providências cabíveis para maior eficiência do ensino;
- i) cumprir e fazer cumprir as disposições do Regimento do Centro ou Faculdade, deste Regimento Geral e do Estatuto, assim como as deliberações da Coordenação e dos órgãos da administração escolar e superior da Universidade;
- j) adotar, em casos de urgência, medidas que se imponham em matéria da competência da Coordenação do Curso, submetendo seu ato à ratificação desta, na primeira reunião subsequente.

Parágrafo Único - Além das atribuições constantes deste artigo, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão baixará normas complementares disciplinando atribuições específicas dos coordenadores de cursos de pós-graduação.

Art. 29 - Em cada Centro ou Faculdade haverá uma secretaria e, para efeito executivo das atividades didáticas de seus cursos, um setor de controle acadêmico, subordinado diretamente à respectiva Diretoria, o qual se relacionará, a um tempo, com os departamentos, com as coordenações de curso e com o Departamento de Ensino de Graduação.

§ 1º. - O titular da secretaria será designado pelo Reitor, por indicação do Diretor respectivo.

§ 2º. - A secretaria de cada Centro ou Faculdade disporá de uma seção de expediente, a ser chefiada por servidor designado pelo Reitor, igualmente por indicação do Diretor do Centro ou Faculdade.

§ 3º. - Para efeito de integração das Coordenações de Curso ao nível dos Centros e Faculdades, haverá em cada um destes órgãos um supervisor designado pelo Reitor por indicação do Diretor respectivo, e ao qual ficará subordinado o setor de controle acadêmico.

Art. 30 - Em cada departamento e em cada Coordenação de Curso haverá uma seção de expediente, cujos titulares serão designados pelo Reitor, por indicação dos respectivos chefes ou coordenadores de curso, através do Diretor do Centro ou Faculdade.

CAPÍTULO II

REITORIA

Art. 31 - A Reitoria, órgão superior executivo da Universidade, será exercida pelo Reitor, na forma do Estatuto.

Art. 32 - Os órgãos suplementares, subordinados à Reitoria, terão Diretores nomeados na forma do Estatuto.

Art. 33 - O Diretor de Órgão Suplementar terá as seguintes atribuições, além de outras funções decorrentes de sua condição:

- a) administrar e representar o órgão;
- b) elaborar e submeter à aprovação do Reitor o plano anual de atividades do Órgão e planos ou projetos isolados;
- c) velar pela ordem e eficiência dos trabalhos, representando ao Reitor nos casos de indisciplina;
- d) exercer atividades de fiscalização no âmbito de atuação do Órgão;
- e) cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias e regimentais que lhe sejam aplicáveis;
- f) cumprir e fazer cumprir as instruções e determinações do Reitor;
- g) apresentar ao Reitor, até 15 de janeiro de cada ano, relatório das atividades do Órgão no ano anterior.

Art. 34 - Em cada Órgão Suplementar haverá uma Seção de Expediente, cujo titular será designado pelo Reitor, mediante indicação do respectivo Diretor.

Art. 35 - O pessoal necessário aos diversos órgãos e serviços será especificado no Regimento da Reitoria, o qual complementarará as disposições deste capítulo.

1.5.3. ORGANIZAÇÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Com respeito aos Órgãos de Administração Escolar (Unidades Acadêmicas), o Regimento Geral da UFC no Sub-Título II, preceitua o que segue:

TÍTULO II

DO REGIME DIDÁTICO-CIENTÍFICO

SUBTÍTULO I

DO ENSINO

CAPÍTULO I

CURSOS

SEÇÃO I

CURSOS DE GRADUAÇÃO

Art. 36 - Além de cursos de graduação de duração plena, poderão, para atender às necessidades do mercado de trabalho, ser organizados cursos de curta duração, destinados a proporcionar habilitação intermediária de grau superior.

Art. 37 - Para efeito do que dispõe o artigo anterior, entendem-se como de curta duração os cursos e habilitações para os quais se exija, de acordo com o disposto no art. 64, a integralização de número de créditos não inferior a 80 (oitenta), nem superior a 120 (cento e vinte), salvo disposição em contrário em currículo mínimo fixado pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 38 - Os cursos de graduação terão como objetivo a formação básica e profissional do aluno, desenvolvida em dois ciclos integrados de estudos, denominados, respectivamente, Ciclo Básico e Ciclo Profissional.

Art. 39 - O Ciclo Básico se constituirá de disciplinas de formação básica e disciplinas de formação geral de um ou mais ciclos profissionais.

Parágrafo Único - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão regulamentará as disposições deste artigo.

Art. 40 - Os cursos e habilitações de cursos desenvolvidos em curta duração não incluirão o Ciclo Básico em seus currículos.

Art. 41 - O Ciclo Profissional de cada curso de graduação, ministrado em duração plena, poderá abranger uma ou mais habilitações acadêmicas ou profissionais.

Art. 42 - A coordenação didática e a supervisão geral dos estudos de graduação e de pós-graduação far-se-ão com observância das prescrições contidas nos artigos seguintes deste Regimento Geral.

Art. 43 - Cada Ciclo Profissional terá coordenação própria, organizada na forma dos artigos 40 a 42 do Estatuto da Universidade, dos artigos 5º. e 28 deste Regimento e de normas baixadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 44 - A Coordenação de Curso estenderá sua competência didático-pedagógica às disciplinas do Ciclo Básico, as quais constituirão, em cada currículo, uma unidade curricular nuclear.

Art. 45 - A Coordenação da Formação Pedagógica nas Licenciaturas far-se-á na forma dos artigos 47 e 48 deste Regimento Geral.

Art. 46 - A supervisão geral da graduação na Universidade caberá, no plano executivo, ao Pró-Reitor de Graduação e, no plano deliberativo, ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 47 - A Coordenação da Formação Pedagógica nas Licenciaturas, vinculada à Pró-Reitoria de Graduação, terá um colegiado próprio, com mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida uma única recondução, e integrado:

a) pelo coordenador da Formação Pedagógica nas Licenciaturas, designado pelo diretor da Faculdade de Educação;

b) por um representante de cada disciplina pedagógica das licenciaturas, designado pelos respectivos chefes dos departamentos;

c) por um docente responsável pelo estágio supervisionado de prática de ensino em cada Curso de Licenciatura, designado pelo respectivo Conselho Departamental;

d) por um coordenador de Curso de Licenciatura da UFC, representante de cada unidade acadêmica que possuir curso de licenciatura, indicados pelo Fórum de Coordenadores;

e) pela representação estudantil, indicada na forma do artigo 105 do Estatuto da Universidade.

Art. 48 - As atribuições da Coordenação da Formação Pedagógica nas Licenciaturas serão fixadas por normas do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

SEÇÃO II

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Art. 49 - Na organização dos cursos de pós-graduação, serão observadas as seguintes prescrições:

I - O mesmo curso de pós-graduação poderá receber candidatos diplomados provenientes de cursos de graduação diversos, na forma do plano respectivo;

II - Cada curso terá pelo menos uma área de concentração, que constituirá o objetivo principal de seus estudos, e uma área de domínio conexo, representada pelo conjunto de disciplinas não pertencentes à área de concentração, mas consideradas convenientes ou necessárias para complementar a formação do estudante.

Parágrafo Único - Cada curso de Mestrado será designado pelo correspondente setor de graduação ou, quando isto não ocorrer, por outra área definida de conhecimentos.

Art. 50 - O aluno não poderá concluir curso de Mestrado em período inferior a 01 (um) nem superior a 05 (cinco) anos.

Art. 51 - Haverá doutorados acadêmicos designados pelas áreas de Ciências, de Ciências Humanas, de Filosofia, de Letras e de Artes, e doutorados profissionais, denominados segundo os cursos de graduação correspondentes.

Art. 52 - O aluno não poderá concluir curso de Doutorado em período inferior a 02 (dois) nem superior a 06 (seis) anos.

Art. 53 - A coordenação didática de cada curso de pós-graduação ficará a cargo da Coordenação do Curso correspondente, organizada na forma do que dispõe o artigo 54 do Estatuto.

Art. 54 - Os cursos de pós-graduação poderão ser mantidos exclusivamente pela Universidade ou resultar da associação desta com outras instituições públicas ou privadas.

Art. 55 - A Coordenação Geral de Pós-Graduação da Universidade caberá, no plano deliberativo, ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e, no plano executivo, ao Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação.

Art. 56 - A fim de assegurar a validade nacional dos diplomas correspondentes aos cursos de pós-graduação que venha a criar, a Universidade pleiteará ao Conselho Nacional de Educação, na forma da lei, o credenciamento desses cursos.

SEÇÃO III

OUTRAS MODALIDADES DE CURSOS

Art. 57 - Cada curso de especialização, de aperfeiçoamento ou de extensão estará sujeito a um plano específico elaborado pelo respectivo professor, ou grupo de professores, e aprovado pelo órgão a que esteja afeta a sua coordenação.

Art. 58 - Os cursos de especialização, de aperfeiçoamento ou de extensão cujo conteúdo não ultrapasse o âmbito de um departamento, serão por este coordenados; os que envolvam mais de um departamento do mesmo Centro ou Faculdade serão coordenados pelo departamento preponderante; os que abranjam mais de um departamento de Centros ou Faculdades diferentes serão coordenados, na forma dos respectivos planos, pelo departamento indicado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, conforme o caso.

§ 1º. - Compete ao Conselho de Centro ou Conselho Departamental determinar o departamento preponderante para efeito do disposto neste artigo.

§ 2º. - A organização e o regime didático-científico dos cursos de aperfeiçoamento e de especialização obedecerão aos seguintes requisitos:

- a) os cursos de aperfeiçoamento devem ter um mínimo de 06 (seis) créditos, enquanto que, nos de especialização, este mínimo deve ser de 15 (quinze) créditos;
- b) o mesmo curso de aperfeiçoamento ou de especialização poderá receber diplomados provenientes de cursos de graduação diversos, desde que apresentem afinidade, a critério do órgão coordenador do curso;
- c) para matrícula nos cursos de aperfeiçoamento e de especialização, além do diploma de cursos de graduação, deverão ser usados outros critérios que assegurem rigorosa seleção intelectual dos candidatos;

Art. 59 - Depois de aprovados no âmbito departamental:

- a) os projetos dos cursos de especialização e aperfeiçoamento serão submetidos, sucessivamente, à apreciação do Conselho de Centro ou Conselho Departamental competente e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e, em seguida, encaminhados ao Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, para efeito de registro, divulgação e supervisão;
- b) os projetos dos cursos de extensão serão submetidos à homologação do competente Conselho de Centro ou Conselho Departamental e, em seguida, encaminhados ao Pró-Reitor de Extensão, para efeito de registro, divulgação e supervisão.

Parágrafo Único - A aprovação dos cursos de especialização e aperfeiçoamento ministrados em caráter permanente deverá ser revalidado após 05 (cinco) anos.

Art. 60 - A coordenação geral dos cursos de especialização, de aperfeiçoamento e de extensão caberá, no plano executivo, aos pró-reitores de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão, respectivamente, e, no plano deliberativo, ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

INFORMAÇÕES ORIUNDAS DOS FORMULÁRIOS *ON LINE*

Com base nas respostas fornecidas pelos 324 docentes efetivos (23,65% do total), quatro docentes substitutos ou visitantes e 311 servidores técnico-administrativos (9,03% do total) ao preencherem os formulários *on line* que lhes foram disponibilizados, apresentaremos, a seguir, dados acerca do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

Adequação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) aos objetivos da UFC.					
Grau de adequação		Estatísticas	Categoria Funcional		
			Docente efetivo	Docente substituto/visitante	Técnico-administrativo
Baixo	N	11			18
	%	3,4			5,8
Médio	N	66		1	88
	%	20,4		25,0	28,3
Acentuado	N	48		1	59
	%	14,8		25,0	19,0
Não sabe	N	199		2	146
	%	61,4		50,0	46,9
Total	N	324		4	311
	%	100,0		100,0	100,0

Conforme se pode observar, a maioria dos docentes efetivos (61,4% ou 199) não sabe ou não quis emitir opinião acerca da adequação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) aos objetivos da UFC. Para os docentes substitutos/visitantes repetiu-se a mesma tendência de resposta, isto é, (50% ou dois) não sabe ou não quis emitir opinião acerca da adequação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) aos objetivos da UFC. Cabe destacar, no entanto, que, dentre os docentes efetivos, há quem acredite que o grau de adequação do aspecto avaliado é baixo (3,4% ou 11), médio (20,4% ou 66) ou acentuado (14,8% ou 48).

No que tange aos servidores técnico-administrativos, a maior parte (46,9% ou 146) corroborou com a opinião dos docentes efetivos, que não soube ou não quis emitir opinião acerca da adequação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) aos objetivos da UFC. Apesar disso, há quem acredite que o grau de adequação do PDI aos objetivos da UFC seja baixo (5,8% ou 18), médio (28,3% ou 88) ou acentuado (19% ou 59).

Abaixo se encontra quadro contendo a opinião dos respondentes acerca da adequação do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) aos objetivos da UFC.

Adequação do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) aos objetivos da UFC.					
Grau de adequação		Estatísticas	Categoria Funcional		
			Docente efetivo	Docente substituto/visitante	Técnico-administrativo
	Baixo	N	12		15
		%	3,7		4,8
	Médio	N	86	1	75
		%	26,5	25,0	24,1
	Acentuado	N	61	1	67
		%	18,8	25,0	21,5
	Não sabe	N	165	2	154
		%	50,9	50,0	49,5
	Total	N	324	4	311
		%	100,0	100,0	100,0

Igualmente como no caso do PDI, a maioria dos docentes efetivos (50,9% ou 165) não sabe ou não quis emitir opinião acerca da adequação do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) aos objetivos da UFC. Para os docentes substitutos/visitantes repetiu-se a mesma tendência de resposta, isto é, (50% ou dois) não sabe ou não quis emitir opinião acerca da adequação do PPI aos objetivos da UFC. Cabe destacar, no entanto, que, dentre os docentes efetivos, há quem acredite que o grau de adequação do aspecto avaliado é baixo (3,7% ou 12), médio (26,5% ou 86) ou acentuado (18,8% ou 61).

Com respeito aos servidores técnico-administrativos, a maior parte (49,5% ou 154) corroborou com a opinião dos docentes efetivos, que não soube ou não quis emitir opinião acerca da adequação do PPI aos objetivos da UFC. Apesar disso, há quem acredite que o grau de adequação do PPI aos objetivos da UFC seja baixo (4,8% ou 15), médio (24,1% ou 75) ou acentuado (21,5% ou 67).



Relatório Final

**Dimensão Dois: Política Institucional para o Ensino, a
Pesquisa, a Pós-Graduação e a Extensão**

DIMENSÃO 2.1.

Política Institucional para o Ensino de Graduação

2.0. OBJETIVOS

Analisar (i) a concepção de currículo e a organização didático-pedagógica de acordo com os fins da instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área; (ii) as práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e utilização de processos participativos de construção do conhecimento; (iii) a pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais etc.) e as necessidades individuais; (iv) as práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino.

2.1. AUDIÊNCIAS UTILIZADAS

Coordenadores de cursos de graduação da UFC. A taxa de retorno dos questionários direcionados aos 44 Coordenadores foi de aproximadamente 68% (30 respondentes).

2.2. INSTRUMENTO

Questionário composto por duas partes: a primeira destinada à identificação dos respondentes e a segunda composta por 30 questões versando sobre aspectos associados às políticas institucionais voltadas ao ensino de graduação.

2.3. PROCEDIMENTO PARA OBTENÇÃO DOS DADOS

Através da ação das CPAs Setoriais, que foram responsáveis pela aplicação do questionário junto aos Coordenadores dos Cursos de Graduação. Ademais, foram utilizadas informações extraídas de fontes secundárias, tais como, a *Revista Universidade Pública*, o *UFC Fax* e o *Jornal da UFC*, ou ainda dados extraídos do “Sistema *On-line* de Dados e Indicadores da Qualidade Institucional da UFC” (CAIA/PRPL) e do “Sistema do Censo da Educação Superior” (SIEDSUP - MEC/INEP).

3. TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES

As informações obtidas junto às audiências foram tratadas qualitativamente, através do emprego da análise de conteúdo, conforme propõe Bardin (1977)⁵. A referida técnica de tratamento de dados *consiste em identificar as categorias de respostas mais*

⁵ BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

relevantes, presentes nas informações brindadas pelas audiências utilizadas na sua obtenção.

Após essa fase, foram *calculadas as frequências de aparição dessas categorias qualitativas, em termos absolutos e relativos*. Posteriormente, tais cálculos foram organizados em quadros e, visando melhor compreensão pela comunidade que fará uso dos mesmos, os dados foram representados graficamente, conforme se pode constatar na seção seguinte, na qual se discutem os principais resultados.

4. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS

Os resultados a seguir apresentados e comentados referem-se às dimensões utilizadas na avaliação da dimensão dois, rotulada *Políticas institucionais voltadas ao ensino de graduação*.

INFORMAÇÕES ORIUNDAS DE PESQUISA DE CAMPO

GRUPO 1: INFORMAÇÕES RELACIONADAS À MATRIZ CURRICULAR

Adequação do currículo à formação vislumbrada para o futuro profissional

Das vinte e nove coordenações analisadas, **72,5%** ressaltaram que a formação é adequada ao futuro profissional (Engenharia Civil, Medicina Cariri, Administração, Ciências Biológicas, Engenharia Química, Estatística, Comunicação Social, Engenharia de Alimentos, Engenharia Mecânica, Secretariado Executivo, Tecnologia em Gestão da Educação Superior, História, Letras, Psicologia, Farmácia, Enfermagem, Licenciatura em Educação Musical, Medicina Sobral, Medicina, Química Industrial, Engenharia de Teleinformática). As outras (**27,5%**) discordam da adequação da formação (Agronomia, Estilismo e Moda, Ciências Econômicas, Geologia, Coordenação de Licenciaturas, Economia, Engenharia de Pesca, Odontologia), cujas justificativas foram:

- O perfil dos egressos do Curso deveria compreender sólida formação técnica, científica e profissional que os capacitasse a absorver e desenvolver novas tecnologias, citado por **58,7%**;
- Devido à infra-estrutura, essa formação não é adequada, como também por conta da falta de laboratórios nas disciplinas profissionais e de ausência de *softwares* atualizados às exigências do mercado, afirmam **6,9%**;
- Novas matrizes curriculares devem ser planejadas, é o que indicam **24,1%**;
- Os Cursos seguem as resoluções do MEC, afirmam **10,3%**.

Adequação do currículo às finalidades institucionais

Todos os Cursos analisados garantem que suas respectivas matrizes curriculares são adequadas às finalidades institucionais, menos dois cursos: Ciências Econômicas e Economia, representando **6,8%**. Os demais justificam:

- Atualmente, há um Projeto Político Pedagógico norteador, que será inserido no Projeto Institucional, afirmam **20,6%** dos coordenadores.
- A matriz curricular encontra-se em processo de modificação, segundo **10,3%** dos coordenadores.
- Existe razoável abrangência de conteúdos capazes de gerar habilidades que podem ser exploradas e aplicadas regionalmente, ressaltam **17,3%**.
- A formação profissional está adequada às finalidades institucionais, uma vez que é alcançada através de ensino gratuito e de qualidade, é o que afirmam **45%**.

Adequação do currículo às diretrizes curriculares nacionais

Dos cursos avaliados, totalizando **86,3%** garantem que as matrizes curriculares dos cursos estão adequadas às diretrizes curriculares nacionais. Em contrapartida, os Cursos de Estatística e Economia e Ciências Econômicas, que totalizam **13,7%**, afirmam que suas respectivas matrizes curriculares são peculiares e específicas, e que ainda estão sendo homologadas.

Dentre os **86,3%** que asseveraram haver adequação da matriz curricular às diretrizes curriculares nacionais, as principais justificativas dadas foram:

- O Projeto Pedagógico dos Cursos já foi reformulado de maneira a atender às diretrizes curriculares nacionais. Não obstante, a falta de aulas práticas e de *softwares* ainda é um fator que limitará o desempenho dos alunos que ingressarão no novo currículo, garantem **27,6%** dos Coordenadores.
- Os Cursos proporcionam formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, capacitando a absorver e desenvolver novas tecnologias, estimulando a sua atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas sociais, garantem **45%** dos Coordenadores dos Cursos avaliados.
- Atualmente, a matriz curricular encontra-se em processo de modificação para adequação às diretrizes curriculares nacionais, garantem **13,7%** dos coordenadores.

Adequação do currículo às exigências de inovação para a área

As matrizes curriculares são adequadas às exigências de inovação, totalizando **86,2%**. Em contrapartida, (**10,3%**) afirmam que não; e o Coordenador de Engenharia de Pesca não respondeu tal indagação, representando **3,5%**.

Dentre os **86,2%** que asseveraram haver adequação da matriz curricular às exigências de inovação para a área, as principais justificativas dadas foram:

- Com o novo currículo do curso pretende-se dar formação competente e algumas novas habilidades aos egressos, asseguram **51,7%** dos coordenadores.
- A matriz curricular possibilita a formação generalista do profissional, com qualificação para atuar em diversos setores industriais, afirma **34,5%** dos coordenadores.

A justificativa dada para a não adequação da matriz curricular às exigências de inovação para a área, a principal justificativa foi:

- Faltam laboratórios de ensino e *softwares* que permitem a ampla exploração das novas tecnologias.
- Falta haver uma qualificação de docentes.

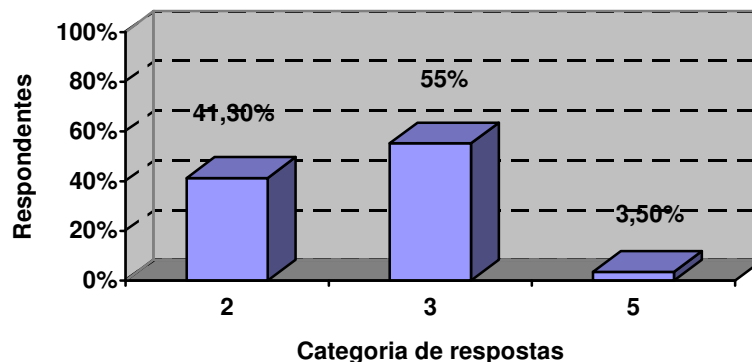
Adequação do currículo às demandas sociais

Todos os Cursos analisados afirmam que a matriz curricular é adequada às demandas sociais, totalizando 100% sendo as principais justificativas:

- A matriz curricular possibilita que os futuros egressos desenvolvam trabalhos para atender às demandas sociais do país, afirmam **48,2%** dos entrevistados.
- O curso enfatiza as competências e habilidades inerentes à profissão, possibilitando, assim, o enfrentamento das inúmeras questões demandadas pela sociedade, segundo **34,4%** do total.
- No entanto, o Projeto Pedagógico não explicita essa preocupação na formação do profissional, afirmam **7%** dos coordenadores.
- As demandas sociais mudam em alta frequência e não podem ser previstas numa matriz curricular, afirmam **10,4%**.

GRUPO 2: INFORMAÇÕES RELACIONADAS ÀS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS

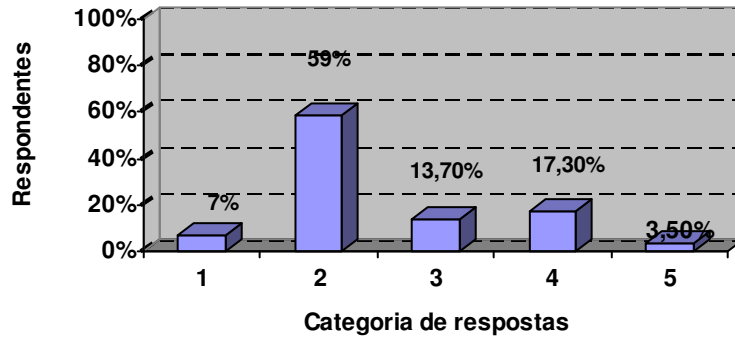
Práticas institucionais destinadas à melhoria do ensino.



Legenda: 1. Excelente; 2. Boas; 3. Razoáveis; 4. Péssimas; 5. Inexistentes.

De acordo com a maior parte dos respondentes, as práticas institucionais destinadas à melhoria do ensino são boas ou razoáveis (96,3%). Para um grupo minoritário (3,5%), porém, são inexistentes.

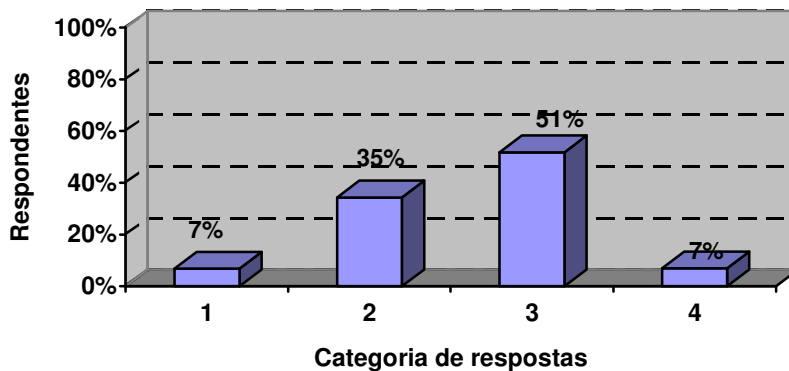
Práticas institucionais destinadas ao estímulo da formação docente.



Legenda: 1. Excelente; 2. Boas; 3. Razoáveis; 4. Péssimas; 5. Inexistentes.

Para 66% dos respondentes, as práticas institucionais destinadas à formação docente são excelentes ou boas. No entanto, 20,8% asseguram que são péssimas ou inexistem.

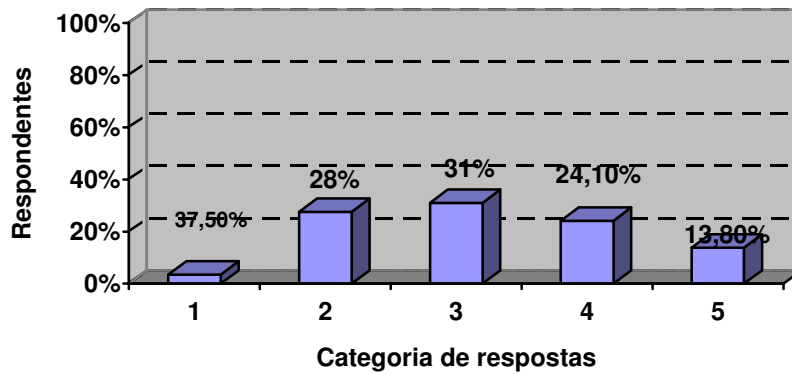
Práticas institucionais destinadas ao estímulo dos discentes.



Legenda: 1. Excelente; 2. Boas; 3. Razoáveis; 4. Péssimas; 5. Inexistentes.

Para 50% dos respondentes, as práticas institucionais destinadas ao estímulo aos discentes são excelentes ou boas. No entanto, 50% asseguram que são apenas razoáveis.

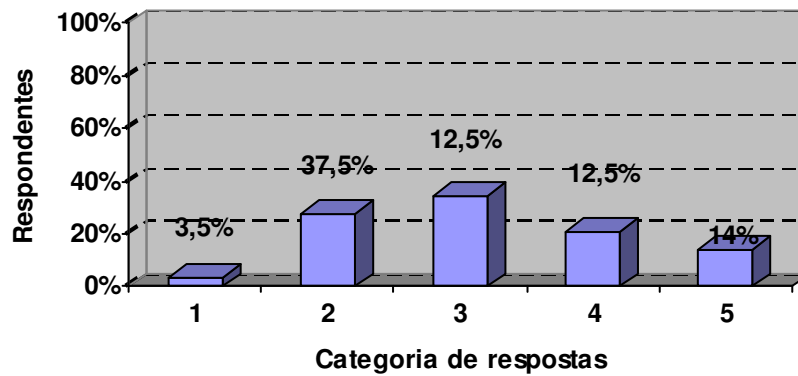
Práticas institucionais destinadas ao estímulo da interdisciplinaridade.



Legenda: 1. Excelente; 2. Boas; 3. Razoáveis; 4. Péssimas; 5. Inexistentes.

De acordo com expressiva maioria de 65,5% dos respondentes, as práticas institucionais destinadas ao estímulo aos discentes são excelentes ou boas. No entanto, 37,9% asseguram que são péssimas ou inexistentes.

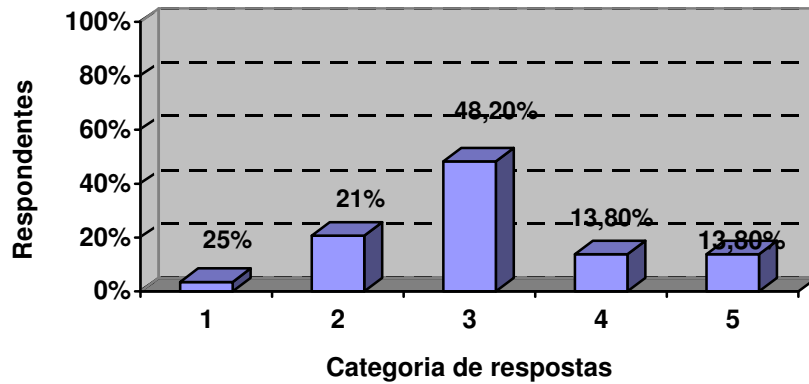
Práticas institucionais destinadas ao estímulo das inovações didático-pedagógicas.



Legenda: 1. Excelente; 2. Boas; 3. Razoáveis; 4. Péssimas; 5. Inexistentes.

De acordo com expressiva maioria de 50% dos respondentes, as práticas institucionais destinadas ao estímulo das inovações didático-pedagógicas são boas ou razoáveis. No entanto, 26,5% asseguram que são péssimas ou inexistentes.

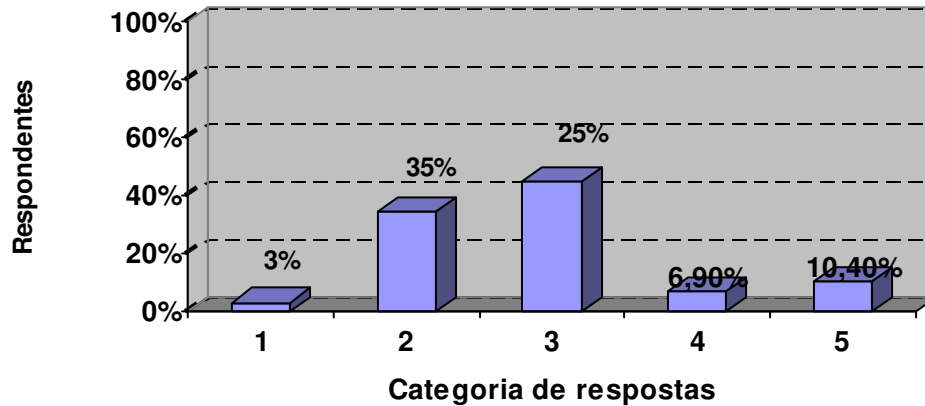
Práticas institucionais destinadas ao estímulo do uso das novas tecnologias no ensino.



Legenda: 1. Excelente; 2. Boas; 3. Razoáveis; 4. Péssimas; 5. Inexistentes.

De acordo com substancial maioria de 69,2% dos respondentes, as práticas institucionais destinadas ao estímulo do uso das novas tecnologias no ensino são boas ou razoáveis. No entanto, 27,6% asseguram que são péssimas ou inexistentes.

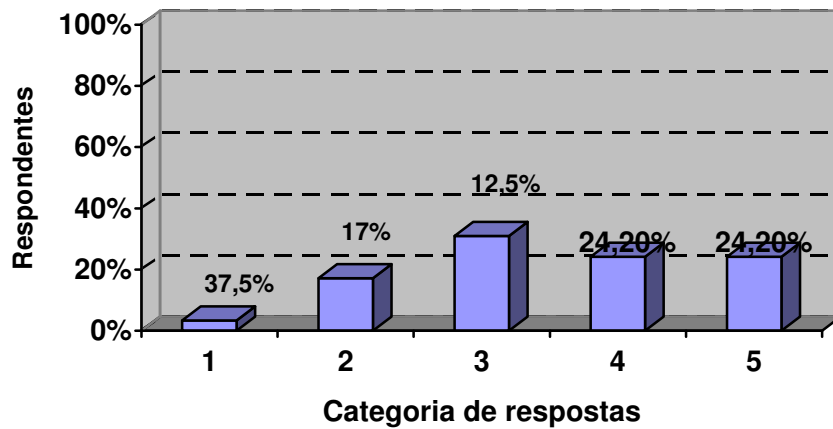
Práticas institucionais destinadas ao estímulo dos processos participativos de construção do conhecimento.



Legenda: 1. Excelente; 2. Boas; 3. Razoáveis; 4. Péssimas; 5. Inexistentes.

Segundo substancial maioria de 60% dos respondentes, as práticas institucionais destinadas ao estímulo dos processos participativos de construção do conhecimento são boas ou razoáveis. Tão-somente 35% asseguram que são boas.

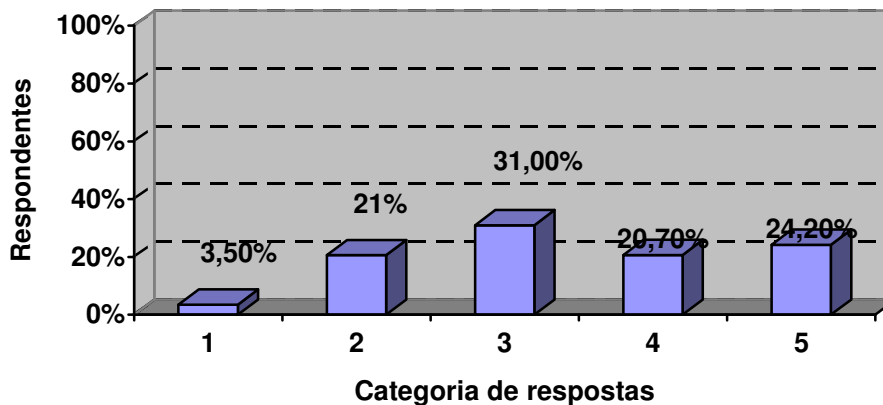
Práticas institucionais destinadas ao estímulo do uso de procedimentos alternativos para avaliação da aprendizagem.



Legenda: 1. Excelente; 2. Boas; 3. Razoáveis; 4. Péssimas; 5. Inexistentes.

Para parcela de 48,4% dos respondentes, as práticas institucionais destinadas ao estímulo do uso de procedimentos alternativos para a avaliação da aprendizagem são péssimas ou inexistem. Tão-somente 12,5% asseguram que são razoáveis.

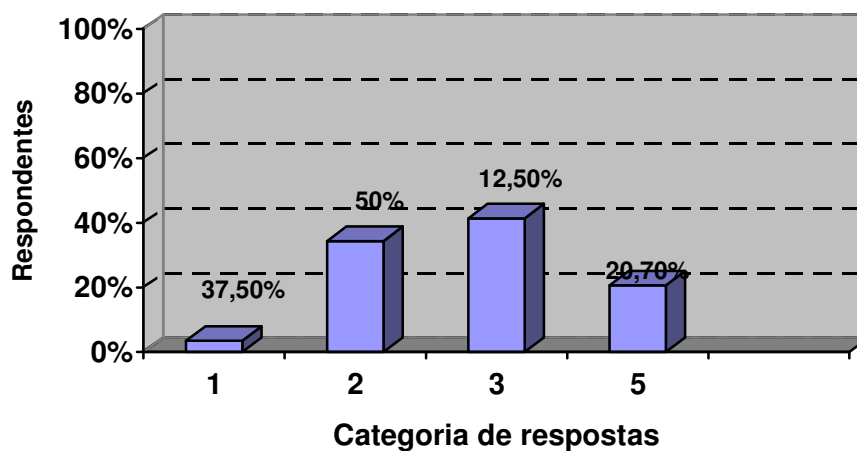
Práticas institucionais destinadas ao estímulo do conhecimento e da atualização das sistemáticas de elaboração de planos de ensino.



Legenda: 1. Excelente; 2. Boas; 3. Razoáveis; 4. Péssimas; 5. Inexistentes.

Para significativa parcela de 52% dos respondentes, as práticas institucionais destinadas ao estímulo do conhecimento e da atualização das sistemáticas de elaboração de planos de ensino são boas ou razoáveis. Tão-somente 20,7% asseguram que são péssimas.

Práticas institucionais destinadas ao estímulo do planejamento pedagógico participativo.



Legenda: 1. Excelente; 2. Boas; 3. Razoáveis; 4. Péssimas; 5. Inexistentes.

Para significativa parcela de 62,5% dos respondentes, as práticas institucionais destinadas ao estímulo do planejamento pedagógico participativo são boas ou razoáveis. Tão-somente 20,7% asseguram que as mesmas inexistem.

GRUPO 3 : MECANISMO DE REVISÃO CURRICULAR

De acordo com 66,7% dos coordenadores entrevistados, a periodicidade de revisão da matriz curricular é inadequada. Não obstante, 33,3% ressaltaram ser adequada. O tempo médio de atualização da matriz curricular, dentre os cursos da amostra investigada, variou entre 2 e 16 anos, com tempo médio ao redor de 8 anos. Segundo opiniões dos coordenadores:

- Um período de cada três anos é relevante para se adequar a matriz curricular às constantes inovações tecnológicas, afirmam **30%** dos coordenadores.
- Há reuniões mensais das unidades curriculares, procurando acompanhar e suprir as necessidades de mudanças de currículo, afirmam **15%** dos respondentes.
- Há descontinuidade do trabalho de avaliação, reformulação ou atualização da matriz curricular, asseguram **30%**.
- O projeto pedagógico atual prevê uma atualização constante da matriz curricular, embora não tenha sido determinada a periodicidade, com **25%**.

Quanto à adequação dos mecanismos de atualização da matriz curricular, os coordenadores entrevistados mencionaram:

- Nos cursos onde ocorreu tal atividade houve a participação ativa dos três segmentos da comunidade universitária, afirmam **50%** dos entrevistados.
- Não há mecanismos previstos, portanto, não podemos dizer que são adequados, afirmam **12,5%** dos coordenadores.

- Há necessidade de maior participação da comunidade docente/discente, considerando-se que nem sempre estão presentes às reuniões do colegiado da coordenação os respectivos titulares e a representação estudantil, afirmam **25%**.

Para **75%** dos entrevistados a atualização da matriz curricular é responsabilidade do coordenador de curso e dos representantes das unidades curriculares. No entanto, dentre os cursos que passaram mais recentemente pela experiência (**12,5%** do total), os coordenadores relatam que foi instituída comissão formada por professores, técnico-administrativos e discentes.

No que tange à indução de encontros e/ou reuniões para discussão do currículo, os coordenadores destacaram:

- Há estímulos a encontros com a finalidade de avaliação do currículo, afirmam **50%** dos coordenadores.

- Em raríssimas ocasiões, afirmam **12,5%**.

- Não houve esse tipo de reunião. No entanto, acreditam ser relevante, afirmam **25%**.

GRUPO 4: POLÍTICAS VOLTADAS AO ACOMPANHAMENTO DISCENTE, À AVALIAÇÃO DOCENTE E À GESTÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS.

Sondados acerca da existência de políticas interna de combate à evasão discentes dos cursos de graduação, os coordenadores asseveraram:

- Apesar de não existir, acredito ser relevante, pois evitará em médio prazo, perda de tempo e frustração profissional de nossos acadêmicos, afirmam **50%** dos entrevistados.

- Existe a preocupação, mas não há uma política para solução deste problema. Seria mais interessante iniciar processo de discussão no âmbito da instituição, afirmam **39,2%** dos coordenadores.

Apresentam como algumas ações executadas pelas coordenações de curso as seguintes:

- A Coordenação do curso tenta desestimular os casos de trancamentos de disciplinas, trancamentos totais e matrículas institucionais, correspondendo a **12,5%** das respostas obtidas.

- Resgatar a função do Professor-Tutor, pois além de melhorar a capacidade do desenvolvimento acadêmico, envolve o docente na responsabilidade do acompanhamento discente, é o que afirmam **62,5%** dos coordenadores.

- O programa do PET é conduzido de forma bastante eficiente e responsável pelo seu tutor, destacam **12,5%**.

- Não temos experiência, é o que afirma **12,5%** dos coordenadores.

Indagados acerca das sistemáticas de avaliação das atividades de ensino desenvolvidas pela UFC, os coordenadores opinaram o que segue:

- Muitos professores que já atingiram o topo da sua categoria não participam do processo de avaliação, cerca de **30%** das respostas.

- Ao final de cada semestre, o corpo discente responde a um questionário sobre as atividades de ensino das disciplinas cursada, no qual é feita a avaliação do professor. Porém, os resultados somente servem para a progressão funcional, conforme asseguram **50%** dos coordenadores.

- Sentimos um descompasso, uma falta de conhecimento dos parâmetros que deverão ser usados para a referida avaliação, afirmam **20%** dos coordenadores.

No tocante aos mecanismos institucionais existentes para a inclusão de estudantes em situação econômica desfavorecida, os coordenadores entrevistados destacaram os seguintes:

Mecanismos de inclusão social	% de respostas
Restaurante Universitário (H.U.)	25
Residência Universitária	25
Bolsas de trabalho, assistência, pesquisa.	10
Serviço médico/odontológico e psicológico	10
Seis cursinhos universitários	10
Programas do PET, IC, ANP.	10
Isenção da taxa do Vestibular	10
Total	100

Quanto aos mecanismos institucionais existentes e voltados à inclusão de estudantes portadores de necessidades especiais, os coordenadores entrevistados destacaram os seguintes:

- Projeto UFC inclui, com respectivamente **67%** das opiniões.
- Outras ações afirmativas, totalizando **33%** das respostas.

No entanto, **75%** dos coordenadores destacaram a inexistência de mecanismos institucionais para desenvolver estratégias pedagógicas adequadas, que visem a incentivar a participação de estudantes portadores de necessidades especiais nas atividades de sala de aula.

Sondados acerca da quantidade e da qualidade dos laboratórios, os coordenadores destacaram:

- Os laboratórios existentes são desprovidos de equipamentos indicados para pesquisa, conforme asseveram **70%** dos respondentes.
- Na atual gestão, houve salto na quantidade e na qualidade dos laboratórios, afirmam **20%** dos coordenadores entrevistados.
- Há falta de laboratórios didáticos para aulas práticas de disciplinas do profissional, comentam **10%** dos entrevistados.

No que tange a adequação do espaço físico das salas de aula e dos laboratórios para que os estudantes desempenhem as atividades programadas, os entrevistados destacaram:

- Considerando-se o arranjo atual, as salas de aula têm tamanho para até 50 alunos, o que atende as nossas necessidades, mas agora a quantidade é insuficiente, afirmam **60%** dos coordenadores.

- Temos salas de diversos tamanhos, que atendem as necessidades atuais da demanda, asseguram **20%** dos entrevistados.

- Os laboratórios antigos foram reformulados e ampliados. Todos eles possuem boas condições de trabalho, é o que afirmam **20%** dos coordenadores.

Não obstante, quando se trata conservação das salas de aula e dos laboratórios os seguintes comentários foram feitos:

- Há excessiva demora para solucionar quebra ou pane em equipamentos, conforme asseguram **20%** dos entrevistados.

- A conservação dos ambientes é adequada para **40%** dos coordenadores.

- As carências mais visíveis são ventiladores quebrados e lâmpadas queimadas, conforme registram **40%** dos respondentes.

Quanto a adequação dos equipamentos dos laboratórios, em termos de quantidade e qualidade, **75%** dos entrevistados asseguram que não o são. Apresentaram como justificativa para tal:

- Quantidades insuficientes (**37,5%**).

- Inadequação da manutenção (**37,5%**).

INFORMAÇÕES ORIUNDAS DE PESQUISA DOCUMENTAL

5. PROGRAMAS DE APOIO ESTUDANTIL

São apresentados abaixo os principais programas institucionais efetivados pela Pró-Reitoria de Graduação da UFC.

5.1. APOIO PSICOPEDAGÓGICO E TUTORIAL

O acompanhamento psicopedagógico e tutorial tem como objetivo apoiar, acompanhar e fazer encaminhamentos específicos de alunos que venham apresentar dificuldades quanto ao processo de adaptação ao cotidiano da vida acadêmica, motivadas pelas mais diversas razões. Para tanto, a Coordenadoria de Acompanhamento Discente (CAD), em parceria com setores especializados da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantil, Comissão do Concurso Vestibular, Fórum de Coordenadores, Coordenação

de Cursos, Coordenadoria de Assuntos Internacionais e Centros Acadêmicos, se propõe a:

- Articular ações que visem o envolvimento efetivo do aluno na vida acadêmica;
- Facilitar os processos de aprendizagem e,
- Contribuir para a melhoria da qualidade da formação inicial de alunos que, por dificuldades de natureza sócio-afetiva, sensorial e/ou físico-motora necessitem de suportes especiais.

5.2. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL (PET)

Criado e implantado em 1979 pela CAPES, o Programa de Educação Tutorial (PET) é um programa acadêmico direcionado a alunos regularmente matriculados em cursos de graduação. Eles são selecionados pelas Instituições de Ensino Superior (IES) que participam do programa e se organizam em grupos, recebendo orientação acadêmica de professores-tutores. O PET idealiza envolver os estudantes que dele participam, num processo de formação integral, propiciando-lhes compreensão abrangente e aprofundada de sua área de estudos. São objetivos deste programa: a melhoria do ensino de graduação, a formação acadêmica ampla do aluno, a interdisciplinaridade, a atuação coletiva e o planejamento e a execução, em grupos sob tutoria, de um programa diversificado de atividades acadêmicas.

Até o ano de 1999, o programa foi coordenado pela CAPES. A partir de 31 de dezembro de 1999, o PET teve sua gestão transferida para a Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC), ficando sob a responsabilidade do Departamento de Modernização e Programas da Educação Superior (DEPEM). Desde então, vem sendo executado, levando em conta as diretrizes e os interesses acadêmicos das Universidades às quais se vincula, e que passaram a ser responsáveis por sua estruturação e coordenação.

- A UFC conta, atualmente, com 17 grupos PET, compostos por 12 alunos, cada um deles, perfazendo o total de 204 jovens aprendizes ligados ao mencionado programa de formação acadêmica.

5.3. PROJETO RECÉM-INGRESSO

O *Projeto Recém-Ingresso*, de caráter opcional para o calouro da UFC que tem entrada no segundo semestre letivo. Tem por objetivos:

- Estabelecer o vínculo institucional, cognitivo e afetivo do aluno com a instituição educacional;
- Manter o nível de motivação para a aprendizagem,
- Desenvolver atividades pedagógicas que possibilitem o enriquecimento científico-artístico e cultural do aluno em áreas de conhecimento consideradas essenciais para seu bom desempenho acadêmico.

A operacionalidade do referido Projeto se faz mediante a realização de cursos, competindo à CAD:

- Estimular a participação dos vários setores da UFC no Projeto, incluindo os Centros Acadêmicos (CAs), bem como os Programas de Iniciação à Docência (PID) e de Educação Tutorial (PET);
- Analisar a exeqüibilidade dos subprojetos de curso, encaminhados pelas várias unidades/setores da UFC;
- Acompanhar e avaliar a execução dos cursos;
- Avaliar o Projeto.

6. EMPRESAS JUNIORES

A UFC Júnior é uma associação civil, sem fins lucrativos, com a finalidade de colocar em prática os conhecimentos obtidos em sala de aula. “A intenção é fortalecer a parceria com a universidade através de projetos que incentivem o empreendedorismo de estudantes, aumentando as iniciativas de aberturas de empresas quando formados”, afirma o diretor geral da UFC Júnior, Bruno Iosephi. Também promovem atividades voltadas para a formação dos alunos, como seminários, congressos, encontros, palestras, grupo de estudos e outras ações inovadoras.

Ao ser solicitada para prestar consultoria a empresa júnior, com a orientação de professores, estuda a viabilidade do projeto e identifica as reais necessidades do cliente. Se o empreendedorismo for viável, é formado um grupo de trabalho com um professor especializado na área e apresentada uma proposta de contrato, incluindo um cronograma e orçamento. Uma vez fechado o contrato, a equipe inicia a execução do projeto. O perfil do cliente é, geralmente, de pequenas e médias empresas, bem como autônomos e profissionais liberais que desejam abrir seu próprio negócio. As vantagens de contratar uma empresa júnior são variadas: os custos são mais baixos que os de mercado, a execução dos projetos ocorre de forma ágil e flexível e a qualidade dos serviços é supervisionada por professores.

Para o professor Luiz Gonzaga Rebouças Ferreira, coordenador da CIUSP, as empresas juniores são importantes para a difusão do empreendedorismo dentro da universidade, além de ser um recurso eficiente para a qualificação dos alunos. “O mais importante é o nível de comprometimento dos alunos. Fiquei surpreso com o envolvimento demonstrado, apesar da falta de recursos e de instalações adequadas na universidade”, enfatiza.

Atualmente, há 10 empresas, que oferecem serviços de consultoria: ConAlimentos, do curso de Engenharia de Alimentos; Coraq - Consultoria em Recursos Aquáticos, da Engenharia de Pesca; Consultec Jr., da Engenharia Civil; Metas, do curso de Engenharia Mecânica; Tecsys Jr., da Engenharia Elétrica; Gauss, do curso de Estatística; Proativa, da Engenharia de Produção Mecânica; É! Comunicação, do curso de Comunicação Social; Inova, da FEAACS (Faculdade de Economia, Administração, Atuárias, Contabilidade e Secretariado) e Laboratório de Estilo, do curso de Estilismo e Moda. Outras empresas juniores estão em processo de criação nos cursos de Engenharia Química, Arquitetura e Urbanismo e Economia Doméstica.

As empresas juniores da UFC participaram da I Conferência Mundial de Empresas Juniores e do XXII Encontro nacional de empresas juniores. Os eventos foram realizados em Fortaleza, no período de 26 a 30 de julho, e promovidos pela Federação das Empresas Juniores do estado do Ceará e da Brasil Júnior. Convidados de

renome nacional e internacional discutiram soluções sociais em parceria com as empresas.

7. MEDICINA E FARMÁCIA DA UFC ENTRE OS MELHORES NO ENADE

Dois dos cinco cursos da UFC avaliados no primeiro Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) – Medicina e Farmácia – situaram-se entre os melhores do País, com o conceito 5. Seguiram-se Enfermagem e Farmácia, com 4; Agronomia, com 3 e Educação Física (boicotado pelos alunos), com 1. no total, participaram 13 cursos. A nota máxima foi festejada pelos coordenadores da Medicina e da Odontologia. Em Enfermagem, que recebeu, no extinto Provão, conceituação máxima (A), há preocupação com a queda de nível em razão da aposentadoria de professores efetivos. Já em Agronomia e Educação Física, coordenadores e alunos discutem o resultado negativo do boicote ao Exame, tanto para a instituição como para os estudantes.

Maria Goretti Frota Ribeiro, Coordenadora do Curso de Medicina, diz que, desta vez, os alunos não entregaram as provas em branco, como faziam no Provão. Uma das propostas do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais – INEP/MEC é medir o crescimento da aprendizagem ao longo de três anos, mas ela observa que, no caso da Medicina, esse objetivo não será atingido por conta dos 12 semestres letivos. Não vai ser possível avaliar os mesmos alunos.

Na Odontologia, o bom desempenho já era esperado diante da dedicação dos professores, diz a Coordenadora Mônica Sampaio do Vale. Há 50% de doutores no quadro docente. A Odontologia, segundo ela, foi a área específica que mais cresceu. Com o novo currículo, mais de mil horas estão sendo implantadas a partir de 2005.1. Este ano, teve início o Mestrado. Apenas dois alunos, entre os sorteados para o Enade, deixaram de fazer as provas.

Um considerável salto foi registrado no Curso de Farmácia, antes avaliado com C, no Provão, e agora com a nota 4, cravada no primeiro Enade. Para o Coordenador Paulo Sérgio Dourado Arrais, o resultado reflete a correção na aplicação dos parâmetros curriculares e a integração dos alunos. Já o Curso de Enfermagem recebe a mesma nota 4 como sinal de que enfrenta problemas. Avaliações anteriores incluíam a Enfermagem da UFC entre as melhores faculdades do País, tanto na Graduação como na Pós-Graduação. Para a Coordenadora Maria Josefina da Silva, o sinal de alerta acendeu. Os 23 professores efetivos são complementados com substitutos, “pessoal que, apesar da boa vontade, não consegue suprir a carência dos efetivos”.

Um boicote parcial voltou prejudicar o Curso de Agronomia. A decisão do Centro Acadêmico anterior foi atendida pelos iniciantes, disse o Coordenador Raimundo Nonato de Assis Junior. “Para quem havia recebido conceitos piores, o 3 já foi um avanço. A coordenação vai reunir-se para analisar o que houve, mas os alunos começam a entender que o boicote ao Provão e agora ao Enade significa atirar com pólvora alheia. A UFC paga a conta. Mas, no futuro, também eles são afetados pela nota baixa. O MEC não quer saber se houve ou não o boicote. Nem a imprensa. Vale apenas o resultado oficial”, acrescentou.

Situação embaraçosa viveu o Curso de Educação Física. Praticamente todos os alunos colaram na prova, ao invés das respostas, um adesivo de protesto. Era a primeira

vez que a Educação Física participava. O Departamento também discutirá o ocorrido e já começou o trabalho de conscientização junto aos universitários. “O prejuízo é para a instituição e para eles próprios. Esperamos que na próxima o quadro seja outro”, concluiu a Coordenadora Elenir Henrique da Silva.

8. CURSO DE DIREITO ENTRE OS 8% MELHORES DO PAÍS

A Faculdade de Direito da UFC está entre os 48 (8% do total) dos cursos de Direito de primeira linha no País, segundo o Guia do Estudante – Vestibular 2004 e que levou em conta avaliação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Foi também a única do Ceará nessa condição. No ano passado, existiam 580 cursos de graduação em Direito. A proliferação das escolas de Direito é apontada como uma das causas da baixa qualidade do ensino. Enquanto o Ceará levou 90 anos para ter quatro graduações na área, nos últimos nove anos surgiram mais nove. Hoje, totalizam 13.

No primeiro semestre deste ano, estavam catalogados cerca de 15 mil cursos em 168 carreiras de nível superior, oferecidas por 1503 escolas superiores, entre universidades plenas, centros universitários e faculdades isoladas. O Censo Superior do MEC incidiu, em julho passado, 1960 escolas superiores, das quais 1752 (89%) são particulares e 209 (11%) são públicas. Em relação a outubro de 2001, surgiram 569 novas escolas superiores, das quais, 544 particulares e apenas 25 públicas. Dos mais de 10 mil novos cursos superiores criados no Brasil nos últimos seis anos, 326 eram de Direito (128% em relação aos 254 oferecidos em 1997). No mesmo período, foram acrescentados 30 novos de Medicina, 50 de Medicina Veterinária, 69 de Odontologia, 11 de Engenharia de Materiais, 15 de Engenharia Mecânica, e três de Engenharia Química. Dos 580 de Direito, nada menos de 525 (90%) são particulares e apenas 10% são públicos, o da UFC está entre eles.

9. PROGRAMA NACIONAL DE REORIENTAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE (PRÓ-SAÚDE): O CASO DO CURSO DE ENFERMAGEM

Os recursos ainda não chegaram, mas já causam grande expectativa no Departamento de Enfermagem da UFC. Trata-se da verba de projeto aprovado em dezembro do ano passado, no Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde), uma parceria entre os Ministérios da Educação e da Saúde para o incentivo à formação de recursos humanos, produção de conhecimentos e prestação de serviços, voltados para o fortalecimento do sistema Único de Saúde (SUS).

O curso de Enfermagem da UFC foi um dos 27 escolhidos entre 300 inscritos para receber cerca de R\$ 1 milhão. O dinheiro deverá ser aplicado, durante os próximos três anos, obedecendo à orientação da formação profissional em três eixos principais determinados pelo Programa: orientação teórica, orientação pedagógica e cenários práticos.

Quem explica melhor a filosofia do Pró-Saúde é uma das autoras do projeto da UFC, a professora Josefina da Silva. “O Governo percebeu que a formação dos profissionais na área de saúde estava muito voltada para as capacidades. Na realidade, precisamos fortalecer a atenção básica. Estamos ainda muito presos aos hospitais e presos de saúde”. Ela conta que os editais nacionais do Pró-Saúde englobam ainda os

curso de Medicina e Odontologia, perfazendo o tripé de atenção prestada pelos programas de saúde da família.

Respeitando a orientação do Programa, os recursos poderão ser aplicados em melhorias na infra-estrutura, compra de equipamentos, modernização de laboratórios, incluindo audiovisual e simulação. “A perspectiva é boa. O curso de Enfermagem deve ser muito prático, mas nossos laboratórios e bonecos de simulação, por exemplo, estão muito danificados. E eles são extremamente necessários para a realização de práticas como injeções, sondagens, aspiração, manobras cardíacas, manipulação do docente”.

Os recursos possibilitarão a aquisição de material permanente, além da prestação de serviços e melhoria dos cenários de práticas. É, definitivamente, sobre esse último quesito, os locais de atuação, que incide um dos diferenciais do Pró-Saúde com relação à estrutura hospitalocêntrica no qual ainda é baseado o ensino de saúde. Ambulatórios, postos de saúde, ONGs, a comunidade, escolas, creches, e as próprias residências das pessoas, serão privilégios como campos para a atuação e aprendizagem dos profissionais.

Segundo a professora Josefina Silva, essa iniciativa vai representar um salto de qualidade na formação profissional dos enfermeiros. “O que muda na concepção do curso é iniciação do aluno nos cenários de prática que se dará bem mais cedo. Nosso aluno vai aprender fazendo. Haverá ainda mudanças nas estratégias metodológicas, treinamento e reciclagem dos professores. Todos os estudantes e professores estarão envolvidos”.

Entre as unidades básicas de saúde que serão beneficiadas pelos recursos estão o Centro de Desenvolvimento Familiar (Cedefam) e a Casa de Parto, projetos da UFC situados no Planalto do Pici. “No Cedefam queremos reequipar os consultórios de enfermagem e criar espaço para trabalhos com grupos, transformando-o em unidade de saúde básica da família. Na Casa de Parto, a idéia é realizar práticas”. Em parceria com a Prefeitura Municipal de Fortaleza, postos de saúde situados nas secretarias executivas regionais I, II, e V também sofrerão intervenções para se transformarem em cenários de atuação de estudantes e professores.

E estes terão de esperar um pouco mais. É que a proposta de trabalho com os acertos finais, encaminhada pela célula de Atenção Básica da Prefeitura de Fortaleza, junto ao projeto da UFC, para a liberação dos recursos ainda não obteve resposta do Ministério da Saúde. “Estamos aguardando também”, informou a assessora da Célula, Ana Paula Brilhante.

10. EXPANSÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

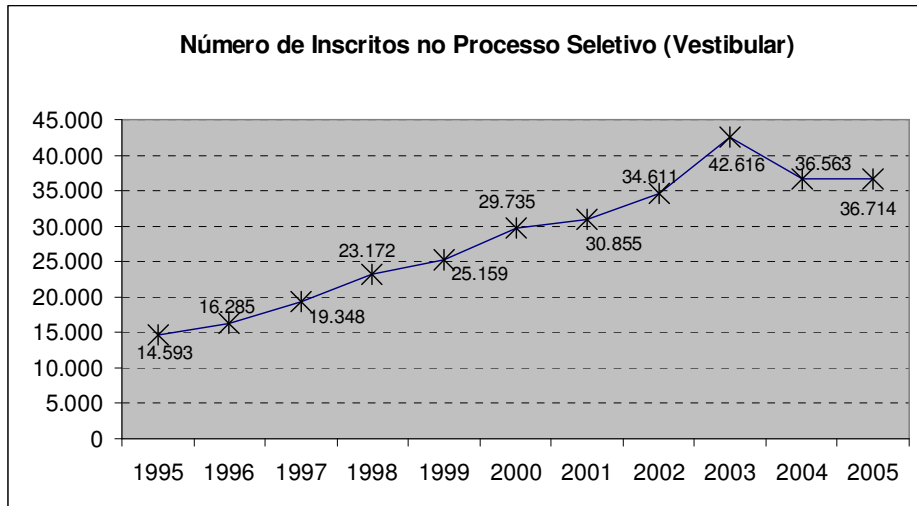
Os candidatos ao último vestibular da UFC, no final de 2005, tiveram duas novas opções de cursos. Além dos 57 comumente ofertados, surgiram os de Licenciatura em Educação Musical e Engenharia Metalúrgica. O primeiro visa à formação de professores que passem a integrar o ensino de arte nos ensinos fundamental e médio; já o segundo foi pensado em função de necessidades regionais e nacionais na área. Diante dessa expansão, a questão central é se a Universidade tem condições de aumentar a oferta de cursos sem precisar reduzir as verbas direcionadas às outras graduações e, conseqüentemente, à qualidade do ensino.

Ana Iório afirma que a oferta dos novos cursos se torna viável através do compartilhamento de professores que já dão aulas na UFC na mesma área de conhecimento. A pró-reitoria fala em “equacionar” recursos, professores e vagas. “Para todos esses novos cursos já existiam professores, como o de Engenharia de Teleinformática, implantado em 2003. E o concurso de Metalúrgica já nasce em 2006 com os professores e laboratórios necessários. Os professores e alunos da Metalúrgica já dispõem de equipamentos, oriundos do Curso de Extensão em Música. Para esses dois novos cursos, precisaremos de um novo professor para cada, dois no máximo. O que a universidade faz é redimensionar a relação entre professores, alunos e departamentos”. A Pró-Reitora de Graduação (Prograd), profa. Ana Maria Iório Dias, destaca que o redimensionamento de vagas possibilitará o aumento de opções para alunos que procuram uma graduação.

Para 2006, R\$ 800 mil liberados pelo Ministério da Educação estão previstos para incrementar coordenações de cursos e laboratórios de informática com novos equipamentos. “A administração superior resolveu priorizar o investimento nos cursos. O núcleo de Processamento de Dados está fazendo um levantamento do nível de defasagem dos laboratórios de informática, além de equipar as coordenações dos novos cursos com computadores”, relata a Pró-Reitoria de Graduação, Profa. Ana Iório. A implantação do Software de Informação Acadêmica (Sofia) é outro recurso com o qual alunos e professores poderão contar. Além disso, a Prograd pretende continuar com a atualização dos currículos dos cursos. “Os novos currículos serão trabalhados junto às diretorias comuns de disciplinas, de modo a criar uma identidade do Centro e do próprio curso. A meta é, até o início de 2007, também colocar em dia o reconhecimento de todos os cursos de graduação da UFC”, acrescenta Ana Iório.

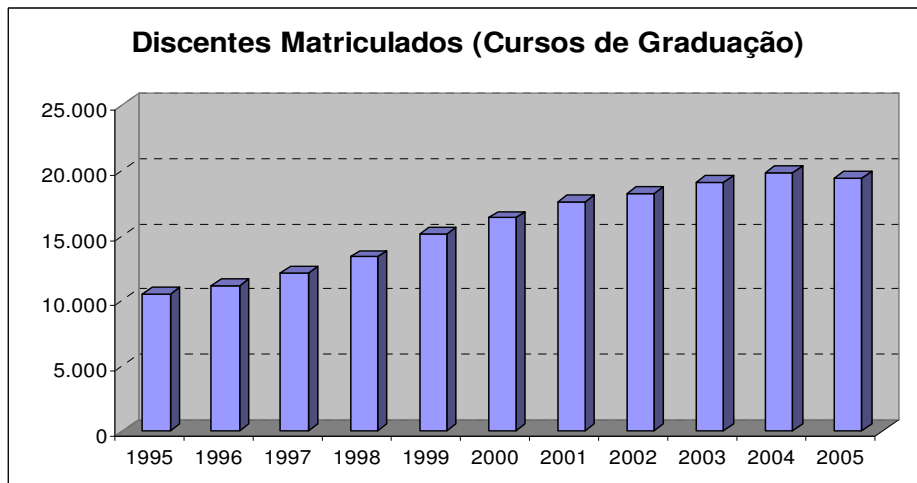
INFORMAÇÕES ORIUNDAS DO SISTEMA *ON-LINE* DE DADOS E INDICADORES INSTITUCIONAIS

Esta seção apresenta séries históricas de dados básicos e indicadores relacionados aos cursos de graduação da UFC. No gráfico abaixo são apresentados dados referentes ao número de inscritos no processo seletivo para os cursos de graduação da UFC, entre os anos 1995 e 2005.



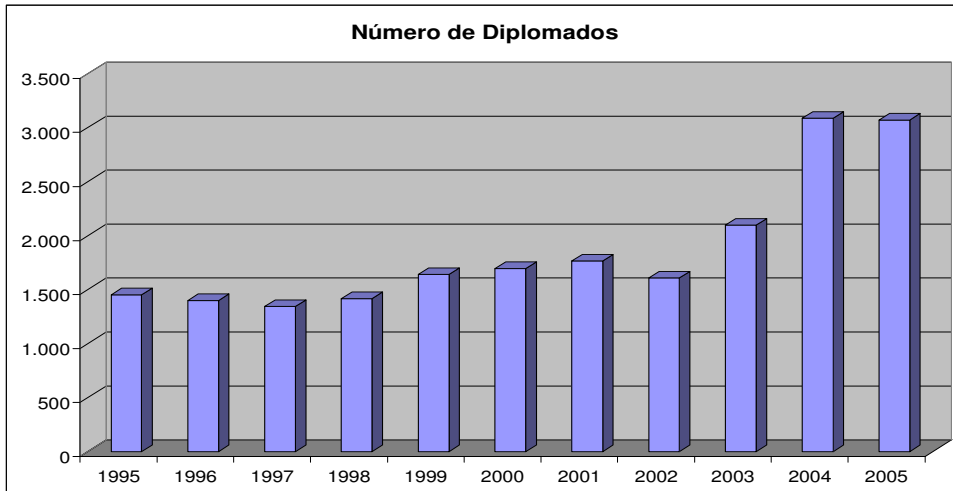
Conforme se pode constatar, a partir da análise do gráfico, a demanda por ensino superior, especificamente pelos cursos de graduação da UFC, vem crescendo de forma alarmante no âmbito cearense. Entre 1995 e 2002 houve incremento da ordem de 137% na demanda discente, não havendo, nesse mesmo período, significativo aporte de recursos humanos, financeiros nem tampouco acréscimo do número de vagas destinadas aos cursos de graduação. Entretanto, comparativamente ao ano 2003, observou-se significativa redução no número de inscritos nos vestibulares de 2004 e 2005, da ordem de 14%.

O gráfico apresentado em seguida contém séries numéricas que expressam a variação dos matriculados em cursos de graduação da UFC entre 1995 e 2005.



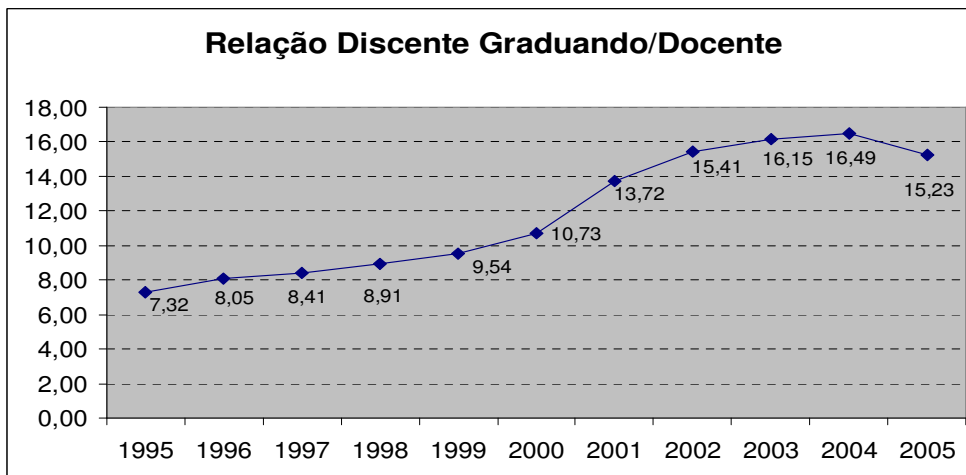
Observa-se, a partir dos dados apresentados, clara tendência de ascensão do número de discentes oficialmente matriculados em pelo menos uma disciplina de cursos de graduação. Entre 1995 e 2005 constatou-se incremento da ordem de aproximadamente 100%, significando, desse modo, que a UFC obteve aproximadamente 10.000 novos graduandos no período referido. Constata-se, também, que a instituição empreendeu significativos esforços para atender a forte demanda por ensino superior, verificada no âmbito cearense.

Em seguida apresenta-se gráfico que expressa a variação no número de diplomados em cursos de graduação da UFC entre 1995 e 2005.



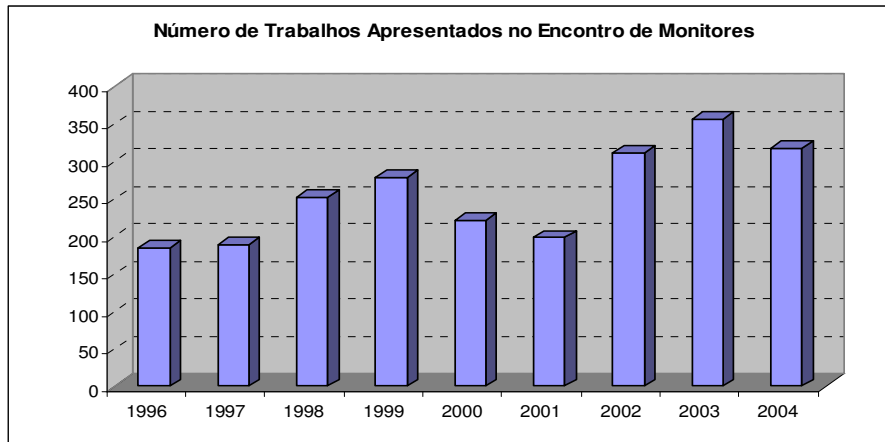
De acordo com o gráfico, houve pequeno decréscimo (7,4%) no número de diplomados entre os anos 1995 e 1997. Entre 1997 e 2001 a tendência foi de elevação no número de diplomados, da ordem de 31,3%. Entre 2001 e 2002 observou-se redução no número de alunos diplomados em 8,8%. Não obstante, houve importante incremento entre os anos de 2003 e 2005, da ordem de 90% quando se compara 2005 com 2002. Verificamos que a partir de 2004 ultrapassamos a marca de 3.000 novos graduados formados pela UFC no referido ano.

Um importante indicador relacionado à qualidade e ao sucesso na formação de novos profissionais é a relação quantitativa verificada entre número de discentes por docente. O gráfico abaixo nos fornece esses dados através de séries históricas entre 1995 e 2005.



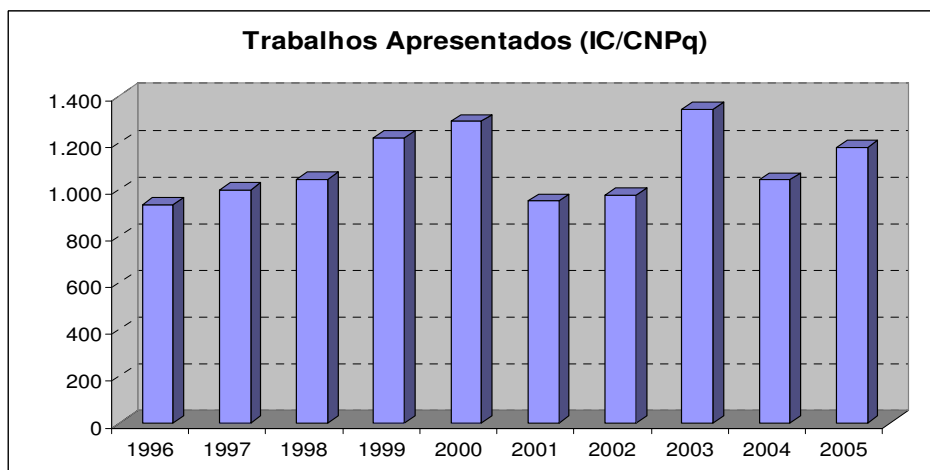
Observa-se que a relação entre número de discentes e docentes vem aumentando, substancialmente, nos últimos sete anos. Passou-se de uma relação de 7,32 discentes por docente, em 1995, para 16,49 discentes por docente, no ano de 2004, o que representa aumento superior a 120%. Não obstante, em 2005 houve pequena

redução da ordem de aproximadamente 8% no valor do indicador, que agora é 15,23. Abaixo se encontram séries numéricas indicadoras do número de trabalhos apresentados nos encontros de monitores dos cursos de graduação, entre 1995 e 2004.



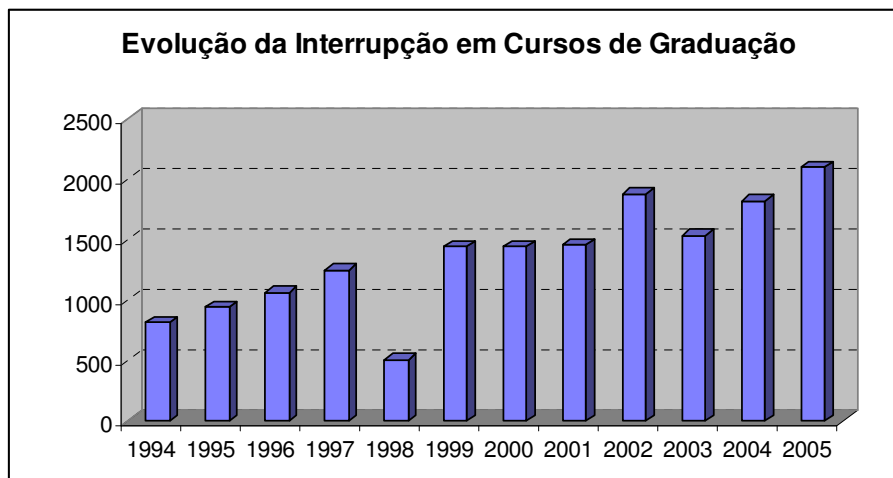
Constatam-se tendências variadas quanto ao número de trabalhos apresentados nos encontros de monitores de cursos de graduação. A primeira tendência revela aumento na quantidade de trabalhos apresentados entre os anos 1996 e 1999, com pico neste último, no qual houve mais de 260 trabalhos apresentados. A segunda tendência verificou-se entre 1999 e 2001, com clara redução na quantidade de trabalhos apresentados, no qual o valor mínimo foi estabelecido neste último ano, com a marca inferior a 200 trabalhos apresentados. A partir de 2001 até 2003 houve, uma vez mais, tendência ao acréscimo na quantidade de trabalhos apresentados, quando se atingiu marca histórica de quase 350 trabalhos apresentados. Em 2004 houve redução de 15% desse pico histórico, tendo sido apresentados pouco mais de 300 trabalhos.

Outra importante atividade que complementa a formação do discente da graduação é o grau de envolvimento do mesmo em atividades de pesquisa. Abaixo se encontram séries numéricas indicadoras do número de trabalhos apresentados nos encontros anuais de iniciação científica, entre 1995 e 2005.



Constata-se, a partir dos dados, que houve significativo crescimento no número de trabalhos apresentados nos encontros de Iniciação Científica da UFC, entre os anos 1996 e 2000: da ordem de 38,3%. Em 2001 o mencionado evento acadêmico não se realizou devido ao movimento nacional grevista. Fruto desse indesejado fato observou-se diminuição de 32,3% na quantidade de trabalhos apresentados entre 2000 e 2002. Em 2003 extrapolou-se a marca de 1.300 trabalhos apresentados, havendo redução para 1.000 trabalhos apresentados em 2004 e quase 1.200 em 2005. Espera-se que ocorra significativo incremento na quantidade de trabalhos a serem apresentados no próximo evento.

Há um dado, apresentado no gráfico abaixo, que preocupa sobremaneira à administração central da UFC: *o aumento do número de interrupções de matrículas (trancamento parcial ou total) nos cursos de graduação.*



De acordo com o gráfico, há três fases associadas ao fenômeno da interrupção de matrículas na UFC. A primeira dessas fases deu-se entre os anos 1994 e 1977, no qual houve clara tendência ao aumento de interrupções, superior a 50%. A segunda fase deu-se entre 1999 e 2001, quando houve estabilização em torno a 1.400 casos de interrupção ao ano. A terceira fase deu-se entre 2002 e 2005, na qual há, em média, 1.700 casos de interrupção ao ano, o que representa aproximadamente 9% do total de alunos matriculados em pelos menos uma disciplina. Acrescente-se a esse dado a informação de que o custo anual do aluno de graduação da UFC está em torno de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais), de acordo com os Indicadores de Gestão da UFC. Tais dados indicam a necessidade de planejamento de ações administrativas e pedagógicas para minimizar o número de interrupções de matrículas em cursos de graduação.

DIMENSÃO 2.2.

POLÍTICA INSTITUCIONAL PARA A PESQUISA E A PÓS-GRADUAÇÃO

2.2.1. OBJETIVOS

Identificar a relevância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais; identificar as práticas institucionais voltadas à formação de pesquisadores; identificar a articulação da pesquisa científica com as demais atividades acadêmicas; identificar os principais indicadores quantitativos relacionados à publicação científica.

2.2.2. AUDIÊNCIAS UTILIZADAS

Coordenadores de cursos de pós-graduação da UFC. A taxa de retorno dos questionários direcionados aos 48 Coordenadores foi de aproximadamente 20%.

2.2.3. INSTRUMENTO

Questionário composto por duas partes: a primeira destinada à identificação dos respondentes e a segunda composta por 24 questões versando sobre aspectos associados à pesquisa científica no âmbito da UFC.

2.2.4. PROCEDIMENTO PARA OBTENÇÃO DOS DADOS

Através da ação das CPAs Setoriais, que foram responsáveis pela aplicação do questionário junto aos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*. Ademais, foram utilizadas informações extraídas de fontes secundárias, tais como, a *Revista Universidade Pública*, o *UFC Fax* e o *Jornal da UFC*, ou ainda dados extraídos do “Sistema *On-line* de Dados e Indicadores da Qualidade Institucional da UFC” (CAIA/PRPL) e do “Sistema do Censo da Educação Superior” (SIEDSUP - MEC/INEP).

2.3. TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES

As informações obtidas junto às audiências foram tratadas qualitativamente, através do emprego da análise de conteúdo, conforme propõe Bardin (1977)⁶. A referida técnica de tratamento de dados *consiste em identificar as categorias de respostas mais relevantes, presentes nas informações brindadas pelas audiências utilizadas na sua obtenção.*

Após essa fase, foram *calculadas as frequências de aparição dessas categorias qualitativas, em termos absolutos e relativos*. Posteriormente, tais cálculos foram organizados em quadros e, visando melhor compreensão pela comunidade que fará uso dos mesmos, os dados foram representados graficamente, conforme se pode constatar na seção seguinte, na qual se discutem os principais resultados.

⁶ BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

2.4. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS

Os resultados a seguir apresentados e comentados referem-se aos aspectos utilizados na avaliação da dimensão 2.2, rotulada *Política institucional para a pesquisa e a pós-graduação*.

INFORMAÇÕES ORIUNDAS DE PESQUISA DE CAMPO

De acordo com os dados, a maior parte dos coordenadores dos cursos de pós-graduação está no cargo há 36 meses (n = 3 ou 18,8%), havendo outra parcela que exerce o cargo há 24 meses (n = 2 ou 11,8%). No entanto, a maioria está no cargo há menos de dois anos (n = 11 ou 69,4%). Quanto à titulação, verificamos que 93,8% deles são doutores.

No que tange à adequação da matriz curricular à formação vislumbrada para o futuro profissional, a maioria dos entrevistados (n = 13 ou 81,3%) respondeu afirmativamente. Entretanto, 18,8% deles concordam parcialmente (n = 3) com tal adequação.

Em relação à adequação da matriz curricular às finalidades institucionais, 81,3% dos coordenadores se posicionaram de acordo (n = 13), sendo que pequena parcela de 6,3% concordou parcialmente em relação a este aspecto.

Segundo 62,5% dos coordenadores dos cursos de pós-graduação (n = 10) há adequação da matriz curricular às exigências de inovação para a área. Porém, 31,3% (n = 5) dos coordenadores estão parcialmente de acordo.

Uma parte dos coordenadores entrevistados concordou com a adequação da matriz curricular às demandas sociais (n = 8 ou 50%), enquanto 37,5% concordaram parcialmente (n = 6) com tal. Tão-somente 6,3% deles afirmaram que não há adequação da matriz curricular às demandas sociais. Acerca da adequação da matriz curricular às demandas científicas, 62,5% dos coordenadores concordaram que há (n = 10), já 25% concordaram parcialmente (n = 4) com a afirmação.

Indagados acerca da ocorrência da última atualização da matriz curricular do curso, 18,8% dos entrevistados afirmaram que ocorreu há 12 meses (n = 3), outros 18,8% apontaram que essa atualização ocorreu há 36 meses (n = 3) e 12,5% há tão-somente um mês (n = 2). A maioria dos coordenadores dos cursos de pós-graduação afirmou tal periodicidade visando a revisão da matriz curricular é adequada (n = 9 ou 56,3%). Entretanto, 25% deles a apontaram como inadequada (n = 4). Os mecanismos de atualização curricular foram apontados como adequados por 56,3% dos coordenadores entrevistados (n = 9). Porém 25% deles não quiseram opinar acerca desse aspecto (n = 4).

Sobre a existência de responsáveis pela atividade de atualização curricular, 62,5% dos entrevistados afirmaram que existem pessoas com essa atribuição (n = 10). Em contrapartida, 37,5% afirmaram que não há responsáveis por essa atividade (n = 6). A maior parte dos coordenadores entrevistados afirmou que são estimulados ou

desenvolvidos encontros para discutir o currículo (n = 7 ou 43,8%). No entanto, para 37,5% deles (n = 6) não existem tais encontros.

Questionados acerca da relevância social da pesquisa praticada no âmbito do curso, 75% dos entrevistados afirmaram que estão de acordo (n = 12), não obstante, 18,8% concordaram parcialmente (n = 3). Quanto à relevância científica das pesquisas praticadas, maioria dos coordenadores entrevistados concordou com essa realidade (n = 15 ou 93,8%), apenas 6,3% deles concordaram parcialmente.

Parte dos coordenadores concordou parcialmente com as dificuldades existentes para a publicação dos conhecimentos gerados através das pesquisas (n = 7 ou 43,8%), enquanto 37,5% afirmaram estar totalmente de acordo com a existência dessas dificuldades (n = 6). Em relação ao apoio institucional para a formação de grupos de pesquisa de alta qualidade, 43,8% dos entrevistados discordaram da existência desse apoio (n = 7) e 31,3% concordaram parcialmente (n = 5).

A maioria dos coordenadores dos cursos de pós-graduação concordou com a existência de apoio institucional para intercâmbios e parcerias com outras universidades (n = 8). Tão-somente 12,5% deles (n = 2) concordam parcialmente de tal. Não obstante, 37,5% (n = 6) opinaram que o referido apoio não existe. Quando indagados acerca da existência de apoio institucional para a organização de eventos científicos, 43,8% dos entrevistados afirmaram que tal existe (n = 7). No entanto, para outros 25% (n = 4) o referido apoio inexistente.

No que tange à contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local e regional, 50% dos coordenadores de pós-graduação crêem que tal se dá (n = 8). Porém, 31,3% deles concordaram parcialmente (n = 5) com a assertiva, enquanto 18,8% discordaram totalmente da existência dessa contribuição (n = 3).

Quanto à existência de apoio institucional para a formação de pesquisadores (inclusive iniciação científica), a maioria dos entrevistados concordou parcialmente em relação a esse aspecto (n = 9 ou 56,3%). Para 37,5% (n = 6) tal apoio se dá parcialmente, enquanto apenas 6,3% deles discordaram totalmente da afirmativa.

A maioria dos coordenadores entrevistados concordou parcialmente com a existência de articulação da pesquisa com outras atividades acadêmicas (n = 9 ou 56,3%). Para 31,3% deles (n = 5) a referida articulação se dá de modo parcial. Apenas 12,5% discordaram totalmente desse aspecto (n = 2).

Grande parte dos entrevistados concordou com a existência de critérios claros para apoiar a participação de pesquisadores em eventos acadêmicos (n = 11 ou 68,8%). Para 18,8% tais critérios precisam ser mais bem definidos (n = 3), sendo que 6,3% deles discordam do emprego dos referidos critérios.

Em relação à existência de mecanismo interno para registrar a produção científica dos pesquisadores, 37,5% dos coordenadores de pós-graduação (n = 6) crêem na existência dos mesmos. Outros 37,5% discordaram totalmente (n = 6) da existência de tal.

A maioria dos coordenadores dos cursos de pós-graduação afirmou que há política interna visando a melhoria da qualidade da pós-graduação (n = 8 ou 50%). No entanto, 12,5% não concordaram com essa afirmativa (n = 2) e 25% deles não se posicionaram sobre esse aspecto (n = 4).

Quando indagados acerca da integração entre a graduação e a pós-graduação, 87,5% dos entrevistados opinaram positivamente, isto é, que há essa integração (n = 14). Entretanto, 6,3% deles negaram essa realidade.

Parte dos coordenadores afirmou que não há política interna visando a expansão sustentável da pós-graduação (n = 8 ou 50%). Porém 43,8% deles discordaram dessa afirmação (n = 7). A maior parte dos entrevistados negou a existência de sistemáticas institucionais de avaliação das atividades de pesquisa (n = 10 ou 62,5%). Em contrapartida, 31,3% afirmaram existirem tais sistemáticas (n = 5).

INFORMAÇÕES ORIUNDAS DOS FORMULÁRIOS *ON LINE*

Com base nas respostas fornecidas pelos 324 docentes efetivos (23,65% do total), quatro docentes substitutos ou visitantes e 311 servidores técnico-administrativos (9,03% do total) ao preencherem os formulários *on line* que lhes foram disponibilizados, apresentaremos, a seguir, dados acerca contribuição da Universidade Federal do Ceará (UFC) para o progresso da ciência e do saber, no Brasil.

Contribuição para o progresso da ciência e do saber, no Brasil.					
Grau de contribuição			Categoria Funcional		
			Docente efetivo	Docente substituto/visitante	Técnico-administrativo
			Baixo	N	16
%	4,9	25,0		4,8	
Médio	N	86	1	90	
	%	26,5	25,0	28,9	
Acentuado	N	216	2	192	
	%	66,7	50,0	61,7	
Não sabe	N	6		14	
	%	1,9		4,5	
Total	N	324	4	311	
	%	100,0	100,0	100,0	

Conforme se pode observar, a expressiva maioria dos docentes efetivos (66,7% ou 216) e a metade dos substitutos/visitantes crêem que a UFC tem contribuído acentuadamente para o progresso da ciência e do saber, no Brasil. Cabe destacar, no entanto, que, dentre os docentes efetivos, há quem creia que tal contribuição é baixa (4,9% ou 16) ou média (26,5% ou 86). Houve quem não soubesse expressar sua valorização sobre o tema ou quem não quisesse opinar (1,9% ou seis docentes efetivos).

No que tange aos servidores técnico-administrativos, a maioria (61,7% ou 192) corroborou com a opinião dos docentes efetivos, para quem a UFC tem contribuído acentuadamente com o progresso da ciência e do saber, no Brasil. Embora haja quem acredite que o referido grau de contribuição seja baixo (4,8% ou 15) ou médio (28,9% ou 90). Tão-somente 4,5% ou 14 servidores técnico-administrativos não souberam expressar sua valoração sobre o tema ou não quiseram opinar.

Abaixo se encontra quadro com a opinião dos respondentes acerca da contribuição na formação de pesquisadores que incrementem a produção de conhecimento científico, no Brasil.

Contribuição na formação de pesquisadores que incrementem a produção de conhecimento científico, no Brasil.					
Grau de contribuição		Estatísticas	Categoria Funcional		
			Docente efetivo	Docente substituto/visitante	Técnico-administrativo
	Baixo	N	18		18
		%	5,6		5,8
	Médio	N	83	2	105
		%	25,6	50,0	33,8
	Acentuado	N	218	2	167
		%	67,3	50,0	53,7
	Não sabe	N	5		21
		%	1,5		6,8
	Total	N	324	4	311
		%	100,0	100,0	100,0

Conforme se pode observar, a expressiva maioria dos docentes efetivos (67,3% ou 218) e a metade dos substitutos/visitantes crêem que a UFC tem contribuído acentuadamente na formação de pesquisadores que incrementem a produção de conhecimento científico, no Brasil. Apesar disso, houve quem, dentre os docentes efetivos, acredite que o grau de contribuição do aspecto avaliado é baixo (5,6% ou 18) ou médio (25,6% ou 83). Ademais, houve quem não soubesse expressar sua valoração sobre o tema ou quem não quisesse opinar (1,5% ou cinco docentes efetivos).

Dentre os servidores técnico-administrativos, a maioria (53,7% ou 167) corroborou com a opinião dos docentes efetivos, para quem a UFC tem contribuído acentuadamente na formação de pesquisadores que incrementem a produção de conhecimento científico, no Brasil. No entanto, há quem acredite que referido grau de contribuição seja baixo (5,8% ou 18) ou médio (33,8% ou 105). Apenas 6,8% ou 21 servidores técnico-administrativos não souberam expressar sua valoração sobre o tema ou não quiseram opinar.

Abaixo se encontra dados com a opinião dos respondentes acerca da qualidade do ensino de pós-graduação *stricto sensu* da UFC.

Qualidade do ensino de pós-graduação <i>stricto sensu</i> da UFC.					
Grau de qualidade			Categoria Funcional		
			Docente efetivo	Docente substituto/visitante	Técnico-administrativo
	Baixo	N	5	1	3
		%	1,5	25,0	1,0
	Médio	N	86		85
		%	26,5		27,3
	Acentuado	N	214	2	161
		%	66,0	50,0	51,8
	Não sabe	N	19	1	62
		%	5,9	25,0	19,9
	Total	N	324	4	311
		%	100,0	100,0	100,0

Conforme se pode observar, a expressiva maioria dos docentes efetivos (66% ou 214) e a metade dos substitutos/visitantes crêem que a UFC possui elevada qualidade no ensino de pós-graduação *stricto sensu*. Porém, há quem creia, dentre os docentes efetivos, que a qualidade do aspecto avaliado é baixa (1,5% ou cinco) ou média (26,5% ou 86). Ademais, houve quem não soubesse expressar sua valoração sobre o tema ou quem não quisesse opinar (5,9% ou 19 docentes efetivos).

No âmbito dos servidores técnico-administrativos, a maioria (51,8% ou 161) corroborou com a opinião dos docentes efetivos, para quem a UFC possui elevada qualidade no ensino de pós-graduação *stricto sensu*. Não obstante, há quem acredite que referido grau de qualidade seja baixo (1% ou três) ou médio (27,3% ou 85). Houve 19,9% ou 62 servidores técnico-administrativos que não souberam expressar sua valoração sobre o tema ou que não quiseram opinar.

INFORMAÇÕES ORIUNDAS DE FONTES SECUNDÁRIAS DE PESQUISA.

2.1. EXPANSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO (*STRICTO SENSU*)

Ao mesmo tempo em que incentiva a titulação dentro de seus quadros, com o objetivo de avançar na qualificação acadêmica e científica, a Universidade Federal do

Ceará contribuiu para o aprimoramento de profissionais que irão prestar serviços à comunidade. Nos últimos dois anos, três novos cursos de Doutorado e cinco de Mestrado foram criados na UFC.

A coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior (Capes) habilitou o funcionamento dos mestrados em Odontologia, Engenharia de Teleinformática, Administração de Empresas (profissional), Logística Operacional e Geografia, e dos doutorados em Ciência da Computação e Engenharia de Teleinformática.

Com o conceito 4, a Capes aprovou tanto o Mestrado como o Doutorado em Engenharia de Teleinformática, que tiveram suas aulas iniciados em fevereiro passado. Recebeu conceito 3 o Mestrado de Lógica Operacional, coordenado diferentemente pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

O Doutorado em Ciências Médicas, que recebeu conceito 5, vem suprir a necessidade na área médica e sintetiza vários programas. Já o Doutorado em Ciências da Computação, com o conceito 4, foi inaugurado, em março deste ano, com uma palestra do Secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação, Nelson Maculan.

A UFC mantém, ao todo, 18 cursos de Doutorado e 48 de Mestrado, além dos cursos de especialização em diversas áreas. De 2003 ao primeiro semestre de 2005, 1.970 alunos concluíram cursos de Pós-Graduação *Lato-Senso*, 823 concluíram o Mestrado e 149 o Doutorado.

2.2. CRIAÇÃO DO PRIMEIRO DOUTORADO DO PAÍS EM ENGENHARIA DE PESCA

A Universidade Federal do Ceará mantém o Curso de Engenharia de Pesca, em nível de graduação, desde 1972, abrindo 100 vagas no Vestibular a cada ano. Oferece ainda o Curso de Mestrado em Engenharia de Pesca desde 1992, com área de concentração em Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca. Até o ano passado, já havia formado 118 mestres. Agora, em março, enviará à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) o projeto de criação do primeiro doutorado de Engenharia de Pesca do Brasil. Entre os entusiastas da idéia está o Ministro da Secretaria Espacial de Aquicultura e Pesca da Presidência, José Fritsch. Em solenidade no gabinete do Reitor René Barreira, o Ministro formalizou o seu apoio à proposta.

O Coordenador do Mestrado em Engenharia de Pesca, Prof. Manuel Furtado, integra a equipe que elaborou o projeto do Doutorado e que terá como área básica "Recursos Pesqueiro de Engenharia de Pesca". São duas áreas de concentração propostas: Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca e Biotecnologia de Recursos Aquáticos. As linhas de pesquisa são Aquicultura, Recursos Pesqueiros e Meio Ambiente, Tecnologia e Microbiologia do Pescado, e Biotecnologia e Genética de Organismos Aquáticos.

Para o Ministro, a criação do Doutorado de engenharia de Pesca da UFC vai ajudar a reforçar a política de desenvolvimento do setor no País dentro de uma visão sustentável, sobre suportes técnico-científicos e de pesquisa disponíveis para dar respostas às demandas do setor de pesca, de forma a dar garantias ao consumidor de que o que chega à sua mesa é produzido dentro das condições sustentáveis e não predatórias.

Além do Ministro e do Superintendente da Receita, participaram da reunião com o Reitor, o Diretor de Desenvolvimento de Aquicultura da Secretaria Especial Felipe Matias, o Assessor do Ministro e ex-prefeito de Icapuí, Dedé Teixeira, o Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), José Airton Cirilo, o Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFC, Prof. Odorico de Moraes Filho, o diretor do Instituto de Ciências do Mar (LABOMAR), Prof. Luis Parente, o Coordenador do Curso de Mestrado em Engenharia de Pesca da UFC, Prof. Manuel Furtado, entre outras autoridades.

2.3. CRIAÇÃO DO CENTRO DE PESQUISA EM BIODIESEL

A implantação de um Centro Nacional de Pesquisa em Biodiesel no Ceará é uma idéia que vem se fortalecendo desde janeiro, quando a intenção de criar uma instituição de referência nacional e internacional em biodiesel foi anunciada pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva, durante encontro com reitores das universidades públicas, em Brasília. Após o evento, o Presidente recebeu o Reitor René Barreira. Foi então que o Reitor sugeriu ao presidente que o Centro fosse instalado no Campus da Universidade Federal do Ceará, instituição pioneira na pesquisa e produção de biodiesel.

Já em Fortaleza, o Reitor da UFC recebeu o apoio de pesquisadores, lideranças políticas e empresariais, em reunião realizada na reitoria da UFC, dia 20 de janeiro passado, quando foram formadas duas comissões: uma técnica, para elaborar o projeto de criação do Centro, e uma outra de articulação política, para fortalecer a idéia de sua implantação no Ceará.

O fato de ser pioneira na pesquisa com biodiesel credencia a UFC a sediar o Centro. Dessa forma, o reitor da UFC propôs ao Presidente Lula que o Centro fosse sediado na universidade cearense. Simpático à idéia, o Presidente anunciou o início das discussões sobre o assunto. Uma versão preliminar do projeto de implantação do Centro já foi elaborada pela comissão técnica, que nas próximas reuniões estudará detalhes da infra-estrutura.

O Reitor René Barreira esteve em Brasília nos dias 7 e 8 de fevereiro, quando manteve contatos com a bancada cearense no Congresso Nacional. A idéia foi reunir os parlamentares que representam nosso Estado para tentar uma audiência com o Ministra chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, a fim de discutir a criação do Centro Nacional de Pesquisa em Biodiesel no Ceará.

Conforme o Prof. Jesualdo Pereira Farias, diretor do Centro de Tecnologia da UFC e representante da Universidade na comissão técnica que elabora o projeto do Centro, a idéia é que o Centro seja instalado no Campus do Pici, contendo laboratórios de processamento do biodiesel. Os detalhes da infra-estrutura ainda estão sendo estudados

O biodiesel a partir da mamona já vem sendo produzido no Nordeste. A UFC antecipou-se nas pesquisas com a mamona e seu óleo é produzido pela Tecbio, empresa do professor Expedito Parente, que há mais de 30 anos pesquisa biodiesel. O óleo da mamona tem mais de 800 aplicações, sendo uma delas como combustível. Por suas características lubrificantes, o biodiesel melhora o desempenho dos motores, segundo afirmam especialistas. Além disso, é uma fonte de energia renovável e menos poluente.

2.4. PESQUISAS PREMIADAS

Diversas pesquisas de docentes da UFC têm recebido destaque no âmbito nacional e internacional. A seguir são apresentados alguns exemplos que ilustram tal assertiva.

2.4.1. PESQUISA SOBRE ANFÍBIOS E RÉPTEIS

No prédio ao lado do Bloco do Departamento de Biologia, no Campus do Pici, a entrada é controlada. Uma placa adverte que ali estão animais peçonhentos. Contrastando com o aviso de perigo, o visitante é recebido com um sorriso da Profa. Diva Maria Borges Nojosa, que, orgulhosamente, vai apresentando a coleção de serpentes, objeto de seus estudos há 21 anos. Ela dirige o Núcleo Regional de Ofiologia da UFC (Nurof), referência em pesquisas sobre répteis e anfíbios no Estado. Pela importância de seu trabalho nessa área, ela foi um dos 15 pesquisadores nacionais selecionados para figurar no livro que comemora os 15 anos da Fundação o Boticário de Proteção Natureza.

O livro “*Sinais de Vida: algumas histórias de quem cuida da natureza no Brasil*”, organizado pelo jornalista Marcos de Sá Correia, é resultado de uma coleção dos mais de 1.500 projetos que foram financiados pela Fundação o Boticário, em 15 anos. Os trabalhos voltados para a conservação da fauna e flora no Brasil são ilustrados com fotos de Haroldo Palo Júnior, um dos mais premiados fotógrafos de natureza do país. Os textos são da jornalista Carolina Elia, da agência ECO. O livro custa R\$ 55,20 e pode ser adquirido no site www.boticario.com.br.

A Profa. Diva iniciou os trabalhos sobre anfíbios e répteis nos brejos-de-altitude em 1998, quando fazia mestrado. No período de 1996 a 2002, quando teve as pesquisas financiadas pela Fundação o Boticário, registrou 124 espécies em cinco áreas: Planalto da Ibiapaba, Serras de Maranguape, Pacatuba, Baturité e Chapada de Araripe.

Foram feitos 21 novos registros e descobertas novas espécies para as ciências, que estão em processo de descrição, como um pequeno lagarto (*Placosomo* sp.), uma perereca (*Hyla* aff. *Decipiens*) e três serpentes (inclusive uma espécie de coral-verdadeira). Duas espécies de anfíbios (*Adelaphyne baturitensis* e *A. maranguapensis*) já constam na lista de fauna brasileira ameaçada de extinção e diversos artigos científicos forma publicados ou estão em andamento.

Esses estudos foram a base de sua tese de doutorado intitulada. “*Amphisbaenidade e Gymnophthalmidae dos Brejos-de-altitude do Estado do Ceará, Brasil: Composição, Caracterização Taxonômica e Considerações Biográficas (Squamata; Amphisbaenia, Saurial)*”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Zoologia do Museu Nacional- Rio de Janeiro (UFRJ).

2.4.2. PESQUISA SOBRE O CÂNCER

A pesquisa de produtos naturais no campo da cancerologia tem propiciado a descoberta de diversas substâncias utilizadas atualmente na terapêutica da doença. Dois trabalhos premiados na XX Reunião Anual da Fesbe fazem parte das atividades de pesquisa desenvolvidas no Laboratório de Oncologia Experimental – LOE, coordenado pelos professores Odorico Moraes, Cláudia Pessoa e Letícia Lotufo, do departamento de Fisiologia e Farmacologia, em colaboração com o Laboratório de Química Orgânica e participação de outras instituições de ensino como USP-RP, UNESP – Araraquara,

UFMS, UFSCAR e INPA. AS pesquisas abordaram a determinação da atividade antitumoral do 15-Deoxigoiazensolido isolado da *Lychnophora ericoides* (Asteracea) e do Pisosterol isolado do *Pisolithus tinctorius* em animais inoculados com Sarcoma 180. O trabalho concluiu que ambos os compostos têm demonstrado promissora atividade antitumoral.

“Inibição da resposta inflamatória pelo condicionamento isquêmico (PCI)”, pesquisa realizada durante o mestrado do cirurgião plástico Marcos Venícios Pontes Sousa Filho, em breve poderá ser realizada em pacientes que realizam tratamento quimioterápico, possibilitando a redução de lesões provocadas pela aplicação das drogas, durante o tratamento de câncer. De acordo com o professor Ronaldo de Albuquerque Ribeiro, pesquisador e chefe do Departamento de Fisiologia e Farmacologia, o trabalho será apreciado pelo Comitê de Ética do Hospital do câncer e em breve, poderá ser testado em humanos. A quimioterapia provoca efeitos colaterais, como lesões inflamatórias, a exemplo da mucosite (inflamação da boca), a mucosite intestinal (inflamação da bexiga). Ronaldo ribeiro afirma que o estudo em laboratórios comprovou a eficiência do uso de uma isquemia prévia na inibição de inflamações na bexiga e de úlcera gástrica, de edema e como facilitador da técnica de enxerto nos processos de cirurgia plástica.

2.4.3. PESQUISA SOBRE TRATAMENTO CONTRA VENENO DE ESCORPIÃO

Um das seis pesquisas que receberam menção honrosa, intitulada “Efeitos renais e vasculares induzidos pelo veneno de *Tityus serrulatus*”, será publicada na Revista *Toxicon*, editada na Inglaterra. O trabalho, realizado em colaboração com o professor Marcos Toyama, da Universidade de Campinas (Unicamp), investiga os efeitos do veneno do escorpião *Tityus serrulatus* (amarelo), que vem vitimando pessoas no Ceará. Os pesquisadores constataram que o veneno causa alteração da hemodinâmica renal, reduzindo o fluxo urinário. A professora Helena Serra Azul Monteiro, uma das pesquisadoras, diz que a intenção é estudar novas formas de tratamento para bloquear o efeito da picada, bem como investigar se o componente do veneno tem algum efeito terapêutico, a exemplo do que se descobriu com o veneno da serpente, que reduz a pressão arterial e é utilizado na produção de medicamento para hipertensão. De acordo com o professor Ronaldo Ribeiro, em 2005, o Departamento publicou mais de 30 teses em revistas internacionais.

2.4.4. PESQUISA SOBRE IDOSOS

O estudo “Efeito da fucoidina sobre a enterite induzida pela toxina A do *Clostridium difficile* (TXA) em camundongos” – desenvolvido por Ingrid Cavalcante, André Barreto, Marcelo Castro, Marcellus Ponte Souza, Ronaldo Ribeiro e Gerlyne de Castro Brito, em cooperação com a Universidade de Virgínia – investiga a causa da infecção intestinal provocada pela bactéria *Clostridium difficile*. Esse tipo de diarreia é comum em pacientes idosos hospitalizados e pode ser fatal se não tratado adequadamente. O trabalho constatou que durante o processo de inflamação provocado pela bactéria, há chegada de neutrófilos (leucócitos, células de defesa do organismo). Os pesquisadores concluíram que a droga fucoidina (utilizada em laboratório), ao inibir o fluxo de leucócitos, inibe também as conseqüências da inflamação, como inchaço. Descobriram, ainda, que o excesso de neutrófilos piora a lesão. Há expectativa de aplicar o estudo em humanos nos próximos anos e direcionar a pesquisa para pacientes quimioterápicos.

2.4.5. PESQUISA SOBRE INFARTO NO MIOCÁRDIO

A pesquisa “O infarto do miocárdio aumenta a retenção gástrica de líquido em ratos acordados estudados” investiga as causas para as manifestações de náuseas e vômitos comuns em pacientes com doenças coronárias. O estudo constatou, em laboratório, que, de fato, o trânsito gastrointestinal de alimentos torna-se mais lento em caos de infarto. Agora os pesquisadores querem compreender os mecanismos envolvidos nesse fenômeno. Trata-se de um ensaio pré-clínico que poderá ser estudado no homem para se ter uma conclusão definitiva. Caso seja confirmada em seres humanos, a pesquisa poderá apontar, no futuro, medidas terapêuticas que poderão ajudar na recuperação do paciente com infarto. O trabalho foi desenvolvido por Camila Linhares Santos, Dário Augusto Queiroz, Geraldo Munguba Macedo, Marcel Nóbrega, Augusto Lopes Jr., Hélio Rola e Armênio Aguiar dos Santos.

2.4.6. PESQUISA SOBRE FOGÃO SOLAR

O estudante de graduação Ticiano Ribeiro Bezerra da Cunha, do 6º semestre do curso de Engenharia Mecânica, conquistou o 3º lugar do Prêmio Petrobras de Tecnologia 2005. “Fogão solar com ou sem armazenamento de calor” é tema do trabalho, que busca tornar mais barato o invento dos professores Klemens Schwarzer, do Instituto Solar de Jülich, Alemanha, e Maria Eugênia Vieira da Silva, da UFC. A pesquisa orientada por Maria Eugênia, explica o princípio de funcionamento do invento, que consiste na transformação da energia solar em térmica, e representa uma redução nos custos de fabricação do fogão solar, que variam de R\$ 4 a R\$ 5 mil. A idéia é baratear o fogão para que mais pessoas possam ser beneficiadas.

Conforme a pesquisadora Maria Eugênia Vieira da Silva, o projeto de concepção do fogão solar começou há mais de 10 anos na Alemanha, no Instituto Solar de Jülich, com o professor Klemens Schwarzer. Ela passou a integrar o estudo há sete anos, quando cursou pós-doutorado naquele País. Há cerca de dois anos a Petrobras financiou projeto para fabricar o fogão no Ceará. Com os recursos, foi possível comprar os equipamentos para montar o fogão no Laboratório de Energia Solar e Gás Natural da UFC.

O fogão solar poderá vir a ser adotado em cozinhas industriais em *self-service*. No futuro, a invenção também poderá ser usada para esterilizar instrumentos odontológicos. Uma das vantagens do fogão é que a unidade de cozimento (panelas) pode ficar dentro de casa, não precisando estar exposta ao sol junto com os coletores de energia. Em dias de chuva e à noite o fogão pode funcionar: um dispositivo garante isso através do aquecimento da máquina com óleo vegetal ou sintético. O horário de pico de funcionamento é de 11 às 14 horas, e o tempo que gasta para cozinhar os alimentos é praticamente o mesmo de um fogão convencional.

O estudante Lucelindo Dias Ferreira Júnior e o professor-orientador José Belo Torres, da Engenharia Mecânica e de Produção, investigaram a demanda de mercado para o fogão solar no Ceará, fazendo um estudo de caso em quatro escolas públicas de Fortaleza. Embora o investimento inicial do fogão solar seja mais alto que o de um fogão convencional, suas vantagens são várias, a começar pelo custo de manutenção, praticamente zero. O fato de utilizar energia solar, além de ser ecologicamente correto, traz outras vantagens. O estudo constata que em 15 meses o montante investido na aquisição do fogão solar seria amortizado, diante do gasto mensal que as escolas têm com aquisição de botijões de gás. Os pesquisadores acreditam que o uso do fogão solar

em instituições escolares do Governo do Estado contribuiria para o barateamento do produto final e sua utilização pelos demais consumidores.

2.4.7. PESQUISA SOBRE REFINO E PETROQUÍMICA

Um dos principais problemas enfrentados pelas unidades de refino de petróleo é a corrosão. Estudo realizado por pesquisadores da Universidade Federal do Ceará sugere utilização de novas técnicas e materiais que aumentem a vida útil do equipamento. “Avaliação da resistência á corrosão causada por petróleo pesado em chapas soldadas utilizadas em ´linnings` de torres de destilação” é o título da pesquisa, realizada pelo aluno Cleiton Carvalho Silva, sob a orientação dos professores Jesualdo Pereira Farias e Hosiberto Batista Sant´Ana, que conquistou o 2º lugar do prêmio Petrobras.

O trabalho foi desenvolvido por Cleiton Silva por ocasião de conclusão de curso de graduação em Engenharia Mecânica, no final de 2004. Atualmente, ele é mestrando em Engenharia e Ciências de Materiais. Com a participação de uma equipe de 15 estudantes e seis professores, Cleiton desenvolveu experiências em laboratórios avaliando a resistência á corrosão causada pelo petróleo em um novo aço inoxidável e comparou com aços inoxidáveis já utilizados em refinarias de petróleo. O novo aço inoxidável mostrou-se mais resistente em condições semelhantes ás das torres de destilação. A pesquisa, financiada com recursos da Finep, Petrobras e Agência Nacional de Petróleo (ANP), é uma contribuição para os setores de inspeção de equipamentos, manutenção e de projetos de plantas, pois reduzirá custos e aumentará a confiabilidade dos equipamentos em operação.

“Os resultados foram bons e decidimos apresentá-los em concurso nacional”, revela o professor Jesualdo Farias, um dos orientadores da pesquisa. Segundo Farias, com a crise de petróleo se passou a processar óleos mais agressivos, que têm maiores teores de substâncias químicas nocivas aos aços. A continuidade do estudo propõe o desenvolvimento de produtos mais resistentes a essa corrosão, como placas de aço, que suportam altas temperaturas e possuem boa soldabilidade. “Para a Universidade Federal do Ceará isso é muito bom porque até pouco mais de 10 anos não desenvolvíamos pesquisas em petróleo e gás”, afirma o professor, que é diretor do Centro de Tecnologia da UFC.

2.4.8. PESQUISA SOBRE ASFALTO DE MAIOR DURABILIDADE

A pesquisa de Flávio Vasconcelos de Souza, 26 anos, mestre em Engenharia de Transporte, foi classificada em 2º lugar no Prêmio Petrobras de Tecnologia 2005. Os resultados práticos vão ajudar os pesquisadores a escolherem asfaltos mais duráveis e de melhor qualidade para pavimentar as ruas das cidades. Isso será possível a partir de um programa de computador sugerido pelo estudo.

O orientador de Flávio Souza, Prof. Jorge Barbosa, destaca a persistência do estudante na publicação de artigos. Aos 26 anos, Flávio tem mais de dez trabalhos científicos publicados. O mais recente foi veiculado na Revista *Transportation Research Record* do ano passado. Ele diz que recebeu a notícia da classificação no Prêmio com alegria. Esse reconhecimento resulta de pelo menos quatro anos de dedicação á pesquisa. Teve início no quarto ano do curso de Engenharia Civil, quando ele começou a pesquisar asfalto e mecânica dos materiais no laboratório de Mecânica de Pavimentos do Departamento de Engenharia de Transportes. Souza diz que “foi decisiva

a parceria da UFC como marco inicial de muitas pesquisas de porte na área do petróleo”.

“Programa Computacional como ferramenta de auxílio ao desenvolvimento de novos produtos asfáltico” é o título da pesquisa. Souza estudou a composição do asfalto, sua estrutura micro, para compreender a macro. “Como a metodologia é muito complexa a gente precisa colocar isso no computador para fazer os cálculos”, explica. Com essa simulação se consegue identificar pavimentos melhores com menores custos de manutenção. De acordo com ele, esse modelo pode ser aplicado a qualquer material que apresente microestrutura, como vidro, aço e concreto. “Espero que se possam produzir misturas mais duráveis e também produtos novos a partir desse estudo”, diz.

2.5. PESQUISA SOBRE PROCEDIMENTOS DE COLETA DE LIXO

O estudante Nidson de Alencar Bezerra, do Curso de Engenharia Elétrica, venceu o Concurso Público Nacional de Criação do carrinho Coletor de Material Reciclável, realizado pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea-Ce). O trabalho foi orientado pelo professor Alexandre Rocha Filgueiras, do Departamento de Engenharia Elétrica da UFC.

“A proposta do carrinho é dar ao catador de lixo mais conforto par ao trabalho”, revela o Prof. Jesualdo Pereira, diretor do centro de Tecnologia, co-patrocinador do prêmio. Com o crescimento da reciclagem de lixo na cidade, surgiu a necessidade de se ter um modelo mais adequado para transportar papelão, garrafas plásticas e outros objetos. “A idéia era desenhar um carro que representasse o menor peso possível para o catador e que fosse ergonômico, não causasse desconforto ao catador”, explica o professor.

2.6. PROJETO PARA AUMENTAR A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO SEGMENTO INDUSTRIAL

Estudar novos métodos de funcionamento dos equipamentos de forma que haja economia de energia. Esta é uma das propostas do Laboratório de Eficiência em Sistemas Motrizes (Lamotriz), inaugurado no final de março no Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Ceará, no campus do Pici, através de um convênio com a Eletrobrás/Procel. A parceria da UFC com instituições como a Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec) vai permitir o desenvolvimento de ações de eficiência energética no segmento industrial.

O laboratório simula o funcionamento dos equipamentos industriais através de réplicas, sendo seu acionamento totalmente automatizado. Inaugurando há pouco tempo, três mestrandos já desenvolveram pesquisas no Lamotriz e defenderão dissertações nos próximos meses. Uma das vantagens do Laboratório é o intercâmbio que proporcionará com pesquisadores de instituições de todo País, realizando aferições relativas aos sistemas motrizes.

Conforme o chefe do Departamento de Engenharia Elétrica da UFC, professor Ricardo Silva Thé, esses processos mais econômicos implicam novas rotinas de acionamento dos equipamentos industriais. “A indústria trabalha há anos do mesmo jeito, com o exaustor. A gente quer inovar, fazer com que ele opere com menos consumo de energia”, exemplifica o professor. A bomba de água utilizada na irrigação é

um dos objetos de estudo dos pesquisadores. A idéia é reduzir os custos com energia elétrica, que são altos na irrigação. Os resultados das pesquisas serão aplicados junto aos pequenos irrigantes e a comunidade com dificuldade de abastecimento de água, diz o Prof. Ricardo Thé.

O mestrando Celso Rogério Schmidlin Júnior, 26 anos, estuda bombas hidráulicas e acredita que através de um melhor controle de vazão consiga reduzir o consumo de energia. Seu trabalho está em fase de conclusão e ele agora simula os modelos matemáticos no computador. “O Lamotriz é uma vitrine para que o pessoal da indústria possa ver o que está acontecendo. Outros trabalhos vão surgir e para nós que somos estudantes isso é muito bom porque aqui há equipamentos de última geração utilizada na indústria”, afirma.

Inicialmente foram investidos recursos da ordem de R\$ 660 mil na aquisição de máquinas, computadores, mesas e cadeiras. O laboratório integra o Programa de Eficiência Energética Industrial. Como ele, existem cerca de 40 no país, a maioria instalada em universidades federais. Entre suas ações estão previstos cursos de capacitação e divulgação de medidas de eficiência energética em seminários e workshops.

2.7. INVESTIMENTOS NA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Descoberta de novos medicamentos aplicando os avanços da Nanotecnologia, estudo de fontes de energia que utilizam recursos da natureza (sol e ventos), monitoramento dos estuários do Ceará e pesquisa sobre a violência urbana. Nos últimos dois anos a Universidade Federal do Ceará registrou um salto na sua produção científica. A última avaliação da Capes evidenciou considerável melhoria em oito programas de Pós-Graduação, em diferentes áreas do conhecimento.

O Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Prof. Odorico de Moraes Filho, anuncia a intenção de, nos próximos dois anos, investir ainda mais na qualidade dos cursos, através da concessão de mais bolsas de iniciação científica, o que representa um aumento superior a 200% nos últimos dois anos.

Os principais financiadores da pesquisa são as agências de fomento do País. De acordo com Odorico de Moraes, nos últimos dois anos os pesquisadores têm se esforçado para conseguir recursos através de editais do Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) da fundação Cearense de Apoio ao desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), da Capes e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). “Nos últimos dois anos, UFC captou 24 milhões de reais das agências”, contabiliza o Pró-Reitor Odorico de Moraes Filho.

A credibilidade conquistada ao longo de 50 anos de pesquisa credencia a instituição a realizar testes como o de eficácia de medicamentos. A UFC já testou 98 medicamentos. Genéricos de um total de 320 existentes no mercado e administrados por via oral. Trata-se do estudo de bio-equivalência, que comprova a eficácia e a qualidade dos medicamentos.

Mas todas as investidas em nome da Ciência não teriam sentido se a Universidade não se preocupasse com o principal agente inspirador de seu trabalho: o homem. É assim que a UFC tem avançado nos estudos sobre violência e criminalidade.

Recentemente, foi instalado o Núcleo de pesquisas e Estudos Regionais (NUPER), com a proposta de integrar os grupos de pesquisa em Educação, Economia e Sociologia para estudar as relações entre cultura, política, desenvolvimento e cidadania, observando a contribuição que cada campo oferece para o entendimento dos problemas regionais. A idéia é utilizar o conhecimento para criar políticas públicas mais adequadas às demandas sociais.

2.8. CRIAÇÃO DO CENTRO DE PESQUISAS EM MEDICAMENTOS

As obras para a construção do Centro de Pesquisa Clínica e Desenvolvimento de medicamentos (CPDM) já foram iniciadas no campus do Porangabuçu da Universidade Federal do Ceará (UFC) e deverão ser concluídas em dois anos. Pioneiros no País, o Centro representará um avanço na pesquisa de novos medicamentos. Recebeu investimento inicial de quase R\$ 6 milhões, recursos oriundos dos Ministérios da Saúde e da Ciência e Tecnologia. Conterá com uma unidade de pesquisa clínica, outra de pesquisa pré-clínica e uma outra de clínica de medicamentos, além de biotério e canil. Terá ainda uma unidade de tecnologia farmacêutica (galênica) que produzirá em pequena escala para atender às pesquisas clínicas.

O novo espaço, com 10 mil metros quadrados, situado na rua Cel. Nunes Melo, abrigará 14 ambulatórios, salas para eletrocardiografia, espirometria, ergometria, endoscopia, ultra-sonografia, eletromiografia, consultório odontológico para pesquisa em saúde bucal, 64 leitos para pacientes voluntários de pesquisa, enfermaria de cuidados intensivos, sala para quimioterapia, postos de enfermagem, farmácia etc.

A infra-estrutura adequada é importante porque representará mais conforto ao paciente que está participando das pesquisas clínicas. Uma equipe multidisciplinar atuará no Centro e para isso os cursos de pós-graduação da UFC prepararão pessoal qualificado. A equipe multidisciplinar será formada por médicos, farmacêuticos, químicos, enfermeiros, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, físicos, biólogos e veterinários.

“A idéia é juntar as competências em uma única estrutura para poder dar suporte às indústrias farmacêuticas que queiram fazer um trabalho conosco”, adianta o Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFC, Odorico de Moraes. De acordo com ele, laboratórios nacionais e internacionais pagarão pelos serviços, em conformidade com a Lei de Inovação e a Lei da Parceria Público-Privado.

A pesquisa de novos medicamentos demanda tempo e investimentos. Desde a descoberta da molécula que será o princípio ativo do novo remédio, até o teste em cobaias e em humanos e a aprovação para consumo, são necessários pelo menos dez anos. Todas as fases de pesquisa, desde os ensaios pré-clínicos e clínicos, até a aprovação da droga, já são realizadas pela UFC, mas de forma isolada. Com a inauguração do Centro, essas etapas ficarão centralizadas num só espaço.

2.9. PARCERIA DA UFC COM A PETROBRAS

Há cinco anos, a cooperação tecnológica entre UFC e Petrobras era extremamente tímida. Hoje, é referência para o resto do País e envolve também o Centro de Pesquisa da Companhia – Cenpes. “Essa aproximação entre a UFC e a

refinaria (Lubnor) é quase uma invenção local de professores da Universidade e engenheiros da Petrobras. Não é um padrão que se repete em outras refinarias da Petrobras”, aponta João Augusto Araújo Paiva, engenheiro de processamento sênior da Lubnor – Unidade de Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste.

A parceria se intensificou por volta do ano 2000, com a criação do Fundo Setorial do petróleo e Gás (CTPetro), que investiu recursos em pesquisas. Além do fundo, a Petrobras faz investimentos diretos. “Os investimentos da Petrobras estão crescendo em relação aos do CTPetro”, compara João Augusto. Nos últimos cinco anos, a empresa investiu na universidade pelo menos R\$ 10 milhões, entre recursos vinculados e diretamente aplicados.

Em apenas uma pesquisa, envolvendo três programas de monitoramento ambiental sob a coordenação do instituto de Ciências do Mar (Labomar), a Petrobras está aplicando aproximadamente R\$ 3 milhões. A seguir são apresentados cinco projetos derivados da Parceria entre a UFC e a Petrobras.

a) Excelência em pavimentação: pela quantidade de recursos envolvidos e de estudos já realizados e em andamento, os projetos mais expressivos são nas áreas de asfalto e lubrificantes. “O Ceará hoje é conhecido como áreas de excelência em estudos em pavimentos asfálticos”, destaca João Augusto. E parte do mérito está na Universidade. O Laboratório de Mecânica dos Pavimentos, criado em 2001 no Departamento de Engenharia de Transportes, reúne pesquisadores e estudantes de oito departamentos e coordena a Rede Asfalto Norte-Nordeste, que agrega universidades de mais nove estudos.

O projeto carro-chefe do laboratório. “É o nosso grande orgulho”, comemora o coordenador, professor Jorge Soares. A rede é a mais bem avaliada entre as 13 atuantes no setor de petróleo e gás. Desde que foi montada, três projetos já foram concluídos e cinco estão em andamento, todos visando à melhoria da pavimentação asfáltica, um segmento com enorme potencial de crescimento, que movimenta, por ano, R\$ 2 bilhões no Brasil.

O êxito dos trabalhos pode ser avaliado em função de prêmios conquistados pela equipe. Em 2005, o então mestrando em Engenharia de Transportes Flávio Vasconcelos conquistou o Prêmio Petrobras de Tecnologia na categoria “produtos”, pelo desenvolvimento de um software para modelagem de dano em mistura asfáltica. O Prêmio CNT, da Confederação Nacional dos Transportes, principal premiação brasileira na área de infra-estrutura de transportes, foi conquistado duas vezes. Somem-se a essas conquistas vários prêmios de iniciação científica.

b) Biolubrificantes: é significativo também o conhecimento que vem sendo adquirido nas pesquisas em lubrificantes. Dois estudos já foram concluídos e quatro estão em andamento pelo Grupo de Pesquisas em separações por Adsorção (GPSA), no Laboratório de Combustíveis e Lubrificantes, criado em 2001 e ligado ao departamento de Engenharia Química. Os projetos apoiados pela Petrobras são formulados a partir de problemas na indústria e, geralmente, desenvolvidos junto a estudos de pós-graduação.

As pesquisas buscam obter novos óleos, agregar valor aos que já são produzidos pela Petrobras e reduzir a concentração de compostos prejudiciais à saúde, que podem causar danos também ao meio ambiente. Uma novidade é a produção de óleos que não agredem o meio ambiente: os biolubrificantes. Em apenas seis meses, já foram

desenvolvidos oito produtos inéditos no Laboratório de Bioinorgânica, do Departamento de Química, todos derivados do óleo da mamona. A expectativa é que dez novos tipos surjam nos próximos seis meses. “O céu é o limite”, comemora o coordenador do laboratório e Vice-Reitor da UFC, Ícaro Moreira. “São produtos únicos, feitos na UFC, pela primeira vez”, diz orgulhoso.

Os biolubrificantes se diferenciam dos lubrificantes utilizados hoje largamente porque não são derivados do petróleo, mas de óleos vegetais. “A Petrobras já tem a estratégia de começar a produção de lubrificantes que não sejam derivados do petróleo. O motivo principal é o prenúncio de uma legislação ambiental que virá no sentido de limitar ou proibir o uso de lubrificantes ou graxas que não degradem facilmente no ambiente”, observa Ícaro. Enquanto os lubrificantes derivados de petróleo degradam apenas 30%, num período de 28 dias, os biolubrificantes degradam, nesse mesmo tempo, cerca de 80%, sem que haja a necessidade de outros aditivos químicos para isso. Livres de componentes aromáticos, nocivos à saúde pelo seu potencial cancerígeno, os biolubrificantes também não poluem a água, o ar e a terra e têm, em geral, grande compatibilidade dermatológica, oferecendo melhores condições de higiene no ambiente de trabalho.

O preço, no entanto, é 1,5 a cinco vezes maior que os dos derivados de origem mineral. “Mas se levarmos em conta que as empresas que produzem e comercializam os lubrificantes derivados de petróleo estão suscetíveis a multas altíssimas num eventual acidente envolvendo esses produtos, sem contar o prejuízo ambiental para os governos e a sociedade, os biolubrificantes saem muito mais baratos”, compara Ícaro Moreira.

Como as pesquisas buscam a inovação tecnológica, atendendo a expectativa da Petrobras, que vislumbra a abertura de novos mercados através da descoberta de novos produtos, eles entrariam na linha de produção e seriam comercializados em escala industrial. “A base da planta-piloto de lubrificantes da Lubnor está na UFC”, define o Prof. Ícaro de Sousa Moreira.

c) Gás natural: as pesquisas em combustível desenvolvidas pela UFC com o financiamento da Petrobras envolvem estudos em armazenamento de gás natural como alternativa para melhorar seu transporte e o desenvolvimento de um software para contribuir na logística de sua distribuição, propondo rotinas de solução de problemas, atendendo o usuário e o setor que produz e comercializa o produto.

O primeiro projeto é desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Separação por Adsorção (GPSA), no Laboratório de Combustíveis e Lubrificantes do Departamento de Engenharia Química. O segundo projeto está sendo tocado pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Infra-estruturas de Transporte e Logística da Energia (Glen), ligado ao Departamento de Engenharia de Transportes. Entre os objetivos comuns, reduzir custo de transporte e oferecer a máxima acessibilidade ao gás natural pela população usuária.

O uso de gás natural está em grande expansão no Brasil, porém uma das dificuldades para uso mais disseminado é o transporte para regiões distantes onde não há gasoduto, cuja construção só se justifica economicamente se houver grande demanda. O desenvolvimento da tecnologia do gás natural adsorvido visa basicamente ao transporte econômico e seguro para essas regiões pelos meios tradicionais, com uso de caminhões.

O projeto que trata da logística de distribuição de gás natural envolvendo a montagem de um software foi considerado pela Finep um dos mais bem desenvolvidos no âmbito do Fundo Setorial do Petróleo e Gás (CTPetro), em 2004. Dentro de dois meses, a versão 1.0 do software deve estar pronta. A partir de então, o grupo vai buscar recursos para expandir o sistema com novas versões.

d) Pesquisas em Materiais: as pesquisas, desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa em Metalúrgica Física e Transformação de Materiais (Metran), resultado de convênio entre a UFC e a Petrobras, incluem também estudos em materiais para melhorar a qualidade de instalações e equipamentos, aumentar o tempo de conservação e aperfeiçoar a manutenção dos sistemas.

Entre as nove mais importantes pesquisas em andamento, resultados parciais obtidos já estão fazendo a diferença, orientando diversas unidades da Petrobras, especialmente na manutenção de instalações e equipamentos. As informações fornecidas pelos pesquisadores levam a empresa a buscar, por exemplo, novas alternativas de soldagem, de emprego de materiais para aumentar a vida útil de equipamentos e estruturas.

“O sistema portátil de avaliação da precipitação em aços inoxidáveis permitirá o acompanhamento do desempenho de diversos tipos de instalações e equipamentos no campo, de forma não destrutiva. Será possível identificar o momento exato em que o equipamento e/ou a instalação deverá sofrer uma operação de manutenção, antecipando-se a um possível acidente”, exemplifica o Prof. Jesualdo Pereira farias, diretor do Centro de Tecnologia e pesquisador do Laboratório de Engenharia de Soldagem.

e) Monitoramento ambiental: a exploração de petróleo pode resultar em danos ao meio ambiente, decorrentes dos trabalhos de sondagem e perfuração dos poços e, posteriormente, das atividades necessárias ao funcionamento das plataformas. O monitoramento ambiental das instalações e operações realizadas pela Petrobras em alto mar pretende fornecer elementos técnicos e científicos par ao acompanhamento de eventuais impactos previstos na legislação ambiental, além de subsidiar a comunidade científica e a sociedade em geral na tomada de decisões em relação á gestão ambiental. O acompanhamento é feito numa parceria entre o Instituto de Ciências do Mar (Labomar) e a Petrobras.

“A instalação e operação de uma unidade de produção de hidrocarbonetos (petróleo e gás) é uma atividade com potencial poluidor. Desta forma, faz-se necessário o acompanhamento de seus impactos potenciais na região oceânica, águas de produção, águas de resfriamento, águas de lavagem e chuva e de derrames acidentais de óleo”, explica o diretor do Labomar, Luis Parente Maia, responsável pela logística e administração das atividades desenvolvidas pelos projetos.

O projeto tem duração de seis anos e prevê três monitoramentos. A primeira pesquisa, que durou quatro anos, revelou bons resultados. Em geral, a qualidade da água, sedimentos e organismos não apresentam indicativos de contaminação. “Quando aos parâmetros analisados, não foi constatada poluição”, aponta a professora Helena Becker, do laboratório de Química Ambiental, do Departamento de Química Analítica, que coordenou análise físico-química da água tanto do projeto de monitoramento como do de caracterização ambiental da área de influência das atividades de exploração e produção de óleo e gás natural da Petrobras na Bacia do Ceará.

2.10. INVESTIGAÇÃO EM NANOCIÊNCIA

A UFC apressou o passo e, em pouco tempo, vem alcançando os primeiros colocados na corrida pelas descobertas em nanociência no Brasil. Desde o começo do ano, os pesquisadores da Pós-graduação do Departamento de Física já conseguem produzir nanotubos de carbono. O feito é importante porque confere autonomia para a intensificação dos estudos na área, iniciados ali em 2001. “Antes, nós comprávamos amostras de um grama por U\$\$ 500. Agora, sintetizamos a um custo reduzido”, diz o professor Antonio Gomes de Souza Filho, coordenador dessa pesquisa. A produção dá a UC o título de pioneira no Norte/Nordeste e a aproxima de grandes centros de conhecimento como a UFMG, UFRJ e Unicamp.

A nanotecnologia é uma das áreas de pesquisa mais promissoras do século XXI. Ela prevê a manipulação de materiais de tamanho nanométrico, ou seja, equivalentes a um bilionésimo de milímetro. Os nanotubos são cilindros obtidos a partir do enrolamento de uma folha de carbono da espessura de um simples átomo. Isso significa que cada estrutura dessas é cem mil vezes mais fina que um fio de cabelo e 50 vezes mais resistente que o aço.

O trabalho de modificação delas pode resultar em soluções para se contornar uma iminente crise energética ou mesmo simplificar objetos do cotidiano, permitindo a confecção de roupas mais leves á prova de balas e tornando as pinturas de carros á prova de riscos. Tais exemplos demonstram o potencial estratégico de aplicações da nanotecnologia e explicam o porquê de os EUA protegerem juridicamente a propriedade intelectual do setor. Recentemente a exportação de nanomateriais para países com os quais eles não têm acordos tecnológicos tornou-se ilegal.

Esse é, ainda hoje, o caso do Brasil. No entanto, as pesquisas da UFC parar. Segundo Antonio Gomes, ao invés de importar os nanotubos de outros países, lançou-se o desafio de produzi-los na própria universidade como parte da tese de doutoramento do estudante Gilberto Dantas Saraiva. O estudo contou com a ajuda dos também estudantes Eduardo Bedê Barros (doutorado) e Rafaela Oliveira (iniciação científica) e foi financiado, em parte, pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap), que custeou a montagem inicial do laboratório de síntese.

Dominada a produção, é chegada a hora de investir nas próximas etapas da pesquisa. Antônio Gomes explica que um nanotubo puro e isolado não tem reatividade. Os diversos usos já exemplificados só são possíveis a partir da manipulação dele com outras moléculas. Isso se dá através do processo de funcionalização dessas estruturas, um trabalho que Dantas já vem fazendo em parceria com a professora de Nágila Ricardo, do Departamento de Química.

O carbono, material do qual elas são constituídas, é um dos elementos químicos mais versáteis, pois tem a capacidade de se ligar com até quatro moléculas ao mesmo tempo, formando diferentes compostos. Na forma de nanotubo, ele pode assumir propriedades distintas ficando a cargo do pesquisador manipula-lo para escolher as características adequadas de cada estudo e aplicação.

Acontece que os nanotubos têm grande atratividade entre si e, no estado natural, tendem sempre a se agregar, apresentando-se, a olho nu, como um pó preto parecido com o grafite. Para conseguir isolar e manipular uma única unidade deles é preciso dispersá-los em compostos chamados surfactantes, capazes de quebrar essas “ligações”

e mantê-los “soltos” em solução aquosa. Nessa situação, os nanotubos emitem luz, tornando-se sensores óticos.

Alguns experimentos dos pesquisadores da UFC já prevêem a interação dessas estruturas com biosurfactantes, agentes poluentes e aminoácidos (moléculas que compõem a DNA). Uma das idéias em desenvolvimento – em parceria com os professores Thales Granjeiro e Vânia Melo do Departamento de Biologia – é habilitar nanotubos para interagirem com biomoléculas. Uma das aplicações possíveis seria a utilização dessas estruturas como marcadores capazes de identificar células doentes e proporcionar diagnósticos precisos.

Agora, com a disponibilidade de nanotubos, o grupo já pode tirar as idéias do papel e experimentá-las. “A nossa proposta é investir nesse conhecimento para gerar riqueza natural, ou seja, um conhecimento que se aplique no dia-a-dia”, diz o professor Josué Mendes Filhos, vice-coordenador de Pós-Graduação do departamento de Física.

As pesquisas estão asseguradas ao menos pelos próximos três anos através do financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (CNPq). Os recursos foram obtidos a partir do Programa Primeiro Projetos, que premia jovens pesquisadores para o desenvolvimento de experimentos.

Essa conquista demonstra o interesse do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) em investir no setor. Apesar de otimista, a iniciativa ainda é tímida. O órgão destinou R\$ 77 milhões para a execução de um Plano Plurianual 2004-2007 para a área. Enquanto isso, segundo Antonio Gomes, a previsão de investimentos de outros países deve saltar de U\$ 1 bilhão em 2005, para U\$\$ 3,4 b, em 2010.

O pioneirismo da UFC nessas pesquisas a credenciou a participar do Instituto do Milênio de Nanotecnologia, da Rede de pesquisas em Nanobioestrutura e da Rede Nacional de Pesquisa em Nanotubos em Carbono. Essa última foi criada ano passado como parte do Programa Nacional de Nanotecnologia, subordinado ao MCT. Ela reúne 41 pesquisadores de 14 instituições, que trocam informações sobre o andamento das pesquisas em cada um dos oito estados participantes.

2.11. PESQUISAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE *DESIGN* DE APARELHOS CELULARES

É provável que em menos de dois anos os celulares fabricados pela *LG Electronics* no Brasil estejam no mercado com um design diferente, ao gosto brasileiro. Hoje, os aparelhos, embora montados aqui, são comercializados numa “roupagem” coreana. E na mudança de formato dos telefones LG terá o dedo de estudantes da Universidade Federal do Ceará (UFC). Um convênio envolvendo investimentos de R\$ 3,1 milhões foi firmado no dia 20 de março deste ano, entre a LG, a UFC e a Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC), para o desenvolvimento de design de aparelhos celulares.

Juntando a criatividade exercitada nos curso de graduação da UFC, a supervisão de profissionais graduados, mestres e doutores e os investimentos da empresa financiadora, a expectativa é que, já em dezembro deste ano, estejam prontos os protótipos de celulares LG com a “cara” do brasileiro. Trata-se de um projeto multidisciplinar, integrando cerca de dez estudantes de Arquitetura e Urbanismo,

Computação, Comunicação Social, Engenharia Mecânica e estilismo e Moda, receberão bolsas de iniciação científica.

Antes de chegarem á lojas os celulares com design produzido dentro da Universidade, a LG vai contratar duas pesquisas de mercado. A primeira sondagem, que começou ainda em maio, em São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Recife, é para saber que modelos mais agradam ao consumidor nacional. A segunda pesquisa será feita já em cima da criação dos estudantes. Os dois designs de maior aceitação serão destinados á fabricação do molde dos celulares que ficarão á venda em todo o País.

O terreno está sendo preparado para o início dos trabalhos de criação propriamente ditos. Parte dos recursos aplicados diretamente pela LG dentro da UFC será usada na construção de um prédio com dois andares, numa área de cerca de 500 metros quadrados, no Centro de Tecnologia, no Campus do Pici, onde ficarão laboratórios e salas de seminário. No dia 27 de abril, o diretor da empresa no Brasil, cuja sede fica em São Paulo, Byung Há Kim, e o gerente de pesquisa e desenvolvimento do complexo industrial de Taubaté, onde são montados os celulares, Ciro Hernandez, estiveram em Fortaleza para conceber o local. O convênio para o desenvolvimento de *design* de celular é a primeira ação efetiva do Bureau de Projetos para a captação de recursos. O projeto prevê investimentos em capacitação de pessoal e aquisição de equipamentos, ressalta a Coordenadora do Projeto, a Profa. Rossana Andrade.

2.12. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Passeando pela Universidade Federal do Ceará, o observador com certeza há de notar a presença crescente de alunos estrangeiros nos espaços dos seus três *Campi*, seja nas salas de aula, nas cantinas ou simplesmente construindo o cotidiano universitário. Advindos de culturas certamente diferentes da brasileira, trazem novas idéias e experiências aos colegas e professores, enriquecendo o convívio dentro da Universidade. Esse rico intercâmbio está sendo possível graças às ações da Coordenadoria de Assuntos Internacionais (CAI), órgão da Universidade que tem como missão contribuir para a participação da UFC nos meios acadêmicos, científicos e culturais internacionais.

Essa missão tem intensificado suas ações nos últimos dois anos. De 2004 a 2005, por exemplo, só com o Programa de Estudante Convênio de Graduação (PEC-G), que visa trazer estudantes de países em desenvolvimento para graduação no Brasil, a CAI duplicou a quantidade de participantes na UFC. Atualmente, são cerca de 50 graduados de países como Paraguai, Peru, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé do Príncipe.

Através de outros programas e convênios, a CAI trouxe mais de 60 alunos de dez países. Ao mesmo tempo, promoveu eventos como o Dia da África (25 de maio), no qual foram realizados debates e palestras sobre assuntos do continente africano; o Dia de Cooperação Brasil-Alemanha, com o objetivo de intensificar a cooperação entre UFC, DAAD e CAPES; ou ainda a conferência proferida pelo francês, Prof. Pierre Rivas, dentro da programação dos Encontros Libertários Moreira Campos.

Para os alunos brasileiros, a Coordenadoria de Assuntos Internacionais intermédia processos de intercâmbio, procurando, entre as instituições estrangeiras conveniadas, aquela que possa aceitar o candidato. Aproximadamente 44 estudantes da

UFC já foram enviados ao exterior, na gestão do Reitor René Barreira, número que tende a crescer, pois, entre as iniciativas promovidas pela CAI, está a maior divulgação dos programas de intercâmbios nos Centros e Faculdades.

A Universidade Federal do Ceará sediará o Centro de Estudos Brasil-Cabo Verde, após assinatura do termo de cooperação técnica com a Fundação Alexandre de Gusmão, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores desse país africano. Um dos objetivos do Centro é incentivar a pesquisa, por parte de mestrandos e doutorandos, sobre temas relacionados ao Cabo Verde. O Governo Federal está criando cinco centros dessa natureza no País. Desde o ano passado que a Universidade cearense vem estreitando laços com instituições caboverdianas. A UFC está também colaborando com a implantação da primeira universidade pública naquele país africano.

2.13. CONVÊNIO COM INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

A Universidade Federal do Ceará (UFC) e o Instituto Politécnico de Bragança (IPB), de Portugal, assinaram convênio com o objetivo de desenvolver intercâmbio técnico-científico e cultural. As áreas contempladas são: Educação, Cultura, Comunicação Social, Ciência e Tecnologia, Juventude e Desporto. O Presidente do Instituto, João Sobrinho Teixeira, e o presidente do Conselho Diretor da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, vinculado ao Instituto José Adriano Pires, visitaram as instalações do Departamento de Computação da UFC, no Campus do Pici, após a assinatura do convênio, dia 17 de março.

O acordo de cooperação nas áreas de ensino, pesquisa e difusão de tecnologias prevê o intercâmbio de professores e alunos de graduação e pós-graduação, realização de ações conjuntas de ensino e pesquisa, troca de material acadêmico, organização de seminários, conferências e encontros. Uma primeira ação é a vinda de três estudantes portugueses para realizar estudos na área de Gestão de Resíduos.

Um termo aditivo ao convênio geral visa criar intercâmbio na área do Mestrado em Tecnologias e Sistemas de Informação (METSI), vinculado ao Centro de Ciências da UFC, com a proposta de financiamento no âmbito do Erasmus Mundus, programa de cooperação e mobilidade da União Européia que concede bolsas de estudos a estudantes da União Européia e de outros países.

2.14. INTERCÂMBIO COM CABO-VERDE

Termo de cooperação técnica foi assinado entre o Reitor da UFC, René Barreira, e a Fundação Alexandre de Gusmão, dia 13 de março, visando à criação do Centro de Estudos Brasil-Cabo Verde. A solenidade contou com a presença da Ministra Maria Stela Pompeu Brasil Frota e do Ministro Carlos Henrique Cardem, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil; do Embaixador da Cultura de Cabo Verde, Mário Lúcio; e do assessor para Assuntos Internacionais do Governo do Estado do Ceará, José Nelson Bessa Maia.

As relações da UFC com aquele país africano vêm se estreitando nos últimos anos. Em 2004, a Universidade Federal do Ceará, juntamente com a Universidade de Brasília (UnB), participou da comissão criada para a implantação da primeira universidade pública de Cabo Verde. Atualmente, professores do Centro de Ciências

Agrárias da UFC ministram cursos de horticultura e ovino-caprinocultura para agricultores caboverdianos. O intercâmbio com a UFC prevê ainda ações de inclusão social e segurança alimentar. O próximo país africano que poderá ser beneficiado com essa iniciativa é Guiné-Bissau.

Conforme a Coordenadora de Assuntos Internacionais da UFC, Maria Elias Soares, o Sistema de Bibliotecas da UFC contará com o acervo sobre Cabo Verde, composto por livros doados pela Fundação Alexandre Gusmão, e obras que serão publicadas através do convênio que acaba de ser assinado. A intenção é estimular a publicação de pesquisas em qualquer área do conhecimento sobre Cabo Verde. A UFC pretende ainda motivar a ida de professores para aquele país em temporada de estudos. Ao mesmo tempo, continua recebendo estudantes caboverdianos. Este semestre virão seis acadêmicos cursar residência médica na Universidade Federal do Ceará.

Atualmente a UFC mantém mais de 130 alunos estrangeiros cursando graduação em seu campus. Destes, a maioria é composta de africanos. Uma das bolsas que os ajuda nos custos é concedida pelo Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisais), que este ano contemplará 21 alunos que freqüentam a UFC, oriundos da Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe.

Na última semana de maio a Universidade pretende realizar a Semana da África, divulgando a cultura, as artes e as letras africanas entre os cearenses. Será mais uma oportunidade para se estreitar as relações com aquele continente.

2.15. PARCERIA COM MOÇAMBIQUE EM PROGRAMA DE PREVENÇÃO À AIDS

A infância vivida na pequena cidade de Umari, localidade situada no interior do Ceará tem inspirado a enfermeira e professora-doutora da Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem Escolástica Rejane Ferreira Moura, ao longo de sua vida, a prestar apoio às comunidades carentes. Ela faz assessoria técnica ao Ministério da Saúde de Moçambique desde 2003 e vem ajudando a melhorar as condições de prevenção e controle de infecções em hospitais.

Escolástica treina profissionais de saúde daquele país sul-americano como parte das ações do Programa de Apoio à Prevenção do HIV/SIDA, realizado pelo governo de Moçambique, em parceria com instituições como o Programa Internacional de Educação em Saúde Reprodutiva (JHPIEGO) e o Centro Internacional de Controle e Prevenção de Doença (CDC).

A pesquisadora conta que começou a ter contato com a escassez de recursos no município de Umari, onde nasceu de parto normal – O 11º de sua mãe, que deu a luz a 12 filhos. Junto com uma infância limitada materialmente, florescia a capacidade de transformar a realidade a partir de soluções baratas, criativas e inteligentes. Foi assim que atuou como técnica no Programa de saúde Reprodutiva, desenvolvido pela Secretaria de Saúde do e Estado e tendo como um dos parceiros o JHPIEGO. Ajudou a criar a metodologia de melhoria da qualidade de atenção primária à saúde, hoje uma realidade em 64 municípios cearenses.

“A metodologia foi criada e testada primeiro no Ceará e na Bahia”, informa. Os municípios pilotos foram Acarape, Barreira e Redenção. Escolástica repassa essa

metodologia na sala de aula para seus alunos, que atuarão no Programa Saúde da Família (PSF).

“Eu nunca imaginei que pudesse ir para Moçambique”, revela Escolástica, que foi convidada pelo JHPIEGO para atuar na prevenção de infecções hospitalares naquele país. O Governo de Moçambique está empenhado nessa causa. O país contabiliza 10 províncias, cujos profissionais estão envolvidos no treinamento para controle da infecção hospitalar. O principal risco para eles é a contaminação por HIV e Hepatite B, pois a prevalência do HIV é de cerca de 20%, segundo a professora. Os resultados parciais do trabalho refletem uma melhoria acentuada nos padrões de qualidade das condições de Prevenção e Controle de Infecções (PCI).

Em Moçambique a professora ensinou a segregar o lixo hospitalar infeccioso do comum. Quinze por cento do lixo hospitalar é infeccioso e deve ser incinerado e enterrado em covas. Antes do treinamento, todo o lixo era acondicionado junto, sem nenhum critério. Hoje os hospitais usam lixeiros com cores distintas para diferenciar o material infeccioso. A pessoa encarregada de conduzir o lixo transporta o lixeiro usando máscaras, luvas e sapatos adequados. Cada hospital de província construiu uma incineradora a fim de queimar o lixo, obedecendo aos princípios da biossegurança.

2.16. CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS REGIONAIS (NUPER)

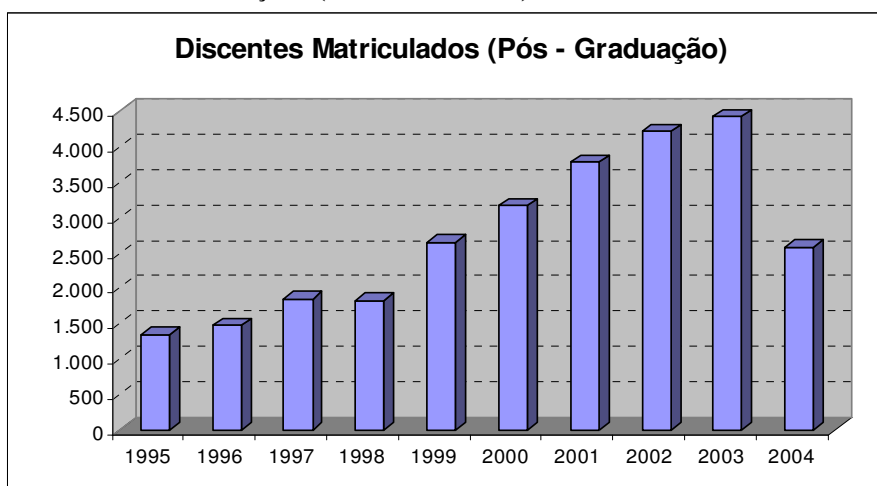
A Universidade Federal do Ceará inaugurou, a 10 de junho, o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais (NUPER). Vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, o Núcleo vai permitir a integração dos grupos de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação em Educação, Economia e Sociologia. A sede foi instalada em um bloco ao lado da Faculdade de Educação (Faced), no Benfica. O NUPER contará com quase 100 pesquisadores doutores, que realizarão projetos de pesquisas de forma interdisciplinar para órgãos públicos e instituições não governamentais. Está aberto a pesquisadores de outras áreas da UFC e de outras universidades.

A criação do NUPER é resultado de um convênio com a Financiadora de estudos e projetos FINEP, ligada ao Ministério da Ciência e tecnologia. O convênio trata do fortalecimento da competência científica e tecnológica da UFC em desenvolvimento regional, semi-árido e biomedicina. Com os resultados aportados, foi possível construir a sede e mobiliá-la.

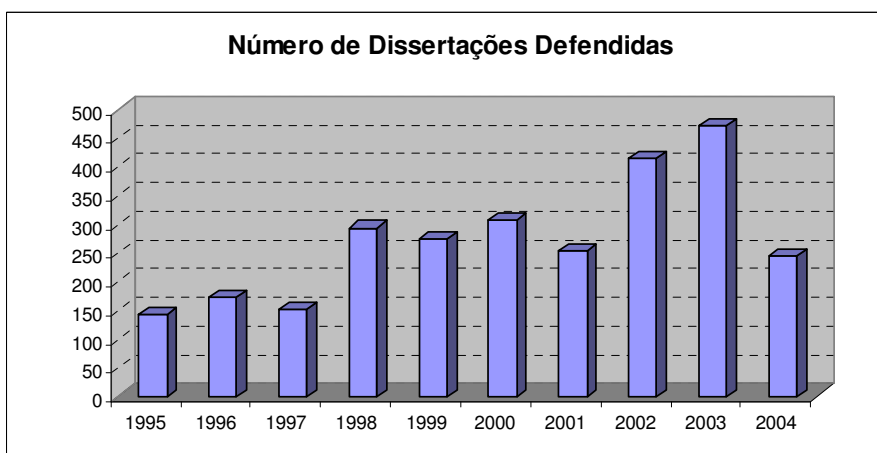
Estão entre os objetivos do Núcleo: compreender as inter-relações entre cultura, política, desenvolvimento e cidadania, observando a contribuição que cada campo oferece para o atendimento dos problemas da sociedade contemporânea, em especial do Nordeste; consolidar a formação de recursos humanos e estudar os fenômenos socioculturais e econômicos condicionantes da emancipação efetiva da cidadania.

INFORMAÇÕES ORIUNDAS DO SISTEMA *ON-LINE* DE DADOS E INDICADORES INSTITUCIONAIS

3.1. SÉRIES NUMÉRICAS RELACIONADAS ÀS ATIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA NO ÂMBITO DA PÓS-GRADUAÇÃO (*STRICTO SENSU*)

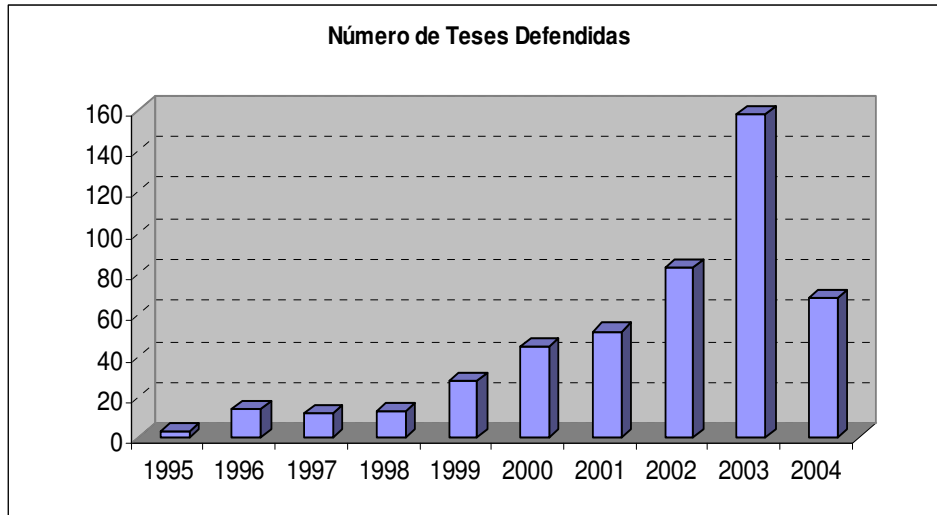


De acordo com o gráfico, constata-se que houve significativo aumento do número de discentes matriculados em cursos de Pós-Graduação (*stricto sensu*). Entre os anos 1995 e 2002 esse aumento foi da ordem de 213%, significando, dessa maneira, acréscimo de 2.868 novos alunos matriculados. Não obstante, observa-se redução da ordem de 30% entre 2003 e 2004, por conta de ação da pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação que resolveu criar critérios rígidos de formalização de matrículas de discentes especiais.

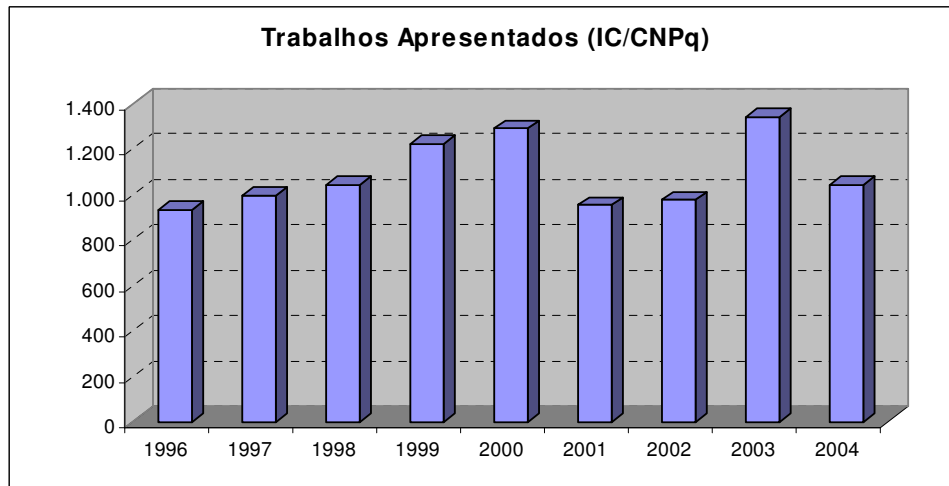


Observando os dados do gráfico, percebemos que houve um significativo aumento no número de defesas públicas de Dissertações de Mestrado, entre os anos

1995 a 2002, da ordem de 191%. Pode-se inferir que esse acréscimo deve-se ao expressivo número de docentes doutores, verificado nos últimos anos, no âmbito da UFC. Não obstante, houve redução no número de dissertações defendidas em 2004, que somou aproximadamente 240.



Segundo os dados do gráfico acima, houve significativo aumento no número de defesas públicas de Teses de Doutorado, entre os anos 1995 a 2002, da ordem de 2.700%. Igualmente como no caso das defesas de Dissertações de Mestrado, também aqui se pode inferir que o acréscimo verificado deve-se ao expressivo número de docentes doutores, observado nos últimos anos, na UFC. No entanto, também aqui se observa redução no número de teses defendidas, que alcançou a marca de aproximadamente 60 em 2004.



Constata-se, a partir dos dados, que houve significativo crescimento no número de trabalhos apresentados nos encontros de Iniciação Científica da UFC, entre os anos 1996 e 2000: da ordem de 38,3%. Em 2001 o mencionado evento acadêmico não se realizou devido ao movimento nacional grevista. Fruto desse indesejado fato observou-se diminuição de 32,3% na quantidade de trabalhos apresentados entre 2000 e 2002. Em 2003 extrapolou-se a marca de 1.300 trabalhos apresentados, havendo redução para

1.000 trabalhos apresentados em 2004. Espera-se que ocorra significativo incremento na quantidade de trabalhos a serem apresentados no próximo evento.

3.2. AVALIAÇÃO DA CAPES PARA OS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO (*STRICTO SENSU*)

A última avaliação trienal dos Cursos de Pós-Graduação (*stricto sensu*) da UFC (2001-2003), executada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), resultou nos conceitos apresentados a seguir.

Mestrados/Doutorados da UFC reconhecidos pela CAPES (2001/2003)				
PROGRAMA	ÁREA (ÁREA DE AVALIAÇÃO)	CONCEITO		
		M	D	F
ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	ADMINISTRAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO / TURISMO)	-	-	3
AGRONOMIA (FITOTECNIA)	FITOTECNIA (CIÊNCIAS AGRÁRIAS)	4	4	-
AGRONOMIA (IRRIGAÇÃO E DRENAGEM)	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM (CIÊNCIAS AGRÁRIAS)	3	-	-
AGRONOMIA (SOLOS E NUTRIÇÃO DE PLANTAS)	CIÊNCIA DO SOLO (CIÊNCIAS AGRÁRIAS)	3	-	-
AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	MULTIDISCIPLINAR (MULTIDISCIPLINAR)	-	-	3
BIOQUÍMICA	BIOQUÍMICA (CIÊNCIAS BIOLÓGICAS II)	4	4	-
CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO)	4	4	-
CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS	FARMÁCIA (FARMÁCIA)	3	-	-
CIÊNCIAS MARINHAS TROPICAIS	OCEANOGRAFIA BIOLÓGICA (CIÊNCIAS BIOLÓGICAS I)	4	-	-
CIÊNCIAS MÉDICAS	MEDICINA (MEDICINA I)	-	5	-
CIRURGIA	CIRURGIA (MEDICINA III)	5	5	-
CONTROLADORIA	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (ADMINISTRAÇÃO / TURISMO)	-	-	3
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE	MULTIDISCIPLINAR (MULTIDISCIPLINAR)	3	-	-
DIREITO (DIREITO E DESENVOLVIMENTO)	DIREITO PÚBLICO (DIREITO)	4	-	-
ECONOMIA	ECONOMIA (ECONOMIA)	5	5	-
ECONOMIA	ECONOMIA (ECONOMIA)	-	-	5
ECONOMIA RURAL	ECONOMIA AGRÁRIA (ECONOMIA)	3	-	-
EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO (EDUCAÇÃO)	4	4	-
ENFERMAGEM	ENFERMAGEM (ENFERMAGEM)	4	4	-
ENGENHARIA CIVIL (RECURSOS HÍDRICOS)	ENGENHARIA CIVIL (ENGENHARIAS I)	4	4	-
ENGENHARIA DE PESCA	RECURSOS PESQUEIROS E ENGENHARIA DE PESCA (ZOOTECNIA / RECURSOS PESQUEIROS)	4	-	-
ENGENHARIA DE TELEINFORMÁTICA	ENGENHARIA ELÉTRICA (ENGENHARIAS IV)	4	4	-
ENGENHARIA DE TRANSPORTES	ENGENHARIA DE TRANSPORTES (ENGENHARIAS I)	4	-	-

ENGENHARIA E CIÊNCIA DE MATERIAIS	ENGENHARIA DE MATERIAIS E METALÚRGICA (ENGENHARIAS II)	4	-	-
ENGENHARIA ELÉTRICA	ENGENHARIA ELÉTRICA (ENGENHARIAS IV)	4	-	-
ENGENHARIA QUÍMICA	PROCESSOS INDUSTRIAIS DE ENGENHARIA QUÍMICA (ENGENHARIAS II)	3	-	-
FARMACOLOGIA	FARMACOLOGIA (CIÊNCIAS BIOLÓGICAS II)	6	6	-
FARMACOLOGIA	FARMACOLOGIA (CIÊNCIAS BIOLÓGICAS II)	-	-	5
FILOSOFIA	FILOSOFIA (FILOSOFIA / TEOLOGIA: SUBCOMISSÃO FILOSOFIA)	3	-	-
FÍSICA	FÍSICA DA MATÉRIA CONDENSADA (ASTRONOMIA / FÍSICA)	6	6	-
GEOGRAFIA	GEOGRAFIA (GEOGRAFIA)	3	-	-
GEOLOGIA	GEOCIÊNCIAS (GEOCIÊNCIAS)	3	-	-
HISTÓRIA	HISTÓRIA (HISTÓRIA)	3	-	-
LETRAS	LETRAS (LETRAS / LINGÜÍSTICA)	3	-	-
LINGÜÍSTICA	LINGÜÍSTICA (LETRAS / LINGÜÍSTICA)	5	5	-
LOGÍSTICA E PESQ. OPERACIONAL	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (ENGENHARIAS III)	3	-	-
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA (MATEMÁTICA / PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA)	5	5	-
MICROBIOLOGIA MÉDICA	MICROBIOLOGIA (CIÊNCIAS BIOLÓGICAS III)	3	-	-
ODONTOLOGIA	ODONTOLOGIA (ODONTOLOGIA)	4	-	-
PATOLOGIA	ANATOMIA PATOLÓGICA E PATOLOGIA CLÍNICA (MEDICINA II)	4	-	-
PSICOLOGIA	PSICOLOGIA (PSICOLOGIA)	3	-	-
QUÍMICA INORGÂNICA	QUÍMICA INORGÂNICA (QUÍMICA)	5	5	-
QUÍMICA ORGÂNICA	QUÍMICA ORGÂNICA (QUÍMICA)	4	4	-
SAÚDE PÚBLICA	SAÚDE COLETIVA (SAÚDE COLETIVA)	3	-	-
SOCIOLOGIA	SOCIOLOGIA (SOCIOLOGIA)	5	5	-
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA FORMAÇÃO EM EAD	MULTIDISCIPLINAR (MULTIDISCIPLINAR)	-	-	3
TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	TECNOLOGIA DE ALIMENTOS (CIÊNCIA DE ALIMENTOS)	4	-	-
TOCO-GINECOLOGIA	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA (MEDICINA III)	3	-	-
ZOOTECNIA	ZOOTECNIA (ZOOTECNIA / RECURSOS PESQUEIROS)	4	-	-

Legenda: M - Mestrado Acadêmico; D – Doutorado; F - Mestrado Profissional.

De acordo com os dados constantes do quadro acima, 20,5% dos Mestrados possuem conceitos 5 ou 6. Entre os cursos de doutorado esse valor ascende a 50%.

3.3. DADOS BÁSICOS DE PRODUÇÃO INTELECTUAL

Abaixo seguem dados atestando o crescimento no que tange aos grupos de pesquisa (mais de 10%), verificado entre 2003 e 2005.

Produção Científica e Cultural	2003	2004	2005
Grupos de Pesquisa	233	246	258
Produção Intelectual			
- Livros/Capítulos Publicados	310	232	219
- Artigos Publicados em Periódicos	1.625	1.230	943
Comunicações em Congressos			
- Nacionais	1.864	1.769	1.347
- Internacionais	264	369	248

Quanto aos livros/capítulos publicados, bem como às comunicações em congressos e reuniões científicas, há clara tendência à diminuição. Abaixo seguem dados relativos à produção intelectual em 2005 no âmbito das nove unidades acadêmicas da UFC.

Produção Científica e Cultural por Centro	Livros / Capítulos Publicados	Artigos Publicados em Periódicos	Comunicações em Congressos Nacionais	Comunicações em Congressos Internacionais
Centro de Ciências	44	430	259	32
Centro de Ciências Agrárias	31	111	294	38
Centro de Humanidades	48	33	158	35
Centro de Tecnologia	12	55	175	62
Faculdade de Direito	37	93	96	15
Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem	5	52	137	16
Faculdade de Medicina	8	84	133	35
Faculdade de Economia, Administração, Atuárias e Contabilidade	6	78	81	14
Faculdade de Educação	28	7	14	1
Totais	219	943	1.347	248

Conforme se pode constatar, o Centro de Humanidades é a unidade acadêmica com maior quantidade de publicação de livros e/ou capítulos de livros (n = 48 ou 22%). No que tange ao número de artigos publicados em periódicos, o Centro de Ciências é o que detém a maior quantidade (n = 430 ou 46%). O Centro de Ciências Agrárias é a unidade acadêmica com maior quantidade de comunicações em congressos nacionais (n = 294 ou 22%), enquanto o Centro de Tecnologia destaca-se como aquele com maior número de comunicações em congressos internacionais (n = 62 ou 25%).

DIMENSÃO 2.3.

POLÍTICA INSTITUCIONAL PARA A EXTENSÃO

2.3.1. OBJETIVOS

Detectar a concepção de extensão universitária e de intervenção social, bem como a articulação de ambas com as atividades de ensino e da pesquisa; identificar o grau de participação dos estudantes nas ações de extensão e de intervenção social; valorar o impacto da extensão na formação dos discentes partícipes dessas atividades; apresentar dados e indicadores quantitativos das atividades e dos projetos de extensão.

2.3.2. AUDIÊNCIAS UTILIZADAS

Pró-Reitor de Extensão; Coordenadores de Projetos de Extensão; Partícipes dos Projetos de Extensão.

2.3.3. UNIVERSO

Coordenadores dos Projetos de Extensão: N = 50.

2.3.3.1. AMOSTRA

Coordenadores dos Projetos de Extensão: n = 1 ou 2% do total.

2.3.4. INSTRUMENTO

O questionário utilizado com os coordenadores dos Projetos de Extensão foi composto por duas partes: a primeira destinada à identificação dos respondentes e a segunda composta por 16 questões versando sobre aspectos associados à responsabilidade social da UFC.

2.3.5. PROCEDIMENTO PARA OBTENÇÃO DOS DADOS

Através da ação do representante da Pró-Reitoria de Extensão, que foi responsável pela aplicação do questionário junto aos Coordenadores dos Projetos. Ademais, foram utilizadas informações extraídas dos formulários *on line* e de fontes secundárias, tais como, a *Revista Universidade Pública*, o *UFC FAX* e o *Jornal da UFC*, ou ainda dados extraídos do “Sistema *On-line* de Dados e Indicadores da Qualidade Institucional da UFC” (CAIA/PRPL) e do “Sistema do Censo da Educação Superior” (SIEDSUP - MEC/INEP).

2.3.6. TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES

As informações obtidas junto às audiências foram tratadas qualitativamente, através do emprego da análise de conteúdo, conforme propõe Bardin (1977)⁷. A referida técnica de tratamento de dados *consiste em identificar as categorias de respostas mais relevantes, presentes nas informações brindadas pelas audiências utilizadas na sua obtenção.*

Após essa fase, foram *calculadas as frequências de aparição dessas categorias qualitativas, em termos absolutos e relativos.* Posteriormente, tais cálculos foram

⁷ BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

organizados em quadros e, visando melhor compreensão pela comunidade que fará uso dos mesmos, os dados foram representados graficamente, conforme se pode constatar na seção seguinte, na qual se discutem os principais resultados.

2.3.7. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS

Os resultados a seguir apresentados e comentados referem-se aos aspectos empregados na avaliação da dimensão 2.3, rotulada de *Extensão Universitária na UFC*.

INFORMAÇÕES ORIUNDAS DE PESQUISA DE CAMPO

Com as respostas do único questionário preenchido e devolvido à CPA Central pela Coordenadora, Profa. Fátima Maria Soares (Depto. Geografia), efetivamos as respectivas análises qualitativas abaixo apresentadas.

De acordo com a respondente, a *extensão universitária* consiste na ação que proporcione compreender e identificar problemas sociais e/ou sócio-ambientais, *in situ*, cuja ação da comunidade deve contribuir para a busca de soluções factíveis. Segue asseverando que em alguns casos há, efetivamente, articulação entre as atividades de extensão, de ensino e de pesquisa científica. Porém, não observa tal padrão em muitos outros projetos de extensão. Destaca que é dever do aluno interagir com os problemas existentes nas comunidades, o que o faria ser útil e exercer sua cidadania. Aponta a divulgação em sala de aula como sendo a principal estratégia de engajamento dos alunos da graduação nesse tipo de atividade. Não obstante, informações acerca da repercussão desse engajamento na formação do aluno de graduação não são solicitadas pela Pró-Reitoria de Graduação. Assevera que, apesar da relevância social e pedagógica das atividades de extensão, a coordenadora destaca a ausência de linhas de financiamento para os mesmos, no âmbito da UFC.

No que tange a articulação entre as atividades de extensão e as necessidades e as demandas do entorno, assevera a docente, que somente o há naqueles casos em que o projeto é encomendado pela própria comunidade. A repercussão mais visível das atividades de extensão, no âmbito da comunidade atendida, dá-se com a criação de maior interação entre a equipe responsável pelo projeto e os membros da comunidade atendida.

Finalmente, destaca que as atividades de extensão influenciam os coordenadores, pois os proporcionam a re-elaboração de conhecimentos e o aumento dos horizontes de atuação acadêmica.

INFORMAÇÕES ORIUNDAS DOS FORMULÁRIOS *ON LINE*

Com base nas respostas fornecidas pelos 324 docentes efetivos (23,65% do total), quatro docentes substitutos ou visitantes e 311 servidores técnico-administrativos (9,03% do total) ao preencherem os formulários *on line* que lhes foram disponibilizados, apresentaremos, a seguir, dados acerca do grau de qualidade das atividades artísticas e culturais da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Qualidade das atividades artísticas e culturais da UFC.					
Grau de qualidade		Estatísticas	Categoria Funcional		
			Docente efetivo	Docente substituto/visitante	Técnico-administrativo
Baixo	N	16			25
	%	4,9			8,0
Médio	N	118		2	153
	%	36,4		50,0	49,2
Acentuado	N	88		1	83
	%	27,2		25,0	26,7
Não sabe	N	102		1	50
	%	31,5		25,0	16,1
Total	N	324		4	311
	%	100,0		100,0	100,0

Conforme se pode constatar, a maior parte dos docentes efetivos (36,4% ou 118) e a metade dos substitutos/visitantes crêem ser média a qualidade das atividades artísticas e culturais da UFC. Cabe destacar, no entanto, que, dentre os docentes efetivos, há quem creia que tal qualidade é baixa (4,9% ou 16) ou acentuada (27,2% ou 88). Parcela significativa dos docentes efetivos não soube expressar sua valoração sobre o tema ou não quis opinar (31,5% ou 102 docentes efetivos).

No que tange aos servidores técnico-administrativos, a maior parte (49,2% ou 153) corroborou com a opinião dos docentes efetivos, para quem o grau de qualidade das atividades artísticas e culturais da UFC é médio. Embora haja quem acredite que o referido grau de contribuição seja baixo (8% ou 25) ou médio (26,7% ou 83). Houve 16,1% ou 50 servidores técnico-administrativos que não souberam expressar sua valoração sobre o tema ou que não quiseram opinar.

Abaixo se encontra quadro com a opinião dos respondentes acerca da qualidade das atividades de extensão em saúde pública.

Qualidade das atividades de extensão em saúde pública.						
Grau de qualidade		Estatísticas	Categoria Funcional			
			Docente	Docente substituto/visitante	Técnico-administrativo	
	Baixo	N	7		40	
		%	2,2		12,9	
	Médio	N	72		1	89
		%	22,2		25,0	28,6
	Acentuado	N	108		2	132
		%	33,3		50,0	42,4
	Não sabe	N	137		1	50
		%	42,3		25,0	16,1
	Total	N	324		4	311
		%	100,0		100,0	100,0

Conforme se pode observar, a maior parte dos docentes efetivos (42,3% ou 137) não soube expressar sua valoração sobre o tema ou não quis opinar. Porém, há quem creia que a qualidade das atividades de extensão em saúde pública é baixa (2,2% ou sete), média (22,2% ou 72) ou acentuada (33,3% ou 108 docentes efetivos e a metade dos docentes substitutos/visitantes).

Dentre os servidores técnico-administrativos, a maior parte (42,4% ou 132) acredita que seja elevada a qualidade das atividades de extensão em saúde pública. Apesar disso, há quem acredite que referido grau de qualidade seja baixo (12,9% ou 40) ou médio (28,6% ou 89). Houve 16,1% ou 50 servidores técnico-administrativos que não souberam expressar sua valoração sobre o tema ou que não quiseram opinar.

INFORMAÇÕES ORIUNDAS DE ANÁLISE DOCUMENTAL

PROJETOS E ATIVIDADES DE EXTENSÃO

A extensão universitária é o lado mais visível da Universidade. Movimentos sociais, empresas, organizações governamentais se entrelaçam com os inúmeros projetos desenvolvidos na UFC. Nestes dois últimos anos, consolidou-se uma aproximação mais efetivo com a sociedade, sem descuidar da associação entre ensino, pesquisa e extensão.

Só no ano passado, foram cadastrados 329 projetos e programas de extensão, com a participação de 146 mil pessoas. Em 2005, o número é ainda mais alentador, como informa o Pró-Reitor Prof. Luiz Antonio Maciel de Paula. Os 390 programas e projetos atuais atendem a aproximadamente 380 mil pessoas, resultado dos 226 convênios existentes atualmente com as mais diversas instituições, tais como: Federação de bairros e favelas, com o INCRA, com o Ministério Público Estadual, com a Aprece, com prefeituras e governos, entre outros.

A criação do Instituto de Cultura e Arte (ICA) em 2003 proporcionou o redesenho da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), uma vez que a área cultural passou para a competência do ICA. O primeiro momento, como explica Luiz Antônio, “foi de criar um canal próprio de integração com os movimentos sociais, os organismos responsáveis pelas ações ambientais, empresas e o próprio Governo. Novas coordenadorias foram implantadas: Ação Social e Comunitária, de Desenvolvimento Regional, de Integração Universidade - Movimentos Sociais e de Integração Universitária - Setor Produtivo. Com ações importantes, como os projetos de agricultura familiar e de reforma agrária, deu-se maior visibilidade e potencializou-se o que a UFC já fazia”.

ATIVIDADES DE ESTUDOS ECOLÓGICOS

Estudos como o desenvolvimento pelo Instituto de Ciências do Mar (Labomar), que está concluindo o zoneamento ecológico do litoral do Estado, em parceria com a Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace), tem um alcance ambiental que só será calculado pelas novas gerações. Trata-se do mais completo mapeamento de estuários do País.

Conforme o pesquisador Luis Parente, Diretor do Labomar, a partir dos resultados, a Semace vem adotando medidas restritivas à instalação de novos empreendimentos que venham a poluir o meio ambiente. O órgão exige que se adote um sistema de tratamento de efluentes. Também se estabeleceu o Código de Conduta da Carcinicultura, uma espécie de cartilha a ser adotada pelos produtores de camarão do Estado.

O estudo identificou os estuários mais comprometidos: Rio Malcozinho (Cascavel), Rio Pirangi (Fortim) e Rio Cocó (Fortaleza e Região Metropolitana). “No caso do Cocó, os maiores contaminadores são os despejos residenciais”, revela o Prof. Luis Parente, afirmado que 70 edifícios residenciais lançam esgoto, clandestinamente, ao

longo do rio. Daí a importância de a pesquisa ambiental da população. Em junho deste ano, as duas entidades que realizam o projeto de zoneamento repovoaram o Cocó, com larvas de caranguejo. O projeto Labomar dá continuamente ao projeto, acompanhando, a cada semana, o desenvolvimento dos novos crustáceos.

POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A EXTENSÃO

O segundo momento foi de luta pela captação de recursos. Como não havia verba específica para fomento à extensão nas Instituições Federais do Ensino Superior (IFES), o Fórum de Pró-Reitores de Extensão sensibilizou o Ministério da Educação para a aceitação de projetos específicos na área, a partir de 2003. Já o primeiro edital, naquele ano, a UFC participou do programa de apoio à extensão universitária voltado para as políticas públicas. Foram quatro projetos aprovados em 2003 e mais quatro em 2004, no valor de R\$266.900,00. Destaque também para os fundos setoriais do ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) que, pela primeira vez, destinou recursos para a extensão universitária. A UFC foi beneficiada através do Fundo Setorial do Agronegócio, no valor de 120 mil reais. Este ano, foram dois editais do CTHidro e quatro do CTAgro. Há R\$22 milhões em recursos públicos para financiar programas de extensão voltados para o desenvolvimento regional. A UFC concorre com programas dos centros de Ciências Agrárias, Tecnologia, e Ciências.

Ações de extensão da Maternidade-Escola Assis Chateaubriand e do Hospital Universitário Walter Cantídio foram cadastradas. Parceiros, como a Prefeitura, possibilitaram a ampliação do Projeto de Fitoterapia do Cedefam, com a inauguração do Laboratório de Controle de Qualidade de Medicamentos, além da definição de políticas voltadas para a mulher e para a saúde da família. A interiorização ganhou impulso com o programa de alfabetização solidária, 25 municípios, e a inclusão de novos municípios no Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – Crutac (hoje são 15) e a criação de sub-coordenações em Sobral e Barbalha.

BUSCA POR FINANCIAMENTO DOS PROJETOS DE EXTENSÃO

A Universidade Federal do Ceará está entre as instituições contempladas pelo Programa de Apoio à Extensão Universitária (Proext), do MEC, para 2005/2006. No total, serão liberados R\$ 90 mil para o programa “Protagonismo Juvenil e Desenvolvimento Local Sustentável” e o projeto “Kara a Kara”. Em todo o País, foram selecionados 178 projetos e programas, contemplando 111 universidades federais e 67 estaduais. No Ceará, além da UFC, também foi beneficiada a URCA.

Para o Pró-Reitor de Extensão da UFC, Prof. Luiz Antônio Maciel de Paula, o Proext foi uma vitória do Fórum de Pró-Reitores dessa área. Não havia uma fonte fixa de recursos para as políticas públicas de extensão no País. “Quanto à UFC, particularmente tem sido muito positivo. Há três anos concorremos aos editais e somos classificados. Nossos professores já desenvolviam projetos na área, com dificuldades, mas agora, com o Proext, eles ganham fomento em suas pesquisas”, destacou Luiz Antônio.

AÇÕES CONJUNTAS COM O SETOR EMPRESARIAL

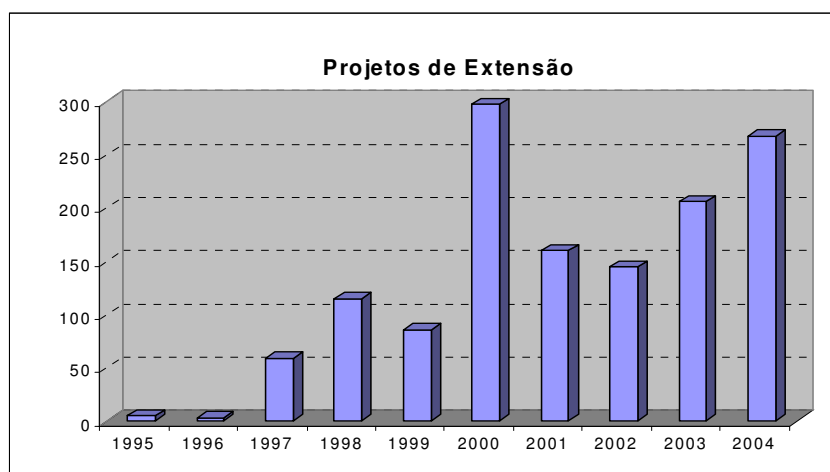
Em 2005 a UFC contou com 1.473 alunos de graduação realizando estágios nas empresas locais, através de 882 convênios assinados com a Universidade. O percentual

de satisfação desses alunos com o estágio curricular não obrigatório é de 80% o que representa quatro pontos acima da média nacional (76%). A pesquisa foi realizada pelo Centro de Integração Empresa-Escola, em todo o País, e seus resultados aparecem na última edição da revista “Agitação”.

PREVENÇÃO DA OBESIDADE EM CRIANÇAS

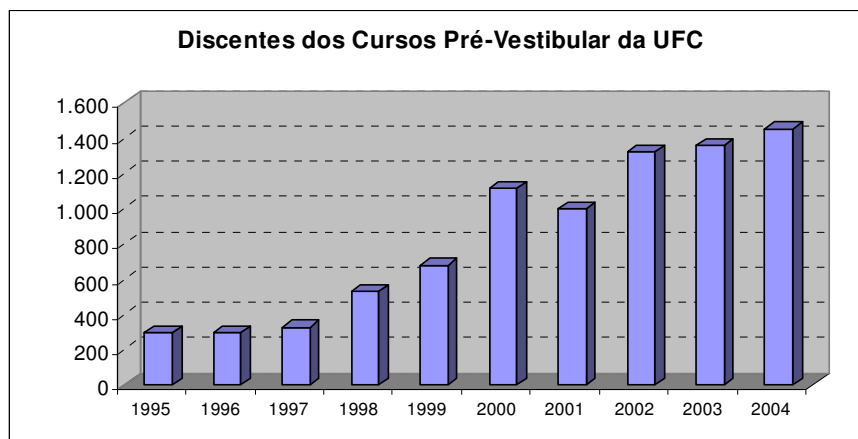
O Projeto Atividade física na Infância: um início para a vida saudável, desenvolvido pelo curso de Educação Física da Faculdade de Educação (FACED) atende a cerca de 50 crianças de 6 a 10 anos. Visa educá-las na prática da atividade física, criar hábitos alimentares saudáveis, prevenir problemas com a obesidade e, assim, melhorar a qualidade de vida dessa população infantil.

INFORMAÇÕES ORIUNDAS DO SISTEMA *ON-LINE* DE DADOS E INDICADORES INSTITUCIONAIS DA UFC



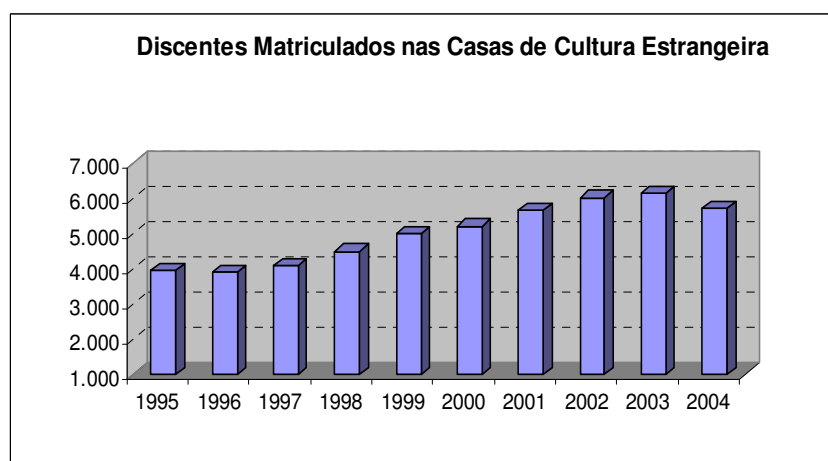
Constata-se, a partir dos dados, significativo aumento no número de projetos de extensão no período 1995 a 2000, passando-se de 5 a 298, o que implica no astronômico incremento 5.960%. Não obstante, entre 2000 e 2002 houve tendência à diminuição, pois se passou de 298 para 145 projetos de extensão, significando redução de 51%. Nos anos de 2003 e 2004 observou-se significativo incremento na quantidade de projetos de extensão, quando se passou de quase 140 (em 2002) para quase 260 (em 2004), o que supõe aumento superior a 85%. Tratando-se de importantes atividades para as camadas sociais menos favorecidas, caberá à UFC oferecer maior quantidade das mesmas, num curto ou médio espaço de tempo.

O gráfico a seguir apresentado contém o número de discentes atendidos por projetos de reconhecido sucesso institucional: *os cursinhos pré-vestibulares da UFC*, cujos usuários são egressos do ensino médio, oriundos de escolas públicas do município de Fortaleza e adjacências.



Os Projetos de Extensão denominados "Cursinhos Pré-Vestibulares da UFC" sofreram importante incremento no número de discentes do ensino médio atendidos, oriundos de escolas públicas. De 1995 a 2004 constatou-se um aumento de 600%, significando 1.156 novos discentes matriculados, o que demonstra a relevância dessa atividade de extensão para os discentes do ensino médio, sobretudo, para aqueles com menores chances de ingressar nos cursos de graduação da UFC, como é o caso concreto dos egressos do ensino médio advindos das escolas públicas da grande Fortaleza.

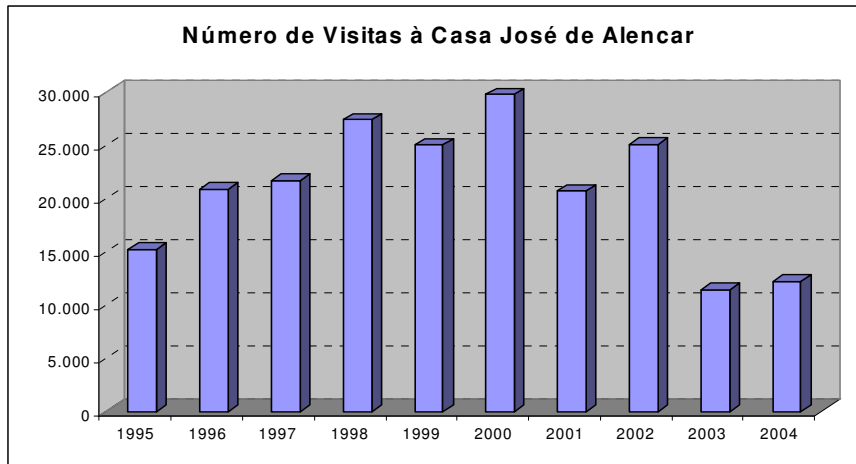
Outro relevante indicador institucional que busca incrementar a inclusão social e, portanto, aumentar a responsabilidade social da UFC está cristalizado no número de discentes matriculados nos cursos oferecidos pelas Casas de Língua e Cultura Estrangeira, conforme demonstram os dados a seguir apresentados.



Segundo demonstram os dados do gráfico, há forte tendência de aumento do número de estudantes matriculados nos diversos cursos promovidos pelas Casas de Língua e Cultura Estrangeiras. Entre 1995 e 2003 houve um incremento da ordem de 55,2% o que significa 2.180 novas matrículas efetivadas. Esse dado ressalta a importância dessa atividade de Extensão Universitária, sobretudo para o segmento formado pelos alunos do ensino médio. Não obstante, houve pequeno decréscimo em 2004, da ordem de 5%.

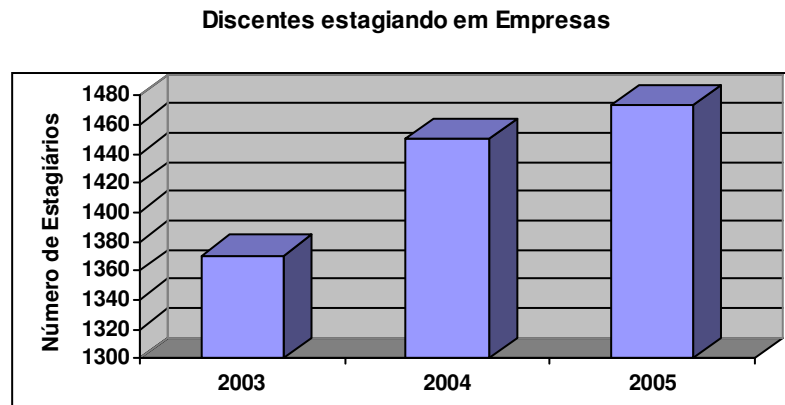
As atividades culturais revestem-se em importantes ações promotoras do

exercício da cidadania e, portanto, da inclusão social. O gráfico a seguir apresenta o número de visitas efetivadas à Casa de José de Alencar, importante espaço cultural de Fortaleza.



Constata-se, a partir dos dados do gráfico, que entre os anos 1995 e 1998 houve acréscimo de 80% no número de visitas realizadas à Casa José de Alencar. Não obstante, entre 1998 e 2004 observa-se tendência à redução, da ordem de, aproximadamente, 50%. Apesar disso, em 2000 foi observado o maior número de visitas efetivadas a esse espaço da cultura e da história cearenses: 29.961 pessoas.

A experiência fornecida aos futuros profissionais, através dos estágios em empresas da região, é outro bom indicador da responsabilidade social da UFC, visto que essa interação entre discente e mercado laboral promove a inclusão social. Abaixo são apresentados dados relativos ao número de estagiários em empresas, nos anos 2003 e 2004.



Constata-se, a partir dos dados, que houve significativo crescimento no número de discentes de graduação estagiando em empresas do Estado do Ceará, entre 2003 e 2005. Tal incremento foi superior a 15% no referido período, quando se passou de aproximadamente 1.370 estagiários para 1.473, em 2005. Esse último número é bastante significativo, visto que corresponde a, aproximadamente, 5% do total de alunos

de graduação da UFC, matriculados atualmente em pelo menos uma disciplina.

Convém ressaltar, ademais, que além das atividades culturais e de formação laboral, a UFC implementa relevantes ações na área da saúde pública através do Complexo Hospitalar da UFC, formado pelo Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC) e pela Maternidade Escola Assis Chateaubriand (MEAC). Conforme atestam os dados a seguir apresentados, tais ações possibilitam acesso e uso por parte de vários segmentos sociais.

Por fim, no tocante à participação estudantil no *XIV Encontro de Extensão da UFC*, houve 374 trabalhos inscritos, em 2005, o que representa um crescimento de quase 30% em relação ao encontro de 2004. No mencionado evento foram inscritos 33 trabalhos vinculados a projetos cadastrados no âmbito da Coordenadoria de Desenvolvimento Regional; 226 da Coordenadoria de Ação Social e Comunitária; 9 da Coordenadoria de Integração Universidade–Setor Produtivo; e 106 trabalhos vinculados a projetos cadastrados no âmbito da Coordenadoria de Integração Universidade–Movimentos Sociais.

O Encontro ocorreu nos dias 6 e 7 de fevereiro de 2005, em conjunto com o XIV Encontro de Iniciação à Docência, o II Encontro de Cultura e Arte e a II Mostra de Integração Universidade–Sociedade.



Relatório Final

Dimensão Três: Responsabilidade Social da UFC

DIMENSÃO TRÊS:

RESPONSABILIDADE SOCIAL DA UFC

3.1. OBJETIVOS

Verificar a contribuição regional da UFC no que tange à inclusão social; ao desenvolvimento econômico e social; à defesa do meio ambiente; ao incentivo da memória cultural e da produção artística; à defesa do patrimônio histórico e cultural.

3.2. AUDIÊNCIAS UTILIZADAS

Pró-Reitora de Graduação, Pró-Reitor de Assuntos Estudantis, Diretores de Centros e Faculdades e Chefes de Departamentos.

3.2.1. UNIVERSO

Diretores de Centros e Faculdades: N = 9.

Chefes de Departamentos: N = 58.

3.2.1.1. TAXA DE RETORNO

Diretores de Centros e Faculdades: N = 7 ou 78% do total.

Chefes de Departamentos: N = 34 ou 59% do total.

3.2.2. INSTRUMENTO

Questionário composto por duas partes: a primeira destinada à identificação dos respondentes e a segunda composta por 10 questões abordando aspectos associados à responsabilidade social da UFC.

3.2.3. PROCEDIMENTO PARA OBTENÇÃO DOS DADOS

Através da ação das CPAs Setoriais, que foram responsáveis pela aplicação do questionário junto às audiências referidas acima. Ademais, foram utilizadas informações extraídas de fontes secundárias, tais como, a *Revista Universidade Pública*, o *UFC Fax* e o *Jornal da UFC*, ou ainda dados extraídos do “Sistema *On-line* de Dados e Indicadores da Qualidade Institucional da UFC” (CAIA/PRPL) e do “Sistema do Censo da Educação Superior” (SIEDSUP - MEC/INEP).

3.3. TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES

As informações obtidas junto às audiências foram tratadas qualitativamente, através do emprego da análise de conteúdo, conforme propõe Bardin (1977)⁸. A referida técnica de tratamento de dados *consiste em identificar as categorias de respostas mais relevantes, presentes nas informações brindadas pelas audiências utilizadas na sua obtenção.*

Após essa fase, foram *calculadas as frequências de aparição dessas categorias qualitativas, em termos absolutos e relativos.* Posteriormente, tais cálculos foram organizados em quadros e, visando melhor compreensão pela comunidade que fará uso

⁸ BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

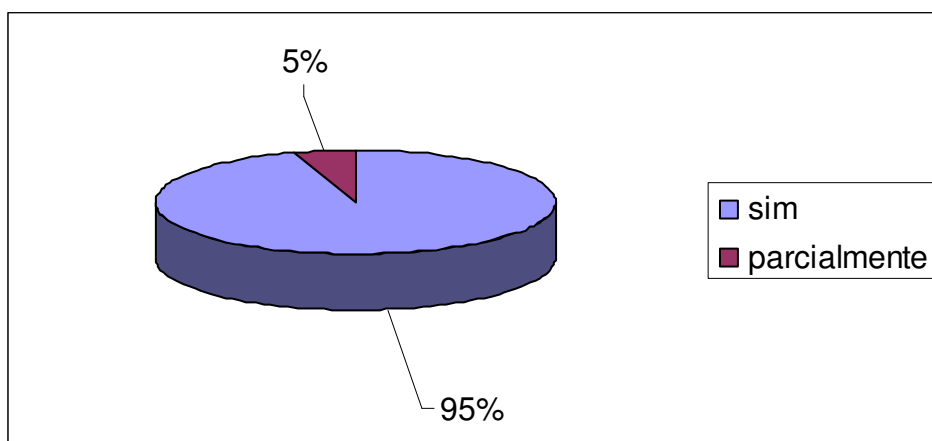
dos mesmos, os dados foram representados graficamente, conforme se pode constatar na seção seguinte, na qual se discutem os principais resultados.

3.4. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS

Os resultados a seguir apresentados e comentados referem-se às dimensões utilizadas na avaliação da dimensão três, rotulada *Responsabilidade social da UFC*.

DADOS RESULTANTES DE PESQUISA DE CAMPO

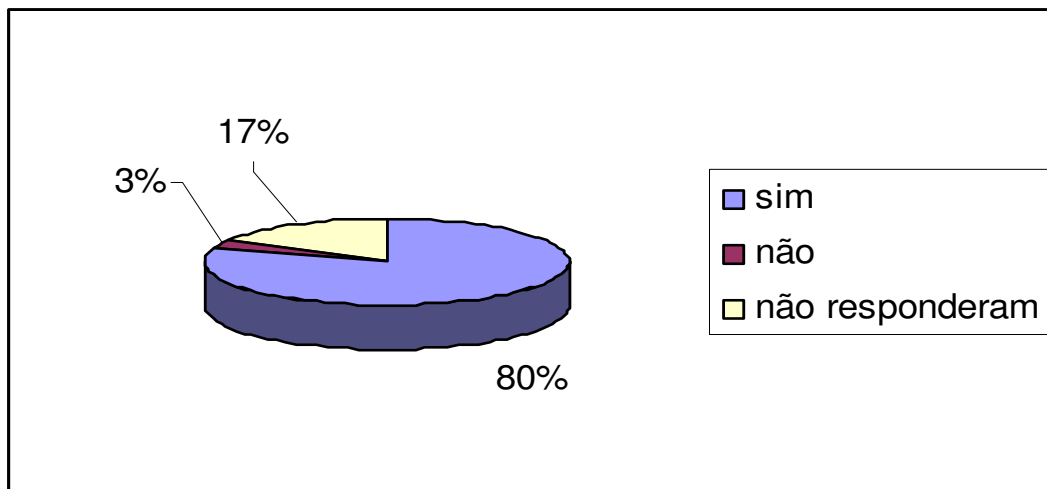
CONTRIBUIÇÃO DA UFC COM A GERAÇÃO DE CONHECIMENTOS E COM O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, TÉCNICO E CULTURAL DA REGIÃO E DO PAÍS.



MODOS EMPREGADOS PELA UFC PARA A GERAÇÃO DE CONHECIMENTOS E PARA POTENCIAR O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, TÉCNICO E CULTURAL DA REGIÃO E DO PAÍS.

Categorias de respostas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Atividades de ensino e formação.	29	22,3%
Atividades de investigação científica.	28	21,6%
Atividades artísticas e culturais.	21	16,1%
Projetos e atividades de extensão.	21	16,2%
Atividades de inovação tecnológica.	15	11,5%
Publicações (periódicos, livros e anais de congressos).	14	10,8 %
Programas da rádio universitária.	02	1,5%
TOTAL	130	100%

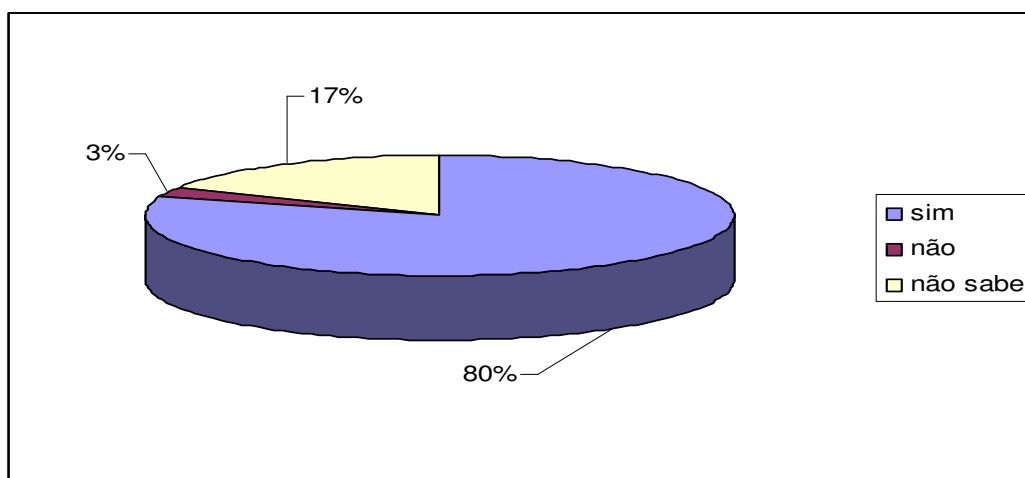
POSSIBILIDADES DE AVALIAÇÃO DOS MODOS COMO AS ATIVIDADES DE VINCULAÇÃO DA UFC COM O MEIO SOCIAL FAVORECEM O DESENVOLVIMENTO DAS FINALIDADES INSTITUCIONAIS.



MANEIRAS DE AVALIAREM-SE OS MODOS COMO AS ATIVIDADES DE VINCULAÇÃO DA UFC COM O MEIO SOCIAL FAVORECEM O DESENVOLVIMENTO DAS FINALIDADES INSTITUCIONAIS.

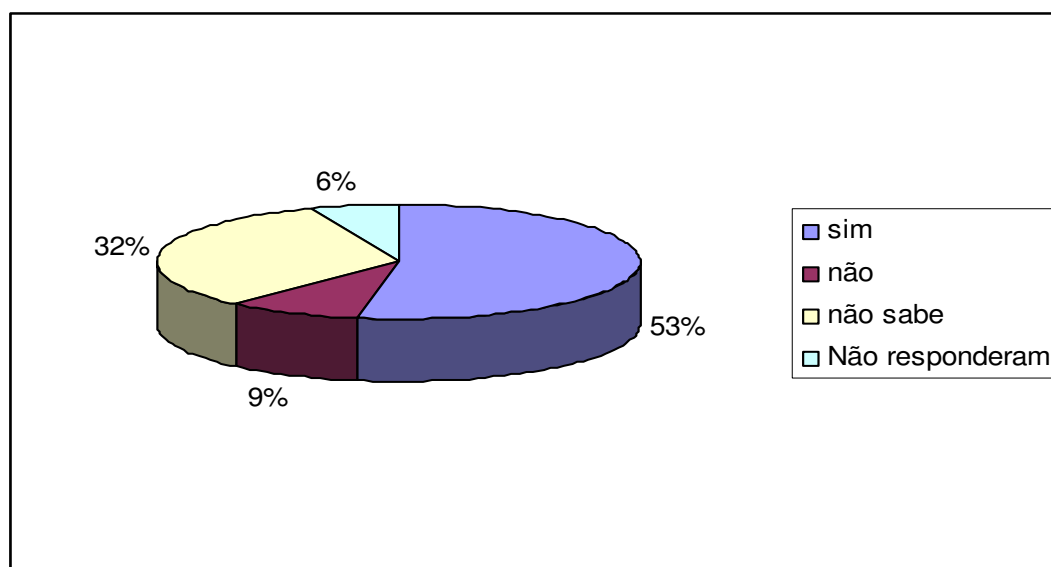
Categorias de respostas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Através das atividades de pesquisa.	14	29%
Através dos projetos e atividades de extensão.	13	28%
Verificando o grau de envolvimento da IES com a comunidade externa.	09	18%
Através da análise da formação profissional.	09	18%
Através dos dados estatísticos e relatórios da IES.	03	07%
TOTAL	48	100%

EXISTÊNCIA DE AÇÕES INSTITUCIONAIS VISANDO PROMOVER A DEMOCRACIA E A CIDADANIA.



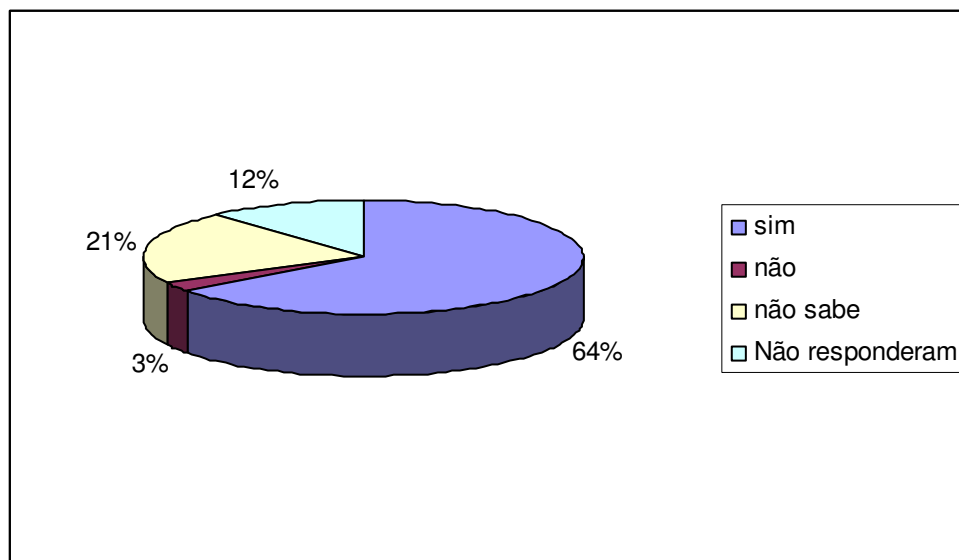
TIPOLOGIA DAS AÇÕES INSTITUCIONAIS VISANDO PROMOVER A DEMOCRACIA E A CIDADANIA.

Categorias de respostas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Atividades projetos de extensão.	19	45,0%
Projetos/ações culturais.	4	10,0%
Escolha de dirigentes.	3	7,5%
Projetos de geração de renda e inserção laboral.	4	10,0%
Interação/troca de conhecimento em sala de aula.	4	10,0%
Formação profissional/qualificação.	2	5,0%
Políticas para atendimento de minorias.	2	5,0%
Transparência administrativa; abertura ao diálogo.	3	7,5%
TOTAL	41	100%

EXISTÊNCIA DE AÇÕES INSTITUCIONAIS DE INCENTIVO À CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS.**TIPOLOGIA DAS AÇÕES INSTITUCIONAIS DE INCENTIVO À CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS.**

Categorias de respostas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Participação da IES ou de seus pesquisadores em Editais Nacionais (pesquisa e/ou extensão).	10	33,3%
Ações das Fundações locais (FCPC e CETREDE).	08	26,7%
Criação do <i>Bureau</i> de Projetos.	03	10,0%
Desenvolvimentos de patentes.	03	10,0%
Convênios da IES com órgãos financiadores.	03	10,0%
Assessoria/consultoria de professores.	02	6,7%
Incubadora de novas empresas.	01	3,3%
TOTAL	30	100%

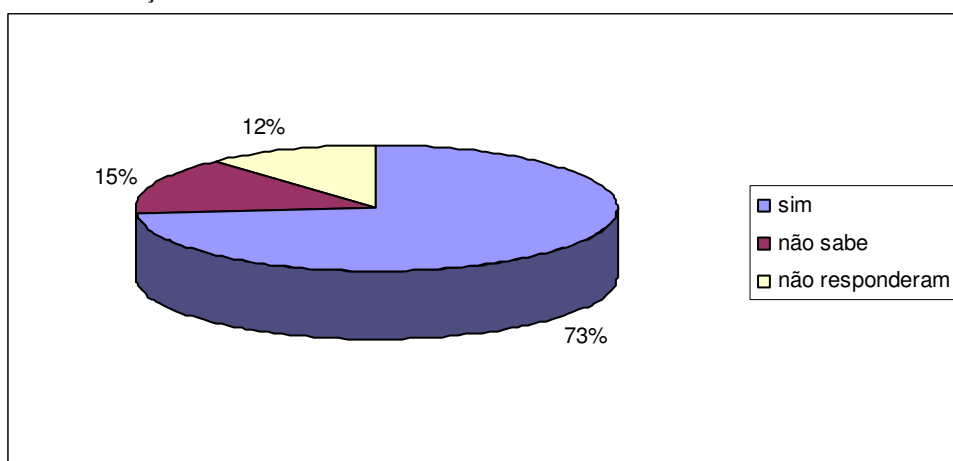
EXISTÊNCIA DE AÇÕES INSTITUCIONAIS PARA INCENTIVAR A CRIAÇÃO DE INCUBADORAS DE EMPRESAS E DE EMPRESAS JUNIORES.



TIPOLOGIA DAS AÇÕES INSTITUCIONAIS PARA INCENTIVAR A CRIAÇÃO DE INCUBADORAS DE EMPRESAS E DE EMPRESAS JUNIORES.

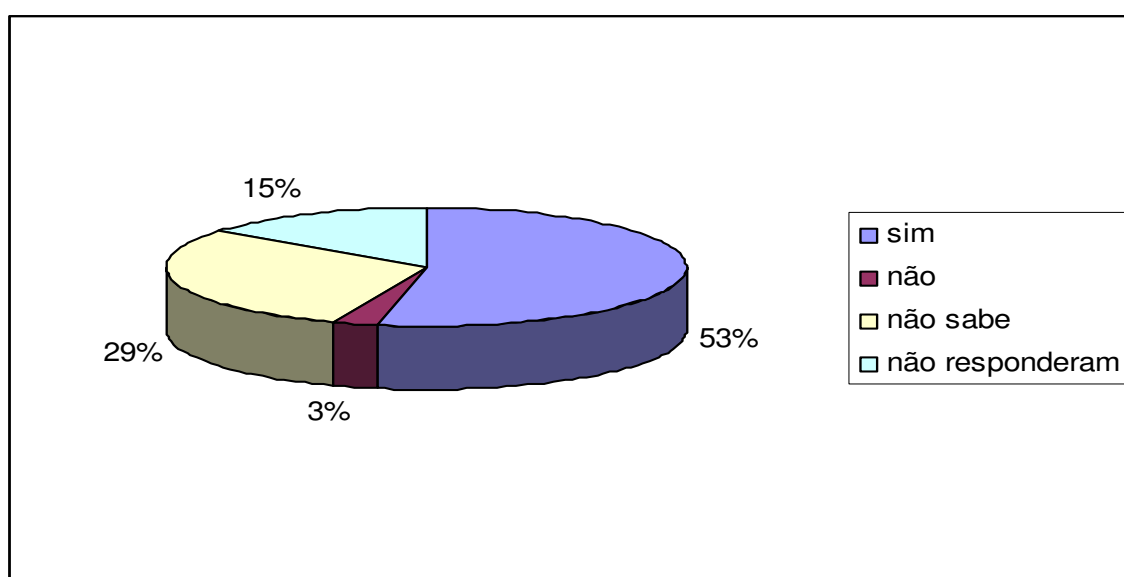
Categorias de respostas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Ações e Projetos do PADETEC.	16	57%
Incubadora de Cooperativas.	8	28%
Parcerias com a Secretaria da Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará.	2	7%
Ações e Projetos do NUTRA, NUCON, NUCEPEC.	1	4%
Atividades do <i>Bureau</i> de Projetos.	1	4%
TOTAL	28	100%

EXISTÊNCIA DE AÇÕES INSTITUCIONAIS PARA ESTABELEECER PARCERIAS COM O SETOR EMPRESARIAL.



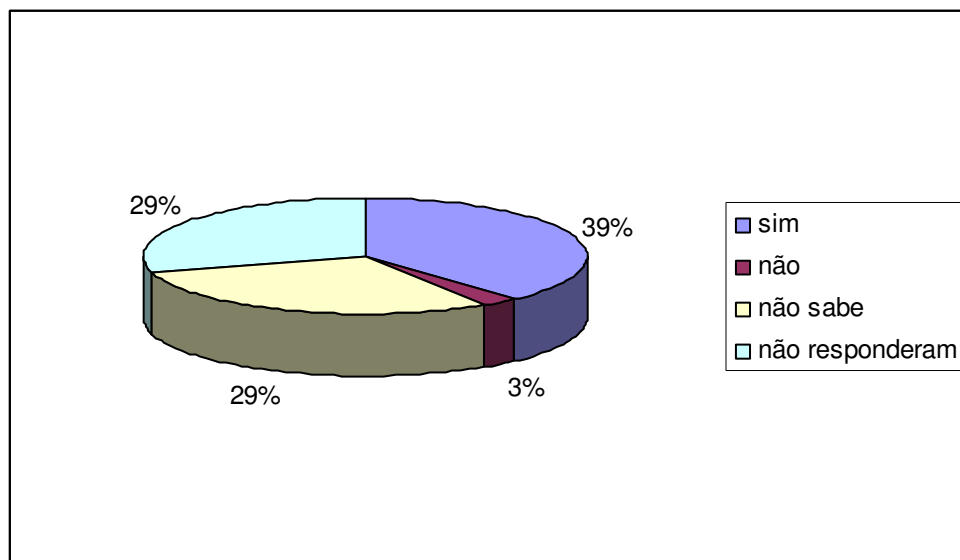
TIPOLOGIA DAS AÇÕES INSTITUCIONAIS PARA ESTABELECEM PARCERIAS COM O SETOR EMPRESARIAL.

Categorias de respostas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Ações e Projetos do PADETEC.	7	23%
Parcerias da UFC com outras fundações e órgãos (BNB, FIEC, IEL) visando Consultorias Especializadas.	7	23%
Parcerias da UFC com outras fundações e órgãos (BNB, FIEC, IEL) visando a formação de RH.	7	23%
Consultorias de professores pesquisadores.	6	19%
Ações e Projetos das Empresas Juniores.	4	12%
TOTAL	31	100%

EXISTÊNCIA DE AÇÕES INSTITUCIONAIS DE PARCERIA COM ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS TRABALHADORES, ASSOCIAÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS.**TIPOLOGIA DAS AÇÕES INSTITUCIONAIS DE PARCERIA COM ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS TRABALHADORES, ASSOCIAÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS.**

Categorias de respostas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Parcerias com o MST.	6	25%
Ações de parceria com órgãos de classe (ANDES, ADUFC, SINTUFCE e Sindicato dos Bancários).	5	21%
Ações do ICA.	5	21%
Ações da Uni-Trabalho.	3	13%
Ações da Imprensa Universitária.	2	8%
Ações de parceria com órgãos profissionais (CRP, ABRAPSO, ABPOT).	2	8%
Intercâmbio com Partidos políticos.	1	4%
TOTAL	24	100%

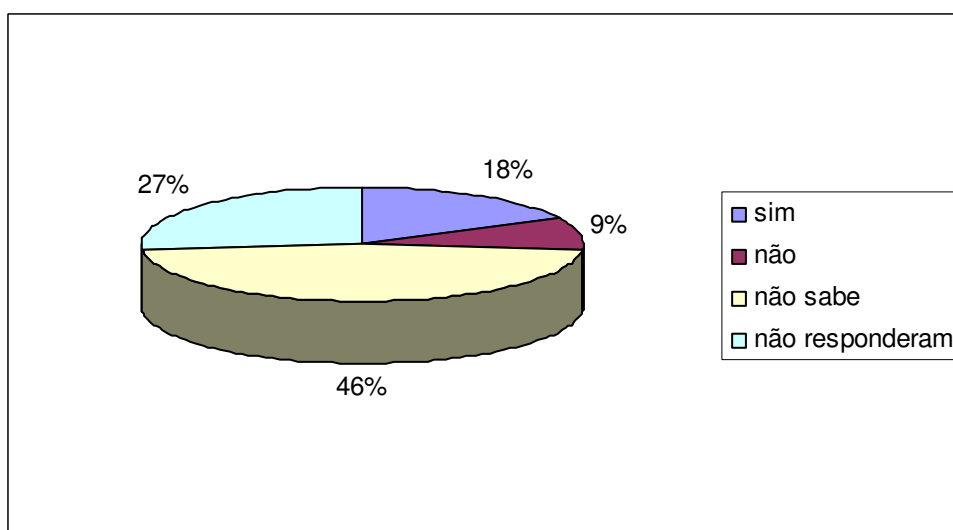
EXISTÊNCIA DE AÇÕES INSTITUCIONAIS VISANDO A INCENTIVAR A RECUPERAÇÃO E A MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DA REGIÃO.



TIPOLOGIA DAS AÇÕES INSTITUCIONAIS VISANDO A INCENTIVAR A RECUPERAÇÃO E A MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DA REGIÃO.

Categorias de respostas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Ações desenvolvidas pelo ICA.	7	64%
Curso de licenciatura em música.	1	9%
Memorial da Escola de Agronomia.	1	9%
Projeto de Psicologia Ambiental e comunitária.	1	9%
Parcerias com o IPHAN.	1	9%
TOTAL	11	100%

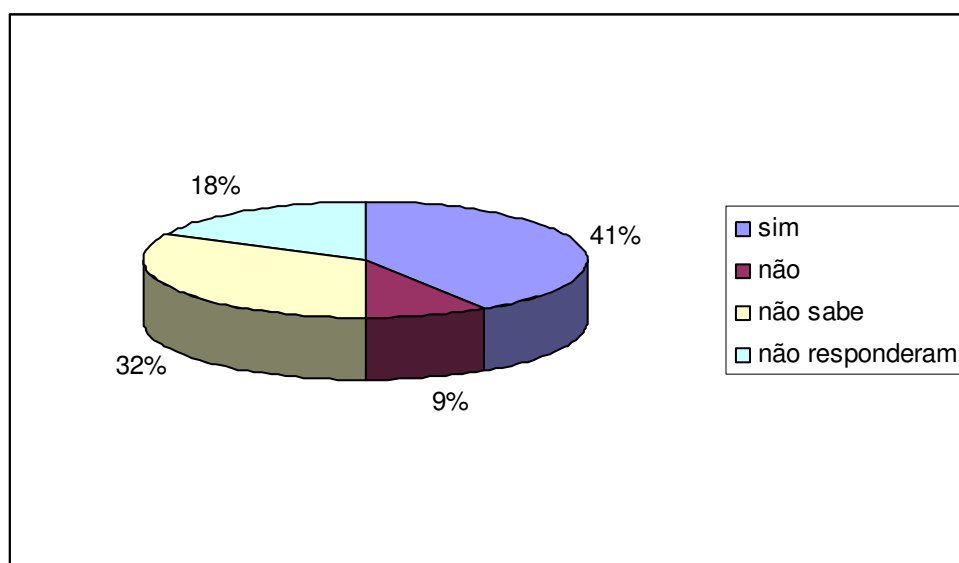
EXISTÊNCIA DE AÇÕES INSTITUCIONAIS VISANDO A INCENTIVAR O PLANEJAMENTO URBANO DA CIDADE.



TIPOLOGIA DAS AÇÕES INSTITUCIONAIS VISANDO A INCENTIVAR O PLANEJAMENTO URBANO DA CIDADE.

Categorias de respostas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Ações do Centro de Tecnologia da UFC (palestras sobre o trânsito de Fortaleza).	3	60%
Ações do Curso de Arquitetura e Urbanismo.	1	20%
Ações do LOCUS (Laboratório de Psicologia Ambiental).	1	20%
TOTAL	5	100%

EXISTÊNCIA DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE AÇÕES AFIRMATIVAS, ISTO É, DE PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL.



TIPOLOGIA DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE AÇÕES AFIRMATIVAS, ISTO É, DE PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL.

Categorias de respostas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Ações dos Cursinhos Pré-Universitários.	6	14,6%
Restaurante Universitário.	6	14,6%
Residência Médica.	5	12,0%
Programas de Extensão.	4	09,8%
Isenção para candidatos carentes do pagamento da taxa de inscrição ao Vestibular da UFC.	4	09,8%
Bolsas	4	09,8%
Assistência médico-odontológica (MEAC, HUWC, FFOE).	4	09,8%
Ações das Casas de Língua e Cultura Estrangeira.	2	04,9%
Ações da SEARA da Ciência.	2	04,9%
Criação do grupo de políticas de ações afirmativas da UFC.	2	04,9%
Ações do ICA.	2	04,9%
TOTAL	41	100%

INFORMAÇÕES ORIUNDAS DOS FORMULÁRIOS *ON LINE*

Com base nas respostas fornecidas pelos 324 docentes efetivos (23,65% do total), quatro docentes substitutos ou visitantes e 311 servidores técnico-administrativos (9,03% do total) ao preencherem os formulários *on line* que foram lhes disponibilizados, apresentaremos, a seguir, dados acerca contribuição da Universidade Federal do Ceará (UFC) para o desenvolvimento do país.

O Quadro abaixo apresenta a opinião dos respondentes acerca da contribuição da UFC para o alcance dos objetivos estratégicos para o desenvolvimento nacional.

Contribuição para o alcance dos objetivos estratégicos para o desenvolvimento do Brasil.					
Grau de contribuição			Categoria Funcional		
			Docente efetivo	Docente substituto/visitante	Técnico-administrativo
Baixo	N	19	-	22	
	%	5,9	-	7,1	
Médio	N	80	1	114	
	%	24,7	25,0	36,7	
Acentuado	N	155	2	140	
	%	47,8	50,0	45,0	
Não opinou	N	70	1	35	
	%	21,6	25,0	11,3	
Total	N	324	4	311	
	%	100,0	100,0	100,0	

Conforme se pode observar, a maior parte dos docentes efetivos (47,8% ou 155) e dos docentes substitutos ou visitantes (50% ou 2) crê que a UFC contribui acentuadamente para o alcance dos objetivos estratégicos para o desenvolvimento nacional. Não obstante, há quem acredite que tal grau de contribuição é baixo (5,9% ou 19) ou médio (24,7% ou 80). Também houve quem não quisesse expressar suas opiniões (21,6% ou 70 docentes efetivos e 25% ou 1 docente substituto ou visitante).

Dentre os servidores técnico-administrativos, a maior parte (45% ou 140) opinou que a UFC contribui acentuadamente para o alcance dos objetivos estratégicos para o desenvolvimento nacional. No entanto, há quem acredite que o grau de contribuição é baixo (7,1% ou 22) ou médio (36,7% ou 114). Também houve quem não quisesse expressar suas opiniões (11,3% ou 35 servidores técnico-administrativos).

A seguir é apresentado quadro contendo a opinião dos respondentes acerca da contribuição da UFC para o aperfeiçoamento da democracia e da cidadania, no Brasil.

Contribuição para o aperfeiçoamento da democracia e da cidadania, no Brasil.					
Grau de contribuição		Estatísticas	Categoria Funcional		
			Docente	Docente substituto/visitante	Técnico-administrativo
Baixo	N	29			21
	%	9,0			6,8
Médio	N	104		2	134
	%	32,1		50,0	43,1
Acentuado	N	178		2	144
	%	54,9		50,0	46,3
Não sabe	N	13			12
	%	4,0			3,9
Total	N	324		4	311
	%	100,0		100,0	100,0

Conforme se pode constatar, a maioria dos docentes efetivos (54,9% ou 178) e a metade dos docentes substitutos ou visitantes crê que a UFC contribui acentuadamente para o aperfeiçoamento da democracia e da cidadania, no Brasil. No entanto, há quem acredite que referida contribuição é baixa (9% ou 29) ou média (32,1% ou 104). Ademais, houve quem não soubesse valorar tal assunto ou não quisesse expressar suas opiniões (4% ou 12 docentes efetivos).

Dentre os servidores técnico-administrativos, a maior parte (46,3% ou 144) corroborou com a opinião dos docentes efetivos, para quem a UFC contribui acentuadamente para o aperfeiçoamento da democracia e da cidadania, no Brasil. Não obstante, há quem acredite que tal contribuição é baixa (6,8% ou 21) ou média (43,1% ou 134). Houve quem não soubesse valorar tal assunto ou não quisesse expressar suas opiniões (3,9% ou 12 servidores técnico-administrativos).

A seguir é apresentado quadro contendo a opinião dos respondentes acerca da contribuição da UFC com a formação de professores qualificados para atuar no sistema educacional brasileiro.

Contribuição com a formação de professores qualificados para atuar no sistema educacional brasileiro.					
Grau de contribuição		Estatísticas	Categoria Funcional		
			Docente efetivo	Docente substituto/visitante	Técnico-administrativo
Baixo	N	20			15
	%	6,2			4,8
Médio	N	84		1	107
	%	25,9		25,0	34,4
Acentuado	N	213		2	172
	%	65,7		50,0	55,3
Não sabe	N	7		1	17
	%	2,2		25,0	5,5
Total	N	324		4	311
	%	100,0		100,0	100,0

Conforme se pode observar, a maioria dos docentes efetivos (65,7% ou 213) e a metade dos docentes substitutos ou visitantes crêem que a UFC contribui acentuadamente com a formação de professores qualificados para atuar no sistema educacional brasileiro. Apesar disso, há quem acredite que referida contribuição é baixa (6,2% ou 20) ou média (25,9% ou 84). Ademais, houve quem não soubesse valorar tal assunto ou não quisesse expressar suas opiniões (2,2% ou sete docentes efetivos e 25% ou um substituto/visitante).

No âmbito dos servidores técnico-administrativos, a maioria (55,3% ou 172) corroborou com a opinião dos docentes efetivos, para quem a UFC contribui acentuadamente com a formação de professores qualificados para atuar no sistema educacional brasileiro. No entanto, há quem acredite que tal contribuição é baixa (4,8% ou 15) ou média (34,4% ou 172). Houve quem não soubesse valorar tal assunto ou não quisesse expressar suas opiniões (5,5% ou 17 servidores técnico-administrativos).

Abaixo é apresentado quadro contendo a opinião dos respondentes acerca da atenção dada pela UFC à resolução de problemas ambientais.

Atenção dada pela UFC à resolução de problemas ambientais.					
Grau de atenção		Estatísticas	Categoria Funcional		
			Docente efetivo	Docente substituto/visitante	Técnico-administrativo
Baixo	N	118			39
	%	36,4			12,5
Médio	N	101		2	131
	%	31,2		50,0	42,1
Acentuado	N	30			63
	%	9,3			20,3
Não sabe	N	75		2	78
	%	23,1		50,0	25,1
Total	N	324		4	311
	%	100,0		100,0	100,0

Conforme se pode perceber, a maior parte dos docentes efetivos (36,4% ou 118) crê que é baixa a atenção dada pela UFC à resolução de problemas ambientais. Apesar disso, há quem acredite que referida atenção é média (31,2% ou 101) ou acentuada (9,3% ou 75). Ademais, houve quem não soubesse valorar tal assunto ou não quisesse expressar suas opiniões (23,1% ou 75 docentes efetivos e a metade dos substitutos/visitantes).

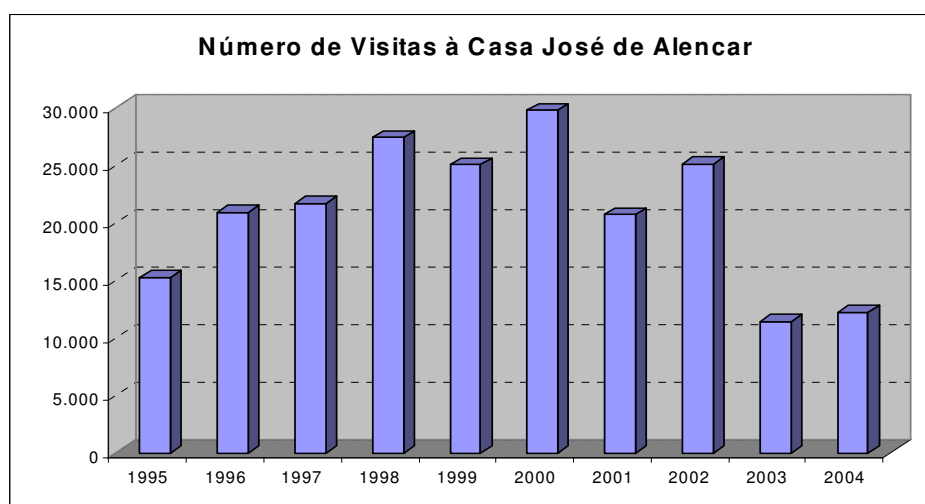
Dentre os servidores técnico-administrativos, a maior parte (42,1% ou 131) crê que é média a atenção dada pela UFC à resolução de problemas ambientais. Há, porém, quem acredite que tal contribuição é baixa (12,5% ou 39) ou acentuada (20,3% ou 63). Houve expressivo número de quem não soubesse valorar tal assunto ou não quisesse expressar suas opiniões (25,1% ou 78 servidores técnico-administrativos).

INFORMAÇÕES ORIUNDAS DO SISTEMA *ON-LINE* DE DADOS E INDICADORES INSTITUCIONAIS

3.11. SÉRIES HISTÓRICAS DE DADOS E INDICADORES QUANTITATIVOS

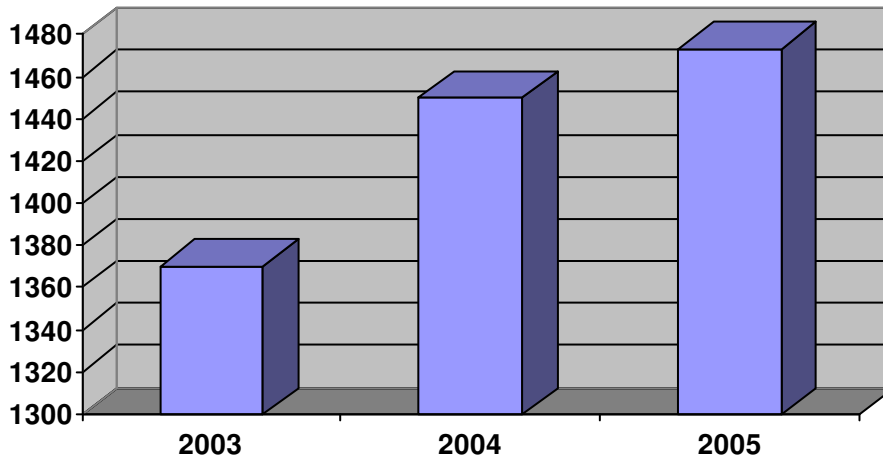
Os dados a seguir apresentados são oriundos do Sistema On-line de Dados e Indicadores Institucionais da UFC, desenvolvido pela Coordenadoria de Análise Institucional e Avaliação (CAIA) da Pró-Reitoria de Planejamento (PRPL).

DADOS NUMÉRICOS RESULTANTES DE AÇÕES E/OU PROJETOS INSTITUCIONAIS QUE CARACTERIZAM A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA UFC



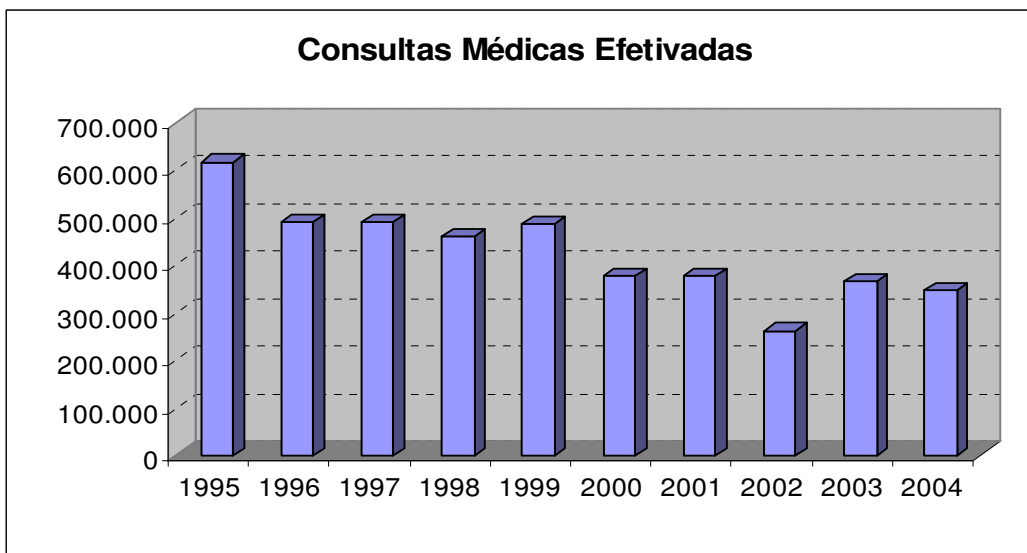
Constata-se, a partir dos dados do gráfico, que entre os anos 1995 e 1998 houve acréscimo de 80% no número de visitas realizadas à Casa José de Alencar. Não obstante, entre 1998 e 2004 observa-se tendência à redução, da ordem de, aproximadamente, 50%. Apesar disso, em 2000 foi observado o maior número de visitas efetivadas a esse espaço da cultura e da história cearenses: 29.961 pessoas.

A experiência fornecida aos futuros profissionais, através dos estágios em empresas da região, é outro bom indicador da responsabilidade social da UFC, visto que essa interação entre discente e mercado laboral promove a inclusão social. Abaixo são apresentados dados relativos ao número de estagiários em empresas, nos anos 2003 e 2004.



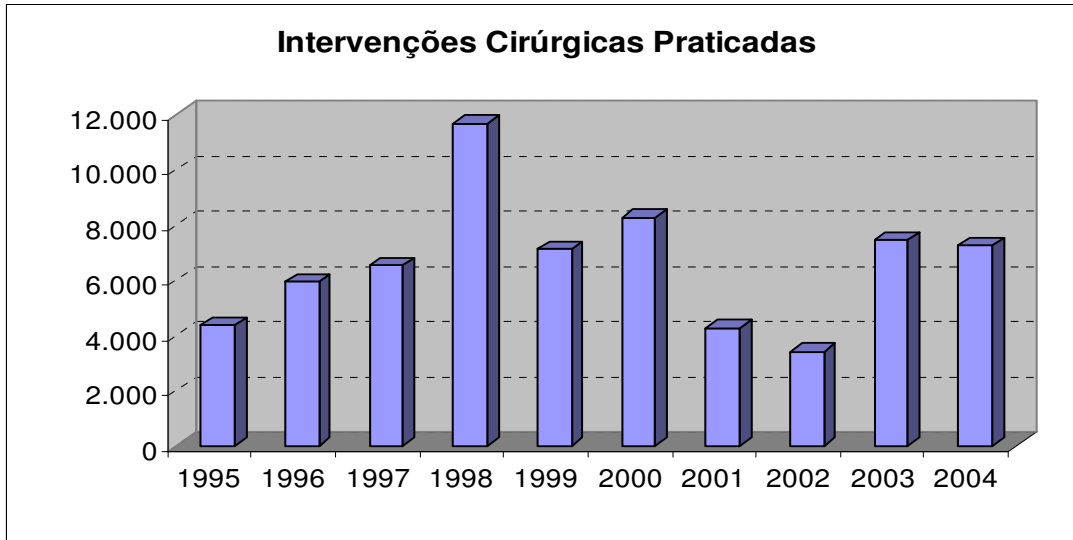
Constata-se, a partir dos dados, que houve significativo crescimento no número de discentes de graduação estagiando em empresas do Estado do Ceará, entre 2003 e 2005. Tal incremento foi superior a 15% no referido período, quando se passou de aproximadamente 1.370 estagiários para 1.473, em 2005. Esse último número é bastante significativo, visto que corresponde a, aproximadamente, 5% do total de alunos de graduação da UFC, matriculados atualmente em pelo menos uma disciplina.

Convém ressaltar, ademais, que além das atividades culturais e de formação laboral, a UFC implementa relevantes ações na área da saúde pública através do Complexo Hospitalar da UFC, formado pelo Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC) e pela Maternidade Escola Assis Chateaubriand (MEAC). Conforme atestam os dados a seguir apresentados, tais ações possibilitam acesso e uso por parte de vários segmentos sociais.

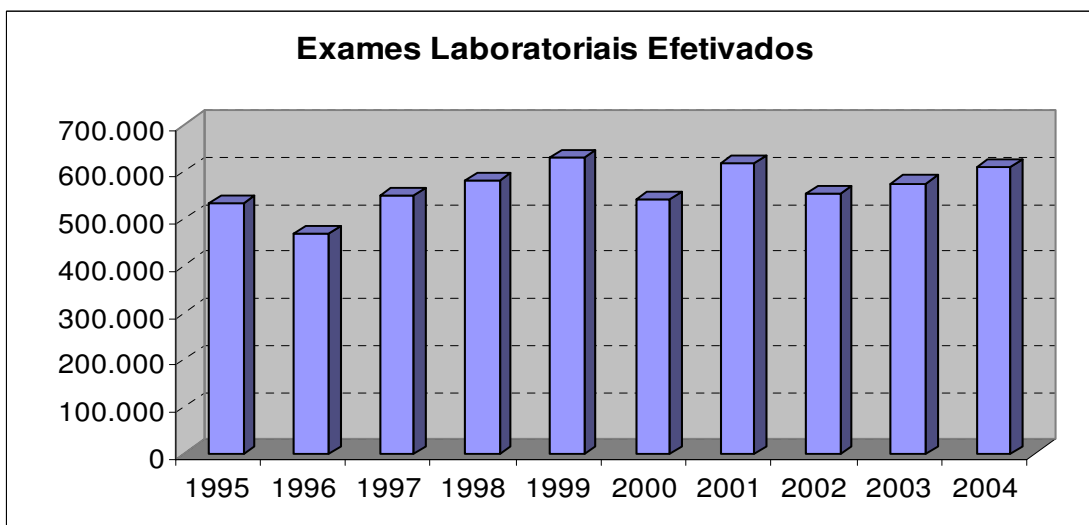


Observando os dados do gráfico acima, percebe-se que houve significativa redução no número de consultas médicas efetivadas entre os anos 1995 e 2002, da ordem de 57,6%. Essa redução em quase 355.000 atendimentos representa enorme e

significativa perda para a população carente do Estado do Ceará, que é a mais atingida pela brutal redução verificada. Não obstante, nos anos 2003 e 2004 houve tendência de recuperação do número de consultas médicas efetivadas, que alcançou a marca de aproximadamente 360.000, representando, assim, aumento de 20%, em comparação a 2002. Ainda assim, o desafio da atual administração da UFC e do Sistema Hospitalar da UFC é incrementar o número de atendimentos proporcionado aos segmentos menos favorecidos socialmente.

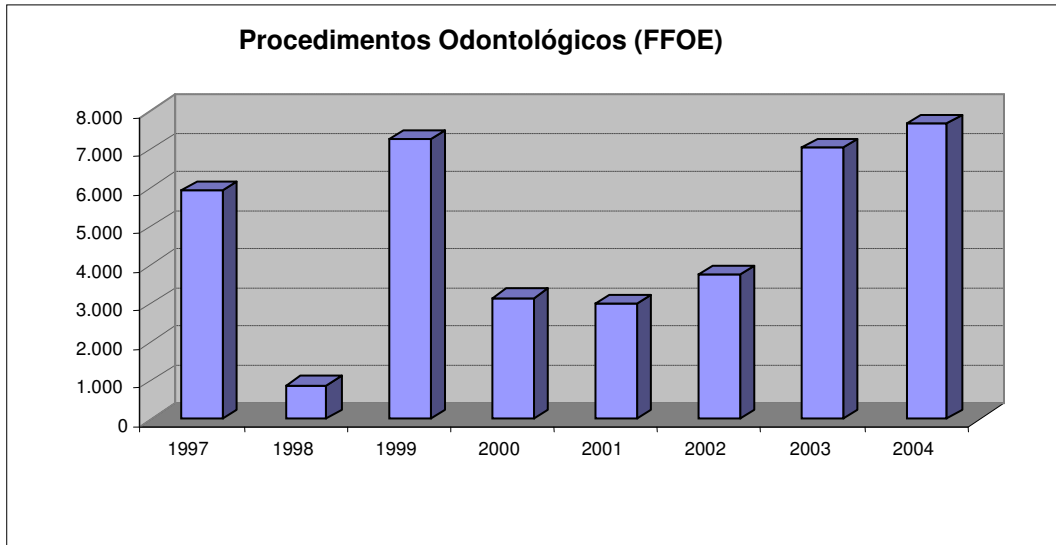


Constata-se, a partir dos dados do gráfico apresentado, que o número de intervenções cirúrgicas aumentou, entre 1995 e 1998, em 168%. A partir de então, observa-se redução gradual até 2002, em 70,8%, o que corresponde a 8.255 intervenções cirúrgicas não realizadas. É mais um desafio que se apresenta à atual gestão da UFC: incrementar a quantidade de intervenções cirúrgicas, no âmbito do Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC) e da Maternidade Escola Assis Chateaubriand (MEAC). Não obstante, nos anos 2003 e 2004 houve pequena recuperação do número de consultas médicas efetivadas, que alcançou a marca de aproximadamente 7.000, representando, assim, aumento de 120%, em comparação a 2002.



De acordo com o gráfico, houve pequeno decréscimo no número de exames

laboratoriais de 1995 a 1996, da ordem de 12%. Entre 1996 e 1999 houve tendência de acréscimo, passando-se de 467.963 para 628.310 exames laboratoriais efetivados. De 1999 a 2002 houve decréscimo da ordem de 12,2%, o que corresponde a 76.389 exames laboratoriais não realizados. Como verificado em outras atividades na área de saúde, há tendência, algumas vezes lenta, outras acelerada, de redução na prestação desses relevantes serviços sociais que, no entanto, deve ser revertida urgentemente, conforme demonstram os dados de 2003 e 2004. Nesses dois últimos anos observou-se incremento da ordem de 10% no número de exames laboratoriais efetivados que alcançou a marca de quase 600.000 exames laboratoriais realizados.



Constata-se, a partir dos dados do gráfico acima, que entre 1997 e 2000 o número de procedimentos odontológicos dispensados à população pela Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem (FFOE) rondou os 4.000 ao ano, havendo maior número em 1999: quase 7.000 procedimentos odontológicos. Todavia, nos anos de 2002 e 2004 verificou-se aumento superior a 100%, quando se passou de 3.500 (em 2002) para quase 7.500 procedimentos odontológicos (em 2004).

DADOS RESULTANTES DE PESQUISA DOCUMENTAL

3.12. AÇÕES INSTITUCIONAIS DE APOIO À EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Em Pacoti, no maciço de Baturité, a iniciativa resultante de parceria entre a Universidade Estadual do Ceará (UECE) e a Fundação Deusmar Queiroz (FDQ) tem-se revelado fórmula simples e eficaz de disseminar a consciência ecológica junto à população, especialmente entre o público mais jovem. A Estação Ecológica de Pacoti tem sua sede no antigo Seminário Salvatoriano, uma bela edificação de sólidas paredes e amplos salões, onde viveu o lendário Padre Kiliano, religioso alemão que durante meio século, até seu falecimento em 1995, conduziu o rebanho católico da aprazível cidade.

No alto de uma ladeira, cercada de jardins, o prédio de dois andares domina o parque de 4,4 hectares, em plena área urbana coberta pela mata nativa. O visitante pode percorrer uma trilha que invade os segredos de serra e, caso não se intimide com a água gelada, desfrutar o prazer de um banho de bica, na pequena barragem que represa um dos riachos da reserva ecológica.

Este é o cenário. O que se faz ali fica por conta do talento do diretor da estação, José Julio da Ponte, e de sua esposa, a pedagoga Maria Irene Góes Menezes. Ele, professor emérito da Universidade Federal do Ceará (UFC) e Presidente da Academia Cearense de Ciências, atua hoje na UECE como professor visitante, tendo sido designado, em 2003, para implantar e dirigir a Estação Ecológica. Ela, Bolsista de Extensão Tecnológica da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, é uma “fito-patologista por vocação”, segundo José Júlio, a quem auxilia na administração do parque e nas pesquisas sobre defensivos naturais.

No auditório de 70 lugares, os estudantes ouvem palestras de Jose Júlio e Irene. O cientista costuma falar de suas pesquisas com a manípueira (extraída da mandioca) e alerta para os perigos das queimaduras, desmatamentos e uso de agrotóxicos, que considera “os três maiores vilões da natureza”. A pedagoga discorre sobre a reciclagem do lixo, sobre ajardinamento, floricultura, e plantas medicinais. É ela quem cuida da “farmácia viva” da estação, onde se cultivam espécies como hortelã, confrei, macandi, babosa, arruda, boldo, capim santo, malva, colônia, manjerição e muitas outras. As lições se complementam com informações sobre manejo adequado do solo e da água e utilização de fontes alternativas de energia. É um “pacote” de ensinamentos que jovens e adultos absorvem prazerosos, em meio a um ambiente natural, o que os predispõem a entender melhor a importância de se respeitar a natureza.

A estação Ecológica de Pacoti tem o propósito de lutar pela preservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida no âmbito da serra de Baturité, um dos últimos santuários da Mata Atlântica no Nordeste. A propriedade havia sido adquirida, nos anos 90, pela Fundação Deusmar Queiroz, que mais tarde a entregou à UECE em comodato. O objetivo de transformá-la em parque ecológico somente se concretizou em 2003, quando se viabilizaram as condições materiais básicas.

A UFC destina verba mensal ao empreendimento, enquanto a FDQ mantém presença constante, entretanto com apoio eventual – mas sempre providencial – para suprir algumas carências. Os recursos oriundos de hospedagens e da venda de produtos agrícolas (café e banana) complementam o orçamento, que não permite luxos, mas que, bem administrado, tem garantido o bom funcionamento da Estação.

Assim é que diversas obras foram realizadas nos últimos dois anos, período em que se manteve alentada agenda de realizações técnico-culturais, incluindo cursos, reuniões, seminários, pesquisas e participação em eventos. A estação, segundo José Júlio, “permanece à inteira disposição dos interessados para apoiar iniciativas consentâneas com suas finalidades, ou seja, a preservação ambiental e a melhoria de vida da população”.

Encarada por muitos como um “plano de salvação” da terra, a Agenda 21 tem como base o conceito de desenvolvimento sustentável e traz a questão ambiental como ponto de apoio. Essa noção não se restringe à natureza como paisagem, mas leva em consideração um meio ambiente plural, diretamente ligado à promoção da justiça social a ao desenvolvimento econômico.

No Brasil, a elaboração da Agenda 21 começou em 1997, quando se iniciou um processo de consulta à sociedade, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Foram apresentadas e discutidas propostas que, através de um processo de seleção progressivo, resultaram no lançamento da Agenda 21 Brasileira, em julho de 2002. Em 2003, a Agenda brasileira foi elevada à condição de Programa do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, contemplando as metas e princípios do desenvolvimento sustentável.

Atualmente, a preocupação do Ministério do Meio Ambiente é de incentivar e fortalecer a construção das agendas 21 locais. Segundo o coordenador adjunto da Agenda 21 Brasileira, Ary da Silva Martini, estão sendo desenvolvidos entre 600 e 700 processos de Agenda 21 no Brasil, nos mais variados graus de desenvolvimento. Para ele, a agenda “é um processo de construção de uma sociedade sustentável, que procurava implementar um desenvolvimento que gere emprego, trabalho e renda, mas que preserve o meio ambiente”.

A construção da Agenda 21 em Fortaleza começou em meados de 2003, através de uma mobilização envolvendo o gabinete do então vereador Francisco Pinheiro, do PT, a ex vice-prefeita Isabel Lopes e algumas ONG's. No entanto, as discussões só passaram a ocorrer de forma mais sistematizada a partir da eleição da atual prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins, que já trazia a Agenda 21 como instrumento de seu programa de governo.

Em maio de 2005, a prefeita de Fortaleza assinou decreto que instituiu o *Fórum de Discussão da Agenda 21 Local*, definindo os entes municipais que participariam dos debates e determinando quais setores da sociedade civil deveriam estar representados. As entidades representativas de cada setor seriam definidas na Conferência Municipal do Meio Ambiente, ocorrida nos dias 28 e 29 de outubro de 2005.

Um grande diferencial da agenda de Fortaleza é uma integração com os demais instrumentos de planejamento urbano e participativo da gestão municipal. Através do Orçamento Participativo, que prevê as ações prioritárias para o ano de 2006;

estão em curso o Plano Plurianual (PPA), que define a lotação dos recursos para os próximos quatro anos, bem como o Plano Diretor, que prevê as transformações no crescimento da cidade para os próximos dez anos.

Além de fazer parte da coordenação da Agenda 21 da cidade, a UFC tem projetos desenvolvidos em parceria com a Prefeitura, já considerados em consonância com os princípios da agenda. Exemplos disso são: o Parque Vivo, na área de educação ambiental, e o convênio que deve ser assinado em breve com a Incubadora de Cooperativas da UFC, projeto destinado ao reaproveitamento de resíduos sólidos e melhoria de vida dos catadores de lixo. A existência de um mestrado de Meio Ambiente e Desenvolvimento na universidade também deve ser uma ponto de contato entre as duas instâncias.

Para Ary Martini, a UFC pode atuar nas duas frentes: participação ativa na Agenda Local e desenvolvimento de políticas próprias. “Em certos momentos a universidade deve acolher pessoas da comunidade e se tornar um centro de reunião referencial para a construção da Agenda 21”, afirma. Até o momento, ainda não há, nas instituições de ensino superior brasileiro, um documento elaborado nesse sentido, sendo dada à UFC a oportunidade de ser a primeira em implementar essa ação.

3.12.1. REVITALIZAÇÃO DA FAZENDA RAPOSO

Outra ação a ser destacada nessa área: *a revitalização da Fazenda Raposo*. Maior reserva de palmeiras nativas do mundo, último projeto paisagístico do consagrado Burle Marx, antiga sede da fábrica de cera Johnson e com uma área de 126 hectares, a Fazenda Raposo, em Maracanaú, doada à Universidade Federal do Ceará pela família Johnson. Em 1969, há muito exigia investimento que fizessem jus ao que representa como reserva ecológica, campo de pesquisa e potencial turístico.

Convênio assinado entre a UFC e prefeitura de Maracanaú pode corrigir e repara o abandono dos últimos anos. O objetivo é criar um parque ecológico no local, seguindo o desenho traçado pelo paisagista Burle Marx, em 1992. A Superintendência estadual do meio Ambiente (SEMACE) e a Associação Caatinga estão entre os parceiros dessa iniciativa, que está sendo acompanhada pelos Johnson.

No final de janeiro, membros da família estiveram reunidos em Fortaleza com o reitor da UFC, Prof. René Barreira, o prefeito de Maracanaú Roberto pessoa, o superintendente da SEMACE Romeu Aldigueri e o presidente da Associação Caatinga Roberto Proença de Macedo, para discutir detalhes da implantação do parque ecológico naquela propriedade.

A prefeitura de Maracanaú enviará à Câmara Municipal até o final de fevereiro de 2006, proposta de Lei criando a unidade de conservação ambiental do parque ecológico da Fazenda Raposo. A secretária do meio Ambiente de Maracanaú, Ana Paula Vieira, diz que a prefeitura do município já captou recursos junto ao Ministério do meio Ambiente e busca parceiros também na iniciativa privada. Já estão assegurados R\$225 mil para a primeira etapa do projeto e R\$ 487 mil para a segunda, de um total de cinco etapas.

Conforme Ana Paula, a família Johnson pretende criar o Museu da Carnaúba (expondo o maquinário usado na fabricação de cera) e revitalizar as edificações antigas da Fazenda Raposo, onde funcionou até o final dos anos 50. Há intenção ainda de fundar o memorial da família Johnson.

De acordo com a secretária do Meio Ambiente, o projeto paisagístico de Burle Marx prevê a revitalização das carnaúbas e plantação e vegetação da caatinga e de plantas medicinais. A idéia é dotar o parque de trilhas de visitação, com trezinchos movidos a biodiesel para conduzir os visitantes.

O Projeto de Burle Marx prevê a criação de bilheteria, administração, três praças, estacionamento, bem como o Centro de Tradições Nordestinas (CTN). A idéia das instituições parceiras é tornar o espaço um centro de referência em educação ambiental no Ceará e criar um jardim botânico no futuro. “A UFC pretende realizar ações de ensino, pesquisa e extensão”, anuncia o reitor René Barreira.

Os pesquisadores da UFC estão coletando as sementes de carnaúba para fazerem mudas a fim de preservar a espécie no futuro. “A nossa intenção não é só preservar o que se tem, com também adquirir outras espécies”, informa o Prof. Sebastião Medeiros Filho, diretor do Centro de Ciências Agrárias e integrante do grupo de trabalho UFC/Prefeitura de Maracanaú. Equipes estão fazendo o levantamento da reserva e identificando cada unidade. Pretendem estudar a qualidade da cera produzida e a viabilidade de os frutos produzirem geléia.

Em dezembro de 2005, a Prefeitura de Maracanaú firmou com a UFC convênio com prazo de 20 anos para formalizar a cessão de uso da propriedade. A cooperação técnico-a motivou a assinatura de convênio com duração de seis anos, a partir daquela data. Em reunião realizada em 20 de janeiro deste ano o Conselho Universitário (CONSUNI) autorizou a parceria com a Prefeitura de Maracanaú para criação do parque ecológico.

E o primeiro passo já foi dado: como política interna, a administração superior da UFC afirmou, na última Semana do Meio Ambiente (de 1º a 5 de junho deste ano), o compromisso de elaborar uma agenda própria. No entanto, com a greve de docentes e servidores, ainda não foi possível iniciar a fase de mobilização. Mas, o assessor especial da reitoria da UFC para Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Marcondes Araújo Lima, explica que, no momento, se procura assegurar os recursos necessários e instalações adequadas para a implementação do projeto.

3.12.2. AÇÕES INSTITUCIONAIS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio-Ambiente (PRODEMA) da UFC, criado em 1995, contabiliza 143 dissertações de mestrado defendidas, que enfocam aspectos ambientais da realidade nordestina na perspectiva do desenvolvimento sustentável. “Nesse período, foram produzidos mais de 600 publicações científicas. O desafio do Prodeama é a inovação e a excelência”, antecipa a Profa. Vlória Pinto Oliveira, coordenadora do mestrado em desenvolvimento e Meio ambiente da UFC. O curso é um subprograma que faz parte da Rede Prodeama, formada por mais oito universidades nordestinas, como UFPB, UFRN e UBAL.

O primeiro Prodeama criado foi o de Alagoas, em 1992, através de um Protocolo de Intenções, assinado por 18 universidades do Nordeste. A rede é um compromisso firmado entre as instituições que a compõem, com o objetivo de consolidar os grupos de pesquisa integrados. “Os Prodeamas têm em comum a filosofia em que se enquadram. Cada subprograma tem uma linha de pesquisa, mas todos se complementam. A vantagem é que aproveitamos as competências específicas das

instituições envolvidas”, sintetiza o coordenador geral do Prodema, Prof. Rogério César Pereira.

Na UFC, para 2006, foram ofertadas 26 vagas para o mestrado. As linhas de pesquisa são “Proteção ambiental e gestão de recursos naturais” e “Organização do espaço e desenvolvimento sustentável”. A primeira analisa problemas oriundos do uso inadequado de recursos naturais, além da questão da desertificação. A segunda aborda processos de organização dos espaços urbanos, rural e regional, identificando inclusive, conflitos de uso de recursos naturais.

Característica forte do programa é a transdisciplinaridade. Estudantes de variadas formações acadêmicas procuram a pós-graduação, de biólogos a advogados. Felipe Cordeiro está no 2º semestre do mestrado e é graduado em Engenharia Civil. Chegou a participar da construção do açude Castanhão. Em seu projeto, analisa impactos ambientais no município de Russas, interior cearense. “Quando me formei, fui para o mercado. Trabalhei por 20 anos, com barragens e irrigação. Agora quero fazer doutorado e me voltar para assuntos acadêmicos”, diz ele.

O Doutorado em Desenvolvimento do Meio Ambiente é um dos principais objetivos do Prodema, em 2006. Os conselhos superiores da UFC aprovaram, em 2003, sua criação. Atualmente, ele se encontra em fase de implantação. O Prof. Rogério César Pereira, no entanto, reconhece que o programa passa por dificuldade. “Um grande problema, não apenas na UFC, mas em outros subprogramas, é a inadequação da infraestrutura, como a carência de bibliotecas setoriais com livros e periódicos. O Prodema está em um novo momento, em que buscamos qualidade de pesquisa e cooperação internacional”.

3.12.3. REVITALIZAÇÃO DO ESTUÁRIO DO RIO COCÓ

A UFC, através do labomar, é uma das participantes e proponentes do projeto de revitalização do Estuário do rio Cocó, apresentado ao Governo do Estado do Ceará. A ação objetiva recuperar o trecho de 13 Km, considerado o mais crítico: da foz ao cruzamento com a BR-116. Com um orçamento previsto de R\$ 6,64 milhões, o projeto prevê dragagem (que custará R\$ 6 milhões), recomposição vegetal e repovoamento das espécies nativas do mangue, como caranguejos, ostras e siris – que deve ser realizado pelo próprio labomar. “Com essa dragagem inicial, os primeiros efeitos de recuperação seriam sentidos em um ano”, estima Luiz Parente.

O Projeto de Bioecologia de Caranguejo de Mangue, conduzido por um grupo de engenheiros de pesca, estudantes de graduação e professores do Labomar, é uma ação de longo prazo que está, atualmente, em fase de pesquisa. O mote do estudo é verificar a adaptação das larvas de caranguejo no mangue em estado de degradação, ao longo da costa. As larvas do crustáceo – que vêm para a região do estuário, onde a salinidade aumenta e diminui periodicamente – se fixam na vegetação de mangue e crescem junto às raízes. “Com o rio aterrado, os animais tentam fugir ou deixam de se reproduzir, passando a não ocupar mais esse espaço. Não temos certeza ainda se eles se reproduzem no estuário. Seu ciclo compreende de três a quatro anos, da fase de larva até a adulta. Se os caranguejos começarem a crescer, é garantia de que conseguem se alimentar e sinal de que a cadeia alimentar não está quebrada. É indicador de que o

ambiente está equilibrado”, esclarece o professor do Departamento de Biologia da UFC e do mestrado em Ciências Marinhas Tropicais do Labomar, José Roberto Feitosa.

A gerente do Núcleo de Planejamento e Fomento da Semace, Sônia Sousa, afirma que o Estado já realiza fiscalização sistemática e análise física e bacteriológica em determinados pontos do rio Cocó. “Identificamos todas as estações de tratamento de esgotos e vimos as que estavam fora dos padrões adequados para o lançamento de efluentes (a partir de canais, dutos, reservatórios, estações de tratamento) em pontos hídricos. Foram corrigidas as que apresentavam problemas. Recentemente, nas novas coletas, foi constatado que praticamente todas se enquadraram nos padrões exigidos. A fauna está voltando, se regenerando, está dando peixe. Recuperou-se a qualidade que o rio deve ter”, acredita Ivan de Aquino. Em Fortaleza, o atual índice de cobertura de serviços de coleta de esgoto é de apenas 60%.

No âmbito municipal, as Secretarias Executivas Regionais (SERs) vêm realizando a limpeza dos afluentes do rio. Em fevereiro, foram iniciadas pela SER II a retirada de lixo e a dragagem de trechos do riacho Maceió/Papicu. No bairro Tancredo Neves, a SER VI iniciou, em janeiro, a desobstrução da lagoa Cazumba e de canais que levam ao Cocó. “Só se despolui com saneamento”, sentencia o gerente da Célula de Controle Ambiental e Controle Urbano (Semam), Rômulo Costa. Ele afirma que o município é o responsável pelo monitoramento das estações da rede de esgoto, além de controle ambiental.

O Prof. Jeovah Meireles estima que, para recuperar o rio Cocó, seriam necessários de dez a vinte anos. “Tanto para o manguezal, como para o carnaubal, que faz parte da vegetação e se encontra seriamente destruído”, ressalta. Para ele, seis pontos deveriam ser enfatizados no sentido de nortear soluções para os problemas que afligem o rio: efetivar o saneamento básico das cidades ao longo da bacia; aplicar e fiscalizar a lei (afinal, o que está sendo degradado são áreas protegidas por leis ambientais); recuperar as margens que estão soterradas; reconstituir a mata ciliar; unir gestores públicos e sociedade em torno do propósito de preservar e conservar o rio e investimentos. “Não adianta, no entanto, fazer ações sem o acompanhamento de educação ambiental”, observa Meireles.

Parque Vivo – Um projeto de extensão da UFC – que, de tantos projetos que abrigou (25), virou programa – abraçou a tarefa de cuidar da educação ambiental na região do rio Cocó. Trata-se do Programa Parque Vivo, que funciona, desde junho de 1993, no Parque Adahil Barreto (inaugurado em 1980), em convênio com a Prefeitura de Fortaleza. Somado ao “Cocó Novo”, ele compõe o Parque Ecológico do Rio Cocó, Unidade de Conservação Estadual cuja área total é de 379 hectares.

O Parque Adahil Barreto conta com estrutura de banheiros, parquinho para crianças, equipamentos de ginástica e pista de *cooper*. “Recebemos escolas quase que diariamente. Já atendemos, em nossa história, mais de 45 mil alunos em visitas monitoradas. Nosso norte é a educação ambiental e a valorização do ecossistema”, conta a coordenadora do Parque Vivo, Patrícia Alvarenga. O programa tem um extenso público-alvo, que vai desde crianças da educação infantil até adolescentes no ensino superior, além de ONGs, associações de bairro, fundações, empresas.

O cuidado com a preservação da memória do parque se reflete no projeto Árvores do Parque Adahil Barreto, através do qual foram catalogadas cerca de 60 espécies vegetais. Tudo está documentado em fichas de arquivo e identificações

afixadas nas plantas do parque e do mangue, com nome científico, dicas de cultivo, informações sobre frutificação e porte e outras características.

3.12.4. URBANIZAÇÃO DA LAGOA DO CAMPUS DO PICI

A preservação da Lagoa de Santo Anastácio, no Campus do Pici, é um sonho que pode se concretizar com a sua transformação em pólo de lazer, a partir de uma parceria entre o Escritório de Tecnologia Social do Centro de Tecnologia da UFC, a comunidade do entorno e o poder público. Parte das margens da lagoa está tomada por ocupações clandestinas, a água está poluída por receber dejetos de esgotos do sangradouro da lagoa de Parangaba. Um projeto para mudar essa realidade está em elaboração pelo Escritório. Professores, estudantes e funcionários envolvidos já visitaram a área e, junto com a Associação de Moradores do Parque Universitário, iniciaram a discussão sobre o projeto.

Entre as ações previstas, constam a construção de uma Estação de Tratamento de Água (ETA) na parte da entrada dos esgotos e do sangradouro para diminuir a poluição, a retirada das casas dos terrenos invadidos e transferência de família para locais próximos e seguros, urbanização da área, criando calçadas para caminhada e áreas de lazer. O líder comunitário do Parque Universitário e funcionário da UFC, Ernane Gadelha, informa que a comunidade é formada por cerca de 2 mil famílias. Trezentas delas vivem na área mais próxima à Lagoa.

A parte da Lagoa no campus do Pici pertence à UFC e a outra parte, no bairro Bela Vista, é área do Município. Gadelha explica que conseguiu aprovar a proposta de urbanização da área da lagoa, onde há mais problemas de poluição e ocupação irregular, no encontro sobre o orçamento participativo realizado ano passado pela Prefeitura de Fortaleza.

O Projeto de Extensão Escritório de Tecnologia Social do Centro de Tecnologia da UFC atende a uma demanda crescente por tecnologia em comunidades carentes e de classe média, serve de ferramenta pedagógica e contribui para uma formação cidadã dos futuros engenheiros. É, ainda, uma maneira de o Centro de Tecnologia realizar trabalhos de interesse social envolvendo professores, estudantes de Arquitetura, Informática e das Engenharias Estrutural e de Construção Civil, Elétrica, Química e servidores em atividades multidisciplinares.

Os objetivos do Escritório serão cumpridos através da capacitação de mão-de-obra nas comunidades, difusão de tecnologias alternativas, desenvolvimentos de projetos para comunidades organizadas, orientação e acompanhamento técnico, promoção de seminários e debates, com o apoio contínuo às comunidades carentes de tecnologia.

3.13. AÇÕES INSTITUCIONAIS DE APOIO AO PLANEJAMENTO URBANO DA CIDADE

Intervenções no desenho urbano, novas apropriações dos espaços e mudanças na arquitetura de Fortaleza. Nas últimas décadas, a dinâmica urbana, aliada ao aumento populacional e ao vigor econômico da cidade, reflete na estrutura aparente de casas e bairros, expressado paisagens mutantes, articulando novas e antigas lembranças dos habitantes. A observação mais atenta aponta para dois fenômenos que ocorrem

simultaneamente na cidade: a expressão de novas zonas tomadas como “centro” e a construção e dê-construção de elementos que transformam o espaço urbano e a memória de Fortaleza. Esses foram temas de discussões propostas por *Universidade Pública* a cinco arquitetos que apresentaram suas dissertações de mestrado no Seminário de Pós-Graduação: Arquitetura e Urbanismo no Ceará, em outubro. Trabalhamos que, em conjunto, ajudam a compor o novo contorno que Fortaleza vem adquirindo.

Um dos fenômenos históricos mais significativos é a consolidação da ocupação do lado leste da cidade, predominantemente pelas camadas de alta renda. O deslocamento de atividades do Centro tradicional de Fortaleza para a região da Aldeota é apresentado no trabalho do arquiteto Joaquim Filho. Para ele, a Aldeota (que concentra aproximadamente 300 mil habitantes) chega a se construir em um “subcentro”, se forem levados em consideração aspectos como: deslocamento de atividades típicas de áreas centrais, como lojas de tecido, calçados e equipamentos domésticos, já no final da década de 70; o número de agências bancárias (em 1984, havia cerca de 115 agências no Centro e 20 na Aldeota, enquanto que, em 2004, são 63 no Centro e 49 na Aldeota); transferência de profissionais liberais, como advogados e médicos, que são ofícios típicos de áreas centrais.

“Segundo esses parâmetros, a Aldeota é o subcentro da cidade. Fenômeno interessante é que as agências bancárias se deslocam, mas mantêm o Centro como núcleo financeiro. Hoje, este bairro é dominado por atividades comerciais de natureza popular e apresenta, ainda, a maior concentração de empregos formais em Fortaleza, no setor terciário. As mudanças na Aldeota, por sua vez, acompanham a verticalização do bairro, que se torna centro de negócios”, aponta Cartaxo, autor da dissertação “O Centro da Maioria: tendências sócio-espaciais da cidade de Fortaleza na atualidade”.

De acordo com o arquiteto, a partir dessa “ocupação” do bairro pelas camadas pobres da população, deriva-se uma formulação ideológica que coloca o Centro, hoje, como palco de degradação, que se liga ao perfil popular assumido pelo bairro.

Para beatriz Helena Nogueira Diógenes, pesquisadora do Laboratório de Estudos de Arquitetura e Urbanismo da UFC, a expressão “revitalização do Centro” parece equivocada. O bairro muda seu perfil econômico e o modo de ocupação, mas não perde em momento algum a “vida”. Pelo contrário, continua bastante dinâmico. É o bairro que atende à Região Metropolitana de Fortaleza e continua bastante dinâmica. É o bairro que atende à Região Metropolitana de Fortaleza e continua a ser centro histórico. Espaço em que a cidade nasceu e onde se concentra a centralidade simbólica de Fortaleza. “Prefiro usar a expressão ‘re-qualificação’, que consiste em melhorar a qualidade dos espaços do bairro”, explica Beatriz.

A degradação física do bairro é sinal de deterioração social, para o arquiteto e professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC, Ricardo Paiva. “Defendo a permanência das atividades do comércio popular. A decadência é dos equipamentos culturais, que não são suficientemente usados, como praças, parques e museus. A re-qualificação precisa contemplar essa população menos favorecida e conciliar isso com a condição do Centro como espaço Turístico”.

Por fim, cabe destacar que a UFC é um dos parceiros da Prefeitura da Cidade de Fortaleza, objetivando a realização, agora em 2006, do concurso nacional de idéias

para a construção do primeiro Centro de Cultura, Arte, Ciência e Esporte de Fortaleza (CUCA), aberto à participação de engenheiros e de arquitetos.

3.14. AÇÕES INSTITUCIONAIS DE APOIO À INCLUSÃO SOCIAL

O que ainda é especulação para a estudante pode se transformar em ação concreta já no próximo vestibular da UFC, em 2007. Uma ação da administração superior da Universidade criou, em março de 2005, um Grupo de Trabalho (GT) para discutir políticas de ações afirmativas a serem implementadas na UFC. O objetivo é contribuir para o acesso e permanência na universidade de grupos sociais historicamente excluídos.

A primeira ação do GT foi promover a discussão entre a comunidade universitária, através do 1º Ciclo de Debates Sobre Políticas de Ações Afirmativas, que aconteceu em maio de 2005. Aspectos legais, políticos, sócio-culturais e educacionais, implicados na garantia desses direitos, são os temas dos encontros que acontecem mensalmente, abertos ao público, com a participação de especialistas no assunto do Ceará e de outros Estados.

Segundo a coordenadora professora do GT, Profa. Célia Gurgel, o assunto vem causando polêmica, mas precisa ser enfrentado pela comunidade acadêmica. As propostas a serem apresentadas à administração superior, diz, contemplam as políticas para quatro grupos, portadores de necessidades especiais e estudantes de escola pública.

“Infelizmente essa iniciativa de discutir a questão não foi dos movimentos sociais, mas da administração da Universidade, instigada pelo Governo Federal”. A professora se refere ao Projeto de Lei 3627/2004, que de iniciativa do Governo Federal, que institui o Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições federais. Trata-se de uma parte do projeto de Reforma Universitária do MEC e tramita, em regime de prioridade, na Câmara. De acordo com o texto, as instituições públicas federais deverão reservar, em casa seleção, para o ingresso nos cursos de graduação, no mínimo, 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Estas vagas deverão, ainda, ser preenchidas por proporção mínima de auto-declarados negros e indígenas, igual à proporção destes na população do Estado onde esteja instalada a universidade, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cerca de 18 universidades públicas brasileiras, mesmo antes da aprovação do Projeto, já adotaram sistemas de cotas para o ingresso em seus cursos, entre elas a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e Universidade de Brasília (UNB).

A discussão sobre ações afirmativas na UFC não se restringe à definição de cotas para minorias. Um dos problemas mais discutidos dentro e fora dos ciclos de debates são as condições de permanência do aluno que ingressa na Universidade. “O grande desafio hoje não é ingressar na Universidade, mas permanecer nela, concluindo-a”. A provocação é do pró-reitor de Assuntos Estudantis da UFC, João Arruda. Sua fala é embasada pelo novo Perfil Sócio-Econômico dos Estudantes de Graduação de Ensino Superior 2003/2004. O levantamento foi feito com os estudantes da UFC e mostra uma realidade desconhecida por muitos que acham que a universidade pública é lugar para

elite. Segundo os dados sobre classificação, 38,8% dos estudantes da UFC vivem em famílias com renda de até R\$ 927,00 sendo que 10,9% destes, em famílias com até R\$ 424,00 e 0,5% com renda de R\$ 207,00.

“Esses estudantes precisam de apoio para continuar seus estudos”, diz. A preocupação parte de outro dado revelado pelo Perfil. 54,2% dos estudantes da UFC não trabalham; 21,4% trabalham, mas recebem ajuda financeira da família; e 10,6% não só trabalham como são responsáveis pelo próprio sustento. O orçamento da UFC não comporta rubrica específica para assistência estudantil. Essa despesa não é contemplada no orçamento das universidades federais. “Hoje, gastamos 13% de nosso orçamento com isso, mas estamos retirando esse dinheiro de sala de aula e outras despesas”, afirma o pró-Reitor João Arruda.

A política de assistência estudantil a que ele se refere diz respeito às refeições subsidiadas oferecidas diariamente pelos dois restaurantes universitários. Por mês são alimentados 2.200 comensais que pagam R\$1,10 por refeição. A Pró-Reitoria estima que a quantidade deva ser cinco vezes maior para atender aos interessados. Trezentas dessas refeições são oferecidas gratuitamente para os 260 alunos moradores de 14 residências universitárias. São oferecidas, ainda, cem bolsas de assistência, no valor de R\$ 150, para alunos comprovadamente de baixa renda que prestam serviços, em geral burocráticos, na UFC. Assistências médicas, odontológica e psicológica também estão incluídas e são realizadas na própria Universidade.

“Se existe política de cotas, sem política de assistência, vamos ter evasão maior do que já existe hoje”. Entre os anos de 1998 e 2000, segundo dados do estudo de W. B. Andriola (2005) e colaboradores, intitulado *Evasão Discente nos cursos de Graduação da Universidade Federal do Ceará: identificando causas*, a evasão na UFC ficou em torno de 5,74% do total de alunos que ingressaram neste intervalo. “É preciso criar políticas para que eles entrem e saiam. Essa é a grande questão. O resto é demagogia” diz Arruda.

Quem se inscreveu para disputar uma das 3.605 vagas no último vestibular da UFC, em 2005, marcou pela primeira vez, no questionário sócio-econômico, o item etnia. Os dados, ainda pouco estudados, foram publicados, ainda pouco estudados, foram publicados no *Relatório Analítico do Vestibular 2005* da CCV. Uma primeira leitura mostra disparidades que merecem ser mais analisadas, em pelo menos dois quesitos essenciais na discussão sobre cotas. Os brancos ainda são os mais aprovados na UFC. Dos 15563 inscritos, 1.620 foram aprovados (10,4% do total de inscritos na etnia). Os pardos vêm em segundo lugar. Dos 14.498 inscritos, 1444 obtiveram aprovação (9,9% do total). Dos 2.928 negros inscritos, 248 foram aprovados (8,46% do total de inscritos na etnia).

No que se refere ao tipo de escola de origem do candidato, é inegável o maior sucesso de candidatos que estudaram a vida toda ou maior parte dela em escolas particulares. Dos 21.888 inscritos, foram aprovados 2.623, enquanto os candidatos que estudaram sempre, ou maior parte do tempo, em escolas públicas, conseguiram ingressar em menor quantidade. Dos 14.636 inscritos nessa categoria, foram aprovados 961.

A presidente da CCV, Profa. Maria de Jesus Corrêa, diz que além dos reprovados no caso da escola pública, existe um contingente enorme de estudantes oriundos desse tipo de escola que nem cogita a inscrição no vestibular. “Não temos

dados oficiais sobre isso, mas é o que sentimos no contato com as escolas públicas. A desistência no dia da prova, ou nos dias que a antecedem, também é comum". Ela acredita que esse é um fator que se deve mais, atualmente, à impossibilidade dessas pessoas de permanecerem apenas como estudantes, pois grande parte precisa trabalhar para se manter. Hoje, segundo o Perfil Sócio-Econômico do Aluno de Graduação, 23,9% dos estudantes da UFC estudaram sempre ou a maior parte da vida em escolas públicas.

3.14.1. PROJETO *UFC INCLUI À UNIVERSIDADE*

Diminuir as barreiras arquitetônicas, pedagógicas e ideológicas em relação às pessoas com deficiência. Com esse objetivo, a Universidade Federal do Ceará lança, em janeiro próximo, o projeto "UFC Inclui à Universidade". O projeto é financiado pelo Ministério da Educação e integra o Programa Incluir, com ações voltadas para a inclusão e permanência de alunos com limitação visual, auditiva, motora e outras.

A programação de lançamento inclui apresentação do Coral do Silêncio, no Bosque do Curso de Letras. Além de apresentação de teatro e música por pessoas com deficiência, haverá exibição de pôsteres de projetos inclusivos, desenvolvidos pela UFC e instituições parceiras. A banda de música da APAE e a companhia de teatro Ponto de Vista também estarão se apresentando.

Segundo a Prof^a Ana Karina Moraes, da Faculdade de Educação, a UFC vai inaugurar em 2006, na Biblioteca de Humanidades, o Laboratório de Informática Educativa para alunos com deficiência. A instituição desenvolve vários projetos inclusivos, tais como: *Acessibilidade e Inclusão*, *Licenciatura em Libras* e *Pré-Vestibular Ludwig Van Beethoven*. O Curso Pré-Vestibular Ludwig van Beethoven abrirá inscrições para novos alunos dia 15 de janeiro de 2006, oferecendo 40 vagas. O cursinho existe há um ano e resulta de uma parceria do Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS) com a Universidade Federal do Ceará. O pré-vestibular anual funciona de segunda a sexta-feira, das 18h às 21h45min, na Aldeota. É gratuito e destinado às pessoas com limitação auditiva. O início das aulas será no dia 1º de fevereiro de 2006. Os professores do cursinho são alunos da UFC especialmente treinados. Eles ministram aulas com a ajuda de intérprete de Libras (linguagem dos sinais).

3.14.2. PROJETOS *PRÉ-VESTIBULAR*

Outra ação a ser destacada é a efetivada através dos cursinhos pré-vestibulares que funcionam na UFC. Eles acolhem estudantes da escola pública e a maioria funciona à noite, cobrando uma taxa mensal. O mais antigo, o Projeto Novo Vestibular (PNV), do Centro Acadêmico de História, completa em 2006, 20 anos de atividades e festeja bom índice de aprovação no Vestibular deste ano da UFC; 55% dos inscritos passaram na primeira etapa, o que equivale a 138 alunos, dos quais 31% obtiveram êxito na segunda fase. O pré-vestibular é modelo para cursinhos que estão começando a surgir, como o articulado pelo Movimento Acorda Timbó, de Maracanaú.

Simone Ramos, da coordenação do Projeto Novo Vestibular, afirma que cerca de 360 alunos iniciaram o pré-vestibular no ano passado, sendo que, com a evasão, cerca de 250 continuaram a frequentar as aulas. O percentual de aprovação no vestibular da UFC vem se mantendo estável nos últimos anos. Em 2006, o cursinho pretende

disponibilizar apostila para os alunos (mediante pagamento de taxa), com material contemplando todas as disciplinas.

O cursinho oferece 400 vagas para estudantes que tenham estudado no mínimo dois anos do Ensino Médio em escola pública. Alunos que realizam os exames supletivos junto à Secretaria de Educação Básica do Ceará (Seduc) têm assistido às aulas do pré-vestibular para consolidar o aprendizado. As aulas começam dia 20 de fevereiro, no centro de Humanidades II, no Benfica, funcionando de segunda a sexta-feira, das 18h30min às 22h30min. Mesmo com instalações apertadas, a coordenação do cursinho tenta superar as limitações materiais, como observa o coordenador do Projeto, professor Francisco de Assis Santos de Oliveira. Ao todo, são 26 pessoas ligadas ao PNV, entre bolsistas, professores e coordenadores.

Outro cursinho, cujos alunos também vêm obtendo bom índice de aprovação no vestibular, é o oferecido pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFC (Sintufce), que registrou 44% de aprovação na primeira etapa do Vestibular 2006 da UFC. Dos quase 100 estudantes inscritos, 44 tiveram êxito na primeira fase, enquanto na segunda etapa, nove foram aprovados. O pré-vestibular funciona há cinco anos no Benfica, oferta 150 vagas e é voltado aos servidores da UFC e aos seus dependentes.

Com seis anos de funcionamento, o Curso XII de maio, pré-vestibular da Faculdade de Medicina, também festeja os bons resultados no Vestibular da UFC. Dos cerca de 250 estudantes que freqüentavam o curso, 112 passaram na primeira etapa da seleção e 25 na segunda fase. Situado no Campus Porangabussu, o cursinho ofereceu 350 vagas neste início do ano. As aulas são à noite e começam dia 6 de março.

O Pré-Vestibular do Centro de Ciências encerrou inscrições em 3 de fevereiro, ofertando 800 vagas. As aulas terão início no dia 1º de março, no horário de 18h30min às 22h (de segunda a sexta-feira) e aos sábados de 8h às 11h30min. O cursinho funciona desde 1992 no Campus do Pici, Bloco 902, Centro de Ciências.

O Curso Paulo Freire é um projeto de extensão da faculdade de direito que este ano abriu 60 vagas para egressos da escola pública o que cursaram o Ensino Médio em instituição particular (desde que tenham bolsa de 50%). O pré-vestibular funciona há seis anos e também obteve bons resultados no vestibular da UFC. Dos 25 estudantes que compareciam às aulas, 15 foram aprovados na primeira fase do exame e seis tiveram êxito na segunda fase.

O Curso Pré-Vestibular Ludwig van Beethoven existe há um ano e resulta de uma parceria do Centro de capacitação de Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS) com a Universidade federal do Ceará. O pré-vestibular anual funciona de segunda a sexta-feira das 18h às 21h45min, na Aldeota. É gratuito e destinado a pessoas com deficiência auditiva. Os professores do cursinho são alunos da UFC especialmente treinados. Eles ministram aulas com a ajuda de intérprete de Libras (linguagem dos sinais).

3.14.3. PROJETO *MONITORIA DE PACIENTES COM DOENÇA DE CHAGAS*

Pela primeira vez no Ceará uma pesquisa realiza monitoramento de pacientes com doença de Chagas; o Projeto “Implementação de um serviço de Atenção Farmacêutica aos pacientes Chagásticos do Estado do Ceará” visa melhorar a qualidade de vida dos portadores da doença, acompanhá-los para observar as reações ao medicamento usado no tratamento e impedir que eles desenvolvam o tipo mais

grave da doença, que atinge cerca de 5 milhões de brasileiros e, a cada ano contamina mais de 20 mil.

O trabalho coordenado pela professora Maria de Fátima de Oliveira, do Departamento Análises Clínicas e Toxicológicas da Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem (FFOE) da UFC, teve início no ano passado, com doentes chagásticos atendidos no Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC). O serviço especializado no HUWC é coordenado pelo cardiologista Marcondes Tavares. O projeto foi contemplado com financiamento do CNPq e, hoje acompanha 28 pacientes, que apresentaram alterações hematológicas e bioquímicas.

A Profa. Fátima de Oliveira diz que era necessário implantar um serviço voltado para as necessidades dos pacientes chagásticos, pois, no Ceará, a doença é endêmica, chegando a atingir uma prevalência de 9,85 da população do município de Crateús e 6% em Acopiara. Também não havia centros de atenção ao paciente chagástico no estado e era necessário acompanhar os pacientes em uso do Benzonidazol. As evidências de que o tratamento etiológico pode impedir a evolução da doença também justificava o projeto, diz.

O Benzonidazol (com nome de marca Rochagan) é a única droga disponível no Brasil para tratar a enfermidade. Pode causar sérias reações adversas e só é disponibilizado pelo Ministério da Saúde para centros de referência de tratamento de pacientes com doença de Chagas ou projetos de pesquisa. Os efeitos colaterais podem ir desde reações na pele a alterações no sangue e até paralisias temporárias. Em alguns casos, a administração do remédio precisa ser suspensa.

Ao projeto, integram-se pesquisa de dois mestrados: Alcidésio Sales Sousa Júnior (“Desenvolvimento de um modelo de atenção farmacêutica a pacientes chagásticos”) e Vânia Maria Oliveira de Pontes (“Monitoramento de pacientes chagásticos crônicos atendidos no ambulatório do Hospital Universitário Walter Cantídio em tratamento com Benzanidazol”).

O trabalho de Alcidésio pode ser implantado na rede SUS pelo Ministério da Saúde, quando for concluído. Como o Projeto tem previsão de ir até 2010, à medida que esses mestrados concluírem suas pesquisas outros serão agregados. Em paralelo, a Profa. Fátima faz um estudo que vai tornar mais preciso os números relativos à doença no Ceará. Ela visita municípios do interior realizando exames de sangue para detectar novos casos.

A chefe do Departamento de Análise Clínicas e Toxicológicas da FFOE, Profa. Gorete Rodrigues de Queiroz, considera o projeto importante por contribuir não só para a comunidade científica, mas para os pacientes e suas famílias que, de outro modo não teriam acesso a um tratamento e acompanhamento desse nível. “É a contribuição que o Departamento dá para a comunidade de uma maneira em geral”, conclui.

3.14.4. PROJETO SEMENTE

Desde novembro de 2003, o Projeto Semente atende bebês de zero a três anos, além de crianças e adolescentes até 16 anos com algum tipo de necessidade especial. Cerca de 200 pessoas recebem atualmente tratamento e acompanhamento odontológico gratuito realizado pela equipe de 12 estudantes e cinco dentistas, que também trata pacientes do centro cirúrgico do Hospital Universitário Walter Cantídio.

De acordo com a coordenadora da atividade de extensão, Cristiane Donteles, o Projeto Semente surge da identificação de uma lacuna no atendimento odontológico oferecido pela Universidade. A Clínica de Odontopediatria só recebia crianças a partir de quatro anos. Os pacientes mais jovens, com algum tipo de deficiência, encontravam dificuldade para conseguir vaga e dar continuidade ao tratamento no Núcleo de Estudos em Pacientes Especiais da UFC (Nepe).

E como é o atendimento a esse público tão específico? No caso dos bebês, a estudante do sétimo semestre de Odontologia, Thyciana Ribeiro, explica uma das “táticas”: premiar por bom comportamento oferecendo um brinde como um balão. Um ou mais auxiliares participam da consulta, mas, de vez em quando, os pais precisam ajudar a segurar a criança. “É um trabalho praticamente a seis mãos, às vezes até oito!”, conta. A estratégia parece funcionar. Maria Laurizeth Gonçalves, mãe de Breno, de quatro anos, diz que o filho adora ir às consultas no Projeto Semente. “Ele diz vou estudar para ser médico de dente, igual Às minhas tias”, afirma a mãe.

Em relação aos pacientes portadores de necessidades especiais, a dificuldade de estabelecer o diálogo, em alguns casos, traz complicações ao tratamento odontológico. Outros problemas são: a adaptação da criança ao ambiente da clínica – por não ficar confortável na cadeira – ou a musculatura da boca ficar se contraindo (que é o caso das que têm paralisia cerebral). “É gratificante ver toda a carga tributária paga retornar na forma de benefício. O serviço é altamente qualificado”, pontua José Moreira Neto, pai de uma das crianças com Síndrome de Down, atendidas pelo Projeto Semente. Seu filho Davi, de seis anos, participa de sessões de terapia ocupacional e fonoaudiologia, além do tratamento odontológico.

Das sementes plantadas no projeto, é preciso destacar as acadêmicas. São aceitos estudantes de quaisquer semestres da Odontologia, mesmo os que ainda não tenham cursado a disciplina Odontopediatria, lecionada no sétimo semestre. Os alunos observam, entram em contato com o cotidiano da clínica, marcam consultas e lidam com os pais das crianças, contra Cristiane Fonteles.

Além de estarem envolvidos com as atividades da clínica, alguns alunos participam de pesquisas ligadas ao Projeto. Um exemplo é Milene Holanda, bolsista de iniciação científica que investiga a saliva como meio para diagnosticar a cárie na primeira infância.

Porém, como em todo jardim, nem tudo são flores. A infra-estrutura é da UFC, mas parte do material empregado nas consultas do Projeto vem do que é fornecido para as disciplinas do curso de Odontologia. Máscaras, gorros e luvas são providenciados pelos próprios alunos. Apesar disso, a coordenadora do Projeto Semente fala de uma das melhorias conseguidas: uma bolsa de extensão, que mantém um aluno para sistematizar o funcionamento da clínica. A partir de abril, o Projeto Semente vai tratar pacientes com lábio leporino, pré-selecionados através de outro projeto organizado na Faculdade de Odontologia. As crianças devem ser preparadas para as cirurgias de correção na próxima “Operation Smile”. Trata-se de uma missão de dentistas estadunidenses que já veio nove vezes a Fortaleza e, desde 2005, conta com apoio da UFC. Muitas crianças deixavam de ter acesso ao procedimento por estarem com cárie ou placa. “A nossa esperança é aumentar a chance delas de serem operadas”, afirma Cristiane Fonteles.

3.14.5. ORIENTAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO CORRETA DE MEDICAMENTOS

Fundado no Departamento de Farmácia, em 1991, o Grupo de Prevenção ao Uso Indevido de Medicamentos da UFC (GPUIM) vem atuando basicamente através de um instrumento: *a informação*. “E essa é prestada tanto ao grande público como aos profissionais da área da saúde”. É o que explica a atual coordenadora do Grupo, Profa. Miriam Parente Monteiro. O trabalho é realizado através de três serviços. O mais antigo deles, o Centro de Informação de Medicamentos (CIM), acabou de receber o segundo lugar como projeto de extensão nos Encontros Universitários da UFC.

O CIM fornece informações sobre medicamentos, efeitos colaterais, reações adversas e interações medicamentosas a pessoas leigas e da área de saúde. “As solicitações nos chegam basicamente através de telefone, depois por fax e por e-mail. Raramente acontecem pessoalmente”, diz a coordenadora. Boletins também são elaborados pela equipe do Centro, direcionados a farmacêuticos, profissionais de saúde e a unidades de saúde de dentro e fora do Estado, através de fax e e-mail.

Esses dois públicos dividem o percentual de solicitações nos últimos dez anos. “A principal dúvida dos que recorrem ao serviço diz respeito à indicação. As pessoas querem saber para que estão usando a posologia (como e que quantidade), além das interações medicamentosas”, afirma a coordenadora. De dezembro de 1994 a dezembro de 2005, foram feitas 2.133 solicitações de informação sobre uso de medicamentos.

Outro serviço importante do GPUIM já funciona há oito anos. É o Centro de Farmacovigilância do Ceará (Ceface). Pioneiro na farmacovigilância, o Centro se preocupa com a busca e notificação de reações adversas em pacientes que estão submetidos a um determinado medicamento. A coleta de informações é feita de forma espontânea e com a busca ativa em hospitais. A partir da manifestação de reações adversas, a equipe do Ceface elabora o estudo de todos os fármacos em utilização para saber se o problema está com o medicamento ou decore da condição clínica do paciente. A resposta é repassada a quem fez a notificação.

O terceiro instrumento de atuação do GPUIM é o Centro de Estudos e Apoio à Assistência Farmacêutica. (Ceaaf). Este Centro elabora material informativo para escolas, realiza treinamentos de agentes de saúde, dá palestras em escolas, orienta grupos de idosos. “O objetivo maior é informar, de maneira a capacitar essas pessoas para terem uma atuação nesse assunto”, afirma Miriam.

O trabalho do GPUIM vem contribuindo para a formação de pesquisadores e professores do Departamento de Farmácia. “Muitas das questões trabalhadas aqui, a partir das solicitações, inclusive as polêmicas, acabam virando dissertações e teses”, informa a coordenadora. E o interesse no trabalho do Grupo vem crescendo na comunidade acadêmica, atualmente, o GPUIM conta com a participação de mais de 15 estudantes. A grande maioria deles atua de forma voluntária.

3.14.6. CLÍNICA DE PSICOLOGIA

O que é uma clínica-escola? As palavras que compõem o termo tornam possível a apreensão de alguns significados: lugar de tratamento, de aprendizagem, de dedicar-se ao bem-estar do outro. O trabalho vivenciado por professores, servidores e estudantes da Clínica de Psicologia da Universidade Federal do Ceará não foge desses significados iniciais, mas se expande em função de um amadurecimento pessoal que leva a uma maior conscientização das necessidades do outro.

A Clínica de Psicologia da UFC é vinculada ao Departamento de Psicologia e existe desde 1977. Ela foi criada para cumprir as exigências do conselho Nacional de educação para o funcionamento e reconhecimento dos cursos de graduação da área. Os atendimentos são feitos por estudantes a partir do oitavo semestre, que cumprem carga horária da disciplina de estágio de caráter obrigatório (com duração de um ano) ou opcional (um semestre).

O “outro” nessas terapias é bastante diversificado. Segundo a coordenadora acadêmica da clínica, Vilma Maria Barreto Paiva, a predominância é das mulheres na faixa etária considerada adulta, a partir de 18 anos. “A mulher enfrenta mais realisticamente a sua dificuldade”, explica a professora, enfatizando que o público feminino busca mais terapia em qualquer lugar. Apesar disso, ainda existe um número significativo de homens, além de idosos, adolescentes e crianças. A maior parte dessas pessoas é de baixa renda, algumas com dificuldade até de pagar o transporte para ir às sessões.

No mês de maio (em que os dados da clínica foram disponibilizados), estavam em atendimento cerca de 300 pessoas. Enquanto isso, mais de quatrocentas esperavam o início da terapia. É justamente a grande lista de espera uma das complexidades apontadas por Geana de Alencar Libório, coordenadora administrativa. Ela explica que o número de pessoas atendidas depende da quantidade de estagiários. Os estudantes da UFC podem escolher entre quatro áreas da Psicologia para essa experiência: escolar; organizacional, social e comunitária; hospitalar e, por fim clínica, que pode ser desenvolvida na Clínica-escola.

O número de estudantes que faz essa última opção varia muito, segundo a professora Vilma Paiva. Ela afirma que em alguns semestres são 70 estagiários, enquanto, em outros, são apenas 25. Por isso, as inscrições são feitas apenas no início de cada semestre, quando estão definidos os estagiários e as abordagens disponíveis para o período. Cada estudante atende, em média, oito clientes, e parte de uma das linhas de tratamento, como psicanálise, behaviorista, humanista, entre outras. Os professores do curso de Psicologia supervisionam o tratamento, acompanhando passo a passo o processo terapêutico.

Isabele Oliveira Cavalcante, estudante do décimo e último semestre de Psicologia na UFC, optou por trabalhar a abordagem psicodramática em seus atendimentos. “A clínica simboliza bem o que é a Psicologia. A gente vivencia na prática o que passa quatro anos e meio ouvindo na teoria, em sala de aula”, sublinha. Para Isabele, o estágio é um exercício da Psicologia de “consultório” ensinada no curso. Ela vai ao consultório três vezes por semana, mas reserva um dia extra para alguma emergência dos clientes.

“Não é pelo fato de ser estagiário que o trabalho não é credenciado. É um trabalho bom, até porque por trás de cada estagiário tem um supervisor com bastante experiência”, opina Vilma Paiva, também vice-coordenadora do curso de Psicologia. Antes de começarem os atendimentos, os estudantes passam por sessões de treinamento, nas quais recebem orientações sobre a postura que devem tomar, inclusive em relação ao sigilo. Estudantes e supervisores não podem discutir os casos fora do ambiente da Clínica, e o acesso às fichas de atendimento é restrito.

Na clínica, além do atendimento individual, existe a possibilidade de ser entendido em grupo. Uma das professoras que fazem o trabalho de supervisão, Liliam

Aldeodato desenvolve, desde 1993, projeto de extensão para atender grupos de adolescentes. Além da prática, os estudantes fazem reflexões a partir das intervenções baseadas no Psicodrama. Para a coordenadora Geana Libório, essa é uma das alternativas encontradas para aumentar o número de pessoas atendidas e diminuir a lista de espera.

A coordenadora do curso de Psicologia da UFC, Luciana Lobo Miranda, destaca que a clínica, além de ser um momento de aprendizagem, “é um retorno para a população, que é quem paga o salário dos professores”. Na opinião de Geana Libório, essa noção da clínica como espaço público é também um aprendizado. Ela conta que todos zelam pelo local para atender cada vez melhor as pessoas que procuram atendimento. Apesar disso, enfrentam problemas com o mobiliário, já muito desgastado pelo uso e pela ação de cupins.

Atualmente, a sede da clínica passa por uma reforma estrutural para diminuir os estragos da chuva. No entanto, ainda falta o conserto de aparelhos de ar-condicionado, demanda que tem impossibilitado o uso de algumas salas de atendimento. Outra necessidade apontada pela coordenação da clínica é um telefone institucional que faça ligações para celular. A professora Vilma Paiva explica que, com as altas tarifas da telefonia fixa, muitas pessoas de classe média baixa preferem usar os celulares pré-pagos. Dessa forma, para alcançar o público, professores e estudantes acabam custeando os gastos das ligações.

3.15. AÇÕES DE ASSISTÊNCIA AOS DISCENTES

Dentre as inúmeras ações de assistência estudantil postas em prática pela UFC destacam-se as de natureza acadêmica (bolsas e auxílios à participação em eventos científicos e culturais) e as de natureza de saúde coletiva. O quadro a seguir fornece alguns dados relevantes acerca dos quantitativos dessas duas ações, nos anos 2003 e 2005.

Atividades de Assistência Estudantil	2003	2004	2005
Bolsas			
- Iniciação Científica	517	547	572
- Programa de Iniciação Tutorial (PET)	204	204	204
- Monitoria de Graduação	333	333	313
- Assistência	320	320	320
- Extensão	120	119	119
- Informática	50	40	40
- Arte	25	20	20
- Coral	30	30	30
- Camerata	20	20	20
- Tecnologia	10	10	13
Assistência ao Discente (número de atendidos)			
- Serviço Médico	2.578	2.681	2.577
- Serviço Odontológico	6.691	6.741	5.447
Refeições Servidas	327.647	356.084	346.210
Apoio à Participação em Eventos Científicos			
- Discentes Contemplados	469	417	4

De todos esses dados, há que se ressaltar o aumento na quantidade de bolsas de Iniciação Científica (IC) em mais de 5%, bem como no número de refeições servidas anualmente pelo Restaurante Universitário (R.U.), que sofreu incremento de quase 10%.

3.15. 1. RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA

Prestar assistência médico-odontológica, de moradia e refeições é responsabilidade da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Quem vem de fora estudar na UFC e não tem condições de pagar um aluguel poderá solicitar vaga em uma das 14 residências universitárias. Uma delas é mista e foi constituída especialmente para esse fim. As outras 13 (9 masculinas e 4 femininas) são casarões antigos no bairro Benfica. Para requerer a vaga de residente o interessado deve ir á Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. O Conselho de Residentes, presidido pelo aluno Cleonir diz que a infraestrutura das residências ainda é precária, mas reconhece o benefício do programa para os alunos que vêm do interior e não tem condições de pagar moradia.

Ruimar Francelino de Sousa, 20 anos, aluno do 4º de Ciências Econômicas, natural de Quixeramobim, acha positivo morar numa Residência Universitária. “Você está sempre em um ambiente de estudos. Para quem, antes, vivia com os pais é um processo novo. Você tem que se socializar, conviver com pessoas diferentes”, diz. Marques Luz, 23 anos, aluno de Pedagogia, veio de Apuiarés. Avalia que seria muito difícil permanecer na Universidade se não estivesse morando numa residência universitária. Acha também a experiência a experiência enriquecedora, uma vez que exercita a convivência com pessoas de diversos lugares, além de exigir a participação na gerência das casas, limpando, zelando e organizando tudo.

3.15. 2. RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO

Ao restaurante Universitário (RU), qualquer aluno da UFC tem acesso. Basta apresentar a carteira de estudante. Dos 1.900 almoços servidos diariamente, 90% são para estudantes. Quem não é residente paga R\$ 1,10. o valor do ticket para servidor é R\$ 1,60 e para professores e visitantes, R\$ 2,20. Além do almoço gratuito, aos residentes são oferecidos 250 cafés d amanhã e a mesma quantidade de jantares por dia. O cardápio é balanceado e elaborado por nutricionistas, com apoio dos cursos de economia Doméstica e Engenharia de Alimentos. É composto de arroz, feijão, salada, carne (gado, peixe ou frango) e às quartas-feiras, feijoada. Há uma unidade do RU no Pici e outra no Benfica. Para os fins de semana, os residentes recebem alimentos que são preparados por lês mesmos nas residências universitárias.

3.15. 3. ASSISTÊNCIA À SAÚDE

No serviço Médico-odontológico, ao lado do Restaurante Universitário do Benfica, o aluno poderá realizar consultas médicas e odontológicas, além de contar com equipes de perícia para os casos de justificativas de faltas ou trancamento da matrícula. O diretor do Serviço, José Inácio parente, informa que são oito médicos e seis dentistas trabalhado para atender os alunos, professores e funcionários técnico-administrativos.

Além das consultas médicas, há um setor de enfermagem para curativos, aplicação de injeções e verificação de pressão. Quando há uma necessidade de exames ou procedimentos médicos mais especializados, o paciente é encaminhado par ao Hospital Universitário Walter Cantídio. Na área de Odontologia, o serviço faz o

diagnóstico, extrações, obturações e pequenas cirurgias e a profilaxia oral (limpeza). Não realiza, no entanto, ações de endodontia (tratamento de canal) nem ortodontia (colação de aparelhos corretivos).

3.15. 4. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A emissão da carteira estudantil que dá direito à meia passagem e meia-entrada em cinemas, teatros e outras casas de espetáculos, é feita pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE), entidade que representa todos os alunos da UFC. É lá também que se escolhem, no Conselho de Entidades, os representantes dos estudantes que tomarão assento nas instâncias de decisão da Universidade: o Conselho de Entidades, os representantes dos estudantes que tomarão assento nas instâncias de decisão da Universidade: o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e o Conselho Universitário (Consuni). Para participar do movimento estudantil, o aluno pode entrar em contato com o centro Acadêmico (que representa mais de um curso) ou Diretório Acadêmico (que representa mais de um curso de um mesmo centro ou faculdade). O diretor do DCE, Marcelo Pinheiro Braga, explica que por meio da mobilização estudantil organizada é possível encaminhar reivindicações e sugestões à Administração Superior, organizar lutas específicas da categoria ou mais gerais.

3.15. 5. BOLSAS PARA ESTUDANTES

Como forma de incentivar os alunos de graduação a participar de atividades que irão contribuir para sua formação intelectual, acadêmica e profissional, a UFC concede bolsas remuneradas. Em alguns casos, com o apoio de outras instituições, como Funcap e CNPq. Algumas podem ser solicitadas desde o primeiro semestre; outras exigem pré-requisitos e o interessado deve ficar atento à publicação dos editais.

3.15. 6. GRADUAÇÃO

A Pró-Reitoria de Graduação tem à disposição dos alunos dois tipos de bolsas: a de monitoria, com atividades didático-pedagógicas que vão ajudar na formação para o exercício da docência, e as do Programa Especial de treinamento (PET), que proporcionam aos alunos conhecimentos acadêmicos, através da participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão. A Coordenadora de Acompanhamento Discente da Pró-Reitoria de Graduação, Profa. Vanda Magalhães Leitão, explica que, na UFC, há 17 grupos PET, com 12 bolsistas cada, num total de 240 bolsistas. Eles recebem por um período de 10 meses, mas este ano, por causa da alteração do calendário universitário em decorrência da greve, a bolsa será paga por nove meses, a partir de abril de 2006.

3.15.7. POLÍTICA INSTITUCIONAL PARA A PRESERVAÇÃO DE LIVROS

O Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará lançou no dia 27 de março a campanha “Cuide do livre, preserve o saber”. A intenção é incentivar em todos os usuários a responsabilidade pela preservação do acervo para que as futuras gerações possam ter acesso à memória registrada. Também aos objetivos da campanha estimular o amor aos livros e o respeito ao patrimônio público. O diretor da Biblioteca Universitária, Francisco Jonatan Soares, diz que a campanha será permanente. Todo semestre o material de divulgação e outras ações serão renovados com o objetivo de abranger os novos alunos.

No lançamento da campanha foi enviado às coordenações de curso o kit com material informativo constando de cartazes, folders, marcadores de livros e adesivos. Agora, peças são distribuídas ao público. Também foram confeccionadas camisas com a logomarca da campanha para os funcionários da campanha para os funcionários e bolsistas de bibliotecas. Ainda como parte do lançamento foi montada a mostra “Vestígios: Marcas deixadas nos caminhos do livro” nos três campi: na Biblioteca de Ciências Humanas (Benfica), Ciências da Saúde (Porangabuçu) e Ciência e Tecnologia (Pici). A exposição reúne livros danificados, para mostrar ao público o que deve ser evitado.

Na criação do material educativo, houve a participação de alunos bolsistas do curso de Comunicação Social (Publicidade e Propaganda) da UFC. Além da Biblioteca Universitária, a realização da campanha é também da Pró-Reitoria de Planejamento com o patrocínio da associação Técnico-Científica Engenheiro Paulo de Frontin (ASTEF), centro de Treinamento e desenvolvimento (CETREDE) e Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC).

O Sistema de Bibliotecas da UFC é composto por 14 unidades. As setoriais de Ciência e Tecnologia, Ciências da Saúde, Ciências Humanas, economia Agrícola, da Faculdade de Direito, do Curso de Arquitetura, do Curso de Matemática, Curso de Física, Curso de Pós-Graduação em Economia, Instituto de Ciências do Mar (Labomar), faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade (FEAAC), Curso de Mestrado em Engenharia e mais duas no interior, nos cursos de Medicina em Sobral e Barbalha.

O acervo reúne 230 mil exemplares de livros, além de periódicos, CDs, teses e dissertações. A partir da página da Biblioteca na internet (<http://www.ufc.br/bibliotecas>) é possível acessar serviços como o portal de periódicos da Capes e o TEDE (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações). Com a informatização do Sistema, o usuário cadastra uma senha e, assim, pode fazer consultas, reservas e renovações pela internet. Procedimentos como o inventário (o balanço anual) tornou-se mais rápidos. Jonatan informa que antes esse trabalho era feito em dois meses. Este ano a previsão era fazer o inventário em 15 dias. E a reabertura das bibliotecas que seria só no dia 3 de abril pôde ser feita no dia 27 de março, data do início do semestre letivo. Ele prevê que no próximo ano nem será necessário fechar as bibliotecas para balanço.

3.15.8. PESQUISA

Com o objetivo de desenvolver no aluno de graduação a vocação para pesquisa, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação coloca à disposição 572 bolsas de Iniciação Científica. São três modalidades: 442 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no valor de R\$ 300,00; mais 30 de Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento (Funcap), no valor de R\$240; e 100 da própria UFC, no valor de R\$ 180,00. A diretora da Divisão de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Adelânia Roque, informa que os editais serão divulgados em abril e podem ser acessados no site da UFC (www.ufc.br). O interessado deve ser indicado por um professor-orientador e não pode ter mais de uma reprovação em nenhuma disciplina.

3.15.9. EXTENSÃO

O programa incentiva a aprendizagem através da atividade extensionista. Por ano, disponibiliza 140 bolsas de R\$ 180,00. Cada uma das quatro coordenadorias da Pró-Reitoria de Extensão é responsável por determinadas áreas temáticas. Coordenadoria de Desenvolvimento Regional: meio-ambiente e trabalho; Coordenadoria de Ação Social e Comunitária:saúde, Coordenadoria de Integração Universidade – Setor Produtivo:tecnologia; Coordenadoria de Integração Universidade – Movimentos Sociais: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Educação. Pode concorrer á seleção o estudante regularmente matriculado e que esteja freqüentando um curso de graduação da UFC afim a cada uma dessas áreas.

3.15.10. ASSISTÊNCIA

A Pró-Reitoria de Assuntos estudantis coordena as bolsas de assistência, também no valor de R\$ 180,00. por ano são destinadas 300 bolsas, prioritariamente, a estudantes com dificuldades socioeconômicas, que apresentem rendimento acadêmico satisfatório e que estejam regularmente matriculados em dos cursos de graduação da UFC. Os bolsistas selecionados prestam serviços de natureza técnico-administrativa nas unidades da UFC.

3.15.11. CULTURA E ARTE

Para estudantes com vocação artística ou de pesquisa nessa área, o Instituto de Cultura e arte (ICA) também disponibiliza bolsas. São 85 no total, divididas em três modalidades. As de Projetos Permanentes compreendem bolsas do Coral da UFC (17), Grupo de Flautas (4), Grupo de Violões (4), Coral da Casa de Estudos Musicais (1), Brincantes Cordão do Caroá (4), Verso de Boca (5) e Orquestra de Câmara UFC/Sesi (22). Já a Bolsa Arte Criação (20 no total) contempla iniciativas nas áreas de Artes Plásticas, Literatura, Estilismo e Moda, Artes Cênicas, Músicas e Cinema. A Bolsa Arte Pesquisa, voltada para atividades junto aos acervos do ICA, coleções e museus da UFC, são assim distribuídas: 6 para a casa de José de Alencar e 2 para o Museu de Arte. Todos os bolsistas, com exceção daqueles da Orquestra, recebem entre R\$ 180,00 e R\$ 420,00. O edital com critérios. O edital com os critérios para seleção já saiu e as inscrições vão até o dia 7 de abril.

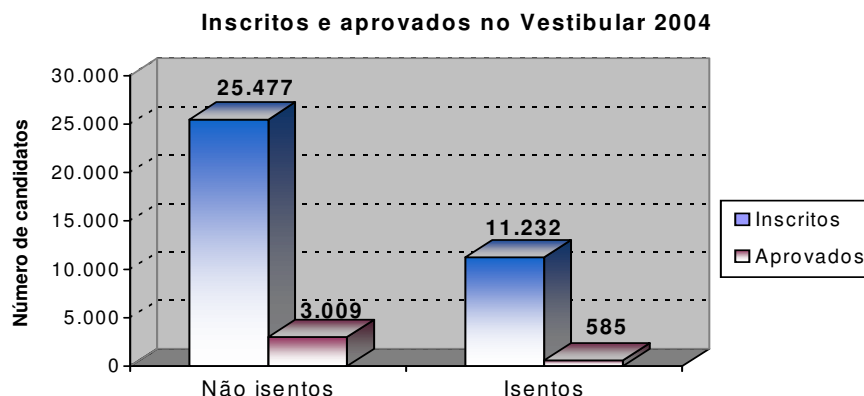
Outra modalidade de bolsa para alunos de graduação é a de Suporte e Sistemas Computacionais, vinculada ao Núcleo de Processamento de Dados (NPD). Também no valor de R\$ 180, 00, prepara o aluno para ministrar cursos, implantar e gerenciar redes de computadores, com edital a ser divulgado também até abril. Há ainda a Bolsa do Programa Duplo Diploma, que permite ao estudante estudar no exterior, sobre a qual o aluno pode ter detalhes nas Coordenações de Cursos e Coordenadorias de Assuntos Internacionais.

3.16. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DO VESTIBULAR DA UFC

Faz-se imperioso destacar uma informação reveladora da crescente responsabilidade social da UFC: *as concessões de isenções do pagamento de taxa de inscrição*. Conforme dados institucionais, em 2002 foram dadas 6.555 isenções (18,5% dos candidatos inscritos), elevando-se, em 2006, para 14.312 (38,4% do total de inscritos). Esse dado sugere a preocupação da gestão da UFC visando a implementar ações afirmativas.

Esta é uma louvável e relevante ação institucional destinada aos egressos do ensino Médio que, comprovadamente, não têm condições econômicas para tal. Conforme atestam os dados presentes no relatório Técnico da Comissão Coordenadora do Vestibular, foram aprovados 11,8% dos 25.477 candidatos não isentos do pagamento da taxa de inscrição (n = 3.009). Entre os isentos, 585 conseguiram a aprovação, o que representa 5,2% do total de isentos (N = 11.232 inscritos).

Porém, considerando-se o número de isentos aprovados na 1ª etapa do vestibular (n = 2.593) ingressaram na graduação da UFC o correspondente a 22,6% desse contingente (n = 585), conforme atesta o gráfico a seguir.



Por fim, faz-se imperioso destacar uma informação reveladora da crescente responsabilidade social da UFC: *as concessões de isenções do pagamento de taxa de inscrição*. Conforme dados institucionais, em 2002 foram dadas 6.555 isenções (18,5% dos candidatos inscritos), elevando-se, em 2006, para 14.312 (38,4% do total de inscritos). Esse dado sugere a preocupação da gestão da UFC pela implementação de ações afirmativas.

3.17. ATIVIDADES ARTÍSTICAS E CULTURAIS

O Instituto de Cultura e Arte (ICA) foi criado em outubro de 2003 e tem como principal objetivo estabelecer políticas culturais que atendem para a democratização do acesso aos bens culturais e o respeito às diferentes manifestações artísticas pois entende a cultura como fator de desenvolvimento humano.

Durante o ano de 2005 foram consolidadas ações visando a definir o perfil de atuação do ICA e consolidar uma política de ação cultural, para coordenar e articular os equipamentos culturais da UFC e os cursos e atividades de arte. Dentre as principais ações desenvolvidas em 2005, destacam-se:

1. Estimular a formação de grupos de estudo na área de cultura e arte (apoio a vários grupos, como os Brincantes do Cordão do Caroá, Verso de Boca);
2. Organizar os Encontros de Cultura e Arte (realização do II Encontro de Cultura e Arte, dentro dos Encontros Universitários que ocorrerá em fevereiro de 2006);
3. Ações para recuperação e revitalização dos órgãos e equipamentos vinculados ao ICA, para reestruturação e revitalização dos cursos de extensão na área de artes;

4. Apoio e participação em exposições, seminários e outros eventos dentro e fora da UFC (Panorama Literário – Academia Cearense de Letras, II Semana de Humanidades, II Semana de Educação Musical, documentário-fotográfico *Ao senhor Alfredo C. de Miranda* – Coordenação de Comunicação Social e Publicidade da UFC, V Salão de Abril, II Festival de Música na Ibiapaba, concurso de redação e desenho do TJA (95 anos história x arte e cultura);
5. Apoio às comemorações do Cinquentenário de criação da UFC;
6. Recuperação e revitalização da Casa de José de Alencar (Comemoração dos Quarenta Anos de Instalação da Casa, lançamento de *Iracema*, Lenda do Ceará – 140 anos, edição bilíngüe);
7. Publicação do livro *Iracema* (140 anos de publicação do romance) em edição bilíngüe lançado no Brasil e na França dentro do ano comemorativo do Brasil na França;
8. Tombamento do acervo do MAUC em parceria com o IPHAN (em curso).
9. Coordenação do Programa Bolsa-Arte;
10. Apoio aos projetos do Coral da UFC, Grupo de Flautas, Camerata de Violões, Brincantes do Cordão do Caroá, Verso de Boca, Orquestra de Câmara UFC/SESI, entre outros;
11. Apoio às exposições e ações do MAUC (Cinco ou Mais, 1ª Mostra do Curso Superior de Tecnologia em Artes Plásticas, Babinski Burgos – Epifanias, Belchior – Cidadão de Fortaleza, parceria ICA / MAUC na cessão de obras do artista Chico da Silva para exposição no BNB, apoio logístico no empréstimo de 40 peças ao *Musée de dessin et de l'estampe originale*, em Gravelines, França);
12. Contribuir para a elaboração do Sistema Nacional de Cultura através da participação na I Conferência Municipal de Cultura e na I Conferência Estadual de Cultura;
13. Aquisição de móveis e equipamentos por parte do ICA para suprir as necessidades dos equipamentos culturais;
14. Apoiar a qualificação profissional de servidores, Marcus Antônio Moura Tavares e Wolney Mattos Oliveira, ambos da CAEO que se afastaram da universidade para aperfeiçoamento em outros centros de referência;
15. Apoio à participação dos funcionários do ICA, Francisco Alves de Miranda e Tereza Lúcia de Oliveira Maia no V Colóquio Internacional na América do Sul, em Mar Del Plata, Argentina. Na ocasião foi apresentado o trabalho “Gerenciamento de atividades culturais nas IFES – o caso da Universidade Federal do Ceará”;
16. Seleção para professor substituto na área de cultura e arte: CAEO, CEM, Coral da UFC, CAD.
17. Solicitação de averbação para os projetos e programas vinculados ao ICA (Coral da UFC, Camerata e Bolsa-Arte)
18. Os projetos *Tributo a Moreira Campos e Natércia Campos* e o *II Simpósio Nacional de Casa de José de Alencar* não foram realizados em decorrência da greve dos professores e funcionários.

3.17.1. CASA DE JOSÉ DE ALENCAR

- Durante o primeiro semestre de 2005, o prédio que abriga o museu Arthur Ramos, a pinacoteca Floriano Teixeira, a biblioteca Braga Montenegro, a Administração da Casa de José de Alencar e o treinamento Antonio Martins Filho, passou por uma reforma de recuperação da cobertura, conserto de portas e janelas e pinturas de todo prédio. Neste mesmo período a casa recebeu quatro centrais de ar-condicionado, um ar condicionado de 10.000 Btu's, três computadores e dois geláguas.
- Revitalização do Museu Arthur Ramos.

3.17.2. MUSEU DE ARTE DA UFC (MAUC)

O ano de 2005 ao contrário do ano de 2004 apresenta redução significativa nas atividades de exposições temporárias. Isto se deve a três causas principais:

1. Limitações de recursos, ainda indisponíveis no início do ano letivo.
2. Temeridade de assumir compromissos em virtude dos riscos para as obras de arte ocasionadas por goteiras em três salas de exposições temporárias.
3. A greve com a conseqüente paralização das atividades letivas tornando ausente a clientela estudantil universitária. E a paralização de órgãos vitais ao desenvolvimento e execução de um programa de exposições como conseqüente com o adiamento sistemático dos eventos programados. Apesar da pouca densidade dos eventos temporários, o Mauc manteve aberta à visitação pública nas quatro salas especiais (Chico da Silva, Aldemir Martins, Raimundo Cela e Antônio Bandeira). Isso só foi possível graças ao empenho do Instituto de Cultura e Arte cuja intervenção junto à administração central tornou possível o conserto das centrais de ar condicionado, que findou o ano em quase pleno funcionamento. Atua desta permanente exposição interna o acervo do Mauc esteve presente em exposições significativas do calendário artístico de Fortaleza, entre estas exposições destacamos:

1. (11 de março a 11 de abril) aconteceu a exposição, com as obras da coleção *Cicatrizes Submersas* do artista plástico Descartes Gadelha, em comemoração ao aniversário de Antônio Conselheiro(Quixeramobim)
2. *Arte brasileira nas coleções públicas e privadas do Ceará*.-Unifor
3. *Chico da Silva em Três Dimensões* que acontecerá no BNB entre os dias 18 de julho e 20 de agosto.
4. *Du marché au marchand, la gravure populaire brésilienne*, no período 9 de outubro a 27 de novembro de 2005 (França)
5. “Africana” Espaço Cultural dos Correios de 07/10 à 25/11/2005.

Benefícios quanto a equipamentos chegaram à secretaria administrativa que foi beneficiada neste ano com a aquisição de um computador e um *scanner*. O final do ano trouxe a determinação da Pró-Reitoria de Administração de enfrentar as questões relativas às pendências e aos problemas de restauração da cobertura e de segurança.

3.17.2.1. EXPOSIÇÕES REALIZADAS PELO MAUC

1. O Corpo é uma Casa - Antônio Alegria. 23/02/05.
2. 26 anos de luta – União das mulheres cearenses. De 07 a 15/03/05. Nº de visitantes 134.
3. CEFET – 1ª mostra do curso superior de Tecnologia em Artes Plásticas. De 14/04 a 09/05/05. Nº de visitantes 425.
4. EPIFANIAS – Babinski / Burgos. De 17/05 a 21/06/05. Nº de visitantes 403.
5. PHYTOGRAFIAS – Henrique Martins. De 02/06 a 10/08/05. Nº de visitantes 571.
6. NÓS NEGROS – Estilismo e Moda. De 16 e 17/06/05. Nº de visitantes 104.
7. Retrospectiva das pinturas desenvolvidas na década de 70. Belchior – Cidadão de Fortaleza. De 15/06 a 15/07/05. Nº de visitantes 297.
8. 5 ou mais (Nice – Estrigas – Garcia – Mariza – Kelson – Antº Rocha – Carlos - Macedo – Ivânia). De 11/08 a 07/10/05. Nº de visitantes 273.
9. ARTE & TRANSPORTE – Serigrafias (publicação do ministério dos transportes). De 23/08 a 23/09/05. Nº de visitantes 143.
10. HISTÓRIA ENTRE LINHAS. De 21/10 a 01/12/05. Nº de visitantes 433.

3.17.2.2. PROGRAMA BOLSA ARTE

Programa Bolsa Arte teve o setor de Artes Visuais orientado pelo Mauc, com a participação de quatro bolsistas, selecionados por concurso público. A orientação do setor de Artes Visuais seguiu a orientação geral definida pelo Instituto de Cultura e Arte, tendo como tema central O Romance Iracema de José de Alencar, como parte comemorativa dos cento e quarenta anos de sua publicação.

A proposta desenvolvida pelos bolsistas do Mauc teve como elemento de pesquisa o objeto Rede presente em todo o transcorrer da trama literária. A partir desse elemento elaborou-se uma proposta de uma especialidade do romance, reunindo em torno da rede, frases, objetos, desenhos, cores, materiais, texturas e iluminação. O resultado final foi uma pequena sala aberta ao público por ocasião dos encontros Universitários de 2005 (realizados em fevereiro de 2006) e uma defesa pública da proposta realizada durante o evento.

3.17.2.3. ATIVIDADES DA RESERVA TÉCNICA DO MAUC

No mês de março iniciamos o trabalho na reserva técnica. Começamos com a higienização das molduras dos quadros e a colocação dos mesmos nas respectivas estantes. Cada quadro foi colocado no espaço indicado pelo número contido no seu verso, estes números indicavam o lugar de cada um deles na estante.

A seguir foi realizado um levantamento das matrizes de xilogravura. As peças passaram por uma conferência que teve como base o livro de tombo. As que estavam dispersas pela reserva, foram arrumadas numa mesma estante.

Durante este tempo, algumas obras foram emprestadas para exposições que aconteceram fora do MAUC. A primeira aconteceu em Quixeramobim, onde durante um mês (11 de março a 11 de abril) aconteceu a exposição, com as obras da coleção *Cicatrizes Submersas* do Artista Plástico Descartes Gadelha, em comemoração ao aniversário de Antônio Conselheiro. Para esta exposição foram emprestados alguns quadros e as esculturas em bronze que retratam a procissão.

Outra exposição aconteceu na UNIFOR – *Arte brasileira nas coleções públicas e privadas do Ceará*. Para este evento foram enviadas três obras de Aldemir Martins e

três de Antônio Bandeira. Atualmente estão sendo feitos os registros das doações recentes e corrigidos alguns problemas como números repetidos.

3.17.3. TEATRO UNIVERSITÁRIO PASCHOAL CARLOS MAGNO E CURSO DE ARTE DRAMÁTICA (CAD)

- Nesse ano de 2005, o CAD teve suas atividades prejudicadas pela greve dos funcionários e professores, que inviabilizou a realização de oficinas programadas para serem ministradas no segundo semestre. O curso de extensão não funcionou durante esse ano, pois o corpo docente dedicou-se à reformulação do curso que passa a funcionar dentro de novo padrão e novo currículo a partir de 2006, o que justifica a opção pelas oficinas. Outro problema que afetou ao CAD diz respeito às instalações do Teatro Universitário Paschoal Carlos Magno. Somente no final de 2005 foram atendidas nossas solicitações para reparo do palco. Ainda são necessárias reformas nos banheiros, a instalação de bebedouros e outra série de pequenos reparos;
- Durante o ano de 2005, o corpo docente se reuniu com a Profa. Ana Maria Iório Dias, Pró-Reitora de graduação, com o intuito de criar um curso de licenciatura em artes cênicas. O ICA não foi convidado a participar das reuniões, mas teve conhecimento das mesmas por intermédio do seu coordenador, Prof. Edílson Soares dos Santos, e pelas informações contidas no relatório a nós enviado.

3.17.4. CASA AMARELA EUSÉBIO OLIVEIRA

- Apoio à realização, em Fortaleza, do XV Cine Ceará;

3.17.5. CURSO DE EXTENSÃO EM MÚSICA, AO CORAL DA UFC, À CAMERATA DE VIOLÕES, AO GRUPO DE FLAUTAS:

- O projeto de criação de curso de graduação em Música elaborado pelos professores do CEM, com apoio do ICA e da Pró-Reitoria de Graduação, foi aprovado e neste ano foi realizado o primeiro exame vestibular para ingresso no curso. A graduação em música funcionará na Casa de José de Alencar. O curso passa a estar vinculado à Pró-Reitoria de Graduação enquanto os projetos continuam sob a supervisão do ICA assim como os professores;
- Cabe destacar a viagem do coral da UFC para a Alemanha, dentro do intercâmbio cultural estabelecido entre a UFC e a universidade de Colônia. O coral se apresentou em 7 cidades alemãs e consolidou projetos entre as duas universidades envolvidas no convênio;
- Os projetos do Coral da UFC, à Camerata de Violões e ao Grupo de Flautas continuam sendo prejudicados pelos ainda não solucionados problemas de espaço para o desenvolvimento de suas atividades, conforme já apontado em relatório anterior;
- O grupo de flauta gravou o CD *O Tom do Chico* para o qual ainda faltam recursos para sua finalização bem como agendar uma data para seu lançamento;

3.18. ESTUDOS SOBRE FLUXOS MIGRATÓRIOS NO CEARÁ

Por trás das estatísticas sobre ciclos migratórios, dilemas. A saudade de quem ficou, a insegurança diante do desconhecido e a expectativa de construir nova vida em um continente promissor como a América, convergiam para o mesmo campo de sentimentos conflitivos como a expulsão do lugar de residência, o desenraizamento cultural, a dificuldade de inserção no lugar de chegada. As frases de Zaíra Ary, no artigo *Libaneses no Ceará: um pequeno ensaio sobre os primórdios de uma imigração*, remetem a um micro-universo emocional e cultural envolvido na ação de partir, despertando a curiosidade por um grupo específico que povoou o Ceará entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. “A partir de algumas entrevistas, de algumas conversas amenas e de alguns documentos históricos rudimentares, fiz, em 1976, uma primeira tentativa de recomposição histórica sumária da corrente migratória que ocasionou a vinda para o Estado do Ceará de cerca de 50 famílias libanesas, contando com aproximadamente 170 pessoas”, conta em seu artigo a professora aposentada da Universidade Federal do Ceará (UFC) e doutora em Ciências Sociais pela Universidade Paris VII (França) – que tem origem libanesa.

Recenseamentos de 1920 e 1940 revelam o número de sírios e libaneses fixados nos estados do Brasil. São Paulo destacou-se como principal centro de absorção de imigrantes, calculado entre 38,4% e 49%, respectivamente. No Ceará, a segunda maior colônia de imigrantes, depois dos portugueses, era de libaneses. Até hoje são chamados de “turcos” – talvez mais por hábitos do que por preconceito. Foram, numericamente, a terceira maior colônia do Brasil. Vindos de cidades como Zahlé e Beirute, no Líbano, e da Síria, eram os Bardawil, Fares, Abdalla, Ary, Nassif, Baquit, Belém, Salomão, Otoch, Cury, Dummar, Faheina, Hissa, Jereissati, Skeef, Kalil, Mustafá, Karan, Lopes, Nasser, Romcy, Said, Sarkis. Esses imigrantes não buscavam as propriedades agrícolas, se instalaram em atividades como o comércio, a construção civil e a indústria, motivados pela recessão vivida na Europa após a primeira Guerra Mundial (de 1914 a 1918). Os membros das colônias também desempenhavam a função de mercadores, mascates. Vendiam pentes, perfumes, miudezas de porta em porta nas residências, sobre lona estendida na praça ou em lojinhas e atacados que proliferavam no comércio de Fortaleza.

“Eles vieram, mas não no sentido especulativo de conhecer a excentricidade de outro mundo, como os primeiros viajantes. Era em busca de trabalho, não de emprego, os principais destinos dos imigrantes, de forma geral, eram Nova Iorque, Cuba, Buenos Aires e Brasil”, diz a professora do Departamento de Ciências Sociais da UFC, Peregrina Capelo. A maioria dos imigrantes espanhóis nas américas eram gallegos. O avô gallego de Peregrina trabalhava com sapatos tinha um curtume em Quixadá (sertão central cearense), onde ela nasceu.

Em seu artigo, Zaíra Ary conta uma história que muito se assemelha a dos imigrantes que escolheram o Ceará para se abancar. O libanês de Trípoli Demétrio Dibe e seu irmão, Elias, vieram de navio para o Brasil por volta de 1888. um dos irmãos, Antônio, teria sido assassinado por um muçulmano e Elias queria vingar sua morte. Mas foi convencido por Demétrio a emigrar com ele para evitar outras rixas e nova tragédia. Chegando ao Piauí, Demétrio fundou sua primeira loja. Três anos depois, fora viver no Ceará. A busca de enriquecimento o direcionou sempre para novos centros.

“Diferentemente de Belém do Pará, São Paulo e Rio de Janeiro – pólos atrativos muito fortes – O Ceará foi mais tímido”, complementa Peregrina.

“Ao se mudar para Fortaleza, com seu irmão Elias e uma empregada doméstica chamada Teodora (a quem eles ensinaram a falar árabe e também a fazer comidas árabes), mandou vir do Líbano sua mãe, Angelina, sua esposa, Rufina Tromps Dibe, e Zaíra, sua única filha na época, com dois anos de idade. No Ceará, nasceram Helena, Adelina e Miguel. Helena, minha avó, então, teria sido a primeira descendente de libaneses a nascer no Ceará, em 1894”, detalha Zaíra. Alguns dos viajantes que para cá rumaram, também foram impulsionados por questões de lutas internas da região onde viviam. “Católicos libaneses eram alistados para a guerra. Vir para cá era uma estratégia de sobrevivência econômica, política e religiosa”, destaca Peregrina que desenvolve pesquisa intitulada “Os estrangeiros no Ceará”, iniciada em 2003. Estuda histórias de vida de núcleos familiares, de procedências diferentes, que se instalaram no Estado entre o início e os anos 50 do século XX. “O que quero são as microrrelações de poder, como isso se instala e se instaura. Meu pai chegou aqui em 1928, com 13 anos de idade. Era pastor de ovelhas numa região montanhosa da Galícia. Quis entender coisas sobre mim e minha família”, pontua Peregrina.

O fluxo migratório teria sido intenso até o ano de 1934, quando uma legislação destinada a organizar cientificamente a imigração, adotada no regime ditatorial de presidente Getúlio Vargas, acabou por praticamente impossibilitar a vinda de imigrantes. Os libaneses mais antigos resolveram se organizar e, durante aproximadamente 60 anos, desenvolveram intensa via em torno de um clube. “Resolveram fundar, em 16 de março de 1923, uma associação que chamaram de União Syria, com seus estatutos publicados em árabe e português, que funcionou durante quatorze anos na rua Major Facundo. Em abril de 1937, seus associados, em sua maioria libaneses, e não sírios, resolveram mudar o nome para União Libanesa. Dez anos depois, em 2 de junho de 1947, essa mesma União, por sua vez, foi reestruturada com novos estatutos, dando nascimento ao Clube Líbano Brasileiro”, contextualiza Zaíra Ary.

“Os imigrantes não falavam de saudade. Ela não é dita, mas vivida em outras coisas”, diz Peregrina Capelo. Para a professora, a comida era o lugar da denúncia da saudade. Os imigrantes eram depositários de um acervo cultural considerável, que congregava história, religião, música, literatura, tapeçaria e arte culinária de seu país. A cozinha se reveste de importância e passa a ser caracterizada como espaço afetivo de identificação com o ambiente, onde uma série de iguarias locais e estrangeiras entrava em contato umas com as outras. Peixes cearenses, empanados argentinos, quibes orientais, frutas tropicais. Outra expressão deixada para trás era a manutenção da religião. “Os santos padroeiros são muito importantes nas cidades ibéricas. As festas para esses santos são mais fartas até que o Natal”, rememora Peregrina.

Como exemplo de outros fluxos de imigrantes, o libanês Demétrio Dibe comprou vários bilhetes de viagem e facilitou a vinda de outros parentes e conterrâneos seus. “A América era um ‘lugar para ganhar dinheiro’, segundo o que era publicado lá fora. Correr mundo, correr perigo, mas com a certeza de que vai ganhar. Esse é o lema do imigrante. Havia verdadeiras agências de viagens, que vendiam passagens de companhias marítimas que se destinavam para o Brasil, no final do século XIX e dos anos 10 aos 30 do século XX”, afirma Peregrina. Uma dessas companhias, a Ita do

Norte, fora citada em uma composição de Dorival Caymmi: *Peguei um Ita no norte / Pra vim pro Rio morar / Adeus meu pai, minha mãe / Adeus Belém do Pará / Vendi meus troços que eu tinha / O resto deu pra “aguarda” / Talvez, eu volte pro ano / Talvez eu fique por lá.*

3.19. IMPACTOS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

O meio rural cearense vem sofrendo profundas transformações políticas, sócias, econômicas e demográficas decorrentes dos assentamentos. Foi o que constatou uma pesquisa coordenada pelos professores César Barreira e Francisco Amaro de Alencar, da Universidade Federal do Ceará. O trabalho, encomendado pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério de Desenvolvimento Agrário, pretendia estudar e avaliar as áreas assentadas. O resultado foi publicado no livro “Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro”.

No Ceará, os professores, juntamente com uma equipe de pouco mais de 20 pessoas, incluindo estudantes de graduação da UFC e da Universidade Estadual do Ceará, pesquisaram em Canindé, Madalena, Santa Quitéria e Quixeramobim, onde há maior concentração de assentados no Estado. Além do sertão cearense, outras cinco regiões, denominadas “manchas”, foram estudadas por seus respectivos pesquisadores regionais: Sul da Bahia, retorno do Distrito Federal, Sudeste do Pará, oeste de Santa Catarina e zona canavieira nordestina. No total, 15.113 famílias foram acompanhadas.

Um dos impactos observados é o peso político que os assentados passaram a ter nestes municípios. Em Santa Quitéria, a Secretária de Agricultura foi criada em virtude de grande quantidade de assentados. Segundo o professor César “hoje, os prefeitos que são eleitos se voltam para, de certa forma, satisfazer uma demanda dos assentados, que, em termos eleitorais, é um peso muito forte”. O professor Amaro analisa que “os prefeitos que não estão atendendo aos assentados ou mantendo um diálogo com eles, não estão conseguindo ser reeleitos ou eleger seus candidatos.”

“Os assentamentos da reforma agrária, talvez, sejam uma das melhores alternativas para a questão da fome, cidadania, qualidade de vida”, avalia o professor Amaro. De acordo com ele, o fato de uma família estar bem instalada numa casa própria e poder trabalhar na terra pelo seu sustento resolve problemas como êxodo rural, o desemprego e a fome. Além de reter a população no meio rural, os assentamentos trazem grande número de agregados. São filhos ou parentes de assentados. São filhos ou parentes de assentados que estavam nas grandes cidades à procura de emprego e retornam para suas famílias, agora, estabilizadas no interior.

Os efeitos econômicos são bastante visíveis. Só para se ter uma idéia, 70% da comercialização do algodão nestes municípios são produzidos pelos assentados. Em Canindé, a produção de ovinos e caprinos é, em sua maioria, proveniente dos assentamentos. Para o professor César Barreira, houve uma mudança no comércio local. “Se antes ele (assentados) eram só produtores, hoje são produtores e consumidores de bens industriais. Nós entrevistamos o dono de uma loja de produtos agrícolas, cujos principais consumidores são os assentados”.

Com uma condição econômica mais estável, as crianças podem frequentar a escola. Já não se vê muito a evasão escolar em função da necessidade de mão-de-obra infantil. Aos poucos, as famílias vão se estruturando. Passam a resgatar o lazer, a cultura

e a religião. Mas ao passo que os assentamentos apresentam impactos positivos, também foram detectados problemas: o crédito de custeio só chega atrasado para os assentados; há uma carência de assistência técnica para o agricultor; as escolas são distantes dos assentamentos, assim como postos de saúde, o acesso às estradas se torna difícil, principalmente no período de chuvas.

A pesquisa foi realizada entre janeiro de 2000 e dezembro de 2001 sob coordenação conjunta das Universidades Federal Rural do Rio de Janeiro e Federal do Rio de Janeiro. Os projetos de assentamentos analisados restringiram-se aqueles implantados pelo Incra no período de 1985 a 1997. Das 2.999 famílias assentadas em 12 anos, no Ceará, 306 foram entrevistadas. Procurou-se investigar a origem, a relação como governo local, o vínculo com o comércio, os meios de produção e outros pontos. Além dos assentados, os pesquisadores entrevistaram os prefeitos dos municípios, secretários de agricultura, técnicos do Incra e lideranças nos assentamentos. O resumo dos principais pontos da pesquisa encontra-se disponível no site: www.nead.org.br.

3.20. PROJETO JENIPAPO-KANINDÉ

A Petrobras gravou, em dezembro último, o material principal para a realização de um documentário sobre a tribo dos índios Jenipapo-Kanindé, no município de Aquiraz. O foco da produção é o “Trilha de Índio”, projeto de extensão da Universidade Federal do Ceará (UFC), iniciado em 2004 nessa comunidade indígena, e coordenado pelo professor Jeovah Meireles, do Departamento de Geografia da Universidade.

Um dos produtos do “Trilha de Índio” é um material informativo sobre turismo comunitário que tem como público alvo estudantes, turistas e donos de hotéis e pousadas. Como resultado das discussões sobre geração de emprego e renda, foi sugerido também a construção de um espaço para exposição e venda de artesanato e de outros produtos da comunidade.

O documentário deve ser lançado já no mês de abril. A principal parte da produção foi tomada de 15 a 17 de dezembro do ano passado. Na época, foi deslocada uma equipe de setor de comunicação da própria Petrobrás, do Rio de Janeiro. Em Janeiro, as tomadas foram concluídas.

O documentário sobre a terra indígena dos Jenipapo-Kanindé colaborou para elevar a auto-estima do grupo. Para a Cacique Pequena, líder dos Jenipapo-Kanindé, o documentário é importante para dizer que “existe esse povo”. “Temos raízes no passado. Já estamos na quarta geração. Estamos orgulhosos”, diz. Ela garante que a comunidade de Aquiraz continua viva, forte e resistente e que os índios nunca deixaram de lutar pelo reconhecimento da tribo. “Não é fácil desmanchar. São 506 anos de resistência”, avisa.

3.21. PROGRAMA PARA RECICLAR LIXO

A cada ano, a Universidade Federal do Ceará gasta mais de R\$ 210 mil com a coleta de seus três *campi* e do complexo hospitalar. O trabalho é realizado por uma empresa terceirizada, a Transágua. São recolhidas, em média, cerca de 150 mil toneladas por mês. Todo esse material é despejado em aterro sanitário. Com o Programa

de Gerenciamento de Resíduos (Progere) a UFC passa a adotar um conjunto de procedimentos para um sistema integrado de coleta, reciclagem, reaproveitamento e destino final. O benefício principal será para o meio ambiente.

A etapa inicial, como explica uma das coordenadoras do Progere, Margarida Gonçalves, é a conscientização da comunidade universitária para a importância de uma coleta seletiva. Em agosto, antes da greve dos docentes, houve a sensibilização com os novos estudantes. Moradores de áreas próximas ao Pici serão contratados para uma possível reciclagem do material coletado. A antiga subestação da Coelce, no Pici, servirá como galpão para depósito. O Progere ainda não conta com recursos próprios, apesar de formalmente incluído no guará-chuva da Pró-Reitoria de Extensão.

A idéia, diz Sérgio Virgílio, diretor da Divisão de Zeladoria e Serviços Urbanos da UFC – Diurb, é repetir a experiência exitosa da Universidade Estadual do Ceará durante a última reunião da SBPC em Fortaleza, que reuniu milhares de participantes no Campus do Itaperi. Vasilhames plásticos de produtos químicos, em quatro cores, foram utilizados para a coleta seletiva, a custo muito baixo, explica. “Há muito a ser aproveitado. Podas e troncos de árvores, cujo destino final é o aterro, podem ser transformados em carvão. Papelão e papel usado podem ser reciclados, assim como vidros de laboratórios,” acrescenta o diretor da Diurb.

Levantamento técnico aponta a média de 70 toneladas/mês no Campus do Pici, 50 toneladas/mês no Benfica e 20 toneladas/mês em Porangabussu, totalizando cerca de 150 ton. Entre containeres de 7m³ e de 1,2m³ e tambores de 240 litros, foram recolhidos 479 depósitos. Da Maternidade-Escola Assis Chateaubriand, foram mais 52 containeres de 1,2m³, e mais 26, de 7m³ do Hospital Universitário Walter Cantídio.

A Diurb já identificou o material a ser reciclado: papéis (jornais, revistas, formulários de computador, aparas de papel, fotocópias, envelopes, cartazes velhos, entre outros), metal (latas em geral, sucatas de veículos, alumínio, clip, grampos, esponjas de aço, canos etc), vidro (garrafas, copos, espelhos, vidros, planos, lâmpadas, tubos, etc), plástico (embalagens de refrigerantes, de material de limpeza, copos plásticos, sacos plásticos e outros). Entre os recicláveis orgânicos o programa incluirá podas (galhos, troncos e folhas) e bagaço e casca de frutas de cantinas, e ainda os orgânicos, que são acessórios de higiene pessoal e coletivo e restos de comida.

3.22. AÇÕES DO NÚCLEO DE PSICOLOGIA DO TRABALHO

A relação mundo acadêmica-comunidade se dá em via de mão dupla. Se a comunidade se beneficia com as ações facilitadoras do Nutra, a coordenação e bolsistas desde também se beneficiam. O saber adquirido com trabalho nas comunidades dá base para a pesquisa real, mudando o conteúdo das disciplinas, que passam a ser mais próximas da nossa realidade.

O mais recente projeto do Nutra é o Núcleo de Estudos sobre Drogas (Nucsd), cuja tendência é se tornar um núcleo independentes. Em 2005, a fase 2 do Projeto de Inclusão Social, integrante do Programa de Redução de Danos, atingiu 1.139 pessoas, por meio de simpósios e oficinas públicas, e mais diretamente 125 pessoas nos grupos de crescimento e desenvolvimento de pessoal. Um dos seminários teve como tema “Drogas, Políticas Públicas e Cidadania”. Uma oficina pública sobre uso e abuso de

drogas teve a participação de 600 jovens do MST. De todos esses encontros, vai resultar a publicação “Drogas, Trabalho e Cidadania”, já no prelo.

Para 2006, o Nutra já conseguiu a aprovação do projeto Kara a Kara, de educação sobre drogas, que trabalhará com 10 escolas públicas e duas comunidades. Visa atender 1.840 pessoas nos oito meses de duração. Também está prevista a publicação de um livro com os resultados do projeto. Uma outra ação planejada para este ano é um levantamento sobre o comportamento dos estudantes de graduação da UFC frente ao uso e abuso de drogas psicotrópicas.

O objetivo, de acordo com a Profa. Fátima Sena, que coordenará o levantamento, é “fornecer subsídios para a construção de políticas sobre drogas no âmbito universitário e na sociedade, tanto na perspectiva de redução da demanda”. Ela acrescenta que o estudo também vai desenvolver uma aproximação mais precisa do fenômeno do uso e abuso de drogas.

3.23. ESPECIALIZAÇÃO EM AGRICULTURA FAMILIAR

A Universidade Federal do Ceará implantou, no início de 2005, o Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação no Campo. A idéia, segundo a coordenadora Gema Galgani Esmeraldo, é qualificar, em novas bases, profissionais para atuarem nos programas de assentamentos da região Nordeste. A Coordenação central do curso é da UFC, responsável pela certificação. As universidades federais do Piauí/UFPI e Rural do Semi-Árido/RN são associadas no projeto. A coordenação colegiada reúne representantes das universidades, do Incra, dos estudantes e de movimentos sociais, como Fetraece e o MST.

São 54 participantes, 18 em cada estado, sendo 12 estudantes e seis técnicos. Dinâmica de aulas presenciais, com 660 horas, distribuídas em quatro etapas e visitas à comunidade. Ao final, é apresentada monografia, em uma das três linhas de pesquisa: Desenvolvimento Sustentável Regional, Produção Familiar e Camponesa e Socioeconômica, e Educação dos Povos do Campo e Movimentos Sociais. Quinze universidades federais, sendo sete no Nordeste, estão promovendo cursos semelhantes.

Entre os egressos dos bancos universitários estão 12 do centro de Ciências Agrárias (Agronomia, Economia Doméstica, Engenharia de Pesca e Engenharia de Alimentos). Há técnicos indicados pelo Incra, Sebrae, movimentos sociais e programas de assistência técnica. A primeira etapa do programa terminou em julho/2005, com apresentação de monografia. Desde janeiro do ano passado alunos iniciaram o estágio em 12 assentamentos nos municípios de Canindé, Itapipoca e Crateús.

3.24. INSERÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL ATRAVÉS DA INCUBADORA DE COOPERATIVAS

Um dos aspectos históricos mais preocupantes do quadro social brasileiro é o alto índice de desemprego. Diante dessa realidade, surge a Incubadora de Cooperativas de Autogestão do Ceará/UFC como alternativa de inserção econômica desses segmentos.

Coordenada pelo Prof. Osmar de Sá Ponte Júnior, a Incubadora de Cooperativas Populares foi implantada em 1997, na condição de projeto da extensão da Universidade Federal do Ceará. Seu objetivo principal é disseminar o modelo cooperativista e associativista de trabalho e produção, com o intuito de gerar renda entre famílias de baixo poder aquisitivo. É uma experiência inspirada na economia solidária e busca aproximar a Universidade, assim como o conhecimento nela produzido, das comunidades em geral e de grupos de trabalhadores organizados, que vêem no cooperativismo uma possibilidade de trabalho.

O projeto, único no Ceará, disponibiliza de forma sistemática o conhecimento sobre cooperativismo, economia solidária, autogestão, plano de negócios, inserção no mercado, desenvolvimento da produção e assessoria de projetos. “O acompanhamento do grupo se dá em várias dimensões, desde a educação cooperativa até a parte contábil, financeira e de desenvolvimento de produtos”, diz o Coordenador.

A Incubadora envolve estudantes universitários, que atuam como bolsistas ou estagiários, professores e técnicos da UFC, tanto integrando o quadro técnico como na condição de consultores em momentos específicos do processo da incubação dos grupos. São profissionais das mais diversas áreas, como Economia, Sociologia, Engenharia de Pesca, Assistência Social, Administração de Empresas, Pedagogia, dentre outras. Além disso, a Incubadora tem como parceiros nos seus projetos de cooperativismo a ASTEF (Associação Técnico-Científica Engenheiro Paulo de Frontin), Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura, Fundação Banco do Brasil, Agência de Desenvolvimento Solidário, Unimed, Prefeitura Municipal de Fortaleza, Banco do Nordeste e Unitrabalho (Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho).

O processo de incubação é realizado em duas dimensões: uma interna, onde há o planejamento, estruturação de metodologias, gestão e legalização das cooperativas e, outra externa, diretamente nas comunidades. “Nós não procuramos os grupos. Nosso papel é apoiar os que já existem e que se propõem constituírem-se como cooperativas autogestionárias de economia solidária”, frisa o Prof. Osmar Ponte Júnior.

Para participar do processo de incubação, o grupo que deseja tornar-se cooperativa tem que fazer um curso de cooperativismo, com duração de 40 horas. “Essas pessoas aprendem o que é uma cooperativa. O mínimo que se pode pensar num empreendimento autogestionário é saber do que se trata”, ressalta. Além desse processo, o grupo passa por momentos de sensibilização para a cooperação e autogestão, organiza um estatuto e legaliza a cooperativa e participa de oficinas de empreendedorismo.

Além do trabalho de inserção econômica, a Incubadora visa à inserção social. Nessa perspectiva se inserem a Cooperativa de Soropositivos HIV/AIDS do Ceará LTDA (Coopvida) e a Cooperativa Social de Centros de Atenção Psicossocial Ltda (Coopcaps). Elas se dedicam à produção de artesanato e seu objetivo principal é inserir no mercado pessoas que sofrem marginalização social e psicológica. Em abril deste ano, a Coopsol recebeu, através da Incubadora, doação de máquinas de costura modernas, enviadas por uma instituição da União Européia. Atualmente, há 58 grupos trabalhados e em processo de capacitação e acompanhamento, dos quais 24 são cooperativas formalizadas e registradas.

3.25. ESTÁGIOS ACADÊMICOS NOS MUNICÍPIOS DO INTERIOR DO CEARÁ

Todos os meses, cerca de 40 estudantes da Universidade Federal do Ceará aportam em localidades do Interior do Estado para estágio. São acadêmicos do último ano dos cursos de Medicina, Enfermagem, Farmácia e Odontologia que seguem com a missão de cumprir o estágio obrigatório de 240 horas. Eles retornam com uma visão mais abrangente do atendimento primário à saúde, pois se juntam às equipes do programa de Saúde da Família (PSF) por um mês inteiro.

O Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) é o responsável pelo programa de extensão junto ao Núcleo de Estudos de Saúde Comunitária (NESC). Atualmente, o programa, que antes contemplava 15 municípios, funciona em nove: Aquiraz, Guaiúba, Maranguape, Sobral, Carnaubal, Juazeiro do Norte, Icapuí e Fortaleza. Ele está sendo rediscutido com os novos gestores municipais. O ideal, segundo a coordenação, é que o grupo de estudantes volte a contar com a participação de alunos de Psicologia ou mesmo Engenharia. Só podem fazer o estágio na Capital as estudantes grávidas ou que estejam amamentando e os alunos com problemas de saúde.

Os estudantes são supervisionados por um profissional de sua área, durante o estágio no interior e, em Fortaleza, são acompanhados por supervisores do programa. “Nosso objetivo é que eles fiquem na atenção primária”, explica a supervisora Nádia Almeida. Ela ressalta que os estudantes enfrentam algumas dificuldades estruturais, como locais de alojamento e despesas de transporte, pois muitas vezes as prefeituras não podem bancar essas despesas.

Os municípios mais próximos se recusam a ajudar e fornecem somente alimentação. Mas a idéia é firmar parceria com localidades mais distantes, a fim de que eles passem o final de semana ali. Para isso, a supervisora do CRUTAC esteve reunida com o Presidente do Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Ceará (Consems), Mário Lúcio Martildes, que recebeu ofício ressaltando a importância do estágio para a formação dos profissionais de saúde e encaminhará às prefeituras.

Para Liz Holanda, aluno do 6º ano de Medicina, passar um mês em Sobral foi enriquecedor, uma vez que aquele município é um dos que têm melhor estrutura no atendimento primário, através do PSF. Ele atuou na comunidade do Junco, onde atendia no posto de saúde, sob supervisão de um médico, e também acompanhava a equipe do Programa Saúde da Família, nas visitas domiciliares.



Relatório Final

**Dimensão Quatro: Comunicação Interna e Externa da
UFC.**

DIMENSÃO QUATRO:

Comunicação Interna e Externa da UFC.

4.1. OBJETIVO

Identificar formas de comunicação e de aproximação entre a UFC e as comunidades interna e externa; identificar a imagem pública da UFC; identificar o prestígio da marca da UFC no âmbito da comunidade interna.

4.2. AUDIÊNCIAS UTILIZADAS

Coordenador de Comunicação Social, Coordenador de Marketing Institucional, Ouvidora Interna.

4.2.1. UNIVERSO

Coordenador de Comunicação Social: N = 1.

Coordenador de Marketing Institucional: N = 1.

Ouvidora Interna: N = 1.

Coordenador da Rádio Universitária: N = 1.

4.2.2. INSTRUMENTO

Questionário composto por duas partes: a primeira destinada à identificação dos respondentes e a segunda composta por nove questões abertas, que abordavam aspectos relevantes associados à comunicação interna e externa à UFC.

4.2.3. PROCEDIMENTO PARA OBTENÇÃO DOS DADOS

Através da ação das CPAs Setoriais, que foram responsáveis pela aplicação do questionário junto às audiências referidas acima. Ademais, foram utilizadas informações extraídas dos formulários *on line* e de fontes secundárias, tais como, a *Revista Universidade Pública*, o *UFC Fax* e o *Jornal da UFC*, ou ainda dados extraídos do “Sistema *On-line* de Dados e Indicadores da Qualidade Institucional da UFC” (CAIA/PRPL) e do “Sistema do Censo da Educação Superior” (SIEDSUP - MEC/INEP).

4.3. TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES

As informações obtidas junto às audiências foram tratadas qualitativamente, através do emprego da análise de conteúdo, conforme propõe Bardin (1977)⁹. A referida técnica de tratamento de dados *consiste em identificar as categorias de respostas mais relevantes, presentes nas informações brindadas pelas audiências utilizadas na sua obtenção.*

Após essa fase, foram *calculadas as frequências de aparição dessas categorias qualitativas, em termos absolutos e relativos.* Posteriormente, tais cálculos foram organizados em quadros e, visando melhor compreensão pela comunidade que fará uso

⁹ BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

dos mesmos, os dados foram representados graficamente, conforme se pode constatar na seção seguinte, na qual se discutem os principais resultados.

4.4. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS

Os resultados a seguir apresentados e comentados referem-se às dimensões utilizadas na avaliação da dimensão quatro, rotulada *Comunicação externa e interna da UFC*.

4.4.1. AÇÕES E DADOS DA OUVIDORIA INTERNA

A Ouvidoria Geral foi criada por ato do Magnífico Reitor da UFC, Prof. René Teixeira Barreira em agosto de 2003, e tem como objetivo central defender os interesses da comunidade universitária e do público externo. Estabelecendo elos e desburocratizando os trâmites, a Ouvidoria contribui para a democratização e a transparência da UFC, além do aperfeiçoamento dos serviços por ela prestados. O atendimento é feito segundo normas que prevêm discricão e sigilo quanto à identificação dos usuários. A Ouvidoria recebe sugestões, reclamações, críticas e elogios relacionados a qualquer serviço da Universidade e os faz chegar aos setores competentes.

Desde a sua instalação a Ouvidoria da UFC registrou 1.176 atendimentos até junho de 2005, sendo 426 manifestações de alunos, 82 de professores, 15 de servidores, 19 de familiares de alunos e 554 de pessoas sem vínculo com a UFC. Dado o número crescente desse último contingente, a Ouvidora da UFC, Sra. Lúcia Helena Galvão, estabeleceu o objetivo de identificar as principais demandas, solicitações, reclamações, sugestões e elogios. A partir da análise de conteúdo, uma equipe de servidores técnico-administrativos da UFC apurou os seguintes aspectos da realidade institucional da UFC.

Das 216 pessoas sem vínculo com a UFC que procuraram a Ouvidoria no primeiro semestre de 2005, 23,15% são de outras IES (n = 50) em busca de informações acerca de transferência, cursos de pós-graduação, como revalidar diplomas, como encontrar professores e pesquisadores da UFC de quem ouviram palestras ou leram artigos. Outros 17,13% são candidatos ao vestibular (n = 37) em busca de isenção de taxa de inscrição, calendário de provas, lista de livros indicados para as provas de Português e Redação e sistema de cotas, entre outros temas. Nessa categoria recebemos também reclamações acerca de indeferimentos a pedidos de isenção de taxa, revisões de provas e sugestões. Dentre as várias, destacamos a sugestão dos alunos dos cursinhos pré-vestibulares da UFC, oferecidos por professores e alunos voluntários: *que os usuários dessas relevantes atividades extensionistas tenham seus pedidos de isenção de pagamento de taxa de inscrição automaticamente aceitos*. Das 233 manifestações dos que têm vínculo com a UFC, os alunos formam a maioria (69,96%). Eles mais reclamaram que pediram informações. As reclamações relacionaram-se principalmente às dificuldades no ato de matrícula, à falta de diálogo com professor e a inadequada segurança nos três *campi* da UFC.

Os atendimentos originam encaminhamentos que geram outros atendimentos. Na busca de informações para repassá-las aos usuários, ouvir o outro lado das questões envolvidas, apresentar sugestões e elogios aos destinatários e aos seus respectivos chefes, a Ouvidoria mantém contato com diversas pessoas e setores, utilizando cartas, fax, e-mails, ligações de telefones fixos e celulares (através do Gabinete do

Reitor) e pessoalmente. Esses encaminhamentos e contatos, embora registrados em fichas de atendimento, não são ainda quantificados nem tabulados.

4.4.2. PRINCIPAIS MEIOS DE COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA

a) Jornal da Educação: radiojornal veiculado de segunda a sexta-feira na Rádio Universitária FM, no horário das 12:30 às 13:30 h. Jornalismo voltado para a difusão de notícias sobre educação, ciência e tecnologia. É um veículo eficaz de comunicação que, em menos de três anos de fundação, vem ganhando credibilidade e se consolidando como referência na área. É o único radiojornal com notícias exclusivas sobre educação e C&T no Ceará. Problemas de infra-estrutura da rádio e carência de pessoal limita o alcance e as possibilidades do jornal. Responsabilidade da Coordenadoria de Marketing Institucional. Como destaca o Prof. Agostinho Gosson, Diretor da Rádio Universitária, a FM Universitária foi criada em 22 de fevereiro de 1981 e mantém uma programação voltada à divulgação das atividades da UFC. Por meio de boletins informativos e entrevistas com seus docentes e pesquisadores, as matérias levadas ao ar servem de pauta para outros veículos de informação. A emissora ainda mantém espaço aberto para debates sobre temas de interesse da sociedade e para prestação de serviços.

b) Revista Universidade Pública: Revista bimestral, com 40 páginas em policromia, tiragem de 5 mil exemplares e distribuição dirigida aos segmentos formadores e geradores de opinião. Assim, a UP chega às principais instituições de ensino superior do Brasil, aos parlamentares cearenses – vereadores de Fortaleza, deputados estaduais, deputados federais, senadores, prefeitos; às lideranças sindicais e laborais, aos professores da UFC e às representações de servidores e estudantes da UFC. UP significa, hoje, o principal instrumento de Marketing Institucional da UFC. Seu qualificado padrão gráfico e jornalístico, a qualificam como uma das grandes iniciativas na área de comunicação das Instituições federais de ensino superior. É a única revista jornalística de difusão científica do Ceará. Mais uma vez problemas de infra-estrutura física, de financiamento e de pessoal limitam as possibilidades de ampliação de tiragem, desenvolvimento de matérias e distribuição. Responsabilidade da Coordenadoria de Marketing Institucional.

c) Jornal da UFC: Jornal mensal/letivo (não circula nas férias e em paralisações docentes), tamanho tablóide, com 12 páginas e tiragem p&b de 10 mil exemplares. Lançado em dezembro de 2004, o jornal da UFC cumpre relevante trabalho de comunicação interna. Embora enviada para o público externo, 70% da tiragem circula internamente, possibilitando à comunidade acadêmica o conhecimento sobre as principais pesquisas, programas de extensão, fatos e ações de interesse da UFC. Responsabilidade das Coordenadorias de Marketing Institucional e de Comunicação Social.

d) UFC FAX: Informativo semanal com as principais notícias sobre a UFC. É enviado, através de fax, a todas as coordenações de cursos, chefias de departamento, direções de centros e faculdades, centros acadêmicos, órgãos colegiados, etc. Veículo de circulação interna de relevante alcance e de integração entre a instituição e suas instâncias. Responsabilidade da Coordenadoria de Comunicação Social.

e) Sugestão de Pauta: Propostas de pautas sobre a produção da UFC enviado às redações dos veículos de comunicação de massa. É o principal elo entre a UFC e a

imprensa e está sob a responsabilidade da Coordenadoria de Comunicação Social, ressalta o Prof. Ítalo Gurgel.

f) Guia de Fontes: O Guia de Fontes é enviado a todos os jornalistas do Ceará e distribuído internamente entre os vários setores da UFC. É uma ferramenta de auxílio aos profissionais de comunicação na tarefa de fazer chegar à sociedade uma informação apurada, precisa e clara. No livreto, estão disponíveis os nomes, telefones e e-mails de cerca de trezentos pesquisadores que integram o quadro de docentes da Universidade Federal do Ceará e que, voluntariamente, colocaram seus nomes à disposição dos profissionais da imprensa. Também contem o endereço, telefone e e-mail de todas as unidades acadêmicas, departamentos, cursos de graduação e de pós-graduação, órgãos suplementares e equipamentos culturais da Instituição. Responsabilidade das duas coordenadorias.

4.4.3. VALORAÇÃO DAS INFORMAÇÕES VEICULADAS ACERCA DA UFC

As Coordenadorias de Comunicação Social e de Marketing Institucional trabalham as notícias e os veículos internos e externos de comunicação da UFC com transparência, ética e responsabilidade social. Nossa missão é difundir a produção técnico-científica e cultural da UFC, dando conhecimento aos públicos interno e externo do que aqui se produz, despertando o zelo pela instituição e prestando contas à sociedade que a financia e onde ela se insere e atua. Agora, conforme destaca o Prof. Agostinho Gosson, Diretor da Rádio Universitária FM, a valoração acerca das informações veiculadas pelo referido canal de comunicação não pode desconsiderar as carências decorrentes das dificuldades orçamentárias da UFC, geralmente provocadas pela própria mantenedora: a União. A um cuidado especial com relação às notícias veiculadas acerca da UFC. As duas coordenadorias, que trabalham em perfeita sintonia, procuram facilitar o trabalho dos jornalistas da grande imprensa, esclarecendo dúvidas, pautando entrevistas, orientando acerca de pesquisa e pesquisadores, sobre eventos, seminários, congressos, etc., e, também, respondendo às críticas formuladas

Procuramos, nos veículos de comunicação que editamos, refletir fidedignamente a realidade da instituição. Agora, nem sempre as notícias veiculadas nos grandes meios de comunicação refletem, com profundidade, a realidade da instituição, embora, cerca de 90% sejam fidedignas. Nossa tarefa é, quando isso ocorre, procurar dar a versão da UFC e, caso necessário, exigir o sagrado direito de resposta.

4.4.4. VALORAÇÃO DOS MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO

A UFC não sabe se comunicar. Não existe uma cultura de comunicação nem de difusão da produção acadêmica. Existe, inclusive, resistência às ações de comunicação de pesquisadores, funcionários e gestores. Para se ter uma idéia da questão, mesmo a UFC estando situada entre as 10 maiores e melhores universidades brasileiras, somente a cinco anos existe a revista Universidade Pública, o jornal da educação tem apenas dois anos e o Jornal da UFC cerca de um ano e meio. Nunca se estruturou as Coordenadorias de Comunicação Social e de Marketing Institucional com o mínimo de equipamentos e de pessoal necessários. A Rádio Universitária a cerca de dois anos, não tinha sequer um programa de difusão científica. No entanto, nos últimos cinco anos essa mentalidade começou a mudar. Não posso responder se existem mecanismos eficazes de

comunicação entre as coordenações dos diferentes cursos/unidade acadêmicas. Sei que existe um fórum de coordenadores e articulações e reuniões de diretores de centros e faculdades. O que nossas coordenadorias procuram trabalhar essa integração através de nossos veículos de comunicação que, com certeza, chegam a todas as coordenações de cursos, diretores de centros de faculdades, aos órgãos complementares, fundações de apoio, etc.

4.4.5. FUNCIONAMENTO DA OUVIDORIA E RELAÇÃO COM A COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Conforme a Sra. Lúcia Helena Galvão, a Ouvidoria Geral da UFC, foi criada na atual gestão do Prof. René Teixeira Barreira e tem como objetivo defender os interesses da comunidade universitária e do público externo. Estabelecendo elos e desburocratizando os trâmites, a Ouvidoria Geral contribui para a democratização da UFC e o aperfeiçoamento dos serviços por ela prestados. O atendimento é feito segundo normas que prevêm discricção e sigilo quanto à identificação dos usuários. A Ouvidoria Geral recebe sugestões, reclamações, críticas e elogios relacionados a qualquer serviço da Universidade e os faz chegar aos setores competentes.

De fato há um elo entre ela e as coordenadorias de Comunicação Social e de Marketing Institucional. Para nós a ouvidoria é uma fonte sempre atualizada dos problemas existentes na instituição, resalta o Sr. Paulo Mamede, coordenador de Marketing Institucional. Algumas pautas dos veículos de comunicação institucional nascem na ouvidoria, que também mantém uma coluna no Jornal da UFC, conclui Mamede.

4.4.6. IMAGEM PÚBLICA DA UFC

A imagem pública da UFC é muito positiva, destacam Paulo Mamede e Agostinho Gosson. O anuário do Ceará sempre traz pesquisa sobre as mais reconhecidas instituições de ensino do Estado. A UFC é sempre a mais lembrada. Além do mais, a UFC pauta quase todas as redações de jornais, é fonte para todas elas, formou a maioria dos profissionais que militam nas redações, é a maior fonte de saber do Estado e cerca de 90% das matérias que circulam sobre a Instituição são positivas. A maioria das notícias negativas são referentes à infra-estrutura física e insuficiência de pessoal. Outro fato que desgasta a imagem da instituição são as sucessivas e prolongadas greves.

4.4.7. FORMAS DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA COMUNICAÇÃO INTERNA

Existem algumas, mais ainda insuficientes, destacam Paulo Mamede e Agostinho Gosson. Avaliamos nossos produtos internamente. Assim a cada número publica do Jornal da UFC ou da Revista Universidade Pública existem reuniões de avaliação. Também pesquisamos sempre entre coordenadores de cursos, chefes de departamentos e diretores de centro, pro-reitores, alunos e servidores sobre a qualidade do trabalho. Agora não existe nada mais institucionalizado.

4.4.8. FORMAS DE RECEPÇÃO DE SUGESTÕES DO PÚBLICO

É impossível desenvolver nosso trabalho sem participação direta da comunidade acadêmica. Ela é a nossa fonte e o nosso propósito. Recebemos sugestões de pauta de todos os segmentos da UFC, que tem acesso a todos os nossos veículos.

4.4.9. FORMAS INTERNAS PARA RESPONDER AS SUGESTÕES DO PÚBLICO

Respondemos através das próprias matérias e, quando a sugestão não é acatada justificamos ao interessado os motivos. Qualquer informação incorreta é prontamente corrigida e caso alguém se sinta prejudicado com alguma notícia, é facultado o direito de resposta.

O Prof. Agostinho Gosson considera que a UFC deveria investir em sistemáticas institucionalizadas visando à avaliação de suas funções sociais e institucionais. Para tal, grupos de estudo deveriam ser criados para discutir metodologias e objetivos claros, visando diagnóstico e elaboração de um plano de marketing. É tarefa complexa e que depende de recursos.

INFORMAÇÕES ORIUNDAS DOS FORMULÁRIOS *ON LINE*

Com base nas respostas fornecidas pelos 324 docentes efetivos (23,65% do total), quatro docentes substitutos/visitantes e 311 servidores técnico-administrativos (9,03% do total) ao preencherem os formulários *on line* que foram lhes disponibilizados, apresentaremos, a seguir, dados acerca da adequação dos mecanismos internos de comunicação às demandas da comunidade.

Adequação dos mecanismos internos de comunicação às demandas da comunidade.					
Grau de adequação		Estatísticas	Categoria Funcional		
			Docente efetivo	Docente substituto/visitante	Técnico-administrativo
Baixo	N		146		64
	%		45,1		20,6
Médio	N		131	4	163
	%		40,4	100,0	52,4
Acentuado	N		38		55
	%		11,7		17,7
Não sabe	N		9		29
	%		2,8		9,3
Total	N		324		311
	%		100,0		100,0

Conforme se pode observar, a maior parte dos docentes efetivos (45,1% ou 146) crê que é baixo o grau de adequação dos mecanismos internos de comunicação às demandas da comunidade. No entanto, dentre os docentes efetivos, há quem acredite que referido grau é médio (40,4% ou 131 e a totalidade dos docentes substitutos/visitantes) ou acentuado (11,7% ou 38). Também houve quem não soubesse valorar tal aspecto ou quem não quisesse expressar suas opiniões (2,8% ou nove docentes efetivos).

Dentre os servidores técnico-administrativos, a maioria (52,4% ou 163) opinou que é médio o grau de adequação dos mecanismos internos de comunicação às demandas da comunidade. Porém, há quem acredite que seja baixo (20,6% ou 64) ou acentuado (17,7% ou 55). Ademais, houve quem não soubesse julgar o referido tema ou quem não quisesse expressar suas opiniões (9,3% ou 29 servidores técnico-administrativos).

A seguir é apresentado quadro contendo a opinião dos respondentes acerca do renome e do prestígio da marca “UFC”.

Renome e prestígio da marca "UFC".					
Grau de renome e de prestígio			Categoria Funcional		
			Docente efetivo	Docente substituto/visitante	Técnico-administrativo
Baixo	N		12		4
	%		3,7		1,3
Médio	N		93	1	56
	%		28,7	25,0	18,0
Elevado	N		212	3	242
	%		65,4	75,0	77,8
Não sabe	N		7		9
	%		2,2		2,9
Total	N		324	4	311
	%		100,0	100,0	100,0

Conforme se pode constatar, a expressiva maioria dos docentes efetivos (65,4% ou 212) e dos substitutos/visitantes (75% ou três) crê que é elevado o grau de renome e de prestígio da marca “UFC” intra e extra-muros. No entanto, dentre os docentes efetivos, há quem acredite que o renome e o prestígio tenham graus baixo (3,7% ou 12) ou médio (28,7% ou 93). Também houve quem não soubesse valorar tal aspecto ou quem não quisesse expressar suas opiniões (2,2% ou sete docentes efetivos).

No âmbito dos servidores técnico-administrativos, a maioria (52,4% ou 163) corroborou com a opinião dos docentes, para quem é elevado o grau de renome e de prestígio da marca “UFC” intra e extra-muros. Não obstante, há quem acredite que seja baixo (1,3% ou quatro) ou médio (18% ou 56). Ademais, houve quem não soubesse julgar o referido tema ou quem não quisesse expressar suas opiniões (2,9% ou nove servidores técnico-administrativos).

Abaixo é apresentado quadro contendo a valoração dos respondentes acerca da UFC, comparativamente com outras universidades públicas federais do mesmo porte.

Valoração da UFC, comparativamente com outras universidades públicas federais do mesmo porte.					
Valoração da UFC			Categoria Funcional		
			Docente efetivo	Docente substituto/visitante	Técnico-administrativo
É uma excelente universidade	N	78	1	89	
	%	24,1	25,0	28,6	
É uma boa universidade	N	197	3	140	
	%	60,8	75,0	45,0	
É uma universidade regular	N	34		33	
	%	10,5		10,6	
É uma universidade fraca	N	2		5	
	%	0,6		1,6	
Não tenho conhecimento suficiente para julgá-la	N	13		44	
	%	4,0		14,1	
Total	N	324	4	311	
	%	100,0	100,0	100,0	

Conforme se pode depreender a partir dos dados, a expressiva maioria dos docentes efetivos (60,8% ou 197) e dos substitutos/visitantes (75% ou três) crê que a UFC, comparativamente com outras universidades públicas federais do mesmo porte, pode ser considerada uma boa universidade. Porém, dentre os docentes efetivos, há quem acredite que a UFC possa ser considerada uma excelente universidade (24,1% ou 78 docentes efetivos e 25% ou um substituto/visitante). Para os pessimistas, trata-se de uma universidade regular (10,5% ou 34) ou fraca (0,6% ou dois docentes efetivos). Também houve quem não soubesse valorar tal aspecto ou quem não quisesse expressar suas opiniões (4% ou 13 docentes efetivos).

Dentre os servidores técnico-administrativos, a maior parte (45% ou 140) corroborou com a opinião dos docentes, para quem a UFC, comparativamente com outras universidades públicas federais do mesmo porte, pode ser considerada uma boa universidade. No entanto, há quem acredite que tal instituição seja excelente (28,6% ou 89). Para os pessimistas, a UFC é uma universidade regular (10,6% ou 33) ou fraca (1,6% ou cinco servidores técnico-administrativos). Também houve quem não soubesse valorar tal aspecto ou quem não quisesse expressar suas opiniões (14,1% ou 44 servidores técnico-administrativos).



Relatório Final

Dimensão Cinco: Políticas Internas de Gestão de Pessoal.

DIMENSÃO CINCO:

Políticas Internas de Gestão de Pessoal.

5.1. OBJETIVOS

Analisar aspectos relacionados às políticas internas destinadas aos recursos humanos; apresentar dados referentes aos recursos humanos da UFC; identificar ações institucionais que visem a aperfeiçoar os recursos humanos.

5.2. AUDIÊNCIAS UTILIZADAS

Superintendente de Recursos Humanos (SRH); Diretor do Departamento de Administração de Pessoal (DAP); Diretor do Departamento de Desenvolvimento de Pessoal (DDP); Diretor do Departamento de Desenvolvimento Humano (DDH).

5.3. INSTRUMENTO

Utilizou-se questionário composto por duas partes: a primeira destinada a identificação dos respondentes e a segunda composta por 13 perguntas abertas que abordaram aspectos relevantes da gestão de pessoal da UFC.

5.4. PROCEDIMENTO PARA OBTENÇÃO DOS DADOS

Através da ação das CPAs Setoriais, que foram responsáveis pela aplicação do questionário junto às audiências, cuja taxa de retorno foi de 50%. Ademais, foram utilizadas informações extraídas de fontes secundárias, tais como, a *Revista Universidade Pública*, o *UFC Fax*, o *Jornal do SINTUFCE* e o *Jornal da UFC*, ou ainda dados extraídos do “Sistema *On-line* de Dados e Indicadores da Qualidade Institucional da UFC” (CAIA/PRPL) e do “Sistema do Censo da Educação Superior” (SIEDSUP - MEC/INEP).

5.3. TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES

As informações obtidas junto às audiências foram tratadas qualitativamente, através do emprego da análise de conteúdo, conforme propõe Bardin (1977)¹⁰. A referida técnica de tratamento de dados *consiste em identificar as categorias de respostas mais relevantes, presentes nas informações brindadas pelas audiências utilizadas na sua obtenção.*

5.4. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS

Os resultados a seguir apresentados e comentados referem-se às dimensões utilizadas na avaliação da dimensão 5, rotulada de *Políticas de gestão de pessoal da UFC*.

¹⁰ BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

5.5. PROGRAMAS INSTITUCIONAIS VOLTADOS À QUALIFICAÇÃO DE R.H.

Segundo as informações do Superintendente de Recursos Humanos (SRH), Sr. Fernando Henrique Monteiro de Carvalho, e do Diretor de Desenvolvimento de Pessoal (DDP), Sr. Carlos Américo Barreira Pinto, existem programas institucionalizados voltados à qualificação de recursos humanos (R.H.), porém há que se fazerem algumas ressalvas. No tocante aos docentes, a qualificação é estimulada e controlada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PR/PPG), com amparo legal (artigo 173 do Regimento Geral da UFC; Resoluções nº 369/76UFC e 05/88/CEPE/UFC), conforme assevera o Sr. Carlos Américo Barreira Pinto. A existência dessa única ação institucional torna tal sistemática de qualificação docente muito limitada, ressalta o Sr. Fernando Henrique Monteiro de Carvalho.

No que tange aos servidores técnico-administrativos há várias frentes de qualificação, enfatiza o Sr. Fernando Henrique Monteiro de Carvalho. Há programas que estimulam o desenvolvimento pessoal, nas áreas artística e sócio-cultural, enquanto outros oferecem cursos de formação e de qualificação profissionais, tais como: especializações, mestrados profissionalizantes e, mais recentemente, cursos de tecnólogos.

O Diretor de Desenvolvimento de Pessoal (DDP), Sr. Carlos Américo Barreira Pinto, enumera os seguintes programas institucionais dirigidos ao pessoal técnico-administrativo:

- o Programa de Suplência de Escolaridade, oferecendo Ensino Fundamental e Médio em convênio firmado entre a UFC e a Secretaria de Educação Básica do Governo do Estado do Ceará;

- os cursos de Tecnologia em Gestão da Educação Superior e em Gestão de Hospitais Universitários, ambos de nível de Graduação (em parceria, iniciativa da Pró-Reitoria de Graduação);

- o Curso de Especialização em Gestão Universitária, já na segunda turma, em nível de Pós-Graduação *lato sensu* (de responsabilidade deste Departamento e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação);

- o Curso de Especialização em Controle de infecção Hospitalar, em vias de aprovação na Câmara de Pós-Graduação, também em nível de Pós-Graduação *lato sensu* (parceria entre este departamento, o departamento de Enfermagem/FFOE e o Hospital Universitário Walter Cantídio); e

- o Curso de Mestrado Profissional em Políticas e Gestão da educação Superior, aprovado no CEPE e no CONSUNI e submetido á avaliação da Comissão Multidisciplinar da CAPES (desenvolvido no âmbito do DDP/SRH, de responsabilidade da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação).

Conforme ressalta o Diretor de Desenvolvimento de Pessoal (DDP), Sr. Carlos Américo Barreira Pinto, *em nenhum momento da história da UFC houve tantas ações direcionadas à superação das deficiências sociais e profissionais (SIC).*

5.6. PROGRAMAS INSTITUCIONAIS VOLTADOS À MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS SERVIDORES DA UFC

De acordo com o Superintendente de Recursos Humanos (SRH), Sr. Fernando Henrique Monteiro de Carvalho, não existem programas institucionais, mas ações isoladas, tímidas e insuficientes, diante da importância da temática. O Diretor de Desenvolvimento de Pessoal (DDP), Sr. Carlos Américo Barreira Pinto, corrobora com o exposto, empregando o termo “ações incipientes”.

5.7. INSTÂNCIAS RESPONSÁVEIS PELO INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO DOS R.H.

De acordo com o Superintendente de Recursos Humanos (SRH), Sr. Fernando Henrique Monteiro de Carvalho, e com o Diretor de Desenvolvimento de Pessoal (DDP), Sr. Carlos Américo Barreira Pinto, são elas: a Superintendência de Recursos Humanos (SRH), a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PR/PPG) e a Pró-Reitoria de Graduação (PRG).

Ademais, existe o Programa de Suplência de Escolaridade (para o nível médio), os cursos de especialização em Gestão Universitária e Controle de Infecção Hospitalar, além de dois Cursos Superiores de Tecnólogo e um Mestrado Profissional em Gestão Universitária.

5.8. DADOS REGULARES ACERCA DO CLIMA INSTITUCIONAL E DO GRAU DE SATISFAÇÃO PESSOAL E PROFISSIONAL DOS R.H. DA UFC

Conforme ressalta o Superintendente de Recursos Humanos (SRH), Sr. Fernando Henrique Monteiro de Carvalho, inexistem tais dados. No entanto, o Diretor de Desenvolvimento de Pessoal (DDP), Sr. Carlos Américo Barreira Pinto, assevera que o seu setor realizou duas pesquisas objetivando traçar o perfil sócio-econômico do servidor técnico-administrativo, sendo a primeira em 1997 e a segunda em 2003. Com respeito aos docentes, desconhece o referido diretor, ações com esse objetivo.

5.9. ESTUDOS ACERCA DAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS ENTRE CHEFES E SUBORDINADOS

Inexistem tais estudos, conforme ressaltam o Superintendente de Recursos Humanos (SRH), Sr. Fernando Henrique Monteiro de Carvalho, e o Diretor de Desenvolvimento de Pessoal (DDP), Sr. Carlos Américo Barreira Pinto. Não obstante, ambos ressaltam a relevância de estudo dessa natureza.

5.10. INTEGRAÇÃO ENTRE OS AGENTES INSTITUCIONAIS

Existe pouca integração, porém clima de cordialidade e respeito, de acordo com o Superintendente de Recursos Humanos (SRH), Sr. Fernando Henrique Monteiro de Carvalho, e o Diretor de Desenvolvimento de Pessoal (DDP), Sr. Carlos Américo Barreira Pinto. Ademais, complementam: há efetivo comprometimento da maioria dos

servidores com as atividades inerentes às suas funções, sejam eles docentes ou técnico-administrativos.

Enfatiza o Diretor de Desenvolvimento de Pessoal (DDP), Sr. Carlos Américo Barreira Pinto, que *a predominância dos docentes em postos administrativos/gestão e em colegiados responsáveis pelas decisões institucionais, gera desconforto e alija a categoria dos técnico-administrativos (SIC)*. Prossegue afirmando que *este aspecto é conseqüente do fraco exercício da democracia dentro da instituição, muito presente nos discursos mas com poucos resultados visíveis (SIC)*.

5.11. ADEQUAÇÃO DOS QUANTITATIVOS DE R.H. ÀS DEMANDAS DA UFC

O Superintendente de Recursos Humanos (SRH), Sr. Fernando Henrique Monteiro de Carvalho, é bastante enfático nesse ponto. Para ele não há quantidade suficiente de R.H. para responder às demandas internas, sobretudo porque ocorreram inúmeras aposentadorias e vacâncias de cargo, sem a devida reposição da força de trabalho, além da duplicação na quantidade de discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação da UFC, verificada na última década. Como decorrência lógica dessa constatação, demonstra ser favorável ao atual regime de 40 horas semanais de trabalho.

Já o Diretor de Desenvolvimento de Pessoal (DDP), Sr. Carlos Américo Barreira Pinto, é mais comedido. Para ele, há que se terem dados válidos e confiáveis para que uma resposta fidedigna seja externada. Acredita que a distribuição de pessoal sofre influências de aspectos estruturais, conjunturais e culturais.

5.12. ADEQUAÇÃO DO USO DOS RESULTADOS ORIUNDOS DA AVALIAÇÃO DE R.H.

Ressaltam o Sr. Fernando Henrique Monteiro de Carvalho, Superintendente de Recursos Humanos (SRH), e o Diretor de Desenvolvimento de Pessoal (DDP), Sr. Carlos Américo Barreira Pinto, que tal adequação é parcial. Por exemplo, no que tange aos docentes, tais dados são utilizados, unicamente, para fins de progressão funcional (uso burocrático da avaliação do desempenho docente). No que tange aos servidores técnico-administrativos, são utilizadas, tais informações, para efeito de formação e qualificação, progressão funcional, além de terem utilidade em processos de sindicância e de remoção.

5.13. EXISTÊNCIA E ADEQUAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ADMISSÃO E PROGRESSÃO FUNCIONAL

Ressaltam o Sr. Fernando Henrique Monteiro de Carvalho, Superintendente de Recursos Humanos (SRH), e o Diretor de Desenvolvimento de Pessoal (DDP), Sr. Carlos Américo Barreira Pinto, que os critérios de admissão e de progressão funcional existem no âmbito da UFC.

Aclara o Sr. Carlos Américo Barreira Pinto que os critérios de admissão, bem como as formas de progressão funcional estão previstos nos artigos 9º a 12º da Lei nº 11.091/05, que institui o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação. Quanto ao corpo docente, tal regulamentação jurídica encontra-se disposta na

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, especificamente nos artigos 54 e 67. No âmbito interno, a base jurídica está presente no Regimento da UFC (artigos 139, 143, 146 e 148), bem como nas resoluções nº 54, 55, 56 e 57 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

5.14. ADEQUAÇÃO DO REGIME DE 40 HORAS SEMANAIS

Ressalta o Sr. Fernando Henrique Monteiro de Carvalho, Superintendente de Recursos Humanos (SRH), que é o regime mais adequado à UFC, em face do reduzido número de servidores técnico-administrativos. O Diretor de Desenvolvimento de Pessoal (DDP), Sr. Carlos Américo Barreira Pinto, comunga com a adequação do regime de 40 horas semanais às atuais características e finalidades da UFC.

5.15. QUALIFICAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Docentes recém-ingressos e em estágio probatório participam, de maio a novembro de 2006, de curso de Didática de Ensino Superior. São 16 encontros semanais, num total de 64h/aula. A Pró-Reitoria de Graduação também está oferecendo, em parceria com a Superintendência de Recursos Humanos (SRH), curso de formação do gestor técnico-administrativo, em 120 horas. Os dois projetos fazem parte da Rede de Valorização do Ensino Superior, da Coordenadoria de Pesquisa e Acompanhamento Docente (CPAD).

O curso de didática para os novos docentes tem, entre seus objetivos, o de refletir sobre políticas públicas para o ensino superior e para o trabalho docente, numa perspectiva interinstitucional. Nas aulas/encontros são abordados temas como a formação universitária no mundo globalizado, legislação do profissional docente, estrutura organizacional da UFC e as experiências didáticas exitosas na graduação.

A aula inaugural foi proferida pela Prof^a Teresinha de Jesus Pinheiro Maciel, da Faculdade de Educação (Faced). Ela falou sobre formação para docência universitária. A Pró-Reitoria de Graduação, Profa. Ana Maria Iório Dias, destacou a rede de valoração do ensino superior. Já o curso de Formação do Gestor Técnico-Administrativo, iniciado no dia 3 de maio de 2006, tem parceria com a SRH e reúne ocupantes do cargo de técnico-administrativo recém-concursados, lotados nas coordenações dos cursos de graduação para o exercício do gerenciamento do sistema acadêmico. Serão seis módulos da Pró-Reitoria de Graduação, além de uma vivência prática, de 28 horas.

5.16. SINTUFCE REALIZA SEMINÁRIO PARA DEBATER APOSENTADORIA E CARREIRA DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

O seminário foi marcado pela troca de informações, esclarecimento das dúvidas e aprofundamento sobre a reforma da Previdência. O coordenador geral da Fasubra, Paulo Henrique Rodrigues dos Santos, foi um dos participantes do evento. Na avaliação dele, a carreira não é estática e as sugestões dos servidores serão sempre bem-vindas para que o aperfeiçoamento da proposta dos técnico-administrativos reivindicada junto ao Governo Federal seja permanente.

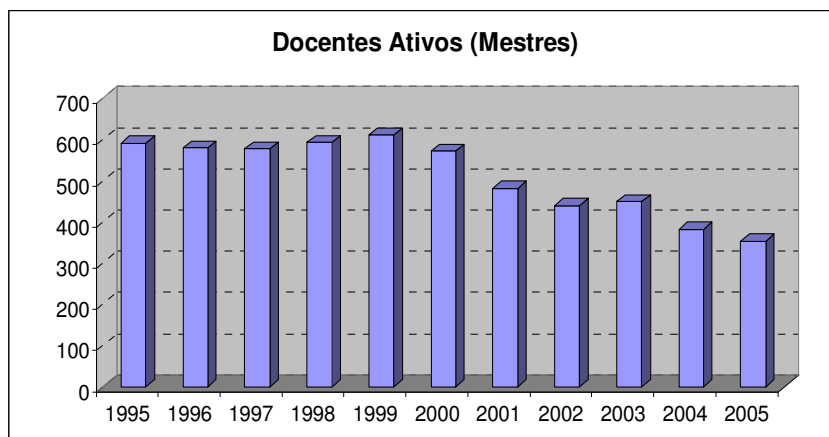
Paulo Henrique falou sobre a conjuntura e a necessidade de mobilização para conseguir avanços na negociação com o Governo federal ainda em 2006 para a correção da tabela. De acordo com o coordenador da Fasubra, a entidade vai realizar um seminário temático até junho para discutir a questão. Apesar das dificuldades, ele ressalta que o piso da tabela da categoria subiu 260% nos últimos dez anos, passando de R\$191,00 para R\$ 701,00 contra uma inflação de 160% registrada no mesmo período.

O superintendente de Recursos Humanos da UFC, Sr. Fernando Henrique Carvalho, e o funcionário público e autor do livro *Reforma da Previdência*, Roberto Lopes, também participaram do dia primeiro dia do seminário no qual o foco do debate foi “O que mudou para os servidores públicos com a Reforma da Previdência”.

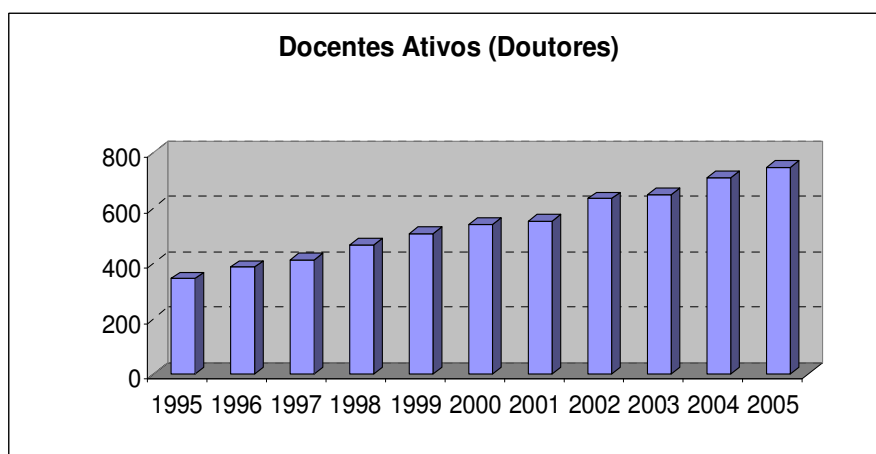
A representante do Grupo de Trabalho (GT) Carreira Nacional, Sra. Cenira da Mata, ressaltou que a luta da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra) sempre foi o de garantir conquistas não só para servidores ativos como também para os aposentados. Ela participou do segundo dia de seminário, em que as discussões ficaram centradas nos temas relacionados à carreira e à aposentadoria.

INFORMAÇÕES ORIUNDAS DO SISTEMA *ON-LINE* DE DADOS E INDICADORES INSTITUCIONAIS

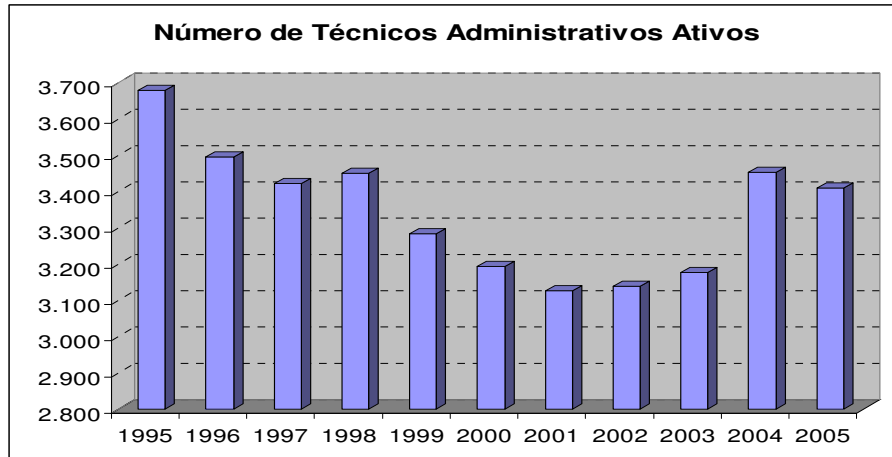
Os dados a seguir apresentados são oriundos do *Sistema On-line de Dados e Indicadores Institucionais da UFC*, desenvolvido pela Coordenadoria de Análise Institucional e Avaliação (CAIA) da Pró-Reitoria de Planejamento (PRPL).



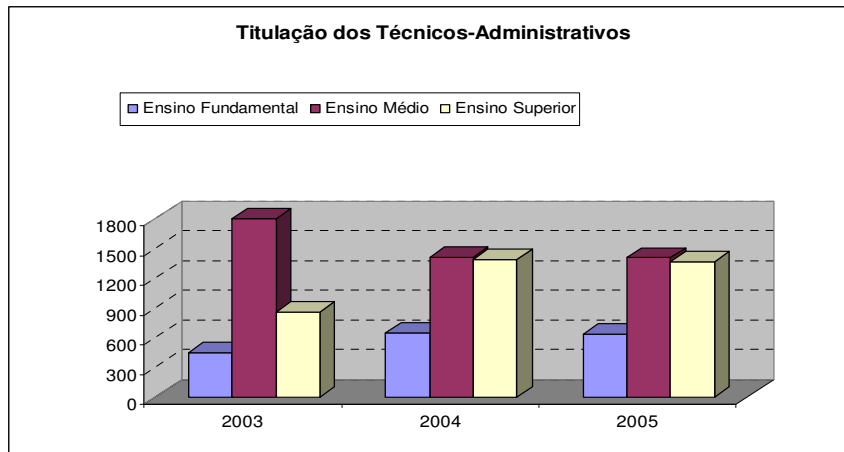
Do gráfico apresentado, constata-se que o número de docentes ativos com título de Mestre decendeu de 592, em 1995, para 440, no ano 2002, representando decréscimo de 34,5%. Tal tendência acirrou-se entre 2003 e 2005, período no qual houve redução de aproximadamente 10% em comparação a 2002. Atualmente, a UFC possui aproximadamente 330 docentes efetivos com a titulação máxima de Mestre. Essa tendência decrescente de docentes com a mencionada titulação acadêmica revela a importância do aperfeiçoamento, pois com a competição acirrada no âmbito da educação superior brasileira, já não há espaço para a contratação de profissionais portadores de titulação máxima de Mestre.



Constata-se, a partir dos dados do gráfico apresentado, que o número de docentes ativos com título de Doutor cresceu de 344, em 1995, para 760, em 2005, representando incremento superior a 100%. Essa tendência de aumento ressalta a relevância do aperfeiçoamento docente e da formação do investigador independente, já que esse é o principal objetivo da formação de doutores.

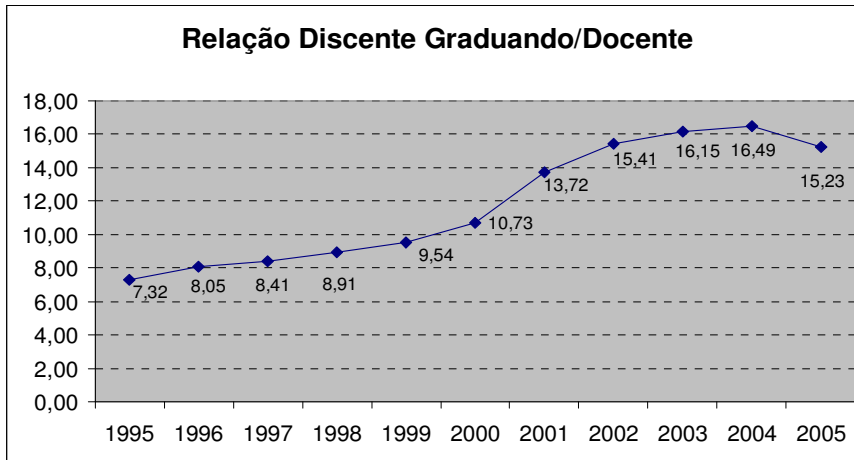


A partir do gráfico, observa-se significativa redução no número de funcionários técnico-administrativos entre 1995 e 2002, da ordem de 14,7%. Esse dado demonstra a necessidade de repor a força de trabalho perdida, que tem acarretado aumento da relação discentes/funcionários técnico-administrativos e, assim, perda de qualidade no atendimento dispensado aos discentes, aos docentes e ao público em geral. A tendência à diminuição, verificada entre 1995 e 2002, foi revertida. Entre 2002 e 2004 houve acréscimo da ordem de quase 10% no número de funcionários técnico-administrativos da UFC. Em 2005 houve pequena redução desse quantitativo, cujo valor está ao redor de 3.400.

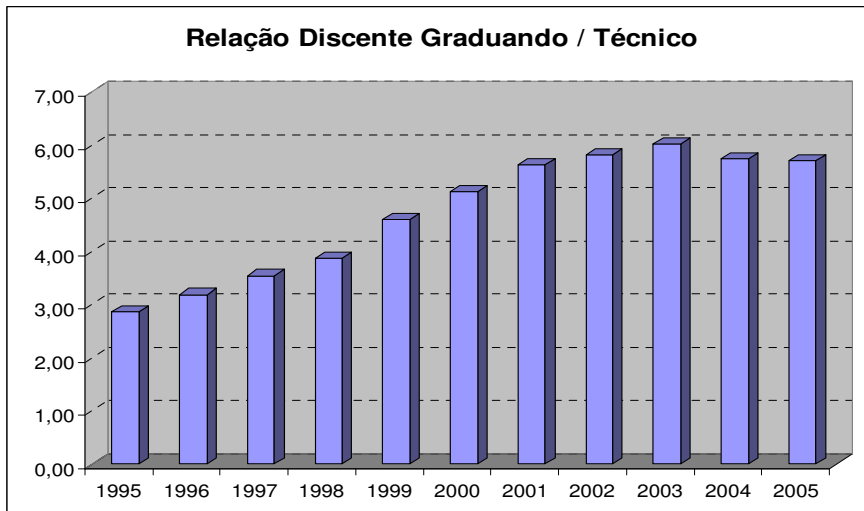


Constata-se, a partir dos dados, que os servidores técnico-administrativos de nível médio buscaram ampliar seu grau de escolaridade, pois houve redução significativa nessa categoria: 1.800, em 2003, para 1.413, em 2004 (redução de 21%). Derivado dessa suposição observa-se significativo aumento no número de servidores

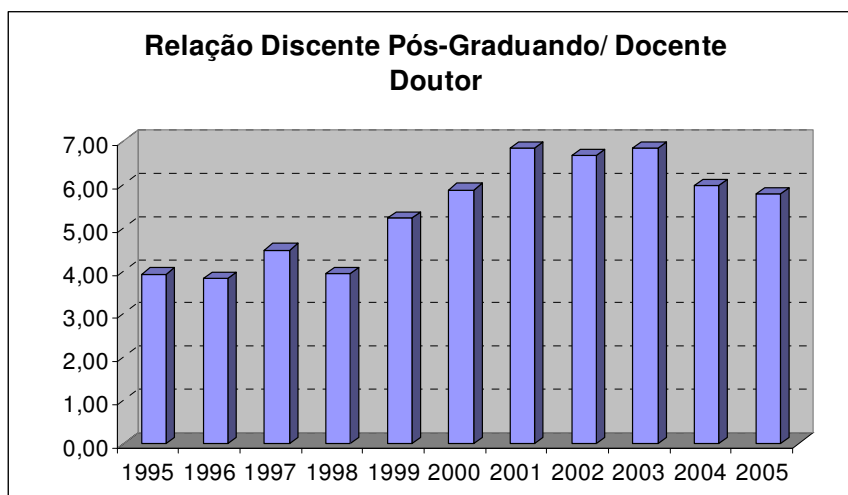
técnico-administrativos com escolarização superior. Passou-se de 859, em 2003, para 1.388 em 2004, o que significa aumento de 61%. Observa-se, ademais, que praticamente houve a manutenção desses números em 2005.



De acordo com o gráfico apresentado, observa-se que a relação entre número de discentes e docentes vem aumentando, substancialmente, nos últimos sete anos. Passou-se de uma relação de 7,32 discentes por docente, em 1995, para 16,49 discentes por docente, no ano de 2004, o que representa aumento superior a 120%. Não obstante, em 2005 houve redução de 8% nesse indicador, resultando no valor de 15,23.



Do gráfico, depreende-se aumento da relação entre discentes e funcionários técnico-administrativos efetivos, no período de 1995 a 2005, que variou de aproximadamente três para quase seis. O desafio da atual administração da UFC será determinar um valor desejável para este indicador.



Constata-se tendência de aumento da relação entre discentes e docentes doutores, no âmbito da pós-graduação da UFC. Entre os anos 1995 e 2001 o incremento observado correspondeu a 74,2%, isto é, de uma relação de 3,92 discentes para cada docente com doutorado, passou-se para 6,83 discentes por docente com doutorado. Em 2002 a relação foi de 6,66 discentes para cada docente com doutorado permanecendo praticamente a mesma até 2003. Entre 2004 e 2005 houve diminuição desse valor, que ficou em torno a 3,5 discentes por docente com doutorado. Tal decréscimo está relacionado à diminuição do número de discentes matriculados na pós-graduação como *alunos especiais*, fruto de ação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, efetivada a partir de 2004.



Relatório Final

**Dimensão Seis: Gestão Administrativa e Organização
da UFC.**

DIMENSÃO SEIS:

GESTÃO ADMINISTRATIVA E ORGANIZAÇÃO DA UFC.

6.1. OBJETIVO

Descrever a gestão administrativa da UFC, especialmente no que tange ao funcionamento e a representatividade dos colegiados; analisar a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios; identificar os procedimentos de gestão de informações institucionais.

6.2. AUDIÊNCIAS UTILIZADAS

Chefes de Departamento, Representantes do Conselho de Ensino e Pesquisa (CEPE), do Conselho Universitário (CONSUNI), Diretor do Núcleo de Processamento de Dados (NPD), Coordenador de Análise Institucional e Avaliação (CAIA).

6.2.2. INSTRUMENTO

Questionário composto por duas partes: a primeira destinada à identificação dos respondentes e a segunda composta por 12 questões fechadas¹¹, todas elas versando sobre aspectos associados à gestão da UFC.

6.2.3. PROCEDIMENTO PARA OBTENÇÃO DOS DADOS

Através da ação das CPAs Setoriais, que foram responsáveis pela aplicação do questionário junto às audiências referidas acima. Ademais, foram utilizadas informações extraídas dos formulários *on line* e de fontes secundárias, tais como, a *Revista Universidade Pública*, o *UFC Fax* e o *Jornal da UFC*, ou ainda dados extraídos do “Sistema *On-line* de Dados e Indicadores da Qualidade Institucional da UFC” (CAIA/PRPL) e do “Sistema do Censo da Educação Superior” (SIEDSUP - MEC/INEP).

6.3. TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES

As informações obtidas junto às audiências foram tratadas qualitativamente, através do emprego da análise de conteúdo, conforme propõe Bardin (1977)¹². A referida técnica de tratamento de dados *consiste em identificar as categorias de respostas mais relevantes, presentes nas informações brindadas pelas audiências utilizadas na sua obtenção.*

Após essa fase, foram *calculadas as frequências de aparição dessas categorias qualitativas, em termos absolutos e relativos.* Posteriormente, tais cálculos foram organizados em quadros e, visando melhor compreensão pela comunidade que fará uso

¹¹ Afirmações do tipo Likert, seguidas de quatro opções de resposta: 1 - *Excelente*; 2 - *Boa*; 3 - *Razoável*; 4 - *Péssima*.

¹² BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

dos mesmos, os dados foram representados graficamente, conforme se pode constatar na seção seguinte, na qual se discutem os principais resultados.

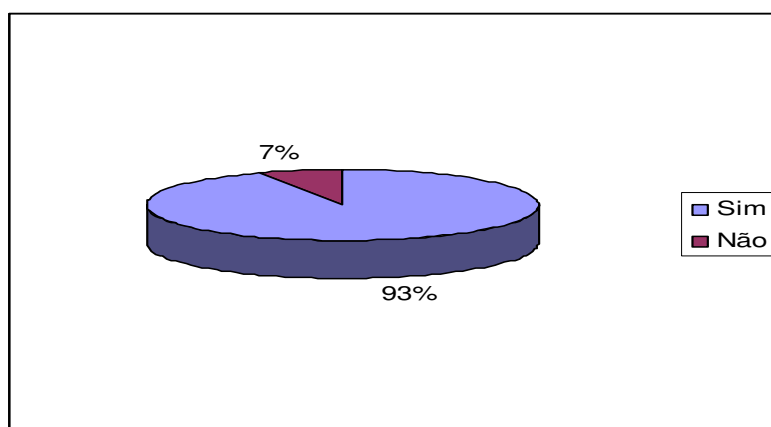
6.4. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS

Os resultados a seguir apresentados e comentados referem-se às dimensões utilizadas na avaliação da dimensão 6, rotulada de *Gestão Administrativa e Organização da UFC*.

DADOS RESULTANTES DE PESQUISA DE CAMPO

AUDIÊNCIAS: CHEFES DE DEPARTAMENTO

VALORAÇÃO ACERCA DA UTILIDADE DA AJUDA DE CUSTO RECEBIDA PELO DEPARTAMENTO.



OPINIÕES ACERCA DO EMPREGO DA AJUDA DE CUSTO RECEBIDA PELOS DEPARTAMENTOS.

Categorias de Respostas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Podem-se reparar equipamentos e adquirir material de consumo.	18	43,9%
Valor ainda está aquém das necessidades.	15	36,6%
Elemento-chave para proporcionar o funcionamento normal do Departamento.	8	19,5%
TOTAL	41	100%

PRINCIPAIS DIFICULDADES NA GESTÃO DO DEPARTAMENTO.

Categorias de Respostas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Falta de pessoal qualificado (técnico-administrativos e docentes).	23	17,3%
Manutenção da infra-estrutura.	17	12,8%
Ausência de servidores técnico-administrativos confiáveis.	15	11,3%
Falta de recursos financeiros.	13	9,8%
Dificuldades na gestão dos docentes.	12	9,0%
Falta de laboratórios de informática adequados.	9	6,7%
Faltam materiais áudios-visuais.	7	5,2%
Falta de segurança (pessoal e patrimonial).	6	4,5%
Falta de salas de aula.	5	3,6%
Inadequação de materiais para aulas práticas.	5	3,6%
Inadequação das instalações elétrico-hidráulicas.	4	3,0%
Falta de veiculação de informações entre as Unidades Acadêmicas/Departamentos.	4	3,0%
Descumprimento de horários de trabalho.	4	3,0%
Ausência de autonomia.	3	2,2%
Falta de planejamento.	3	2,2%
Horários de aulas incompatíveis com os de funcionamento do Departamento.	2	1,4%
Condições precárias de trabalho.	2	1,4%
TOTAL	134	100%

VALORAÇÃO DA ATUAL GESTÃO DA UFC.**A) ASPECTOS POSITIVOS.**

Categorias de Respostas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Transparência administrativa (prestação de contas à comunidade universitária).	21	37,5%
Gestão participativa.	09	16,1%
Melhoria das condições de trabalho.	08	14,3%
Descentralização administrativa.	07	12,5%
Equilíbrio orçamentário.	07	12,5%
Busca pelo atendimento às demandas internas.	04	07,1%
TOTAL	56	100%

B) ASPECTOS NEGATIVOS.

Categorias de Respostas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Manutenção das mesmas dificuldades administrativas.	06	35,3%
Falta de recursos para a construção.	05	29,4%
Falta de controle de pessoal (baixos desempenhos no trabalho).	04	23,5%
Carência de docentes.	02	11,8%
TOTAL	17	100%

VALORAÇÃO DE AÇÕES DE COMBATE AO DESPERDÍCIO, IMPLANTADAS NA ATUAL GESTÃO DA UFC.

A) COMBATE AO DESPERDÍCIO NA TELEFONIA: para a maioria dos entrevistados (37,9% ou n = 11) as ações visando a diminuir o custo com as chamadas telefônicas podem ser consideradas boas, havendo, porém, 34,5% (n = 10) que as consideraram razoáveis e 13,8% (n = 4) que crêem terem sido excelentes.

B) COMBATE AO DESPERDÍCIO NO CONSUMO DE ÁGUA: de acordo com 55,2% dos entrevistados (n = 16) as ações visando a diminuir o custo com o consumo de água podem ser consideradas razoáveis, havendo, no entanto, 24,1% (n = 7) que as consideraram boas e 13,8% (n = 4) que as viram como excelentes.

C) COMBATE AO DESPERDÍCIO NO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA: segundo 44,8% dos entrevistados (n = 13) as ações visando a diminuir o custo com o consumo de energia elétrica podem ser consideradas razoáveis, existindo, no entanto, 27,6% (n = 8) que as consideraram razoáveis e 10,3% (n = 3) que opinaram terem sido excelentes.

D) COMBATE AO DESPERDÍCIO NO CONSUMO DE PAPEL: para 41,8% dos entrevistados (n = 13) as ações visando a diminuir o custo com o consumo de papel podem ser consideradas razoáveis, havendo, não obstante, 37,9% (n = 11) que as consideraram boas e 6,9% (n = 2) que acreditam terem sido excelentes.

E) INCENTIVO À RECICLAGEM: de acordo a maioria dos entrevistados (53,6% ou n = 15) as ações visando a incentivar a reciclagem de material podem ser consideradas péssimas, havendo, porém, 28,6% (n = 8) que as consideraram razoáveis.

VALORAÇÃO DE AÇÕES DE INCREMENTO À SEGURANÇA, IMPLANTADAS NA ATUAL GESTÃO DA UFC.

A) PROTEÇÃO DE SERVIDORES CONTRA RISCOS BIOLÓGICOS DERIVADOS DE SUA ATUAÇÃO PROFISSIONAL: segundo a maioria dos entrevistados (70% ou n = 14) as ações visando a proteger os servidores dos riscos biológicos advindos da sua atuação podem ser consideradas péssimas (35% ou n = 7) ou razoáveis (35% ou n = 7), existindo, no entanto, 20% (n = 4) que as consideraram boas.

B) PROTEÇÃO AMBIENTAL: de acordo com a maioria dos entrevistados (81,4% ou n = 22) as ações visando à proteção ambiental podem ser consideradas péssimas (40,7% ou n = 11) ou razoáveis (35% ou n = 11).

C) SEGURANÇA INTERNA: para 46,4% dos entrevistados (n = 13) as ações visando incrementar a segurança interna podem ser consideradas péssimas, havendo, não obstante, 37,9% (n = 11) que as consideraram razoáveis.

VALORAÇÃO DE AÇÕES INOVADORAS, IMPLANTADAS NA ATUAL GESTÃO DA UFC.

A) ATUAÇÃO DA OUVIDORIA INTERNA: segundo 37% dos entrevistados (n = 10) a atuação da Ouvidoria Interna pode ser considerada razoável, existindo, no entanto, 29,6% (n = 8) que a percebe como boa.

B) ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA: para 34,8% dos entrevistados (n = 8) a atuação da Auditoria Interna pode ser considerada razoável, existindo, no entanto, 26,1% (n = 6) que a percebe como boa.

C) IMPLANTAÇÃO DA AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: segundo 35,7% dos entrevistados (n = 10) a implantação da auto-avaliação institucional pode ser considerada boa, existindo, ademais, 32,1% (n = 9) que a percebe como razoável e 25% (n = 7) como excelente.

VALORAÇÃO DA ATUAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO FÍSICO E OPERAÇÕES (PLANOP) NA ATUAL GESTÃO DA UFC.

De acordo com 44,8% dos entrevistados (n = 13), a atuação da PLANOP pode ser considerada razoável, existindo, no entanto, 34,5% (n = 10) que a percebe como boa.

INFORMAÇÕES ORIUNDAS DOS FORMULÁRIOS *ON LINE*

Com base nas respostas fornecidas pelos 324 docentes efetivos (23,65% do total), quatro docentes substitutos/visitantes e 311 servidores técnico-administrativos (9,03% do total) ao preencherem os formulários *on line* que foram lhes disponibilizados, apresentaremos, a seguir, dados acerca da atual gestão central da Universidade Federal do Ceará (UFC) para o desenvolvimento do país.

Qualidade da organização e do atendimento administrativo da UFC.					
Grau de qualidade		Estatísticas	Categoria Funcional		
			Docente efetivo	Docente substituto/visitante	Técnico-administrativo
Baixo	N	112	1	36	
	%	34,6	25,0	11,6	
Médio	N	152	1	172	
	%	46,9	25,0	55,3	
Acentuado	N	48	2	93	
	%	14,8	50,0	29,9	
Não sabe	N	12		10	
	%	3,7		3,2	
Total	N	324	4	311	
	%	100,0	100,0	100,0	

Conforme se pode observar, a maior parte dos docentes efetivos (46,9% ou 152) crê que o grau de qualidade da organização e do atendimento administrativo da UFC é médio. Para os docentes substitutos/visitantes tal aspecto foi considerado acentuado (50% ou 2). No entanto, dentre os docentes efetivos, há quem acredite que o grau de qualidade da organização e do atendimento administrativo da UFC é baixo (34,6% ou 112) ou acentuado (14,8% ou 48). Também houve quem não quisesse expressar suas opiniões (3,7% ou 12 docentes efetivos).

Dentre os servidores técnico-administrativos, a maior parte (55,3% ou 172) opinou que o grau de qualidade da organização e do atendimento administrativo da UFC é médio. Porém, há quem acredite que seja baixo (11,6% ou 36) ou acentuado (29,9% ou 93). Também houve quem não quisesse expressar suas opiniões (3,2% ou 10 servidores).

A seguir é apresentado quadro contendo a opinião dos respondentes acerca da adequação da segurança da UFC à demanda interna.

Adequação da segurança à demanda interna.					
Grau de adequação		Estatísticas	Categoria Funcional		
			Docente efetivo	Docente substituto/visitante	Técnico-administrativo
Baixo	N	236	3	149	
	%	72,8	75,0	47,9	
Médio	N	69	1	108	
	%	21,3	25,0	34,7	
Acentuado	N	16		43	
	%	4,9		13,8	
Não sabe	N	3		11	
	%	0,9		3,5	
Total	N	324	4	311	
	%	100,0	100,0	100,0	

Conforme se pode constatar, a maioria dos docentes efetivos (72,8% ou 236) e dos substitutos/visitantes (75% ou 3) crê que o grau de adequação da segurança à demanda interna da UFC é baixo. No entanto, dentre os docentes efetivos, há quem acredite que o referido aspecto possa ser considerado médio (21,3% ou 69) ou acentuado (4,9% ou 16). Tão-somente 0,9% ou três docentes efetivos não expressaram suas opiniões.

Dentre os servidores técnico-administrativos, a maior parte (55,3% ou 172) opinou que o grau de qualidade da organização e do atendimento administrativo da UFC é médio. Porém, há quem acredite que seja baixo (11,6% ou 36) ou acentuado (29,9% ou 93). Também houve quem não quisesse expressar suas opiniões (3,2% ou 10 técnicos).

A seguir é apresentado quadro contendo a opinião dos respondentes acerca da qualidade do trabalho docente.

Qualidade do trabalho docente.					
Grau de qualidade		Estatísticas	Categoria Funcional		
			Docente efetivo	Docente substituto/visitante	Técnico-administrativo
Baixo	N	12		5	
	%	3,7		1,6	
Médio	N	172	1	137	
	%	53,1	25,0	44,1	
Acentuado	N	135	3	146	
	%	41,7	75,0	46,9	
Não sabe	N	5		23	
	%	1,5		7,4	
Total	N	324	4	311	
	%	100,0	100,0	100,0	

Conforme se pode observar, a maioria dos professores efetivos (53,1% ou 172) crê que o grau de qualidade do trabalho docente é médio. Para os docentes substitutos/visitantes tal aspecto pode ser considerado acentuado. Não obstante, dentre os docentes efetivos, há quem acredite que o referido aspecto possa ser considerado baixo (3,7% ou 12) ou acentuado (41,7% ou 135). Tão-somente 1,5% ou cinco docentes efetivos não expressaram suas opiniões.

Entre os servidores técnico-administrativos, a maior parte (46,9% ou 146) opinou que o grau de qualidade do trabalho docente é acentuado. Porém, há quem acredite que seja baixo (1,6% ou cinco) ou médio (44,1% ou 137). Também houve quem afirmou não ter conhecimento acerca do tema (7,4% ou 23 servidores técnico-administrativos).

A seguir é apresentado quadro contendo a opinião dos respondentes acerca da qualidade do trabalho dos servidores técnico-administrativo.

Qualidade do trabalho dos técnico-administrativos.					
Grau de qualidade		Estatísticas	Categoria Funcional		
			Docente efetivo	Docente substituto/visitante	Técnico-administrativo
Baixo	N	110	1	11	
	%	34,0	25,0	3,5	
Médio	N	155	1	152	
	%	47,8	25,0	48,9	
Acentuado	N	55	2	137	
	%	17,0	50,0	44,1	
Não sabe	N	4		11	
	%	1,2		3,5	
Total	N	324	4	311	
	%	100,0	100,0	100,0	

De acordo com os dados, se pode observar que a maior parte dos docentes efetivos (47,8% ou 155) crê que o grau de qualidade do trabalho dos servidores técnico-administrativos é médio. Para os docentes substitutos/visitantes tal aspecto pode ser considerado acentuado. Porém, dentre os docentes efetivos, há quem acredite que referido aspecto possa ser considerado baixo (34% ou 110) ou acentuado (17% ou 55). Tão-somente 1,2% ou quatro docentes efetivos não expressaram suas opiniões.

Entre os servidores técnico-administrativos, a maior parte (48,9% ou 152) corroborou com a opinião dos docentes efetivos, para quem a qualidade do trabalho dos seus pares é média. Porém, há quem acredite que seja baixa (3,5% ou 11) ou acentuada (44,1% ou 137). Houve quem afirmou não ter conhecimento acerca do tema (3,5% ou 11 servidores técnico-administrativos).

A seguir é apresentado quadro contendo a opinião dos respondentes acerca da adequação dos programas de incentivo à publicação de livros à demanda interna.

Adequação dos programas de incentivo à publicação de livros à demanda interna.					
Grau de adequação		Estatísticas	Categoria Funcional		
			Docente efetivo	Docente substituto/visitante	Técnico-administrativo
Baixo	N	149	1	30	
	%	46,0	25,0	9,6	
Médio	N	71		111	
	%	21,9		35,7	
Acentuado	N	32		82	
	%	9,9		26,4	
Não sabe	N	72	3	88	
	%	22,2	75,0	28,3	
Total	N	324	4	311	
	%	100,0	100,0	100,0	

A maior parte dos docentes efetivos (46% ou 149) crê que o grau de adequação dos programas de incentivo à publicação de livros à demanda interna da UFC é baixo. A maioria dos docentes substitutos/visitantes (75% ou três) alegou não ter conhecimento acerca da temática avaliada. Não obstante, há quem acredite que referido grau de adequação seja médio (21,9% ou 71 docentes efetivos) ou acentuado (9,9% ou 32). Também houve quem alegou não conhecer ou não desejar expressar suas opiniões (22,2% ou 72 docentes efetivos).

Dentre os servidores técnico-administrativos, a maior parte (35,7% ou 111) opinou que o grau de adequação dos programas de incentivo à publicação de livros à demanda interna é médio. Porém, há quem acredite que seja baixo (9,6% ou 30) ou acentuado (26,4% ou 82). Por fim, caba destacar que 28,3% ou 88 servidores técnico-administrativos não sabiam ou que não desejaram expressar suas opiniões. O quadro a seguir contém a opinião dos respondentes acerca dos investimentos em arte e cultura.

Adequação dos investimentos em arte e cultura à demanda interna da UFC.					
Grau de adequação		Estatísticas	Categoria Funcional		
			Docente efetivo	Docente substituto/visitante	Técnico-administrativo
Baixo	N	73	1	41	
	%	22,5	25,0	13,2	
Médio	N	79	1	111	
	%	24,4	25,0	35,7	
Acentuado	N	35		58	
	%	10,8		18,6	
Não sabe	N	137	2	101	
	%	42,3	50,0	32,5	
Total	N	324	4	311	
	%	100,0	100,0	100,0	

Conforme se constata, a maior parte dos docentes efetivos (42,3% ou 137) não emitiu valoração acerca da adequação dos investimentos em arte e cultura à demanda interna da UFC. Porém, dentre os docentes efetivos, há quem acredite que tal investimento seja baixo (22,5% ou 73), médio (24,4% ou 79) ou acentuado (10,8% ou 35).

No âmbito dos servidores técnico-administrativos, a maior parte (35,7% ou 111) opinou ser médio o grau de adequação dos investimentos internos direcionados às atividades artísticas e culturais. Não obstante, há quem acredite que seja baixo (13,2% ou 41) ou acentuado (18,6% ou 58). Também houve quem não sabia ou quem não desejou expressar suas opiniões (32,5% ou 101 servidores técnico-administrativos).

Abaixo se encontra quadro contendo a opinião dos respondentes acerca da adequação dos investimentos no ensino às necessidades internas.

Adequação dos investimentos no ensino às necessidades internas.					
Grau de adequação		Estatísticas	Categoria Funcional		
			Docente efetivo	Docente substituto/visitante	Técnico-administrativo
	Baixo	N	146	1	26
		%	45,1	25,0	8,4
	Médio	N	112	2	145
		%	34,6	50,0	46,6
	Acentuado	N	31		65
		%	9,6		20,9
	Não sabe	N	35	1	75
		%	10,8	25,0	24,1
	Total	N	324	4	311
		%	100,0	100,0	100,0

Conforme se constata, a maior parte dos docentes efetivos (45,1% ou 146) crê que é baixa a adequação dos investimentos no ensino às necessidades internas da UFC. No entanto, há quem acredite que tal investimento é médio (34,6% ou 112 docentes efetivos e metade dos substitutos/visitantes) ou acentuado (9,6% ou 31). Houve quem não soube ou não desejou expressar suas opiniões (10,8% ou 35 docentes efetivos e 25% dentre os substitutos/visitantes).

Dentre os servidores técnico-administrativos, a maior parte (35,7% ou 111) acredita ser média a adequação dos investimentos no ensino às necessidades internas da UFC. Embora haja quem acredite que seja baixa (8,4% ou 26) ou acentuada (20,9% ou 65). Também houve quem não sabia ou quem não desejou expressar suas opiniões (24,1% ou 75 servidores técnico-administrativos).

A seguir se encontra quadro contendo a opinião dos respondentes acerca da adequação das políticas afirmativas às necessidades sociais.

Adequação das políticas afirmativas às necessidades sociais.					
Grau de adequação		Estatísticas	Categoria Funcional		
			Docente efetivo	Docente substituto/visitante	Técnico-administrativo
Baixo	N		57	1	31
	%		17,6	25,0	10,0
Médio	N		93	1	126
	%		28,7	25,0	40,5
Acentuado	N		47		46
	%		14,5		14,8
Não sabe	N		127	2	108
	%		39,2	50,0	34,7
Total	N		324	4	311
	%		100,0	100,0	100,0

A maior parte dos docentes efetivos (39,2% ou 127) e metade dos substitutos/visitantes não souberam responder a indagação ou esquivaram-se de tal. Há, porém, quem acredite que a adequação das políticas afirmativas às necessidades sociais seja baixa (17,6% ou 57 docentes efetivos), média (28,7% ou 93 docentes efetivos) ou acentuada (14,5% ou 47). Houve quem não soube ou não desejou expressar suas opiniões (39,2% ou 127 docentes efetivos e 50% dentre os substitutos/visitantes).

No que tange aos servidores técnico-administrativos, a maior parte (40,5% ou 126) acredita ser média a adequação das políticas afirmativas às necessidades sociais. Não obstante, há quem acredite que seja baixa (10% ou 31) ou acentuada (14,8% ou 46). Houve quem não sabia ou quem não desejou expressar suas opiniões (34,7% ou 108 técnicos).

O quadro abaixo contém a opinião dos respondentes acerca da adequação do processo seletivo para os cursos de graduação aos ideais de discente, da comunidade.

Adequação do processo seletivo para os cursos de graduação (Vestibular) aos ideais de discente, da comunidade interna.					
Grau de adequação		Estatísticas	Categoria Funcional		
			Docente efetivo	Docente substituto/visitante	Técnico-administrativo
Baixo	N		29		14
	%		9,0		4,5
Médio	N		98	1	128
	%		30,2	25,0	41,2
Acentuado	N		128	2	136
	%		39,5	50,0	43,7
Não sabe	N		69	1	33
	%		21,3	25,0	10,6
Total	N		324	4	311
	%		100,0	100,0	100,0

Segundo os dados, a maior parte dos docentes efetivos (39,5% ou 128) e metade dos substitutos/visitantes acham que é elevado o grau de adequação do processo seletivo para os cursos de graduação (Vestibular) aos ideais de discente, da comunidade interna. Há, porém, quem acredite que referida adequação seja baixa (9% ou 29 docentes efetivos) ou média (30,2% ou 98 docentes efetivos). Houve 69 docentes efetivos que não souberam ou não desejaram expressar suas opiniões (21,3%).

No que tange aos servidores técnico-administrativos, a maior parte (43,7% ou 136) corroborou com a opinião dos docentes efetivos, para quem é elevado o grau de adequação do processo seletivo para os cursos de graduação (Vestibular) aos ideais de discente, da comunidade interna. No entanto, há quem acredite que seja baixa (4,5% ou 14) ou média (41,2% ou 128). Também houve quem não sabia ou quem não desejou expressar suas opiniões (10,6% ou 33 servidores técnico-administrativos).

A seguir se encontra quadro contendo a opinião dos respondentes acerca da adequação da gestão central da UFC aos anseios da comunidade interna.

Adequação da gestão central da UFC aos anseios da comunidade interna.					
Grau de adequação		Estatísticas	Categoria Funcional		
			Docente efetivo	Docente substituto/visitante	Técnico-administrativo
Baixo	N		79		31
	%		24,4		10,0
Médio	N		145	3	154
	%		44,8	75,0	49,5
Acentuado	N		56		65
	%		17,3		20,9
Não sabe	N		44	1	61
	%		13,6	25,0	19,6
Total	N		324	4	311
	%		100,0	100,0	100,0

De acordo com os dados, a maior parte dos docentes efetivos (44,8% ou 145) e a maioria dos substitutos/visitantes (75% ou três) acham que é médio o grau de adequação da gestão central da UFC aos anseios da comunidade interna. Há, porém, quem acredite que referida adequação seja baixa (24,4% ou 79 docentes efetivos) ou acentuada (17,3% ou 56 docentes efetivos). Houve, no entanto, 44 docentes efetivos (13,6%) e um substituto/visitante (25%) que não souberam ou não desejaram expressar suas opiniões.

No que tange aos servidores técnico-administrativos, a maior parte (49,5% ou 154) corroborou com a opinião dos docentes efetivos, para quem é médio o grau de adequação da gestão central da UFC aos anseios da comunidade interna. No entanto, há quem acredite que seja baixa (10% ou 31) ou acentuada (20,9% ou 65). Também houve quem não sabia ou quem não desejou expressar suas opiniões (19,6% ou 61 servidores).

A seguir é apresentado quadro contendo a opinião dos respondentes acerca da adequação do acervo bibliográfico às necessidades dos aprendizes.

Adequação do acervo bibliográfico às necessidades dos aprendizes.					
Grau de adequação		Estatísticas	Categoria Funcional		
			Docente efetivo	Docente substituto/visitante	Técnico-administrativo
Baixo	N	173	3	55	
	%	53,4	75,0	17,7	
Médio	N	114	1	160	
	%	35,2	25,0	51,4	
Acentuado	N	24		60	
	%	7,4		19,3	
Não sabe	N	13		36	
	%	4,0		11,6	
Total	N	324	4	311	
	%	100,0	100,0	100,0	

De acordo com as informações, a maioria dos docentes efetivos (53,4% ou 173) e dos substitutos/visitantes (75% ou três) acha que é baixo o grau de adequação do acervo bibliográfico às necessidades dos aprendizes. Porém, há quem acredite que referida adequação seja média (35,2% ou 114 docentes efetivos) ou acentuada (7,4% ou 24 docentes efetivos). Houve 13 docentes efetivos (4%) que não souberam ou não desejaram expressar suas opiniões.

Dentre os servidores técnico-administrativos, a maioria (51,4% ou 160) crê que é médio o grau de adequação do acervo bibliográfico às necessidades dos aprendizes. No entanto, há quem acredite que seja baixa (17,7% ou 55) ou acentuada (19,3% ou 60). Também houve quem não sabia ou quem não desejou expressar suas opiniões (11,6% ou 36 servidores técnico-administrativos).

DADOS RESULTANTES DE ANÁLISE DOCUMENTAL

2.1. GESTÃO DE INFORMAÇÕES ACADÊMICAS

Está em fase de testes o novo sistema gerenciador de informações acadêmicas da universidade, rotulado Sofia, que substituirá o Lyceum. Com previsão e implantação em alguns cursos a partir do segundo semestre de 2006, este será o maior e o mais importante projeto de informática desenvolvido nos laboratórios da Universidade Federal do Ceará.

E quais os motivos para que haja a mudança de sistema de gestão de informações acadêmicas? Segundo o Prof. Javam de Castro Machado, diretor do Núcleo de Processamento de Dados (NPD) da UFC e coordenador do Projeto Sofia, o processo de manutenção do Lyceum estava se tornando dispendioso. O sistema não atendia às necessidades de uma instituição do porte da UFC, não possibilitava integração com outros meios da universidade, por ter sido encomendado a uma empresa terceirizada, fazia-se necessário pagar pelos altos custos de manutenção.

A partir dessas deficiências, surgiu a motivação para criar o Sofia, um projeto que em sua versão final, terá como principal desafio sanar os problemas do Lyceum. Entre esses, destaca-se o processo de matrícula, que a cada semestre é motivo de reclamações dos estudantes, principalmente devido ao congestionamento ao acesso ao sistema.

O Prof. Javam Machado explica, que, brevemente, a situação será outra: “o Sofia, diferentemente do Lyceum, foi projetado como um sistema distribuído, quer dizer, o volume de solicitações feitas pelos alunos na matrícula será distribuído entre os diferentes processadores do servidor do Sofia”. E quais as garantias de que o processo de matrícula intermediado pelo novo sistema transcorrerá sem problemas? Machado diz que, periodicamente, o Sofia é posto a prova de nos chamados “testes de stress”, nos quais são simuladas situações em que é levado aos limites, e que tem tido resultados exitosos.

O Sistema Sofia não servirá apenas para intermediar os processos de matrícula. Uma das metas da equipe do NPD é criar o sistema de tal forma que seja usado diariamente pela comunidade universitária, e não apenas esporadicamente. “Ele vai além de um sistema de matrícula, vai ser um sistema acadêmico que a comunidade acadêmica usa no dia-a-dia e inclui coisas novas”.

Esse contato diário será feito principalmente através de novas funções oferecidas pelo Sofia. Uma delas é o módulo de mensagens, que permitirá ao professor entrar em contato com os alunos matriculados em sua disciplina para lhe enviar mensagens, lembrando, por exemplo, o dia da próxima prova ou então disponibilizando on-line os textos a serem estudados nas aulas seguintes. Pró-Reitorias, departamentos e coordenações dos cursos também poderão manter contato com docentes e discentes,

além dos servidores técnico-administrativos, facilitando o fluxo de informações na comunidade universitária. Integração com sistemas externos à UFC, como a Plataforma Lattes, também será possível graças ao Sofia. Ao longo do tempo, novos recursos serão adicionados ao sistema e serão mais facilmente implementados, pois o Sistema Sofia está sendo totalmente desenvolvido por uma equipe da UFC. O objetivo do NPD é procurar atender aos processos que se realizam diariamente na instituição, tornando-os mais dinâmicos.

O desafio de desenvolver um projeto do porte do Sofia possibilita mudanças importantes para a UFC. Tecnicamente, o NPD está se reabilitando no processo de construção de sistemas para a instituição, aprendendo a utilizar o que há de mais moderno para essa tarefa. “Estamos treinando novas pessoas e trazendo outros projetos que vão usar a mesma tecnologia de modelagem”, explica o Prof. Javam Machado.

Além disso, com as entrevistas e discussões feitas nas reuniões do projeto Sofia, foi possível refletir sobre a maneira como a qual as informações acadêmicas eram trabalhadas. “Pró-Reitores, coordenadores, professores e o NPD puderam repensar os processos administrativos do ponto de vista acadêmico e melhorá-los”, diz o Prof. Machado, ressaltando a importância dessa etapa para a criação de um sistema que terá a cara da UFC: “Isso não tem preço”.

2.2. GESTÃO DE DADOS BÁSICOS E DE INDICADORES INSTITUCIONAIS

Um dos principais problemas que afetou a UFC, recentemente, segundo o Coordenador de Análise Institucional e Avaliação (CAIA), o Prof. Wagner Bandeira Andriola, era a inexistência de dados e indicadores que estivessem organizados num sistema global e útil à compreensão da realidade institucional. Esse é um problema que a atual gestão da UFC conseguiu dele desvencilhar-se.

A partir de agosto de 2003 foi iniciado trabalho de “garimpagem” de dados que fossem úteis à elaboração de indicadores institucionais. Através de consultas às bases internas de dados, aos Relatórios Anuais de Atividades, bem como aos sistemas do INEP/MEC, se pode iniciar a organização de um sistema de dados e indicadores institucionais. É verdade que se trata de um sistema embrionário, atesta o Prof. Wagner Bandeira Andriola, porém é a semente para a criação de algo mais complexo, abrangente, útil à comunidade interna e ao gestor institucional.

O modelo de indicadores institucionais utilizado pela UFC está baseado na proposta desenvolvida pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que é adotada, atualmente, pelos países que conformam a Comunidade Econômica Européia. Nesse modelo, há menção a quatro grupos de indicadores institucionais, a saber:

a) Indicadores de contexto: explicam-nos os resultados institucionais obtidos, através da apresentação das condições de demanda e das características demográficas, sócio-econômicas e culturais da população discente atendida;

b) Indicadores de recursos: informam-nos dos recursos materiais e humanos disponíveis no contexto institucional;

c) Indicadores de processos: dão-nos informações acerca da influência exercida sobre a aprendizagem discente de fatores tais como (i) organização

administrativa e acadêmica, (ii) práticas pedagógicas, (iii) funcionamento e clima da instituição; (iv) ações de naturezas diversas, implementadas na UFC;

d) Indicadores de produtos: permitem-nos obter informações acerca dos logros institucionais no âmbito do ensino, da investigação e da extensão.

Ademais desses quatro grupos, a UFC adota um quinto conjunto formado por **indicadores de gestão**, que nos possibilita analisar a adequação da gestão dos recursos institucionais. Seu uso é desejável devido à relevância dessas informações, úteis ao acompanhamento e ao controle social da instituição educacional, além de se tratar de exigência legal, feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Atualmente o Sistema on-line de Dados e Indicadores Institucionais da UFC pode ser acessado diretamente da web page da mencionada IES. Contém séries históricas de informações institucionais do período de 1995 a 2005, visto que o objetivo inicial era a coleta de dados e informações relevantes que nos permitissem traçar um primeiro retrato institucional holístico. Trata-se, portanto, de uma etapa diagnóstica, na qual o objetivo é comparar o estado atual da instituição educacional com o seu passado, permitindo-a, assim, ter idéia mais ou menos precisa de onde poderá chegar.

Esse princípio de *comparar o estado atual da instituição com o seu passado* é um suposto presente na teoria do russo Lev Semenovich Vigotsky (1896-1934), que utiliza os conceitos de Zona de Desenvolvimento Atual (ZDA) e Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) para tentar explicar o *vir-a-ser* do aprendiz. A ZDP institucional norteará o planejamento de ações administrativas e educacionais, que deverão estar pautadas nas seqüências históricas das informações e de indicadores institucionais. Adotando essa práxis, perceberemos o quão relevante torna-se a avaliação institucional, enquanto atividade que proporciona sólido suporte ao planejamento estratégico.

Agora bem, é preciso mencionar que um sistema de indicadores implica na unificação de dados de quantitativos e qualitativos, como único modo de compreender, globalmente, a complexidade da realidade institucional. O sistema de indicadores da UFC utiliza ambos os tipos de dados, permitindo, assim, ampla visão acerca das atividades executadas no interior da referida IES.

2.3. GESTÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Transparência, essa é a palavra de ordem da atual administração central da UFC. Assim sendo, o Reitor, Prof. René Barreira organizou, em conjunto com seus principais assessores, calendário de reuniões setoriais visando à tornar pública alguns de suas principais ações. Dentre as inúmeras vitórias da atual gestão da UFC está o total controle e saneamento das finanças da referida IFES.

A equipe de Pró-Reitores, juntamente com o Reitor e o Vice-Reitor da UFC, deu prosseguimento ao calendário de visitas às Unidades Acadêmicas que foi estabelecido para o segundo semestre de 2006. Na terça-feira, dia 20/VI, às 10h, foi ao Centro de Tecnologia e, às 16h, esteve na Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade. No dia 21/VI, às 10h, o Reitor visitou o Centro de Ciências Agrárias, e às 16h, a Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem. O mencionado calendário de visitas começou pelo Centro de Ciências, no último dia 13/VI. Em seguida serão

visitadas o Centro de Humanidades e as Faculdades de Direito, de Educação e de Medicina.

2.4. ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

O Estatuto da Universidade Federal do Ceará (UFC) foi aprovado (i) pelo Conselho Nacional de Educação, conforme Parecer nº 62/99, da Câmara de Educação Superior (Processo nº 23.000.012916/98-59) e (ii) pelo Sr. Ministro da Educação, através da Portaria nº 592, de 23 de março de 1999, publicado no Diário Oficial da União de 26/03/99. Mencionado documento foi revisto e atualizado, dispondo inclusive sobre sua adequação à Constituição Federal, à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), à Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995 (que regulamenta o processo de escolha dos dirigentes universitários) e a outros textos legais. Foi aprovado pelo Conselho Universitário em sessões realizadas nos dias 18, 21 e 22 de dezembro de 1998.

No Título II, que trata da Administração Universitária (pág. 3), o Estatuto da UFC dispõe o que segue. Destaque-se, nesse âmbito, o Art. 8º, que dispõe:

Art. 8º. - A administração e a coordenação das atividades universitárias serão exercidas nos 02 (dois) níveis seguintes:

- a) administração superior;
- b) administração acadêmica.

CAPÍTULO I

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Art. 9º - A administração superior será exercida através dos seguintes órgãos:

- a) Conselho Universitário;
- b) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- c) Reitoria.

Parágrafo Único - Além dos órgãos mencionados neste artigo, haverá, na Universidade, um Conselho de Curadores, com atribuições de fiscalização econômico-financeira.

SEÇÃO I

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Art. 10 - O Conselho Universitário, órgão superior deliberativo e consultivo para traçar a política universitária e decidir em matéria de administração, inclusive gestão econômico-financeira, terá a seguinte composição:

- a) Reitor, como seu presidente;
- b) Vice-Reitor;
- c) Ex-Reitor que tenha exercido a Reitoria durante o último período;
- d) Pró-Reitores;
- e) Diretores de Centros e Faculdades;
- f) 02 (dois) representantes dos Departamentos Acadêmicos, escolhidos, com os respectivos suplentes, dentre os chefes de Departamentos, sob a coordenação e supervisão da Reitoria;
- g) 01 (um) representante das coordenações dos cursos de pós-graduação, escolhido, com o suplente, dentre os respectivos coordenadores de curso, sob a coordenação e supervisão da Reitoria;
- h) 01 (um) representante das coordenações dos cursos de graduação, escolhido, com o suplente, dentre os respectivos coordenadores de curso, sob a coordenação e supervisão da Reitoria;
- i) 01 (um) representante das coordenações dos cursos e projetos de extensão de caráter permanente, escolhido, com o suplente, dentre os respectivos coordenadores, sob a coordenação e supervisão da Reitoria;
- j) 04 (quatro) representantes do magistério superior da Universidade - 01 (um) professor titular, 01 (um) professor adjunto, 01 (um) professor assistente e 01 (um) professor auxiliar - eleitos, com os respectivos suplentes, por representantes dos Centros e Faculdades, na base de 03 (três) para cada classe, por Centro e por Faculdade, sob a coordenação e supervisão da Reitoria.
- l) 01 (um) representante do Magistério de 1º e 2º Graus da Universidade, escolhido, com seu respectivo suplente, sob a coordenação e supervisão da Reitoria.

m) 03 (três) representantes da comunidade - um da área cultural, um da área profissional e um da área empresarial - escolhidos pelo próprio Conselho, dentre os nomes indicados pelas associações de âmbito estadual que atuem nessas áreas;

n) 05 (cinco) representantes dos estudantes dos cursos de graduação, eleitos, com os respectivos suplentes, na forma do que dispõe o art. 101 deste Estatuto;

o) 01 (um) representante dos estudantes dos cursos de pós-graduação, eleito, com o respectivo suplente, na forma do que dispõe o art. 102 deste Estatuto.

p) 03 (três) representantes do corpo técnico-administrativo da Universidade, sendo 01 (um) do Grupo Nível Superior, 01 (um) do Grupo Nível Médio e 01 (um) do Grupo Nível de Apoio, eleitos, com os respectivos suplentes, na forma do disposto neste Estatuto e no Regimento Geral.

§ 1º - A escolha dos representantes do corpo técnico-administrativo da Universidade far-se-á em assembléia presidida pelo Reitor e constituída pelos servidores abaixo indicados:

a) 03 (três) representantes de cada Centro ou Faculdade, 01 (um) para cada grupo funcional, escolhidos em eleição presidida pelos respectivos Diretores;

b) 03 (três) representantes de cada Órgão Administrativo, 01 (um) para cada grupo funcional, escolhidos em eleição presidida pelo respectivo chefe;

c) 03 (três) representantes de cada Órgão Auxiliar, 01 (um) para cada grupo funcional, escolhidos em eleição presidida pelo respectivo chefe;

d) 03 (três) representantes de cada Órgão Suplementar, 01 (um) para cada grupo funcional, escolhidos em eleição presidida pelo respectivo chefe.

§ 2º - Os representantes mencionados nas letras **f, g, h, i, n e o** terão mandato de 01 (um) ano, e os indicados nas letras **j, l, m e p**, mandato de 02 (dois) anos, permitida apenas uma recondução.

§ 3º - Os representantes mencionados no parágrafo anterior terão suplentes escolhidos pelo mesmo processo dos titulares e mandato de igual duração.

Art. 11 - Compete ao Conselho Universitário:

a) exercer a jurisdição superior da Universidade em matéria de administração, inclusive gestão econômico-financeira, e fixar a política universitária;

b) aprovar as modificações deste Estatuto e do Regimento Geral, submetendo-as ao Conselho Nacional de Educação;

c) aprovar seu próprio Regimento e os Regimentos da Reitoria, do Conselho de Curadores, dos Centros, das Faculdades e dos órgãos suplementares;

d) homologar as decisões dos Conselhos de Centro e dos Conselhos Departamentais relativas ao afastamento provisório de professores para outras instituições de ensino superior mantidas pelo Governo Federal;

e) homologar as decisões dos Conselhos de Centro e dos Conselhos Departamentais relativas à transferência, para a Universidade Federal do Ceará, de professores pertencentes a outras instituições de ensino superior mantidas pela União, exigindo-se votação de 2/3 (dois terços) quando se tratar de professor titular;

f) aprovar a proposta orçamentária a ser encaminhada ao Ministério da Educação e do Desporto e o orçamento analítico da Universidade;

g) aprovar a aquisição de bens e direitos imobiliários e a aceitação de legados e doativos que importem ou não em compromisso para a Universidade;

h) autorizar convênios que resultem na aplicação de recursos próprios não especificados em seu orçamento;

i) decidir, à vista de planos aprovados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação;

j) deliberar sobre a concessão de títulos de Professor Emérito, Professor **Honoris Causa**, Doutor **Honoris Causa** e de Medalhas de Mérito;

l) elaborar as listas tríplices para escolha do Reitor e Vice-Reitor;

m) aprovar a indicação de Pró-Reitores;

n) conhecer de recursos de atos do Reitor em matéria de sua competência;

o) apreciar os vetos do Reitor às decisões do próprio colegiado;

p) deliberar sobre medidas de natureza preventiva, corretiva ou repressiva que estejam no âmbito de sua competência;

q) decidir, após inquérito administrativo, sobre intervenção em qualquer Centro ou Faculdade e homologar as propostas de destituição de Diretores e Vice-Diretores, aprovadas por 2/3 (dois terços) dos competentes Conselhos de Centro ou Conselhos Departamentais;

r) apurar a responsabilidade do Reitor e adotar, em consequência, as providências cabíveis, na forma da lei, deste Estatuto e do Regimento Geral;

s) propor ao Presidente da República, em parecer fundamentado, a destituição do Reitor;

t) propor ao Reitor, em parecer fundamentado, a destituição do Vice-Reitor;

- u) deliberar sobre suspensão temporária, total ou parcial, de funcionamento da Universidade;
- v) emitir pareceres e fixar normas em matéria de sua competência, bem como decidir sobre propostas, representações ou indicações de interesse da Universidade, em assuntos de sua esfera de ação;
- x) deliberar, originariamente ou em grau de recurso, sobre qualquer outra matéria de sua competência não prevista neste Estatuto, no Regimento Geral e nos demais Regimentos.

Parágrafo Único - As decisões a que se referem as letras **o** e de **q** a **u** deste artigo serão tomadas pelo voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Universitário.

SEÇÃO II

CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Art.12 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, órgão superior deliberativo e consultivo da Universidade, em matéria de ensino, pesquisa e extensão, terá a seguinte composição:

- a) Reitor, como seu presidente;
- b) Vice-Reitor;
- c) Pró-Reitores;
- d) Diretores de Centros e Faculdades;
- e) 02 (dois) representantes de cada Centro e 01 (um) representante de cada Faculdade, escolhidos pelos respectivos Conselhos, dentre os professores da Unidade, em exercício;
- f) 02 (dois) representantes das coordenações dos cursos de graduação, eleitos, dentre os coordenadores dos respectivos cursos, sob a coordenação e supervisão da Reitoria;
- g) 02 (dois) representantes das coordenações dos cursos de pós-graduação, eleitos dentre os coordenadores dos respectivos cursos, sob a coordenação e supervisão da Reitoria;
- h) 01 (um) representante das coordenações dos cursos ou projetos de extensão de caráter permanente, eleito dentre os coordenadores dos respectivos cursos e projetos, sob a coordenação e supervisão da Reitoria;
- i) 09 (nove) representantes dos estudantes, sendo 07 (sete) da graduação e 02 (dois) da pós-graduação, eleitos, com os suplentes, na forma do que dispõem os artigos 101 e 102 deste Estatuto.
- j) 02 (dois) representantes do Governo do Estado, sendo 01 (um) da área cultural e 01 (um) da área de ciência e tecnologia, escolhidos, com os respectivos suplentes, a partir de listas tríplices, pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- l) 01 representante da Prefeitura Municipal de Fortaleza, da área educacional, escolhido, com o respectivo suplente, a partir de listas tríplices, pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- m) 01 (um) representante do Conselho de Educação do Ceará, escolhido, com o respectivo suplente, dentre os membros do Conselho, a partir de listas tríplices, pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- n) 02 (dois) representantes dos diretores das escolas de ensino fundamental e médio, sendo 01 (um) do setor público e 01 (um) do setor privado, escolhidos pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Parágrafo Único - Os representantes mencionados nas letras **f**, **g**, **h** e **i**, terão mandato de 01 (um) ano e os das letras **e**, **j**, **l**, **m** e **n** terão mandato de 02 (dois) anos, permitida apenas uma recondução.

Art. 13 - Compete ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão:

- a) superintender e coordenar, em nível superior ao da Administração Acadêmica, as atividades universitárias de ensino, pesquisa e extensão;
- b) aprovar seu próprio Regimento;
- c) fixar normas complementares às do Regimento Geral sobre o processo seletivo, currículos e programas, matrícula, transferência, avaliação do rendimento escolar, revalidação de diplomas estrangeiros, aproveitamento de estudos, regime de pesquisa e extensão, além de outras que se incluam no âmbito de sua competência;
- d) aprovar os planos de cursos de graduação e de pós-graduação;
- e) emitir pareceres em matéria de sua competência;
- f) decidir sobre propostas, indicações ou representações de interesse da Universidade em assunto de sua esfera de ação;
- g) exercer atividades de fiscalização e adotar ou propor, conforme o caso, medidas de natureza preventiva, corretiva ou repressiva que estejam no âmbito de suas atribuições;
- h) conhecer de recursos de atos do Reitor em matéria de sua competência;
- i) apreciar os vetos do Reitor às decisões do próprio colegiado;
- j) deliberar, originariamente ou em grau de recurso, sobre qualquer outra matéria de sua esfera de competência não prevista neste Estatuto, no Regimento Geral ou nos demais regimentos.

Parágrafo Único - A decisão a que se refere a letra **i** deste artigo será tomada pelo voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 14 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão terá as seguintes Câmaras:

- a) Câmara de Graduação;
- b) Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação;
- c) Câmara de Extensão.

Art. 15 - O Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão disporá sobre a composição, funcionamento e competências das Câmaras, ressalvando o disposto no parágrafo seguinte.

§ 1º - As Câmaras de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão, constantes das alíneas **a**, **b**, **c** do artigo 14, serão presididas, respectivamente, pelos correspondentes Pró-Reitores e compostas por membros titulares do CEPE.

§ 2º - Cada Câmara deliberará em matéria a ser definida pelo CEPE, dentre as competências constantes do artigo 13 do Estatuto da Universidade Federal do Ceará.

Art. 16 - Dos atos do Reitor caberá recurso, conforme o assunto, para o Conselho Universitário ou para o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 17 - Das decisões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão caberá recurso para o Conselho Universitário, por alegação de nulidade ou por estrita arguição de ilegalidade, e, nas mesmas hipóteses, das decisões do Conselho Universitário caberá recurso para o Conselho Nacional de Educação.

SEÇÃO III

CONSELHO DE CURADORES

Art. 18 - O Conselho de Curadores será integrado pelos seguintes membros:

- a) 07 (sete) professores da Universidade indicados pelo Conselho Universitário e não pertencentes a este órgão;
- b) 01 (um) representante dos estudantes de graduação, escolhido, com o respectivo suplente, na forma do que dispõe o art. 101 deste Estatuto;
- c) 01 (um) representante do Ministro da Educação e do Desporto, por este indicado mediante solicitação do Reitor;
- d) 01 (um) representante da comunidade, escolhido pelo Conselho Universitário dentre os nomes indicados, na base de um por entidade, pelas associações e federações de âmbito estadual que atuem nas áreas cultural, profissional e empresarial.

§ 1º - Os representantes mencionados nas letras **a**, **c** e **d** terão mandato de 02 (dois) anos, permitida apenas uma recondução.

§ 2º - O Conselho de Curadores elegerá o seu presidente e vice-presidente, com mandato de 01 (um) ano, permitida apenas uma recondução.

§ 3º - O Conselho de Curadores reunir-se-á, em sessões ordinárias, uma vez por mês e, em sessões extraordinárias, mediante convocação do seu presidente, por iniciativa própria ou atendendo a solicitação do Reitor.

Art. 19 - Compete ao Conselho de Curadores:

- a) eleger o seu presidente e vice-presidente;
- b) elaborar o seu Regimento;
- c) fiscalizar a execução econômico-financeira da Universidade;
- d) aprovar, no âmbito da Universidade, as contas relativas a cada exercício financeiro;

SEÇÃO IV

REITORIA

Art. 20 - A Reitoria, órgão superior executivo da Universidade, será exercida pelo Reitor e, nas faltas e nos impedimentos deste, pelo Vice-Reitor.

Parágrafo Único - Nas faltas e nos impedimentos simultâneos do Reitor e do Vice-Reitor, a Reitoria será exercida pelo mais antigo no magistério da Universidade, dentre os Pró-Reitores.

Art. 21 - O Reitor e o Vice-Reitor serão nomeados pelo Presidente da República e escolhidos entre os professores dos dois níveis mais elevados da carreira ou que possuam título de doutor e cujos nomes constem em listas tríplices organizadas pelo Conselho Universitário.

Art. 22 - As listas tríplices para escolha do Reitor e do Vice-Reitor serão preparadas em escrutínio secreto, com votação uninominal.

§ 1º - Constituirão as listas tríplices os nomes que obtiverem o maior número de votos;

§ 2º - Na hipótese de não se constituírem as listas tríplices no escrutínio de que trata o *caput* deste artigo, o Conselho Universitário procederá a novo escrutínio para concluir a elaboração das listas;

§ 3º - Na hipótese de impedimento ou recusa de um ou mais dos indicados, o Conselho Universitário completará a lista tríplice.

§ 4º - As listas tríplices para nomeação do Reitor e do Vice-Reitor serão encaminhadas ao Ministério da Educação e do Desporto até 60 (sessenta) dias antes de concluídos os mandatos dos titulares em exercício.

Art. 23 - Haverá consulta prévia à comunidade universitária sobre a elaboração das listas tríplices de Reitor e de Vice-Reitor, obedecidas, no que couber, as disposições do artigo anterior.

§ 1º - Na consulta de que trata este artigo, prevalecerá o peso de 70% (setenta por cento) para a manifestação do pessoal docente, 15% (quinze por cento) para o corpo discente e 15% (quinze por cento) para o corpo técnico-administrativo, adotando-se, em relação a cada um dos referidos segmentos, o fator de abstenção.

§ 2º - O candidato a Reitor dará conhecimento do nome do seu candidato a Vice-Reitor, de modo que os dois sejam sufragados juntos, em um só escrutínio secreto e votação uninominal.

Art. 24 - Os mandatos do Reitor e do Vice-Reitor serão simultâneos e com duração de 04 (quatro) anos, permitida, em cada caso, uma única recondução.

§ 1º - Em caso de vacância do cargo de Reitor, o Vice-Reitor assumirá o exercício do cargo.

§ 2º - No caso de vacância simultânea dos cargos de Reitor e Vice-Reitor, assumirá a Reitoria o Pró-Reitor mais antigo no magistério da Universidade, cabendo-lhe convocar o Conselho Universitário para, dentro de 60 (sessenta) dias, elaborar as listas tríplices, nos termos do que dispõem os artigos 21 e 22 deste Estatuto.

Art. 25 - São atribuições do Reitor, dentre outras decorrentes de sua condição:

- a) coordenar, fiscalizar e superintender todas as atividades universitárias;
- b) representar a Universidade;
- c) examinar e, quando necessário, emendar os anteprojetos da proposta orçamentária, encaminhando-os em seguida ao exame e aprovação dos órgãos competentes;
- d) propor reformulação do orçamento próprio da Universidade e decidir sobre a necessidade de modificação orçamentária;
- e) administrar as finanças da Universidade;
- f) nomear, distribuir, remover, licenciar e exonerar ou dispensar pessoal, bem como baixar os atos de afastamento temporário de servidores para prestar colaboração a outras instituições;
- g) baixar os atos de transferência de professores da Universidade para outras instituições de ensino superior mantidas pela União e subscrever os de transferência, destas, para a Universidade;
- h) baixar atos relativos ao ingresso e mudança no regime de trabalho dos docentes e ao contrato de monitores;
- i) exercer o poder disciplinar na jurisdição de toda a Universidade;
- j) conferir graus e assinar diplomas;
- l) firmar convênios entre a Universidade e entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais, podendo para tanto delegar poderes, quando necessário;
- m) instituir comissões especiais, de caráter permanente ou temporário, para o estudo de problemas específicos;
- n) convocar e presidir as sessões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e do Conselho Universitário, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- o) fixar a pauta das sessões dos órgãos previstos na letra anterior, propondo ou encaminhando assuntos que devam ser por eles apreciados;
- p) vetar deliberações do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e do Conselho Universitário;
- q) tomar, em casos excepcionais, decisões **ad referendum** dos órgãos competentes para aprová-las;
- r) delegar parte de suas atribuições a auxiliares imediatos, cancelando tais delegações, total ou parcialmente, quando assim julgar necessário;
- s) baixar resoluções e provimentos decorrentes de decisões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão ou do Conselho Universitário, e as portarias que julgar necessárias;
- t) apresentar relatório ao Conselho Universitário, no início de cada ano, remetendo cópias do documento aprovado ao Ministério da Educação e do Desporto e ao Conselho Nacional de Educação.

Parágrafo Único - A designação dos Pró-Reitores implicará delegação do Reitor para a supervisão e coordenação nas áreas que lhes são afetas.

Art. 26 - O Reitor poderá ser afastado de suas funções por ato do Presidente da República, mediante proposta aprovada por 2/3 (dois terços) do Conselho Universitário.

Art. 27 - São atribuições do Vice-Reitor, além da referida no caput do art. 20:

- a) substituir o Reitor nos casos de renúncia e afastamento do cargo;
- b) executar atribuições específicas por delegação do Reitor.

Art. 28 - Haverá 06 (seis) Pró-Reitorias para os assuntos estudantis, de planejamento, de graduação, de pesquisa e pós-graduação, de extensão e de administração.

§ 1º - As Pró-Reitorias serão exercidas por Pró-Reitores, nomeados pelo Reitor, dentre professores da Universidade, com prévia aprovação do Conselho Universitário.

§ 2º - Os Pró-Reitores, diretamente subordinados ao Reitor, exercerão suas atribuições mediante delegação.

§ 3º - Os Pró-Reitores terão substitutos designados pelo Reitor, dentre os coordenadores ou Diretores de Departamentos de cada Pró-Reitoria para, nas suas faltas ou impedimentos, responderem pelo expediente e pela representação da Unidade, inclusive junto aos órgãos colegiados da Universidade.

CAPÍTULO II

ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

Art. 29 - A administração Acadêmica de cada Centro ou Faculdade será exercida pelos seguintes órgãos:

- a) Conselho de Centro ou Conselho Departamental;
- b) Diretoria;
- c) Departamentos;
- d) Coordenações de Cursos de Graduação;
- e) Coordenações de Cursos de Pós-Graduação.

SEÇÃO I

CONSELHO DE CENTRO E CONSELHO DEPARTAMENTAL

Art. 30 - O Conselho de Centro e o Conselho Departamental, órgãos deliberativos e consultivos do Centro e da Faculdade, respectivamente, serão integrados pelos seguintes membros:

- a) Diretor do Centro ou Faculdade, como seu presidente;
- b) Vice-Diretor do Centro ou Faculdade;
- c) Chefes de Departamentos;
- d) Coordenadores de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação;
- e) 01 (um) professor, por indicação de cada Departamento, em votação secreta;
- f) representantes dos estudantes, na proporção de 1/5 (um quinto) do total do Colegiado, indicados, com os respectivos suplentes, na forma do que dispõe o art. 101 deste Estatuto;
- g) Ex-Diretor que tenha exercido a diretoria durante o último período.

Parágrafo Único - Os representantes mencionados na letra e e os suplentes terão mandato de 02 (dois) anos, escolhidos pelo mesmo processo, com mandato de igual duração, permitida uma única recondução;

SEÇÃO II

DIRETORIA DE CENTRO E FACULDADE

Art. 31 - A Diretoria será o órgão executivo encarregado de superintender, coordenar e fiscalizar as atividades de cada Centro ou Faculdade.

Parágrafo Único - A Diretoria será exercida pelo Diretor e, nas suas faltas e impedimentos, pelo Vice-Diretor.

Art. 32 - O Diretor e o Vice-Diretor de unidade universitária serão nomeados pelo Reitor e escolhidos entre os professores dos dois níveis mais elevados da carreira ou que possuam título de doutor e cujos nomes figurem em listas tríplices organizadas pelo respectivo Conselho de Centro ou Conselho Departamental.

§ 1º - Os Conselhos de Centros ou Conselhos Departamentais poderão decidir pela consulta prévia à comunidade sobre a elaboração das listas tríplices para Diretor e Vice-Diretor de Centro ou Faculdade.

§ 2º - As listas tríplices para escolha do Diretor e Vice-Diretor serão preparadas em um só escrutínio secreto, com votação uninominal;

§ 3º - Constituirão as listas tríplices, de que trata o parágrafo anterior, os nomes que obtiverem o maior número de votos.

§ 4º - As listas tríplices para escolha de Diretor e Vice-Diretor serão organizadas e entregues à Reitoria até 30 (trinta) dias antes do término do mandato do Diretor.

§ 5º - O Diretor será nomeado para um mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma única recondução.

§ 6º - O Vice-Diretor será designado para substituir o Diretor nas suas faltas ou impedimentos.

§ 7º - No caso de vacância no cargo de Diretor, fica automaticamente sem efeito a designação do Vice-Diretor, hipótese em que será imediatamente organizada a lista tríplice a que se refere este artigo.

§ 8º - Nas faltas e nos impedimentos simultâneos do Diretor e do Vice-Diretor, a Diretoria será exercida pelo mais antigo no magistério do Centro ou Faculdade, dentre os chefes de Departamentos.

Art. 33 - O Diretor poderá:

- a) ser afastado de seu cargo por proposta de 2/3 (dois terços) do Colegiado de Centro ou Faculdade, homologado por 2/3 (dois terços) do Conselho Universitário;
- b) ser destituído do seu cargo por proposta do Reitor, homologada por 2/3 (dois terços) do Conselho Universitário.

Parágrafo Único - Aplicam-se as disposições deste artigo ao Vice-Diretor, quando no exercício da Diretoria.

SEÇÃO III

DEPARTAMENTO ACADÊMICO

Art. 34 - Os Departamentos, órgãos de articulação didática e técnico-científica, deliberarão em sua própria esfera para elaboração de planos de trabalho e atribuição de encargos de ensino, pesquisa e extensão, aos docentes que os integrem, segundo suas especializações

Art. 35 - Os Departamentos compreenderão disciplinas afins e congregarão o pessoal docente respectivo para objetivos comuns de ensino, pesquisa e extensão.

Art. 36 - Para constituição de um Departamento, exigir-se-á uma amplitude de campo e quantidade de recursos materiais e humanos que justifiquem plenamente se organize determinado setor de conhecimentos nesse nível de integração.

Art. 37 - Para cumprimento do disposto no artigo anterior, serão observados, na criação ou reestruturação dos Departamentos, os seguintes requisitos:

- a) disponibilidade de instalações e equipamentos;
- b) número de docentes não inferior a 20 (vinte);
- c) não duplicação de recursos materiais e humanos;
- d) agrupamento de disciplinas afins, abrangendo área significativa de conhecimentos.

§ 1º - Enquanto não se configurarem as condições deste artigo em relação a qualquer área de conhecimentos, os estudos respectivos ficarão compreendidos em departamento que com ela tenha maior afinidade, conforme decida o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

§ 2º - Os Departamentos da Universidade, distribuídos pelos diversos Centros e Faculdades, constarão do presente Estatuto como anexo a ser aprovado pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 3º - A criação de Departamento, sem a condição estabelecida na letra **b** deste artigo, será admitida, excepcionalmente, no caso de se encarregarem eles do ensino de pós-graduação e contarem, pelo menos, com 12 (doze) docentes.

Art. 38 - O Colegiado do Departamento terá a seguinte composição:

- a) os docentes integrantes da carreira, nele lotados;
- b) representantes dos estudantes, na proporção de 1/5 (um quinto) do total do Colegiado, eleitos, com os respectivos suplentes, na forma do que dispõe o art. 101 deste Estatuto;

Parágrafo Único - Os professores não integrantes da carreira participarão das reuniões com direito a voz.

Art. 39 - A chefia e a subchefia do Departamento serão exercidas por professores em exercício que não estejam em estágio probatório, eleitos pelo Colegiado, em escrutínio secreto, dentre os professores adjuntos e titulares e, na inexistência ou impossibilidade destes, por professores assistentes.

§ 1º - O Chefe e o Subchefe do Departamento exercerão seus mandatos em regime de dedicação exclusiva ou em regime de tempo integral, pelo período de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução;

§ 2º - O Subchefe do Departamento substituirá o Chefe nas suas faltas ou impedimentos.

Art. 40 - O Chefe do Departamento poderá ser afastado ou destituído, mediante votação de 2/3 (dois terços) dos membros do próprio Colegiado e posterior homologação pelo Conselho de Centro ou Conselho Departamental.

Parágrafo Único - Aplica-se a disposição deste artigo ao Subchefe de Departamento, quando no exercício da chefia.

SEÇÃO IV

COORDENAÇÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

Art. 41 - A Coordenação de Curso de graduação será exercida:

- a) no plano deliberativo e consultivo, pelo Colegiado de Coordenação de Curso;
- b) no plano executivo, pelo Coordenador de Curso.

Art. 42 - Integrarão o Colegiado de Coordenação de Curso de Graduação:

- a) os docentes representantes das unidades curriculares nucleares à formação profissional do discente;
- b) representantes dos estudantes dos cursos de graduação, na proporção de 1/5 (um quinto) do total de docentes, nos termos do art. 101 deste Estatuto.

Art. 43 - O Coordenador de Curso será um professor adjunto ou titular, e, na inexistência ou impossibilidade destes, um professor assistente, eleito, em escrutínio secreto, desde que não esteja em estágio probatório, pelos integrantes do colegiado de coordenação de curso entre os seus pares representantes de unidades curriculares nucleares à formação profissional do discente, para um mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução;

§ 1º - Concomitantemente com a eleição do Coordenador de Curso e segundo as mesmas normas, far-se-á a eleição do Vice-Coordenador, para cumprir mandato de igual duração, substituindo o Coordenador nas suas faltas e impedimentos, exercendo as atribuições que lhe forem especificamente delegadas pelo Coordenador.

§ 2º - Nas faltas e impedimentos simultâneos do Coordenador e do Vice-Coordenador, a Coordenação do Curso será exercida pelo professor mais antigo no magistério da Universidade, entre os seus pares representantes de unidades curriculares nucleares e, no caso de empate, pelo mais idoso.

§ 3º - O Coordenador de Curso exercerá o seu mandato em dedicação exclusiva ou em regime de tempo integral.

SEÇÃO V

COORDENAÇÃO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Art. 44 - A Coordenação de cada curso de pós-graduação terá por função o planejamento, o acompanhamento, o controle e a avaliação das atividades de ensino e pesquisa do respectivo curso.

Parágrafo Único - O mandato dos Coordenadores e Vice-Coordenadores dos programas de mestrado e doutorado será de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução.

Art. 45 - A Coordenação dos programas de mestrado e doutorado será exercida:

- a) no plano deliberativo e consultivo, pelo Colegiado da Coordenação de Curso;
- b) no plano executivo, pelo Coordenador de Curso.

Art. 46 - As coordenações didáticas dos cursos de pós-graduação serão organizadas segundo normas do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 47 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e o Regimento Geral disciplinarão as demais normas e aspectos relativos às Coordenações de curso.

2.5. INDICADORES DE GESTÃO EXIGIDOS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU)

São apresentados no quadro a seguir os indicadores de gestão exigidos pelo TCU, relativos aos anos 2002 a 2005.

INDICADORES DE GESTÃO DA UFC					
DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM 2002	VALORES EM 2003	VALORES EM 2004	VALORES EM 2005	
I	Custo Corrente (R\$) / Aluno Equivalente	6.174,01	4.880,93	9.964,81	12.093,99
II	Relação Aluno Tempo Integral / Professor	11,76	17,82	14,93	12,29
III	Relação Aluno Tempo Integral / Funcionário	9,04	14,38	5,69	4,89
IV	Relação Funcionário / Professor	1,3	1,24	2,62	1,22
V	Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,68	1,06	0,93	0,70
VI	Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (GEPG)	0,11	0,14	0,07	0,10
VII	Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	3,98	3,98	4,09	4,08
VIII	Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	3,22	3,06	3,22	3,63
IX	Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	0,47	0,96	0,51	0,52

O cálculo dos indicadores de gestão da UFC para o ano de 2005 respeitou rigorosamente o documento "*Orientações para o cálculo de indicadores de gestão*" (Decisão TCU N° 408/2002-PLenário), cuja versão original foi revisada em janeiro de 2006.

Comparando-se os valores dos indicadores de gestão de 2005, com os obtidos em 2004, temos as seguintes constatações:

- a) O custo corrente do aluno equivalente aumentou em R\$ 2.129,18 (dois mil, cento e vinte e nove reais e dezoito centavos), o que significa incremento de aproximadamente 21,4% no valor de 2004.

- b) A relação entre aluno tempo integral e professor diminuiu de 14,93 em 2004, para 12,29 em 2005 (redução de quase 17,7%).
- c) A relação entre aluno tempo integral e funcionário diminuiu, pois passou de 5,69 em 2004, para 4,89 em 2005 (diminuição de 14 % no valor do indicador III).
- d) Descenso na relação entre funcionário e professor, que passou de 2,62 em 2004 para 1,22 em 2005 (redução de 53,4 % no indicador IV).
- e) Descenso no grau de participação estudantil que passou de 0,93 em 2004 para 0,70 em 2005 (redução de aproximadamente 25% no indicador V).
- f) Aumento no grau de envolvimento com a pós-graduação, que passou de 0,07 em 2004 para 0,10 em 2005 (acréscimo da ordem de quase 40 % no indicador VI).
- g) Os conceitos da CAPES para os cursos de pós-graduação refletiram a criação de novos cursos, fazendo com que o valor do mencionado indicador passasse de 4,09, em 2004, para 4,08 em 2005 (redução de tão-somente 0,25% no indicador VII).
- h) O índice de qualificação do corpo docente sofreu aumento, passando de 3,22 em 2004 para 3,63 em 2005 (incremento da ordem de 11,29 % no indicador VIII).
- i) Aumento da taxa de sucesso na graduação, que passou de 0,51 em 2004 para 0,52 em 2005 (incremento de tão-somente 1,92 % no valor do indicador IX).

2.5.1. SÍNTESE VALORATIVA DOS INDICADORES DE GESTÃO DO TCU

Conforme se pode observar, há indicadores cujos valores têm permanecido mais ou menos constante nos quatro últimos anos. Neste caso encontram-se os indicadores VI (Grau de envolvimento com a Pós-Graduação), VII (Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação) e IX (Índice de qualificação do corpo docente).

No entanto, há valores que têm oscilado nos anos em foco, tais como: indicador I (Custo Corrente/Aluno Equivalente), II (Relação Aluno Tempo Integral / Professor), III (Relação Aluno tempo integral / funcionário), IV (Relação Funcionário/Professor), V (Grau de Participação Estudantil) e VIII (Índice de sucesso na graduação).

No caso do indicador I, que resulta numa estimativa do custo do aluno, há enorme influência das variáveis “despesas correntes da universidade”, cujo valor em 2004 foi R\$ 471.025.529,59 e em 2005 resultou ser R\$ 514.308.307,26 (aumento de quase 8,42 %) e “despesas com aposentadorias e reformas” que em 2004 foi R\$ 103.958.403,42 e em 2005 reduziu-se para R\$ 103.423.452,26 (redução de aproximadamente 1%). Não obstante, as despesas com o Complexo Hospitalar aumentaram em quase 25%, pois em 2004 o valor foi R\$ 68.684.818,28 e em 2005 resultou ser R\$ 86.128.935,35. Tais acréscimos repercutem sobre o valor do custo corrente para o aluno equivalente.

No que tange à diminuição dos valores dos indicadores II (Relação Aluno Tempo Integral/Professor), IV (Relação Funcionário/Professor), V (Grau de Participação Estudantil) e VIII (Índice de sucesso na graduação), foi influenciada pelos seguintes aspectos:

- a) incremento na interrupção de matrículas (em 2004 foram quase 1.500 casos, passando para quase 1.800 em 2005, o que equivale a aumento superior a 15% ao ano);

b) pela constância no número de docentes que vem atuando nas atividades de graduação (em 2004 havia 1.547 docentes efetivos atuando, enquanto em 2005 tal número foi de 1.524).

Acerca do aumento do valor do indicador III (Relação Aluno tempo integral / funcionário), tal se deu porque em 2004 deixou de ser computado o número de servidores técnico-administrativos terceirizados para seu cálculo, fato que não ocorreu em 2005.

2.6. VINCULAÇÕES DOS DADOS E DOS INDICADORES DA UFC COM O PPA 2004-2007

Nessa seção tentaremos traçar um paralelo entre as ações e programas da UFC com os mega-objetivos do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007. Para tanto, descreveremos essa associação a partir do tripé básico, que forma e caracteriza toda e qualquer instituição pública de ensino superior:

- Ensino de graduação e pós-graduação.
- Investigação científica.
- Extensão universitária.

2.6.1. ANÁLISE DO PROGRAMA “DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR”

Antes de começarmos a apresentar os dados quantitativos resultantes das atividades institucionais e acadêmicas, desenvolvidas no âmbito da UFC, faz-se mister ponderar acerca de alguns pontos que entrelaçam o ensino da graduação às práticas da pesquisa e da pós-graduação, além do *link* existente com as atividades de extensão. Isto porque as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) pautam suas ações no tripé base: ensino, pesquisa e extensão. A atividade de ensino realiza-se no âmbito da graduação e da pós-graduação (*lato e stricto sensu*), tendo como objetivo principal promover a qualificação técnica, acadêmica e intelectual dos discentes. A pesquisa é uma atividade que resulta do ensino de graduação e pós-graduação (*stricto sensu*). Caracteriza-se pela produção de novos conhecimentos e pela formação de profissionais altamente gabaritados, com ênfase nas atividades de pesquisa científica e inovação tecnológica. Finalmente, a extensão é uma atividade institucional que visa a atender às demandas dos segmentos menos favorecidos socialmente pelas atividades de ensino e qualificação; às demandas dos segmentos menos favorecidos socialmente pelas atividades de cultura e arte; às demandas do setor produtivo pelo apoio técnico-científico de profissionais especialistas em sua área de atuação. Nessas três atividades - ensino, pesquisa e extensão - participam docentes de graduação e pós-graduação; discentes de graduação e pós-graduação, na forma de aprendizes, bolsistas e voluntários; servidores técnico-administrativos. Com isso, voltamos a enfatizar o caráter unitário dessas três atividades que caracteriza o pensar e o fazer universitários. Passemos, agora, a descrevê-las uma a uma.

2.6.1.1. ATIVIDADES LIGADAS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

No ano de 2005 a UFC contou com aproximadamente 20.000 (vinte mil) discentes matriculados em pelo menos uma disciplina dos seus 54 cursos de graduação. Desse contingente foram diplomados 3.071 (três mil e setenta e um) jovens universitários. Com esses dados tentamos demonstrar, assim, que o programa de Ensino de Graduação está contribuindo, efetivamente, para o alcance de pelo menos um mega-objetivo do PPA 2004-2007, qual seja: *promover a inclusão social e redução das desigualdades sociais*. A primeira dessas metas será mais facilmente alcançada se a mão-de-obra trabalhadora contar com sólida formação teórica, técnica, humanística e ética, que, a nosso ver, é obtida pela formação proporcionada pelos cursos de graduação e pós-graduação da UFC. A segunda dessas metas, constantes do PPA, vem como consequência do alcance da primeira delas. Com uma adequada formação acadêmica e profissional, estará o jovem egresso dos cursos da UFC mais próximo da inclusão no mercado de trabalho e, portanto, mais próximo de exercer a sua cidadania, agora como agente participativo, componente de uma sociedade de bens e consumo. Desse modo, também estaremos minimizando as desigualdades inter-regionais, que caracteriza parcela do segundo mega-objetivo (*crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais*).

2.6.1.2. ATIVIDADES LIGADAS À INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Os dois primeiros mega-objetivos apresentados para o PPA 2004-2007, quais sejam: inclusão social e redução das desigualdades sociais e crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais, só são plausíveis sob o ponto de vista de duas das mais poderosas ações da UFC, que são a geração de conhecimentos científicos e o uso inteligente dos mesmos – aplicação tecnológica. Ambas as atividades são resultantes da investigação científica, prática subjacente ao ensino da pós-graduação. Cabe destacar, nesse momento, que no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) o contingente de matriculados em 2005 foi da ordem de 2.127 (dois mil cento e vinte e sete) alunos, sendo 1.580 (um mil, quinhentos e oitenta) mestrandos e 547 (quinhentos e quarenta e sete) doutorandos. Em 2005, nos 62 cursos de pós-graduação *stricto sensu* (44 mestrados e 18 doutorado) foram formados 299 egressos, sendo 241 mestres e 58 doutores.

No que diz respeito à formação de jovens cientistas, cabe destacar que a UFC oferece 313 bolsas para monitoria em cursos de graduação; 204 bolsas para o Programa de Ensino Tutorial (PET), 572 bolsas de iniciação científica, atingindo, dessa forma, significativa parcela do corpo discente.

Faz-se mister destacar, portanto, que a geração de conhecimentos científicos e sua posterior transformação em ferramentas tecnológicas implica na (i) formação de recursos humanos de alto gabarito, através dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrados e doutorados), e na (ii) consolidação de grupos de pesquisadores para incrementar o trabalho cooperativo de investigação e a produção de conhecimentos científicos e tecnológicos. Para que tenhamos idéia do quão importante é para a UFC consolidar esses grupos de pesquisa, destacaremos os dados de 2004:

- 258 grupos de pesquisa cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);

- 1.078 pesquisadores, dos quais 835 são doutores, atuando em 829 linhas de pesquisa;
- 1.477 estudantes e 183 técnico-administrativos envolvidos nos projetos de investigação científica.

A produção intelectual desses profissionais resultou, em 2005, em 219 livros ou capítulos de livros, 1.347 artigos em periódicos indexados nacionais, 248 artigos em periódicos indexados internacionais. A participação em eventos científicos somou a incrível marca de 1.595 (um mil, quinhentos noventa e cinco), sendo 248 (duzentos e quarenta e oito) em congressos internacionais. Esses dados apontam para a relevância da geração de conhecimento e de recursos humanos, frutos da pesquisa científica e da atuação acadêmica, respectivamente. São esses os fatores responsáveis pelo crescimento sustentável, sem os quais seremos uma eterna colônia das nações detentoras do poder econômico e militar, mas, sobretudo, do conhecimento científico e tecnológico. Nesse sentido, cabe destacar que os programas oriundos da investigação científica também permitem o alcance dos dois macro-objetivos do PPA 2004-2007, quais sejam:

- Inclusão social e redução das desigualdades sociais;
- Crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

2.6.1.3. ATIVIDADES LIGADAS À EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Em 2005 foram ofertados 180 cursos de extensão, sendo 37 novos (tais cursos beneficiaram 6.627 pessoas). As áreas de conhecimento atingidas por esses cursos foram: Ciências Agrárias, Ciências Humanas, Ciências Naturais, Educação, Economia, Administração, Odontologia, Enfermagem, Farmácia, Medicina, Direito e Saúde. Mais um indicador relevante das atividades de extensão: em 2005 foram firmados mais de 902 convênios entre a UFC e as empresas do setor produtivo, com a efetivação de mais de 1.909 vagas para os estágios curriculares e extracurriculares, com a renovação de outros 430 Termos de Compromisso de Estágio. Na área do empreendedorismo foram fundadas ou consolidadas 10 empresas juniores. Ações de extensão ligadas ao Meio Ambiente e ao Desenvolvimento Sustentável também foram desenvolvidas, destacando-se, dentre vários eventos, a participação da UFC em 7 eventos: Participação no Comitê Cearense em Defesa do Projeto de Integração do Rio São Francisco da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará; Participação e exposição das ações de extensão em stand da UFC na Praça do Ferreira no Ato Público em defesa do Projeto do Rio São Francisco no Dia Mundial da Água Elaboração de diversos materiais instrucionais como: DVD sobre árvores do Parque Adahil Barreto, fotografias digitais sobre a fauna, flora e Unidades de Conservação, Banners, mapas, coleções zoobotânica, etc– Realização de Trilhas Interpretativas em áreas de interesse ambiental onde participaram 126 estudantes, 35 pessoas do Centro Comunitário Tancredo Neves, localizado na margem do rio Cocó e 197 participantes do Festival de Jazz & Blues de Guraramiranga (CE), totalizando 358 pessoas atendidas; Elaboração de 8 fichas interpretativas da avifauna da APA de Baturité; Estabelecimento de um novo roteiro do esporte de orientação na Foz do rio Cocó contemplando outros aspectos do ecossistema manguezal. Na área Cultural foram cadastrados três novos projetos e reativados outros doze, além de terem sido selecionados vinte e um bolsistas de extensão para atuarem nessa área.

Na área de assistência estudantil, deve ser destacado que o programa de residência universitária atendeu ao seu objetivo geral de assegurar moradia aos estudantes provenientes do interior ou de outros estados, mantendo uma ocupação significativa das 261 vagas disponibilizadas e encerrando o ano com 214 residentes e 49 vagas. Propiciou renda sistemática a uma média de 320 estudantes bolsistas, mediante o desenvolvimento de atividades, na maioria dos casos, vinculadas a sua área de formação.

O projeto de intervenção psicopedagógica proporcionou 25 atendimentos aos residentes com rendimento insatisfatório quanto à aprendizagem; 134 sessões individuais atendendo a 43 estudantes de cursos diversos; quatro encontros grupais: três encontros de Diretores das Residências Universitárias e um com o Grupo de Estudantes Recém-ingressos. Quanto ao atendimento psicológico individualizado, foram efetivadas 335 sessões clínicas, com 33 estudantes atendidos (dos quais 17 continuam em atendimento).

O programa de apoio à participação em eventos científicos ofereceu a 496 estudantes a oportunidade de apresentação dos seus respectivos trabalhos em eventos científicos, totalizando um dispêndio anual de R\$ 138.658,00 (cento e trinta e oito mil seiscentos e cinquenta e oito reais).

A prestação de assistência médica ao corpo discente e aos servidores da UFC resultou em 4.170 consultas, 50 encaminhamentos laboratoriais e 280 encaminhamentos a clínicas especializadas, 758 exames odontológicos, sendo 181 finalizados.

Por fim, faz-se mister ponderar que o atendimento do Restaurante Universitário (RU) abrange parcela dos estudantes que busca otimizar tempo e dinheiro em deslocamento. Atualmente, são atendidos cerca de 2.000 comensais para o almoço. Desse total, 249 são estudantes das residências universitárias, que recebem, também, gratuitamente, o café da manhã e jantar. Nos finais de semana, são enviados gêneros alimentícios para que os residentes preparem suas próprias refeições. No ano de 2005 foram servidas 346.210 refeições aos comensais usuários do RU.

Vê-se, portanto, que as atividades de extensão universitária e de assistência estudantil proporcionam alcançar os três mega-objetivos do PPA 2004-2007, quais sejam:

- Inclusão social e redução das desigualdades sociais;
- Crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais;
- Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da cidadania.

2.7. ADOÇÃO DE CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS DOCENTES

A administração superior da UFC reconhece as especificidades de cada departamento, mas não é possível, pelo menos neste momento, atender a todas as carências de vagas para docentes, atesta o Vice-Reitor da UFC, Prof. Ícaro de Sousa Moreira. Pela primeira vez foram adotados critérios técnicos para a distribuição de vagas docentes. A explicação é do Vice-Reitor da UFC, Prof. Ícaro de Sousa Moreira,

que presidiu a comissão que elaborou os parâmetros para definição das 57 vagas autorizadas pelo MEC.

As 56 vagas – houve uma permuta com a Universidade do Piauí – poderiam, de uma forma simplista, ser distribuídas equitativamente entre os departamentos da Universidade Federal do Ceará, mas, como observa o Vice-Reitor, “seria também a fórmula mais injusta de distribuição”. O indicador final do Departamento de Matemática, por exemplo, é de 6,36 ao passo que do Departamento de Odontologia Restauradora é de 1,47. A média é alcançada levando em conta os números de matrículas, de turmas, de docentes e as proporções matrícula/docente, turma/docente e a existência de pós-graduação, entre outros indicadores. Assim é que Matemática registrou em 2004, um total de 4.753 matrículas por docente e turmas de 45 alunos. Na outra ponta, foram 259 matrículas, 20 turmas, 17 docentes e as médias de 15,24 matrículas por docente e turma de 1,18 por docente. Tamanha diferença fez a comissão estabelecer a destinação de duas vagas para 16 departamentos, uma para 25 enquanto outros 16 não foram contemplados.

Entre os que ficaram de fora, vários expressaram descontentamento junto à administração superior. O Prof. José Antônio Lemenhe, Chefe do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, fala que “é a segunda vez em que somos preteridos. Não consideramos justo o critério porque não se levou em consideração nossas especificidades de um ensino tutorial. Há 20 alunos por professor, quando o ideal não deveria passar de 12 alunos. Um professor passa até 40 minutos acompanhando projeto de um aluno. A Reitoria está conduzindo o Curso de Arquitetura à extinção, se esse critério permanecer”. São 19 efetivos, o último contrato há três anos. “Outra incoerência é que, para termos pós-graduação, precisamos de professor qualificado e, se não há concurso para doutor, como qualificar o quadro?” indaga o Prof. Lemenhe.

Queixa parecida faz o chefe do Departamento de Medicina Clínica, Prof. Mariano Lima Sampaio. Ele considera que os 54 efetivos – outros 16 substitutos – são insuficientes para a demanda. As disciplinas começaram a ser ministradas a partir do 4º semestre da Faculdade de Medicina e representam quase 50% do currículo, segundo ele. “Nossas turmas são formadas por pequenos grupos, de cinco a seis alunos por professor, na beira do leito de um paciente,” acrescenta. O ideal seria um quadro de 70 efetivos.

Criado em agosto de 2003, o curso de Teleinformática teve apenas 265 matrículas no ano passado, com 11 docentes para 15 turmas. A relação matrícula/docente é de 24 e de 1,36 docente/turma. Como possui pós-graduação na área, é possível que, no futuro, seus índices apontem para a necessidade de novas contratações, disse o Vice-Reitor Ícaro Moreira. O Chefe do Departamento, prof. José Tarcísio Costa Filho, propõe um novo critério, que contemple as especificidades de cada curso.

O Vice-Reitor justifica a inclusão da Pós-Graduação como o reconhecimento de que “a pós-graduação é hoje o maior diferencial entre as boas, médias ou fracas universidades, embora o peso maior tenha recaído sobre a Graduação. O modelo definido aponta, com muita propriedade, as distorções na força de trabalho, mas ele vai evoluir. Caminha para isso”.

2.8. IMPLANTAÇÃO DA AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A atual gestão da Universidade Federal do Ceará entende que, diante da nova conjuntura nacional, a auto-avaliação deve ser um processo rotineiro, participativo e ético, seja como mecanismo de conhecimento, seja como forma de regular as ações institucionais. Nesse sentido, a Comissão Própria de Avaliação Institucional (CPA), da UFC, deflagrou o processo com a descentralização de suas atividades. O objetivo é dotar a UFC de um instrumento efetivo de avaliação da instituição, vez que as experiências anteriores forma de natureza pontual.

A CPA colocou em discussão o Projeto de Auto-Avaliação em Centros e Faculdades. O primeiro a constituir uma CPA setorial é o de Tecnologia. Será formada por dois técnico-administrativos. O Projeto prevê a reflexão coletiva de toda a comunidade acerca das atividades desenvolvidas na instituição. A partir dessa discussão, será possível planejar ações institucionais objetivando o aprimoramento da Universidade. O presidente da CPA da UFC, Prof. Wagner Andriola, destaca que o próprio sucesso de auto-avaliação deverá ser objeto de análise, reflexão e crítica por parte da comunidade acadêmica e dos membros da Comissão.

De acordo com o histórico citado no projeto elaborado pela CPA, ao longo dos 50 anos da UFC, houve algumas experiências de avaliação, mas nenhuma que caracterizasse a existência de uma política interna institucionalizada. Entre as pontuais estão a participação da UFC no extinto Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB, ocorrido entre 1993 e 1996. Internamente, há exemplos de avaliação no âmbito do ensino e da administração. Na área da educação, podemos citar o esforço dos envolvidos em cursos de pós-graduação que buscam atender aos critérios de instituições de fomento como a CAPES e CNPq. Na graduação, até bem pouco tempo, a UFC como outras instituições de nível superior, era avaliada através de seus alunos participantes do Exame Nacional de Cursos, o Provão, substituído agora pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). Na área da extensão, a atividade avaliaria se dá de forma mais limitada, por ocasião da seleção de projetos. No setor de administração, entre as experiências pontuais, há a prática de avaliação de desempenho dos servidores técnico-administrativos, um processo que requer aperfeiçoamento.

2.9. AUTO-AVALIAÇÃO DA ATUAL GESTÃO SUPERIOR DA UFC

O que era compromisso de campanha se tornou realidade logo nos primeiros meses da administração do Reitor, Prof. René Teixeira Barreira, e do seu Vice, Prof. Ícaro de Sousa Moreira. Foram criados, instalados e se encontram em pleno funcionamento o Instituto de Cultura e Arte (ICA), a Ouvidoria, a Auditoria Interna e o Birô de Projetos. Outras ações, igualmente importantes, foram a eleição direta para Diretor do Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC) e da Maternidade-Escola Assis Chateaubriand (MEAC), o fortalecimento da interlocução com representantes dos três segmentos de representação de classes: ADUFC, SINTUFCE e DCE.

A área de Comunicação Social registrou significativos avanços. A Coordenadoria de Comunicação Social dividida e ampliada, com a criação de uma coordenadoria específica, voltada ao Marketing Institucional. O jornalista Ítalo Gurgel

voltou a comandar a área de Comunicação Social, em trabalho parceiro com o também jornalista Paulo Mamede, responsável pelo Marketing Institucional.

Outra tendência que se consolidou na atual gestão, que em muitas outras IES já é realidade: a existência da Ouvidoria. Referido setor é ponte entre a UFC, professores, servidores, alunos, pais de alunos e setores organizados da sociedade. A criação do Birô de Projetos, outro acerto da atual administração, bem como o setor de Auditoria Interna. Por fim, cabe destacar a ousada ação de implementar a sistemática de Auto-Avaliação Institucional, com base nos princípios de diálogo, representação e participação responsável. As opiniões da comunidade interna acerca das atuações de todos esses novos setores, bem como acerca da atual administração revelam o acerto de muitas das decisões institucionais.

Destaca que, seja qual for o parâmetro de avaliação que se utilizar, estará a UFC entre as oito melhores Universidades do país, assevera. Não obstante, há inúmeros obstáculos. Por exemplo: os recursos humanos são ainda insuficientes. Apesar dos concursos realizados, ainda há carência de professores efetivos, assim como de servidores técnico-administrativos. Também o valor destinado ao custeio é inadequado, assim como imperioso se faz o incremento dos investimentos em infra-estrutura física. Outro problema, que esperamos seja resolvido com a próxima reforma universitária, é a necessidade de autonomia administrativa e financeira.

Outra ação desejada pela atual administração é a expansão da graduação, com a criação de novos cursos, também da pesquisa e da extensão, porém com a garantia da excelência das ações acadêmicas e administrativas. Pretendemos expandir nossas ações, mas com sustentabilidade, ressalta o Reitor, Prof. René Teixeira Barreira. Queremos crescer, mas desde que o Governo federal assegure, além da reposição dos recursos humanos, um financeiro adequado. A UFC confirma seu compromisso com o desenvolvimento da cidade de Fortaleza, do Ceará, do Nordeste. A UFC forma e difunde valores voltados para o humanismo, para a cidadania e para a inclusão social. O papel da UFC continuará a ser de destaque na cultura e continuará a ser de destaque na cultura e nas artes. Para tanto criado o ICA. Esperamos nos próximos anos fortalecer ainda mais os vínculos com a sociedade, em todos os seus segmentos, como ressalta o Reitor da UFC, Prof. René Teixeira Barreira.



Relatório Final

**Dimensão Sete: Adequação da Infra-Estrutura Física,
dos Equipamentos e das Bibliotecas da UFC ao Ensino.**

DIMENSÃO SETE:

ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA, DOS EQUIPAMENTOS E DAS BIBLIOTECAS DA UFC AO ENSINO.

7.1.1. OBJETIVO

Verificar as condições da infra-estrutura física e dos equipamentos das bibliotecas da UFC, especialmente no que tange ao seu uso como apoio às atividades de ensino e de investigação científica.

7.1.2. AUDIÊNCIAS UTILIZADAS

Coordenadores de Cursos de Graduação, Diretores das Bibliotecas Setoriais, Diretor da Biblioteca Central e Chefes de Departamento.

7.1.3. UNIVERSO

Coordenadores de Cursos de Graduação: N = 54.

Diretores de Bibliotecas: N = 14.

Chefes de Departamentos N = 58.

7.1.3.1. AMOSTRA

Coordenadores de Cursos de Graduação: n = 21 ou 39% do total.

Diretores de Bibliotecas: n = 7 ou 50%.

Chefes de Departamento: n = 34 ou 59%.

7.1.3.2. INSTRUMENTO

Questionário composto por duas partes: a primeira destinada à identificação dos respondentes e a segunda composta por oito questões abertas e 22 fechadas¹³, todas elas versando sobre aspectos associados à adequação da infra-estrutura física da UFC.

7.1.3.3. PROCEDIMENTO PARA OBTENÇÃO DOS DADOS

Através da ação das CPAs Setoriais, que foram responsáveis pela aplicação do questionário junto aos Coordenadores de Cursos de Graduação, aos Diretores das Bibliotecas Setoriais e ao Diretor da Biblioteca Central. Ademais, foram utilizadas informações extraídas de fontes secundárias, tais como, a *Revista Universidade Pública*, o *UFC Fax* e o *Jornal da UFC*, ou ainda dados extraídos do “Sistema On-line de Dados

¹³ Afirmções do tipo Likert, seguidas de quatro opções de resposta: 1 - Excelente; 2 - Boa; 3 - Razoável; 4 - Péssima.

e Indicadores da Qualidade Institucional da UFC” (CAIA/PRPL) e do “Sistema do Censo da Educação Superior” (SIEDSUP - MEC/INEP).

7.1.4. TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES

As informações obtidas junto às audiências foram tratadas qualitativamente, através do emprego da análise de conteúdo, conforme propõe Bardin (1977)¹⁴. A referida técnica de tratamento de dados *consiste em identificar as categorias de respostas mais relevantes, presentes nas informações brindadas pelas audiências utilizadas na sua obtenção.*

Após essa fase, foram *calculadas as frequências de aparição dessas categorias qualitativas, em termos absolutos e relativos.* Posteriormente, tais cálculos foram organizados em quadros e, visando melhor compreensão pela comunidade que fará uso dos mesmos, os dados foram representados graficamente, conforme se pode constatar na seção seguinte, na qual se discutem os principais resultados.

7.1.5. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS

Os resultados a seguir apresentados e comentados referem-se às dimensões utilizadas na avaliação da dimensão 7.1., rotulada de *Adequação da infra-estrutura física e dos equipamentos das bibliotecas da UFC.*

7.1.5.0. INFORMAÇÕES BÁSICAS ACERCA DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFC

O sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Ceará tem por objetivo dar suporte informacional às atividades educacionais, científicas, tecnológicas e culturais contribuindo, assim, para a elevação do nível socioeconômico e cultural da sociedade.

Durante os dois primeiros anos de gestão do Prof. Reitor René Barreira, o sistema de Biblioteca da UFC passou por mudanças significativas em sua estrutura, com destaque para a implementação do empréstimo automatizado. Com a facilidade de permitir a reserva e renovação pela internet, o sistema reduziu as filas nos balcões de empréstimo. Acrescido a esse serviço, já está disponível o catálogo on-line, que permite ao usuário acessar a base dos dados bibliográficos e facilitar a localização da informação.

Além da implantação desse sistema, foi inaugurada a biblioteca do departamento de Física e reestruturada a biblioteca do Instituto de Ciências do Mar (Labomar); construída a biblioteca de Pós-Graduação em Engenharia; instalados dois balcões de empréstimo nas bibliotecas de Direito e do Centro de Ciências da Saúde.

Outro ponto a destacar é a ampliação do número de bibliotecários. Foram capacitados sete bibliotecários através de Especialização e um bibliotecário foi liberado Mestrado. Além dessas mudanças, o Sistema de Bibliotecas da UFC promoveu várias exposições, com o objetivo de divulgar seu acervo, manter a interação com os usuários e difundir os valores culturais, especialmente dos escritores cearenses.

¹⁴ BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

7.1.5.0.1. DADOS QUANTITATIVOS DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DA UFC

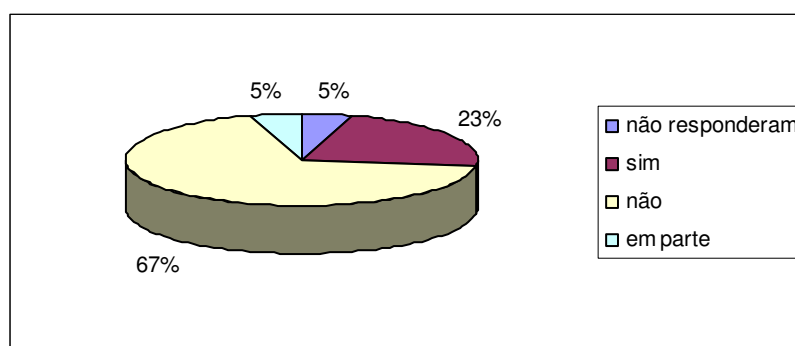
Bibliotecas da UFC	2003	2004	2005
Acervo Bibliográfico			
- Títulos	98.457	106.948	82.556
- Exemplares	208.202	222.686	173.362
Empréstimos	317.385	345.450	309.340

De acordo com os dados constantes no quadro acima, percebe-se, facilmente, que houve incremento substancial, entre 2003 e 2004, no que se refere ao número de títulos (acrécimo de 8,6%), de exemplares (acrécimo de 7%) e de empréstimos (acrécimo de quase 9%). Tais dados revelam o empenho da administração central com respeito a reposição e a aquisição de títulos e exemplares, como suporte essencial à formação dos aprendizes. Não obstante ao esforço referido, os dados sofreram diminuição em 2005 no que diz respeito aos títulos, aos exemplares e aos empréstimos.

INFORMAÇÕES ORIUNDAS DE PESQUISA DE CAMPO

GRUPO 1. DADOS RESULTANTES DA VALORAÇÃO DOS COORDENADORES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO (n = 21 ou 39% do total)

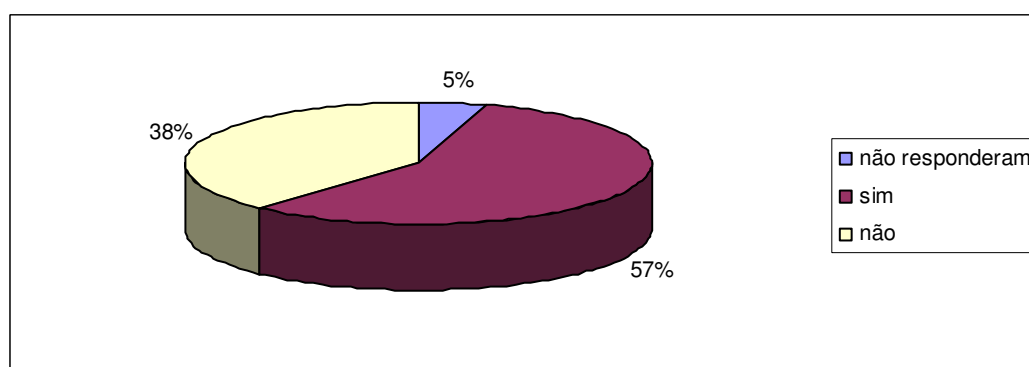
ADEQUAÇÃO DA QUANTIDADE DE PESSOAL E DO NÚMERO DE SALAS DE LEITURA INDIVIDUAIS ÀS NECESSIDADES ESTUDANTIS.



DENTRE OS QUE RESPONDERAM NEGATIVAMENTE, AS SEGUINTE JUSTIFICATIVAS FORAM DADAS:

Categorias de respostas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
O número de salas é insuficiente.	8	47%
Faltam profissionais especializados.	5	28%
Há necessidade da ajuda de bolsistas.	2	10%
Há falta de equipamentos (mesas e cadeiras).	2	10%
Só há salas de leitura p/alunos da pós-graduação.	1	5%
TOTAL	18	100%

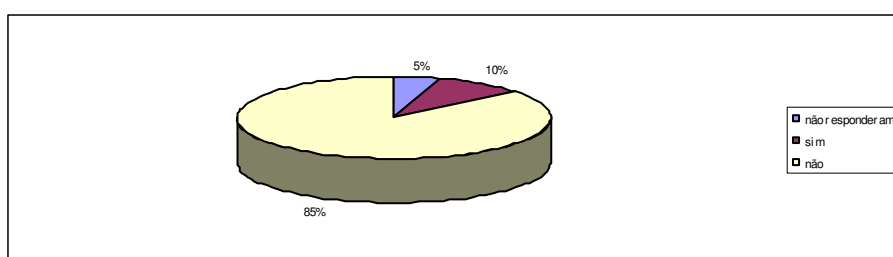
ADEQUAÇÃO DOS HORÁRIOS E DO CALENDÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS BIBLIOTECAS ÀS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES.



DENTRE OS QUE RESPONDERAM NEGATIVAMENTE, AS SEGUINTE JUSTIFICATIVAS FORAM DADAS:

Categorias de respostas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Há necessidade de expansão do horário de funcionamento (até às 22 horas) para atender aos alunos dos cursos noturnos.	6	66,7%
Há necessidade de que funcione aos sábados, para atender a comunidade externa à UFC.	3	33,3%
TOTAL	9	100%

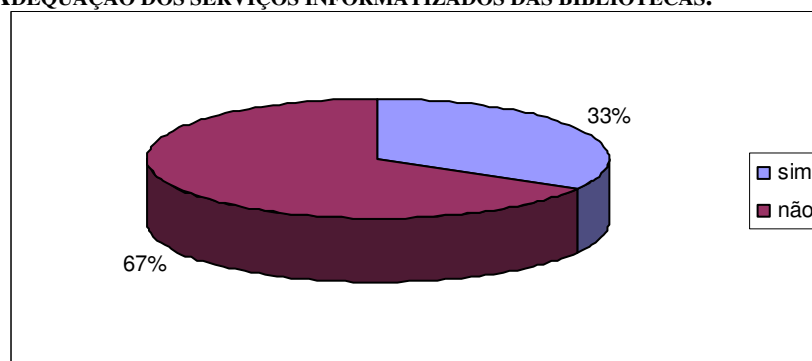
ADEQUAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DAS BIBLIOTECAS NO TOCANTE À QUANTIDADE E À QUALIDADE NECESSÁRIA ÀS DEMANDAS ESTUDANTIS.



DENTRE OS QUE RESPONDERAM NEGATIVAMENTE, AS SEGUINTE JUSTIFICATIVAS FORAM DADAS:

Categorias de respostas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Há necessidade de aumentar a quantidade de títulos atualizados.	9	39,1%
Há necessidade de aumentar o número de computadores para consulta ao sistema.	9	39,1%
Há necessidade de aumentar as verbas destinadas às bibliotecas.	5	21,8%
TOTAL	23	100%

ADEQUAÇÃO DOS SERVIÇOS INFORMATIZADOS DAS BIBLIOTECAS.



DENTRE OS QUE RESPONDERAM NEGATIVAMENTE, AS SEGUINTE JUSTIFICATIVAS FORAM DADAS:

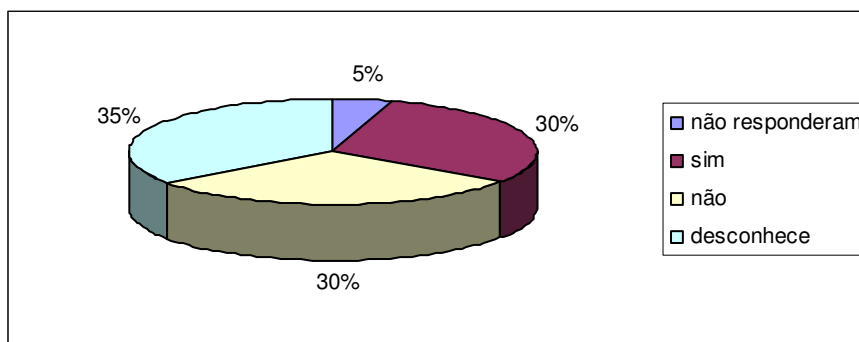
Categorias de respostas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Necessidade de maior número de terminais de consulta.	6	40,0%
O registro de empréstimos ainda é manual.	4	26,6%
Parte do acervo ainda não consta nos sistemas de busca <i>on-line</i> .	3	20,0%
O sistema para consulta <i>on-line</i> frequentemente está “ <i>fora do ar</i> ”.	1	6,7%
Faltam profissionais qualificados para lidar com as atividades informatizadas das bibliotecas.	1	6,7%
TOTAL	15	100%

DISPONIBILIDADE DA BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA OU RECOMENDADA EM RELAÇÃO ÀS DEMANDAS ESTUDANTIS.

Categorias de respostas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
O número de volumes não atende à demanda estudantil.	33	78,5%
As obras são antigas.	4	9,5%
Disponibilidade razoável.	2	4,8%
Exemplares em péssimo estado e conservação.	2	4,8%
Inadequação da comunicação entre professores e responsáveis pelas bibliotecas.	1	2,4%
TOTAL	42	100%

GRAU DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS COM RESPEITO AO SISTEMA DE ACESSO AOS MATERIAIS E SUA CONSULTA.

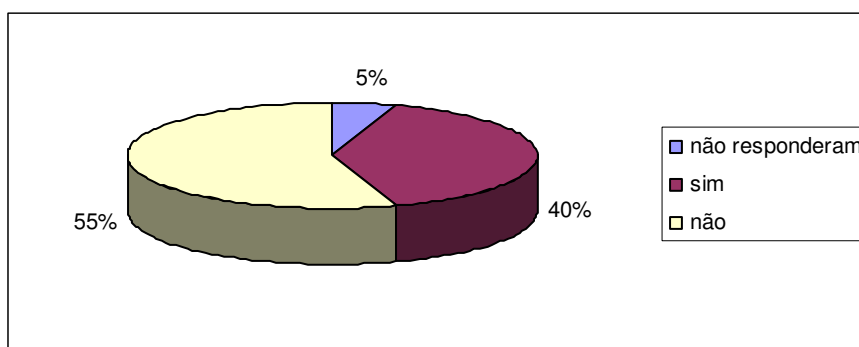
Categorias de respostas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Insatisfatório.	11	52,4%
Satisfatório.	6	28,5%
Muito ruim.	3	14,3%
Regular.	1	04,8%
TOTAL	21	100%

EXISTÊNCIA DE PROCEDIMENTOS INSTITUCIONALIZADOS PARA ADQUIRIR, MANTER, REVISAR E ATUALIZAR AS INSTALAÇÕES E OS RECURSOS BIBLIOGRÁFICOS NECESSÁRIOS ÀS DEMANDAS ESTUDANTIS.

TIPOLOGIA DOS PROCEDIMENTOS INSTITUCIONALIZADOS PARA ADQUIRIR, MANTER, REVISAR E ATUALIZAR AS INSTALAÇÕES E OS RECURSOS BIBLIOGRÁFICOS NECESSÁRIOS ÀS DEMANDAS ESTUDANTIS.

Categorias de respostas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Consulta aos professores e aos chefes acerca da necessidade de compra de novos livros.	5	41,7%
Esses procedimentos não respondem às necessidades.	4	33,3%
Falta verba para esse tipo de atividade.	3	25,0%
TOTAL	12	100%

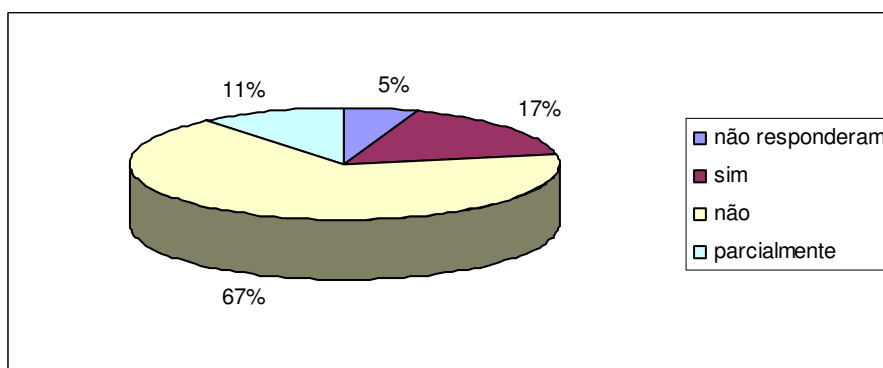
ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E DAS INSTALAÇÕES ÀS DEMANDAS ESTUDANTIS.



DENTRE OS QUE RESPONDERAM NEGATIVAMENTE, AS SEGUINTE JUSTIFICATIVAS FORAM DADAS:

Categorias de respostas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Inadequação do espaço físico destinado às pesquisas e aos estudos.	8	25,0%
Inadequação da ventilação, das mesas e das cadeiras.	6	18,7%
Inadequação do isolamento acústico.	4	12,5%
A infra-estrutura é razoável.	4	12,5%
Falta de recursos materiais.	4	12,5%
Falta de manutenção.	3	09,4%
Iluminação inadequada.	2	06,3%
Inadequada forma de catalogação dos livros.	1	03,1%
TOTAL	32	100%

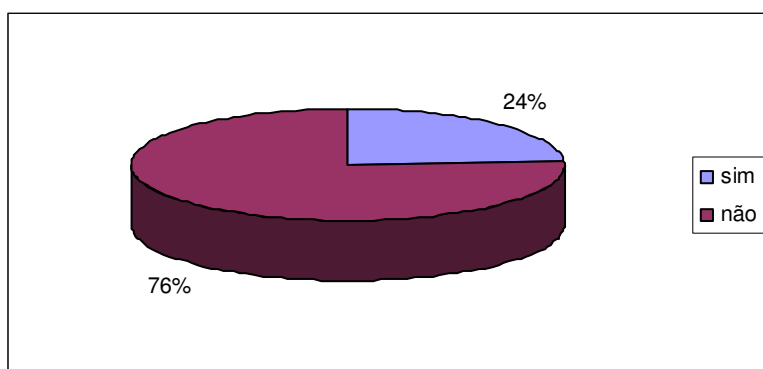
ADEQUAÇÃO DO ACESSO ÀS INSTALAÇÕES E AOS RECURSOS EDUCACIONAIS AOS ESTUDANTES PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS.



DENTRE OS QUE RESPONDERAM NEGATIVAMENTE, AS SEGUINTE JUSTIFICATIVAS FORAM DADAS:

Categorias de respostas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
O acesso ao prédio não é adaptado.	7	33,3%
Não há rampas nem elevadores para outros andares.	5	23,8%
Existem rampas e elevadores, mas são inadequados.	4	19%
O piso não é antiderrapante.	3	14,3%
Não há livros em braile.	2	9,5%
TOTAL	21	100%

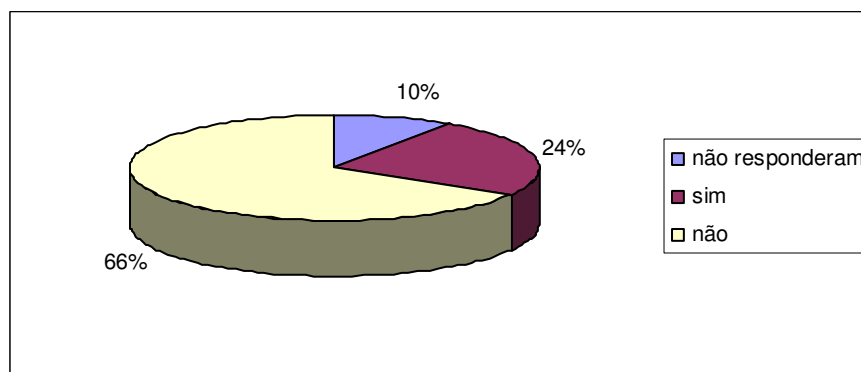
ADEQUAÇÃO DA ILUMINAÇÃO, DA REFRIGERAÇÃO, DA ACÚSTICA, DA VENTILAÇÃO, DO MOBILIÁRIO, DOS EXTINTORES DE INCÊNDIO E DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA.



DENTRE OS QUE RESPONDERAM NEGATIVAMENTE, AS SEGUINTE JUSTIFICATIVAS FORAM DADAS:

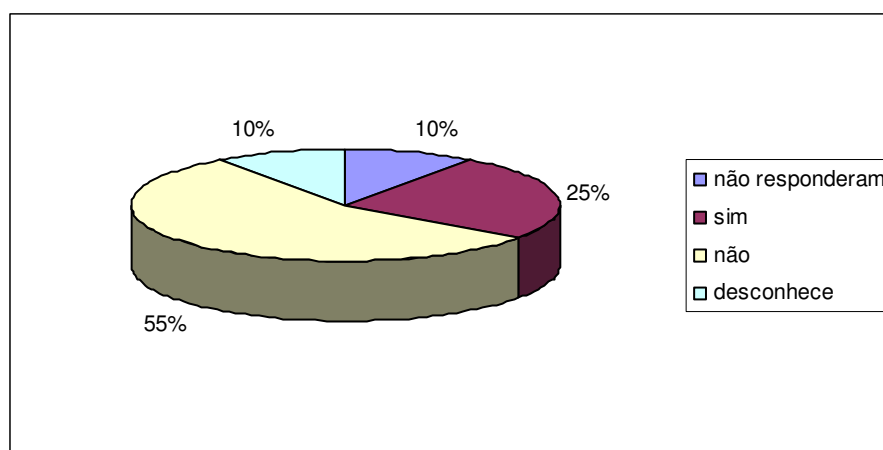
Categorias de respostas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Climatização inadequada.	9	20,5%
Péssima acústica.	9	20,5%
Não extintores de incêndio disponíveis.	6	13,6%
O mobiliário é antiquado/danificado.	6	13,6%
Iluminação inadequada.	5	11,4%
As instalações são precárias.	5	11,4%
Serviço de limpeza precário.	4	9,0%
TOTAL	44	100%

ADEQUAÇÃO DA SEGURANÇA PROPORCIONADA AOS USUÁRIOS.



DENTRE OS QUE RESPONDERAM NEGATIVAMENTE, AS SEGUINTE JUSTIFICATIVAS FORAM DADAS:

Categorias de respostas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Segurança ineficiente.	11	73,4%
Há ineficiente identificação na entrada da biblioteca.	2	13,3%
O número de funcionário é inadequado para garantir a segurança.	2	13,3%
TOTAL	15	100%

ADEQUAÇÃO DA QUALIDADE DA MANUTENÇÃO DO ACERVO DAS BIBLIOTECAS.**DENTRE OS QUE RESPONDERAM NEGATIVAMENTE, AS SEGUINTE JUSTIFICATIVAS FORAM DADAS:**

Categorias de respostas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Manutenção é inadequada.	7	33,4%
Deveria haver manutenção periódica.	4	19,0%
Exemplares deteriorados.	4	19,0%
O acervo está aquém das necessidades dos discentes.	4	19,0%
Faltam recursos para manutenção.	2	09,6%
TOTAL	21	100%

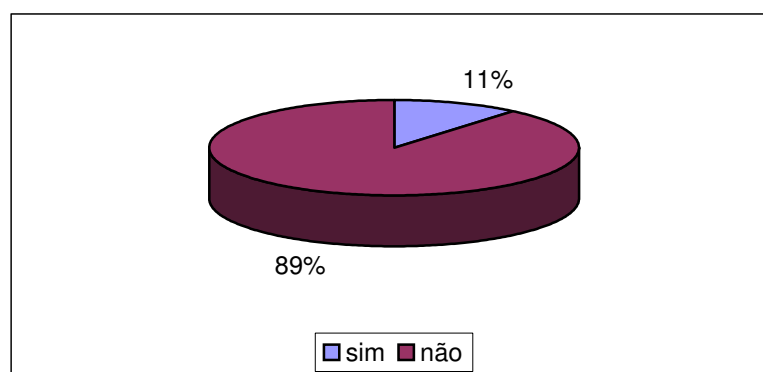
OPINIÃO ACERCA DA RELEVÂNCIA DAS BIBLIOTECAS SETORIAIS (NO ÂMBITO DOS CURSOS).

Categorias de respostas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
As existentes já atendem a demanda.	5	29,4%
Favorável à existência de maior número de bibliotecas setoriais.	4	23,5%
Outras bibliotecas setoriais iriam incrementar a falta de recursos financeiros para atualizar os acervos.	3	17,6%
As bibliotecas setoriais iriam dividir o já pobre acervo existente.	3	17,6%
A ausência de novas bibliotecas setoriais impede o acesso às referências bibliográficas específicas dos cursos.	2	11,8%
TOTAL	17	100%

INFORMAÇÕES ORIUNDAS DE PESQUISA DE CAMPO

GRUPO 2. DADOS RESULTANTES DA VALORAÇÃO DOS DIRETORES DAS BIBLIOTECAS (n = 7 ou 50% do total)

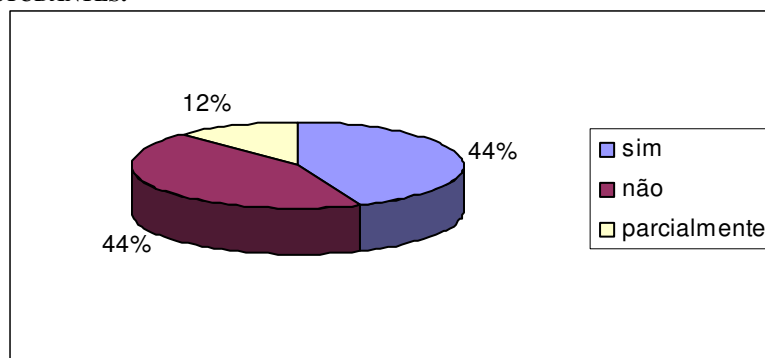
ADEQUAÇÃO DA QUANTIDADE DE PESSOAL E DO NÚMERO DE SALAS DE LEITURA INDIVIDUAIS.



DENTRE OS QUE RESPONDERAM NEGATIVAMENTE, AS SEGUINTE JUSTIFICATIVAS FORAM DADAS:

Categorias de respostas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Número de funcionários reduzidos.	7	;;,0%
Salas de leituras insuficientes.	4	;;,0%
Não há salas de estudo individuais.	3	20,0%
Sala de leitura coletiva sem condições de funcionamento.	1	;;,0%
TOTAL	15	100%

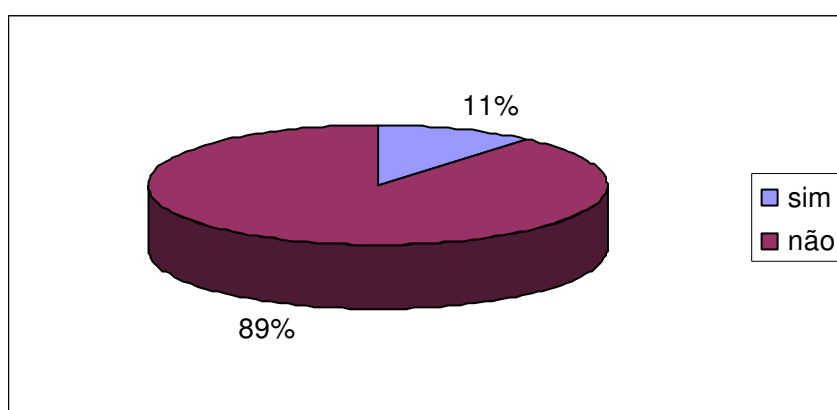
ADEQUAÇÃO DOS HORÁRIOS E DO CALENDÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS BIBLIOTECAS ÀS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES.



Categorias de respostas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
O número de computadores para levantamento bibliográfico é muito reduzido.	7	50%
Não há manutenção dos equipamentos de Informática.	3	21,5%
São poucos e os que temos funcionam com dificuldade.	3	21,5%
A comunicação de rede do LABOMAR com o campus do Pici é analógica, o que dificulta o trabalho.	1	7%
TOTAL	14	100%

DENTRE OS QUE RESPONDERAM NEGATIVAMENTE, AS SEGUINTE JUSTIFICATIVAS FORAM DADAS:

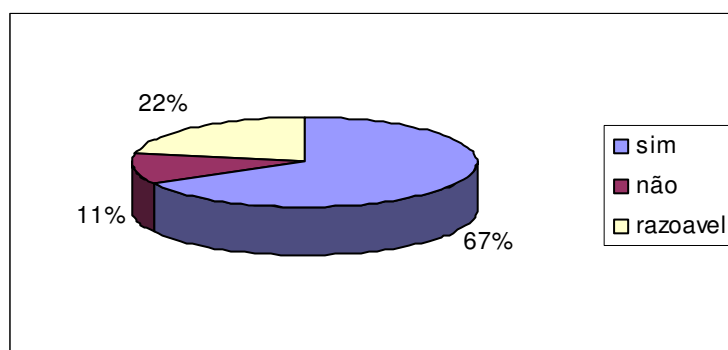
ADEQUAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICAS DAS BIBLIOTECAS ÀS DEMANDAS ESTUDANTIS.



Categorias de respostas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Há bom funcionamento tão-somente nos períodos matutino e vespertino.	4	50%
O turno noturno é prejudicado por falta de funcionários.	3	35%
As bibliotecas deveriam funcionar até às 22 horas.	1	15%
TOTAL	8	100%

DENTRE OS QUE RESPONDERAM NEGATIVAMENTE, AS SEGUINTE JUSTIFICATIVAS FORAM DADAS:

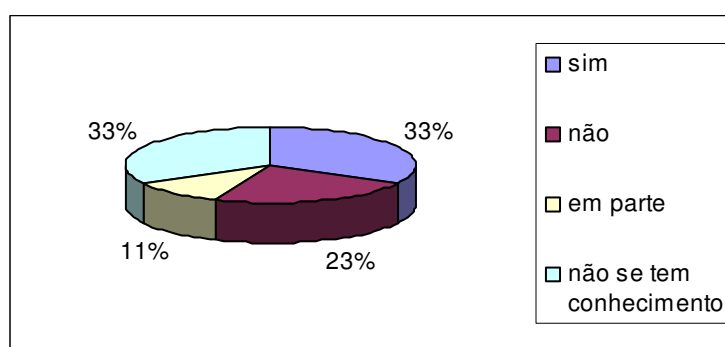
ADEQUAÇÃO DOS SERVIÇOS DAS BIBLIOTECAS ÀS NECESSIDADES DOS USUÁRIOS.



DENTRE OS QUE RESPONDERAM NEGATIVAMENTE, AS SEGUINTE JUSTIFICATIVAS FORAM DADAS:

Categorias de respostas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
A informatização está começando a ficar adequada.	4	33%
A aquisição do software <i>Pergamun</i> auxilia na qualidade da automação.	3	25%
O sistema fica lento nos períodos de matrícula e ajustes.	2	17%
Há necessidade de mais terminais de computadores para as consultas.	2	17%
Com o novo sistema é permitido ao usuário fazer consultas de livros que ainda estão emprestados.	1	8,3%
TOTAL	12	100%

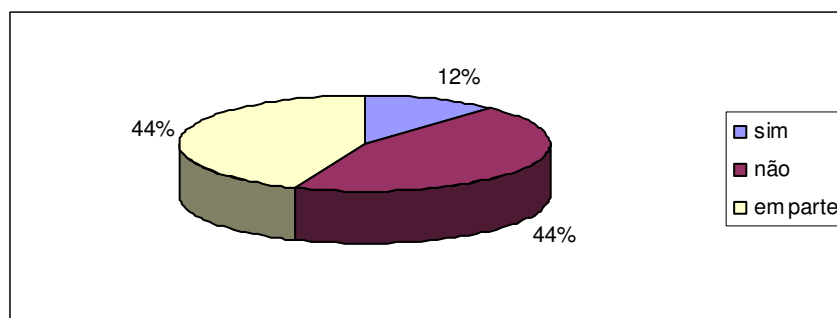
EXISTÊNCIA DE PROCEDIMENTOS INSTITUCIONALIZADOS PARA ADQUIRIR, MANTER, REVISAR E ATUALIZAR AS INSTALAÇÕES E OS RECURSOS BIBLIOGRÁFICOS NECESSÁRIOS ÀS DEMANDAS ESTUDANTIS.



DENTRE OS QUE RESPONDERAM NEGATIVAMENTE, AS SEGUINTE JUSTIFICATIVAS FORAM DADAS:

Categorias de respostas	Freq. Absoluta	Freq. relativa
Procedimentos existem, mas os problemas não são solucionados a contento.	5	100%
TOTAL	5	100%

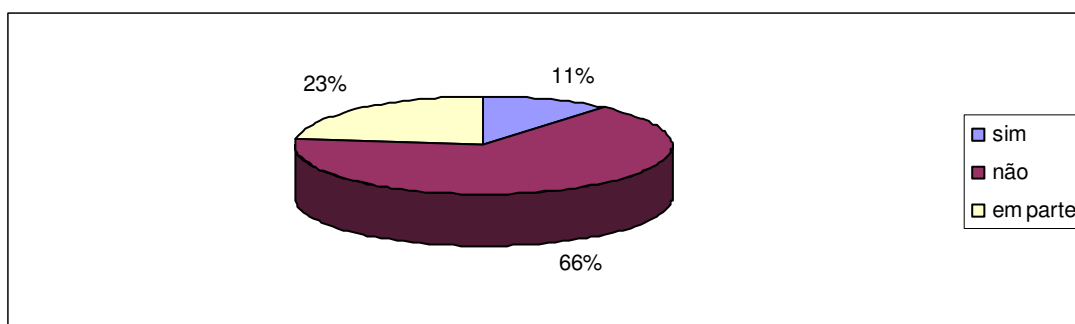
ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA E DAS INSTALAÇÕES ÀS DEMANDAS ESTUDANTIS.



DENTRE OS QUE RESPONDERAM NEGATIVAMENTE, AS SEGUINTE JUSTIFICATIVAS FORAM DADAS:

Categorias de respostas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Não há boa estrutura no prédio, nem adaptação para deficientes físicos.	5	50%
As instalações são boas, mais ainda estão longe do ideal.	2	20%
A estrutura do prédio atende somente as necessidades dos alunos da pós-graduação.	1	10%
Há dez anos a biblioteca não passa por uma reforma profunda.	2	20%
TOTAL	10	100%

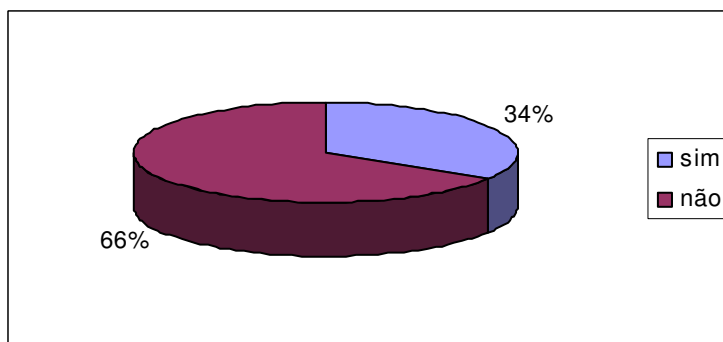
ADAPTAÇÃO DO ACESSO ÀS INSTALAÇÕES E AOS RECURSOS EDUCACIONAIS AOS ESTUDANTES PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS.



DENTRE OS QUE RESPONDERAM NEGATIVAMENTE, AS SEGUINTE JUSTIFICATIVAS FORAM DADAS:

Categorias de respostas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
O acesso ao salão da biblioteca é somente através de escada	4	27%
O acesso é feito tanto por rampa e elevador	4	27%
Não há obras em braile	4	27%
Os computadores para consulta não são adaptados para deficientes visuais	2	13%
As fichas deveriam ser em braile	1	6%
TOTAL	15	100%

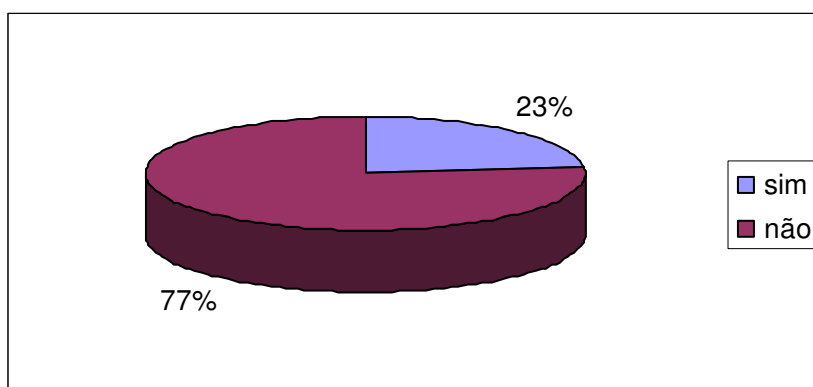
ADEQUAÇÃO DA ILUMINAÇÃO, DA REFRIGERAÇÃO, DA ACUSTICA, DA VENTILAÇÃO, DO MOBILIÁRIO, DOS EXTINTORES DE INCENDIO E DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA.



DENTRE OS QUE RESPONDERAM NEGATIVAMENTE, AS SEGUINTE JUSTIFICATIVAS FORAM DADAS:

Categorias de respostas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Reduzido número de extintores de incêndio.	5	23%
Iluminação inadequada.	4	19%
Serviço de limpeza precário.	4	19%
Inadequado sistema de refrigeração.	6	29%
Atendem tão-somente às demandas locais.	2	10%
TOTAL	21	100%

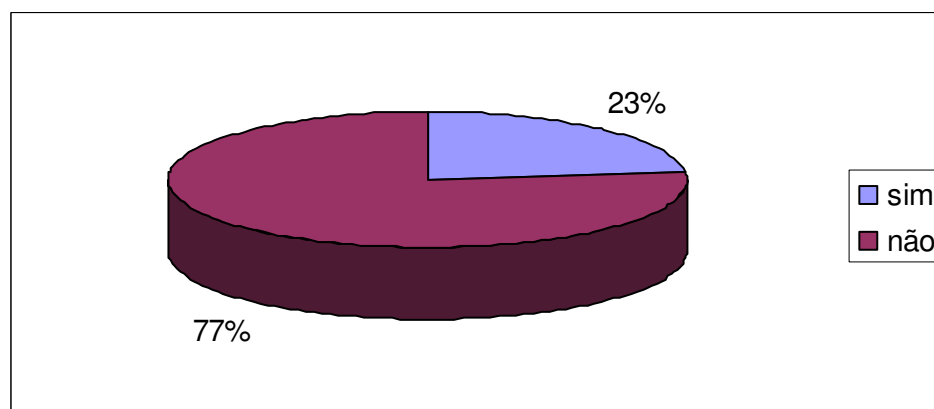
ADEQUAÇÃO DA SEGURANÇA DOS USUÁRIOS FORNECIDA PELA UFC.



DENTRE OS QUE RESPONDERAM NEGATIVAMENTE, AS SEGUINTE JUSTIFICATIVAS FORAM DADAS:

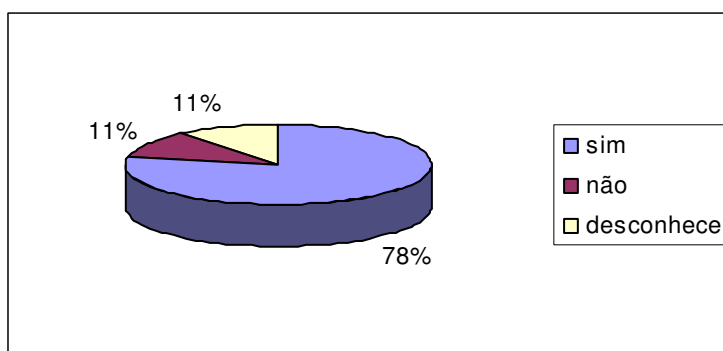
Categorias de respostas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
O número de seguranças é insuficiente.	3	30%
Já aconteceram vários furtos na biblioteca por falta de segurança.	3	30%
O serviço de segurança é precário e terceirizado.	2	20%
O portão de acesso ao prédio é monitorado apenas por um funcionário.	2	20%
TOTAL	10	100%

ADEQUAÇÃO DA QUALIDADE DA MANUTENÇÃO DO ACERVO DAS BIBLIOTECAS.



DENTRE OS QUE RESPONDERAM NEGATIVAMENTE, AS SEGUINTE JUSTIFICATIVAS FORAM DADAS:

Categorias de respostas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Há vários anos o acervo não é renovado.	4	40%
Apesar de existir, a manutenção é insuficiente.	4	40%
A manutenção e limpeza do acervo são feitas por serviço terceirizado.	2	20%
TOTAL	10	100%

EXISTÊNCIA E ADEQUAÇÃO DO ATENDIMENTO À COMUNIDADE EXTERNA À UFC.**DENTRE OS QUE RESPONDERAM NEGATIVAMENTE, AS SEGUINTE JUSTIFICATIVAS FORAM DADAS:**

Categorias de respostas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Existe atendimento à comunidade externa, porém bastante precário.	7	79%
Dificilmente há atendimentos à comunidade externa.	1	11%
TOTAL	10	100%

OPINIÃO ACERCA DAS BIBLIOTECAS SETORIAIS (NO ÂMBITO DOS CURSOS).

Categorias de respostas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Deveriam ser muito melhores equipadas.	4	40%
Em geral, têm boa qualidade.	3	30%
É inevitável ter bibliotecas específicas para cada curso que a UFC mantém.	2	20%
As bibliotecas setoriais deram um grande salto qualitativo com a implantação do empréstimo automatizado.	1	10%
TOTAL	10	100%

DISPONIBILIDADE DA BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA OU RECOMENDADA EM RELAÇÃO ÀS DEMANDAS ESTUDANTIS

Categorias de respostas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Insuficiente.	5	37%
A mínima possível	3	21%
Há vários anos não há renovação do acervo	2	14%
No caso das Casas de Cultura não há livros adotados nos semestres	1	7%
Ainda está sendo feito um levantamento	1	7%
Não atende a demanda da comunidade tanto da graduação quanto da pós-graduação	1	7%
A verba destinada para compra de livros é insuficiente	1	7%
TOTAL	14	100%

INFORMAÇÕES ORIUNDAS DE PESQUISA DE CAMPO.

GRUPO 3. DADOS RESULTANTES DA VALORAÇÃO DOS CHEFES DE DEPARTAMENTO (n = 34 ou 59% do total)

ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E DOS EQUIPAMENTOS DA UFC

De acordo com a maior parte dos chefes de departamento (n = 3 ou 48,1%), a infra-estrutura física das bibliotecas pode ser considerada razoável. Não obstante, para 25,9% (n = 7) dos entrevistados, tal aspecto pode ser considerado péssimo. A maior parte dos chefes de departamento (n = 11 ou 40,7%) considera as salas de aula, de modo geral, razoáveis. Porém, para 33,3% (n = 9) a infra-estrutura física das mesmas é péssima. Quanto às condições das salas de reuniões, a maior parte dos chefes de departamento ressaltou serem boas (n = 12 ou 44,4%) ou razoáveis (n = 8 ou 29,6%). Os auditórios foram considerados razoáveis (n = 11 ou 40,7%) para a maior parte dos chefes de departamento, sendo péssimos para 37% (n = 10). No que tange à infra-estrutura física dos laboratórios foi considerada razoável pela maioria dos chefes de departamento (n = 15 ou 55,6%). Não obstante, para 37% deles (n = 10) a infra-estrutura física dos laboratórios pode ser considerada péssima.

Em relação à segurança interna, a maioria dos entrevistados considerou-a péssima (n = 16 ou 59,3%), em contrapartida, para 37% deles é razoável (n = 10 ou 37%). Para 48,1% dos entrevistados o acesso de veículos auto-motores também é considerado péssimo (n = 13) e para 25,9% esse acesso é apontado como razoável (n = 7 ou 25,9%).

A maioria dos chefes de departamento ressaltou que o acesso para portadores de necessidades especiais é considerado péssimo (66,7% ou n = 18) e para uma parcela de 29,6% a acessibilidade para essa população é boa ou razoável (n = 8).

Os equipamentos de informática foram apontados pela maior parte dos entrevistados como sendo péssimos (48,1% ou n = 13), porém foram considerados razoáveis para 40,7% (n = 11) e indicados como bons por 11,1% (n = 3).

INFORMAÇÕES ORIUNDAS DOS FORMULÁRIOS *ON LINE*

Com base nas respostas dos 324 docentes efetivos (23,65% do total), quatro docentes substitutos ou visitantes e 311 servidores técnico-administrativos (9,03% do total) ao preencherem os formulários *on line* que lhes foram disponibilizados, apresentaremos, a seguir, dados acerca da qualidade das salas de aula e das instalações físicas da UFC.

Qualidade das salas de aula e das instalações físicas da UFC.					
Grau de qualidade		Estatísticas	Categoria Funcional		
			Docente efetivo	Docente substituto/visitante	Técnico-administrativo
Baixo	N		174	1	103
	%		53,7	25,0	33,1
Médio	N		125	3	151
	%		38,6	75,0	48,6
Elevado	N		24		38
	%		7,4		12,2
Não sabe	N		1		19
	%		0,3		6,1
Total	N		324	4	311
	%		100,0	100,0	100,0

Conforme se pode observar, a maioria dos docentes efetivos (53,7% ou 174) acredita ser baixa a qualidade das salas de aula e das instalações físicas da UFC. Cabe destacar, no entanto, que há quem acredite que referida qualidade é média (38,6% ou 125 docentes efetivos e 75% ou três substitutos/visitantes) ou elevada (7,4% ou 24). Houve tão-somente um docente efetivo que não soube ou não quis opinar (0,3%).

Acerca dos servidores técnico-administrativos, cabe destacar que a maior parte (48,6% ou 151) acredita ser média a qualidade das salas de aula e das instalações físicas da UFC. Apesar disso, há quem acredite que referida qualidade é baixa (33,1% ou 101) ou elevada (12,2% ou 38). Também houve quem não soubesse ou não quisesse opinar (6,1% ou 19 servidores técnico-administrativos).

Abaixo se encontra quadro contendo a opinião dos respondentes acerca da qualidade dos espaços de convivência destinados à interação entre profissionais da Educação Superior.

Qualidade dos espaços de convivência destinados à interação entre profissionais da Educação Superior.					
Grau de qualidade		Estatísticas	Categoria Funcional		
			Docente efetivo	Docente substituto/visitante	Técnico-administrativo
	Baixo	N	196	3	101
		%	60,5	75,0	32,5
	Médio	N	93	1	134
		%	28,7	25,0	43,1
	Elevado	N	22		49
		%	6,8		15,8
	Não sabe	N	13		27
		%	4,0		8,7
	Total	N	324	4	311
		%	100,0	100,0	100,0

Conforme se pode constatar, a expressiva maioria dos docentes efetivos (60,5% ou 196) e dos substitutos/visitantes (75% ou três) acredita ser baixa a qualidade dos espaços de convivência destinados à interação entre profissionais da Educação Superior. Não obstante, há quem acredite que referida qualidade é média (28,7% ou 93 docentes efetivos) ou elevada (6,8% ou 22). Houve 13 docentes efetivos que não souberam ou não quiseram opinar (4,0%).

Dentre os servidores técnico-administrativos, a maior parte (43,1% ou 131) acredita ser média a qualidade dos espaços de convivência destinados à interação entre profissionais da Educação Superior. Apesar disso, há quem acredite que referida qualidade é baixa (32,5% ou 101) ou elevada (15,8% ou 49). Também houve 27 servidores técnico-administrativos que não souberam ou não quiseram opinar (8,7%).



Relatório Final

Dimensão oito: Avaliação e Planejamento Institucional.

DIMENSÃO OITO:

AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL.

8.1. OBJETIVOS

Identificar a adequação e a efetividade (i) do planejamento geral da instituição e sua relação com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), (ii) dos procedimentos de avaliação e de acompanhamento do planejamento institucional.

8.2. AUDIÊNCIAS UTILIZADAS

Chefes de Departamento; Docentes e Servidores Técnico-Administrativos.

8.3. INSTRUMENTO

Questionário composto por duas partes: a primeira destinada à identificação dos respondentes e a segunda composta por oito questões abertas e 22 fechadas¹⁵, todas elas versando sobre aspectos associados à avaliação e ao planejamento institucional.

8.4. PROCEDIMENTO PARA OBTENÇÃO DOS DADOS

Através da ação das CPAs Setoriais, que foram responsáveis pela aplicação do questionário junto às audiências acima citadas. Ademais, foram utilizadas informações extraídas dos formulários *on line* e de fontes secundárias, tais como, a *Revista Universidade Pública*, o *UFC Fax* e o *Jornal da UFC*, ou ainda dados extraídos do “Sistema *On-line* de Dados e Indicadores da Qualidade Institucional da UFC” (CAIA/PRPL) e do “Sistema do Censo da Educação Superior” (SIEDSUP - MEC/INEP).

8.5. TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES

As informações obtidas junto às audiências foram tratadas qualitativamente, através do emprego da análise de conteúdo, conforme propõe Bardin (1977)¹⁶. A referida técnica de tratamento de dados *consiste em identificar as categorias de respostas mais relevantes, presentes nas informações brindadas pelas audiências utilizadas na sua obtenção.*

Após essa fase, foram *calculadas as frequências de aparição dessas categorias qualitativas, em termos absolutos e relativos.* Posteriormente, tais cálculos foram organizados em quadros e, visando melhor compreensão pela comunidade que fará uso dos mesmos, os dados foram representados graficamente, conforme se pode constatar na seção seguinte, na qual se discutem os principais resultados.

¹⁵ Afirmações do tipo Likert, seguidas de quatro opções de resposta: 1 - *Excelente*; 2 - *Boa*; 3 - *Razoável*; 4 - *Péssima*.

¹⁶ BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

8.6. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS

Os resultados a seguir apresentados e comentados referem-se às dimensões utilizadas na avaliação da dimensão 8, rotulada de *Avaliação e Planejamento Institucional*.

8.6.1. IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: DIAGNÓSTICO DA UFC

Como parte da tese doutoral da discente Maria do Socorro de Sousa Rodrigues do Núcleo de Avaliação Educacional (NAVE) do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFC, foi desenvolvida investigação em 21 unidades acadêmicas e administrativas da mencionada IFES. O objetivo foi detectar a existência de sistemáticas de planejamento estratégico no âmbito interno de cada uma das unidades. Para tal, foram entregues questionários aos servidores que exerciam funções de chefia, fossem docentes ou técnico-administrativos. A taxa de retorno foi de 76%, isto é, foram devolvidos 16 dos 21 questionários distribuídos aos dirigentes das unidades pesquisadas.

Indagados acerca da existência de planejamento anual em suas unidades, dez dirigentes (62,5%) responderam sim, outros quatro (25%) responderam não. Ademais, uma unidade deixou de responder por não saber de que planejamento se tratava. Aspecto positivo foi o fato de uma unidade fazer planejamento estratégico desde 2002.

As justificativas de quatro unidades que não fazem planejamento na UFC foram as seguintes:

a) falta de hábito e de crédito no planejamento, além do desconhecimento de como fazê-lo;

b) outra faz planejamento físico-orçamentário e financeiro e admite sempre depender de outra unidade para realizá-lo, com o argumento de que não há como planejar na unidade, visto que orçamento e recurso são sempre definidos pelo governo federal.

Não há clareza do que seja, de fato, o planejamento interno e coletivo da unidade, por mais que se tentasse clarificá-lo. Um dirigente, após leitura do formulário, respondeu apenas a primeira questão, pedindo ao secretário que o fizesse às demais. Razões podem decorrer da inabilidade de alguns em fazer planejamento, por isso não se sentiram à vontade para opinar sobre esta forma de organização do trabalho. O descaso é talvez por desconhecerem a importância do planejamento como ferramenta imprescindível ao gestor. Receio talvez de se expor ao divulgar a própria negligência, incompetência ou ignorância ou perceber a unidade como algo isolado em dado momento. Não custa repetir o que lembram DIAS SOBRINHO e RISTOFF (2000, p.106 e 107):

Uma universidade não são isoladamente seus estudantes, professores e técnicos, também não são separadamente o ensino, a pesquisa e a extensão, não é a administração destacada para análise, não são as listas de formatura ou de publicações arrancadas dos processos vivos que as produziram, nem simplesmente a colagem de todos esses elementos parciais e fragmentados, justapostos como para formar um “puzzle”. É

tudo isso, mas muito mais que perspectiva da integração. Integração implica também jogar luz nos fenômenos comumente cobertos da escuridão.

A questão é que a universidade, estruturada culturalmente em guetos, talvez ainda não compreenda a integração entre as áreas de atuação dos servidores, sejam docentes ou técnicos. Nesse sentido, o interesse do servidor docente e técnico, ocupante de qualquer cargo ou função, deve ser pela instituição e não apenas pelo seu pequeno mundo de atuação, seja unidade ou subunidade. Sob essa concepção, qualquer iniciativa em benefício da universidade é acolhida sem muitas estranhezas. A impressão tida, durante e após a coleta de dados e das observações, é que, na Universidade Federal do Ceará (UFC), planejamento e avaliação são ainda ilustres desconhecidos. As respostas eram tímidas, por vezes, incompletas. Planejamento e avaliação participativos são de difícil execução, instrumentos desconhecidos das práticas universitárias, em pleno século XXI.

Há certo pânico de privatização em alguns ambientes, parece que tudo conspira para o fim da universidade pública, até mesmo quando a proposta é de melhoria da qualidade por meio da avaliação. Ainda não se conseguiu compreender que o perigo encontra-se na falta de unidade, de integração e de organização administrativa dentro da instituição.

Fez-se comentário assim: *essa história de avaliação é apenas objeto de controle e punição, e o planejamento, preocupação de administrador*. Em ambiente onde se respira conhecimento, como o da universidade, é excêntrico pensar assim. Apesar disso, os gestores que não realizam planejamento e avaliações reconhecem ser necessário (i) priorizar o planejamento como atividade anual, tendo-o como rotina na gestão; (ii) que a administração superior realize planejamento institucional envolvendo todos os gestores; (iii) que a unidade possa, pelo planejamento e pela avaliação, elevar o nível de conhecimento das pessoas envolvidas no trabalho.

Importante destacar que oito unidades (50%) afirmaram considerar o planejamento do ano anterior, quando da sistemática de elaboração do novo planejamento; sete unidades (44%) promovem a participação de parcela dos servidores da unidade no momento do planejamento; oito unidades (50%) possibilitam reflexão sobre o planejamento e re-planejam as ações; cinco unidades (30%) unidades realizam a auto-avaliação na unidade de trabalho; duas unidades (13%) promovem a participação de todos os servidores, apenas no momento do planejamento.

A idéia de continuidade e de permanência do planejamento da UFC aparece em 62,5% das unidades. Infere-se que parte da gestão da universidade compreenda a necessidade de organizar-se, sob bases de planejamento contínuo. Sem essa compreensão, o trabalho continua sendo apenas mera execução de tarefas. Ao final da etapa ou do ano, não se sabe ao certo o que se fez e para o que serviu; se foi bem feito ou mal feito; o que se deixou de fazer.

Ao considerar a necessidade de revisão do planejamento anterior, os gestores estão exercitando a avaliação, presente, portanto, mesmo de forma velada. Esse *olhar* ao passado, ainda que sem propósitos definidos ou planejados, é a própria avaliação que, implicitamente, se impõe no planejamento. “Um modelo de avaliação da gestão pública, bem construído, passa a se constituir em poderoso instrumento para o gestor interessado

em conduzir a organização pública a uma transformação gerencial, alcançando os patamares progressivamente mais elevados de desempenho institucional¹⁷”.

Os novos desafios do mundo exigem instituições públicas mais ágeis, preparadas para as demandas da sociedade. Requerem gestores públicos preparados que saibam planejar e avaliar constantemente suas ações. Uma equipe de gestores qualificados, na universidade, propicia a quebra de barreiras entre áreas organizacionais, elimina feudos ou guetos e promove integração interna.

Na universidade de hoje há ainda mais contatos entre grupos, *interfaces*, do que integração entre unidades, entre seus membros. Alguns professores que assumem cargos de direção não estão totalmente preparados para a gestão administrativa em áreas de atuação, como pró-reitorias, superintendências, órgãos suplementares, e até mesmo nas áreas acadêmicas. A afirmativa encontra apoio nos dados desse levantamento, quando apenas 62,5% dos gestores afirmam realizar planejamento na unidade, com algumas ressalvas.

Dos dezesseis formulários recebidos, dez foram preenchidos de forma criteriosa e completa, quatro apenas rabiscados às vezes de modo ininteligível, pelo que se percebe claramente que alguém começou responder e outra pessoa terminou, sem entendimento do que escrevia, com pouco proveito, portanto. Não é isso sintomático? Pode ser reflexo de como se lida com planejamento na universidade?

Em uma unidade mais de 40 pessoas envolvem-se com o planejamento. Outra reconhece que esses aspectos possibilitam criação de cultura de planejamento e avaliação, com aumento da produtividade e motivação dos servidores. Um gestor pondera que planejamento participativo, além de considerar a história anterior da unidade, permite correção de rumos. Uma unidade acredita que, com planejamento coletivo, valorizam-se os servidores e possibilita-se a integração entre todos os que fazem o centro acadêmico. Outra unidade compreende que o planejamento só é praticado com participação representativa da comunidade, ou seja, estudante, técnico e professor.

Na visão de um dos gestores que realiza planejamento, para que as ações sejam executadas e com significado é preciso o envolvimento e participação de todos, do planejar ao avaliar. Comenta outro que o planejamento permite reavaliar as demandas e as necessidades que já foram contempladas. A participação de todos leva ao maior comprometimento com o trabalho. Um gestor assevera que os aspectos acima devem ser considerados em um planejamento para que as práticas sejam renovadas e situações positivas influenciem o andamento da divisão.

¹⁷ Plano Avança Brasil. Publicação do Programa Melhoria da Qualidade dos Serviços Prestados ao Cidadão -Prêmio de Qualidade do Governo Federal / Instrumento de Avaliação da Gestão Pública Ciclo 2000, p. 10.

INFORMAÇÕES ORIUNDAS DOS FORMULÁRIOS *ON LINE*

Com base nas respostas fornecidas pelos 324 docentes efetivos (23,65% do total), quatro docentes substitutos ou visitantes e 311 servidores técnico-administrativos (9,03% do total) ao preencherem os formulários *on line* que lhes foram disponibilizados, apresentaremos, a seguir, dados acerca do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e da sistemática de Auto-Avaliação Institucional.

Adequação das atividades de planejamento institucional às demandas internas e externas.					
Grau de adequação.		Estatísticas	Categoria Funcional		
			Docente efetivo	Docente substituto/visitante	Técnico-administrativo
Baixo	N	90			50
	%	27,8			16,1
Médio	N	113		4	121
	%	34,9		100,0	38,9
Acentuado	N	44			66
	%	13,6			21,2
Não sabe	N	77			74
	%	23,8			23,8
Total	N	324			311
	%	100,0			100,0

Conforme se pode observar, a maior parte dos docentes efetivos (34,9% ou 113) e a totalidade dos docentes substitutos ou visitantes crêm que o grau de adequação do planejamento institucional às demandas internas e externas da UFC é médio. Não obstante, há quem acredite que o grau de adequação é baixo (27,8% ou 90) ou acentuado (13,6% ou 44). Também houve quem não soubesse ou não quisesse expressar suas opiniões (23,8% ou 77 docentes efetivos).

Dentre os servidores técnico-administrativos, a maior parte (38,9% ou 121) concorda com os docentes, isto é, acredita que o grau de adequação do planejamento institucional às demandas internas e externas da UFC é médio. Porém, há quem acredite que o grau de adequação é baixo (16,1% ou 50) ou acentuado (21,2% ou 66). Também houve quem não soubesse ou não quisesse expressar suas opiniões (26,8% ou 74 servidores técnico-administrativos).

A seguir é apresentado quadro contendo a opinião dos respondentes acerca da adequação das atividades de auto-avaliação institucional aos anseios da comunidade interna da UFC.

Adequação das atividades de auto-avaliação institucional aos anseios internos.					
Grau de adequação		Estatísticas	Categoria Funcional		
			Docente efetivo	Docente substituto/visitante	Técnico-administrativo
Baixo	N	64			43
	%	19,8			13,8
Médio	N	150		1	145
	%	46,3		25,0	46,6
Acentuado	N	55		2	82
	%	17,0		50,0	26,4
Não sabe	N	55		1	41
	%	17,0		25,0	13,2
Total	N	324		4	311
	%	100,0		100,0	100,0

De acordo com os dados, a maior parte dos docentes efetivos (46,3% ou 150) crê que o grau de adequação das atividades de auto-avaliação institucional aos anseios da comunidade interna da UFC é médio. Dentre docentes substitutos ou visitantes a metade acredita ter sido acentuada a adequação de tal sistemática aos anseios internos. Não obstante, entre os docentes efetivos, há quem acredite que o grau de adequação é baixo (19,8% ou 64) ou acentuado (17% ou 55). Também houve quem não soubesse ou não quisesse expressar suas opiniões (17% ou 55 docentes efetivos e 25% ou um substituto/visitante).

No caso dos servidores técnico-administrativos, a maior parte (46,6% ou 145) concordou com os docentes, isto é, acredita que o grau de adequação do planejamento institucional às demandas internas e externas da UFC é médio. Porém, há quem acredite que o grau de adequação é baixo (13,8% ou 43) ou acentuado (26,4% ou 82). Também houve quem não soubesse ou não quisesse expressar suas opiniões (13,2% ou 41 servidores técnico-administrativos).

INFORMAÇÕES ORIUNDAS DE FONTES SECUNDÁRIAS

Com o objetivo de traçar um perfil das instituições de ensino superior no Brasil, foi criado em fevereiro de 2004 o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), através da Lei 10.861. Na Universidade Federal do Ceará (UFC), o trabalho teve início no primeiro semestre de 2004, com a formação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), composta por nove membros da UFC e da sociedade civil, e de comissões setoriais. “Essa é uma tarefa imensa. A criação das CPAs setoriais foi uma maneira de descentralizar isso”, explica o Prof. Wagner Bandeira Andriola, da Coordenadoria de Análise Institucional e Avaliação e presidente da CPA Central da UFC.

Para alcançar resultados mais satisfatórios, o professor destaca a importância da participação de todos os agentes da UFC no processo. “Trata-se de uma atividade conscientizadora. Se as pessoas participarem, vamos poder ver juntos onde a universidade funciona e onde não funciona e por que. Vejo a participação de todos como uma forma de incremento da conscientização política dos que fazem uso das atividades desenvolvidas na UFC”, diz o referido docente.

Quem são os professores e técnico-administrativos da UFC? O que fazem em seus respectivos cargos e funções? Como vêem seu papel na instituição? Que carências identificam em seus comportamentos? Como podem contribuir com a melhoria do ensino, das atividades administrativas, de pesquisa e extensão da universidade? Essas e outras questões devem ser respondidas no relatório da CPA, a ser enviado ao MEC, como parte do processo de avaliação desenvolvido na UFC.

O prazo para a conclusão deste primeiro momento do processo está previsto para terminar em maio deste ano, mas o Prof. Wagner Bandeira Andriola pretende solicitar a extensão da fase, por conta do período de paralisação nos trabalhos durante a greve na instituição. Em seguida, uma equipe do MEC virá fazer o seu próprio diagnóstico da universidade, o que se conhece por *avaliação externa*. Embora não tenha concluído o processo, Andriola resume sua visão. “A mim me parece muito óbvio. O sistema educacional brasileiro precisa de melhor financiamento. Seus agentes precisam contar com o resgate da dignidade e da relevância social de seus papéis”, afirma.



Relatório Final

**Dimensão Nove: Política Institucional de Atendimento
aos Discentes e de Acompanhamento de Egressos**

DIMENSÃO NOVE:

POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES E DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

9.1. OBJETIVOS

Analisar aspectos relacionados ao atendimento aos discentes e aos egressos dos cursos de graduação da UFC; identificar as ações internas propostas para atendimento aos dois segmentos citados; apresentar dados da evasão discente na graduação; mapear ações internas de combate à evasão discente; apresentar dados relevantes da participação estudantil em atividades acadêmicas; apresentar o perfil dos candidatos aos cursos de graduação da UFC.

9.2. AUDIÊNCIAS UTILIZADAS

Pró-Reitora de Graduação; Pró-Reitor de Assuntos Estudantis; Coordenadores de Cursos de Graduação; Discentes, Egressos e Evadidos dos Cursos de Graduação; Candidatos e aprovados aos cursos de graduação da UFC em 2005.

9.2.1. POPULAÇÕES E AMOSTRAS

9.2.1.1. CANDIDATOS AOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

A população estudada compunha-se dos candidatos inscritos no vestibular 2005 da UFC (N = 36.563).

9.2.1.2. APROVADOS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

A população dos aprovados aos cursos de graduação da UFC foi composta por 3.585 jovens universitários.

9.2.1.3. EGRESSOS

A população estudada compunha-se dos universitários egressos dos cursos de graduação da UFC dos anos 2003 (N = 2.343) e 2004 (N = 2.202). A amostra investigada foi formada por 47 egressos de 2003 (2% do total desse ano) e 54 egressos de 2004 (2,5% do total desse ano) totalizando 101 casos.

9.2.2. INSTRUMENTOS

9.2.2.1. QUESTIONÁRIOS DOS CANDIDATOS E DOS APROVADOS DA GRADUAÇÃO

Para a coleta de dados utilizou-se o questionário sócio-econômico empregado pela Comissão de Concursos durante a inscrição dos candidatos no processo seletivo para os cursos de graduação da UFC. Tal instrumento é composto por 18 questões versando sobre aspectos sócio-econômicos e culturais dos candidatos.

9.2.2.2. QUESTIONÁRIO DOS EGRESSOS

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário composto por duas partes: a primeira destinada a identificação dos respondentes e a segunda composta por 14 questões (duas abertas e 12 fechadas). Durante as entrevistas foram abordadas as seguintes questões: a situação laboral dos egressos; o grau de satisfação com a área de atuação e com a remuneração; o tempo necessário após a formatura para obter o primeiro emprego; a faixa salarial; o nível de participação em atividades acadêmicas durante a graduação; a necessidade de aprimorar ou não a formação recebida na universidade e a adequação do currículo do curso para atender as necessidades profissionais dos entrevistados.

9.2.3. PROCEDIMENTO PARA OBTENÇÃO DOS DADOS DOS CANDIDATOS E DOS APROVADOS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

O questionário sócio-econômico e cultural foi aplicado por ocasião da inscrição dos candidatos ao processo seletivo destinado ao preenchimento das vagas dos cursos de graduação da UFC.

9.2.4. PROCEDIMENTO PARA OBTENÇÃO DOS DADOS DOS EGRESSOS

Após treinamento ministrado aos quatro bolsistas¹⁸ auxiliares de pesquisa, os questionários foram, então, aplicados aos egressos dos anos 2003 e 2004 que conseguiram ser contatados via telefônica.

9.3. TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES

As informações obtidas junto às audiências foram tratadas qualitativamente, através do emprego da análise de conteúdo, conforme propõe Bardin (1977)¹⁹. A referida técnica de tratamento de dados *consiste em identificar as categorias de respostas mais relevantes, presentes nas informações brindadas pelas audiências utilizadas na sua obtenção.*

Após essa fase, foram *calculadas as freqüências de aparição dessas categorias qualitativas, em termos absolutos e relativos.* Posteriormente, tais cálculos foram organizados em quadros e, visando melhor compreensão pela comunidade que fará uso dos mesmos, os dados foram representados graficamente, conforme se pode constatar na seção seguinte, na qual se discutem os principais resultados.

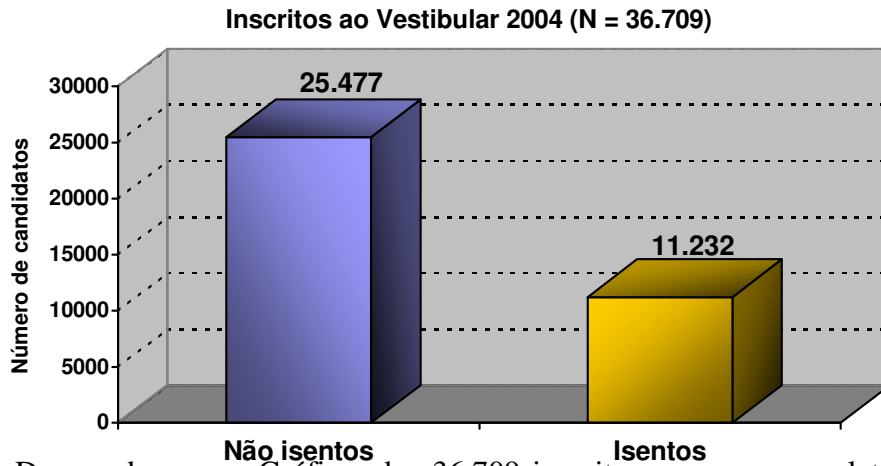
¹⁸ Aproveitamos para agradecer ao empenho dos jovens discentes: Euclêmia Sá Ribeiro (bolsista IC/CNPq); Cristiane Pascoal Moura, Marcelo Sabóia e Priscila ... (bolsistas de Informática/UFC).

¹⁹ BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

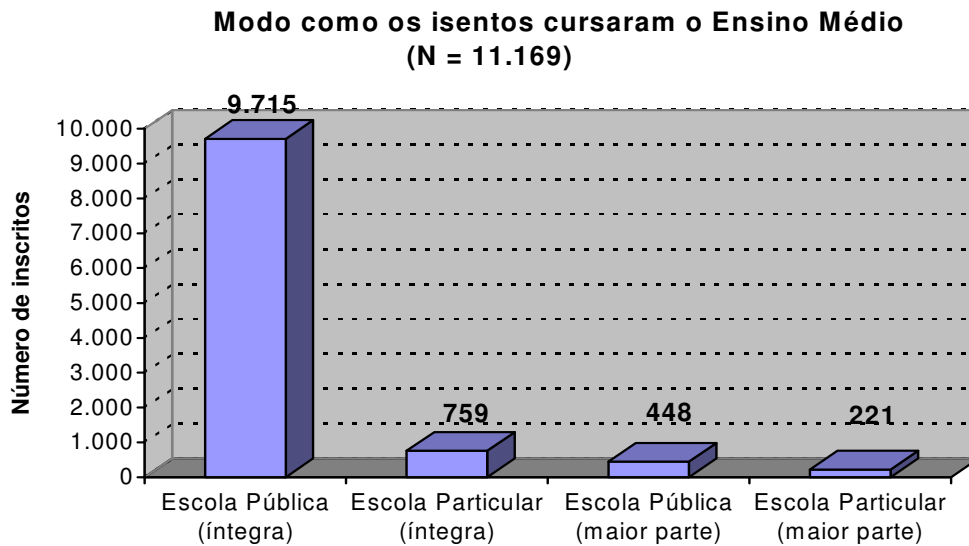
9.4. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS

Os resultados a seguir apresentados e comentados referem-se às dimensões utilizadas na avaliação da dimensão nove, rotulada de *Política de atendimento dos estudantes e dos egressos da UFC*.

9.5. PERFIL DO DISCENTE DA GRADUAÇÃO EM 2004

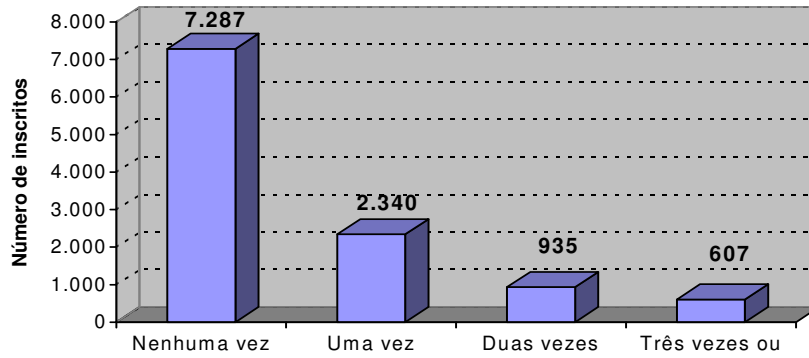


De acordo com o Gráfico, dos 36.709 inscritos no processo seletivo para os cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC), em 2004, foram isentos do pagamento da taxa de inscrição 11.232 candidatos, o que corresponde a 30,6% do total.



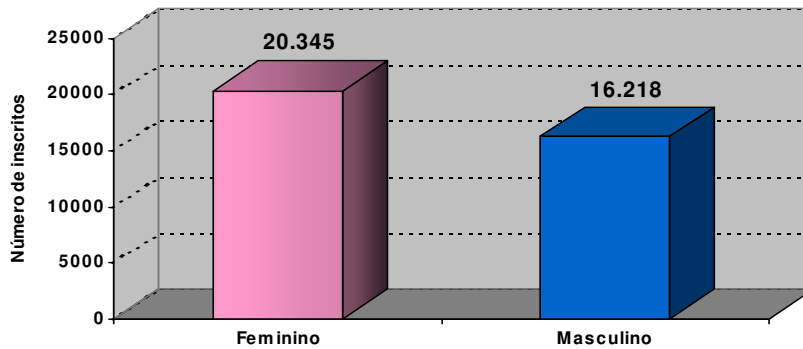
O Gráfico revela-nos que a maioria dos isentos cursou o Ensino Médio, integralmente, em escolas públicas, o que corresponde a 87% do total.

Número de tentativas de ingresso na UFC por parte dos isentos (N = 11.169)



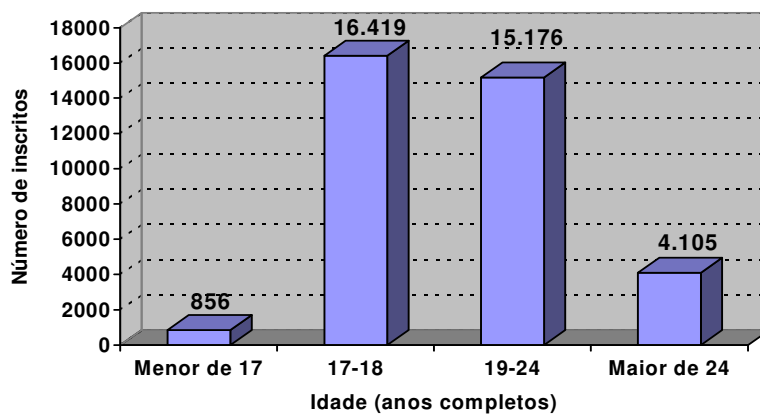
Os dados do Gráfico informam-nos que a maioria dos isentos está submetendo-se ao vestibular da UFC pela primeira vez, o que corresponde a 65,2% do total (N = 11.169).

Gênero dos inscritos (N = 36.563)



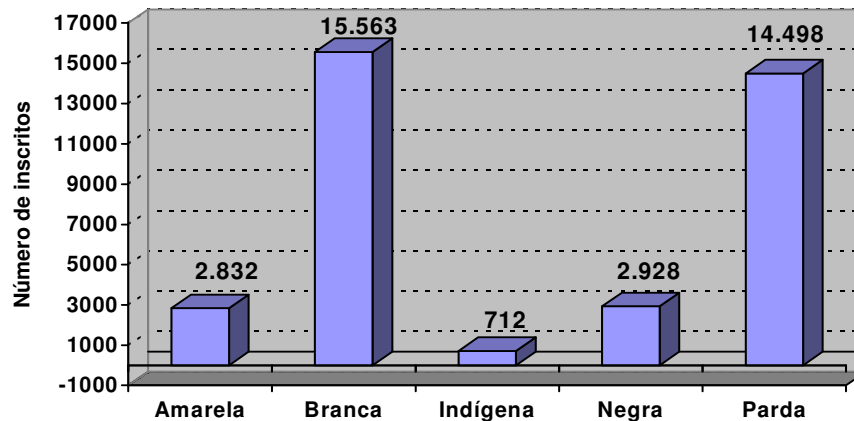
O Gráfico revela-nos que 36.563 candidatas informaram o respectivo gênero, sendo que a maioria desse universo foi formada por mulheres (55,6%).

Faixas etárias dos inscritos (N = 36.556)



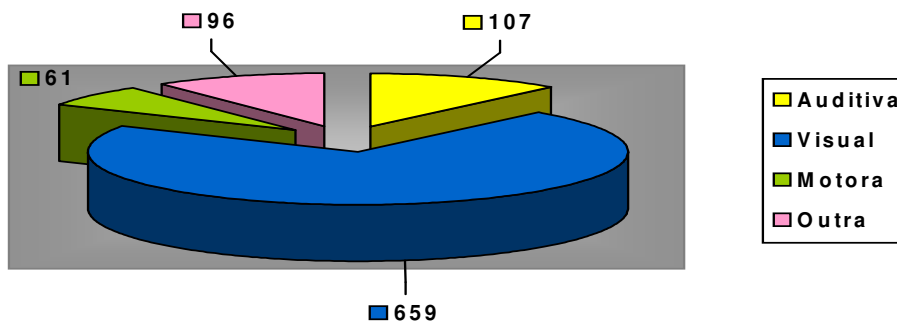
O Gráfico informa-nos que 36.556 candidatas apresentaram suas respectivas idades. Desse universo, a maior parte está na faixa etária compreendida entre 17 e 18 anos de idade, o que corresponde a 44,9%.

Etnia dos inscritos (N = 36.586)



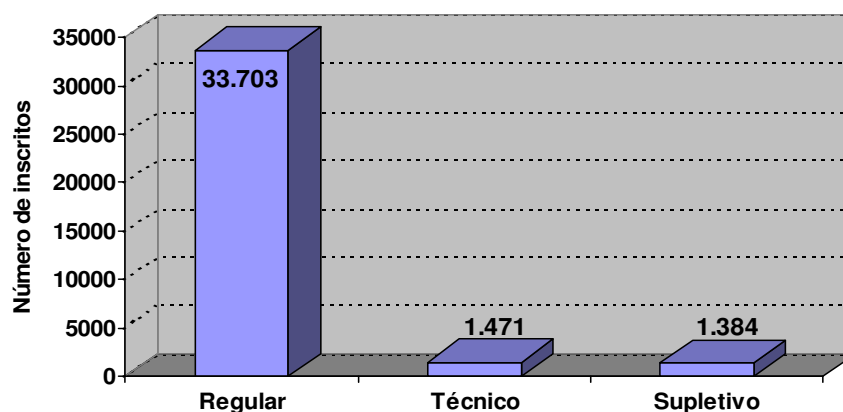
Os dados do Gráfico demonstram que 42,5%, dos 36.586 respondentes à questão identificaram-se com a etnia branca. Tão-somente 1,95% identificaram-se com a etnia indígena.

Inscritos portadores de necessidades especiais (N = 36.586)



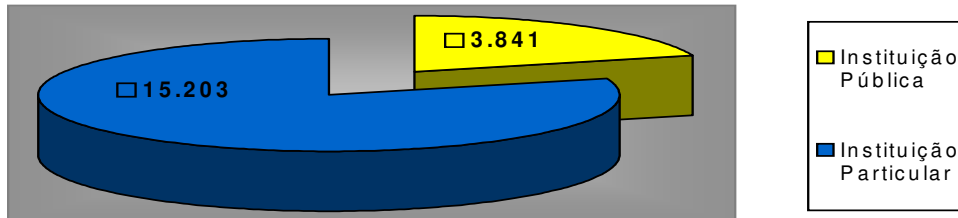
Percebe-se, a partir dos dados do Gráfico, que dos 36.586 respondentes, há 923 candidatos portadores de necessidades educacionais especiais, o que representa tão somente 2,5% desse universo. Dentre os 923, a maioria tem necessidades especiais associadas à visão, o que representa 71,4%; em seguida estão os portadores de necessidades especiais associadas a audição, que ascendem a 11,6%.

Tipo de Ensino Médio cursado pelos candidatos (N = 36.596)



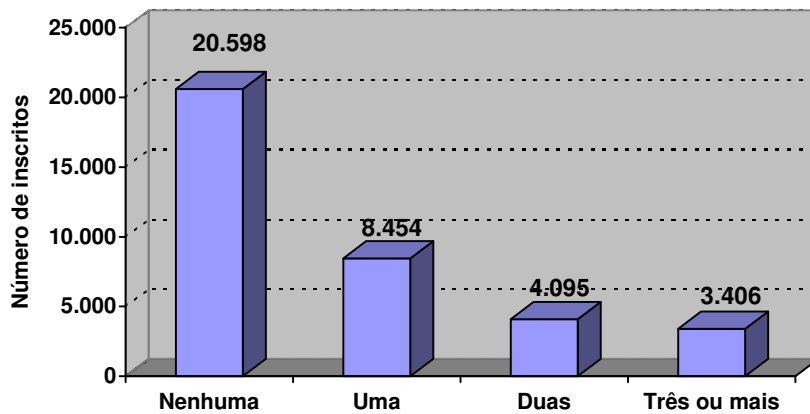
De acordo com o Gráfico, a ampla maioria dos 36.596 respondentes concluiu o Ensino Médio regular, o que corresponde a 92,1% da população de inscritos no Vestibular da UFC, em 2004.

Candidatos frequentadores de cursos preparatórios para o vestibular (N = 19.044)



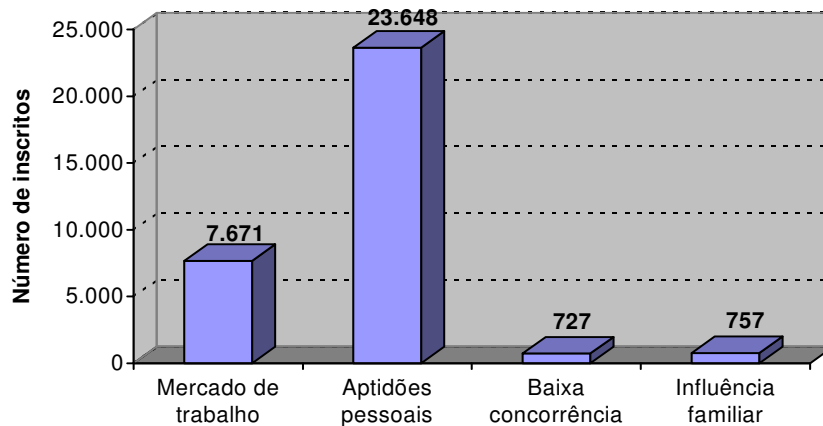
Os dados do Gráfico revelam a existência de 19.044 candidatos frequentadores de cursos preparatórios para o vestibular (o que representa 51,9% de todos os inscritos ao certame em 2004), sendo que 79,8% deles o fizeram em instituições públicas.

Quantidade de vezes na qual prestou exame vestibular na UFC (N = 36.593)



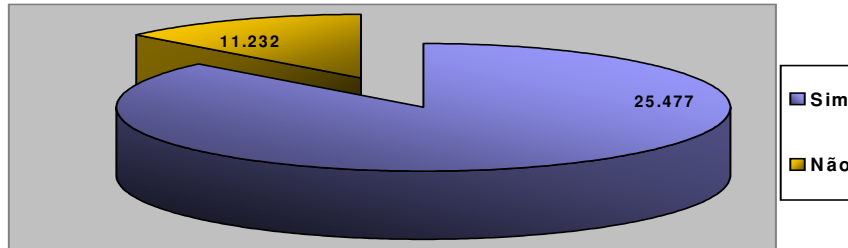
Segundo os dados do Gráfico, há 56,3% de inscritos que estão prestando exame vestibular na UFC pela primeira vez, o que representa ampla maioria.

Principal motivo responsável pela escolha do curso (N = 36.592)



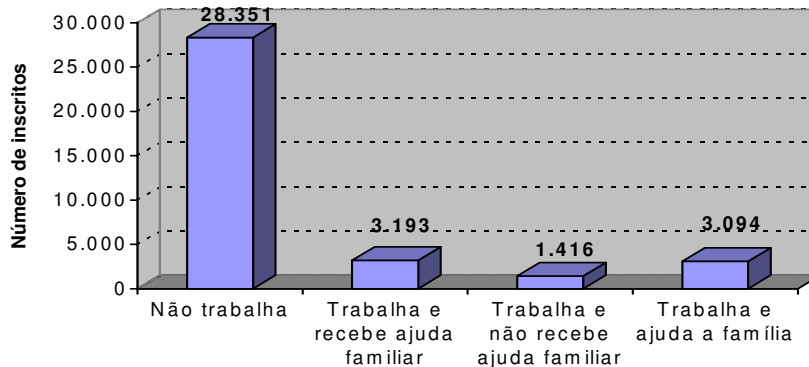
A partir dos dados do Gráfico percebemos a existência de 64,6% de candidatos, dentre os 36.592 respondentes, que alegaram ser a adequação do curso às aptidões pessoais o fator desencadeador da escolha pela carreira superior pleiteada. Em seguida estão os candidatos que apontaram ser o mercado de trabalho o principal motivo pela escolha do curso desejado, ascendendo a 21%.

Adequação das informações acerca do mercado de trabalho e do curso escolhido (N = 36.709)



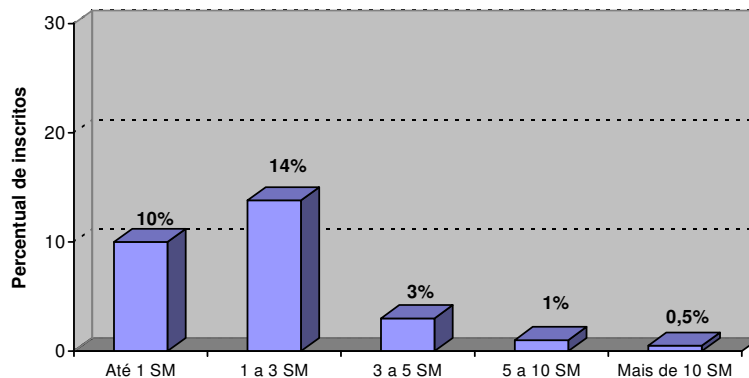
O Gráfico informa-nos que 36.587 candidatos opinaram sobre a adequação das informações acerca do mercado de trabalho e do curso escolhido de que dispunham, no momento da inscrição para o vestibular. Desse contingente, 30,6% alegaram que tais informações sobre ambos os aspectos foram insuficientes, superficiais ou inadequadas.

Participação na vida econômica da família (N = 36.594)



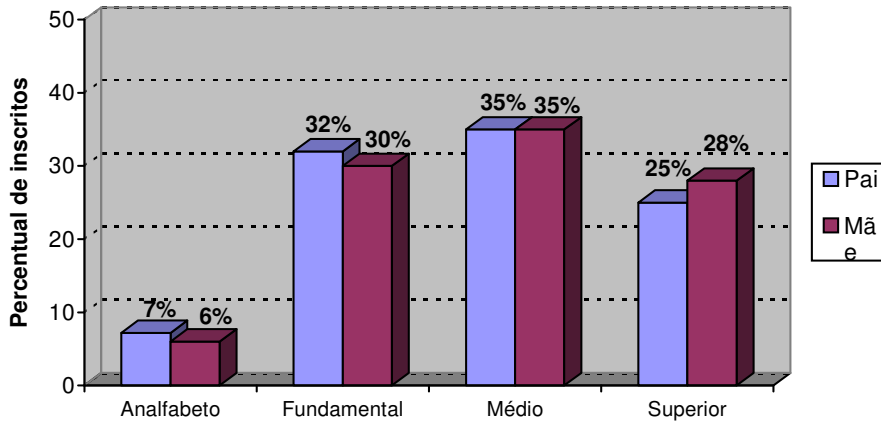
De acordo com os dados do Gráfico, há 77,5% de inscritos que não exercem qualquer tipo de atividade remunerada. No entanto, os 22,5% restantes trabalham (7.703 candidatos), sendo que 40,2% desse mesmo universo aportam ajuda financeira aos familiares (3.094 inscritos).

Remuneração média (N = 36.594)



Segundo os dados do Gráfico, há 24% de inscritos que exercem atividades remuneradas e percebem menos de 3 salários mínimos (SM). Tão-somente 4% percebem entre 3 e 10 salários mínimos.

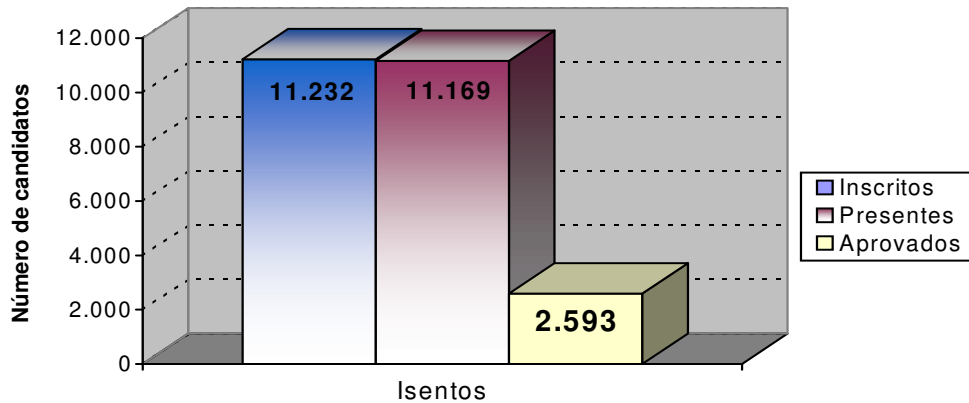
Nível de instrução dos pais ou responsáveis
(N = 36.526)



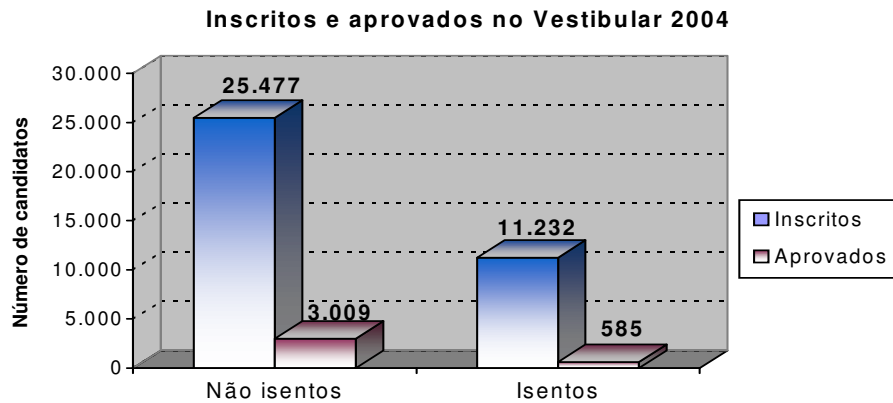
O Gráfico informa-nos que aproximadamente 35% dos respondentes têm pais com escolaridade no nível de ensino médio, vindo em seguida aqueles que têm pais com estudos no nível fundamental (em média 31%) e os que têm pais com ensino superior (em média 27%). Há uma minoria com pais analfabetos (6% em média).

9.6. CARACTERIZAÇÃO DOS APROVADOS PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFC

Inscritos e aprovados no Vestibular 2004

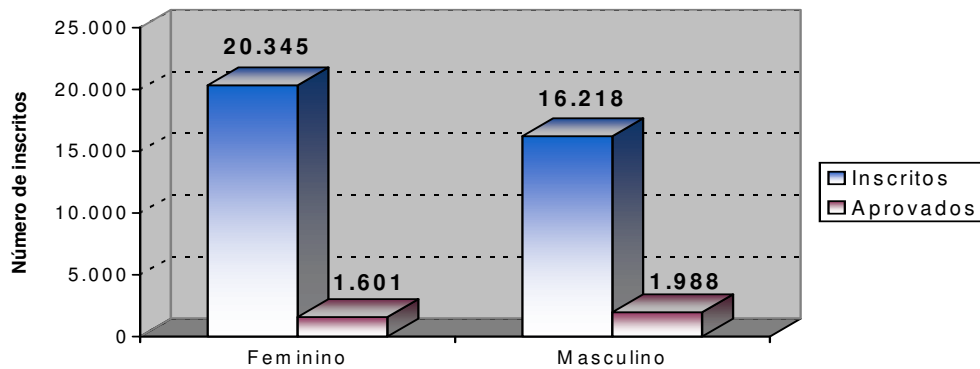


Segundo o Gráfico, 11.169 candidatos isentos (99,4% do total) estiveram presentes às provas da 1ª etapa. Porém, foram aprovados tão-somente 2.593 candidatos, o que corresponde a 23,1% do universo de isentos ao pagamento da taxa de inscrição.



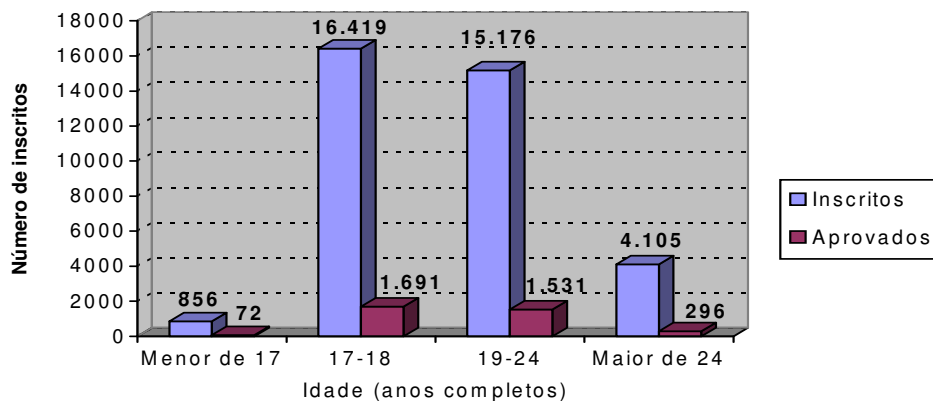
Conforme o Gráfico acima, foram aprovados 11,8% dos 25.477 candidatos não isentos do pagamento da taxa de inscrição (n = 3.009). Entre os isentos, conseguiram a aprovação 5,2% dos 11.232 inscritos (n = 585 candidatos). Considerando-se o número de isentos aprovados na 1ª etapa (n = 2.593), ingressou na graduação da UFC o correspondente a 22,6% desse contingente (n = 585).

Gênero dos inscritos e dos aprovados



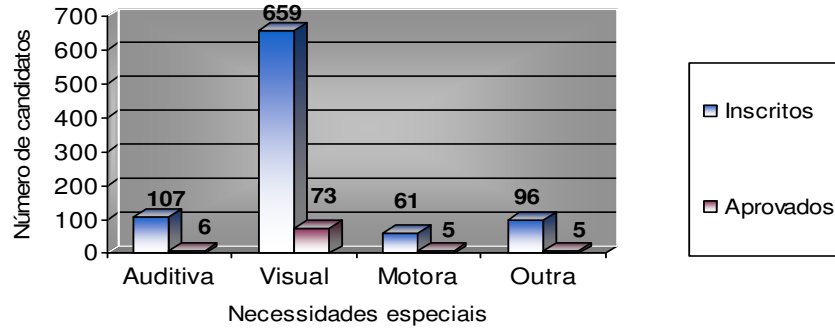
A partir dos dados do Gráfico observamos que, considerando o número total de inscritos (N = 36.709), a proporção de mulheres aprovadas representa 7,9%, sendo 12,3% entre os homens. Quando consideramos o número de vagas ofertadas (3.595), as mulheres representam 44,5% e os homens 55,5%.

Faixas etárias dos inscritos e dos aprovados



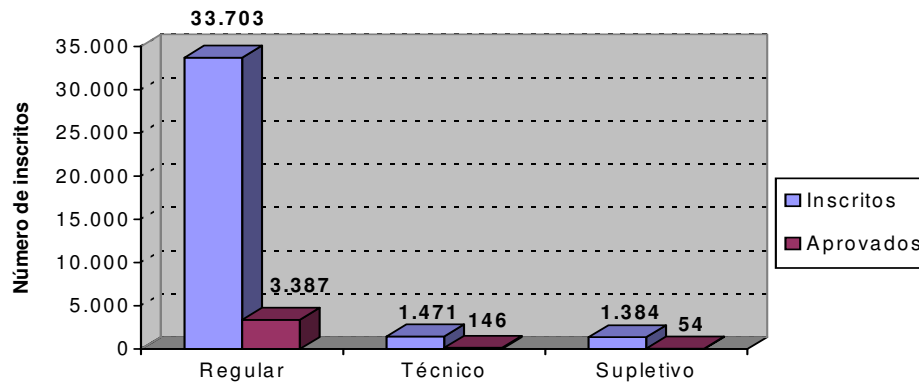
Observa-se, a partir dos dados do Gráfico acima, que a maioria dos aprovados no certame vestibular concentra-se nas faixas etárias de 17 a 18 anos (47,04%) e de 19 a 24 anos (42,6%).

Inscritos e aprovados portadores de necessidades especiais



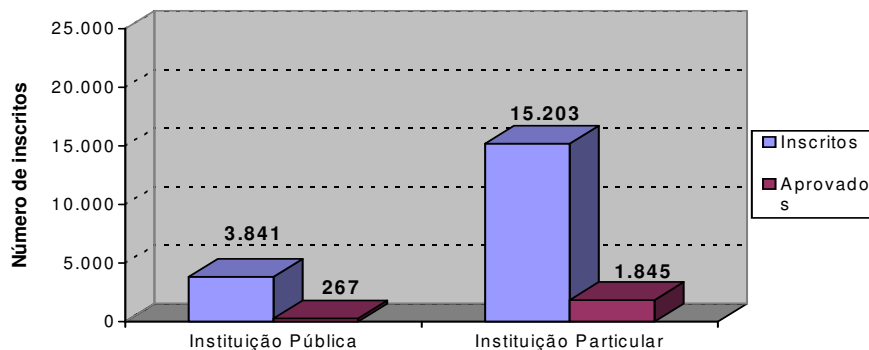
O Gráfico informa-nos que a maioria dentre os 89 aprovados com algum tipo de necessidade especial tem dificuldades relativas à visão, ascendendo a 82%.

Tipo de Ensino Médio cursado pelos inscritos e pelos aprovados



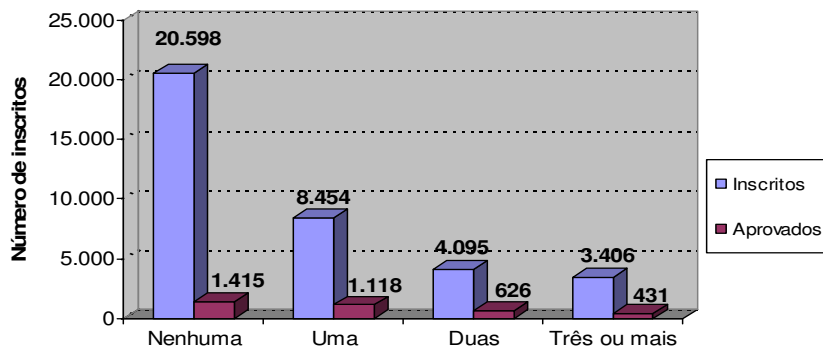
Com base no Gráfico, observamos que a maioria, dentre os 3.595 aprovados, concluiu o ensino médio regular, cujo percentual ascendeu a 94,2%.

Natureza da instituição na qual freqüentou curso preparatório para o vestibular



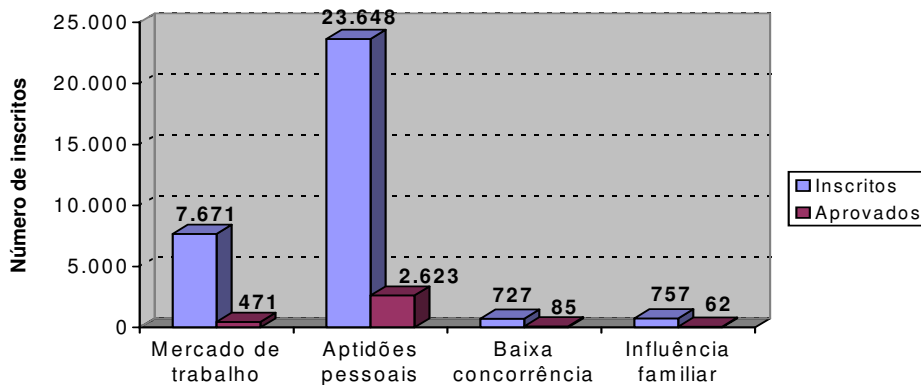
Dentre os 2.112 aprovados freqüentadores de cursos preparatórios para o exame vestibular da UFC, 51,3% realizaram-no em instituições particulares, conforme os dados apresentados no Gráfico acima.

Quantidade de vezes na qual submeteu-se ao exame vestibular da UFC



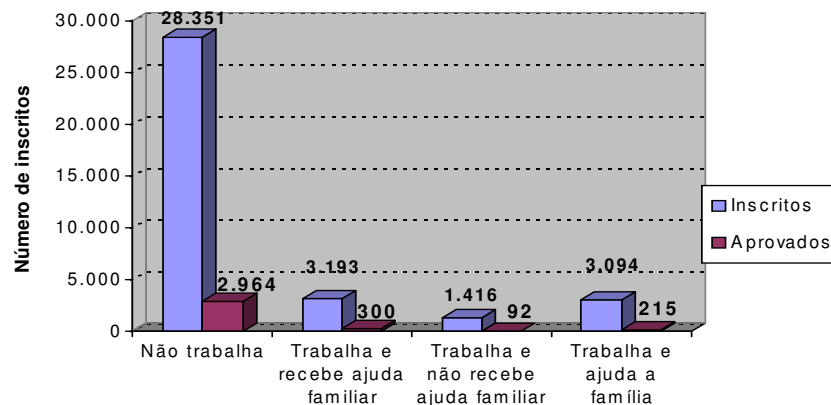
Em conformidade com os dados do Gráfico, observamos que, dentre os aprovados, 39,3% nunca haviam participado do certame vestibular da Universidade Federal do Ceará (UFC), sendo que outros 31,1% o haviam realizado uma vez.

Principal motivo responsável pela escolha do curso



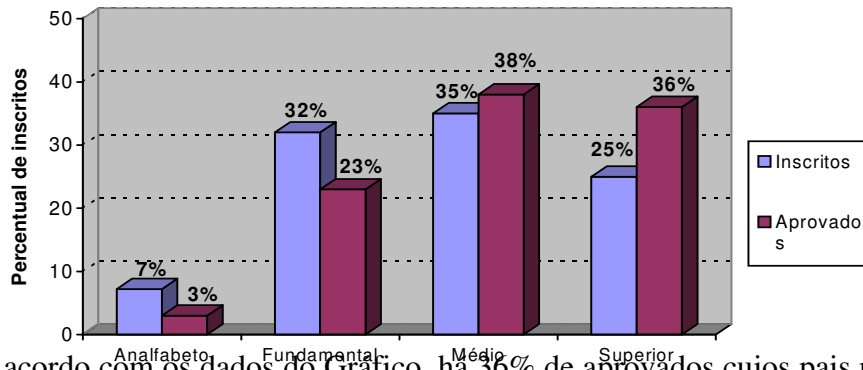
Os dados do Gráfico indicam-nos que 63% dos aprovados, alegaram fundamentar as escolhas do curso superior com base nas suas aptidões pessoais. Em seguida vêm 13,1% que justificaram tal escolha com base em informações acerca do mercado de trabalho.

Participação na vida econômica da família



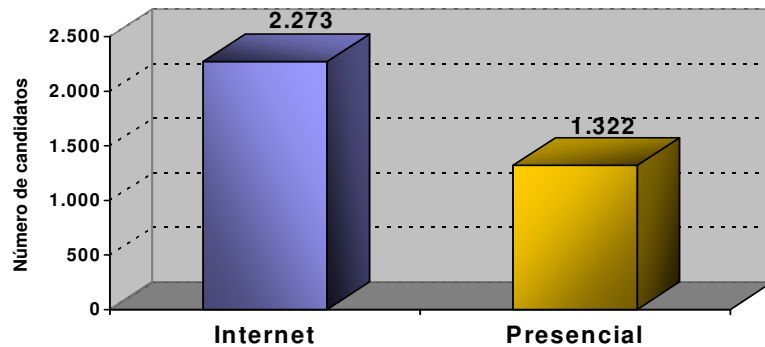
A maioria dos aprovados não exerce qualquer tipo de atividade remunerada, compreendendo 82,4%. Porém, há outros 16,8% que exercem algum tipo de atividade remunerada, o que corresponde a 607 recém universitários, dos quais há, ainda, 215 que trabalham e contribuem com os familiares (35,4% dentre os que trabalham).

Nível de instrução dos pais ou responsáveis



De acordo com os dados do Gráfico, há 36% de aprovados cujos pais possuem cursos superiores, sendo que outros 38% possuem pais com nível médio de escolaridade. Não obstante, há 3% de aprovados cujos pais são analfabetos.

Formas de inscrição versus aprovação



De acordo com os dados do Gráfico, a maioria dos aprovados realizou inscrição via Internet, o que representa 63,22%.

9.7. CARACTERIZAÇÃO DOS EGRESSOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFC

Quanto ao gênero, 60% eram mulheres. No tocante ao estado civil, 80% eram solteiros, com idade média de 24 anos (dp = 2,5 anos). Dados referentes à situação laboral dos egressos de 2003 e 2004, apontaram que 50% dos entrevistados possuem trabalho remunerado (n = 50).

9.7.1. CARACTERIZAÇÃO DOS EGRESSOS INSERIDOS NO MERCADO LABORAL

Dos entrevistados que exercem atividades remuneradas (n = 50) verificamos que 56% são egressos de 2003 (n = 28) e 44% de 2004 (n = 22). Desses, 54% são do gênero feminino (n = 27) e 80% são solteiros (n = 40) com idade média de 24,5 anos (dp = 2,7) e moda de 25 anos (16%).

Quando indagados acerca do tipo de atividade no qual atuam 46,9% afirmaram estar no serviço público (n = 23); 32,7% na iniciativa privada (n = 16); 14,3% são autônomos (n = 7) e tão-somente 6,1% são micro ou pequenos empresários (n = 3). Interessante destacar que 72% afirmaram estar trabalhando na sua área de formação, dentre as quais: Educação, Letras, Administração, Enfermagem, Comércio, Direito, Medicina, Psicologia, Área Financeira, Arte, Comunicação Social, Contabilidade e Indústria.

Em se tratando do grau de satisfação com a área de atuação profissional, 63,3% dos investigados afirmaram estar satisfeitos (n = 31), enquanto 16,3% alegaram estar insatisfeitos (n = 8). O mesmo não aconteceu quanto à satisfação com a remuneração, visto que a maioria 51% (n = 25) afirmou estar insatisfeita com a faixa salarial (aproximadamente cinco salários mínimos); 38,8% alegaram estar satisfeitos (n = 19) e tão-somente 8,2% destacaram estar muito insatisfeitos com a sua remuneração (n = 4).

Outro questionamento feito aos egressos foi quanto ao tempo necessário à obtenção do primeiro trabalho remunerado, após terem sido formados. Verificamos que 63,3% dos entrevistados já trabalhavam durante a graduação (n = 31), enquanto 16,3% precisaram de três meses para conseguir inserir-se no mercado de trabalho (n = 8) e outros 14,3% afirmaram ter conseguido a inserção entre três e seis meses após a formatura (n = 7).

No tocante à participação em atividades acadêmicas durante a realização do curso de graduação, constatamos que 29,5% dos egressos (n = 13) nunca participaram de nenhuma atividade de iniciação científica, monitoria, PET, estágios em empresas ou atividades de extensão. Porém, 27,3% afirmaram ter participado de estágios em empresas (n = 12) e 22,7% de atividades de iniciação científica (n = 10).

Também procuramos investigar a opinião dos mesmos em relação à necessidade de aprimorar a formação recebida no âmbito da graduação, e constatamos que a maioria dos entrevistados sente necessidade de tal (87,8% ou n = 43). Não obstante, tão-somente 30% estão cursando pós-graduação (n = 15), sendo que desta população 85,7% estão matriculados em cursos de especialização (n = 12) e tão-somente 14,3% em cursos de mestrado (n = 3).

Por fim, analisamos a opinião dos egressos acerca da contribuição do currículo do curso para o atendimento de suas necessidades profissionais. Verificamos que 51% ficaram insatisfeitos com os conteúdos abordados no currículo (n = 25). Desta população 28,6% justificaram que o mesmo não prepara para o exercício da profissão (n = 8), outros 28,6% alegaram que não tiveram uma formação adequada devido à falta de mais disciplinas práticas que deveriam estar propostas na grade curricular (n = 8) e, por último, 21,4% o consideraram desatualizado, faltando algumas disciplinas, conteúdos ou temáticas importantes para o adequado exercício profissional (n = 6). Apesar disso, 49% acreditam que o currículo atendeu as suas necessidades profissionais (n = 24). Dos que foram favoráveis ao currículo, 53,6% acreditam que ele prepara adequadamente para o exercício da profissão (n = 15), sendo que tão-somente 10,7% crêem é completo e atualizado (n = 3).

9.7.2. CARACTERIZAÇÃO DOS EGRESSOS NÃO-INSERIDOS NO MERCADO LABORAL

Dos entrevistados que não estão trabalhando (n = 50), 62% são egressos de 2004 (n = 31) e 38% são egressos de 2003 (n = 19). Dessa amostra, 65,3% são mulheres (n = 32) e 92% são solteiros (n = 46) com idade média de 25,5 anos (dp = 2,8 anos) e moda de 24 anos.

Indagados acerca da participação em atividades acadêmicas durante a graduação verificamos que 41,9% nunca participaram de nenhuma atividade (n = 18), entretanto 23,3% já participaram de atividades de iniciação científica (n = 10); 20,9% de estágios em empresas (n = 9); 9,3% de monitoria (n = 4) e tão-somente 4,7% de atividades de extensão (n = 2).

Acerca da necessidade de aprimorar a formação acadêmica, 88% dos egressos responderam que necessitam buscar novos conhecimentos para enriquecer sua formação (n = 44). Porém, apenas 36,7% estão cursando pós-graduação (n = 18) e desse grupo 64,7% estão nos cursos de mestrado (n = 11); enquanto 23,5% estão matriculados em curso de especialização (n = 4) e tão-somente 11,8% em cursos de doutorado (n = 2).

Finalmente, quanto à contribuição do currículo do curso para o atendimento das necessidades profissionais 60,4% dos investigados revelaram considerá-lo inadequado (n = 29), enquanto 39,6% consideraram-no adequado ao exercício profissional, apesar de não estarem inseridos no mercado de trabalho. Os egressos que consideraram o currículo inadequado apresentaram como justificativas para tal opinião: *caráter excessivamente teórico das disciplinas*, nas quais se passa muito tempo estudando teorias e outros conteúdos, sem, no entanto, haver oportunidades de pô-los em prática (25% ou n = 8); *currículo dissociado da profissão*, enfatizado por 25% dos entrevistados (n = 8); *ausência de disciplinas e de temáticas importantes ao exercício profissional*, citado por 18,8% (n = 6); por último, 18,8% consideraram o currículo *desatualizado e fora da realidade do mercado de trabalho* (n = 6).

Em contrapartida, dos que apontaram o currículo como satisfatório 28,6% justificaram sua resposta afirmando que ele é completo e atualizado (n = 6) e 14,3% que ele prepara adequadamente para o exercício da profissão (n = 3). Porém, outros 28,6% dessa população que o considerou adequado admitiram, no entanto, que há muita teoria, necessitando, assim, de reforma visando sua atualização, urgentemente (n = 6).

9.8. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ATENDIMENTO ESTUDANTIL

As informações acerca das políticas institucionais de atendimento estudantil resultam de consultas a diversas fontes internas de divulgação e de comunicação, tais como o *Jornal da UFC* e a *Revista Universidade Pública*.

9.8.1. BOLSAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Potencializar as políticas de assistência ao estudante é a principal meta da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), conforme destaca o Pró-Reitor, Prof. João Arruda. “Ao longo dos dois anos de gestão do Reitor René Barreira, a administração deu prioridade às políticas estudantis e não vai poupar esforços para garantir um número cada vez maior de beneficiados” ressalta o Prof. João Arruda Pontes.

Pesquisa realizada pela PRAE constatou que 48% do corpo discente da Universidade Federal do Ceará (UFC), cerca de 11.000 estudantes, precisam de alguma forma de auxílio para concluir a graduação. Segundo o Prof. João Arruda, 13% do orçamento geral da UFC é gasto com assistência, pois não há verba específica, por parte do Governo Federal, para cobrir tais gastos.

Dentre as políticas internas da UFC, o programa Bolsa de Assistência registrou aumento significativo de bolsistas e do valor mensal do benefício. Em 2003, foram 300 estudantes com bolsas de R\$ 112,00, passando, em 2004, a 320 bolsistas e ao valor de R\$ 150,00. “Temos consciência de que a remuneração é baixa, mas aumentamos o valor sem diminuirmos a quantidade de bolsas”, declara o Pró-Reitor João Arruda.

Outro programa de repercussão positiva é o *Ajuda de Custo*, destinado a apoiar as atividades acadêmicas e a participação dos estudantes em eventos por todo o País. Nos últimos dois anos, a UFC viabilizou a participação de 981 alunos da Graduação em congressos, beneficiando indiretamente cerca de 1.500 pessoas (investimento da ordem de R\$269.581,00). Devido à importância da participação em eventos dessa natureza para a formação acadêmica, a UFC apóia financeiramente, dependendo da carência do aluno. Aqueles que possuem trabalhos científicos para apresentar têm seus custos cobertos pela instituição. Em 2004, 439 estudantes tiveram a oportunidade, totalizando um dispêndio de R\$121.242,00. Segundo o Pró-Reitor João Arruda, o intercâmbio entre estudantes contribuiu para melhor formação acadêmica, política e cidadã do aluno de graduação.

9.8.2. RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO

O Restaurante Universitário (RU) duplicou sua capacidade de atendimento em um ano. “Quando assumimos em 2003, tínhamos em torno de 1.050 comensais diários. Hoje, são mais de 2.000”, afirma o Pró-Reitor João Arruda. Segundo o mesmo, tal aumento se deve à melhoria da qualidade das refeições e do serviço. De 2003 a 2004, o número de refeições servidas sofreu enorme evolução: passou de 327.646 para 406.084. Até maio de 2005, foram servidas 194.336 refeições, destaca o Prof. João Arruda.

Os esforços também vieram por parte da Coordenadora do RU, Sra. Tânia Maria Lacerda, que realizou intenso trabalho para resgatar a auto-estima da equipe de profissionais. O horário de trabalho dos funcionários foi renegociado a fim de evitar as longas filas, principal queixa dos estudantes. Além da melhoria do serviço, houve investimento em infra-estrutura. O forro do RU do Campus do Benfica foi refeito, pois o antigo teto causava aquecimento no local. Quanto ao RU do Campus do Pici, o teto foi reparado e planeja-se reformar a cozinha industrial. Mas a novidade maior é a instalação do RU do Campus do Porangabussu, que atenderá a uma demanda diária de cerca de 500 estudantes. “Estamos negociando com a Prefeitura a cessão de um terreno para instalar nosso refeitório. Esperamos concluir ainda em 2005”, assevera o Pró-Reitor, Prof. João Arruda.

Destaque-se, ademais que a qualidade das refeições também melhorou, despertando elogios por parte dos comensais. “A comida está melhor”, afirmou a aluna de Ciências Sociais, Rita de Cássia, freqüentadora assídua do RU, há dois anos. João Paulo, aluno da administração, também concorda com Rita e acrescenta: “O suco melhorou, era só água”. De fato, segundo pesquisa realizada pela *Gauss Empresa Júnior*, do curso de Estatística da UFC, o nível de satisfação com a qualidade do almoço

aumentou em 70% entre os estudantes. Essa melhora não foi por acaso. A coordenadora do Restaurante Universitário, Sra. Tânia Maria Lacerda, disse ter feito trabalho de valorização dos cozinheiros, copeiros e auxiliares de cozinha dos dois refeitórios (Campus do Benfica e Campus do Pici), elevando a auto-estima da equipe. Foram ministradas palestras sobre higiene pessoal, manuseio de alimentos, relações interpessoais e de como tratar o cliente em potencial, o estudante. O desafio era sensibilizar os funcionários para o trabalho de conquista desse consumidor, “razão de ser do restaurante”, segundo a Sra. Tânia Lacerda.

No entanto, outro problema precisava ser resolvido: o atraso do almoço. Os funcionários alegavam que não dava tempo de a refeição estar pronta pontualmente, resultando em grandes filas de espera. A solução encontrada foi reajustar os horários dos servidores, de forma que, agora, eles chegam mais cedo, tomam o café da manhã, servido anteriormente servido só para os residentes, e assim, terminam o expediente mais cedo também. Somado a isso, a abertura de outra entrada no RU do Campus do Benfica contribuiu para encurtar as filas de comensais.

A comida também passou por considerável melhoramento. Havia muito desperdício de carne e frango. Os alimentos servidos aos comensais não era aproveitados completamente, devido ao excesso de ossos e peles. Passou-se, então, a selecionar melhor os pedaços, na hora da comprar. O suco teve aumento na sua concentração, pois antes, os estudantes o apelidavam de “suco de amarelo, suco de vermelho”, por não reconhecerem o seu sabor.

9.8.3. RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA

Fazer das residências universitárias espaço de convivência é meta da gestão do Reitor René Barreira. O programa de Residência Universitária (PRU) foi contemplado com a reforma das residências e a aquisição de aparelhos eletrodomésticos e mobílias. Das 14 residências mantidas pela UFC, metade delas ganhou uma sala de estudo para melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes. O objetivo é instalar salas de estudo em todas as residências.

Outra ação da atual administração, a ser implantada brevemente, é a inclusão digital, pois “ter acesso à *internet* é fundamental para o aluno”, reconhece o Pró-Reitor João Arruda. Para o próximo semestre letivo, ele anuncia a abertura de uma sala com seis computadores e uma impressora, conectados em rede, viabilizando a utilização da *internet*.

Através do PRU, a UFC assegura moradia para 235 estudantes de baixa renda, provenientes do interior ou de outros estados da federação. Além disso, o Restaurante Universitário (RU) fornece três refeições diárias aos residentes. Com o objetivo de integrar os residentes novatos, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) realiza Seminário Introdutório a cada início de semestre letivo. Em outubro de 2004 foi iniciado o projeto *Amigos da Residência*, com reuniões mensais em diferentes moradias, a fim de proporcionar maior interação entre os residentes.

Nos últimos dois anos o programa realizou 202 inscrições e encaminhou 142 estudantes selecionados às residências universitárias. Para subsidiar o processo seletivo, foram feitas 134 visitas domiciliares.

9.8.4. ATENDIMENTO PSICO-PEDAGÓGICO

O programa de Apoio Psico-pedagógico ao Estudante Universitário (PAPEU) ganhou novas instalações em março de 2005. Foram inaugurados quatro consultórios, sendo dois de Psicanálise e dois de Psicopedagogia, com entrada reservada, para garantir conforto e privacidade aos estudantes. A reforma proporcionou ampliação no número de atendimentos, antes restritos pelo pouco espaço e número de profissionais. A novidade é uma nova modalidade de atendimento, o Aconselhamento Psicológico, que privilegia o diálogo reflexivo. A equipe clínica recebeu três profissionais: uma psicóloga e duas pedagogas. Segundo a Chefa da Divisão de Apoio Psicossocial, Sra. Soraya Pessoa, os novos consultórios motivaram os profissionais e os alunos, que agora dispõem de condições adequadas de atendimento.

9.8.5. AÇÕES DE COMBATE À EVASÃO DISCENTE

Ingressar numa faculdade é privilégio de poucos. Interromper a faculdade para fugir das dificuldades financeiras é a realidade de muitos. O falso conceito de que nas instituições federais de ensino superior só estudam alunos “riquinhos” é umas das causas para a insuficiência de programas governamentais de assistência aos estudantes carentes. De fato, nas salas de graduação das universidades federais brasileiras, 53,5% das vagas são ocupadas por alunos que concluíram o ensino médio em escolas particulares, segundo afirma o secretário-executivo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), Gustavo Balduino, baseado em pesquisa realizada pela entidade. No entanto, os 46,5% restantes referem-se a estudantes oriundos de escolas públicas. Pela falta de rubrica específica para assistência estudantil, indispensável à permanência e à formação completa dos universitários, muitos desses estudantes abdicam dos seus estudos para trabalhar.

Na Universidade Federal do Ceará, 17% dos alunos possuem renda de até três salários mínimos, ou seja, aproximadamente três mil universitários dependem de algum tipo de apoio por parte da instituição, sem o qual aumentam as estatísticas do abandono de curso. Através da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, a UFC procura desenvolver políticas de assistência socioeconômica a estudantes carentes, atuando na área cultural, técnico-científica, esportiva e política.

A falta de investimentos do MEC para programas de assistência obriga a UFC a procurar outros meios para conseguir recursos, como, por exemplo, emendas de bancada. Em 2003, foram liberados R\$780.000, dos quais R\$200.000 foram destinados às residências universitárias. Para 2005, está em tramitação a liberação de R\$460.000. Só para se ter uma idéia do arrocho financeiro: o orçamento do governo para a UFC, em 2004, daria para pagar as despesas fixas (água, luz, etc.), somente até outubro. Verbas para o Restaurante Universitário, manutenção das residências e pagamento de bolsas não estão previstas. Em 2004, a história foi a mesma, mas, para garantir o pagamento dos bolsistas e a manutenção do RU, a UFC ficou devendo às companhias de água luz e telefone. Com um orçamento apertado como este, não dá para se pensar em aumento de vagas nas residências. “Não há previsão orçamentária para aumento de vagas nas residências, porque o governo federal parte da premissa equivocada de que aqui só tem elite. Ele não está cumprindo sua responsabilidade de financiar as instituições de ensino superior”, declarou o Prof. João Arruda.

9.9. ESTUDOS COM OS EVADIDOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Os dados acerca da evasão discente no ensino superior são pouco explorados, acarretando, conseqüentemente, diminuta compreensão do fenômeno e de suas causas. Por exemplo, informes da Universidade Federal da Bahia (UFBA)²⁰, demonstram que as taxas de evasão na graduação, nos anos 2000 e 2001, foram 9,1% e 7,2%, respectivamente. No âmbito da Universidade Federal do Ceará (UFC) esta taxa está ao redor de 5,74% ao ano, conforme atestam Andriola, Ribeiro e Moura (2005). Tal percentual corresponde a, aproximadamente, 206 casos de abandono, já que a UFC oferece anualmente 3.585 vagas à sociedade²¹. É um número bastante considerável, já que os elevados índices de evasão representam um ônus adicional à sociedade, pois implica no uso indevido das vagas oferecidas e no desperdício financeiro de verbas públicas, além de atestarem a incapacidade da gestão das IES no trato do problema (AMARAL, 1999; RIBEIRO, MOURA & ANDRIOLA, 2003).

Nesse contexto, Durham²² assevera:

“Os elevadíssimos índices de repetência e de evasão demonstram que não se está conseguindo oferecer, para a maioria da população, formação mínima necessária para o exercício da cidadania responsável e a inserção no mercado de trabalho formal.”

Destaque-se, ademais: são tão poucos aqueles que chegam ao ensino superior, entre 9% e 12% da população jovem (18 a 24 anos), que não podemos permitir as desistências ou os abandonos (ANDRIOLA, 1997, 1999; DURHAM, 1998; PACHECO & RISTOFF, 2004). Essa constatação justificou o estudo conduzido pela Comissão Especial de Estudos acerca da Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, instituída em 1995, pela Secretaria da Educação Superior do Ministério de Educação e Desportos (SESu/MEC)²³.

9.10. ESTUDOS EFETIVADOS POR W. B. ANDRIOLA E COLABORADORES

No âmbito interno da UFC, W. B. Andriola e colaboradores vêm desenvolvendo, desde o início do ano acadêmico de 2003, estudos sistemáticos acerca do fenômeno da evasão discente. Dentre o grupo de colaboradores destacam-se: discentes da graduação em Pedagogia, mestrandos e doutorandos do programa de pós-graduação em Educação, docentes do Núcleo de Avaliação Educacional (NAVE) do mesmo programa. No tópico a seguir as investigações executadas ou em execução serão esmiuçadas.

9.10.1. CAUSAS DA EVASÃO DISCENTE, SEGUNDO OS PRÓPRIOS EVADIDOS

A primeira dessas investigações foi levada a cabo em 2003 por Andriola, Ribeiro e Moura (2003), e teve como objetivo conhecer as opiniões dos evadidos dos cursos de graduação acerca dos motivos ou das causas que os impeliram a tal. A

²⁰ <http://www.proplad.ufba.br/indicadores2000-2001.html>

²¹ Dado referente ao vestibular de 2000 (CCV, 2000).

²² <http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/polsoc/educa/apresent/apresent.htm>

²³ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. *Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas*. Brasília: Secretaria de Educação Superior/MEC, 1996.

população desse primeiro estudo compunha-se de evadidos dos cursos de graduação da UFC (N = 412)²⁴, entre os anos 1999 e 2000, sendo a amostra formada por 86 universitários evadidos do período mencionado, o que correspondeu a 21% de alunos dessa população estudantil. A respeito das características demográficas da amostra, interessa-nos ressaltar que 68,2% dos entrevistados eram mulheres (n = 59) e 85,9% eram solteiros²⁵ (n = 74), com idade média de 26,36 anos (desvio-padrão 6,50 anos). Cerca de 90% dos evadidos (n = 77) ingressaram na UFC através do processo seletivo conhecido pelo nome de *Vestibular*, sendo que 74,1% dos evadidos (n = 63) concluíram o ensino médio em escolas particulares.

Com respeito aos resultados obtidos, começamos por aclarar que uma das primeiras indagações feitas aos evadidos objetivou identificar os principais motivos responsáveis pela escolha do curso ou da carreira superior. De acordo com 64,2% dos entrevistados (n = 55) o gosto, o interesse e a afinidade pessoal com a área do curso ou da carreira escolhida foram os fatores que mais pesaram na tomada de decisão. Posteriormente, perguntou-se aos alunos evadidos o nível de conhecimento sobre alguns aspectos relevantes do curso ou da carreira universitária, isto é, se tinham ou não informações sobre o mesmo. Segundo os dados, 40% dos evadidos (n = 34) escolheram seu curso sem ter qualquer tipo de informação sobre o mesmo, ou seja, deixando totalmente ao acaso o acerto na eleição de sua futura profissão.

Indagados acerca dos motivos responsáveis pela deserção ou pelo abandono dos cursos ou carreiras universitárias, os evadidos apresentaram os seguintes fatores:

- ❑ *Incompatibilidade entre horários de trabalho e de estudo* (destacado por 39,4% ou 34 evadidos);
- ❑ *Aspectos familiares* (por exemplo: necessidade de dedicar-se aos filhos menores) e *desmotivação com os estudos* (justificado por 20% ou 17 dos evadidos);
- ❑ *Precariedade das condições físicas do curso ou inadequação curricular* (mencionado por 10% ou 9 evadidos).

Constatam-se, a partir desses dados, que os motivos de ordem pessoal e institucional são ambos, os maiores responsáveis pela deserção acadêmica, no âmbito da UFC. Estes fatores podem explicar por que 21,2% dos evadidos (n = 18) estavam cursando novas carreiras universitárias em instituições de ensino superior distintas da UFC, no momento da realização da investigação.

Agora bem, indagados acerca do posicionamento familiar após o abandono ter sido efetivado, 32,9% dos evadidos (n = 28) afirmaram que seus familiares não aprovaram a desistência do curso ou da carreira profissional, sendo que em 23,5% dos casos (n = 20), não houve qualquer posicionamento dos familiares. Finalmente, segundo 43,5% dos universitários (n = 37), seus familiares lhes apoiaram na decisão de abandonar seus respectivos cursos ou carreiras universitárias.

Os alunos desertores foram indagados acerca da satisfação com o abandono do curso superior escolhido anteriormente. A maioria afirmou estar satisfeita com o

²⁴ De acordo com os dados da Pró-Reitoria de Planejamento, em seu Relatório Técnico de 2001. (Pró-Reitoria de Planejamento/UFC. *Avaliação Institucional da Universidade Federal do Ceará. Análise Crítica de Dados e Recomendações. Relatório Técnico*. Fortaleza: Editora da UFC, 2001).

²⁵ No início da carreira superior o percentual de solteiros da amostra estudada era de 95,3%.

abandono (n = 59 ou 68,2% dos abordados); por outro lado, 30,8% dos universitários evadidos afirmaram estar insatisfeitos com a decisão do abandono (n = 27).

9.10.2. TESTAGEM DE MODELO CAUSAL

Posteriormente, ainda de posse dos dados obtidos com os 86 discentes evadidos, procedeu-se ao teste de um modelo causal explicativo da *intenção de voltar a cursar outro curso superior*. Desse modo, Andriola, Ribeiro e Moura (2005) utilizaram o modelo da análise de regressão linear múltipla para tentar prever a variável dependente “(Y) *intenção de voltar a cursar outra carreira superior*” a partir das variáveis independentes: (a) “*satisfação com o abandono*”, (b) “*grau de informação acerca do curso universitário*”, (c) “*contribuição econômica familiar*” e (d) “*opiniões acerca das limitações do curso abandonado*”. Inicialmente, verificamos a plausibilidade do modelo proposto, utilizando o teste da análise de variância (ANOVA), conforme demonstram os resultados presentes no Quadro 1.

Quadro 1. Resultados do uso do teste ANOVA.

Modelo proposto	Soma de quadrados	Graus de liberdade	Quadrados médios	F	p
Regressão	2,449	4	0,612	6,207	0,000
Residual	5,130	52	0,099		
Total	7,579	56			

Os resultados do teste ANOVA confirmam que o modelo proposto é factível para explicar a variável dependente “(Y) *intenção de voltar a cursar outra carreira superior*” a partir das variáveis independentes (a), (b), (c) e (d), explicitadas anteriormente. Num segundo momento utilizamos, efetivamente, o modelo da análise de regressão linear múltipla, através do método “*ENTER*”, que supõe a adoção de algumas hipóteses estabelecidas *a priori* para explicar a variável dependente (ANDRIOLA, 1998a, 2001a).

A principal dessas conjecturas fundamenta-se na premissa de que *o grau de informação dos discentes acerca do curso superior e da própria instituição educacional é fator ou variável relevante à compreensão da intenção de voltar a cursar outra carreira superior*. Esse mesmo aspecto influencia, de modo contundente, um fator secundário, qual seja: *as percepções e as opiniões discentes acerca das limitações e das potencialidades do curso superior escolhido*. Ambos os fatores até aqui explicitados influenciarão, por seu turno, uma terceira variável: *a satisfação com o abandono*. Este terceiro elemento explicativo deverá ter elevada associação com a última das variáveis propostas para o modelo causal, qual seja: *a contribuição econômica familiar com os gastos derivados do ato de cursar uma carreira acadêmica*. Tais suposições encontram base no modelo testado por Nora, Castaneda e Cabrera (1992).

Os resultados do uso do modelo da análise de regressão linear múltipla, através do método “*ENTER*”, são apresentados no Quadro 2.

Quadro 2. Resultados do uso da análise de regressão linear múltipla.

Variáveis Independentes	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados Beta	t	p
	Beta	Erro padrão			
(a)	-0,199	0,091	-0,260	-2,175	0,034
(b)	0,258	0,087	0,347	2,963	0,005
(c)	-0,261	0,092	-0,333	-2,851	0,006
(d)	-0,137	0,001	-0,208	-1,768	0,083
Constante	2,259	0,253	---	8,935	0,000

De acordo com os dados apresentados no Quadro 2, observamos que três variáveis independentes (a), (b) e (c) são relevantes para explicar a variável dependente (Y) “*intenção de voltar a cursar outra carreira superior*”, pois obtiveram resultados estatisticamente significativos ($p < 0,05$). A variável independente (d) foi mantida no modelo porque tem tendência à significação estatística ($p < 0,09$), em conformidade com a opinião de Puente Viedma (1993). Os resultados sintetizados do modelo linear proposto são apresentados no Quadro 3.

Quadro 3. Sumário dos resultados para o modelo proposto.

R	R ²	R ² ajustado	Erro de estimação
0,568	0,323	0,271	0,314

Como podemos observar, o modelo proposto é responsável pela explicação de 27,1% (R² ajustado) da variância total dos resultados da variável dependente (Y) “*intenção de voltar a cursar outra carreira superior*”. Ademais, com estes dados é possível, agora, construir o modelo linear, que é:

$$Y = 2,259 + 0,258X_b - 0,137X_d - 0,199X_a - 0,261X_c + e(\bar{x} = 0; \sigma = 0,314).$$

Na equação apresentada, o último termo é o erro de estimação (e), que possui média zero ($\bar{x} = 0$) e desvio-padrão igual ao erro de estimação ($\sigma = 0,314$).

Finalmente, a interpretação do modelo, a partir dos valores *Beta* presentes no Quadro 3, nos permite chegar à seguinte conclusão:

- A variável independente (b) “*grau de informação acerca do curso universitário*” é a que possui maior valor *Beta* e, portanto, a que melhor explica a variável dependente (Y) “*intenção de voltar a cursar outra carreira superior*”.
- A segunda variável independente a compor o modelo foi (d) “*opiniões acerca das limitações do curso abandonado*”, pois obteve o segundo maior valor *Beta*.
- A “*satisfação com o abandono*” foi a terceira variável a compor o modelo, dado o seu valor *Beta*, menor que as duas anteriormente apresentadas.

- Por fim, a variável independente (c) “*contribuição econômica familiar*” foi a última a compor o modelo linear, dado o seu menor valor Beta dentre as quatro utilizadas.

A Figura 1, apresentada a seguir, caracteriza o modelo causal explicativo da variável independente “*intenção de voltar a cursar outra carreira acadêmica*”, a partir das quatro variáveis independentes (a, b, c, d) já descritas em apartados anteriores.

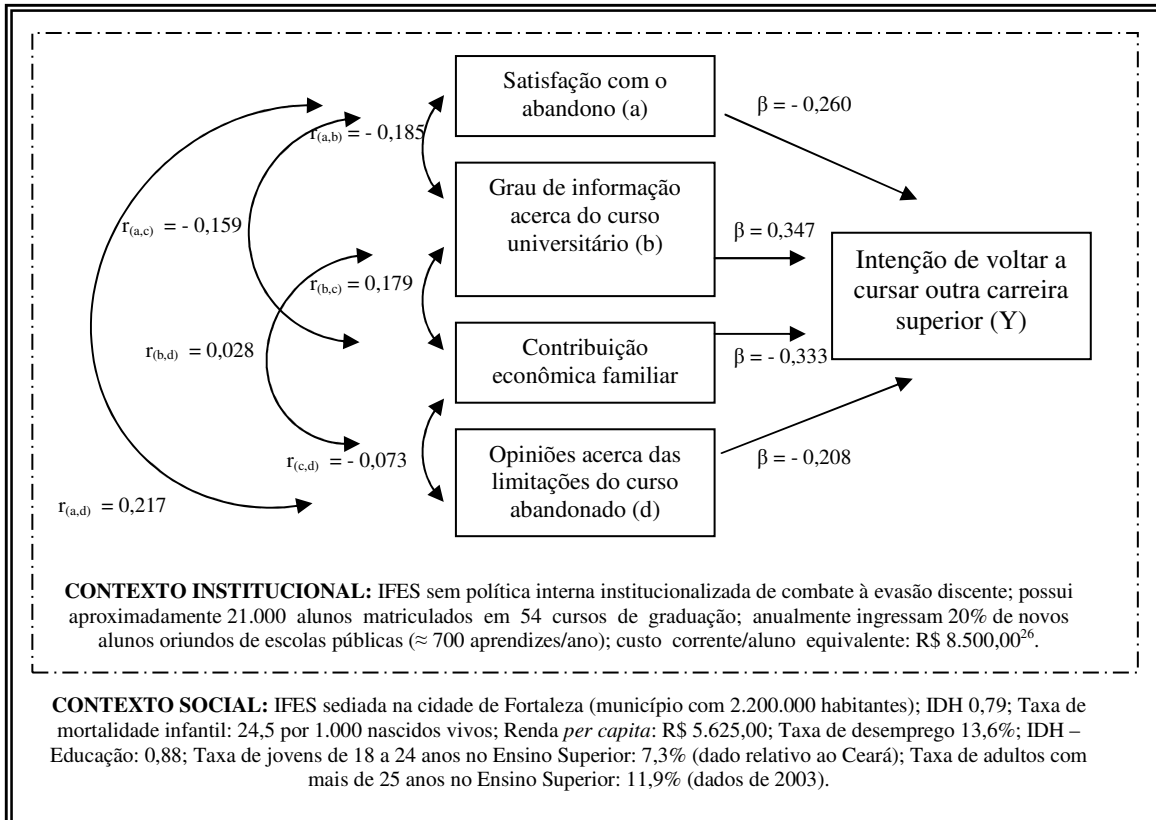


Figura 1. Modelo causal proposto por W. B. Andriola e colaboradores (2005).

Para a compreensão do modelo causal, acima apresentado, faz-se necessário tão-somente um comentário adicional, visto que a interpretação qualitativa do mesmo foi feita em texto posterior ao Quadro 3. Na Figura 1, os semi-círculos representam as associações entre as variáveis independentes, isto é, o grau de correlação existente entre as mesmas. Na sua medida foi empregado o coeficiente de correlação r de Pearson, cujos valores variaram entre -0,185 e 0,217, todos eles não-significativos (isto é: todos os coeficientes r possuem $p > 0,05$), caracterizando, assim, a ausência de associação entre as 4 variáveis independentes.

Acreditamos que os resultados dessa investigação possibilitarão às Pró-Reitorias de Graduação e de Assuntos Estudantis, em consonância com a Gestão Central da UFC, pensarem, conjuntamente, programarem políticas institucionais internas factíveis e efetivas no combate à evasão discente dos cursos de graduação (BRAGA, MIRANDA-PINTO & CARDEAL, 1996). Fundamentados no modelo causal testado no

²⁶ Dados institucionais relativos ao ano 2004. Ver <http://www.ufc.br>

presente estudo, expressaremos um suposto básico: **a tarefa mais relevante que uma IES pública deve prestar à sociedade e, principalmente, aos setores socialmente menos favorecidos** —os egressos do ensino médio oriundos de escolas públicas fazem parte desse segmento— **é propiciar informações adequadas acerca dos serviços que oferece** (ANDRIOLA, 2000, 2001 b). Não percamos tempo divagando acerca da diversidade de serviços que poderia estar a cargo das IES públicas e “*vamos directamente al grano*”, como diriam os espanhóis.

Sendo a variável “*grau de informações acerca do curso abandonado*” a de maior poder preditivo para explicar a *intenção de voltar a cursar uma carreira superior*, necessário faz-se a efetivação de ações para enriquecer as informações dos egressos do ensino médio acerca dos cursos e das carreiras universitárias ofertadas pela UFC. Desse modo, poderíamos imaginar a criação de um Serviço de Orientação e Informação (SOI) destinado aos egressos do ensino médio, futuros candidatos aos cursos de graduação da UFC, conforme a proposta de Andriola (2003ac), que poderia disponibilizar informações acerca de:

- ❑ Tempo mínimo exigido pelo curso para a obtenção do título profissional almejado;
- ❑ Número máximo de créditos a cursar, bem como o fluxograma do curso;
- ❑ Atividades acadêmicas oferecidas no âmbito do curso ou da IES (investigação, extensão, monitorias, congressos, atividades artísticas e culturais);
- ❑ Possíveis áreas de atuação profissional;
- ❑ Perspectivas do mercado de trabalho (local, regional e nacional) para a profissão em foco;
- ❑ Possibilidades de realizar pós-graduação na área escolhida ou em áreas afins.

Ressaltemos que esse leque de informações está inteiramente disponível no âmbito da UFC, só que em diferentes setores. O desafio que se apresenta, nesse momento, está restrito à organização e ao tratamento dessas informações, de modo que possam ter a relevância que desejamos.

Mencione-se, também, a necessidade de discutirmos a possibilidade de implantar-se a função do Professor Orientador, conforme estabelece o Regimento Geral da UFC, em seu artigo 28, alínea *d*. Os aprendizes universitários já matriculados deverão ter um acompanhamento mais sistemático, tanto por parte das Coordenações de Cursos quanto pelas Pró-Reitorias de Graduação e de Assuntos Estudantis (ANDRIOLA, 2003 a; ANDRIOLA & Mc DONALD, 2003). O objetivo central desse *acompanhamento* é combater o “repesamento”, as reprovações e as evasões. Pensamos ser relevante retomar a idéia de orientar os alunos que demonstrem dificuldades no processo de ensino e aprendizado. Aliás, essa é uma atividade existente em algumas IES, como é o caso da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Nessa IES, no curso de Matemática, nos campus de Rio Claro e São José do Rio Preto, foi implantado um programa de acompanhamento dos calouros cujo objetivo é recuperar conteúdos básicos do ensino médio para, com isto, aperfeiçoar o seu nível de aprendizagem e combater novas reprovações e evasões, conforme asseverado por Cunha, Tunes e Silva (2001),

D'Ambrosio (1997), Lotufo, Sousa Jr., Covacic e Brito (1997, 1998), Paredes (1994) e Ramos (1998).

Com os calouros, isto é, com os recém-ingressantes, necessitaremos trabalhar os seguintes aspectos: *criação de um clima amistoso e cooperativo; integração de estudantes dos mais variados cursos; aumento da reflexão crítica e da consciência coletiva; incremento de informações sobre a UFC* —por exemplo: atividades acadêmicas oferecidas no âmbito do curso ou da IES (investigação, extensão, monitorias, congressos científicos, etc); *trabalho individualizado com os calouros que tenham problemas acadêmicos resultantes da escolha equivocada do curso* (ANDRIOLA, 2003 b).

No caso dos egressos do ensino médio, candidatos ao cursos de graduação, que exercem atividades laborais, isto é, que trabalham, caberia à UFC orientá-los para que, dentre o leque de opções ofertadas, se dirigissem aos cursos noturnos e a distância. Em síntese, a elevada demanda por ensino superior registrada nos últimos anos deverá resultar no incremento do ensino a distância, no incremento das vagas nos cursos noturnos existentes e, por último, na criação de novos cursos noturnos²⁷. Acreditamos que esse tipo de orientação ao futuro universitário, que não pode deixar de trabalhar, lhe proporcionará: (i) tomar consciência do problema e (ii) mobilizar os pares afetados para advogar a criação de novos cursos a distância e noturnos. Opinamos que esse é um modo de pressionar a UFC para que impulse ambas as formas de ensino que, na atualidade, estão marginadas e muito pouco exploradas.

É desejo nosso converter o SOI em serviço de renomada qualidade, reconhecido pela sociedade fortalezense e mais especificamente pelos seus usuários: *os egressos do ensino médio, candidatos aos cursos da UFC*. Isso poderá converter-se em dividendos para a UFC, pois a sociedade verá a preocupação da instituição em oferecer novos serviços, de real utilidade e valor sociais. Como afirmou William Shakespeare: “*crer que um inimigo débil não pode causar-nos danos é crer que uma fagulha não pode causar um incêndio*”.

9.10.3. OPINIÃO DE DOCENTES E DE COORDENADORES ACERCA DA EVASÃO DISCENTE

Conhecendo-se os fatores associados à evasão discente, bem como algumas das variáveis com elevado grau de explicação para a *intenção de voltar a cursar outra carreira acadêmica*, era o momento, na nossa visão, de sondar os docentes e os coordenadores dos cursos de graduação acerca do mencionado fenômeno sócio-educacional.

Sendo assim, a terceira fase da investigação foi iniciada em julho de 2004, através de pesquisa de campo, do tipo *ex post-facto*, na qual se utilizou amostra formada por 21 coordenadores e 52 docentes das nove unidades acadêmicas da UFC (Centros e Faculdades). A escolha dos sujeitos deu-se de forma não-probabilística, isto é, segundo a disponibilidade dos docentes e dos coordenadores de cursos de graduação, além da facilidade de obtenção dos dados. Utilizou-se um questionário semi-estruturado com 13 indagações abordando os seguintes aspectos: resgate da função do professor orientador;

²⁷ Para tanto, a IES deve assegurar-se que a qualidade destes cursos (a distância e noturnos) é compatível à qualidade dos diurnos e presenciais. Como deve fazê-lo? Esse é um tema que exige um profundo debate no seio da própria IES ou, quiçá, no âmbito do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Ministério de Educação (MEC).

informações necessárias aos futuros universitários acerca do curso escolhido; opinião dos coordenadores acerca do envolvimento docente no ensino de graduação; contribuição da atual administração da UFC para a melhoria do desempenho das coordenações; papel da gestão central, dos coordenadores e dos docentes no combate ao fenômeno da evasão. O mencionado instrumento foi aplicado de modo individualizado, após o qual as informações obtidas foram analisadas através do uso da análise de conteúdo, procedimento que consiste em extrair categorias qualitativas das respostas apresentadas pelos entrevistados e observar a frequência de ocorrência das mesmas.

9.10.3.1. OPINIÃO DOS COORDENADORES

A função do Professor Orientador é prevista no Regimento Geral da Universidade Federal do Ceará (Subtítulo II, que trata dos Órgãos Executivos; Capítulo I; Artigo 28; Alínea *d*). De acordo com o mesmo, seu papel será, primordialmente, orientar os alunos para evitar as dificuldades de aprendizagem e, assim, diminuir os índices de reprovações, interrupção de matrículas e evasões. A partir dessa definição, analisamos a opinião dos entrevistados acerca da possibilidade de vir a ser resgatada essa relevante função acadêmica e pedagógica. Verificamos que 87% dos coordenadores foram favoráveis ao resgate da função do professor orientador, entretanto, 20% apontaram como aspectos primordiais para a implementação dessa atividade:

- a) Preparação do corpo docente;
- b) Disponibilidade de tempo para tal atividade, formalmente estabelecida enquanto atividade docente;
- c) Compromisso formalmente assumido por todos os docentes visando o acompanhamento direto e sistemático aos discentes.

A desinformação acerca do curso e da carreira superior escolhida é um fator responsável pela evasão discente, conforme verificado empiricamente através do modelo causal testado por W. B. Andriola e colaboradores (ANDRIOLA & RIBEIRO, 2005). Sendo assim, indagamos aos coordenadores se caberia às coordenações informar melhor aos futuros universitários acerca do curso escolhido e como poderia ser implementada essa atividade. Para 92% dos entrevistados, é papel das coordenações fornecerem informações necessárias acerca do curso superior, sendo que poderiam ser repassadas aos estudantes através da:

- a) Realização de seminários e disciplinas introdutórias (enumerado por 32% dos coordenadores);
- b) Visitas às escolas de ensino médio (destacado por 27% dos coordenadores);
- c) Divulgação de informações pela Internet e por meio de trabalho coletivo entre as coordenações e as Pró-Reitorias de Graduação e de Assuntos Estudantis (ênfatisado por 14% dos coordenadores).

A opinião dos coordenadores acerca do envolvimento docente com o ensino de graduação ressaltou que o mesmo é *insatisfatório* para 41,1% dos entrevistados; é *satisfatório* para 36,8% dos coordenadores, embora destaquem que muitos docentes

priorizam o ensino de pós-graduação e a pesquisa; é *parcialmente satisfatório* para 21,01%.

Indagados acerca de como a atual administração da UFC pode contribuir para melhorar o desempenho das coordenações, foram enumeradas as seguintes ações:

- a) Urgência na efetivação de ações visando melhorias na infra-estrutura (destacado por 41,6% dos coordenadores);
- b) Importância do apoio da Reitoria e da Pró-Reitoria de Graduação (ressaltado por 25% dos coordenadores);
- c) Necessidade de maior autonomia e poder de decisão (enumerado por 16,6% dos coordenadores).

Ademais, os coordenadores foram indagados acerca do que *a UFC, as coordenações e os docentes poderiam fazer para combater o problema da deserção discente*, cuja taxa anual ronda os 5,74% e que se traduz em 206 novos casos de abandono, pois a UFC oferece anualmente 3.585 vagas à sociedade (ANDRIOLA, 2005; ANDRIOLA, RIBEIRO & MOURA, 2005). Nesse âmbito, 23% dos coordenadores ressaltaram que seria necessário a UFC dar-lhes maior apoio às atividades de estágio, monitoria, pesquisa e extensão. Em segundo lugar, foi destacada por 15,3% dos coordenadores a urgência em melhorar a estrutura física dos cursos, no que diz respeito às salas de aula, laboratórios e recursos áudio-visuais. O aumento das ofertas de cursos noturnos e a melhoria da qualidade do ensino e do projeto político-pedagógico foram aspectos ressaltados como imprescindíveis à diminuição da evasão discente, de acordo com 11,5% dos entrevistados.

Quanto ao modo como as coordenações poderiam executar atividades de apoio e incentivo aos discentes, 45% dos coordenadores ressaltaram a conversa com os pretensos a abandonar o curso para, assim, tentar reverter a situação. Em seguida, 25% enfatizaram que é importante a contribuição das coordenações na melhoria da qualidade do ensino e do projeto político-pedagógico dos cursos. Não obstante, os coordenadores alegaram que para a realização dessas atividades, as coordenações necessitam de maior aporte orçamentário, além da imperiosa necessidade de estreitar parcerias com as Pró-Reitorias de Graduação e de Assuntos Estudantis.

Acerca da atuação docente, 31,8% dos entrevistados indicaram que é preciso haver maior compromisso por parte destes com o ensino de graduação, visto que, muitos estão mais envolvidos com o ensino da pós-graduação e com pesquisas. Também foi destacado por 18,1% dos entrevistados que os docentes poderiam orientar e ampliar o incentivo dos discentes para a realização de atividades relevantes à vida acadêmica.. Finalmente, foram destacadas por 9% dos coordenadores as ações acadêmicas para evitar a evasão discente: adequada avaliação do desempenho dos alunos, combate às dificuldades de aprendizagem, melhoria da didática e melhoria da relação professor-aluno.

A necessidade de trabalhar e a incompatibilidade de horários para estudar foram os dois motivos mais citados pelos evadidos para abandonarem os cursos. Para a resolução desses dois problemas os coordenadores apontaram como saídas:

- a) aumento da oferta de bolsas (pesquisa, extensão, assistência e monitoria) e estágios (citado por 28% dos coordenadores);

- b) necessidade de ministrar todas as disciplinas em um só turno, visto que em muitos cursos da UFC são ministradas nos três turnos dificultando a vida dos estudantes que precisam trabalhar ou realizar atividades não acadêmicas (mencionado por 24% dos entrevistados);
- c) aumento da oferta de cursos noturnos (destacado por 12% dos coordenadores).

9.10.3.2. OPINIÃO DOS DOCENTES

Igualmente como ressaltado pelos coordenadores, 74% dos docentes entrevistados são favoráveis ao resgate da função do professor orientador, no âmbito interno da UFC. Dessa população 40,5% apontaram que o maior benefício seria o acompanhamento direto ao discente durante o seu aprendizado, ajudando-o a evitar as reprovações e, conseqüentemente, a desmotivação para com os estudos. Entretanto, apesar de serem favoráveis, 16,2% destacaram que para a realização de um trabalho de orientação contínua são necessárias: e a preparação do corpo docente, a disponibilidade de tempo de recursos materiais e, por fim, a atribuição de pontos na Gratificação de Estímulo à Docência (GED).

Embora a maioria dos docentes tenha sido favorável à implementação dessa atividade, 12% são desfavoráveis e 14% afirmaram que a realizam ou realizaram-na. Dentre os docentes desfavoráveis, as seguintes justificativas foram apresentadas: *número insuficiente de docentes; falta de tempo* (afirmaram que já se encontram com muitas atividades, sendo impossível dar conta de mais uma); *recursos insuficientes para a realização desse tipo de trabalho*. Há aqueles que crêem que o problema dos discentes não está reduzido à aprendizagem, mas sim a vida pessoal. Dessa ótica, portanto, desnecessário faz-se a atuação do professor orientador. Por fim, há também aqueles que acreditam que essa atividade acabaria sendo paternalista e prepararia alunos dependentes e sem iniciativas.

Dentre o grupo de docentes que conta com algum tipo de experiência como professor orientador, 42,8% afirmou que a resposta dos discentes à orientação é insatisfatória. Segundo esses docentes poucos discentes comprometem-se com os estudos e muitos deles sequer comparecem às reuniões. Em contrapartida, 28,5% dos docentes relataram que o processo é muito favorável, visto que o papel do orientador tem ajudado os discentes nas dificuldades de aprendizagem. Ademais, asseguram que conseguiram, com isso, evitar muitas reprovações.

Os docentes também foram indagados acerca de possibilidade de às coordenações dotarem os futuros universitários de maior grau de informação sobre os cursos. A maioria dos docentes (81,1%) afirmou que essas informações devem ser divulgadas pelas coordenações. Entretanto 9,43% não concordam que essa função seja de responsabilidade das mesmas. Dos que foram favoráveis, 48,8% sugeriram que essas informações poderiam ser divulgadas aos estudantes por meio de seminários, disciplinas introdutórias, palestras, e outros eventos; 18,6% através de visitas às escolas de ensino médio, públicas e privadas; 13,8% a partir de trabalho coletivo entre coordenações, docentes, Pró-Reitorias, Clínica de Psicologia, Serviço Social e Ouvidoria; por fim, 9,2% crêem que através da participação de vestibulandos às instalações da UFC e da divulgação, pela Internet (*web site* da CCV) e por folhetos distribuídos no período das

inscrições para o vestibular. Dentre os docentes desfavoráveis, 80% alegaram que a responsabilidade de divulgar essas informações é das escolas e não das coordenações dos cursos de graduação da UFC.

Acerca do envolvimento docente no ensino de graduação, as seguintes opiniões emanaram do discurso dos partícipes da pesquisa:

- Para 52,9% dos professores é satisfatório. Deste grupo, 55,5% ressaltaram que há muito interesse por parte de todos em ensinar e manter a qualidade do ensino, porém 14,8% afirmaram que há envolvimento de significativa parcela de professores substitutos é péssimo;
- De acordo com 23,5% é insatisfatório, pois na opinião de 41,6% deles, a prioridade é dada, de modo acentuado, ao ensino de pós-graduação e ao desenvolvimento de pesquisas;
- Segundo 23,5% é parcialmente satisfatório, visto que a atuação docente depende muito da motivação pessoal de cada professor, isto é, de aspectos intrínsecos.

Os professores ressaltaram como possíveis ações da UFC visando a combater a evasão discente:

- Melhoria da infra-estrutura física, com especial ênfase às salas de aula e aos laboratórios (citado por 19,04%);
- Compreensão das causas da evasão discente visando a combatê-la (mencionado por 15,8%);
- Melhoria da qualidade do ensino e do projeto político pedagógico dos cursos de graduação (destacado por 12,6%);
- Informação aos vestibulandos acerca de aspectos básicos dos cursos de graduação, em consonância com o que propõe Andriola (2004) e Andriola, Ribeiro e Moura (2003, 2005), além do aumento da oferta de cursos noturnos (ênfasis por 10,1%).

Destacaram as possíveis ações sob a responsabilidade das coordenações:

- Promover seminários destinados aos egressos do ensino médio, com vistas a informá-los acerca dos cursos, das carreiras profissionais, dos eventos acadêmico-científicos, dos estágios, da pós-graduação e de bolsas (29,9%);
- Acompanhar e orientar os discentes de modo sistemático e institucionalizado (apontado por 28,3%);
- Flexibilizar a grade curricular, rever critérios de pré-requisito, viabilizar decisões colegiadas nas coordenações, cobrar dos docentes maior comprometimento com o ensino (mencionado por 10%).

Finalmente, os docentes opinaram acerca das ações que eles próprios podem levar a cabo e que resultariam no combate à evasão discente:

- Acompanhar, orientar e incentivar os discentes durante toda a vida acadêmica (mencionado por expressivos 47,5%);
- Melhorar sua formação e exercer a contento seu papel de educador (destacado por 16,3%);
- Tornar as aulas mais interessantes e unir teoria e prática (ênfatisado por 9,8%);
- Melhorar a avaliação do desempenho dos alunos; incrementar o combate às dificuldades de aprendizagem; apoiar as iniciativas das coordenações por mais investimentos para as bibliotecas e para a aquisição de equipamentos didáticos (proposto por 6,5%).

Entretanto, 4,9% dos docentes afirmaram que o número reduzido de professores engajados institucionalmente e a falta de recursos materiais são, ambos, fatores que impossibilitam e/ou dificultam realizar algumas dessas atividades.

A incompatibilidade entre os horários de trabalho e de estudo foi um aspecto apontado por quase 40% dos evadidos como sendo causa relevante causa do abandono, conforme sugerem os resultados da pesquisa executada por Andriola, Ribeiro e Moura (2003). Para solucionar esse grave empecilho educacional os professores sugeriram:

- Maior flexibilização de horários de disciplinas, objetivando disponibilizar tempo para os alunos que necessitam trabalhar (mencionado por 39%)
- Aumentar a oferta de cursos noturnos (destacado por 18,5%);
- Aumentar a oferta de bolsas (de pesquisa, de extensão, de assistência e de monitoria) e de estágios remunerados (citado por 14,06%).

9.11. Referências Bibliográficas

- AMARAL, N. C. A universidade pública no Brasil: identidade e projeto institucional em questão. In TRINDADE, H. (org.), *Universidade em ruínas na república dos professores*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- ANDRIOLA, W. B. Evasão discente no âmbito da Universidade Federal do Ceará (UFC): proposta para identificar suas causas e implantar um serviço de Orientação e Informação (SOI) para os egressos do ensino médio. *Anais do XVI Encontro de pesquisa Educacional do Norte e Nordeste* (pág. 483). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2003 a.
- _____. Evasão discente na Universidade Federal do Ceará (UFC): proposta para identificar suas causas e implantar um serviço de Orientação e Informação (SOI). *Ensaio. Avaliação de Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro*, (11) 40, 332-347, 2003 b.
- _____. Avaliação dos Programas Estaduais de Qualificação Profissional (PEQ's): Uma Revisão Conceitual do Modelo 3ER. *Ensaio. Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro*, (9) 30, 43-56, 2001 a.
- _____. Factores caracterizadores de centros educativos eficazes. *Bordón. Revista de Pedagogía, Madrid*, 53 (2), 175-183, 2001 b.
- _____. Calidad educativa y efectividad escolar: conceptos y características. *Educación em Debate, Fortaleza*, 1 (39), 7-14, 2000.
- _____. Evaluación: La vía para la calidad educativa. *Ensaio. Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro*, 7 (25), 355-368, 1999.
- _____. Apresentação de um Modelo Teórico destinado a avaliação dos Programas Estaduais de Qualificação Profissional (PEQ's) *Ensaio. Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro*, 19 (6), 259-266, 1998 a.
- _____. Expectativas de estudantes do 2º grau sobre a Universidade. *Educación em Debate, Fortaleza*, 33, 39-45, 1997.
- ANDRIOLA, W. B., RIBEIRO, E. S. & MOURA, C. P. Evasão discente nos cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC): busca das suas causas (p. 181-201). In W. B. ANDRIOLA (org.). *Avaliação. Múltiplos olhares em torno da Educação*. Fortaleza: Editora da UFC, 2005.
- ANDRIOLA, W. B. & Mc DONALD, B. C. *Avaliação. Fiat Lux em Educação*. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 2003.
- BRAGA, M. M., MIRANDA-PINTO, C. O. B., CARDEAL, Z. L. Perfil sócio-econômico dos alunos, repetência e evasão no curso de química da UFMG. *Documento de Trabalho NUPES*, 5/96. São Paulo: Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1996.
- CUNHA, A. M., TUNES, E. & SILVA, R. R. Evasão do curso de Química da Universidade de Brasília: a interpretação do aluno evadido. *Química Nova*, 24 (1), 262-280, 2001.
- D'AMBROSIO, O. Os problemas da Matemática que não são numéricos. *Jornal da UNESP, Ano XII, Nº 114*, junho de 1997.
- DURHAM, E. R. Uma proposta para o ensino superior brasileiro: diagnóstico e proposta. *Documento de Trabalho NUPES*, 3/98, (Núcleo de Pesquisa sobre o Ensino Superior da Universidade de São Paulo). São Paulo: NUPES, 1998.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. *Resultados e Tendências da Educação Superior no Brasil*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, 2000.
- LOTUFO, A. D., SOUSA JR., C., COVACIC, M. & BRITO, J. M. A evasão e repetência escolar relacionadas com a metodologia de ensino. *Anais do XXV Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia (COBENGE)*, pp. 2148-2160, Salvador, 1997.

_____. Evasão e repetência na FEIS/UNESP: análise e resultado. *Anais do XXVI Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia (COBENGE)*, pp. 185-203, São Paulo, 1998.

NORA, A., CASTANEDA, M. B. & CABRERA, A. F. *Student persistence: the test of a comprehensive structural model of retention*. Trabalho apresentado 1992 ASHE Annual Meeting, Minneapolis, Minnesota, 1992.

PAREDES, A. S. A evasão do terceiro grau em Curitiba. *Documento de Trabalho NUPES, 6/94*. São Paulo: Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1994.

PUENTE VIEDMA, C. *SPSS/PC+. Uma guia para la investigación*. Madrid: Editorial Complutense, 1993.

RAMOS, M. N. *Vestibular e evasão*. Artigo publicado no Jornal do Commercio de Recife, 29 de setembro de 1998.

RIBEIRO, E. S., MOURA, C. P. & ANDRIOLA, W. B. Evasão discente na Universidade Federal do Ceará: dados relativos aos anos 1999-2000. *Anais do III Encontro de Iniciação Científica e Tecnológica - Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET/CE)*, pp. 483, Fortaleza, 2003.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. *Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas*. Brasília: SeSu/MEC, 1996.



Relatório Final

Dimensão Dez: Sustentabilidade Financeira

DIMENSÃO DEZ:

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

10.1. OBJETIVO

Analisar a sustentabilidade financeira da UFC, especialmente no que tange ao uso dos recursos em programas de ensino, investigação científica e extensão.

10.2. AUDIÊNCIAS UTILIZADAS

Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitor de Administração, Pró-Reitor de Planejamento, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Presidente da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura.

10.2.1. INSTRUMENTO

Questionário composto por duas partes: a primeira destinada à identificação dos respondentes e a segunda composta por oito questões versando sobre aspectos associados à sustentabilidade financeira da UFC.

10.2.2. PROCEDIMENTO PARA OBTENÇÃO DOS DADOS

Através da ação das CPAs Setoriais, que foram responsáveis pela aplicação do questionário junto aos Pró-Reitores de Administração e de Planejamento. Ademais, foram utilizadas informações extraídas de fontes secundárias, tais como, a *Revista Universidade Pública*, o *UFC Fax* e o *Jornal da UFC*, ou ainda dados extraídos do “Sistema *On-line* de Dados e Indicadores da Qualidade Institucional da UFC” (CAIA/PRPL) e do “Sistema do Censo da Educação Superior” (SIEDSUP - MEC/INEP).

10.3. TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES

As informações obtidas junto às audiências foram tratadas qualitativamente, através do emprego da análise de conteúdo, conforme propõe Bardin (1977)²⁸. A referida técnica de tratamento de dados *consiste em identificar as categorias de respostas mais relevantes, presentes nas informações brindadas pelas audiências utilizadas na sua obtenção.*

Após essa fase, foram *calculadas as freqüências de aparição dessas categorias qualitativas, em termos absolutos e relativos.* Posteriormente, tais cálculos foram organizados em quadros e, visando melhor compreensão pela comunidade que fará uso dos mesmos, os dados foram representados graficamente, conforme se pode constatar na seção seguinte, na qual se discutem os principais resultados.

²⁸ BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

10.4. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS

Os resultados a seguir apresentados e comentados referem-se às dimensões utilizadas na avaliação da dimensão 10, rotulada de *Sustentabilidade financeira da UFC*.

10.5. POLÍTICA INTERNA DE SANEAMENTO DAS FINANÇAS

Nos últimos dois anos as Pró-Reitorias de Administração (PRA) e de Planejamento (PRPL), trabalharam, em conjunto, para atender a demanda acumulada de equipamentos, serviços de manutenção, conservação e segurança e, ao mesmo tempo, resolver pendências com órgãos de acompanhamento, fiscalização e controle. Desde 2003 a preocupação do Pró-Reitor de Administração, Prof. Luiz Carlos Uchoa Saunders, tem sido com o corte de gastos, sem afetar a qualidade dos serviços essenciais prestados à comunidade interna da UFC. Só com a hierarquia dos ramais telefônicos, instalação de temporizadores (cinco minutos em cada ligação) nos três *campi* e contratação dos serviços de telefonia por meio de pregão eletrônico, a UFC economizou em 2005 aproximadamente R\$ 1,38 milhão. Com a energia elétrica, a economia anual será de R\$ 650 mil. Foram instalados 18 bancos de capacitores. Convênio da Anatel com o Centro de Tecnologia (CT) permite menor consumo de energia. Dívidas antigas, com a Companhia Estadual de Água e Esgoto (CAGECE) e com a Companhia de Eletricidade do Ceará (COELCE), foram parceladas, com a dispensa de juros e multas.

A UFC passou a utilizar água de poços em locais de grande consumo e que não necessitam de água tratada. Colocaram-se 63 hidrômetros e recuperada a estação de tratamento de água e esgoto do Campus do Pici, a um custo inferior a R\$10.000, como informa o engenheiro civil Sr. Francisco José de Abreu Machado, Coordenador de Manutenção, Recuperação e Conservação. Antes, a UFC pagava R\$17.000 por mês à Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Ceará (Cagece) para operar a estação. Com a reforma, a despesa estabilizou-se em torno a R\$3.000. A própria UFC está cuidando do tratamento dos esgotos do Campus do Pici e a conta mensal foi reduzida pela metade.

No tocante ao consumo de água, em 2003 resultou no gasto da ordem de R\$ 170.000,00 enquanto espera-se que em fevereiro de 2006 seja de tão-somente R\$ 90.000,00 (redução de quase 50%). Outra medida que já aponta resultados positivos resulta da aquisição de carros utilitários, inclusive dois ônibus, e venda dos veículos não econômicos. Vê-se, portanto, ações efetivas de racionalização de gastos e de implementação de ações corretivas que têm obtido respostas favoráveis da comunidade interna.

10.6. AÇÕES VISANDO O AUMENTO DO ORÇAMENTO ADVINDO DO TESOUREIRO NACIONAL

O orçamento oriundo do Tesouro Nacional assenta-se na melhoria generalizada das atividades da UFC, sejam elas de ensino, de investigação e de extensão. Esse aprimoramento deu-se em várias frentes, tais como: aumento do número de alunos matriculados e diplomados na graduação e pós-graduação, melhoria na qualificação de docentes e técnico-administrativos, aumento do número de publicações científicas,

melhoria dos indicadores de gestão do Tribunal de contas da União (TCU) e do conceito da CAPES outorgados aos cursos de Pós-Graduação no triênio 2003-2005.

No entanto, como destaca o Pró-Reitor de Planejamento, Prof. Ciro Nogueira Filho, não basta contar com a melhoria desses indicadores da qualidade da UFC é necessário, sobremaneira, que tal aprimoramento seja refletido no cálculo dos indicadores institucionais de desempenho que são repassados aos órgãos de financiamento (MEC, INEP, CNPq, CAPES, FINEP) e de controle (CGU e TCU). Assim, é natural que haja maior aporte financeiro, como tem sido o caso vivenciado pela UFC: em 2003 contou com 2,4% dos recursos da Matriz de Financiamento do Tesouro Nacional destinado às IFES, passando, em 2005, a contar com 3,2% do total desses recursos federais.

O Pró-Reitor apresenta números acerca do sistemático aumento do orçamento da UFC, sobretudo das receitas oriundas do Tesouro Nacional: R\$ 15,52 milhões em 2003 para R\$ 27,97 milhões 2005. Também houve substancial aumento nos valores das emendas de bancada e individuais. Acrescente-se, ademais, que houve substancial crescimento de arrecadação própria (de R\$ 5,34 milhões em 2003 de R\$ 6,03 milhões em 2004 e previsão de R\$ 6,42 milhões em 2005). Com os acréscimos, foi possível elevar também a destinação para investimentos, que passou de R\$ 700 mil em 2003 para R\$ 900 mil em 2004 e R\$ 3,8 milhões em 2005.

De acordo com o Prof. Ciro Nogueira Filho: *a UFC passa de uma condição deficitária para uma situação mais confortável*. O saldo positivo está sendo investido na melhoria do ensino de graduação, na iniciação científica, em programas de extensão e na assistência estudantil, informa o Pró-Reitor Ciro Nogueira Filho. A verba de custeio é utilizada para comprar mais de 800 itens, entre insumos básicos, material de expediente, gêneros alimentícios para o Restaurante Universitário, bem como para pagar despesas com água, energia, telefone e serviços de segurança e de limpeza. A de investimento destina-se à aquisição de equipamentos, como computadores, mobília, entre outros.

10.7. POLÍTICA INTERNA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Desde 2003 a UFC vem recebendo recursos do Fundo de Infra-Estrutura (CT-Infra), criado para modernizar a área de pesquisa das instituições públicas de ensino superior do País, através da implantação, reforma de laboratórios e aquisição de equipamentos. O investimento total na UFC nos últimos dois anos foi de R\$ 8,5 milhões, sendo que restam R\$ 2,2 milhões, informa o Vice-Reitor da UFC, Prof. Ícaro de Sousa Moreira. Segundo ele, as pesquisas nas áreas de Ciências, Biomédicas e Humanas têm sido beneficiadas com esses recursos. Novos equipamentos e laboratórios foram algumas das melhorias implantadas com os recursos. “Os projetos do CT-Infra estão alavancando a pesquisa no Estado do Ceará”, confirma o Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Prof. Odorico de Moraes Filho.

Além da construção da sede do Núcleo de Pesquisas Regionais (Nuper), que congrega grupos de pesquisa dos cursos de pós-graduação em Educação, Sociologia e Economia, um prédio de três andares foi erguido para sediar as Ciências Biomédicas. Foi também iniciada a obra de recuperação da Fazenda Experimental da UFC, no município de Pentecoste, além de ampla reforma beneficiando o Departamento de

Física. Novas instalações foram construídas para os cursos de Química e de Matemática. Também foram beneficiadas a biblioteca de Física e as instalações para pesquisas em Recursos Hídricos. Além disso, laboratórios foram recuperados no Centro de Ciências Agrárias e adquiridos dois veículos pequenos e um trator. Estão em andamento a construção do laboratório de Geo-Processamento e a edificação de um herbário no Centro de Ciências.

Mais recentemente, a UFC contou com cinco projetos contemplados com recursos oriundos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Foram R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais) obtidos para o desenvolvimento de projetos de pesquisa no Programa Institutos do Milênio, conforme atesta o Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Prof. Odorico de Moraes Filho.

10.8. ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO CEARENSE DE PESQUISA E CULTURA

Destaque-se, ademais, o relevante papel desempenhado pela Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC). De acordo com o seu presidente, o Prof. Francisco Antonio Guimarães, a FCPC vem trabalhando incansavelmente no objetivo de incrementar a captação de recursos para apoiar projetos da UFC nas áreas da Pesquisa, do Ensino e da Extensão.

Nos últimos dois anos a FCPC expandiu horizontes, tornou-se mais transparente, eficiente e competitiva, atesta o Prof. Francisco Antonio Guimarães. Sua arrecadação fixa mensal passou de R\$63.000,00 (sessenta e três mil reais) para R\$ 178.000,00 (cento e setenta e oito mil reais), o que significa incremento da ordem de quase 200%. Igualmente, o número de projetos e programas desenvolvidos cresceu de 120 para 254 (aumento de 110%), alcançando a quantia de R\$ 57.000.000,00 (cinquenta e sete milhões de reais), em 2005. Ademais, acrescenta o Prof. Francisco Antonio Guimarães, os recursos circulantes subiram de pouco mais de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) para R\$ 53.000.000,00 (cinquenta e três milhões).

Para finalizar, deve ser destacado que o crescimento sustentado e responsável da FCPC implica em maior credibilidade junto aos pesquisadores e aos órgãos de fomento à investigação. São números que comprovam o envolvimento que a FCPC tem com o conhecimento e com a sua difusão, visando a contribuir para uma melhor UFC e para o desenvolvimento do Ceará, assevera seu Presidente, o Prof. Francisco Antonio Guimarães.

10.9. POLÍTICA DE EXPANSÃO

O efeito natural de uma instituição educacional que consegue melhorar substancialmente as suas atividades finalísticas e sanear as suas finanças, como exemplifica o caso da UFC, é o atendimento às demandas sociais que, dentre outras, buscam por mais e melhores cursos de graduação. Nestes termos, o Reitor da UFC, Prof. René Teixeira Barreira, assinou convênio com o MEC no valor total de R\$ 8,3 milhões, destinados ao programa de expansão da UFC, através da implantação do campus avançado da UFC na região do Cariri, a partir de 2006. Nele serão instalados os Cursos de Medicina, Engenharia Civil, Agronomia, Biblioteconomia, Filosofia e Administração. A área de Saúde continuará sediada em Barbalha, prevendo-se a

consolidação e a expansão do Curso de Medicina. A Prefeitura de Juazeiro do Norte, por sua vez, doou à UFC um terreno de 16ha, onde vão ser instaladas as áreas de Tecnologia, Ciências Agrárias, Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas.

Ademais, o programa de expansão da UFC prevê intensa colaboração com instituições públicas de ensino que atuam no Cariri, tais como: URCA, CEFET, Escola Agrotécnica, CENTECs e CVT's. Também deverá haver permanente diálogo com a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ceará e com as prefeituras dos municípios beneficiados pela presença dos novos cursos. Um Conselho de desenvolvimento Institucional, de caráter consultivo, irá aproximar a UFC, ainda mais, da comunidade caririense.

Os professores e servidores técnico-administrativos que irão atuar no novo campus serão contratados por concurso público. O Reitor Prof. René Teixeira Barreira informa que nenhum recurso financeiro ou humano poderá ser deslocado das unidades assentadas em Fortaleza. Conforme assevera o Reitor: “Estamos empenhados em que a expansão da Universidade Federal do Ceará aconteça com a garantia de sustentabilidade, sempre se enfatizando a necessidade de garantir a qualidade do ensino e de todos os demais serviços que a instituição presta à sociedade”. Por fim, também está prevista a criação de um campus da UFC na Região Norte do Estado. As definições desse projeto deverão ser anunciadas em breve.

10.10. CRESCIMENTO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA ADVINDA DO TESOUREO NACIONAL

A Universidade Federal do Ceará vem registrando considerável crescimento da receita orçamentária e eficiência na utilização dos recursos. Em 2003, os recursos oriundos do Tesouro Nacional foram de R\$ 15,5 milhões; em 2004, de R\$ 16,5 milhões; em 2005, chegaram a R\$ 27,9 milhões e a previsão para 2006 é de serão aproximadamente R\$ 32 milhões. No ano passado, a UFC ainda obteve R\$ 4,7 milhões através de emendas de bancadas e R\$ 1,19 milhões de emendas individuais, além de recursos provenientes de convênios e parcerias.

O Coordenador de Análise Institucional e Avaliação (CAIA) da Pró-Reitoria de Planejamento (PRPL), Prof. Wagner bandeira Andriola, explica que o aumento na receita, especialmente advinda da União, é reflexo da melhoria de três atividades: a sistemática da coleta de dados institucionais que são transformados em indicadores de desempenho; o uso desses indicadores para cálculo da matriz orçamentária e a melhoria desses dados institucionais que têm grande peso na referida matriz. Como exemplos, destaca o aumento do número de alunos matriculados e diplomados na graduação e pós-graduação, melhoria na qualificação de docentes e técnico-administrativos, aumento de publicações em veículos especializados, melhoria dos indicadores de gestão do Tribunal de Contas da União e melhora do conceito dos cursos de Pós-Graduação junto à Capes.

Numa via oposta à da cultura do pessimismo, a Administração Superior da UFC ressalta a importância do crescimento dos recursos orçamentários e, ao mesmo tempo, desenvolve ações para economizar e racionalizar a aplicação desses recursos. O Pró-Reitor de Administração, Prof. Luiz Carlos Saunders, reconhece que ainda falta muito a fazer. Mas dá exemplos de como a UFC está otimizando a gestão orçamentária. No caso da telefonia, em 2003 a UFC gastava por ano R\$ 1,8 milhão; hoje, a despesa com telefonia caiu para R\$ 360 mil/ano.

A economia foi possível com medidas como um trabalho de conscientização quanto às ligações de telefone fixo para celular, instalação de equipamento para limitar o tempo das ligações e diminuição dos ramais liberados para chamadas externas. Outra medida foi a licitação, através de pregão, entre operadoras de telefonia: a Telemar ficou com uma participação de $\frac{1}{4}$ e a Embratel de $\frac{3}{4}$ para prestação de serviços à UFC.

A redução de gastos com energia elétrica se deu a partir de um convênio com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), coordenado pelo Centro de Tecnologia da UFC. O convênio viabiliza a utilização de equipamentos de alta eficiência na redução de consumo, como aparelhos de ar-condicionado do tipo Split e lâmpadas fluorescentes. A mudança vem sendo feita gradativamente.

Os setores escolhidos para o projeto piloto foram a Reitoria, Labomar e Hospital Universitário Walter Cantídio. Houve ainda um trabalho junto ao HUWC e à Maternidade-Escola Assis Chateaubriand (MEAC), no sentido de essas unidades se responsabilizarem pelo pagamento das despesas de água, luz e telefone, antes incluídas no orçamento global da UFC. Há também um trabalho de conscientização da comunidade universitária para evitar o desperdício de energia e uma parceria com a Coelce para a instalação de capacitores visando à redução de carga.

O gasto de água também sofreu considerável diminuição. Em 2003, a conta chegava a R\$ 170 mil por mês e a expectativa para fevereiro de 2006 é de R\$ 90 mil. Uma das ações que colaboraram para essa economia foi a UFC assumir a Estação de Tratamento de Água do Pici. O Prof. Luiz Carlos explica que, se todo o consumo fosse através da Cagece, a despesa, que hoje está em R\$ 5 mil, seria de R\$ 50 mil ao mês.

Com a Cagece, o que foi feito foi uma parceria para monitoramento da água tratada do Pici, com a instalação de hidrômetros para uma unidade predial. Agora, é possível saber onde há maior gasto, estabelecendo-se, então, o controle. O uso da água também é acompanhado por equipe formada por um engenheiro, um bombeiro e um auxiliar que ficam atentos, por exemplo, aos casos de vazamentos. A UFC economiza, ainda, utilizando água de poços, onde isso é possível, como na estação de piscicultura.

A racionalização de gastos se dá igualmente na parte de serviços e reformas, com um maior controle na compra de material e na contratação e fiscalização de empresas responsáveis pelas obras. O Prof. Luiz Carlos Uchoa Saunders deixa claro que tudo o que está sendo feito é graças a uma boa relação da Administração Superior com a Administração Acadêmica.



Relatório Final

Dimensão Onze: Complexo Hospitalar da UFC

DIMENSÃO ONZE:

COMPLEXO HOSPITALAR DA UFC

11.0. OBJETIVOS

Obter dados e informações válidas que vise a identificar a adequação das atividades desenvolvidas no âmbito do Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC) e da Maternidade Escola Assis Chateaubriand (MEAC) às finalidades do Complexo Hospitalar.

11.1. PROCEDIMENTO PARA OBTENÇÃO DOS DADOS

Através da obtenção de dados extraídos de fontes secundárias, tais como, a *Revista Universidade Pública*, o *UFC Fax*, o *Jornal do SINTUFCE* e o *Jornal da UFC*, ou ainda dados extraídos do “Sistema *On-line* de Dados e Indicadores da Qualidade Institucional da UFC” (CAIA/PRPL), do “Sistema do Censo da Educação Superior” (SIEDSUP - MEC/INEP), bem como do Relatório Anual de Atividades da UFC de 2005.

11.2. DESCRIÇÃO DO COMPLEXO HOSPITALAR

Unidades de referência no ensino e na pesquisa do Ceará, a Maternidade-Escola Assis Chateaubriand (MEAC) e o Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC) alcançaram, no ano passado, a certificação como hospitais de ensino, pelo Ministério da SAÚDE e da Educação.

Com o objetivo de promover o ensino, a Direção do Hospital Universitário planeja construir ambulatorios didáticos. O novo modelo, dividido em ilhas, terá 40 salas de atendimento, das quais 12 serão preparadas com equipamentos de filmagem para que seja realizado o exame de capacitação. Isso vai permitir o treinamento supervisionado, em que os atendimentos feitos pelos estudantes serão avaliados por uma comissão de professores. “Temos a preocupação de melhorar o sistema de avaliação do aluno. É por isso que queremos adaptar a estrutura do hospital para o ensino”, diz o Diretor de Ensino e Pesquisa, Marcelo Alcântara.

O Hospital se prepara para iniciar transplantes de pâncreas e de coração no próximo semestre. Segundo o Diretor Geral, Dr. Silvio Furtado, a equipe já está formada. Para dar o suporte necessário aos transplantes, há um projeto de reforma e ampliação da UTI, elevando o número de leitos de 13 para 24. Em 2004, o Hospital se consolidou como um dos maiores centros de transplantes do Brasil, com 89 transplantes de fígado e rim. Em 2005 a unidade começou a realizar transplantes de medula óssea.

Na atual gestão, o setor de imagem do HUWC recebeu o mais moderno equipamento de hemodinâmica do Estado. Isto possibilitou aumento significativo nos serviços: de 404, em 2003, para 366 exames até junho deste ano, podendo ultrapassar 700 em dezembro.

Com a melhora das instalações inauguração dos novos serviços, a área de ensino foi beneficiada, o que pode ser verificada pelo aumento do numero de internos, que passou de 236, 2003, para 252 agora em 2005. Segundo o Dr. Silvio Furtado, isso é bom indicador. “Quando assumimos, em 2003, a falta de estrutura fazia com que os internos fossem para outros hospitais. Este ano, conseguimos resgatar nossos alunos”, diz.

Outra novidade é a implantação da Ouvidoria do HUWC, prevista par este mês de agosto e que vai estimular a discussão de problemas internos do hospital. Para o Dr. Silvio, a nova instancia “trará a voz do usuário para a direção de forma muito mais eficiente do que a pesquisa de satisfação”.

11.3. RECURSOS HUMANOS DO COMPLEXO HOSPITALAR

TOTAL GERAL DE ADMITIDOS		TOTAL DA REDUÇÃO DE QUADRO	
UFC	35	UFC	12
SAMEAC	35	SAMEAC	33
TOTAL	70	TOTAL	45

DIRETORIA DE ENFERMAGEM			
ADMITIDOS		REDUÇÃO DE QUADRO	
UFC	05	UFC	06
SAMEAC	06	SAMEAC	08
TOTAL	11	TOTAL	14

DIRETORIA ADMINISTRATIVA			
ADMITIDOS		REDUÇÃO DE QUADRO	
UFC	25	UFC	02
SAMEAC	20	SAMEAC	16
TERC.	160	TERC.	00
TOTAL	205	TOTAL	18

DIRETORIA MÉDICA			
ADMITIDOS		REDUÇÃO DE QUADRO	
UFC	05	UFC	04
SAMEAC	09	SAMEAC	09
TOTAL	14	TOTAL	13

11.4. ÊNFASE À HUMANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DO COMPLEXO HOSPITALAR

Nos últimos dois anos, um forte trabalho de humanização vem sendo desenvolvido nos hospitais da Universidade, que têm realizado mudanças não apenas na estrutura física, mas também no acolhimento aos pacientes. A redução do tempo de espera nas recepções e ao acompanhamento aos internos são exemplos disso.

Na Maternidade-Escola, a humanização do parto é uma das prioridades e já com um diferencial: adolescentes de 19 anos e mulheres com parto cesário podem ser acompanhadas nas primeiras 24 horas após o parto. O objetivo é que todas as mulheres em trabalho de parto tenham acompanhantes. Para a Diretora Geral da MEAC, Dra. Zenilda Vieira Bruno, “a humanização leva à diminuição das complicações na hora do

parto. A grande importância disso é fazer a mulher se sentir bem”, diz. Para viabilizar o projeto, antigos apartamentos particulares estão sendo adaptados para funcionar como salas de parto. Outra medida foi a ampliação do horário de visitas, cuja duração de visitas foi estendida de duas para três horas diárias.

Ainda pensando na saúde da mulher, a Maternidade oferece atendimento específico para adolescentes e mulheres na menopausa, com uma equipe de profissionais multidisciplinar, composta por médicos, enfermeiras, psicólogas e assistentes sociais.

A MEAC realiza uma média de 550 partos mensais, o que inclui atendimentos com certo grau de complexidade, com os de bebês prematuros. Segundo a Dra. Zenilda, “o nascimento de bebês prematuros advém de um pré-natal deficiente”. E acrescenta que esses bebês representam a maior demanda da UTI neonatal. Para ela, é preciso estimular um pré-natal de qualidade para evitar a superlotação, principal causa de infecções. Para reduzir esse risco, houve investimentos na melhoria do atendimento aos bebês internados e no aumento do quadro de funcionários, com plantonistas nas salas de parto para garantir o atendimento imediato aos recém-nascidos.

Após o parto, a amamentação. O Banco de Leite, que atende tanto a pacientes internadas quanto à comunidade, recebeu novos *freezers* e foi climatizado para condicionar o material com mais segurança. Trabalhos educativos junto à comunidade, sobre a importância do aleitamento materno, são realizados através do grupo de teatro da MEAC, criado no ano passado. Outros temas, como planejamento familiar e prevenção do câncer de útero e de doenças sexualmente transmissíveis, são abordados nas apresentações.

Dentre as ações a serem desenvolvidas na atual gestão estão a revitalização dos ambientes hospitalares e a urbanização do campus de Porangabussu, a fim de melhorar as condições de trabalho e de ensino. “Para além da formação acadêmica, o Hospital e a MEAC são instituições com papel relevante no nosso Estado”, diz o Reitor René Barreira.

11.5. TRANSPLANTES DE FÍGADO

Atualmente existem cerca de 120 pacientes na fila de espera por um fígado. Em 2002 foram beneficiados oito pacientes com o transplante, número que em 2003 aumentou para 28. Em 2004 os transplantados somaram 53, enquanto em 2005 foram realizados até agora 17 transplantes. A equipe do Centro é composta por oito cirurgiões, quatro anesthesiologistas, dois clínicos e um patologista, além de enfermeiras, assistentes sociais e psicólogas.

Uma boa notícia dada pelo Hospital Universitário Walter Cantídio é que até julho aquela unidade deve realizar transplante de pâncreas. A informação é do diretor geral, Silvio Furtado. De acordo com ele, um profissional de São Paulo virá realizar os primeiros transplantes junto com a equipe médica do Hospital Universitário, que já foi treinada para o procedimento. Para esse primeiro semestre do ano está prevista também a retomada do transplante de córnea, modalidade que está parada há algum tempo. Já o cardíaco deve ser iniciado ainda este ano no Hospital Universitário. Atualmente, o hospital realiza transplante renal e hepático. Mas faz planos de implantar o de medula óssea no futuro.

Tudo vai depender de recursos para equipar a unidade com estrutura adequada, como apartamentos isolados com filtros de ar e outros requisitos. Para dar continuidade ao seu trabalho, muitas vezes os serviços de transplante se ressentem dos recursos escassos, o que acarreta desde a falta de medicamentos até insumos importantes para a realização de transplantes.

O Hospital Universitário tem dificuldades de abastecimento de medicamentos e insumos para transplante, como a solução usada na conservação dos órgãos a serem transplantados. A falta do produto é comum em hospitais do País inteiro e não se sabe quando o problema será solucionado.

No caso do Walter Cantídio, a solução pode sair ainda este mês, estimou o diretor do Hospital, Silvio Furtado em entrevista na primeira semana de abril. Até lá, a realização de transplantes fica comprometida. A demora é porque a solução é importada. Além disso, um dos dois fornecedores não tem inscrição no Sistema de Cadastramento unificado de Fornecedores (Sicaf) e por isso não pode comercializar diretamente com os órgãos públicos federais. O outro tem pendências com o Sicaf, conforme o diretor. O Hospital Universitário compra o produto através da Sociedade de Assistência à Maternidade-Escola Assis Chateaubriand (Sameac).

11.6. ORIENTAÇÃO NUTRICIONAL DE MULHERES MASTECTOMIZADAS

O Grupo de Estudos, Pesquisas e Assistência às Mulheres Mastectomizadas (Gepan), que acompanha atualmente 20 mulheres que tiveram câncer de mama, contará a partir de agora com a nutricionista que elaborará o cardápio e a dieta das mulheres assistidas. Muitas delas encontram-se com o peso acima do recomendado e é importante que tenham essa orientação na seleção dos alimentos.

O Gepan foi criado em 1998 e funciona no Departamento de Enfermagem da Universidade Federal do Ceará, no campus de Porangabussu, com reuniões às sextas-feiras, de 8 às 11 horas. Conforme a coordenadora do grupo, professora Ana Fátima Carvalho Fernandes, as mulheres mastectomizadas se submetem à hormonioterapia e como a maioria encontra-se na menopausa, algumas precisam fazer dieta. “Eu observei algumas mulheres obesas e vi que há uma falta de orientação nutricional”, revela Ana Fátima.

A nutricionista acompanhará também o cardápio da Associação das Mulheres Mastectomizadas (Toque de Vida), que atualmente congrega cerca de 200 mulheres e também funciona no Rodolfo Teófilo. “Precisamos de uma alimentação com mais qualidade e nada melhor do que um nutricionista para nos orientar”, afirma Marlene Pedrosa, presidente da entidade.

A Associação foi criada há 12 anos e seu trabalho de confecção de próteses vem-se consolidando de tal forma que a entidade começa a repassar esse “know-how” a outros estados, a exemplo do Piauí. Oferece oficina permanente de prótese e sutiã, bem como de peças íntimas e crochê. As oficinas ocupam as mulheres e as integram no momento em que mais precisam se sentir úteis, fazendo com que possam descobrir novas habilidades. A produção é escoada através da lojinha que funciona na sede da Associação, localizada na Rua Frei Marcelino, 1048 - Rodolfo Teófilo. Na primeira sexta-feira de cada mês a entidade realiza uma feirinha com produtos novos e usados, no Hospital do Câncer, no Rodolfo Teófilo.

11.7. PROJETO DE MONITORIA AOS PACIENTES COM DOENÇA DE CHAGAS

Pela primeira vez, no Ceará, uma pesquisa realiza monitoramento de pacientes com doença de chagas: o Projeto “Implementação de um Serviço de Atenção Farmacêutica aos pacientes Chagásicos do Estado do Ceará” visa melhorar a qualidade de vida dos pacientes portadores da doença, acompanhá-los para observar as reações ao medicamento usado no tratamento e impedir que eles desenvolvam o tipo mais grave da doença, que atinge cerca de 5 milhões de brasileiros e, a cada ano, contamina mais 20 mil.

O trabalho, coordenado pela professora Maria de Fátima de Oliveira, do departamento de Análises Clínicas e Toxicológicas da Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem (FFOE) da UFC, teve início no ano passado, com doentes chagásicos atendidos no Hospital Walter Cantídio (HUWC). O serviço especializado no HUWC é coordenado pelo cardiologista Marcondes Tavares. O projeto foi contemplado com financiamento do CNPq e, hoje, acompanha 28 pacientes, que apresentaram alterações hematológicas e bioquímicas.

Fátima de Oliveira Diz que é necessário implantar um serviço voltado para as necessidades dos pacientes chagásicos, pois, no Ceará, a doença endêmica, chegando a atingir uma prevalência de 9,8% da população do município de Crateús e 6%, em Acopiara. Também não havia centros de atenção ao paciente chagásico no Estado e era necessário acompanhar os pacientes em uso do benzonidazol. As evidências de que o tratamento etiológico pode impedir a evolução da doença também justificava o projeto, diz.

O benzonidazol (com nome de marca Rochagan) é a única droga disponível no Brasil para tratar a enfermidade. Pode causar sérias reações adversas e só é disponibilizado pelo Ministério da Saúde para centros de referência de tratamento de pacientes com doença de chagas ou projetos de pesquisa. Os efeitos colaterais podem ir desde reações na pele à alterações no sangue e até paralisias temporárias. Em alguns casos, a administração do remédio precisa ser suspensa.

Ao projeto, integram-se pesquisas de dois mestrados: Alcidésio Sales Sousa Júnior (“Desenvolvimento de um modelo de atenção farmacêutica a pacientes chagásicos”) e Vânia Maria Oliveira de Pontes (“Monitoramento de pacientes chagásicos crônicos atendidos no ambulatório do Hospital Universitário Walter Cantídio em tratamento com Benzonidazol”).

O trabalho de Alcidésio pode ser implantado na rede Sus pelo ministério da Saúde, quando for concluído. Como o projeto tem previsão de ir até 2010, à medida que esses mestrados concluírem suas pesquisas outros serão agregados. Em paralelo, a Prof.^a Fátima faz um estudo que vai tornar mais precisos os números relativos à doença no Ceará. Ela visita municípios do interior realizando exames de sangue para detectar novos casos.

A chefe do Departamento de Análises Clínicas e Toxicológicas da FFOE, Profa. Gorete Rodrigues de Queiroz, considera o projeto importante por contribuir não só para a comunidade científica, mas para os pacientes e suas famílias que, de outro modo, não teriam acesso a um tratamento e acompanhamento desse nível. “É a contribuição que o Departamento dá para a comunidade de uma maneira em geral”, conclui.

11.8. REFORMA DE AMBULATÓRIOS

Atendimento diferenciado é o que se propõe a oferecer o Ambulatório dos Servidores da UFC, situado no Hospital Universitário Walter Cantídio. Criado há 14 anos, passa, atualmente, por completa reformulação. Mais dois médicos generalistas atenderão aos servidores, totalizando oito. Por mês, como explica o diretor Paulo Roberto Lins Pontes são cerca de 330 atendimentos. A expectativa próxima é de 80 a cada dia, 40 em cada turno. Entre técnico-administrativos e docentes, a Universidade tem cerca de 4500 funcionários. A clientela inclui os aposentados e dependentes.

Pelo menos 96% dos que buscam o Ambulatório têm suas demandas resolvidas por um clínico geral, diz o diretor. Entre as especialidades, a procura maior é pela psiquiatria, seguindo-se a oftalmologia, a neurologia e a dermatologia. Para a cardiologia e a endocrinologia não há necessidade de encaminhamento do clínico. Exames de alta complexidade, como a tomografia e o cateterismo, são disponibilizados sem dificuldades para os servidores da Universidade, explica Paulo Lins. Tanto eles como seus dependentes têm preferência de vagas em leitos do Hospital Walter Cantídio, assim como na Maternidade-Escola Assis Chateaubriand. O serviço de Pediatria do HU, hoje, é exclusivo dos dependentes dos funcionários da UFC.

O diretor aguarda a aquisição de equipamentos e a disposição de mais dois médicos, como prevê o projeto de reformulação do ambulatório. Atualmente, são apenas seis. Mas, ele destaca a boa vontade da administração superior do Hospital e da MEAC. Além dos dois médicos generalistas, serão lotados um psiquiatra, um psicólogo e uma enfermeira. O serviço funcionará em dois turnos: de 8 às 11 horas e das 13 às 17 horas. A ampliação é promessa do reitor René Barreira aos servidores da Universidade, especialmente porque a grande maioria não é coberta por um plano de saúde.

A ampliação do ambulatório será progressiva. A meta é fazer o histórico de saúde física e mental do servidor docente e técnico-administrativo, desde seu ingresso na instituição. Será feito um diagnóstico epistemiológico e, a partir daí, identificadas patologias relacionadas ao ambiente de trabalho, estabelecendo um perfil de morbidade associado à ocupação. Serão utilizadas quatro salas para atendimento em dois turnos, uma sala de espera climatizada, banheiros, almoxarifado, sala para a realização de passagem, glicemia, eletrocardiograma e ainda uma sala para pessoas em condições especiais, com necessidade de isolamento. A idéia, como enfatiza o diretor do Departamento de Desenvolvimento humano da SRH, José Raimundo Soares da Silva, é ter também clínicas de pesquisa, como diabetes e combate ao alcoolismo.

11.9. CONVÊNIOS COM O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

O programa de Contratualização firmado entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e o hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC) entrou em rigor neste início de ano. O convenio foi estabelecido entre a Secretária Municipal de Saúde de Fortaleza (gestor local do SUS) e o Hospital Universitário, em dezembro último. Com a nova estrutura de contrato de serviço, o Hospital aumentará a capacidade de faturamento, uma vez que teve as metas revistas. Agora, passa a receber recursos de acordo com seus gastos nas áreas de atendimento de média e alta complexidades.

O diretor do HUWC, Prof. Sílvio Rocha Furtado, explica que antes do Programa de Contratualização o hospital realizava procedimentos acima das metas estabelecidas

pelo SUS, não recebendo tudo o que tinha direito. Com o novo contrato, a Prefeitura concordou em bancar a contrapartida dos procedimentos de média complexidade. Antes, a receita fixa que o Hospital recebia do SUS ficava em R\$ 1,1 milhão/mês e agora ficará em torno de R\$ 1,4 milhão/mês. Estes valores não incluem procedimentos que não entram nas metas, como transplantes. Neste caso, um procedimento de alta complexidade, o Ministério da Saúde repassa de acordo com o que é realizado. O Ministério também vai dar um incentivo de R\$ 140 mil ao HUWC por este ter contratualizado novas metas.

De acordo com o Diretor, o hospital universitário tem que atualmente um déficit mensal em torno de R\$ 400 mil. Com o novo contrato com o SUS, será possível equiparar receita e gastos. Com a ampliação das metas e a redução de desperdício na capacidade instalada e pessoal, acredita Furtado, é possível haver superávit e até renegociar e pagar as dívidas do hospital, hoje em torno de R\$ 9 milhões.

Além do aumento da receita e da negociação direta com o gestor local do SUS em Fortaleza, o novo método terá ainda mais um ponto positivo: o acompanhamento mensal dos trabalhos pela Comissão de Acompanhamento do Convênio que será formada por representantes do Hospital, da Secretária de Saúde e dos usuários.

O Programa de Contratualização foi lançado pelo governo federal em maio de 2004, pela portaria nº. 1006/MEC/MS. Para se adequar ao modelo, os hospitais universitários passaram por um processo de certificação para serem reconhecidos, novamente, como instituições de ensino. O HUWC recebeu a certificação em outubro do ano passado.

11.10. INDICADORES DE DESEMPENHO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO WALTER CANTÍDIO

A seguir são apresentados dados e indicadores de desempenho do HUWC em 2005.

11.10.1. DESEMPENHO ASSISTENCIAL (DADOS BÁSICOS)

CONSULTAS E PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS	
Consultas médicas	140.371
Outros procedimentos médicos	40.240
Consultas/atendimentos multiprofissionais	66.486
Total	247.097

ENTRADAS	
Clínica médica	2.710
Clínica cirúrgica	4.293
Clínica pediátrica	380
UTI Clínica	901
UTI Pós-Operatória	157
Total	8.441

CIRURGIAS	
Cirurgias em centro cirúrgico	3.439
SADT	
Patologia clínica	654.641
Radiodiagnóstico	14.794
Tomografia Computadorizada	2.703
Mamografia	1278
Métodos gráficos	5.035
Ultrassonografias	7.359
Endoscopias	3486
Hemodinâmica	853
Anatomia patológica	1.130
Hemodiálise (sessões)	11369
Fisioterapia/ T. ocupacional (sessões)	8247
Quimioterapia (sessões)	3407

INDICADORES HOSPITALARES				
	Média de permanência (dias)	Taxa de ocupação (%)	Taxa de mortalidade (%)	Taxa de infecção hospitalar (%)
Clínica médica	11,1	70,3	3,9	5,21
Clínica cirúrgica	4,8	61,8	1,2	4,7
Clínica pediátrica	11,4	50,6	0,5	1,75
Clinica 06	2,6	75,5	14,0	
UTI	9,9	89,7	5,9	24,28

COMPARAÇÃO DA PRODUÇÃO DE PROCEDIMENTOS ESTRATÉGICOS E DE ALTA COMPLEXIDADE		
PROCEDIMENTO	Ano 2004	Ano 2005
Exames hemodinâmicos	290	414
Angioplastias	67	135
Cirurgias cardiovasculares	131	218
Estudo eletrofisiológico/ablação	00	50
Cirurgia bariátrica	20	19
Cirurgias oncológicas	244	321
Facectomias	93	137
Fotocoagulação a laser	00	399
Cirurgia vascular/endovascular	65	119
Transplante hepático	49	55
Transplante renal	69	51
Radiologia intervencionista	02	16
Neurocirurgia	36	30

RESULTADOS RELEVANTES DA PRODUÇÃO ASSISTENCIAL:

- Ampliação do número de leitos de UTI com o cadastramento junto ao MS de mais 07 leitos. Tal cadastramento foi aprovado em junho/2005 e desta maneira o Hospital passou a totalizar 13 leitos de UTI.
- Expansão do atendimento em alta complexidade cardiovascular com o aumento no número de procedimentos de cardiologia intervencionista, cirurgia cardiovascular, cirurgia vascular, cirurgia endovascular, eletrofisiologia e radiologia intervencionista;

- Expansão da assistência em oftalmologia, notadamente nos procedimentos que visam à prevenção à cegueira como o diagnóstico e tratamento da retinopatia diabética, glaucoma e catarata;
- Consolidação do Hospital como referência na área de transplantes com o crescimento no número de transplantes hepáticos, a manutenção dos transplantes renais e a preparação de infra-estrutura para transplantes pancreáticos, de córnea e cardíacos.

A escassez de recursos financeiros e os entraves administrativos originados pelas dificuldades internas de gestão e pelas atuais amarras das leis, fizeram com que esta instituição deixasse de alcançar os resultados esperados para cumprir, a contento, sua missão. O aumento de uma demanda crescente no ano de 2005 e uma receita que não cresceu na mesma proporção que a demanda, trouxe grande pressão para os serviços e à Direção. Porém, apesar das dificuldades encontradas houve um grande esforço de todos que compõem o HUWC de atingir as metas e resultados adequados às solicitações dos gestores e da sociedade.

A atual Direção primou em 2005 pela legalidade e agilização dos processos administrativos, conseguindo grandes avanços gerenciais e relevantes resultados na sua produção assistencial em relação ao ano de 2004, buscando sempre alternativas criativas e ferramentas gerenciais modernas para garantir o adequado desenvolvimento das questões administrativas e assistenciais.

11.11. INDICADORES DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS – ANO 2005

a) FARMÁCIA

Prescrições Aviadas e não Aviadas. Total de 86.312.

Fracionamento. Total de 430.253.

Produtos Manipulados pelo Laboratório de Manipulação do HUWC/UFC. Total de 49.682.

Setor de Processamento de Dados. Total de 827.378.

Nutrição Parenteral Total. Total de 416.

Número de Pacientes Atendidos nos Programas Ambulatoriais. Total de 58.622.

Farmácia Clínica. Total produção de 1267.

Kits produzidos. Total de 61.822.

Kits radiológicos. Total de 2900.

Número de Cirurgias (Carro Kit pela Farmácia do Centro Cirúrgico). Total de 5106.

b) MANUTENÇÃO

Total de ordens de serviços solicitadas – Total de 5176.

Total de ordens de serviços atendidas – Total de 5099.

Total de ordens de serviços pendentes – Total de 77.

11.12. SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E DIETÉTICA**Refeições fornecidas aos pacientes em 2005.**

Desjejum	48.156
Lanche	47.976
Almoço	54.163
Lanche	47.992
Jantar	48.866
Ceia	48.677
Enteral	3.722
Total	299.552

Refeições fornecidas aos funcionários, acompanhantes, residentes e internos em 2005.

Desjejum	43.049
Almoço	78.068
Jantar	28.545
Ceia	28.281
Total	177.943

11.13. ATIVIDADES DE APERFEIÇOAMENTO, TREINAMENTO, EDUCAÇÃO CONTINUADA E EVENTOS EDUCATIVOS.

	PÚBLICO ALVO	Nº Participantes
Poder e Conflito nas Organizações – Seminário de Dirigentes	Chefias e colaboradores estratégicos do HUWC	12
Gestão de Marcas – Grupo de Gestão	Chefias e colaboradores estratégicos do HUWC	08
Internacionalização	Chefias e colaboradores estratégicos do HUWC	00
Gestão Responsável para Sustentabilidade	Chefias e colaboradores estratégicos do HUWC	02
Gestão de Negócios/PDD	Chefias estratégicas	07
Gestão de Pessoas/PDD	Chefias estratégicas	07
Gestão de Finanças/PDD	Chefias estratégicas	07
Gestão de Marketing/PDD	Chefias estratégicas	07
Gestão de Processos/PDD	Chefias estratégicas	07
Gestão de Operações/PDD	Chefias estratégicas	07

11.14. ENSINO E PESQUISA**A) RESIDÊNCIA MÉDICA.**

Em 2005 o HUWC ofereceu Residência Médica em 24 especialidades totalizando 133 residentes nos programas abaixo:

Programas de Residência	Nº de vagas ofertadas
Anestesiologia	02
Cirurgia Geral	04
Cirurgia Plástica	01
Clínica Médica	12
Coloproctologia	02
Dermatologia	02

Endocrinologia / Metabologia	03
Neurologia	02
Ginecologia e Obstetrícia	10
Oftalmologia	02
Ortopedia/Traumatologia	02
Otorrinolaringologia	02
Patologia	03
Pediatria	07
Radiologia e Diagnóstico por imagem	02
Reumatologia	01
Urologia	02
Gastroenterologia	02
Cardiologia	02
Cirurgia de cabeça e pescoço	01
Hematologia e Hemoterapia	02
Medicina da Família e da Comunidade	10
Nefrologia	02
Medicina Intensiva	02

B) GERÊNCIA GERAL DE PESQUISA

1) Foram desenvolvidos cerca de 154 projetos de pesquisa no HUWC-UFC, oriundos de várias entidades (segue quadro abaixo), cujos orçamentos apresentados eram no valor de R\$ 2.353.164.60, dos quais 29% tiveram fonte financiadora com um montante de R\$ 2.068.335,00. Os outros projetos foram desenvolvidos dentro das rotinas dos serviços, portanto com recursos do SUS e da UFC.

2) Na capacitação de recursos humanos, foi organizado e ministrado um curso para os médicos residentes, em 05/11/2005, 2º Fórum para Residentes do HU: Comunicações Científicas, onde foi apresentada metodologia para desenvolvimento de pesquisas clínicas e laboratoriais, com objetivo de melhorar a formação dos médicos na elaboração de suas monografias, no final de seus estágios, portanto contribuindo para elevação do nível da produção científica do HU.

3) O Comitê de Ética e Pesquisa do HU foi transferido de local, passando a funcionar dentro do HUWC, durante todo o dia, agilizando suas funções. Foram indicados novos membros.

4) Foi elaborado o Projeto do Centro de Pesquisas Clínicas do HUWC. CPC/HUWC/FINP - Encaminhado à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, proposta para obtenção de apoio financeiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, no âmbito do Plano Nacional de Ciência e Tecnologia da Chamada Pública MCT/MS/FINEP Ação Transversal – Pesquisa Clínica – 004/2005. O orçamento do projeto foi de R\$ 1.407.000,00.

A proposta foi classificada em 17º lugar e atualmente o HUWC-EFC participa da Rede Nacional de Pesquisa Clínica em Hospitais de Ensino. Os recursos disponibilizados em 2005 foram de R\$ 400.000,00 e o restante para 2006.

5) Foi iniciada a construção das instalações da Gerência Geral de Pesquisas do HU onde também funcionarão a Gerência do Centro de Pesquisas Clínicas e o Comitê de Ética e Pesquisa. Esta estrutura terá como finalidade concentrar as atividades destas três entidades, facilitando o andamento das pesquisas no HU e melhorando seu nível de produção científica, portanto, possibilitando a obtenção de mais recursos para a pesquisa.

Há um projeto para construção de um Centro de Pesquisas provisório, até que o término do Centro financiado pela FINEP. O hospital já tem vários Estudos Clínicos em andamento que logo poderão ser desenvolvidos nessa área específica para pesquisa, que tem sua inauguração prevista para o início de fevereiro.

6) Outras fontes de Captação de Recursos Financeiros para pesquisas clínicas

1ª Doação - PULMOCENTER – CENTRO DE DIAGNOSTICO E TRATAMENTO DAS DOENÇAS RESPIRATÓRIAS S/C LTDA.

R\$ 1.336,56 - em 21 de outubro de 2005.

A DOAÇÃO será em gastos com ensino e pesquisa do HUWC Depositado na conta da SAMEAC/HUWC/DEP – Banco do Brasil.

7) Segue a relação de projetos desenvolvidos no HUWC/UFC e o orçamento do centro de pesquisas Clínicas e ser financiado pela FINEP.

11.15. INDICADORES DE DESEMPENHO DA MATERNIDADE ESCOLA ASSIS CHATEAUBRIAND (MEAC)

São apresentados indicadores de desempenho da MEAC, relativos ao ano 2005.

DADOS BÁSICOS	
FORÇA DE TRABALHO	
Funcionários SAMEAC	389
Funcionários UFC	530
Funcionários Terceirizados	24
Total	943
PRODUTIVIDADE HOSPITALAR	
Quantidade total de leitos	235
Internações	14923
Cirurgias	7155
Curetagens	1969
Atendimentos de Emergência	22605
Consultas Ambulatoriais	51576
Exames Laboratoriais (realizados no HUWC)	67616
Internações nas UTIs Neonatais de Alto Risco	601
Internações nas UTIs Neonatais de Médio Risco	2321
Internações na UTI Adulta	91
Cesarianas	2788
Partos Normais	2897
Atendimentos do Serviço Social a Pacientes Internadas	54.165
Atendimentos do Serviço Social a Pacientes Ambulatoriais	4.912
Óbitos Neonatais	113
Óbitos Natimortos	161
Óbitos Pacientes Adultas	20

Terapia Ocupacional – Sessões	184
Terapia Ocupacional – Atendimentos	1120
Serviço de Adolescentes – Atendimentos	7029
Banco de Leite Humano – Quantidade de Exames	38535
Banco de Leite Humano – Consultas de Enfermagem	1282
Banco de Leite Humano – Dodadoras de Leite	1305
Banco de Leite Humano – Visitas Domiciliares	1368
Psicologia – Atendimentos	4464
Exames Ultrassonográficos (1º Andar)	565
Nutrição e Dietética – Total de Refeições/Lanches Servidos	523512
INDICADORES HOSPITALARES	
Relação total funcionários/leito	4,01
Relação funcionário SAMEAC/Leito	1,65
Total de Médicos	175
Total de Enfermeiras	87
Total de Aux Enf/Tec Enf	363
Relação Médico/Leito	0,74
Relação Enfermeira/Leito	0,37
Relação Aux Enf/Tec Enf/Leito	1,54
Taxa de Ocupação Clínica Obstétrica (% geral)	81,97
Média de Permanência Clínica Obstétrica (dias)	3,5

11.16. UFC INTEGRA A REDE UNIVERSITÁRIA DE TELEMEDICINA

A Universidade federal do Ceará é uma das instituições integrantes da Rede Universitária da Telemedicina (RUTE), lançada no dia 24 de abril pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e o ministério da Ciência e Tecnologia (MTC), com apoio da Associação Brasileira de Hospitais Universitários (ABRAHUE). Primeira rede do gênero, RUTE irá interconectar hospitais universitários de instituições de ensino e pesquisa de todo o País e promover a colaboração entre grupos de pesquisa em saúde. O objetivo é apoiar o aprimoramento de projetos em Telemedicina já existentes e incentivar o surgimento de futuros trabalhos nas universidades. O responsável pela RUTE na UFC é o professor Luiz Roberto de Oliveira.

A rede tem financiamento da Fiesp e a infra-estrutura de alta capacidade e qualidade adequada será fornecida pela RNP. Inicialmente, além da UFC, outras 19 instituições participam da RUTE (UFPR, UNIFESP, Instituto Pazzanese, INIMAR, HU-USP/LSTEC.UNICAMP, UFES, UFBA, UFAL, UFPE,UFPB, UFMA, UFAM, FIOCRUZ, HC-FMUSP, HC-POA, UERJ, UFMG E UFSC). Elas irão compartilhar dados, consultas, diagnósticos, imagens e vídeos médicos nacionalmente. Além disso, será possível colaborar com instituições no exterior através da rede CLARA (Cooperação Latino-Americana de Redes Avançadas) e de conexões internacionais para a Europa e a América do Norte. Os investimentos atingem R\$ 5 milhões e a previsão é de que até o fim do ano todas as instituições estejam na RUTE formando uma comunidade em Telemedicina.

A integração dos hospitais universitários na RUTE viabilizará a troca de informações médicas, estudos de caso, consultas por videoconferência, análise de sinais e imagens médicas, radiologia por imagem, sala de laudo virtual, diagnósticos e cursos de capacitação médica a distância, dentre outros, provendo a melhoria do atendimento especializado à população, educação e redução de custos com comunicação e deslocamento.

11.17. DOAÇÃO DE CONSULTÓRIOS AO COMPLEXO HOSPITALAR

Doação de ex-aluno para a universidade que o formou é uma prática raríssima, no Brasil. As exceções devem ser comemoradas. Um ato do empresário Roberto Lazar, formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Ceará (UFC), em 1971, irá beneficiar milhares de pacientes e colaborar na formação de centenas de jovens estudantes. Dono da Supra Construções Ltda., ele doou a edificação de 18 consultórios ao Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC), vinculado à Faculdade de Medicina da UFC.

O novo ambulatório do HUWC tem por característica inovadora a adequação da sua estrutura física à missão de integrar a atenção à saúde ao ensino e à formação de profissionais da área. O Diretor de ensino e Pesquisa do HUWC, Prof. Marcelo Alcântara, explica que se trata de prover um ambiente adequado à dinâmica do ensino e do treinamento de residentes, de estagiários, de internos e de estudantes de graduação dos módulos clínicos. “Haverá seis “ilhas” ambulatoriais, cada uma delas com consultórios conectados a uma central, onde fica o preceptor, para discussão em pequenos grupos dos pacientes atendidos. Isso possibilitará um atendimento mais humanizado para os pacientes e mais favorável ao exercício de preceptoria/ensino/assistência. Além disso, esse mesmo ambiente servirá com espaço para treinamento e avaliação de habilidades clínicas pois permitirá que, em horários fora do período assistencial, se realizem exercícios “quase reais” de atendimentos e consultas a pacientes simulados com chance para observação do desempenho individual de estudantes e residentes no exercício médico e na sua interação com os pacientes”, diz.

Será um espaço para “uma nova visão de como deve ser o atendimento ambulatorial no Hospital Universitário. Vai consolidar o atendimento individualizado do paciente”, afirma o diretor médico do HUWC, Carlos Roberto Martins Rodrigues Sobrinho.

A nova ala fica e um anexo do hospital, por trás do setor de Traumatologia. A empresa entregou o prédio com todas as instalações hidro-sanitárias, elétricas, logísticas (para receber toda a parte de informática), piso industrial, portas, janelas de esquadrias de alumínio e vidro, forro de gesso, tratamento acústico e estrutura para ar-condicionado central. Com a nova construção, o diretor afirma que, além da melhoria na qualidade do atendimento, o espaço liberado no prédio principal do Hospital vai permitir a expansão no número de leitos.

O empresário dos ramos de construção civil, imobiliário e hoteleiro, Roberto Lazar, aprendeu com seu pai, Waldih José Lazar, “que só se é mais feliz se fizer uma boa ação todo dia”. O convívio dos dois foi pouco. Waldih morreu em 1964, aos 62 anos, quando o filho tinha 15 anos. As lições do velho “engenheiro prático” que não

currou nenhuma universidade influenciaram mais que a carreira do filho. Deixaram enraizada a noção de solidariedade. “Chega-se a um estágio na vida em que se têm tudo, mas tem, mas te u vazio ainda. Descobri que tinha de ser mais solidário”. Conta.

Ano passado, num de muita chuva em Fortaleza, Roberto Iazar acompanhou u dos seus funcionários para uma consulta no setor de Gastro-enterologia do hospital Universitário. Encontrou médicos de renome - muitos de seu ciclo de amizade – longe do luxo das clínicas particulares, atendendo com o mesmo desvelo os pacientes de baixa renda. No consultório onde o rapaz foi recebido, o vento entrava forte por uma janela danificada, derrubando prontuários. “Foi a gota d’água na equação letal”, diz o empresário, “no corredor vi o perfil dos pacientes, a pobreza, senti a necessidade de ajudar aquelas pessoas de alguma forma “.

11.18. PERSPECTIVAS PARA O COMPLEXO HOSPITALAR DA UFC

Os 44 Hospitais universitários federais atendem gratuitamente a 5,2 milhões de brasileiros e realizam mais de 620 cirurgias por ano. É, segundo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), a maior rede pública brasileira de saúde. Mas a assistência á população, principalmente em procedimentos de grande complexidade, não é a única função dessas unidades. Além da extensão, os HUs têm como missão o ensino, formando recursos humanos com alta qualificação; e a pesquisa, produzindo conhecimentos e inovação tecnológica.

A permanente falta de recursos e de pessoal coloca em risco a qualidade dos serviços prestados á comunidade, a formação dos futuros profissionais e a produção científica. Há dois anos, a dívida dos HUs com fornecedores de produtos e serviços era em torno de R\$ 350 milhões. Hoje, o endividamento já chega a quase R\$ 600 milhões – aproximadamente R\$ 10 milhões são do Hospital Universitário Walter Cantídio, da Universidade federal do Ceará (UFC). “Nós temos de fazer nossa parte, mas essa é uma questão de governo. A atual política de gestão não permite alto desempenho permanente e sustentável”, aponta o diretor da HUWC, Silvio Furtado, para quem mais preocupante do que a dívida, no entanto, é o desempenho da instituição para a população brasileira.

E para onde vão, então, os hospitais universitários? Nenhuma proposta foi oficialmente apresentada até agora, mas as discussões já mobilizam governo, dirigentes, trabalhadores e estudantes. Novos rumos para os HUs estão sendo desenhados há pelo menos três anos. De instituição vinculada diretamente ao Ministério da Educação, via universidades, os hospitais podem virar autarquias, empresas públicas ou fundações.

A coordenador-geral das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) da Secretaria de Ensino Superior (Sesu) do Ministério da Educação, Ilka Moreira, admite que as discussões acontecem já há alguns anos por causa da precariedade do atendimento á saúde da população no País e pela falta de recomposição de quadro pessoal.

Uma eventual mudança na natureza jurídica dos hospitais tem relação direta com a crise que atinge o setor há mais de duas décadas, essencialmente em função do descompasso dos investimentos frente ao crescimento da demanda, que por sua vez, também é reflexo da crise no setor de saúde como um todo. A falta de recursos para cobrir as despesas tem endividado os hospitais, expondo uma situação aparentemente sem controle.

Além da insuficiência de recursos, há um déficit de pessoal, e mesmo assim, o corpo funcional consome quase a metade dos recursos destinados às instituições. No hospital da UFC, 44% das despesas, em 2005, foram para o pagamento de cerca de 1.500 funcionários. “É uma área-chave para melhorar o desempenho do ponto de vista operacional”, argumenta Silvio Furtado.

A gestão do hospital custou R\$ 72 milhões aos cofres públicos no ano passado. O Ministério da Educação destinou cerca de R\$ 30 milhões para o pessoal e apenas R\$ 1,6 milhão para custeio. “Em 2006, não temos um centavo previsto para investimento por parte do MEC nos 44 Hospitais Universitários”. Os recursos para o investimento no HUWC, estão vindo do novo processo de contratualização com o Ministério da Saúde, que destinou R\$ 640 mil para obras e equipamentos.

Enquanto faltam recursos humanos e financeiros, há uma legislação que dificulta a contratação de serviços, a aquisição de equipamentos e produtos e a captação de dinheiro por setores que poderiam estar investindo na Universidade, gerando receita e diminuindo a dívida.

A diretora da Maternidade Escola Assis Chateaubriand, Zenilda Bruno, não sabe qual a melhor alternativa de gestão, mas tem uma visão muito clara da inviabilidade do atual sistema. “Eu não acredito que a Universidade consiga ter agilidade suficiente para gerir os dois hospitais. É preciso, buscar um meio para qualificar a gestão, facilitando a aquisição de serviços e produtos. Gerir um hospital-escola é diferente de gerir uma sala de aula ou um centro de pesquisa”, diz.

Nem autarquia, nem fundação, nem empresa pública. Esse é o posicionamento dos representantes dos trabalhadores. “Nenhuma das alternativas resolve o problema, centrado basicamente na falta de recursos”, avalia Leila de Souza Oliveira, coordenadora de educação da federação de Sindicatos de trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra).

“Mais de 70% das atividades realizadas nos HUs são de assistência á saúde , porque a demanda reprimida das redes do SUS municipal e estadual deságua nos hospitais universitários. Os HUs estão fazendo o papel que não compete só a eles. A assistência não deve ser a prioridade para os hospitais universitários, mas o ensino, a pesquisa e a extensão”, argumenta Leila de Oliveira. Para ela, é necessária uma redefinição da atuação dos HUs para que haja uma equidade das ações desenvolvidas pelos hospitais. “A assistência não pode comprometer o ensino, a pesquisa e a extensão”. Segundo Silvio Furtado, embora o HU não exista precipuamente para a assistência, é por meio dela e da extensão que se viabilizam o ensino e a pesquisa.

Para a Fasubra, os hospitais universitários devem continuar como unidades de ensino, vinculadas ao Ministério da Educação, comprometidas com o desenvolvimento da pesquisa e da extensão e financiadas com recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino, como previsto no artigo 212 da Constituição Federal. O financiamento tripartite, envolvendo recursos dos ministérios da educação (gastos com pessoal), da Saúde (custeio e investimentos) e da Ciência e Tecnologia (financiamento de pesquisas), é o modelo ideal defendido pela federação.

Filiado à Fasubra e preocupado como os funcionários seriam atingidos em uma eventual mudança, o Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal do Ceará (Sintufc) adota a mesma linha de argumentação. Na avaliação da coordenadora-geral do

Sintufc, Lucineide Paiva, se o governo resolver o problema da insuficiência de recursos e de pessoal, o serviço terá mais qualidade, beneficiando usuários, trabalhadores e estudantes.

Além da insuficiência de recursos para cobrir todas as despesas, o déficit de pessoal é outro problema dos hospitais universitários federais. Não há reposição proporcional ao crescimento dos HUs, nem dos funcionários que estão se aposentando, que aderiram a planos de demissão voluntária ou que morreram. Nos últimos três anos, foram criadas 13 mil vagas, mas segundo a Fasubra, as novas contratações apenas amenizaram o problema.

A necessidade de pessoal, sem que houvesse uma resposta efetiva do governo, levou os dirigentes a buscar estratégias que, em alguns casos aumentaram a cadeia de problemas. A contratação de pessoal sem concurso público, por meio de fundações, tem sido questionada pelo Tribunal de Contas da União. Cerca de 13 mil trabalhadores em hospitais universitários de todo o País são ligados a fundações.

O governo alega não ter recursos para demitir esse pessoal e fazer a reposição e expansão do quadro por meio de concurso, o meio legal para a contratação no serviço público. “O MEC, em conjunto com o Ministério do Planejamento, tem desenvolvido plano de recomposição de quadro para suprimento mediante concurso público”, aponta Ilka Moreira.

Dos cerca de 1.500 funcionários do Hospital Walter Cantídio, em torno de 1.000 estão vinculados diretamente ao Ministério da Educação, o restante é contratado via Sociedade de Assistência à Maternidade Escola Assis Chateaubriand (Sameac). Na maternidade-escola, a diferença é muito maior: dos 948 funcionários, 400 estão vinculados a essa fundação.

Curioso é saber que um dos convênios que hoje têm causado dor de cabeça aos diretores dos hospitais foi criado para facilitar a administração hospitalar. Em 1974, quando a UFC e a Sameac estabeleceram a parceria, o gerenciamento do hospital passou à responsabilidade dessa sociedade, permitindo maior flexibilidade técnico-administrativa.

Hoje, nem o HU, nem a Maternidade Escola podem mais contratar funcionários via Sameac. A Maternidade escola tem um déficit de pelo menos 200 funcionários para a equipe médica, de enfermagem e de manutenção das atividades. “A Sameac não pode contratar, e a universidade, infelizmente, não tem como repor”, lamenta a diretora Profa. Zenilda Bruno.

Atualmente, oito pesquisas multicêntricas, todas com financiamento privado, estão sendo desenvolvidas dentro da instituição. O número poderia ser muito maior e a produção de conhecimento ter impacto direto no Sistema Único de saúde (SUS), mas isso só está começando a ser incentivado pelo governo agora, com a criação da rede nacional de unidades de pesquisas clínicas, em dezembro do ano passado. O HUWC é um dos 18 centros selecionados pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e Ministério da Saúde para integrar essa rede. Do Ceará, também participa a Universidade de Farmacologia clínica da UFC (Unifac), em parceria com o Hospital de Messejana.

As pesquisas em andamento são realizadas em uma estrutura modesta, montada com recursos próprios do hospital, advindos dos investimentos privados. Com a liberação de R\$ 1,5 milhão pelos ministérios da Saúde e da Ciência e Tecnologia, ainda

este ano, a perspectiva é de que o HUWC consiga montar uma estrutura maior e permanente. “As perspectivas são de muito avanço, mas em médio prazo”, prevê o diretor Silvio Furtado.

11.18.1. OPINIÃO DA DIREÇÃO DO SINTUFCE ACERCA DAS PROPOSTAS DO GOVERNO FEDERAL PARA OS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS

Manter os Hospitais Universitários (HUs) vinculados ao Ministério da Educação (MEC) e os servidores lotados nessas unidades como trabalhadores em Educação são bandeiras defendidas pela Sindicato dos Trabalhadores da UFC (SINTUFCE) e pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra). A possível mudança da natureza jurídica dos hospitais universitários é um tema que vem sendo debatido pelo MEC como forma de tentar contornar o problema de financiamento dessas unidades, que formam profissionais e realizam pesquisa, como prestam assistência à comunidade. A dívida acumulada desses hospitais é de aproximadamente R\$ 580 milhões, segundo o pró-reitor de Planejamento da UFC, Ciro Nogueira Filho.

Apesar de não haver um projeto formal proposto pelo MEC, alternativas para tornar os Hus autônomos já vêm sendo discutidas há algum tempo pelo Ministério com os Reitores das IFES. O SINTUFCE é contra a transformação dos hospitais em empresa pública, fundação ou autarquia porque entende que não é essa mudança que vai solucionar a crise dos Hus. O sindicato e a federação sempre se posicionaram em defesa desses hospitais como instituições de ensino, pesquisa, extensão e assistência, vinculados administrativamente ao MEC e são contra qualquer modelo jurídico que possa ameaçar essa vinculação. Por isso, a Federação e as entidades de base estão promovendo a campanha “Em defesa dos hospitais vinculados ao MEC. Nem autarquia, nem empresa pública, nem fundação”. A alternativa para a crise dos Hus passa pela injeção de recursos suficientes para pagar as dívidas e para impedir que elas continuem se acumulando, além de um trabalho de redução gradativa de gastos com a concentração de terceirizados, segundo as entidades representativas dos técnico-administrativos.

A continuidade do trabalho da comissão interministerial – formada pelo MEC e Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Saúde – com o objetivo de consolidar uma política de recuperação financeira e viabilizar a contratação de pessoal por meio de concurso público é considerada pela Fasubra e pelo SINTUFCE o melhor caminho para que os Hus desenvolvam suas atividades da melhor forma possível.

11.18.2. SINTUFCE PROMOVE SEMINÁRIOS PARA DEBATER AS PROPOSTAS DO GOVERNO FEDERAL PARA OS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS

O SINTUFCE, assim como a Federação dos sindicatos dos trabalhadores das universidades brasileiras e outros sindicatos de base, vêm realizando debates sobre os HUs. “Hospitais universitários e de saúde do trabalhador” foi o tema do seminário promovido pelo SINTUFCE no dia 19 de abril, no auditório Castello Branco, na Reitoria na UFC. Outros dois seminários para discutir a desvinculação dos HUs às universidades e relação de trabalho, entre os temas, estão previstos para os dias 30 de maio e 31 de maio (no auditório Paulo Marcelo).

O fato de o governo acenar para uma possível mudança de natureza jurídica dos HUs tem preocupado os servidores. Para o SINTUFCE, discutir a situação dos hospitais universitários e a saúde dos trabalhadores é condição fundamental para tentar melhorar o serviço que é prestado à comunidade e para, ao mesmo tempo garantir a qualidade de vida aos profissionais que estão envolvidos nessa missão. O evento contou com a participação da representante do grupo de trabalho (GT) saúde da Federação dos sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras, Etel Cássia Rossi; do pró-reitor de Planejamento da UFC, Ciro Nogueira; e do diretor do HUWC, Sílvio Furtado. Cerca de 100 servidores participaram do evento. A diretora da Maternidade escola Assis Chateaubriand, Profa. Zenilda Vieira Bruno, foi convidada, mas não pôde comparecer. Entre os dias 27 e 29 de abril a Fasubra também discutiu sobre os hospitais universitários durante o Seminário Nacional de Saúde.

De acordo com Etel, a realização desses eventos em nível regional e nacional foi uma demanda XVII Congresso Nacional Fasubra, realizado em 2004. Psicóloga do trabalho, a servidora da UFMG ressaltou que é preciso que os servidores lutem e se organizem em busca de um ambiente de trabalho que ofereça melhores condições e garantir-lhes satisfação. “Nós estamos trabalhando muito mais e ganhando a mesma coisa”, alertou Etel. O GT Saúde Nacional também tem discutido essas questões.

O Pró-reitor de Planejamento da UFC, Prof. Ciro Nogueira Filho, ressaltou que a crise nos HUs arrasta-se há décadas e que está inserida numa crise maior, que é a da saúde pública no país. “Valeria a pena fazer uma discussão desarmada, e não sob foco do financiamento, sobre qual seria a melhor estrutura administrativa que mantivesse os HUs com os princípios da administração pública, mas que nos desse flexibilidade”, propôs o próprio Reitor. O Prof. Ciro Nogueira Filho considera que “o governo quer desincumbir” dos hospitais, que, sistematicamente, recebem menos do que gastam.

No HUWC o déficit mensal médio em 2005 ficou em torno de R\$ 343 mil. Manter a estrutura da unidade de saúde, que funciona como centro de formação, tem custo alto. As despesas do hospital somaram R\$ 77.250.332.41, em 2005, mas a receita da unidade foi de R\$4.126.545.19. Isso significa que, no ano passado, o déficit acumulado de janeiro a dezembro representou 5,64% de tudo que foi recebido no mesmo período. Os dados foram divulgados pelo diretor do hospital durante o seminário.

O Prof. Sílvio Furtado disse que o déficit do HUWC caiu para cerca de R\$ 250 mil por mês no primeiro trimestre de 2006 e que pretende zerá-lo ainda este ano. “O HU não pode fazer cortes lineares. A redução de custos tem de ser inteligente para não comprometer o atendimento, ensino e pesquisa”. Para o diretor, o maior problema dos HUs não é a gestão de pessoas porque não há uma política de compensação pelo desempenho. “Só acho que não dá pra continuar como está. Não é questão de déficit, nem de treinamento”.



Relatório Final

**Dimensão Doze: Meta-Avaliação e Propostas para a
Operacionalização de Ações Institucionais Futuras**

DIMENSÃO DOZE:

META-AVALIAÇÃO E PROPOSTAS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DE AÇÕES INSTITUCIONAIS FUTURAS

12.1. OBJETIVOS

Possibilitar a valoração da atividade de auto-avaliação institucional da UFC, sobretudo no que tange à atuação das CPAs; permitir a identificação das dificuldades, carências e potencialidades da referida sistemática; possibilitar a auto-crítica dos membros das CPAs; apresentar aos gestores da UFC algumas propostas para a operacionalização de ações futuras visando ao aprimoramento institucional.

12.2. AUDIÊNCIAS

Membros das CPAs Central e das CPAs Setoriais da UFC.

12.3. PROCEDIMENTO PARA A COLETA DOS DADOS

Através de e-mail foi solicitado que os membros das CPAs apresentassem suas opiniões acerca da atuação dos membros; das dificuldades para a atuação das referidas comissões; dos aspectos a serem corrigidos para a adequada condução da sistemática auto-avaliativa.

12.4. RELATÓRIO DAS CPAS

Nesse tópico será apresentada síntese dos relatórios das CPAs Setoriais encaminhados à CPA Central, nos quais detalharam criticamente as dificuldades de atuação dessas comissões, bem como os aspectos que deverão ser aprimorados.

12.5. ANÁLISE CRÍTICA DA ATUAÇÃO DAS CPAS

No que tange às dificuldades de atuação das CPAs cabe destacar:

- Não envolvimento da maioria dos componentes das CPAs nos trabalhos programados, principalmente por não terem cultura de avaliação com visão construtiva e participativa. Como destacou a CPA Setorial do Centro de Ciências Agrárias (CCA): *quando esse processo sair do campo da “vontade pessoal” (só posso comparecer ou participar tal dia) e tomar a direção da vontade institucional ordenada e cobrada hierarquicamente pelos dirigentes, respeitando as vantagens devidas, talvez se encontre maior respeitabilidade ao compromisso assumido;*
- Descontinuidade da participação de significativo número de membros das CPAs às reuniões ordinárias;

- Postura reativa de docentes e de servidores técnico-administrativos da UFC à participação na auto-avaliação institucional;
- Postura reativa dos discentes de graduação para acessarem e preencherem o formulário *on line*, por conta da amplitude do mesmo;
- Formulários *on line* podem ter inibido maior participação discente;

No que diz respeito aos aspectos a serem corrigidos, de modo que a atuação das CPAs Setoriais seja aprimorada, cabe aqui enfatizar:

- Proposta de elaboração de Resolução a ser apresentada ao Conselho Universitário visando à regulamentar a auto-avaliação institucional e as atribuições das CPAs;
- Acentuar a autonomia das CPAs, com seus membros liberados para dedicarem-se integralmente à auto-avaliação institucional;
- Há que se estabelecer incentivos à participação dos docentes, discentes e servidores técnico-administrativos na auto-avaliação institucional. Por exemplo: pode-se incluir a atividade de membro da CPA como incentivo nas atividades discentes (participação que pode contar créditos) ou a Inclusão da atividade de membro da CPA como um incentivo na ascensão funcional dos funcionários técnico-administrativos;
- Há que se organizar e oferecer curso de formação de avaliadores com o objetivo de garantir nivelamento entre os diversos atores, em virtude das díspares características e formações profissionais dos membros das várias CPA's Setoriais;
- Há que se realizar intenso marketing interno a ser efetivado no decorrer dos semestres letivos, no âmbito interno de cada Unidade Acadêmica da UFC;
- Há que se elaborar calendário específico para reuniões internas dos membros das CPAs Setoriais;
- Deve-se aprimorar a comunicação interna entre a CPA Setorial e os docentes, os técnico-administrativos e os representantes estudantis (CA's e PETs), através de e-mail, reuniões departamentais, de cursos de graduação e pós-graduação;
- Há que se comunicar à comunidade interna os encaminhamentos decorrentes da auto-avaliação institucional;
- Há que se realizar reuniões em locais alternados no âmbito das Unidades Acadêmicas;
- Promover eventos setoriais em setores que não foram atingidos ou que tenham baixa adesão de seus membros;
- Há que se buscar a aquisição de bolsistas para auxiliar os trabalhos das CPAs Setoriais;
- Buscar maior comprometimento da Administração Superior à sistemática da Auto-Avaliação Institucional;

- Garantir recursos financeiros específicos para a Auto-Avaliação Institucional;
- As CPAs Setoriais devem engajar-se na análise dos dados institucionais através do uso dos seus respectivos computadores cedidos pela CPA Central, respeitando um cronograma de trabalho pré-estabelecido e oferecendo sugestões para o relatório final. Para tal, no lugar de reuniões há que se organizarem grupos de trabalho;
- Há que se criar um seminário permanente para discutir os resultados da Auto-Avaliação Institucional;
- Criação de infra-estrutura física própria para melhores condições de trabalho e maior transparência do caráter de independência da CPA;
- Criação de infra-estrutura administrativa própria (apoiado por pessoal administrativo);
- Alteração da composição da CPA Central na qual estariam incluídos os coordenadores de cada CPA Setorial;
- Maior disseminação para a comunidade universitária dos objetivos da auto-avaliação, importância, motivo e como as análises dos resultados podem reverter em benefícios para a UFC.

12.6. PROPOSTAS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DE AÇÕES INSTITUCIONAIS FUTURAS QUE VISEM O APRIMORAMENTO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E ACADÊMICAS

Relacionaremos, a seguir, as ações que deverão ser analisadas pela administração central como modo de se conseguir aprimorar as dimensões institucionais auto-avaliadas.

Dimensão I: garantir ampla divulgação interna para que a comunidade conheça o PDI e o PPI; incentivar a participação da comunidade interna da UFC durante a elaboração dos referidos documentos institucionais.

Dimensão II: operacionalizar ações institucionais visando a reduzir o número de interrupção de matrículas no âmbito dos cursos de graduação; incentivar maior interdisciplinaridade entre os cursos de graduação, sobretudo no que tange à formação dos discentes; incentivar maior relacionamento entre graduação e pós-graduação.

Dimensão III: aumento do número de bolsas destinadas aos discentes de graduação com menor poder aquisitivo, já que a UFC apresenta cômoda situação financeira; maior apoio financeiro às atividades artísticas e culturais desenvolvidas pelo ICA; prosseguimento das melhorias no âmbito das residências universitárias.

Dimensão IV: iniciar melhorias significativas no âmbito das coordenadorias e dos setores que cuidam da comunicação interna e externa da UFC, o que supõe garantir maior aporte de equipamentos e de recursos humanos especializados; garantir apoio financeiro para o adequado funcionamento dos diversos mecanismos de comunicação da UFC.

Dimensão V: implementar amplos estudos internos visando detectar o grau de satisfação no trabalho dos servidores da UFC e a qualidade das relações interpessoais, conforme aconselha a Controladoria Geral da União (CGU); iniciar análise dos

quantitativos de recursos humanos e das demandas internas instaladas, para que se obtenha elementos confiáveis, fundamentais à discussão acerca do regime semanal de trabalho; iniciar ampla discussão interna acerca da adequação quanto ao uso que se faz dos dados resultantes das sistemáticas de avaliação dos docentes e dos servidores técnico-administrativos.

Dimensão VI: buscar ações internas para aperfeiçoar o controle de pessoal, tanto docente quanto técnico-administrativo; aprofundar as ações institucionais de combate ao desperdício; iniciar amplo estudo com vistas ao aperfeiçoamento da segurança interna; adequar os programas internos de incentivo à publicação de livros às demandas instaladas; incrementar os investimentos no ensino de graduação e de pós-graduação, de modo a atender às necessidades internas; aumentar e adequar o acervo bibliográfico às necessidades dos aprendizes; aperfeiçoar o modelo interno para a distribuição de vagas para novos docentes; garantir apoio financeiro para o desenvolvimento de sistema informatizado para a gestão de dados e informações administrativas e acadêmicas, de modo a facilitar a auto-avaliação, o planejamento institucional e as decisões gerenciais da UFC.

Dimensão VII: ampliar o número de profissionais especializados no âmbito das bibliotecas; garantir o funcionamento das bibliotecas até as 22:00 horas, de modo a atender os discentes dos cursos noturnos; incrementar quantidade de computadores nas bibliotecas; priorizar adequação do acesso às bibliotecas aos usuários portadores de necessidades especiais de locomoção; garantir adequação de iluminação, de refrigeração, de segurança e de equipamentos para combate aos incêndios; garantir expansão do acervo bibliográfico; garantir adequada manutenção do acervo bibliográfico existente; priorizar uso de investimentos para melhorias físicas das salas de aula, dos laboratórios e das bibliotecas; priorizar o planejamento e a construção de áreas de convivência destinados à interação entre os profissionais da UFC.

Dimensão VIII: priorizar o planejamento institucional participativo, atrelando-o à sistemática de auto-avaliação institucional participativa; institucionalizar a atividade de auto-avaliação da UFC; apoiar a realização de seminários internos para disseminar dados resultantes da auto-avaliação institucional, do censo da educação superior do MEC/INEP, do Exame Nacional de Cursos (ENADE); incentivar grupos de estudos envolvendo diretores de Unidades Acadêmicas, chefes de departamento e coordenadores de cursos com o objetivo de refletirem e planejarem ações factíveis de aprimoramento para o respectivo setor; desencadear ações institucionais objetivando conscientizar a comunidade interna acerca dos benefícios advindos da auto-avaliação institucional e do planejamento participativo; garantir recursos no orçamento da UFC que se destinem à auto-avaliação institucional.

Dimensão IX: apoiar o desenvolvimento de um Sistema de Orientação e Informação (SOI) aos egressos do ensino médio, potenciais candidatos aos cursos de graduação oferecidos pela UFC; dinamizar a interação entre os cursos; apoiar o trabalho dos coordenadores de cursos através de maior aporte de equipamentos e melhoria das instalações físicas; garantir o prosseguimento das atualizações curriculares e dos Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos.

Dimensão X: priorizar o uso do superávit orçamentário em ações visando à diminuição das transferências e das evasões de discentes de graduação, através do incremento das bolsas de estudos; incrementar a ajuda de custo aos discentes que

tenham trabalhos aceitos em congressos científicos ou similares; priorizar a expansão do acervo bibliográfico, bem como sua manutenção; aprimorar a qualidade das residências universitárias e do restaurante universitário; aprimorar a qualidade física das salas de aula, dos laboratórios e das bibliotecas; priorizar a construção de áreas de convivência; garantir apoio financeiro às publicações de livros e similares.

Dimensão XI: melhor publicidade aos agentes internos e externos à UFC acerca dos produtos conseguidos através das ações internas do HUWC e da MEAC.

Para finalizar é bom enfatizar que a auto-avaliação institucional ora relatada foi, ademais de procedimento técnico, atividade acadêmico-científica, pois tem proporcionado a formação de recursos humanos nos âmbitos da graduação e da pós-graduação *stricto sensu*. Para ilustrar, citaremos o caso dos discentes de graduação Euclêmia Sá Ribeiro (curso de Pedagogia) e Cristiane Pascoal Moura (curso de Pedagogia), ambas bolsistas de Iniciação Científica (CNPq), além de Marcelo Rodrigues Sabóia (curso de Pedagogia) e Priscila Lucena Pereira de Lima (curso de Engenharia Elétrica), esses últimos como bolsistas de Informática da Pró-Reitoria de Planejamento. No âmbito da pós-graduação, mencionaremos a doutoranda Maria do Socorro de Sousa Rodrigues, cujo trabalho tenta retratar a associação que há entre a cultura da auto-avaliação e a sistemática do planejamento institucional, no âmbito da UFC; o doutorando Robson Loureiro, que aborda a temática da organização das comunidades virtuais de aprendizagem enquanto prática que pode vir a contribuir com a formação profissional na área da avaliação educacional; a mestranda Karla Roberta Brandão de Oliveira (bolsista da CAPES), que detalha a execução da auto-avaliação institucional através de minuciosa análise das atividades desenvolvidas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFC; e, por fim, o mestrando Igor Lima Rodrigues (bolsista da CAPES) que aborda a participação dos discentes da pós-graduação *stricto sensu* na sistemática da auto-avaliação institucional da UFC, dando ênfase ao âmbito que lhe interessa: a pesquisa científica.

Portanto, a execução da auto-avaliação institucional da UFC vem proporcionando novas e relevantes informações e dados à comunidade interna, além de estar contribuindo com a reflexão coletiva oriunda da participação responsável e constante dos agentes internos, com a geração de novos conhecimentos e com a formação de recursos humanos especialistas na temática em foco. Como se vê, a atividade de auto-avaliação institucional da UFC pode ser muito bem sintetizada no lema que fundamentou o percurso e a atuação da Comissão Própria de Avaliação (CPA): *conhecer e aprimorar: construindo a UFC*.